



MOBILIDADES

OLHARES TRANSDISCIPLINARES SOBRE UM CONCEITO GLOBAL

COORD.
AMÉLIA POLÓNIA
FRANCISCO MANGAS



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

MOBILIDADES

OLHARES TRANSDISCIPLINARES SOBRE UM CONCEITO GLOBAL

COORD.

AMÉLIA POLÓNIA
FRANCISCO MANGAS

Título: ***Mobilidades: olhares transdisciplinares sobre um conceito global***

Coordenação: Amélia Polónia, Francisco Mangas

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: Fuselog

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8970-29-9

DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898970299/mob>

Porto, dezembro de 2021

Paginação: João Candeias

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: O LARGO ESPETRO DAS «MOBILIDADES»	7
Amélia Polónia, Francisco Mangas	
I. TRANSFERÊNCIAS GLOBAIS: GENÉTICAS E POPULACIONAIS	11
Mobilidades genéticas	13
António Amorim	
A emigração para África, Ásia e América na documentação de Vila do Conde, 1560-1651	19
Diogo Andrade Cardoso	
Os portugueses na América Espanhola: entre a integração e a exclusão. Luís Gomes Barreto e os cristãos-novos de Cartagena das Índias (c. 1600-1650)	41
Simão Mata	
The exile of the french huguenots and the construction of new european trading networks	61
Pierrick Pourchasse	
«A Escravidão Branca» no quadro da emigração açoriana oitocentista para o Brasil	75
André Jorge Melo Nicolau	
Emigração ilegal e clandestina. Agentes, engajadores, estratégias e trajectos das fugas	95
Henrique Rodrigues	
As doenças e os doentes da Misericórdia de Valença (RJ, 1882-1894). Imigração e pobreza	129
Gisele Sanglard	
Miguel Torga e os reflexos da emigração. Perigo e liberdade em <i>O Senhor Ventura</i>	149
Carmen Matos Abreu	
II. TRANSFERÊNCIAS GLOBAIS: SABERES E PRÁTICAS	163
Encontros interculturais e transferência de conhecimentos. Mulheres como intermediárias no Império Ultramarino Português	165
Amélia Polónia, Rosa Capelão	
Cirurgiões em mobilidade na América Portuguesa e entre o reino de Portugal no século XVIII	179
Monique Palma	

Influências norte-americanas na origem da Diabetologia portuguesa na primeira metade do século XX	191
Ismael Vieira	
Governo do espaço e arquitectura da Companhia de Jesus no Espírito Santo (séculos XVI-XVIII). O caso de Reritiba	211
Cláudia Gomes Duarte, Carla Garrido de Oliveira	
Uma introdução à análise histórica de cidades portuárias e à compreensão de seu valor patrimonial: a metodologia de estudo comparativo dos casos de Lisboa e Rio de Janeiro	235
Mariana Martins de Oliveira	
III. MOBILIDADES EM CONTEXTO LOCAL E REGIONAL	255
Mobilidades em contexto de fronteira: o caso dos cristãos-novos de Viseu (séculos XVI e XVII)	257
Maria Teresa Gomes Cordeiro	
Escravos e libertos na sociedade de Lisboa do século XVII: fragmentos de existências	275
Delminda Rijo	
A mobilidade marital no concelho de Caminha (1615-1910). Dinâmicas nupciais entre a serra, vales, litoral, rios e a Galiza	307
Aurora Botão Rego, Manuela Silva	
Mobilidade marital, endogamia e exogamia na paróquia de São Miguel de Gualtar em Braga (1680-1910)	331
Milene dos Anjos Fernandes	
Viagens, viajantes e o porto da Salvador colonial	349
Maria das Graças de Andrade Leal	
Alvarengas, trapiches e estiva: a região portuária de Salvador no século XIX	369
José Ricardo Moreno Pinho	
Os Planos Rodoviários de 1945, 1985 e 1998. Uma análise a partir da lei	387
Luís Miguel Pereira Farinha	
IV. MOBILIDADES: PRÁTICAS, PENSAMENTO E SOCIABILIDADES RELIGIOSAS	407
Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de Reforma (1431-1446)	409
João Luís Fontes, Paulo Catarino Lopes	
«Ela houve mau preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito». Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses	427
Luís Miguel Rêpas	

«Este livro he da sancristia dalcobaça...». Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico	441
Catarina Fernandes Barreira	
A mobilidade das imagens através da gravura impressa. O ciclo da infância de Jesus e o Pentecostes no <i>Flos Sanctorum</i> de 1513	463
Frei António de São José (António-José) d'Almeida, O. P.	
Entre a insegurança dos territórios protestantes e a segurança dos reinos católicos: mobilidades à luz de fontes hagiográficas e biográficas devotas em Portugal (séculos XVII-XVIII)	485
Paula Almeida Mendes	
V. MOBILIDADES E PENSAMENTO POLÍTICO: MIGRANTES, ESTRANGEIROS, EXILADOS E APÁTRIDAS	501
Uma biografia cosmopolita de José Relvas: Um «Viajor» entre arte, colecionismo e ação política	503
José Raimundo Noras, Nuno Prates	
«O Meu País Morreu»: narrativas de exílio à Direita (1974-1976)	519
Bruno Madeira	
O estrangeiro: apatridia e <i>Vida Nua</i> sob uma análise contemporânea em Arendt e Agamben	537
Kelly Janáina Souza da Silva	

APRESENTAÇÃO: O LARGO ESPETRO DAS «MOBILIDADES»

AMÉLIA POLÓNIA
FRANCISCO MANGAS

O conceito de mobilidade nunca esteve tão presente, tanto em discursos informais e mediáticos, como no discurso científico. Os fluxos de migração causados por conflitos político-religiosos, o drama dos refugiados ou os fluxos laborais espoletados pela atração dos grandes centros tecnológicos e económicos mundiais são abordados de forma recorrente nas páginas dos jornais e nas conversas do quotidiano. No presente contexto, marcado pela pandemia causada pela circulação à escala mundial do vírus SARS-CoV-2¹, de que resulta a COVID-19², aos tópicos anteriores acresce o da circulação de vírus e de doenças.

Em consonância com esta centralidade social do tema, também no plano académico se vem elegendo esta temática como medial em projetos de investigação, mono ou multidisciplinares. Importa continuar este percurso, abrindo perspetivas que sejam, em simultâneo, inovadoras e integradoras.

O debate sobre «Mobilidades» estava, até há algumas décadas, concentrado, do ponto de vista dos estudos académicos, em questões do deslocamento físico de pessoas, mercadorias e serviços a uma escala nacional ou internacional, ou, em escalas mais regionais, centrado nas transferências do mundo rural para o urbano. Em tempos mais recentes, este debate tem beneficiado de um novo foco de análise que toma a mobilidade como «um processo que é firmemente fixado no interior da sociedade e cultura [...] e, portanto, fundamental para a construção e reprodução de estruturas sociais chave»³.

A reinvenção do termo «Mobilidades» tem vindo a traduzir-se no alargamento de conceitos que revela como este tem conseguido acompanhar a evolução dos tempos, tornando-se fundamental para a compreensão das transformações nas sociedades humanas. Constrói-se, assim, um «novo paradigma das mobilidades» que privilegia «aproximações integradas»⁴. Estas aproximações incorporam novas escalas, espaciais e temporais, das migrações, e assumem as distâncias, físicas e virtuais, como elementos de análise que vão de uma escala *micro* a uma escala *macro*. Também a acessibilidade e a motorização dos transportes e os seus impactos ambientais, ou as mobilidades do

¹ *Severe Acute Respiratory Syndrome*.

² *Coronavirus Disease*.

³ POOLEY, 2017: 5-7.

⁴ CRESSWELL, 2012: 651.

dia a dia e em tempos de lazer são temas que têm sido tratados de uma forma integrada. Tudo isto tem permitido novos entendimentos sobre o que são centros e periferias e as suas relações mútuas.

As migrações, talvez o aspeto mais recorrente dos estudos sobre as «Mobilidades», podem ser interpretadas de uma forma linear — olhando-se apenas para uma parte do processo (como os pontos de partida e de chegada, por exemplo) — ou mediante perspetivas longitudinais que abordam a experiência dinâmica da mobilidade, das mobilidades. As motivações causadoras de um fenómeno demográfico, como o êxodo de um determinado local ou a procura de recursos num outro, as reações à chegada de novos indivíduos e grupos e a sua inclusão ou exclusão, segregação social, política, económica e cultural são outros tantos pontos que importa estudar, convergindo com a questão das transferências culturais. O tópico do exílio e dos exilados emerge, assim, também ele como pertinente nestas discussões.

O conceito amplo de «Mobilidades», assumido como nuclear pelo VII Encontro do CITCEM, não exclui a mobilidade social, os percursos individuais e coletivos dentro das sociedades, possibilitados pelas condicionantes do mercado de trabalho, família ou relacionamentos interpessoais⁵. Todavia, as mobilidades não são apenas humanas. Estas são também artísticas, segundo o conceito de Aby Warburg, ao centrar-se nas migrações de formas e imagens⁶. E podem ser ecológicas, ligadas às transferências de plantas, animais e doenças, ou seja, ligadas às mobilidades biológicas que a ação do Homem tem acelerado e colocado a uma escala global.

O VII Encontro Internacional do CITCEM, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre os dias 22 e 24 de novembro de 2018, foi sensível a todos estes elementos, que convergem no sentido de um conceito amplo de «Mobilidades». Mobilizaram-se olhares multidisciplinares, conjugando várias áreas do saber: desde as mais intimamente ligadas às componentes disciplinares do Centro de Investigação — Arqueologia, História, Demografia e História das Populações, Ciências da Informação e da Comunicação, Política e Relações Internacionais, Estudos Literários, Linguísticos, Culturais, Artísticos ou Cinematográficos —, a contributos vindos de outros domínios, com os quais deve dialogar, como a Arquitetura e o Urbanismo, a Filosofia ou as Ciências da Vida e da Saúde.

Momentos de convergência entre diferentes áreas científicas e correntes de pensamento, oportunidade para diálogo entre autores consagrados e investigadores em início de carreira, os Encontros do CITCEM são um momento central na atividade anual deste Centro de Investigação. Os textos aqui reunidos evidenciam-se não só pela sua qualidade científica, mas também pela abertura às grandes questões da sociedade contemporânea.

⁵ CLARK, 2014: 1-16.

⁶ WARBURG, 2010.

O livro que agora se publica — recolhendo algumas das comunicações aí apresentadas — incorpora o espírito que presidiu à organização desse evento científico. Desenvolvem-se temas que vão desde as circulações genéticas entre as populações africanas e as europeias, após 1500, como ocorre no texto de António Amorim que abre a publicação, até à análise contemporânea dos conceitos de apatridia e *vida nua*, no pensamento de Hannah Arendt e Giorgio Agamben, foco do trabalho que a fecha.

Os textos compilados neste volume organizam-se segundo uma lógica temática, distribuindo-se por cinco núcleos, que reinventam articulações através de cruzamentos disciplinares múltiplos. A primeira secção, *Transferências globais: genéticas e populacionais*, cobre mobilidades estudadas no âmbito das ciências genéticas e da história da emigração, das e(i)migrações humanas. A segunda secção, *Transferências globais: saberes e práticas*, incorpora abordagens sobre mobilidades de saberes, em particular na área da medicina e da cirurgia, de conceitos e de práticas culturais, incluindo as de modelos urbanísticos. A terceira secção, *Mobilidades em contexto local e regional*, identifica e analisa projeções de diversas formas de mobilidade a nível local, seja em Portugal, seja no Brasil, e ausculta, através de indicadores vários, sinais desses fluxos no campo das infraestruturas de comunicação, da permeabilidade populacional, e dos padrões culturais. A quarta secção, *Mobilidades: práticas, pensamento e sociabilidades religiosas*, centra-se em formas e padrões de mobilidade ligados ao domínio religioso, ou que podem ser auscultados através de produções literárias e estéticas correlatas com formas de sensibilidade religiosa. Por fim, na quinta secção, o volume analisa contributos dos foros literário e biográfico, mas também da filosofia política, ao integrar narrativas e reflexões sobre migrantes, estrangeiros, exilados e apátridas.

Antes de finalizarem com um convite à leitura, os coordenadores desta publicação gostariam de agradecer não só a todos os autores envolvidos, como ao amplo conjunto de avaliadores científicos que gentilmente acederam a participar na validação dos trabalhos submetidos para publicação.

BIBLIOGRAFIA

- CLARK, Gregory (2014) — *The Son Also Raises: surnames and the history of social mobility*. Princeton: Princeton University Press, p. 1-16.
- CRESSWELL, Tim (2012) — *Mobilities II: Still*. «Progress in Human Geography», vol. 36, n.º 5, p. 651.
- POOLEY, Colin G. (2017) — *Mobility, Migration and Transport: Historical Perspectives*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 5-7.
- WARBURG, Aby (2010) — *Atlas Mnemosyne*. Madrid: Akal.

I

TRANSFERÊNCIAS
GLOBAIS: GENÉTICAS
E POPULACIONAIS

MOBILIDADES GENÉTICAS

ANTÓNIO AMORIM*

Resumo: A expansão geográfica da nossa espécie a partir de África foi acompanhada por progressiva diferenciação genética. Assim, é possível detetar através da análise das populações atuais as migrações ocorridas após ~1500 e estimar as respetivas datas. Apresentam-se os casos das migrações ocorridas entre Portugal e as suas antigas colónias africanas, e o esclarecimento da origem de uma doença particularmente frequente entre portugueses. Nos primeiros, demonstra-se que existiu assimetria de género nos fluxos migratórios, típica de relações coloniais e que a presença de perfis genéticos subsarianos em Portugal (continental) tem uma datação compatível com a escravatura moderna. No segundo, verifica-se que a principal variante genética causadora da doença de Machado-Joseph, ao invés do sugerido pelos documentos históricos clássicos, não se originou nas comunidades sefarditas do nordeste português, mas sim no Extremo Oriente. Estes exemplos de reconstrução do passado usando a genética (Arqueogenética) ilustram bem a complexidade das interações entre a Genética e a História, permitindo não só a confirmação/infirmação de hipóteses preexistentes, como também produzindo novos dados, problemas e hipóteses.

Palavras-chave: Arqueogenética; Migração; Vieses de género; Escravatura e colonização.

Abstract: Our species expansion out of Africa was accompanied by progressive genetic differentiation. Thus, it is possible to detect by the analysis of extant populations the migrations having occurred after ~1500 and to estimate their dates. We present the cases of those occurring between Portugal mainland and former African colonies and the origin of disease highly frequent among Portuguese. In the first, we show that genetic exchanges were gender-biased, as typical for colonial settings, and that the presence of genetic profiles of Sub-Saharan origin in Portugal is attributable to modern slavery. For the second, we demonstrate that the worldwide spread genetic variant causing Machado Joseph disease, in contrast with the previous belief based on classical historical documentation, suggesting a Portuguese Sephardic origin, has indeed expanded from the Far East. These examples of reconstruction of past events (Archaeogenetics) illustrate the complexity of interactions between Genetics and History, allowing not just hypothesis confirmation or rejection, but also creating new data, problems and hypotheses.

Keywords: Archaeogenetics; Migration; Gender biases; Colonialism/slavery.

INTRODUÇÃO ARQUEOGENÉTICA

Para podermos compreender a contribuição da Genética para o estudo das mobilidades, será necessário fazer uma breve explicação sobre a perspetiva desta disciplina na análise dos fenómenos migratórios e como pode esta disciplina científica auxiliar (ou questionar) a reconstituição do passado.

A Genética tem precisamente por objetivo elucidar os processos e as regras de transmissão de informação no seio de sistemas vivos entre progenitores e descendentes,

* Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e i3S, Instituto de Investigação e Inovação em Saúde. Email: amamorim@fc.up.pt.

pelo que é intrinsecamente uma disciplina «histórica»¹. Quando se aplica especificamente ao estudo do passado humano, toma o nome de *Arqueogenética*². Ao contrário da maioria das aplicações da Genética, em que, sendo conhecidas as características dos progenitores, se preveem as dos descendentes, em Arqueogenética procedemos no sentido inverso: conhecido o presente, reconstitui-se o passado.

Esta reconstituição só é possível porque existe *evolução* — a constituição genética de uma população humana, mesmo que totalmente isolada, varia ao longo do tempo. Esta variação deve-se à existência de erros de cópia da informação hereditária entre pais e filhos (*mutação*) que se vão acumulando ao longo das gerações. Podem, portanto, ser utilizadas para comparar populações atuais, avaliar as suas distâncias genéticas e estimar o tempo decorrido na sua divergência.

No nosso genoma coexistem várias formas de transmissão e duas delas, pela sua simplicidade, são extremamente apropriadas para os objetivos de reconstituição histórica. De facto, em uma a transmissão é feita exclusivamente por via feminina, permitindo definir *linhagens* maternas; com outra, simetricamente, definem-se linhagens paternas. Nas restantes, existe contribuição de ambos os progenitores e a análise, embora mais informativa, é muito mais complexa.

Finalmente, convirá distinguir dois conceitos frequentemente confundidos, os de migração e expansão geográfica. Entender-se-á aqui por *migração* a mudança de residência de um grupo populacional (envolvendo locais habitados), enquanto que *expansão* se referirá à ocupação de territórios até aí inabitados por membros da nossa espécie. A diferença é, do ponto de vista de inferência genética, crucial, uma vez que no primeiro caso será possível a formação de populações mistas, resultante dos cruzamentos entre os migrantes e os residentes enquanto que no segundo a população colonizadora de um novo espaço constitui simplesmente uma subamostra da população original. É importante referir, contudo, que poderá haver migração de genes sem migração de indivíduos ou grupos (*raids* sexuais) e, inversamente, migração de pessoas sem resultados genéticos, o que poderá provocar discrepâncias profundas entre as inferências genéticas e as obtidas de documentação clássica.

De qualquer forma, existe um relativo consenso quanto às expansões geográficas do homem moderno e a sua origem em África, ainda que alguma, muito reduzida, contribuição de outros grupos tenha possivelmente ocorrido (ou seja, alguma sobreposição da expansão com migrações anteriores³). Um mapa ilustrando — esquemática e sumariamente — estas expansões, reconstruídas pelas linhagens maternas ou paternas pode ser consultado em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1796772/figure/f1/>>.

¹ AMORIM, 2009.

² AMORIM, 1999; RENFREW, 2000.

³ MONDAL *et al.*, 2019.

Nas secções seguintes iremos mostrar, usando esta informação de base, como foi possível detetar, através da análise das populações atuais, as migrações ocorridas após ~1500 entre Portugal e as suas antigas colónias. Iremos também ilustrar o poder da Arqueogenética no questionamento da História com base na documentação «clássica» através do exemplo do esclarecimento da origem de uma doença particularmente frequente entre portugueses.

LINHAGENS AFRICANAS EM PORTUGAL

O estudo genético das linhagens femininas em Portugal foi iniciado há já 20 anos⁴ identificando a presença de algumas de origem atribuída ao norte de África e uma proporção insuspeitada (5-9,8%) de outras tipicamente subsarianas. Uma revisão mais recente⁵ confirmou e aprofundou estes resultados numa amostra de maior efetivo e geograficamente mais alargada: a contribuição africana seria globalmente de 7,5%, dos quais 5,8% seriam subsarianas e apenas 1,7% com origem no norte de África. Estas estimativas macrogeográficas escondem, contudo, que existe uma acentuada heterogeneidade regional. Por exemplo, Pereira *et al.* (2010) encontraram em Alcácer do Sal 22% de linhagens subsarianas, em significativa coincidência com as observações já feitas por Leite de Vasconcellos em 1895⁶.

O panorama é completamente distinto quando nos centramos nas linhagens masculinas. Já em 2006, Beleza *et al.* reportaram a ausência de contribuição subsariana e relativamente às de origem norte-africana encontraram 5,8% no Norte, 6% no Centro e 4,4% no Sul.

Tentando interpretar historicamente este conjunto de resultados, teremos de analisar separadamente as contribuições norte-africanas das subsarianas, uma vez que corresponderão a migrações distintas. De facto, a presença de linhagens subsarianas femininas e ausência de masculinas é consistente com a assimetria reprodutiva normalmente verificada em cenários de escravatura (aos escravos masculinos é proibida a reprodução com mulheres livres e permitida ou até encorajada a reprodução das escravas, muitas vezes tendo os senhores como progenitores dos seus filhos) e que podemos datar, pelo menos maioritariamente, como resultante do tráfico iniciado pelas expedições portuguesas de Quatrocentos em diante.

Já a análise das contribuições atribuíveis ao norte de África é muito mais complexa e não atribuível a um fenómeno migratório principal. De facto, a própria distribuição geográfica não favorece a hipótese histórica mais tentadora, que proporia que a sua frequência fosse proporcional à duração do período em que o território esteve sob administração islâmica. O que de facto se verifica para as linhagens masculinas, que deveriam

⁴ PEREIRA *et al.*, 2000.

⁵ MARQUES *et al.*, 2015.

⁶ VASCONCELLOS, 1895: 1920.

ser as mais sensíveis à detecção de uma elite poligâmica, apresentam a sua mais baixa densidade no Sul.

LINHAGENS EUROPEIAS NAS EX-COLÓNIAS PORTUGUESAS EM ÁFRICA

No que respeita às linhagens femininas, verificou-se a sua total ausência em Moçambique⁷, Angola⁸, São Tomé e Príncipe⁹, Guiné-Bissau¹⁰, e a sua presença em Cabo Verde, ainda que em baixa proporção: ~2%¹¹.

Quanto às masculinas, verificou-se a sua presença em todas as ex-colónias, ainda que em proporções variáveis: 5,9% em Moçambique¹²; ~2% nos Ovimbundu, ~6% nos Mbundu e ~11% nos Bakongo de Angola¹³; ~33% nos Forros, ~27% nos Tongas e 15% nos Angolares de São Tomé e Príncipe¹⁴; ~12% na Guiné-Bissau¹⁵ e entre 13% e 24% em Cabo Verde¹⁶.

Estas distribuições são as esperadas no contexto histórico da colonização portuguesa, demonstrando em todos os casos uma migração veiculada exclusivamente por indivíduos masculinos, com a significativa exceção observada em Cabo Verde.

HISTÓRIAS DE GENES

Nos capítulos anteriores abordámos a arqueogenética de linhagens, paternas ou maternas, cujas diferenças serão supostamente neutras, isto é, não afetam diferencialmente a saúde ou a fecundidade dos seus portadores. Neste, pelo contrário, trataremos da história de um gene que é transmitido por ambos os sexos e cuja variação pode ter consequências clínicas muito severas, embora na maioria dos casos os sintomas severos, incluindo aqueles que comprometem a reprodução dos seus portadores, se manifestam tardiamente, tendo, portanto, um escasso efeito na fecundidade. Falamos da doença de Machado-Joseph, conhecida no Açores por «doença do entrançar das pernas»¹⁷, caracterizada (entre outros sintomas) pela progressiva perda de controle dos movimentos. Nos primeiros tempos, após a sua descrição, com base na sua distribuição e prevalência, supunha-se que a mutação responsável teria origem em Portugal, sugerindo-se mesmo

⁷ PEREIRA *et al.*, 2001.

⁸ PLAZA *et al.*, 2004.

⁹ TROVOADA *et al.*, 2004.

¹⁰ CARVALHO *et al.*, 2011.

¹¹ BREHM *et al.*, 2002.

¹² PEREIRA *et al.*, 2002.

¹³ BRITO *et al.*, 2011.

¹⁴ TROVOADA *et al.*, 2007.

¹⁵ CARVALHO *et al.*, 2011.

¹⁶ GONÇALVES *et al.*, 2003.

¹⁷ Disponível em <<https://ferndias.blogspot.com/2018/09/a-europa-e-as-migracoes.html?showComment=1554303758816#c1707500422873279909>>. [Consulta realizada em 01/04/2019].

que em um membro das comunidades sefarditas do Nordeste. De facto, era sugestivo o facto de a doença ser mais frequente entre portugueses, e, em particular, açorianos e seus descendentes (a doença foi descrita pela primeira vez em duas famílias, Machado e Joseph, de emigrantes nos Estados Unidos). A análise genética mais fina veio evidenciar o contrário. Revelando a heterogeneidade da mutação (ou seja, que os erros de cópia terão ocorrido várias vezes), mostrou que a variante que se encontra distribuída por todo o mundo não teve origem em Portugal, mas sim no Extremo Oriente, de onde se terá espalhado gradualmente pela Ásia e Europa, tendo-se expandido (por razões ainda desconhecidas) em Portugal¹⁸. A data desta mutação foi estimada em 5774 ± 1116 anos, enquanto que a sua introdução na Europa Central terá ocorrido há menos de 2000 anos e em Portugal há menos de 1000. Estas datas não sugerem coincidências com migrações historicamente documentadas, pelo que será necessária mais investigação para esclarecer a misteriosa viagem deste gene.

CONCLUSÃO E PERSPETIVAS

Esperamos que os exemplos apresentados ilustrem bem a complexidade das modernas interações Genética/História e que demonstrem que a Genética será um pouco mais que uma ciência auxiliar da História, no sentido clássico. De facto, a Genética tem uma capacidade preditiva quantificada que, aliada à experimentação passiva (i.e., o confronto de resultados já obtidos com hipóteses), tem enorme capacidade de confirmação/inconfirmação de previsões ou proposições relevantes em contexto da História em sentido lato.

Mais ainda, para além de prover novos tipos de dados, é capaz de criar novos problemas e hipóteses, muitas vezes desafiando conceções estabelecidas.

No entanto estamos ainda numa fase embrionária das relações entre a Genética e a História. Novas tecnologias e desenvolvimentos computacionais estão a promover uma nova revolução nas possibilidades da análise genética do passado, seguramente impactantes na História. Entre eles menciono apenas os avanços na capacidade de análise de DNA antigo¹⁹, que, entre outros resultados, têm relançado o debate sobre as origens da nossa espécie²⁰ e os progressos computacionais que têm permitido novas análises genómicas globais, permitindo diferenciar as histórias de genes, indivíduos e populações²¹.

¹⁸ MARTINS *et al.*, 2007.

¹⁹ HABER *et al.*, 2016.

²⁰ MONDAL *et al.*, 2019.

²¹ JAGADEESAN *et al.*, 2018; PIMENTA *et al.*, 2017.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, A. (1999) — *Archaeogenetics*. «Journal of Iberian Archaeology», n.º 1, p. 15-25.
- (2009) — *A Espécie das Origens*. 2.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- BELEZA, S.; GUSMÃO, L.; LOPES, A.; ALVES, C.; GOMES, I.; GIOUZELI, M.; CALAFELL, F.; CARRACEDO, A.; AMORIM, A. (2006) — *Micro-phylogeographic and demographic history of Portuguese male lineages*. «Ann Hum Genet», n.º 70, p. 181-94.
- BREHM, A.; PEREIRA, L.; BANDELT, H. J.; PRATA, M. J.; AMORIM, A. (2002) — *Mitochondrial portrait of the Cabo Verde archipelago: the Senegambian outpost of Atlantic slave trade*. «Ann Hum Genet», n.º 66, p. 49-60.
- CARVALHO, M.; BRITO, P.; BENTO, A. M.; GOMES, V.; ANTUNES, H.; COSTA, H. A.; LOPES, V.; SERRA, A.; BALSÀ, F.; ANDRADE, L.; ANJOS, M. J.; CORTE-REAL, F.; GUSMÃO, L. (2011) — *Paternal and maternal lineages in Guinea-Bissau population*. «Forensic Sci Int Genet», vol. 5, n.º 2, p. 114-6.
- GONÇALVES, R.; ROSA, A.; FREITAS, A.; FERNANDES, A.; KIVISILD, T.; VILLEMS, R.; BREHM, A. (2003) — *Y-chromosome lineages in Cabo Verde Islands witness the diverse geographic origin of its first male settlers*. «Hum Genet», vol. 113, n.º 6, p. 467-72.
- HABER, M.; MEZZAVILLA, M.; XUE, Y.; TYLER-SMITH, C. (2016) — *Ancient DNA and the rewriting of human history: be sparing with Occam's razor*. «Genome Biol», vol. 17, n.º 1.
- JAGADEESAN, A.; GUNNARSDÓTTIR, E. D.; EBENESERSDÓTTIR, S. S.; GUÐMUNDSDÓTTIR, V. B.; THORDARDOTTIR, E. L.; EINARSDÓTTIR, M. S.; JÓNSSON, H.; DUGOUJON, J. M.; FORTES-LIMA, C.; MIGOT-NABIAS, F.; MASSOUBODJI, A.; BELLIS, G.; PEREIRA, L.; MÁSSON, G.; KONG, A.; STEFÁNSSON, K.; HELGASON, A. (2018) — *Reconstructing an African haploid genome from the 18th century*. «Nat Genet», vol. 50, n.º 2, p. 199-205.
- MARQUES, S. L.; GOIOS, A.; ROCHA, A. M.; PRATA, M. J.; AMORIM, A.; GUSMÃO, L.; ALVES, C.; ALVAREZ, L. (2015) — *Portuguese mitochondrial DNA genetic diversity-An update and a phylogenetic revision*. «Forensic Sci Int Genet», n.º 15, p. 27-32.
- MARTINS, S.; CALAFELL, F.; GASPÀR, C.; WONG, V. C.; SILVEIRA, I.; NICHOLSON, G. A.; BRUNT, E. R.; TRANEBJAERG, L.; STEVANIN, G.; HSIEH, M.; SOONG, B. W.; LOUREIRO, L.; DURR, A.; TSUJI, S.; WATANABE, M.; JARDIM, L. B.; GIUNTI, P.; RIESS, O.; RANUM, L. P.; BRICE, A.; ROULEAU, G. A.; COUTINHO, P.; AMORIM, A.; SEQUEIROS, J. (2007) — *Asian origin for the worldwide-spread mutational event in Machado-Joseph disease*. «Arch Neurol», vol. 64, n.º 10, p. 1502-1508.
- MONDAL, M.; BERTRANPETIT, J.; LAO, O. (2019) — *Approximate Bayesian computation with deep learning supports a third archaic introgression in Asia and Oceania*. «Nat Commun», vol. 10, n.º 1, p. 246.
- PEREIRA, L.; GUSMÃO, L.; ALVES, C.; AMORIM, A.; PRATA, M. J. (2002) — *Bantu and European Y-lineages in Sub-Saharan Africa*. «Ann Hum Genet», n.º 66, p. 369-78.
- PEREIRA, L.; MACAULAY, V.; TORRONI, A.; SCOZZARI, R.; PRATA, M. J.; AMORIM, A. (2001) — *Prehistoric and historic traces in the mtDNA of Mozambique: insights into the Bantu expansions and the slave trade*. «Ann. Hum. Genet», n.º 65, p. 439-58.
- PEREIRA, L.; PRATA, M. J.; AMORIM, A. (2000) — *Diversity of mtDNA lineages in Portugal: not a genetic edge of European variation*. «Ann Hum Genet», vol. 64, pt. 6, p. 491-506.

A EMIGRAÇÃO PARA ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA NA DOCUMENTAÇÃO DE VILA DO CONDE, 1560-1651

DIOGO ANDRADE CARDOSO*

Resumo: Este artigo procura estabelecer, através da documentação paroquial e notarial de Vila do Conde, os destinos de emigração escolhidos pelos portugueses que partiam para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII. O objetivo deste trabalho é determinar as preferências na escolha de um destino, utilizando a documentação de uma vila de vocação marítima com um universo de 419 emigrantes, fazendo, para tal, uma análise dos contextos políticos, económicos e sociais dos vários territórios para onde os emigrantes se dirigiam, de forma a perceber como é que estes fatores influenciavam as suas escolhas.

Desta feita, serão focados os ciclos económicos das ilhas atlânticas, o crescimento da indústria do açúcar no nordeste do Brasil, as produções de prata das Índias de Castela, o tráfico de escravos e a própria situação económica do Estado da Índia. Serão ainda abordadas as consequências da concorrência europeia à presença portuguesa no Atlântico e no Índico e as próprias circunstâncias que, no reino, conduziam os potenciais emigrantes em direção aos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América.

Palavras-chave: Emigração; Época Moderna; Vila do Conde; Império Português.

Abstract: This paper aims to establish, using the Vila do Conde's parish and notary records, the emigration destinations chosen by the Portuguese that left the kingdom to its overseas territories in the 16th and 17th centuries. The goal of this article is to determine the migrants' preferences when choosing a destination, using the sources of a maritime village where were detected 419 migrants, and conduct an analysis on the political, economic, and social contexts of the several territories to where the migrants moved, to understand how these factors influenced their choices.

To do so, this paper will focus on the economic cycles of the Atlantic islands, the growth of the sugar industry in the Brazilian northeast, the silver production in Spanish America, the slave trade, and the economic background of the Portuguese State of India. This research will also tackle the consequences of the European competition to the Portuguese presence in the Atlantic and the Indian oceans, not forgetting the circumstances that, in the kingdom, drove the potential emigrants to the Atlantic archipelagos, Africa, Asia, and America.

Keywords: Emigration; Early Modern Period; Vila do Conde; Portuguese Colonial Empire.

OS DESTINOS DE EMIGRAÇÃO

Apesar de durante muito tempo as migrações terem sido vistas como um fenómeno de mobilidade internacional pelas ciências sociais, têm vindo a ser feitos esforços, por parte de alguns autores, para que este estudo se torne mais abrangente. Tal como no universo aqui em foco, muita desta mobilidade ocorre dentro das fronteiras, mesmo quando

* Estudante de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com bolsa da FCT (SFRH/BD/136267/2018), e investigador do CITCEM. Email: andradediogo_89@hotmail.com. A construção cartográfica presente no artigo foi realizada pela Infografia da FLUP, à qual o autor deve o seu agradecimento.

os espaços não eram contíguos. Como escreveu Magalhães Godinho: «Esta extrema dispersão [portuguesa] começara com a tomada de Ceuta em 1415 e a colonização de Porto Santo e da Madeira, logo a seguir»¹.

Jan e Leo Lucassen procuraram uma nova forma de tipificar estas movimentações, tanto relativamente ao destino como ao período de estadia, reconhecendo migrações permanentes para as cidades como para os campos (colonização) e as temporárias como sazonais ou por mais de um ano². Neste artigo importará também este tipo de distinção, pois só assim poderão, verdadeiramente, ser achadas as causas da mobilidade analisada.

Da mesma forma, as migrações da Época Moderna têm sido divididas entre aquelas que são livres (muitas vezes sob um contrato coercivo) e as forçadas, sendo, por vezes, difícil fazer a distinção entre elas³. Neste âmbito, toda a emigração detetada é considerada livre, distinguindo-se assim daquela que movimentava mão de obra escravizada.

As fontes que serão a base deste estudo são a documentação paroquial e notarial de Vila do Conde, vila de carácter essencialmente marítimo e mercantil⁴, pertencente ao Entre Douro e Minho, província geralmente aceite como aquela que, em Portugal, mais gente enviou para fora da Europa durante a expansão e subsequente presença portuguesa extrapeninsular⁵.

Quanto à documentação utilizada, algumas considerações se impõem. Tanto a documentação notarial como a paroquial estão disponíveis no Arquivo Distrital do Porto (ADP), embora, para este projeto as fontes tenham sido consultadas no CEDOPORMAR⁶, pois neste centro de documentação as fontes encontram-se digitalizadas e indexadas.

A documentação notarial está disponibilizada entre os períodos de 1560 a 1651, datas que, tendo em conta a riqueza desta fonte, irão balizar a investigação. Daqui podem ser retirados os nomes dos outorgantes, os locais de residência, as naturalidades, as profissões e algumas relações de parentesco que permitirão um melhor cruzamento com os registos paroquiais, evitando o registo duplicado de indivíduos com o mesmo nome.

Os registos paroquiais, também tratados pelo mesmo centro de documentação, apesar de serem uma fonte serial, têm algumas limitações no que concerne a datas de produção. Para o caso de Vila do Conde temos registos de batismo desde 1532, registos de casamentos com início em 1536 e registos de óbito só iniciados em 1595, todos com data final de 1902. Destes foi possível obter os nomes dos familiares dos emigrantes, permitindo um cruzamento mais eficaz com as fontes notariais. No entanto, o registo

¹ GODINHO, 1980: 55.

² LUCASSEN & LUCASSEN, 2017: 448-449.

³ ELTIS, 2002: 34-35; LUCASSEN *et al.*, 2010: 8-9.

⁴ CARDOSO, 2018: 172-173.

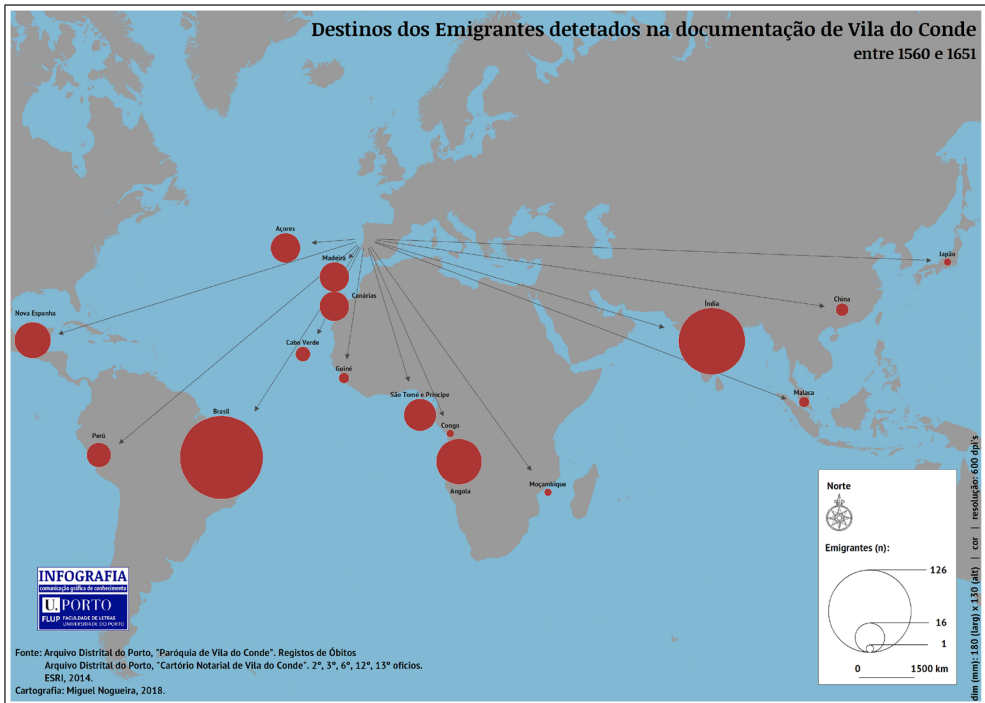
⁵ RODRIGUES, 1993: 190; COSME, 1997: 197-200.

⁶ CEDOPORMAR — Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas.

tardio desta documentação, que, sempre que possível, indica o espaço onde estavam os indivíduos na altura da sua morte, só permite um confronto direto e abrangente entre as duas fontes a partir da última década do século XVI.

A partir destas duas tipologias documentais serão analisados os destinos escolhidos pelos migrantes nos continentes africano, asiático e americano, assim como os fluxos de emigração para cada um destes espaços. O objetivo será determinar quais eram os territórios escolhidos para emigrar entre 1560 e 1651. A esta tarefa será acrescentada a análise dos períodos em que encontramos os emigrantes nos diferentes espaços, numa tentativa de perceber como estes eram escolhidos e em que períodos, pois só assim é viável estudar as suas motivações no momento de partida.

Para tal desiderato, é necessário conhecer o destino dos emigrantes no leque de espaços extraeuropeus à sua disposição. Importa, portanto, num primeiro momento, olhar para os destinos de fixação dos indivíduos que deixaram o reino. Para tal, foram elaborados o Anexo 1 e o Mapa 1 que agrupam os 419 indivíduos detetados na documentação de acordo com os espaços geográficos onde estes se fixaram. Estes instrumentos permitem uma leitura alargada das zonas de estabelecimento e da importância de cada região do globo na absorção, logo atração, de emigrantes.



Mapa 1. Espaços de fixação de emigrantes (1560-1651)

Fonte: ADP — Paróquia de Vila do Conde, Registos de Óbitos; ADP — Cartório Notarial de Vila do Conde, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º, 13.º officios

O Anexo e o Mapa expressam a preferência dos emigrantes pelo Brasil no período entre 1560 e 1651, agrupando este destino 30,5% dos emigrantes encontrados (128 indivíduos), sem contar com aqueles para os quais não foi possível identificar um espaço de emigração. A América Portuguesa destaca-se, assim, dos restantes destinos, pois aquele que se lhe segue, o Índico e Sudeste Asiático ou, em termos administrativos, o Estado Português da Índia, não excede os 21,2% com 89 emigrantes, mais 20 do que as Índias de Castela. Apesar destes índices de atratividade, os espaços já explorados pelos portugueses no século XV continuaram a deter a sua influência neste período concentrando 27,2% dos emigrantes, ainda que o maior destaque vá para os arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias, e para a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental, ambos com mais de 40 emigrantes. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os dois territórios insulares ao largo da costa africana, com um total de 24 emigrantes, são o destino menos procurado.

Esta leitura geral, alheia a intervalos cronológicos mecânicos ou conjunturais, é importante para, sem ideias preconcebidas, se olhar para a distribuição das saídas. Como os indivíduos permanecem num determinado espaço por vários anos, não raras vezes sem que este intervalo de tempo possa ser apurado, uma aproximação de longo prazo permite-nos compreender como cada um destes espaços contribuiu para o acolhimento dos portugueses disseminados pelo mundo. Assim procuramos completar a maioria das tentativas de numeramento da presença portuguesa em cada destino que se apoia em suposições vagas, sem documentação coeva que as comprove (Godinho conta 100 a 150 mil portugueses fora do reino na segunda metade do século XVI⁷), e relativas a uma data e lugar concretos⁸. Não obstante, é também intuito deste trabalho procurar saber quais os destinos preferidos dos emigrantes em intervalos de tempo mais curtos, para daí se determinar as atenuantes que conduzem estes homens e mulheres aos múltiplos territórios.

De acordo com o Mapa 1 e o Anexo 1, a presença portuguesa nos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, encontrada na documentação de Vila do Conde, encontra-se dispersa, existindo sobretudo três áreas que esta parece não ter atingido: o Próximo e Médio Oriente, o interior de África e a América do Norte. Assim, os territórios com que as gentes da vila estavam em contacto abarcavam uma parte bastante alargada do globo, ampliando a rede humana em que Vila do Conde se insere e, em consequência, a necessidade de gerir interesses, o que conduz mais gente ao notário, melhorando este acervo documental relativamente às questões que nos interessam, neste estudo, abordar.

⁷ GODINHO, 1980: 60.

⁸ GODINHO, 1978: 5-32; GODINHO, 1980; GODINHO, 1990.

Atentemos agora no Anexo 1. Dele podemos tecer já algumas considerações sobre a preferência dos emigrantes na escolha de um destino para se fixarem dentro das vastas regiões geográficas apuradas numa primeira fase. Nos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, aqueles que formaram o triângulo Atlântico no século XV e início do XVI⁹, sabemos que a dispersão deste segmento da população é semelhante, tendo todos eles 16 emigrantes. Este valor para as ilhas castelhanas é sintomático da importância que este arquipélago tinha para os portugueses, fruto, provavelmente, da sua importância económica¹⁰. Nestes destinos, à exceção da ilha da Madeira que concentra os indivíduos desse arquipélago nas suas zonas sul e sudeste, Açores e Canárias registam uma presença mais dispersa pelas várias ilhas, no primeiro caso ficando somente de fora o grupo ocidental, o mais distante portanto, já que no Faial se contam 3 emigrantes, na Terceira 6 e, em São Miguel, 7. Nas Canárias estes ocupam três ilhas: Palma com 7 homens, Tenerife com 5 e a Grã-Canária com 4.

Os arquipélagos mais a sul, por seu lado, manifestam uma maior diferença na atratividade dos homens e mulheres do universo social estudado, uma vez que São Tomé e Príncipe concentra um maior número de emigrantes do que qualquer outro grupo de ilhas, ainda que com 18 em São Tomé e 2 em Príncipe, e Cabo Verde conta apenas com 4 indivíduos, dos quais sabemos estarem 2 na ilha de Santiago. Esta diferença observada segue na linha do que foi a história do povoamento inicial destas ilhas. Cabo Verde constituiu uma primeira colonização tropical com grandes dificuldades em atrair população do reino e a adaptar-se ao sistema de sesmarias que dera pujança à economia das ilhas da Madeira e dos Açores¹¹. Além disso, contava com a concorrência da Madeira como base de apoio à viagem que ligava o reino à Índia¹² e a forte pressão da pirataria que força o tráfico negreiro a deslocar-se para sul¹³. São Tomé assume, portanto, um papel importante como local de armazenamento de escravos a ser enviados para as Américas¹⁴ numa cronologia em que o abastecimento desta mão de obra era feito na «África Centro-Occidental»¹⁵, onde os preços eram mais baixos¹⁶, transformando-se num espaço subsidiário das economias do Brasil e Índias de Castela.

Na Costa Atlântica de África, sobressai Angola, em termos absolutos, em relação aos outros territórios. Com 39 indivíduos, e, tanto quanto nos é permitido saber, pelo menos 2 deles em Luanda, é neste espaço que 9,3% do número total de indivíduos habita, bastante mais do que os 2 que se encontram na Guiné ou o único emigrante no Congo,

⁹ ROCHA, 2016: 49.

¹⁰ ÁLVAREZ SANTOS, 2015: 321 e seguintes; O'FLANAGAN, 2008: 118-121; MORENO FLORIDO, 2003: 69-75.

¹¹ CABRAL, 2015: 26.

¹² RIBEIRO, 1962: 99.

¹³ PÉREZ GARCÍA & FERNÁNDEZ CHAVES, 2009: 607.

¹⁴ RILEY, 1998: 160; VIEIRA, [s.d.]: 3.

¹⁵ CALDEIRA, 2013: 34-35.

¹⁶ NEWSON & MINCHIN, 2007: 71.

o que não surpreende considerando que nunca deverão ter estado mais de 200 portugueses na zona da Mina e 100 na região da Guiné no século XVI¹⁷. Este cenário é também sintomático da fuga do comércio português na costa atlântica africana para sul¹⁸ depois de, no segundo quartel do século XVI, as depredações francesas terem ameaçado o comércio português na zona da Mina, o que, juntamente com os ingleses e os holandeses que se lhes viriam a juntar ao longo do século, tiraria o monopólio do tráfico de africanos da mão dos portugueses¹⁹.

Para o caso do Brasil, principal ponto de chegada da emigração do noroeste do reino²⁰, ainda que com uma larga percentagem de indivíduos para os quais desconhecemos o local específico onde se fixaram (mais de um terço), podemos aferir a importância que assumiu o Nordeste, que se destaca dos números encontrados para qualquer outra parte do globo ao acolher 75 emigrantes, somados os que se encontravam na Baía com os de Pernambuco. Os dados são bastante claros e confirmam a bibliografia que tem vindo a assumir o nordeste brasileiro como a zona que maior número de portugueses recebia²¹. Pernambuco, que acolhia 60 migrantes, dos quais 24 em Olinda, confirma, com este exemplo da documentação de Vila do Conde, o seu estatuto de principal destino das saídas que irradiam do reino português para a América²². Além dos 31 indivíduos que sabemos apenas estarem em Pernambuco, encontramos neste território mais 4, todos em locais diferentes: no outeiro de Poínqua, em Porto Calvo, no Cabo de Santo Agostinho e no Recife. Ainda no nordeste da América Portuguesa concentravam-se mais 15 indivíduos na Baía, 4 deles certamente em Salvador, desconhecendo-se o paradeiro dos outros 11, ainda que o uso, à época, do termo Baía para denominar São Salvador da Baía, nos faça crer que pelo menos parte destes indivíduos se encontrassem, de facto, neste destino. Restam, fora daquela região, 5 reinóis, 4 deles no Rio de Janeiro e outro em São Vicente, todos a sudeste, portanto. De notar que, à época, a não discriminação de uma localidade podia não só refletir o desconhecimento em relação ao destino concreto do emigrante, como podia indicar um local específico que, por ser de conhecimento generalizado, não necessitava de ser particularizado. No caso do Brasil, uma menção generalizada às «partes do Brasil» pode estar associada à Baía, local onde se encontrava a capital do território e que pode incrementar ainda mais os números de emigrantes na região do Nordeste.

Nas Índias de Castela, a presença portuguesa detetada na documentação em estudo revela-se dispersa, num resultado similar ao obtido por Daviken Studnicki-Gizbert²³,

¹⁷ RUSSELL-WOOD, 1998a: 96.

¹⁸ PÉREZ GARCÍA & FERNÁNDEZ CHAVES, 2009: 607.

¹⁹ PEREIRA, 1991: 12 e seguintes; FERREIRA, 1995: 250-254.

²⁰ RUSSELL-WOOD, 1998b: 118.

²¹ QUIRINO, 1966: *Passim*; ROWLAND, 1991: 139-140; FLORY & SMITH, 1978: 574-575.

²² MAGALHÃES, 1998: 51.

²³ STUDNICKI-GIZBERT, 2007: 26.

Gleydi Sullón Barreto²⁴ ou Amélia Polónia e Amândio Barros²⁵. Uma vez mais, o destino concreto de parte dos emigrantes não é identificável (44,9% do total de emigrantes nas Índias), mas ainda assim é possível apurar uma preferência pela Nova Espanha que agrega 15 emigrantes no México, mais 8 do que a zona do Caribe. Aqui, o predomínio de referências é, sem dúvida, da Cidade do México, que apenas pode ser comparada, dentro das Índias Castelhanas, a Cartagena no norte do vice-reino do Peru, cidade para a qual afluíram de facto muitos portugueses entre 1590 e 1639, por ser, juntamente com Vera Cruz, o único porto por onde os escravos transportados sob o regime de *asientos*²⁶ podiam entrar²⁷, colocando-a no topo das suas escolhas²⁸. Temos, assim, na Nova Espanha, uma presença bastante dispersa, como foi dito, onde para 4 emigrantes não nos foi possível identificar o espaço que os acolhe, número igual ao dos portugueses encontrados no que seriam hoje as Honduras e também o Guatemala. Seguem-se, com 3 migrantes o povoamento de Puebla de Los Angeles e, com 2 emigrantes cada, os de Campeche e Vera Cruz. Existiria 1 reinol nas Antilhas, São João de Olva, Porto Rico, Acapulco, Calles, Assunção, na ilha de Margarita, e San Juan. Mais concentrada geograficamente, mas também menor, é a deslocalização de indivíduos para o vice-reino do Peru onde, fora de Cartagena, se contam 3 emigrantes em Quito, 2 em Trujillo e 1 em São João da Luna, território não identificado, detendo este vice-reino 2,6% do número total de emigrantes, nem metade dos 6,4% do vice-reino de Nova Espanha.

Impressiona uma tão grande participação portuguesa encontrada neste destino tendo em consideração que «los portugueses fueron extranjeros en todos los territorios de la Monarquía Hispánica, incluyendo los ultramarinos que habían quedado incorporados a Castilla»²⁹, ainda que existissem formas de se tornarem legais (mais paliativas do que profiláticas)³⁰. Esta presença torna-se mais surpreendente quando sabemos que aqueles que se dirigiam para as Índias Castelhanas eram maioritariamente do sul de Portugal, mais concretamente do Algarve³¹, «la región ibérica y europea no castellana de mayor protagonismo en el sistema de comunicación y comercio que unió a la corona de

²⁴ SULLÓN BARRETO, 2010: 116.

²⁵ POLÓNIA & BARROS, 2012: 141.

²⁶ Referimo-nos aqui aos *asientos* de escravos criados pela Coroa Castelhana em 1594 para substituir o regime de licenças que se criara em 1518. Estes eram contratos que a Coroa fazia com particulares, os *asientistas*, que, em troca de um determinado valor estabelecido em leilão, lhes garantia o monopólio do abastecimento das Índias de Castela em mão de obra escrava, por um prazo e preço máximo definidos. O *asientista* podia depois vender licenças a comerciantes que desejassem importar escravos ou fazê-lo ele próprio. Confrontar VILA VILAR, 1977: *Passim*.

²⁷ VILA VILAR, 1977: 49, 57; VILA VILAR, 1979: 150-153.

²⁸ VENTURA, 2005: vol. I, t. I, 109-111.

²⁹ «Os portugueses foram estrangeiros em todos os territórios da Monarquia Hispânica, incluindo os ultramarinos que tinham ficado anexados a Castela» (SULLÓN BARRETO, 2014: 38).

³⁰ Era o caso das cartas de naturalização, das licenças e da composição. Confrontar SULLÓN BARRETO, 2014: 51-60, SULLÓN BARRETO, 2010: 118 e VILA VILAR, 1979: 147-149.

³¹ SERRANO MANGAS, 1994: 37.

Castilla com sus Índias»³², do Alentejo e de Lisboa³³, revelando a relação que se estabelecia entre os portugueses fora da Europa, capaz de dilatar as redes humanas ao ponto de ligarem, fora da península, portugueses de diferentes localidades.

O Estado da Índia ou o que definimos, em termos geográficos, como o Índico e Sudeste Asiático acolhe 19,6% dos emigrantes, o equivalente a 82 em números absolutos, o que coloca esta unidade em segundo lugar nas preferências dos emigrantes³⁴. Se para 54 indivíduos o espaço concreto de residência não pôde ser apurado, ou seja, 65,9% daqueles que se deslocaram para a Índia, o número daqueles que pôde, juntamente com o que da bibliografia podemos aferir, permite tirar algumas ilações quanto à presença portuguesa neste subcontinente. Goa ao receber 15 emigrantes (18,3% dos que estão na Índia) confirma-se como centro do Estado da Índia à época, ou, nas palavras de Timothy Coates «o centro económico, cultural, religioso e administrativo do Estado da Índia»³⁵, mas não muito distante dela está Cochim com 11 indivíduos (12,4%), um indicador da importância da Costa do Malabar, por esta altura, na atração dos portugueses³⁶. Ainda na costa ocidental, encontra-se referência a Chaul, o que indica o predomínio atrativo dos territórios indianos a oeste do Cabo Comorim, pois para lá deste somente encontramos 1 emigrante em Bengala, no nordeste indiano. A restante presença portuguesa na zona do Índico e Pacífico está bem mais disseminada, mas também conta com um número significativamente menor de indivíduos, 7 ou 1,7% dos emigrantes identificados no total e 7,9% daqueles que integram esta categoria geográfica. Na China encontram-se 3, 2 em Macau, um outro sem referência concreta a um espaço; em Malaca apuram-se 2 presenças e uma no Japão e outra em Moçambique.

OS FLUXOS DE EMIGRAÇÃO

Explanada a localização dos emigrantes ao longo do período que vai de 1560 a 1651, é altura de nos centrarmos nos fluxos de emigração. Neste campo analisaremos a presença dos portugueses nos vários destinos de acordo com a sua evolução cronológica com o intuito de detetar os comportamentos das tendências de emigração e, de seguida, lançar hipóteses explicativas que nos permitam compreender a razão das tendências encontradas. Importa, então, efetuar um levantamento temporal das presenças dos emigrantes em cada um dos territórios dos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América para, de seguida, se analisar e interpretar cada um destes por períodos cronológicos.

³² «A região ibérica e europeia não castelhana de maior protagonismo no sistema de comunicação e comércio que uniu a Coroa de Castela às suas Índias» (RODRÍGUEZ LORENZO, 1999: 24).

³³ STUDNICKI-GIZBERT, 2007: 48.

³⁴ Foi deixada de fora da análise os 19 indivíduos para os quais não foi possível identificar o destino de emigração.

³⁵ COATES, 1998: 128.

³⁶ ARASARATNAM, 1987: 102.

Com este objetivo foi elaborado o conjunto de mapas que apresentamos de seguida. Nele podemos fazer uma leitura das flutuações migratórias para o período estudado.

Atente-se, então, aos fluxos de emigração com algum detalhe, de forma a compreender o que os números revelam.

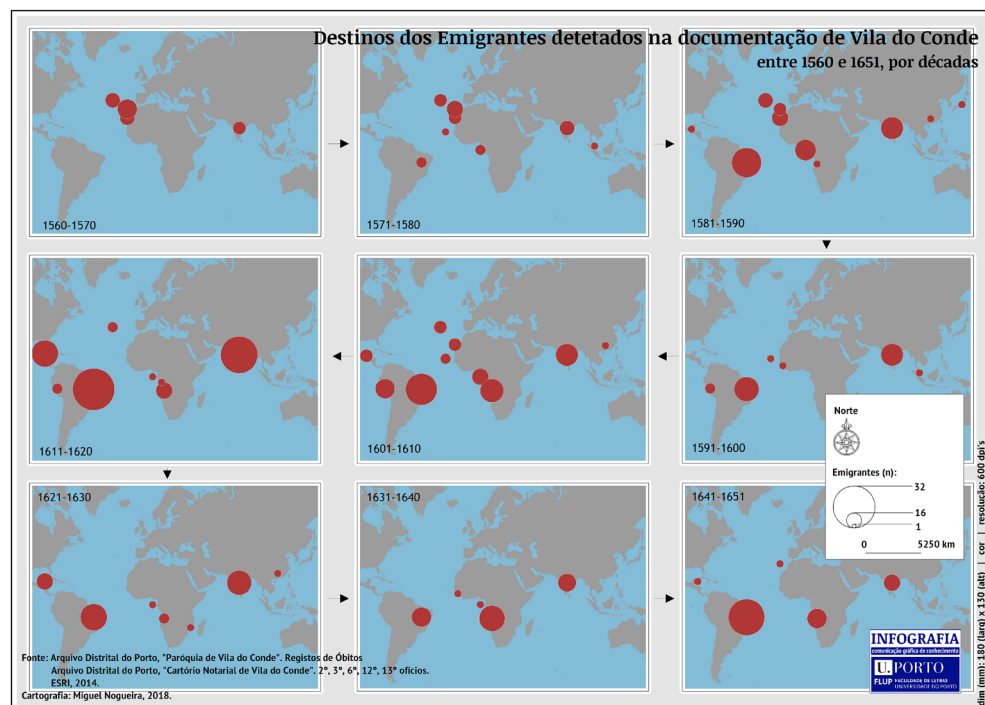


Fig. 1. Evolução cronológica da emigração detetada na documentação de Vila do Conde entre 1560 e 1651

Fonte: ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de Óbitos; ADP — *Cartório Notarial de Vila do Conde*, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º, 13.º officios

Num primeiro momento, entre os anos de 1560 e 1580, predominam, como território de acolhimento dos emigrantes, os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias totalizando 16 indivíduos entre 1560 e 1570, e 11 na segunda década estudada. O que este resultado revela é que, após os anos áureos da economia destas ilhas, particularmente da Madeira, que inclusivamente viu o Funchal ser saqueado e ocupado por 16 dias por corsários franceses em 1566³⁷, a sua atração ainda se fazia sentir, inclusivamente ao ritmo mais elevado de sempre desde finais de Quatrocentos com uma taxa de crescimento anual médio de 0,9%³⁸, o que é indicativo da necessidade destes arquipélagos

³⁷ NEPOMUCENO, 2006: 105.

³⁸ RODRIGUES, 2008: 239; PINTO & RODRIGUES, 2013: 26.

em absorver homens que mobilizem a sua economia. Esta realidade não desvanece na década seguinte, a de 1571 a 1580, apesar de uma pequena queda das presenças nestas ilhas, ainda as preferidas dos emigrantes.

Revelando um aumento da procura por parte dos reinóis que se deslocavam para fora da península, estavam os territórios para leste do Cabo da Boa Esperança, que ocupavam o segundo lugar nas suas preferências, um resultado significativo, mas que não corresponde à atração que o Estado da Índia, classificado como o principal destino de emigração ao longo do século XVI³⁹, exerceu sobre a população do reino. Este foi um sinal, cremos, tendo em conta o que já foi provado para o caso de Vila do Conde⁴⁰, de uma menor ligação do Entre Douro e Minho a estes territórios com os quais o comércio esteve concentrado em Lisboa⁴¹. Dessa cidade partiam também, por aí convergirem, «através da concentração de infra-estruturas políticas e financeiras»⁴², os homens de estatuto mais elevado que assumiam o papel preponderante na administração e defesa do Estado da Índia. Por este espaço gozar de cada vez menos oportunidades de negócio, estes homens partiam em maior número do que, por exemplo, os comerciantes⁴³.

Nos anos de 1580, o Brasil assumiu o papel principal no acolhimento dos emigrantes, registando-se, contudo, um pico de chegadas em vários territórios como nos arquipélagos atlânticos e no Estado da Índia, além de uma pequena subida da procura pelas Índias de Castela e pela Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental. Um tão grande crescimento dos valores de emigração, que passa de um total de 23 indivíduos deslocados nos territórios ultramarinos na década anterior, para 51 nesta, faz-nos pensar que as causas terão de se buscar fundamentalmente no reino. Porventura terá confluído uma influência da esfera política, com a subida ao trono de D. Filipe, com um crescimento populacional que se verificava em Vila do Conde por estes anos⁴⁴ e uma constante ameaça do corso junto à costa da vila que era agora dominado pelos ingleses⁴⁵, que, encorajados pela derrota da Armada Invencível, coadjuvavam o já existente «clima geral de perturbação marítima»⁴⁶, contribuindo para a quebra das atividades ligadas ao mar que empregavam grande parte dos homens da vila e também daqueles que emigravam. Aos fatores endógenos juntar-se-ia, no caso do Brasil, o florescimento da indústria açucareira a partir dos anos de 1570⁴⁷, uma fonte de oportunidades para quem procurava sair do reino, e que poderá justificar a primazia deste destino,

³⁹ RUSSELL-WOOD, 1998b: 118.

⁴⁰ POLÓNIA, 2007: II, 330; O'FLANAGAN, 2008: 132-134.

⁴¹ BOYAJIAN, 2008: 29; POLÓNIA, 2012a: 363-364.

⁴² POLÓNIA, 2012a: 363.

⁴³ SMITH, 2011: 15.

⁴⁴ POLÓNIA, 2007: I, 212.

⁴⁵ POLÓNIA, 2007: I, 174-175.

⁴⁶ BARROS, 2016: 115.

⁴⁷ SCHWARTZ, 1998a: 214.

preferência que, tendo em conta a proximidade entre o Brasil e o Entre Douro e Minho, não era exclusiva de Vila do Conde, mas afetava também, e de forma ainda mais forte, outros portos do noroeste português, como foi o caso de Viana⁴⁸. De facto, o crescimento desta indústria trouxe consigo uma maior necessidade de importação de mão de obra africana, até aí praticamente inexistente⁴⁹, que justificará também o incremento da presença portuguesa nas ilhas ao largo da costa africana, onde os escravizados eram concentrados para serem depois transportados.

No período de tempo compreendido entre 1581 e 1590 a procura das ilhas da Madeira, Açores e Canárias como local de habitação voltou a subir, mas já a um ritmo bem inferior ao demonstrado por outros territórios, nomeadamente o Brasil, sinal de um abrandamento económico das ilhas⁵⁰ ou, pelo menos, da incapacidade em fazer face à concorrência do açúcar brasileiro. Em situação idêntica estavam as Canárias que, tal como a Madeira, haviam beneficiado de um aumento dos preços do açúcar em meados do século XVI, mas nos anos 80 já viam o seu comércio em queda⁵¹, dado o crescimento do Brasil neste setor⁵². De facto, esta distância para o reino pode ter sido um fator importante, tendo em conta a alteração da situação política ibérica, com o início do reinado de Filipe I que, como se sabe, teve forte oposição nos Açores, principalmente na ilha Terceira que, por tanto resistir à aclamação do novo monarca, ganhando até um novo folgo na resistência com a presença de D. António em 1582, viu a sua população ficar sujeita «a um regime de presidio bastante apertado»⁵³. Torna-se, desta feita, notória a influência de mais do que uma possível motivação ou explicação na escolha de um local de emigração, algo que, como veremos, foi comum a todos os territórios ao longo de todo o período analisado.

A quebra que se fez sentir na década que se iniciou em 1591, efeito provável dos inúmeros ataques holandeses e ingleses às embarcações portuguesas⁵⁴, foi acompanhada, ainda que de forma residual no Índico e Oriente, por uma subida do número de emigrantes encontrados nas Índias de Castela. Este foi um efeito provável da elevada produção de prata no Potosí⁵⁵, que disseminou no reino a ideia de riqueza do território peruano, e, principalmente, do domínio dos *asientos* de escravos pelo português Pedro Gomes Reinel⁵⁶. Este controlo português atraiu toda uma massa de gente que deveria garantir a logística do tráfico bem como dos comerciantes que tencionavam lucrar com

⁴⁸ MOREIRA, 1984: 112-120; MOREIRA, 1995: 304-308.

⁴⁹ SCHWARTZ, 1998b: 65-66.

⁵⁰ O'FLANAGAN, 2008: 118.

⁵¹ ÁLVAREZ SANTOS, 2010: 55.

⁵² MORENO FLORIDO, 2003: 73.

⁵³ MAGALHÃES, 1993: 474-475. Para um estudo das consequências no Atlântico português das disputas entre D. António, prior do Crato, e D. Filipe I confrontar MARQUES, 2009: 33-64.

⁵⁴ POLÓNIA, 2012b: 117-118.

⁵⁵ VENTURA, 2005: vol. I, t. I, 106; BENNASSAR, 2001: 134.

⁵⁶ VENTURA, 2005: vol. I, t. I, 106; VILA VILAR, 1977: 33 e seguintes.

esta nova realidade instituída pelo monarca⁵⁷. Assim, notamos, como principal fator de atração para este destino, as oportunidades que a sua economia permite ao invés de uma influência da passagem dos territórios portugueses para a administração daquele que era até aí o monarca de Castela, até porque os portugueses nunca se tornaram bem-vindos, pelo menos do ponto de vista jurídico⁵⁸. O crescimento da emigração para este mesmo destino na década seguinte, ao ponto de se tornar no território ultramarino mais procurado, juntamente com o Brasil, parece confirmar esta hipótese, apesar de, entre 1601 e 1610, os dados recolhidos serem já das duas tipologias documentais, implicando, naturalmente, um crescimento dos valores apresentados, o que apenas não acontece para o Estado da Índia, indicador de um abrandamento na absorção de reinóis na entrada do novo século, numa altura em que a vila atingia o pico da sua massa populacional, cerca de 6000 almas⁵⁹, justificando-se uma nova subida da emigração.

O facto de os arquipélagos atlânticos verificarem, entre 1601 e 1610, um aumento do número de indivíduos que recebem pode refletir, como já demonstramos, um acompanhamento, por parte das economias locais, do monopólio português do abastecimento de mão de obra escrava das Índias Castelhanas. Estes espaços funcionavam como subsidiários do tráfico, até porque, quando se observa uma redução da emigração para as Índias de Castela na década seguinte, altura em que o sistema de importação de escravos é novamente alterado, era tal o desagrado pela influência portuguesa neste comércio⁶⁰, que estes espaços deixam de acolher novos emigrantes.

Quanto ao Brasil, o decréscimo na emigração que se fez notar na derradeira década do século XVI não parece ter sido causado pelas visitas inquisitoriais que nesses anos atingiram o nordeste brasileiro⁶¹. Esta suposição parece evidente tendo em conta que a queda da emigração foi global, não atingindo este território em específico, e que o novo período de visitas seria na década de 1611 a 1620⁶², altura em que a emigração atinge o seu ponto mais elevado, particularmente no caso do Brasil.

O intervalo de tempo entre 1611 e 1620 marca o maior pico de emigração registado ao longo de todo este estudo com um total de 84 emigrantes detetados em 457, o correspondente a 18,4%, isto numa altura em que a população da vila estava a decrescer ao ritmo de 2% ao ano, em contraciclo com a do reino que crescia⁶³. A emigração parecia ser o escape aproveitado pela população local nos momentos de crise interna⁶⁴, como aqueles

⁵⁷ Só escravistas portugueses, passaram para as Índias de Castela mais de 100, entre 1595 e 1640. Confrontar STUDNICKI-GIZBERT, 2007: 60 e SERRANO MANGAS, 1994: 19.

⁵⁸ SULLÓN BARRETO, 2014: 37.

⁵⁹ POLÓNIA, 2007: I, 212.

⁶⁰ ESCOBAR QUEVEDO, 2008: 217; VILA VILAR, 1977: 42-50.

⁶¹ FEITLER, 2007: 272.

⁶² FEITLER, 2007: 272.

⁶³ POLÓNIA, 2007: I, 212-216.

⁶⁴ POLÓNIA, 2007: II, 326.

causados pela concorrência ao *mare clausum* português tanto pelo comércio como, principalmente, pela pirataria e pelo corso que afetaram o vigor económico de uma vila de homens do mar⁶⁵, tal como causava o abrandamento das atividades das comunidades marítimas do reino desde os anos de 1520⁶⁶. Este valor tão elevado tornou-se viável com o contributo essencial do Brasil, que atingia agora a maturação da sua economia açucareira, contando com 346 engenhos em 1629⁶⁷, o que trazia uma imagem de riqueza ao reino e a todos os concorrentes europeus⁶⁸, das Índias de Castela, como vimos, já em decréscimo, e dos territórios entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão, onde se dava o canto do cisne da presença portuguesa.

O período que se seguiria, entre 1621 (também data de criação da WIC) e 1640, seria de redução da emigração para os territórios ultramarinos. No Estado da Índia, Portugal perdia o seu papel de predominância em relação às outras potências europeias, sobretudo depois de 1630⁶⁹, apesar de a concorrência se fazer sentir logo em 1621 com o final da Trégua dos Doze Anos com os holandeses⁷⁰ e mesmo antes desse período, já que as tréguas não significaram a imobilização da ação holandesa na Ásia⁷¹. Todavia, já em 1622, a perda de Ormuz afetara fortemente as receitas do vice-reino, pois esta praça representara, nas décadas anteriores, a terceira maior fonte de rendimento no Oriente⁷². Em 1629 fora a vez de Malaca ser cercada pelos holandeses, o que não permitiu a este entreposto comercial com o Extremo Oriente contribuir para as finanças do Estado da Índia⁷³. A criação da periclitante Companhia Portuguesa das Índias nos finais da década de 1620 também não ajudou ao panorama que se vinha a traçar na região numa época de fome no subcontinente indiano que reduziu a quantidade de mercadorias disponíveis para exportação⁷⁴. No fundo, os sucessivos conflitos na região e a quebra económica ditavam um afastamento de todos aqueles que procuravam melhores condições de vida fora do reino.

No caso do Atlântico ocidental, o motivo da quebra seria, muito provavelmente, a guerra contra os holandeses encetada no nordeste brasileiro, o que, com a conquista de Salvador em 1624 e subsequente reconquista no ano seguinte, e de Olinda e Recife em 1630, conduziu ao afastamento daqueles que procuravam um novo espaço para se estabelecerem, provando um contacto constante entre as populações de ambos os lados do oceano que, apercebendo-se das condições disponíveis num determinado espaço,

⁶⁵ POLÓNIA, 2007: II, 84-87.

⁶⁶ ROCHA, 2016: 112.

⁶⁷ SCHWARTZ, 1998a: 215.

⁶⁸ MARQUES, 2009: 64-65.

⁶⁹ DISNEY, 1981: 67.

⁷⁰ DISNEY, 1981: 94.

⁷¹ BOYAJIAN, 2008: 185-186.

⁷² MATOS, 1994: 70.

⁷³ DISNEY, 1981: 70.

⁷⁴ DISNEY, 1981: 134-135.

abstinham-se de para aí se deslocarem⁷⁵, prevendo a falta de oportunidades económicas, ou procuravam alternativas, como parece ter ocorrido entre 1631 e 1640, quando a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental ultrapassam todos os outros destinos ao acolher 13 emigrantes. Com a conquista, por parte dos holandeses, de São Jorge da Mina em 1637 e de São Tomé e Luanda em 1641, o Brasil retoma, até 1651, a sua posição de liderança nas preferências daqueles que se deslocam do reino para fora da Europa⁷⁶, estatuto que não mais perderia, até porque nos anos de 1640 o Maranhão e o Ceará vão sendo reconquistados, voltando, em 1654, Olinda e Recife a mãos portuguesas.

No fundo, apresentadas as tendências gerais da emigração aqui em foco e interpretados os resultados, podemos resumir o sentido da emigração portuguesa para os arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América na seguinte frase: «O seu enfoque espacial ou núcleo alterou-se à medida que diferentes produtos se tornaram predominantes no seu comércio e produção, parecendo criar ciclos de actividade económica: as especiarias, o açúcar, o ouro»⁷⁷.

A atividade profissional destes emigrantes, sobretudo marítima e mercantil, permitia-lhes responder aos contextos económicos por que cada espaço atravessava ao longo do tempo. Se num primeiro momento foram as ilhas mais próximas do reino aquelas que exerceram um domínio na atração de emigrantes, com a quebra da sua economia açucareira, os emigrantes rapidamente dão preferência ao Brasil onde, desde os anos de 1570, o açúcar animava a dinâmica comercial, necessitando de mão de obra para garantir a produção da mercadoria, que os emigrantes iam buscar à costa africana, principalmente, nesta cronologia, à África Centro Ocidental; de homens do mar para transportar o açúcar em direção à Europa; e de comerciantes que garantissem a venda do produto. Os indivíduos com que nos deparamos estão perfeitamente aptos a responder a estas necessidades e, portanto, veem nelas a sua oportunidade para emigrar.

De igual forma responderam os emigrantes à criação dos *asientos*, que os portugueses monopolizaram, para colocar mão de obra africana nas Índias de Castela. Na primeira década do século XVII a emigração para este território aumentou e tornou-o mesmo no principal destino dos emigrados a par do Brasil. As conjunturas locais voltariam novamente a interferir na escolha de um espaço de fixação quando se deflagraram as lutas com os holandeses no nordeste brasileiro, provocando quebras no comércio do açúcar e originando uma instabilidade quotidiana que os indivíduos rapidamente reconheceram, mesmo estando no reino, dirigindo-se então para Angola de onde também tiveram que

⁷⁵ POLÓNIA & BARROS, 2012: 124. Um processo semelhante foi observado nas décadas de 70 e 80 do século XVI para a emigração francesa desde La Rochelle para a América, que sofreu um decréscimo das partidas provocado provavelmente pela guerra entre estes e os holandeses. Confrontar MAURO, 1986: 98-99.

⁷⁶ Até 1637, também já foi apurado um afastamento dos pilotos da rota do Brasil devido aos ataques holandeses. Confrontar POLÓNIA & BARROS, 2012: 123.

⁷⁷ SCHWARTZ, 2010: 22.

fugir na década de 1641 a 1650. O mesmo se passou com o Estado da Índia quando a presença portuguesa na região se esmoreceu ao longo do século XVII, fruto do cada vez menor papel português no tráfico de mercadorias orientais para a Europa, causado pela concorrência que as potências europeias ofereciam ao domínio marítimo português.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Distrital do Porto

ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de casamentos. E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1.

ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de óbitos. E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4.

ADP — *Cartório Notarial de Vila do Conde*, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º e 13.º officios.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis (2010) — *Vínculos en el Atlántico: Juan de Vega, señor del ingenio de Güümar*. In CONCEJALÍA DE PATRIMONIO HISTÓRICO. Ayuntamiento de Arona — *Jornadas de Historia del Sur de Tenerife*. Arona: Llanoazur ediciones, p. 53-67.

——— (2015) — *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. Tenerife: Universidad de La Laguna. Tese de doutoramento.

ARASARATNAM, Sinnapah (1987) — *India and the Indian Ocean in the Seventeenth Century*. In GUPTA, Ashin Das; PEARSON, Michael, ed. — *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, p. 94-130.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2016) — *Porto. A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha.

BENNASSAR, Bartolomé (2001) — *La América española y la América portuguesa. Siglos XVI-XVIII*. 4.ª ed. Madrid: Ediciones Akal.

BOYAJIAN, James C. (2008) — *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore/ Londres: The John Hopkins University Press.

CABRAL, Iva (2015) — *A Primeira Elite Colonial Atlântica — Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra»*. [S.l.]: Pedro Cardoso Livraria.

CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013) — *Escravos e Traficantes no Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros.

CARDOSO, Diogo Andrade (2018) — *A especialização profissional como fator de emigração para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII*. «Análise Social», n.º 226, vol. LIII (1.º), p. 162-185.

COATES, Timothy J. (1998) — *Degradados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: CNCDP.

COSME, João (1997) — *A Emigração para o Brasil através das Habilitações do Santo Ofício (1640-1706)*. In VENTURA, Maria da Graça, coord. — *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, p. 195-216.

DISNEY, Anthony R. (1981) — *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70.

ELTIS, David [2002] — *Free and Coerced Migrations from the Old World to the New*. In ELTIS, David, ed. — *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, p. 34-74.

ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo (2008) — *Inquisición y Judaizantes en América Española (siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.

- FEITLER, Bruno Guilherme (2007) — *Usos políticos del Santo Oficio Portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El Período Filipino*. «Hispania Sacra», n.º 119, p. 269-291. Disponível em <www.hispaniasacra.revistas.csic.es>. [Consulta realizada em 20/10/2016].
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995) — *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia.
- FLORY, Rae; SMITH; David Grant (1978) — *Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries*. «The Hispanic American Historical Review», vol. 58, n.º 4, p. 571-594.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1978) — *L'Émigration Portugaise (XV.^e-XX.^e siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde*. «Revista de História Económica e Social», n.º 1, p. 5-32.
- _____ (1980) — *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 4.^a ed. Lisboa: Arcádia.
- _____ (1990) — *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL.
- LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo (2017) — *Theorizing Cross-Cultural Migrations: The Case of Eurasia since 1500*. «Social Science History», n.º 41, p. 445-475.
- LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick (2010) — *Migration History: Multidisciplinary Approaches*. In LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick, eds. — *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, p. 3-35.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993) — *D. António*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, p. 472-475. Vol. III: *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*.
- _____ (1998) — *A Construção do Espaço Brasileiro*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 28-64. Vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- MARQUES, Guida (2009) — *L'invention du Brésil entre deux Monarchies*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Tese de doutoramento.
- MATOS, Artur Teodoro de (1994) — *A Situação Financeira do Estado da Índia no Período Filipino (1581-1635)*. In MATOS, Artur Teodoro de, coord. — *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. [S.l.]: Instituto Cultural de Macau, p. 61-81.
- MAURO, Frédéric (1986) — *French indentured servants for America, 1500-1800*. In EMMER, Peter C., ed. — *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, p. 83-104.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes (1984) — *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- _____ (1995) — *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- MORENO FLORIDO, María Berenice (2003) — *Marineros Extranjeros en los Protocolos Notariales de Gran Canaria (1590-1599)*. «Vegueta», n.º 7, p. 65-87.
- NEPOMUCENO, Rui (2006) — *História da Madeira. Uma visão actual*. Porto: Campo das Letras.
- NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie (2007) — *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden/Boston: Brill.
- O'FLANAGAN, Patrick (2008) — *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Aldershot: Ashgate.
- PEREIRA, João Cordeiro (1991) — *Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. «STVDIA», n.º 50, p. 5-48.
- PÉREZ GARCÍA, Rafael, M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. (2009) — *Sevilla y la Trata Negrera Atlántica: envíos de esclavos desde Cabo Verde a la América Española, 1569-1579*. In ÁLVAREZ SANTALÓ, León Carlos, coord. — *Estudios de Historia Moderna en Homenaje al Profesor Antonio García-Baquero*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 597-622.

- PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira (2013) — *O povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI*. In SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo Teodoro de, coord. — *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, p. 15-53.
- POLÓNIA, Amélia (2007) — *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: O Porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: IN-CM. 2 vols.
- (2012a) — *Indivíduos e Redes Auto-Organizadas na Construção do Império Ultramarino Português*. In GARRIDO, Álvaro et al., org. — *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: Economia, Instituições e Império*. Coimbra: Edições Almedina, p. 349-371.
- (2012b) — *Jumping Frontiers, Crossing Barriers. Transfers Between Oceans: A Case Study of the Portuguese Overseas Expansion, 1400-1800*. In MUKHERJEE, Rila, ed. — *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*. Deli: Primus Books, p. 111-132.
- POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio (2012) — *Commercial flows and transference patterns between Iberian empires (16th-17th centuries)*. In CRESPO SOLANA, Ana; ALONSO GARCÍA, David, org. — *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)*. «Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology», n.º especial, p. 111-144.
- QUIRINO, Tarcizio do Rêgo (1966) — *Os Habitantes do Brasil no fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.
- RIBEIRO, Orlando (1962) — *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- RILEY, Carlos (1998) — *Ilhas Atlânticas e Costa Africana*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 137-162. Vol. I: *A Formação do Império (1415-1570)*.
- ROCHA, Gabriel de Avilez (2016) — *Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic*. Nova Iorque: New York University. Tese de doutoramento.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (1993) — *As Estruturas Popacionais*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, p. 179-217. Vol. III: *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*.
- (2008) — *As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord. — *História da População Portuguesa*. Porto: CEPES; Edições Afrontamento, p. 159-246.
- RODRÍGUEZ LORENZO, Sergio M. (1999) — *El Algarve y la carrera de Indias: marginalidade provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII)*. «Revista de Historia Naval», ano 17, n.º 66, p. 23-38.
- ROWLAND, Robert (1991) — *Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)*. In EIRAS ROEL, Antonio, coord. — *Emigración Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, vol. I, p. 137-146.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1998a) — *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel.
- (1998b) — *Ritmos e Destinos de Emigração*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 114-125. Vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1998a) — *«Babilónia» Colonial: A Economia Açucareira*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 213-231. Vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- (1998b) — *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.

- (2010) — *A Economia do Império*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, dir. — *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 21-51.
- SERRANO MANGAS, Fernando (1994) — *Encrucijada Portuguesa: Esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1668)*. Badajoz: Excelentísima Diputación Provincial de Badajoz.
- SMITH, Stefan Halikowski (2011) — *Creolization and Diaspora in the Portuguese Indies. The Social World of Ayutthaya, 1640-1720*. Leiden/Boston: Brill.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken (2007) — *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press.
- SULLÓN BARRETO, Gleydi (2010) — *Portugueses en el Perú virreinal (1570-1680): Una aproximación al estado de la cuestión*. «Mercurio Peruano», n.º 523, p. 116-129.
- (2014) — *Vasallos y extranjeros. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de doutoramento.
- VENTURA, Maria da Graça (2005) — *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplidades e Vivências*. Lisboa: IN-CM. 2 vols.
- VIEIRA, Alberto [s.d.] — *As Ilhas, as Rotas Oceânicas, os Descobrimentos e o Brasil*. Disponível em <<http://www.madeira-edu.pt>>. [Consulta realizada em 04/09/2016].
- VILA VILAR, Enriqueta (1977) — *Hispano-America y el Comercio de Esclavos. Los Asientos Portugueses*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla.
- (1979) — *Extranjeros en Cartagena (1593-1630)*. «Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas», n.º 16, p. 147-184.

ANEXOS

Anexo 1. Localização dos emigrantes (1560-1651)

Local	Quantidade	Porcentagem
BRASIL	128	30,5%
Brasil	128	30,5%
<i>Baía</i>		
não identificado	11	2,6%
Salvador	4	1,0%
<i>Pernambuco</i>		
não identificado	31	7,4%
Olinda	24	5,7%
Cabo de Santo Agostinho	2	0,5%
Outeiro de Poínqua	1	0,2%
Recife	1	0,2%
Porto Calvo	1	0,2%
<i>Rio de Janeiro</i>		
Rio de Janeiro	4	1,0%
<i>São Paulo</i>		
São Vicente	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	48	11,5%
ÍNDICO E SUDESTE ASIÁTICO	89	21,2%
China	3	0,7%
<i>Macau</i>		
Macau	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
Índia	82	19,6%
<i>Bengala</i>		
não identificado	1	0,2%
<i>Chaúl</i>		
Chaúl	1	0,2%
<i>Goa</i>		
Goa	15	3,6%
<i>Malabar</i>		
Cochim	11	2,6%
<i>não identificado</i>		
não identificado	54	12,9%
Japão	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
Malásia	2	0,5%
<i>Malaca</i>		
Malaca	2	0,5%
Moçambique	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%

Local	Quantidade	Porcentagem
ÍNDIAS DE CASTELA	69	16,5%
Nova Espanha	27	6,4%
<i>Audiência de Santo Domingo</i>		
Assunção	1	0,2%
San Juan	1	0,2%
não identificado	1	0,2%
<i>Guatemala</i>		
não identificado	3	0,7%
<i>Honduras</i>		
não identificado	1	0,2%
<i>México</i>		
Cidade do México	6	1,4%
Puebla de Los Angeles	3	0,7%
Vera Cruz	2	0,5%
Campeche	2	0,5%
Calles	1	0,2%
Acapulco	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	4	1,0%
São João de Olva	1	0,2%
Peru	11	2,6%
<i>Audiência de Lima</i>		
Trujillo	2	0,5%
<i>Audiência de Quito</i>		
São Francisco de Quito	3	0,7%
<i>Audiência de Santa Fé de Bogota</i>		
Cartagena das Índias	5	1,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
não identificado	31	7,4%
<i>não identificado</i>		
não identificado	30	7,2%
São João da Luna	1	0,2%

Local	Quantidade	Porcentagem
ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA, AÇORES E CANÁRIAS	48	11,5%
Açores	16	3,8%
<i>Ilha de São Miguel</i>		
Ponta Delgada	3	0,7%
não identificado	2	0,5%
Ribeira Grande	2	0,5%
<i>Ilha do Faial</i>		
não identificado	3	0,7%
<i>Ilha Terceira</i>		
não identificado	4	1,0%
Angra do Heroísmo	2	0,5%
Canárias	16	3,8%
<i>Ilha de Palma</i>		
não identificado	6	1,4%
Santa Cruz	1	0,2%
<i>Ilha de Tenerife</i>		
não identificado	3	0,7%
Garachico	2	0,5%
<i>Ilha Grã-Canária</i>		
não identificado	4	1,0%
Madeira	16	3,8%
<i>Ilha da Madeira</i>		
Funchal	8	1,9%
não identificado	4	1,0%
Santa Cruz	3	0,7%
Ribeira Brava	1	0,2%
SENEGÂMBIA E GUINÉ, GOLFO DE BENIM E ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL	42	10,0%
Angola	39	9,3%
<i>São Paulo de Luanda</i>		
São Paulo de Luanda	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	37	8,8%
Congo	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
Guiné	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	2	0,5%

Local	Quantidade	Porcentagem
ARQUIPÉLAGOS DE CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	24	5,7%
Cabo Verde	4	1,0%
<i>Ilha de Santiago</i>		
não identificado	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	2	0,5%
São Tomé e Príncipe	20	4,8%
<i>Ilha de São Tomé</i>		
não identificado	18	4,3%
<i>Ilha do Príncipe</i>		
não identificado	2	0,5%
NÃO IDENTIFICADO	19	4,5%
não identificado	19	4,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	19	4,5%
TOTAL GERAL	419	100,0%

Fonte: ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de casamentos. E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de óbitos. E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP — *Cartório Notarial de Vila do Conde*, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º e 13.º ofícios

OS PORTUGUESES NA AMÉRICA ESPAÑHOLA: ENTRE A INTEGRAÇÃO E A EXCLUSÃO. LUÍS GOMES BARRETO E OS CRISTÃOS-NOVOS DE CARTAGENA DAS ÍNDIAS (C. 1600-1650)

SIMÃO MATA*

Resumo: Ao longo da chamada *Época Moderna*, comerciantes portugueses espalharam-se pelo globo, criando redes de contactos e fluxos comerciais que se estenderam também por territórios desligados da tutela da Coroa portuguesa. Este trabalho tem como objetivo analisar particularidades da comunidade portuguesa cristã-nova residente em Cartagena das Índias, no vice-reino do Peru, através de uma abordagem biográfica que procura incluir elementos de uma análise prosopográfica. Recorrendo ao processo inquisitorial de Luís Gomes Barreto — cristão-novo português, abastado traficante de escravos e membro do Cabildo de Cartagena das Índias — procura-se assim, além de compreender aspetos da sua rede pessoal de relações e averiguar o seu grau de integração na sociedade local, retirar algumas conclusões referentes à natureza das perseguições inquisitoriais americanas da década de 20 em diante.

Palavras-chave: Comerciantes; Portugueses; América Espanhola; Inquisição.

Abstract: Throughout the so-called *Early Modern Period*, Portuguese merchants spread out through the globe, establishing commercial networks that also reached territories that were not under the rule of the Portuguese crown. This paper aims at analyzing some particularities of the Portuguese community living in Cartagena de Indias, in the Viceroyalty of Peru, through a biographical approach that seeks to include elements of a prosopographical analysis. Calling upon the inquisitorial process of Luís Gomes Barreto — a Portuguese New Christian, wealthy slave trader and member of the Cabildo of Cartagena de Indias — we seek, besides understanding certain aspects of his personal network of relationships and examine his degree of integration in the local society, to draw some conclusions regarding the nature of the American inquisitorial persecutions from the 1620s onwards.

Keywords: Merchants; Portuguese; Spanish America; Inquisition.

INTRODUÇÃO

A cidade de Cartagena das Índias, localizada na costa caribenha da atual República da Colômbia, destacou-se, ao longo da primeira metade do século XVII, como um dos vários centros urbanos americanos cuja integração na economia atlântica garantiu, além do crescimento da população espanhola¹, uma contínua e crescente presença portuguesa. Como ponto de partida para este estudo, pressupôs-se a já bem conhecida

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: scfamata@gmail.com.

¹ Ainda que seja objeto de debate a força e capacidade agregadora de uma identidade «espanhola» nessa época (ou seja, uma identidade comum a todos os territórios ibéricos, oscilando entre a inclusão e exclusão de Portugal), o termo — ainda que de forma algo anacrónica — será aqui usado numa aceção meramente geográfica, descrevendo-se como «espanhóis» todos os peninsulares não naturais de Portugal, ou descendentes diretos destes.

ampliação da circulação de portugueses na América Espanhola a partir da União Dinástica, assim como a consolidação do seu peso social e económico neste espaço do Império. A cidade de Cartagena assumir-se-ia como um dos destinos de maior destaque para os portugueses, dada a importância que aí deteve o comércio — sendo o escravagista o mais importante, estimulando toda a economia regional e local — e todas as oportunidades de ascensão social e enriquecimento que essa dinamização económica gerava paralelamente.

Tendo em conta este cenário, espera-se assim que este trabalho possa contribuir para o estudo do fluxo transimperial de pessoas e da relação das comunidades «forasteiras» com a sociedade e o poder político envolventes. Em termos mais específicos, pretende-se, além disso, refletir sobre a diversidade do panorama social e humano nas colónias espanholas e a natureza dos conflitos sociais que atravessam este período. Isto é, feito através de uma abordagem biográfica — um estudo de caso — que tenta não perder de vista um certo teor prosopográfico, sendo neste sentido que se definiram algumas questões de partida: averiguar as formas de inserção dos portugueses nas colónias espanholas, procurando ter em conta a dinâmica interna destes, assim como as suas relações com as autoridades e a sociedade envolventes; perceber as limitações e reverses dessa integração; tentar traçar algumas pistas para a compreensão da natureza política e ideológica da perseguição inquisitorial. Após uma breve e geral contextualização histórica deste fenómeno migratório (com destaque para Cartagena), assim como do crescente culminar de tensões a partir da década de 20 do século XVII, iremos então proceder a uma revisão da atual bibliografia sobre este tema e seus principais pontos de debate. Terminaremos com a análise do caso de Luís Gomes Barreto, procurando comparar os dados recolhidos com as reflexões historiográficas previamente discutidas.

1. FLUXO PORTUGUÊS PARA A AMÉRICA ESPANHOLA: TRAÇOS GERAIS

Apesar das numerosas restrições à entrada de estrangeiros nas Américas e dos vários protestos das autoridades locais, é atualmente inquestionável o fluxo de vários europeus (italianos, franceses, flamengos, mas sobretudo portugueses) para o Novo Mundo, quer de modo legal, através de naturalizações, licenças individuais, pagamento da *composición*, etc., quer clandestinamente. Facilmente encontramos portugueses com percursos semelhantes ao de Gomes Barreto. Estes tendem a nascer na península, evadindo-se depois para as Américas, onde permanecem com diferentes graus de integração, acabando por abandonar essas terras por opção própria ou devido à conflituosidade que emerge especialmente a partir da década de 20. Em Portugal, é de destaque a investigação de Maria da Graça Mateus Ventura sobre as comunidades mercantis portuguesas da América Espanhola. A sua longa pesquisa materializou-se na obra de referência *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*, onde junta uma volumosa recolha de dados empíricos sobre portugueses presentes nas Índias com uma análise das

formas de agrupamento e sociabilidade desses homens e mulheres, trabalho este empreendido numa escala ainda não igualada em Portugal.

Apesar de se dever relativizar a hostilidade para com a presença portuguesa, a certa altura torna-se inegável, nos territórios pertencentes à Coroa espanhola, uma acesa perseguição desta comunidade. No caso americano, o constante fluxo português levou a que algumas das tensões entre esta crescente comunidade e certos setores da população e das autoridades coloniais nunca fossem acalmadas em definitivo². Para além de constituírem poderosos rivais no comércio e na obtenção de cargos públicos, tendiam a ser acusados das práticas de contrabando, criptojudaísmo e, nas áreas de incursão dos bandeirantes, da captura e escravização de índios.

Eventualmente, desde o início do século XVII, mas especialmente a partir da década de 20, a pressão política colocada sobre a Coroa espanhola iria conduzir ao agravar das restrições à emigração estrangeira para as Índias, ao mesmo tempo que a Inquisição estendia a sua influência e intensificava a perseguição ao criptojudaísmo. Após a revolta restauracionista, em 1640, a situação tornar-se-ia ainda mais complicada para os portugueses e seus descendentes na América Espanhola, forçando-os frequentemente a redefinir-se totalmente como «espanhóis». A averiguação da natureza das causas desta onda americana de repressões — que, para além da sua dimensão religiosa, conjuga ainda fatores sociopolíticos e económicos — está, em grande medida, ainda em aberto, e a sua análise seria do maior interesse para a compreensão da história da presença portuguesa nestas colónias.

1.1. Cartagena das Índias e o peso do tráfico escravagista

A cidade de Cartagena das Índias, na costa caribenha da antiga Audiência de Santa Fé de Bogotá — por sua vez integrada no vice-reino do Peru —, destacou-se durante o período colonial como um importante porto de escravos³. Apesar da colonização da América Espanhola ter assentado em grande parte na exploração económica dos indígenas por meio de formas semiforçadas de trabalho, a importação de escravos africanos nunca foi interrompida, não apenas em função do estatuto social que um escravo conferia, mas sobretudo pela sua importância económica nas regiões onde a mão de obra indígena se havia tornado escassa.

No início do século XVI a Coroa espanhola passaria a permitir o envio de escravos para os portos caribenhos. Como resultado, seria a partir do último quartel desse mesmo século, durando até meados do seguinte, que Cartagena se conseguiria afirmar como principal ponto redistribuidor de escravos da chamada *Tierra Firme*, das ilhas caribenhas e da restante América do Sul, tornando-se uma grande feitoria onde eram

² VENTURA, 2005.

³ VIDAL ORTEGA & D'AMATO CASTILLO, 2015.

«armazenados» centenas de escravos à espera de serem comprados ou redistribuídos. A cidade deveu essa sua nova centralidade à integração do seu porto na rede das frotas sevillhanas, à conquista da autorização de comércio escravagista e à intensa circulação local de metais preciosos.

Criando e constantemente fortalecendo redes de negócios que partiam de Lisboa e Sevilha, ligando as feitorias na costa atlântica africana aos territórios ibéricos na América, a «infiltração» portuguesa na economia da América Espanhola seria reforçada no século XVII, quando comerciantes portugueses aproveitaram as dificuldades financeiras da Coroa espanhola para consolidar o seu domínio sobre este negócio⁴. Se recorrermos ao processo inquisitorial de Barreto, confirmamos que a maioria dos portugueses cristãos-novos mencionados no processo estavam de algum modo ligados ao comércio: o próprio feitor do *asentista*⁵ em Cartagena era um português, Fernando Lopes de Acosta, também ele mais tarde acusado de criptojudaísmo⁶.

Conforme nos relata o capitão Luis de Santamaría, em 1590 este constataria a existência de 140 portugueses instalados na costa caribenha da Audiência de Santa Fé e a chegada de cada vez mais⁷. Por sua vez, Jonathan Schorsch aponta para a existência, em 1630, de pelo menos 154 portugueses apenas na cidade de Cartagena, compondo cerca de 10% da população europeia da cidade⁸. São estes testemunhos que sustentam a defesa, por Vidal Ortega e D'Amato Castillo, de que entre 1580 e 1640 «lo portugués estuvo presente de manera cotidiana en todos los aspectos de la vida diaria de Cartagena de Indias»⁹.

2. A HISTORIOGRAFIA E OS PORTUGUESES DAS ÍNDIAS DE CASTELA

Como apontam Stuart Schwartz e Lewis Hanke, apesar da presença portuguesa na América Espanhola ser já conhecida — tanto ao tempo da conquista do continente como durante a União Ibérica e em épocas posteriores — este tema apenas começou a ser objeto de estudos mais aprofundados e sistemáticos a partir da segunda metade do século XX¹⁰. Nos primeiros trabalhos que versavam sobre a penetração portuguesa nos territórios da Coroa de Castela, este fluxo acabou a ser encarado como essencialmente disruptivo, contrário aos interesses dos monarcas e dos colonos espanhóis. Analisados

⁴ VENTURA, 2005; VIDAL ORTEGA & D'AMATO CASTILLO, 2015.

⁵ Para um estudo clássico das consequências do monopólio português deste privilégio durante a União Dinástica ver VILA VILAR, 1973.

⁶ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, 19v, 133v.

⁷ VIDAL ORTEGA & D'AMATO CASTILLO, 2015: 436.

⁸ SCHORSCH, 2008: 123.

⁹ VIDAL ORTEGA & D'AMATO CASTILLO, 2015: 437.

¹⁰ Podem ser referidos, como exemplos deste ponto de viragem na historiografia: HANKE, 1961; REPARAZ, 1976; SCHWARTZ, 1968.

sobretudo pela sua associação à prática do contrabando e às incursões de captura de índios, tendeu-se ainda a reproduzir uma imagem redutora dos portugueses enquanto maioritariamente cristãos-novos e agrupados em comunidades fechadas e endogâmicas. Apesar de se admitir a formação de relações de clientela e uma certa influência na administração local, a presença dos portugueses foi, portanto, inicialmente analisada enquanto elemento intrusivo, um entrave ao domínio efetivo da Coroa espanhola sobre esses territórios.

De facto, após a União das Coroas, em 1580, e de acordo com os estatutos definidos nas Cortes de Tomar, as restrições que limitavam a entrada de estrangeiros nas Índias de Castela continuavam a incluir os portugueses. No entanto, e conforme as práticas políticas da época, essas restrições legais eram frequentemente flexibilizadas ou ignoradas pelas autoridades coloniais, conforme o interesse destas na suspensão da lei e a sua capacidade de a executar. Nas áreas americanas conquistadas, as imposições da Coroa e das instituições do poder central tenderam a ver-se limitadas pelos interesses e poderes locais e regionais, que abriram assim o espaço à entrada dos portugueses, atuando como marinheiros, soldados, comerciantes, artífices, etc. Esta situação de legalidade ambígua aos olhos do poder central acabaria muitas vezes por ser tolerada (e até estimulada) pela Coroa de forma tácita, constituindo, para todos os efeitos, a normalidade quotidiana nesses espaços. Segundo Maria da Graça Ventura, em 1596, Filipe II teria chegado a recomendar moderação na aplicação das restrições, especialmente para com os súbditos lusitanos, cujas atividades económicas não eram sempre vistas negativamente¹¹. A relação da Coroa espanhola com a presença destes seus súbditos foi assim sempre caracterizada pela ambiguidade e pela contradição.

A historiografia sobre a temática dos portugueses nas Índias de Castela, há muito reconhecendo a consolidação da importância desta comunidade durante o período em causa, encontra-se assim a braços com este paradoxo fundamental. Multiplicam-se análises que, contrariando as prévias representações dos portugueses como «intrusos», defendem o papel económico e a preponderância social destes e dos seus descendentes, cujos membros conseguiram frequentemente atingir profundos níveis de integração na sociedade colonial. Por outro lado, e pretendendo responder a essa ênfase na integração, outros autores alertam para o estatuto jurídico ambíguo destes portugueses, que nunca deixariam de ser vistos como «estrangeiros» aos olhos das autoridades imperiais e de certos grupos da sociedade colonial, destacando também as latentes tensões que culminariam, no espaço americano, na repressão inquisitorial das décadas de 20 e 30 do século XVII¹².

¹¹ VENTURA, 2005: 78.

¹² Uma análise da instrumentalização política da Inquisição pode ser encontrada, por exemplo, em ARMAS ASIN, 1997; FEITLER, 2007; SCHWARTZ, 2011 apresenta uma interessante análise da relação entre sociedade, política e religião.

Cremos que, no entanto, subjazem algumas insuficiências a ambas aproximações. Aqueles que visam demonstrar uma profunda integração dos portugueses no meio americano procuram, de forma legítima, contrariar uma certa historiografia focada quase exclusivamente nas perseguições e exclusão desses portugueses, sobretudo os cristãos-novos. No entanto, este destaque dado à integração pode acabar por ter vários efeitos adversos. O principal deles seria a desvalorização do fenómeno da perseguição (com todas as tensões sociais associadas) movida contra essa comunidade portuguesa a partir da década de 20, ou, no mínimo, a ausência de uma explicação satisfatória para esse fenómeno de natureza política e ideológica¹³.

Por outro lado, os trabalhos focados na perseguição desses portugueses, além de poderem tender a reduzir todos estes a potenciais judaizantes (acabando assim, ironicamente, por reproduzir o discurso inquisitorial), podem por vezes evadir a questão do porquê das «tensões luso-espanholas» se terem agravado num dado momento histórico, assim como a questão fundamental do porquê de estas perseguições terem muitas vezes visado aqueles portugueses vistos como mais «integrados» na sociedade colonial. A própria origem e natureza destas tensões tornam-se assim num outro ponto de debate, acabando por ser representadas, a título exemplificativo, como resultantes de preconceitos religiosos e culturais¹⁴, manifestações de pura rivalidade económica¹⁵, ou como expressão de uma oposição entre uma protoburguesia «moderna» e setores «tradicionalistas», aristocráticos e religiosos¹⁶.

O caso dos portugueses nas Américas demonstra-se assim particularmente interessante por se revelar, ao mesmo tempo, como exemplo de uma surpreendente integração estrangeira nas colónias espanholas, e objeto de perseguição por parte de importantes setores dessa mesma sociedade colonial. Analisando a vida de Luís Gomes Barreto procuraremos destacar o modo como estes dois aspetos — aparentemente incompatíveis — da presença portuguesa nas Índias poderiam coexistir, tentando apontar para meios de conferir sentido a esta contradição.

3. NOTA BIOGRÁFICA E CRÍTICA DA FONTE

Ao conhecermos o percurso de Luís Gomes Barreto, traficante de escravos cristão-novo, vizinho e membro do *Cabildo* de Cartagena — cujo historial junto do Santo Ofício culminará na sua condenação por criptojudaísmo e exílio desta cidade em 1651 — torna-se evidente que o estudo de uma trajetória de vida individual como esta permite-nos

¹³ SULLÓN BARRETO & MORENO CEBRIÁN, 2014; CEBALLOS, 2007; STUDNICKI-GIZBERT, 2007.

¹⁴ SCHORSCH, 2008 é um exemplo entre vários trabalhos que, focando-se no fenómeno do criptojudaísmo, podem acabar por associá-lo a toda a presença portuguesa nas Américas.

¹⁵ CROSS, 1978; HORDES, 1982.

¹⁶ MARCHENA FERNÁNDEZ, 2012, apesar de poder recair nesta oposição algo esquemática entre modernidade e tradição, demonstra a importância de refletir sobre a conflituosidade e contradições presentes na história; CHUECAS SALDÍAS, 2018.

também explorar aspetos da comunidade portuguesa em que se integrava essa pessoa. Apesar de já referido em alguns trabalhos¹⁷ — sobretudo aqueles que tratam da perseguição inquisitorial nas Américas, das redes comerciais ibero-americanas ou da história local de Cartagena — nunca este traficante de escravos português foi objeto de estudos de maior detalhe, como o foram, por exemplo, os comerciantes Jorge Fernandes Gramaxo (também ele fixado em Cartagena) e Manuel Batista Peres (estabelecido em Lima)¹⁸.

Natural da cidade de Viseu e nascido em 1568, Gomes Barreto envolver-se-ia desde jovem no tráfico de escravos, acabando por fixar-se em Cartagena no início da década de 90 do século XVI. Progressivamente, acabaria por conseguir inserir-se no meio das elites locais — processo que culmina em 1607, com a compra do cargo de *depositorio general*¹⁹ do *Cabildo*, passando assim a integrar-se oficialmente nesta instituição de poder local. A partir daí a sua rede de contactos comerciais conquistara condições para se expandir enormemente, articulando-se com negociantes portugueses de vários pontos do mundo atlântico.

No entanto, e dentro de um contexto de acirrar das tensões entre espanhóis e portugueses, o seu percurso de final de vida acabaria marcado pela perseguição que lhe foi movida pela Inquisição, com base em acusações de criptojudaísmo. Conseguindo absolver-se de um primeiro processo datado de 1636 e que envolveu também vários outros portugueses da cidade, acabaria por não conseguir escapar de uma segunda acusação, movida contra ele a partir de 1650, no contexto da visita do inquisidor sevillhano Pedro de Medina Rico²⁰. Foi, por isso, condenado no ano seguinte à penitência em procissão de auto de fé, sendo depois desterrado de Cartagena com metade dos seus bens confiscados, desconhecendo-se o seu percurso posterior e local de morte.

A história de vida de Barreto parece, em vários aspetos, espelhar o dilema dos portugueses nas Índias de Castela ao longo da União Dinástica, flutuando entre a inclusão e a exclusão, entre a ascensão social e económica e a hostilidade xenofóbica e inquisitorial. São disso exemplo a longa estadia de Barreto em Cartagena, a sua preponderância social e económica, os seus laços simultâneos com portugueses e espanhóis e, talvez mais intrigante ainda, a sua permanência no *Cabildo* vários anos depois da sua primeira acusação e, sobretudo, após a revolta restauracionista de 1640, que viria agravar as hostilidades para com todos os portugueses espalhados pela monarquia hispânica. A história de vida

¹⁷ Alguns dos estudos por nós apurados que se debruçam sobre a figura de Barreto de forma relativamente extensa foram os seguintes: TEJADO FERNÁNDEZ, 1954; VENTURA, 2005; SCHORSCH, 2008; VIDAL ORTEGA & D'AMATO CASTILLO, 2015; VILA VILAR, 1979.

¹⁸ VENTURA, 2005.

¹⁹ Este funcionário do *Cabildo* estava encarregado de cobrar e gerir as receitas dessa instituição, devendo ainda tutelar os bens sob litígio.

²⁰ Os visitantes eram enviados metropolitanos da Inquisição, encarregados de fiscalizar a atividade das ramificações coloniais do Santo Ofício e detetar irregularidades no funcionamento das mesmas. O julgamento de Gomes Barreto em 1650 integra-se no esforço deste visitante particular de retomar processos considerados indevidamente resolvidos no passado (neste caso, a acusação de judaizante feita contra este português, em 1636).

de Barreto parece assim, em vários aspetos, refletir a situação dos portugueses nas Índias de Castela ao longo da União Dinástica, flutuando entre a inclusão e a exclusão, entre a ascensão social e económica e a hostilidade xenofóbica e inquisitorial. Deste modo, este estudo de caso poderá talvez elucidar-nos acerca desta situação ambígua, transversal a todos os portugueses de então, e fornecer-nos algumas pistas para a compreensão desta contradição fundamental.

Como fonte primária optou-se assim por sustentar a investigação com base no segundo (mais extenso) processo de fé de Barreto, datado de 1650/51 e que atualmente pode ser encontrado no Archivo Histórico Nacional em Madrid. Este documento judicial da Inquisição de Cartagena (aí estabelecida desde 1610) segue uma rígida estrutura formal, descrevendo em detalhe os vários passos do processo. Inclui ainda excertos de outros processos, o que nos concede informações preciosas relativas a outros portugueses envolvidos. Em suma, esta fonte revela-se como essencial não somente para conhecer a história de vida dessa personagem, visto que nos apresenta também uma grande quantidade de informação relativa a outros importantes setores da sociedade local, quer estes tenham acabado ou não condenados pelo tribunal.

4. ANÁLISE DO PROCESSO

4.1. Mobilidade geográfica portuguesa

Apesar das numerosas restrições à entrada de estrangeiros nas Américas, torna-se atualmente inquestionável, como já foi constatado, o fluxo de vários europeus não espanhóis (italianos, franceses, flamengos, mas sobretudo portugueses) para o Novo Mundo, quer de modo legal — através de naturalizações, licenças individuais, etc. — quer clandestinamente. Esta «porosidade» das redes comerciais da época promoveu o florescimento do comércio mundial, pois permitia o acesso de agentes diversos a espaços comerciais, contactos e produtos anteriormente indisponíveis. É particularmente notável a grande mobilidade dos comerciantes portugueses e a extensão da sua rede de contactos transimperiais.

O próprio Gomes Barreto, nascido em Portugal, teria alternado a sua residência entre Angola, Brasil, São Tomé e São Domingo, antes de se fixar decididamente em Cartagena. A sua carreira de comerciante ter-se-ia iniciado, aliás, graças à articulação de contactos em diversos espaços do Império. Apesar de nascido em Viseu, este homem mudou-se ainda muito novo para Lisboa, onde foi criado pelos irmãos mais velhos. Mais tarde, na adolescência, vai ter com um dos seus irmãos, João de Oliveira, a São Tomé — onde, de resto, o pai de ambos havia servido como oficial régio, aí vindo a falecer. Como consta no seu processo, nessa ilha iniciar-se-ia na atividade comercial, sob a supervisão do irmão. Após alguns anos, acaba por decidir lançar-se de forma mais autónoma, indo a Angola, onde

*hallo [...] dos amigos suyos que estaban alli de asiento, portugueses, el uno de ellos nombrado Garcia Mendez Castaño, y el otro Antonio Gomez Leiria, los quales le encargaron de un nabio que tenian con armacion de negros suyos, y de pasajeros, y con el fue al Brasil y desde alli bolvio a Angola a dar quenta y en esta manera hico dichos biajes*²¹.

A própria família de Gomes Barreto serve também de exemplo à mobilidade portuguesa desta época. Para além do já referido João de Oliveira (seu irmão) e do pai de ambos, acantonados em São Tomé, a parentela direta de Barreto disseminou-se também por vários cantos dos Impérios ibéricos. Este comerciante cristão-novo teve sete irmãos, sendo que duas irmãs morreriam ainda durante a infância, e o mais novo, António Gomes — descrito como «falto de juicio», ou seja, provavelmente possuidor de uma deficiência psíquica — sempre viveria em Lisboa com a irmã mais velha, Clara Gomes. Esta casaria em Lisboa com um homem de naturalidade incerta, que trabalhava entre Castela e Portugal, não tendo deixado prole²². Um dos irmãos de ambos, Manuel de Lira, tornou-se impressor de livros e passou a Castela, onde casou com uma castelhana, voltando depois a Lisboa. Aí enviuvou, casando em segundas núpcias com uma portuguesa de quem teve quatro filhos, conhecendo Barreto apenas dois deles — um foi para Sevilha exercer a profissão de impressor e o outro tornou-se comerciante em Lima onde casou com uma mulher «de buena gente»²³.

Um outro irmão, Jorge Rodrigues, dedicar-se-ia também ao comércio, tendo passado ao Peru ainda quando Barreto era adolescente, onde morrera «hacia muchos años»²⁴. Indo além destes familiares próximos, também os parentes da esposa de Barreto, Bárbara Pereira, servem como um bom exemplo da mobilidade portuguesa e da sua capacidade de inserção local. Esta mulher, também ela de raízes portuguesas, era filha de Beatriz Gomez, nascida em Cartagena, e de André Fernandes. Este último, natural do Algarve, teria sido piloto da «carrera de España a este puerto [Cartagena]», morrendo afogado num naufrágio ocorrido ao viajar de Cartagena a Havana²⁵.

4.2. Estratégias de integração e ascensão sociais

Como já se insistiu, a circulação de portugueses em todo o espaço do Atlântico tornou-se agora mais «naturalizada» aos olhos da historiografia. Em vários sentidos, a integração destes «forasteiros» seria bastante evidente, sendo a sua proximidade com os espanhóis demonstrada pela frequência dos mesmos espaços, a pertença às mesmas

²¹ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fls. 265-265v.

²² AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 263v.

²³ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 263.

²⁴ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 263.

²⁵ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 264v.

instituições, a cooperação para objetivos comuns, etc. Nesse processo de inserção numa dada sociedade local os portugueses valeram-se de diversas estratégias. O percurso de Barreto ilustra bem, por si só, como esse processo se poderia arrastar ao longo de uma vida inteira. Valendo-nos do processo inquisitorial, é possível detetar algumas dessas práticas comuns, destinadas a melhorar as condições económicas pessoais, ampliar a rede de influências locais e aumentar a própria reputação.

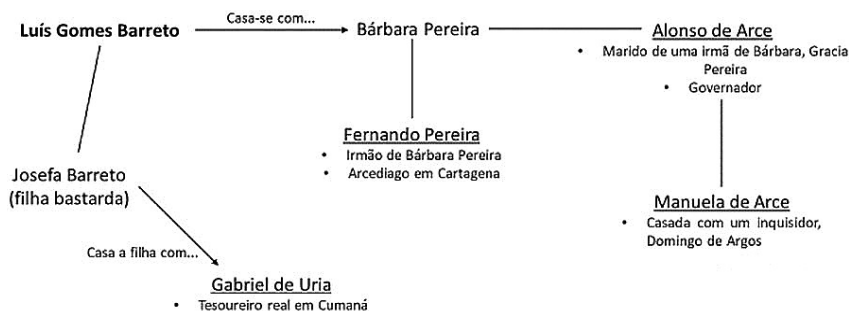


Fig. 1. A figura identifica alguns membros da rede familiar e clientelar de Luís Gomes Barreto e as relações daqueles com este

O casamento constituía um dos mecanismos mais consagrados para a consolidação de alianças entre diferentes famílias ou grupos (Fig. 1). Foi pouco depois da sua chegada a Cartagena, por volta de 1590, que Gomes Barreto conseguiu casar-se com Bárbara Pereira, que, apesar da sua origem portuguesa, tinha familiares com bastante influência na cidade. O seu irmão Fernando Pereira servia como arcediago em Cartagena, e o seu poder e influência seriam devidamente aproveitados aquando da primeira detenção de Barreto pelo Santo Ofício, em 1636. Nessa ocasião, e conforme descrito pelo processo, o clérigo procurou, além de recorrer aos seus contactos para recolher testemunhas de defesa²⁶, intervir junto dos inquisidores pressionando pela absolvição do seu cunhado — citando o documento, «dicho Arcediano havia ablado a todos los demas consultores, pidiendo que mirasen con piedad dicha causa»²⁷.

É natural que uma ocasião de perseguição jurídica corresponda a um momento de mobilização de todos os favores, alianças e laços de solidariedade de que se possa dispor e que se foram acumulando ao longo dos anos. Além de recorrer ao arcediago, a mulher de Barreto, Bárbara Pereira — que empreendeu uma série de esforços autónomos, entre os quais «[ter ido] a ablar a dichos religiosos de la Compañia [de Jesus]»²⁸ — irá também

²⁶ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 119v.

²⁷ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 118.

²⁸ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 85.

requerer o auxílio dos espanhóis Alonso de Arce, governador e esposo de uma irmã sua, e Gabriel de Uria, tesoureiro real e seu genro.

Todos estes procurarão valer-se da sua reputação e recursos financeiros para ajudar o réu, não negligenciando o suborno — é por esse motivo, aliás, que conseguimos hoje conhecer todas estas ações, visto que o processo inclui também relatórios de investigações à corrupção no tribunal durante esses anos do primeiro processo. Gabriel de Uria, residente em Cumaná, irá destacar-se pelos fundos que mobiliza, na esperança de favorecer o julgamento de Barreto. Por isso Josefa Barreto — filha bastarda deste cristão-novo e esposa de Gabriel de Uria — irá denunciar ao tribunal em 1650, em tom de lamentação pela perda dessas somas, que «el dinero que havia prestado Gabriel de Uria se havia gastado en docientos pesos que se dieron a Rodrigo Pereyra, alcaide, y ciento a don Juan Pacheco su ayudante, y ciento a Juan Ramos Perez, y ciento de limosna al colegio de la Compañía, y que el resto que havia quedado se havia dado a un consultor que no le nombro»²⁹.

Do mesmo modo que o seu casamento, a entrada de Gomes Barreto no *Cabildo* de Cartagena em 1607 através da compra do cargo de *depositario general* constituiu uma etapa do esforço contínuo de ascensão social e expansão de redes de influências. Para além de poder agora tomar parte nas decisões políticas locais — uma mais-valia enorme — esse cargo permitia-lhe também gerir as mercadorias abandonadas e confiscadas na alfândega da cidade. Segundo Vidal Ortega e D'Amato Castillo, tal ter-lhe-ia além disso facilitado a entrada no contrabando de escravos africanos, «guardando-os» nestes armazéns³⁰. Dado que a cidade se assumia enquanto porto escravagista por excelência, a sua ocupação de traficante seria em tudo beneficiada pelo novo acesso a escravos sem dono. Além disso, a integração no *Cabildo*, detendo um cargo importante, garantia-lhe um maior reconhecimento por parte da comunidade local, abrindo-lhe novas portas em termos sociais.

Pode-se ainda referir como exemplo de estratégia destinada a prestigiar o indivíduo as doações a instituições de cariz religioso ou assistencial. Na audiência a Manuel de Fonseca Henriques, um outro português acusado de criptojudaísmo, é referido o facto desse homem distribuir esmolas, encomendar missas e doar bens para um hospital local³¹. No caso dos praticantes efetivos do judaísmo, tais ações não teriam uma função exclusivamente prestigiadora, dado que também poderiam pretender o desvio de suspeitas sobre a sua confissão religiosa. O próprio Manuel Henriques admite isto, pois, ao ser perguntado o porquê de que «como siendo judio judaycante obserbante de la Ley de Moyses, como lo tiene confesado desde el año de seiscientos y treinta y dos,

²⁹ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 118v.

³⁰ VIDAL ORTEGA & D'AMATO CASTILLO, 2015: 442.

³¹ Ações semelhantes foram praticadas também por Barreto, como o próprio refere: AHN — *Inquisición*, 1620, Exp. 18, Bl. 2, fls. 360v-366v.

daba limosnas y hacia actos de caridad y de christiano», este responde que «lo hacia por disimular mas su delito del judaismo y apostacia y para no ser descubierto»³². Ainda que devamos ter muita cautela ao tomar estas frases como confissões fiáveis de criptojudáismo, elas não deixam de nos transmitir um certo espírito da época, segundo o qual tais atos de caridade estariam associados ao «verdadeiro cristão» e, portanto, seriam vistos como provas da capacidade de um indivíduo para ser integrado na comunidade política — possuindo esta então fortes contornos religiosos³³.

4.3. Coesão intragrupal

Enquanto grupo com laços de solidariedade económica, familiar e, eventualmente, religiosa, os cristãos-novos portugueses desenvolveram também eles formas de garantir uma certa solidariedade interna. No que toca aos suspeitos de praticarem o judaísmo, foram amplamente denunciadas as reuniões feitas em casas de uns e outros, alegadamente destinadas à prática dos rituais judaicos, conduzidos por Blas de Paz Pinto num clima de grande discrição. Ainda que a existência real de tais «sinagogas» deva ser sempre objeto de dúvida, o próprio Barreto refere que frequentemente se reuniria na sua casa com outros portugueses, com o objetivo de tratar negócios relativos ao tráfico de escravos³⁴. No mínimo, tal constatação poderá refletir a existência de alguma proximidade entre os membros da comunidade portuguesa, articulados entre si no que tocava à prática comercial, principal sustento de muitos deles.

O processo de Gomes Barreto refere ainda, repetidas vezes, a existência de uma «confraria de Holanda». Esta reuniria os vários judeus de Cartagena com o objetivo de angariar fundos destinados a financiar as frotas das Províncias Unidas na guerra contra Espanha. Apesar da incerta veracidade desses depoimentos, dada a suscetibilidade destes presos às sugestões de membros do tribunal (que poderiam pressionar estes cristãos-novos a «confessar» uma falsa conjura desta gravidade), assim como o contexto em que foram extraídos — sob tortura, maioritariamente —, não é impossível que seguidores de uma religião perseguida nos territórios espanhóis procurassem apoiar uma potência conhecida pela sua maior tolerância para com os judeus. No entanto, é preciso ter sempre em mente que a existência de tal confraria poderia ter sido manufaturada para legitimar a perseguição com base em argumentos de cariz político³⁵. Tal como a paranoia relativa aos ajuntamentos em casas de cristãos-novos (as «sinagogas»), esta imagem da confraria remete-nos para um certo imaginário antijudaico — com intenções políticas concretas

³² AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 74.

³³ HERZOG, 2012.

³⁴ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 266 v.

³⁵ QUIROZ NORRIS, 1986: 258.

— que então se disseminava pelo mundo ibérico, assente no medo de agrupamentos de cristãos-novos, decididos a planejar revoltas contra a Igreja e a Monarquia³⁶.

Independentemente da «existência factual» de tais reuniões ou confrarias, estas acusações são importantes para compreender a ideologia que subjazia a estas perseguições e o modo como esta integrava, num todo coerente, conceções religiosas e políticas, ajudando-nos a compreender a forma como — para certos setores e num dado momento histórico de crise da Monarquia — o elemento religioso mostrava-se fundamental na inclusão ou exclusão da comunidade política. Tal vai ao encontro da noção coeva de «espanholidade» descrita por Tamar Herzog³⁷, uma identidade assente mais em conceções «civilizacionais» e hábitos culturais e religiosos (estritamente católicos) do que em noções de naturalidade ou proveniência geográfica. Tal conceção do que constitui um «verdadeiro espanhol» estaria também por detrás do discurso antiestranheiro, mas também antijudaico, nas Índias de Castela, sendo que, no caso português, pode-se dizer que estes dois tipos de ansiedade acabaram por confundir-se, redundando na comum associação dos portugueses ao criptojudaísmo (ou, pelo menos, à heterodoxia religiosa).

4.4. Confiança e reputação

É necessário conferir destaque ao papel da confiança e da reputação individuais nas relações interpessoais e intergrupais. Estes aspetos demonstraram-se particularmente relevantes na construção de vínculos entre comerciantes, mas também entre todos os envolvidos nos jogos políticos locais. Para além de possibilitar a continuidade da atividade comercial, numa sociedade hierarquizada em torno da conquista de privilégios, uma reputação pessoal favorável garantia a elevação do estatuto social³⁸. Para atingir esse objetivo valiam diversos mecanismos destinados a aproximar as pessoas num quadro de mutualismo e interdependência. Estes foram utilizados tanto no seio da comunidade portuguesa, como entre pessoas de diferentes grupos «étnicos» e sociais.

No processo de Barreto encontra-se referido um exemplo particularmente marcante, por revelar também o elevado grau de imiscuição dos portugueses na sociedade local. Pouco antes do início das perseguições aos cristãos-novos, em 1636, teria havido alguns convívios em estâncias de portugueses, para os quais foram convidadas diversas figuras eminentes, destacando-se a presença de inquisidores e outros funcionários da Inquisição. O próprio Barreto admitiu participar nestes «amigáveis» retiros, onde socializava com vários inquisidores. Destes, destaca o «señor inquisidor Argos [...] muy su amigo», e ainda os inquisidores Damian Velasquez, Monseñor Cortazar e Augustin de Ugarte

³⁶ SOYER, 2018: 47-66.

³⁷ HERZOG, 2003; HERZOG, 2012.

³⁸ CURTO & MOLHO, 2002: 61, 102.

Sarabia, com quem admitia ter alguma proximidade³⁹. É curioso notar que vários destes membros do Santo Ofício haveriam de estar mais tarde envolvidos no seu primeiro julgamento, possivelmente contribuindo para a sua rápida absolvição.

Alguns destes convívios repetir-se-iam ainda durante os anos seguintes de repressão ao criptojudaísmo, mas desta vez associados a tentativas dos cristãos-novos em influenciar os membros do tribunal envolvidos nos seus processos. De certo modo, essas práticas de corrupção não se afastam muito dos demais mecanismos informais assentes na interdependência — todos se encaixam numa lógica mutualista, onde as dádivas são executadas tendo em mente uma futura retribuição. O processo de construção de confiança e reputação feito pelos cristãos-novos portugueses em Cartagena seria, no entanto, profundamente abalado pela ação da Inquisição, com muitos desses homens a sofrerem pesadas penas e o estigma do judaísmo, quando não o exílio ou a morte. Antes de referirmos alguns exemplos, é de grande importância voltar a insistir que, previamente às perseguições, muitos desses cristãos-novos eram bem vistos publicamente. Uma testemunha, Francisco Velasco, *ex-teniente general* de Cartagena, menciona que já havia reparado nas reuniões que alguns cristãos-novos faziam de forma regular na casa de um deles, sem que alguma vez Velasco ou os seus conhecidos houvessem discutido o facto, sendo que apenas após as prisões se começaria, segundo o próprio, a comentar publicamente o assunto⁴⁰. Este depoimento pode assim apontar para o modo como as perseguições inquisitoriais, além de criarem as condições para a multiplicação de denúncias motivadas por outros fatores que não o puro zelo religioso, eram também um fenómeno que se alimentava a si mesmo, instalando uma atmosfera de suspeita e medo.

A já referida denúncia de Josefa Barreto das práticas de corrupção levadas a cabo em 1636, durante a primeira prisão de Luís Gomes Barreto, foi feita por iniciativa da própria, em 1650. Esta ação deve ser entendida como o culminar de um processo de desgaste da confiança entre o pai, a filha e o genro (sendo que o primeiro chega a qualificar repetidamente os outros como «inimigos» seus)⁴¹. Isto deveu-se ao facto de estes últimos entenderem que a obrigação de auxílio (derivada sobretudo dos laços familiares) que os prendia a Barreto tenha sido aproveitada de forma abusiva ou excessivamente desvantajosa para eles. Para além das grandes quantidades de dinheiro que forneceram para os subornos, ainda lhes foi requerida a prestação de alguns trabalhos manuais — a confecção de roupas e alimentos para o casamento da filha de um inquisidor⁴² — e a mobilização de influências e contactos próprios, tendo Gabriel de Uria ido falar com o inquisidor

³⁹ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 266.

⁴⁰ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 143r.

⁴¹ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fls. 271v-272v.

⁴² AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 107v.

D. Cortazar, pretendendo fazer valer o seu prestígio e os seus laços de parentesco com Antonio Hurtado de Mendoza, «secretario de su Magestad y del Consejo de Ynquisición»⁴³.

Um momento particularmente ofensivo para Josefa Barreto foi divulgado por Gabriel de Uria a Alonso de Arce. Este último relata então ao tribunal, em 1648, que:

*el dicho Juan de Uriarte [fiscal da Inquisição] la comenco a galantear y a solicitar, y que habiendo lo sabido el dicho Arcediano [Fernando Pereira] y la dicha doña Barbara le persuadieron a que le dexase galantear del dicho Juan de Uriarte para tener lo mas a su debocion, pero que ella no dio lugar a ello*⁴⁴.

Estas confissões de Gabriel de Uria teriam, assim, um tom altamente reprovador sobre as ações de Bárbara e Fernando Pereira. Tudo isto acabaria por criar um clima de tensão dentro da própria família, culminando na «traição» de Josefa Barreto e de Gabriel de Uria, com estes a delatar Gomes Barreto quando lhes parecia que, estando o visitador Pedro de Medina Rico no encaicho deste cristão-novo, a confissão do seu papel na corrupção dos inquisidores em 1636 lhes poderia trazer alguns benefícios (ou atenuantes).

Também as boas relações entre Barreto e Alonso de Arce cairiam por terra após a libertação do primeiro. O cristão-novo português atribuiu esta animosidade às «barias quantas de hacienda» que teria com Alonso de Arce, assim como à turbulenta separação deste e da sua cunhada⁴⁵. Após estes episódios, Arce tê-lo-ia ameaçado que, se o não pudesse vencer em ações judiciais, «havia de hacer que lo bolviesen a prender en este Santo Oficio»⁴⁶. Como vemos, Alonso de Arce acabaria por concretizar as suas ameaças, tendo denunciado (em 1648) os esforços de corrupção do tribunal, coordenados por Bárbara Pereira em 1636. Torna-se assim perceptível a importância central da construção de laços informais de confiança, podendo a rutura destes — que deve ser sempre enquadrada num contexto social particular, e não explicada apenas com base na animosidade pessoal — significar a ruína parcial ou total do estatuto social detido por uma pessoa, não podendo sequer escapar a isso um homem que, à primeira vista, aparentaria ser dos portugueses mais integrados no meio cartagenero.

CONCLUSÃO

Ao analisar o percurso de vida de Luís Gomes Barreto, comparando-o com informações referentes a outros cristãos-novos com que se relacionou, assim como com os depoimentos de outras figuras envolvidas no processo, foi possível inferir uma série de considerações relativas à comunidade portuguesa em Cartagena das Índias. Ao contrário

⁴³ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 96.

⁴⁴ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 95v.

⁴⁵ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fl. 247 v.

⁴⁶ AHN — *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, fls. 258-258v.

do que faziam transparecer as primeiras investigações sobre a temática, esses grupos não foram constantemente vistos como um elemento intrusivo e indesejado. Apesar de ser inegável a pressão que um importante grupo de cristãos-novos passou a sofrer a partir de 1636, a sua inserção na sociedade colonial foi bastante profunda em datas anteriores, sendo relativamente comum encontrarmos, por toda a América Espanhola durante a União Dinástica, portugueses poderosos e influentes, envolvidos em próximas e duradouras relações com espanhóis.

O percurso de Barreto — assim como o de outros portugueses residentes em Cartagena — constituiu, neste sentido, um caso exemplar. Toda a sua vida foi construída com base neste esforço de construção de uma reputação benéfica que permitisse a extensão da sua rede clientelar e a ascensão social. Naturalmente abalado pela sua prisão em 1636, o próprio Barreto não deixaria de circular na alta sociedade local, detendo o seu cargo no *Cabildo* até 1650. Apenas já octogenário, fragilizado pelas anteriores associações públicas ao judaísmo e com reduzida capacidade de mobilizar recursos e contactos, é que esse homem acabaria por sucumbir ao avanço do Santo Ofício e das forças que se apoiavam nesta instituição — ou que, no mínimo, beneficiavam colateralmente das perseguições.

Tentamos assim, sem recair numa possível eufemização das tensões existentes, também relativizar a noção de uma universal e abstrata hostilidade «xenofóbica» e anti-judaica para com os portugueses na América Espanhola, e apelar à ênfase numa explicação de cariz ideológica e social desses momentos de maior conflituosidade e de perseguições inquisitoriais. Este momento de culminar de tensões não pode ser eufemizado, devendo procurar perceber-se o motivo do estalar dos antagonismos, muitos deles já latentes. Como explica Alfonso Quiroz Norris, «Los inquisidores tenían las evidencias que consideraban suficientes, mucho antes del inicio de las campanas contra los cristianos nuevos. Sin embargo, las expropiaciones se realizaban en momentos claves»⁴⁷. Esta necessidade torna-se clara ao depararmos com um caso como o de Luís Gomes Barreto — cristão-novo que permanece no *Cabildo* de Cartagena das Índias, após a primeira onda de perseguições e após a Restauração de 1640 —, mas também quando verificamos um considerável grau de inserção dos portugueses na sociedade *cartagenera* no período anterior às perseguições.

Uma análise desta hostilidade latente não deixa, no entanto, de ser compatível com uma constatação dos profundos níveis de integração dos portugueses. Ao explicar a relevância social e política e, ao mesmo tempo, a relativa fluidez e informalidade do estatuto de *vecino* na América Espanhola, Tamar Herzog refere o modo como

⁴⁷ QUIROZ NORRIS, 1986: 255.

since the question of who was worthy of which treatment could be pursued in certain moments and abandoned in others, and since it could become meaningful under certain circumstances, or be completely irrelevant in others, the status of certain people could be consensual at one moment and questioned at others [...] We need to abandon the quest for «identity» and examine instead processes of «identification», that is, the processes through which people claimed to be or were identified as members of the community⁴⁸.

Analisar historicamente estes processos de «identificação» implica sempre, portanto, uma leitura das condições sociopolíticas particulares que determinam o modo como essas identidades se exprimem e ganham (ou perdem) força. Na nossa opinião, não sendo suficiente uma explicação de cariz estritamente economicista ou culturalista da integração ou rejeição de «forasteiros» de uma dada comunidade, torna-se precisa uma descrição e crítica dos discursos que acompanham e sustentam esses movimentos de inclusão e exclusão dentro de uma dada sociedade⁴⁹. A análise dessa ideologia, por sua vez, poderá auxiliar-nos no estudo dos antagonismos e contradições sociais que essa narrativa pretende resolver.

Cremos, à semelhança de Francisco Bethencourt, que estes discursos e práticas consideradas racistas ou xenófobas devem ser sempre inseridos no contexto das hierarquias sociais locais e suas perturbações, constituindo diagnósticos e formas de mobilização política face aos problemas que essas agitações históricas provocam⁵⁰. No caso das Índias de Castela, torna-se então imprescindível ter sempre em mente o contexto de crise (política, económica, militar ou cultural até) do Império Hispânico, cujos desdobramentos tiveram um profundo impacto sobre a estabilidade política e social dos vários pontos do Império⁵¹. Seria assim de grande interesse, além de analisar as ideologias que pretendiam responder a estas perturbações no mundo ibérico, procurar descobrir de que modo variaram as atitudes perante os portugueses nos variados espaços da América Espanhola, procurando perceber se estes possuíram (ou não) maior margem de manobra e possibilidades de pervivência em certos lugares, e quais os fatores que determinaram essas continuidades e ruturas.

⁴⁸ HERZOG, 2003: 5-6.

⁴⁹ Um trabalho de descrição da ideologia antiestrangeira, antiportuguesa e antijudaica em setores da sociedade espanhola — ainda que sem uma explicação causal da sua crescente força — foi já empreendido em trabalhos como HAMM, 2016; SCHWARTZ, 2000; SCHWARTZ, 2011 apresenta uma boa interpretação das políticas da intolerância religiosa.

⁵⁰ BETHENCOURT, 2015.

⁵¹ A importância deste contexto de crise para a renovação dos debates sobre o estatuto de cada reino ibérico (e seus naturais) dentro da Monarquia é discutida em FEROS CARRASCO, 2004; THOMPSON, 2001; RODRÍGUEZ-SALGADO, 1998.

FONTES

Arquivo Histórico Nacional

AHN — *Inquisición*, 1620, Exp. 18, Bl. 2.

BIBLIOGRAFIA

- ARMAS ASIN, Fernando (1997) — *Herejes, marginales e infectos: Extranjeros y mentalidad excluyente en la sociedad colonial (siglos XVI y XVII)*. «Revista Andina», vol. 15, n.º 2, p. 355-386.
- BETHENCOURT, Francisco (2015) — *Racismos. Das Cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas e Debates.
- CARDIM, Pedro (2008) — *Todos los que no son de Castilla son yguales. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares*. «Pedralbes», vol. 28, p. 521-552.
- CEBALLOS, Rodrigo (2007) — *Arribadas Portuguesas: A participação Luso-Brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1650)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- CHUECAS SALDÍAS, Ignacio (2018) — *El Caribe portugués: sobre políticas imperiales, redes planetarias y la presencia de portugueses en el Caribe durante el gobierno de Felipe III (1598-1621)*. «Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales», vol. II, p. 27-45. Número especial dedicado a «El Caribe en el espacio atlántico, siglos XVI-XIX», organizado por Citlalli Domínguez-Domínguez e Lilyam Padrón Reyes.
- CROSS, Harry (1978) — *Commerce and Orthodoxy: A Spanish Response to Portuguese Commercial Penetration in the Viceroyalty of Peru, 1580-1640*. «The Americas», vol. 35, n.º 2, p. 151-167.
- CURTO, Diogo Ramada (2010) — *O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru (c.1630-c.1640)*. «Topoi», vol. 11, n.º 20, p. 27-35.
- CURTO, Diogo Ramada; MOLHO, Anthony (2002) — *Commercial Networks in the Early Modern World*. Florença: European University Institute.
- FEITLER, Bruno (2007) — *Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África occidental): El período Filipino*. «Hispania Sacra», vol. 59, n.º 119, p. 269-291.
- FEROS CARRASCO, Antonio (2004) — *Por Dios, Por La Patria y El Rey: El Mundo Político en Tiempos de Cervantes*. In FEROS CARRASCO, Antonio; GELABERT Y GORDIOLA, Juan E., eds. — *España en tiempos del Quijote*. Madrid: Taurus, p. 61-96.
- HAMM, Brian (2016) — *Constructing and Contesting Portuguese Difference in Colonial Spanish America, 1500-1650*. «Anais de História de Além-Mar», vol. 17, p. 303-336.
- HANKE, Lewis (1961) — *The Portuguese in Spanish America, with Special Reference to the Villa Imperial de Potosí*. «Revista de Historia de America», n.º 51, p. 1-48.
- HERZOG, Tamar (2003) — *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven: Yale University Press.
- (2012) — *Can You Tell a Spaniard When You See One?: “Us” and “Them” in the Early Modern Iberian Atlantic*. In CARDIM, Pedro; HERZOG, Tamar; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier; SABATINI, Gaetano, eds. — *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?* Brighton: Sussex Academic Press.
- HORDES, Stanley (1982) — *The Inquisition as economic and political agent: the campaign of the Mexican Holy Office against the crypto-Jews in the mid-17th century*. «The Americas», vol. 39, n.º 1, p. 23-38.
- MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (2007) — *¿Comerciantes o Especuladores de Metal? Las Elites Mercantiles de Cartagena de Indias a Principios y Finales del Periodo Colonial*. «Historia y Espacio», n.º 28, p. 7-65.
- (2012) — *Eliminando la competencia. El uso de los procesos inquisitoriales en las pugnas comerciales en el Caribe contra los comerciantes portugueses*. In CWIK, Christian, ed. — *Outlaws in Karibischen Raum. Americas. Beiträge zur Erforschung Kontinentalamerikas und der Karibik*. Berlin: WVB.

- QUIROZ NORRIS, Alfonso W. (1986) — *La Expropiación Inquisitorial de Cristianos Nuevos Portugueses en Los Reyes, Cartagena y México, 1635-1649*. «Historica», vol. 10, n.º 2, p. 237-303.
- REPARAZ, Gonçalo (1976) — *Os portugueses no vice-reinado do Perú: século XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- RODRÍGUEZ-SALGADO, M. J. (1998) — *Christians, Civilised and Spanish: Multiple Identities in Sixteenth-Century Spain*. «Transactions of the Royal Historical Society», vol. 8, p. 233-251.
- SCHORSCH, Jonathan (2008) — *Swimming the Christian Atlantic: Judeoconvertos, Afroiberians and Amerindians in the Seventeenth Century*. Leiden: Koninklijke Brill NV.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1968) — *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brazil, 1580-1640*. «The Americas», vol. 25, n.º 25, p. 33-48.
- (2000) — *When Brazil was Jewish. New Sources on the Fall of Bahia in 1624*. In CROUZET, François; BONNICHON, Philippe; ROLLAND, Denis, eds. — *Pour l'histoire du Brésil. Hommage à Katia de Queirós Mattoso*. Paris: L'Harmattan, p. 245-260.
- (2011) — *Imperios Intolerantes. Unidad religiosa y la amenaza de la tolerancia en los imperios ibéricos de la Epoca Moderna*. Quito: Colonial History Conference, Universidad de San Francisco.
- SOYER, François (2018) — 'Secret Synagogues': *Fact and Fantasy from Portugal to Macau*. «Cadernos de Estudos Sefarditas», vol. 19, p. 47-66.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken (2007) — *A Nation upon the Ocean Sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press.
- SULLÓN BARRETO, Gleydi; MORENO CEBRIÁN, Alfredo (2014) — *Somos cristianos, no judíos. Portugueses en la «gran complicidad» y el auto de fe limeño de 1639*. «Boletín del Instituto Riva Agüero», vol. 37, p. 1-29.
- TEJADO FERNÁNDEZ, Manuel (1954) — *Aspectos de la vida social en Cartagena de Indias durante el seiscientos*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos.
- THOMPSON, Irving A. Anthony (2001) — *Castilla, España y la Monarquía: La comunidad política, de la patria natural a la patria nacional*. In KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey, eds. — *España, Europa y el mundo atlántico. Homenaje a John H. Elliott*. Madrid: Marcial Pons Historia; Junta de Castilla y León, p. 177-216.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (2005) — *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VIDAL ORTEGA, Antonino; D'AMATO CASTILLO, Guiseppe (2015) — *Cartagena de Indias y los Mercaderes Portugueses de Esclavos en la Primera Mitad del Siglo XVII*. «Anais de História de Além-Mar», vol. 16, p. 431-450.
- VILA VILAR, Enriqueta (1973) — *Los asientos portugueses y el contrabando de negros*. «Anuario de Estudios Americanos», n.º 30, p. 557-609.
- (1979) — *Extranjeros en Cartagena (1593-1630)*. «Anuario de Historia de América Latina», n.º 16, p. 147-184.

THE EXILE OF THE FRENCH HUGUENOTS AND THE CONSTRUCTION OF NEW EUROPEAN TRADING NETWORKS

PIERRICK POURCHASSE*

Abstract: *In the seventeenth century and especially after the revocation of the Edict of Nantes (1685), many French Huguenots left France and chose to take refuge in the Protestant countries of Northern Europe (United Provinces, Great Britain, Prussia, Hanseatic cities, Denmark, Sweden). Many of them chose a commercial activity and took advantage of the links they have retained to develop commercial relations between France and the host countries. This paper intends to study the settlement of these Huguenot communities abroad, the acceptance of these exiles by the authorities and the populations of the North, and the formation of commercial networks at a European level. The question of the nationality and the membership of these Huguenot migrants naturally arose both in the country of origin and in the host countries.*

Keywords: *Merchants; Huguenots; Northern Europe.*

Resumo: *No século XVII e especialmente após a revogação do Édito de Nantes (1685), muitos Huguenotes franceses deixaram a França e optaram por se refugiar nos países protestantes do norte da Europa (Províncias Unidas, Grã-Bretanha, Prússia, cidades hanseáticas, Dinamarca, Suécia). Muitos deles escolheram uma atividade comercial e aproveitaram os vínculos que mantinham para desenvolver as relações comerciais entre a França e os países que os receberam. Este artigo pretende estudar a fixação dessas comunidades Huguenotes no exterior, a aceitação desses exilados pelas autoridades e as populações do Norte e a formação de redes comerciais a nível europeu. A questão da nacionalidade e da filiação destes migrantes Huguenotes surgiu, naturalmente, tanto no país de origem como nos países de acolhimento.*

Palavras-chave: *Mercadores; Huguenotes; Europa do Norte.*

The Huguenot was usually perceived as a deeply religious man, persecuted by the discriminatory measures and violence of the French authorities. It was a man who ran away from France with great difficulties, especially after the revocation of the Edict of Nantes. He found refuge in countries where there was religious tolerance such as the Dutch Republic, England, the German principalities or Scandinavia. If the representation of the persecuted migrant was close to the truth for many Protestants, the study of Huguenot merchants living in Northern Europe gives another image of the Refuge and the reality was more complicated¹. The Huguenots who settled in Hamburg, Stockholm or Copenhagen were not always refugees or native French. A number of them came from countries where their families had been established for several generations and

* Professor, University of Western Brittany, Brest.

¹ YARDENI, 1985: 10.

where they were not persecuted, as Switzerland or the Dutch Republic². If they fled it was also to create or develop a commercial activity like all other European merchants³.

Two points are thus to be emphasized. First of all, the reason of the migration. «After the first wave of Huguenot emigration around 1685, a second wave to the North, this time responding to essentially commercial motivations, took place between 1720 and 1750 in connection with the rise of colonial trade»⁴. Then, the problem is to know if one speaks about «French of France» or reformed Calvinists whose language was French⁵. The frequent relocations from one country to another and marital unions do not allow to answer this question. It is very difficult to know precisely the origin of the individuals of the Huguenot community. It must therefore be considered as a whole, that is to say all the individuals belonging to the French Calvinist Church. The importance of the merchants was small comparatively to the number of migrants and their case should not be generalized, especially since it concerns only the elite of this group for whom the historian has sources. Like all migrants, these Huguenots then tried to integrate into their host community after being successful in business.

THE RECEPTION OF HUGUENOT MERCHANTS IN THE NORTH

The development of maritime trade between Northern Europe and France had played a significant role in the immigration of French Reformers to the German ports. The French Reformed Community of Hamburg gathered about two hundred people in the 1770s⁶. Thus, parallel to German immigration in Western European ports the Calvinists came to settle in the hanseatic city. Some members of the Hamburg Reformed community like Jacques de Chapeaurouge or Pierre His, arrived from the protestant cities of Basel and Geneva where they were naturally not persecuted⁷.

Hamburg, city of strictly Lutheran observance, did not accept Calvinists within the bourgeoisie of the city and the Huguenots did not have the permission to possess their own church, their own cemetery and had no political rights. They were also penalized in their commercial activities and did not benefit from tax exemptions like the bourgeois of the city. They had the inferior status of foreigners if they remained Calvinist and, in that case, kept French nationality generally for several generations even if they often had no contact with France. In case of problems with the Hamburg Senate these Calvinists had the possibility to take refuge in the neighboring Danish city of Altona where the installation conditions were less severe and where they could continue their

² POUSSOU, 2008: 31-71.

³ «Some of these foreigners had been driven by religious persecution, others by economic interest only» (WEBER, 2006: 56).

⁴ PELUS-KAPLAN, 1997: 117.

⁵ YARDENI, 1985: 11.

⁶ WEBER, 2001: 261.

⁷ WEBER, 2001: 261.

business without great difficulties⁸. It seems that the Huguenots chose to keep their religion, an element which at the same time differentiates and gathers the community. The foreign agreement could also have advantages. In the 1780s, the important company «Boué & son» asked to benefit from the advantages that the French government had just granted to French companies established in the Hanseatic city. In his request, the son of Pierre Boué indicated that his father and grandfather were born in Bordeaux and that he and his family «were not bourgeois and regarded themselves as French». It should be noted that he used the term «regarded as French» which seems to show that he did not consider himself really French but rather as an inhabitant of Hamburg.

The kingdoms of Denmark-Norway and Sweden-Finland were countries where the reception of the Calvinist migrants was without difficulties.

In Sweden, economic needs had allowed Huguenots to settle since the early seventeenth century. The country had significant mineral resources but did not have the technology to exploit them effectively. The authorities asked for help to Walloon Protestant steel technicians from the Liège region, specialists in the manufacture of weapons. Among them, the banker Louis de Geer built a real industrial empire and he is considered as the father of the Swedish industry⁹. Despite the opposition of the Lutheran Church¹⁰, these migrants could practice their Calvinist faith and gradually tolerance was allowed. The King Charles XI condemned the revocation of the Edict of Nantes and offered his help to all craftsmen and merchants who would come to settle in his kingdom¹¹. The Swedish legation in Paris facilitated the departure of these migrants and the King authorized the christening of children in Lutheran churches. In 1724, Frederick I, originally a Calvinist prince of Hesse-Cassel, invited the Huguenots to come and take refuge in Sweden. The Royal Act of August 10, 1741 authorized the free exercise of the Calvinist religion. A temple was inaugurated in 1751 in Stockholm. Subsequently several other communities established on the Swedish territory as for example in Vadstena where a colony from Picardie created a lace factory and built a temple to practice the Calvinist religion¹².

⁸ KOPITZCH, 1992: 283-295.

⁹ LINDBLAD, 1995: 77-84; COURTOIS *et al.*, *dir.*, 2003.

¹⁰ SERFASS, 1924: 7. Nicholas Bergius, Swedish theologian wrote in 1695 in *L'infaillible pierre de touche de la religion apostolique luthérienne*: «Messieurs de la religion prétendue réformée verront par ce traité qu'ils n'ont pas sujet d'avoir en horreur notre foi, nos églises et nos autels. Moins encore de chercher la malheureuse liberté d'exercer une fausse religion au préjudice de la véritable»; PUAUX, 1891: 62-63 quote the same Nicolas Bergius who declared in another work, *Abrégé des articles de la foi de l'Écriture Sainte à l'usage de la jeunesse suédoise* (1694): «e condamne Genève qui n'envisage que la conquête de l'Église du nord, qui pendant tout un siècle n'a presque été occupée qu'à se défendre de ses atteintes».

¹¹ PUAUX, 1891.

¹² CALLÉVILLE, 1784: 16. The author was a pastor at the French Reformed Church from 1781 to 1809.

In Denmark in the 17th century, the doctrine of Calvin was considered as a dangerous heresy¹³ and the Lutheran priests prevented the arrival of Huguenot migrants¹⁴. Everything changed with the revocation of the Edict of Nantes. The King Christian V was committed to welcoming the fugitives and allowed them to build temples where they could freely practice their religion. However, the refugees had to take an oath of loyalty to the sovereign and agreed to raise the children in the Lutheran religion. Through the intercession of the Queen, the Calvinist princess Charlotte Amelia from Hesse-Cassel¹⁵, these restrictions were removed and only children from mixed marriages should be raised in Lutheranism¹⁶. At the same time, the Queen worked to welcome the persecuted despite the hostility of the clergy and a part of the population. A temple was built in Copenhagen in 1688 where prestigious members of the Huguenot diaspora came to preach. Another important community developed in the south of the kingdom in the duchies of Schleswig-Holstein which was a possession of the king of Denmark.

Thus, the persecuted Huguenots had the opportunity to come to Northern Europe where they could find a great tolerance towards their religion as well as advantageous conditions to exercise their activities. In the absence of accurate information, it is often impossible to say whether economic motives outweigh religious motives. It can be noted that the Huguenot settlement was the consequence of multiple factors.

In the second half of the 17th century, Magnus Gabriel de la Gardie, grandson of a soldier of French origin, became the favorite of Queen Christina of Sweden (1644-1654) and one of the most important figures in the kingdom. Patron and man of great education, he was particularly attracted by French culture. He called in the Scandinavian kingdom artists like the jeweler Valentin Toutin or the tailor André Lefebure. Many of them were Huguenots and many of their descendants got into business and gave birth to some of Sweden's largest trading families of the 18th century¹⁷. After the revocation of the Edict of Nantes, the French Calvinists arrived in great number. In 1700, Pierre Boué came to Hamburg where he joined members of his family who had taken refuge there. Jean Bedoire, a former wigmaker from Saintonge, arrived in Stockholm in the 1670s. His son, also named Jean, was with Jean Henry Lefebure one of the founders of the French Reformed Church of Stockholm.

¹³ WEISS, 1853: 141.

¹⁴ WEISS, 1853: 142. Statement of the Bishop of Sealand to the King Christian V: «Quand Dieu jugera à propos de relever ce pauvre pays et d'en redresser les colonnes, je suis persuadé qu'il inspirera à Votre Majesté d'autres mesures que le mélange des religions».

¹⁵ WEISS, 1853: 142. Statement of the Bishop of Sealand to the King Christian V: «Quand Dieu jugera à propos de relever ce pauvre pays et d'en redresser les colonnes, je suis persuadé qu'il inspirera à Votre Majesté d'autres mesures que le mélange des religions».

¹⁶ YARDENI, 1985: 92.

¹⁷ BEDOIRE, 2009: 135.

In Denmark, Reinhard Iselin (1715-1781), a Huguenot from Basel, settled in Copenhagen at the invitation of his cousin who was the preceptor of the children of Johann Jacob Fabritius-Tegnagel, a business agent at the court¹⁸. He became very rich in business and throughout his life made generous donations to the French Reformed community including the school and the orphanage. His compatriot from Geneva Pierre Peschier (1739-1812) became a finance tycoon handling the affairs of the wealthy Finance Minister Ernest Schimelmann. Frederick de Coninck was born in The Hague in 1740 and became an employee of an English trading house in Amsterdam. After a disappointment in love, he emigrated in 1763 to Copenhagen where he created one of the biggest companies of international trading of the kingdom. In Norway, Jacques Buttaud, a native of Saint-Martin-de-Ré fled to Bergen where he created a company importing French wine and salt. A few years later, in 1716, the King of France appointed him consul of the French nation in the Norwegian port¹⁹. Reinhard Iselin, a Huguenot from Basel, arrived in Copenhagen at the invitation of his cousin who worked as a business agent at the court.

THE ACTIVITIES OF THE HUGUENOT MERCHANTS

The Huguenots had a lot of assets to organize commercial business on a European scale, especially with France. They had family or personal relationships in all French ports and the members of the diaspora were present in all major European trade centres such as London, Amsterdam or Hamburg. All these relations allowed the community to build a continent-wide network to make business. Furthermore, during the eighteenth century, marriages strengthened the links between members of this network and the exchanges were facilitated by the use of French, which was the language of the elites. Thus, Huguenot merchants emigrated abroad but remained in relation with their country of origin and could create profitable business between France and Northern Europe. Then, after making a fortune, they diversified their activities in all areas as most of the great merchants of the eighteenth century. Jean Bedoire in Stockholm and Pierre Boué in Hamburg are two examples of the success in business of the Huguenot diaspora.

In Stockholm, Jean Bedoire Junior (1683-1753) developed the company of his father which became one of the first exporting firms of the country. Bedoire specialized in trading between Sweden and France: exports of metals (brass, copper and iron bars) and forest products (timber, tar and pitch), imports of salt and wine. The firm had also commercial relations with Baltic ports like Wolgast in Swedish Pomerania, Danzig or St. Petersburg²⁰. In Sweden, Bedoire participated in all major projects of the kingdom. In 1739, he became a founding member of the Swedish maritime Insurance Company and invested in the Swedish East India Company (SEIC) and the Levant Company.

¹⁸ FRIIS, 1975.

¹⁹ WIESENER, 1916: 33-43.

²⁰ BEDOIRE, 2009: 231.

His son, Frederik Bedoire (1719-1748), associated with his brother-in-law Hermann Petersen became one of the wealthiest men in the kingdom. He developed business with France. His company was the exclusive supplier of the *Compagnie Française des Indes* for all materials from Sweden, including iron, pitch and tar. He served as a relay to the French authorities when the Navy wanted to purchase Swedish products. The company invested its accumulated profits in the big international trade, in the production of brass and the refining of sugar²¹. Finance was another area of activity of the enterprise. A part of the profits was placed in a bank to help the activities of the family and members of the Calvinist community. Gradually, Bedoire became one of the leading financiers of the Swedish capital's trading elite.

Jean-Henry Lefebure (1708-1767), another one of Stockholm's great merchants was married with his cousin Charlotta Bedoire. He pursued the international business activity created by his father. In 1730, at the age of 22, he became bourgeois of Stockholm and developed a very flourishing business, one of the most successful of the 1730-1760 period. He became one of the leaders of iron export²². He bought forges (Västanfors, Gimo and Robertsfors) and properties to secure his fortune like most of the great traders of the time.

Lefebure was actively involved in the affairs of the trading community. He was one of the directors of the «Salt Bureau» (*Saltkontoret*) and a member of the association of iron masters. He was interested in monopoly companies: he was one of the twelve principal shareholders of the Swedish East India Company and one of the founding members of the *Compagnie des Canaries*. With Bedoire and several other merchants he was actively involved in the largest shipyard of Stockholm²³. The multiplicity of its activities is reflected in the distribution of its fortune:

- 34% in working capital (advances, goods in stock etc.);
- 11% in investments in companies;
- 10% in shares of ships;
- 5% in properties in town;
- 30% in forges and domains²⁴.

In 1765, Lefebure lost a part of his reputation when he appeared as one of the speculators who caused a serious currency crisis in Sweden. Like the other defendants, he was imprisoned by the authorities²⁵. After Jean-Henry's death, the company disappeared.

²¹ LINDBLAD, 1982: 51. Unlike other large Swedish companies, the firm had marginal contacts with Amsterdam.

²² MÜLLER, 1998: 123.

²³ MÜLLER, 1998: 202.

²⁴ SAMUELSSON, 1951: 122.

²⁵ *Archives Nationales*, Paris, B1 620, Courrier de Hambourg du 7 mai 1765: «Les srs Kiermann et Lefebure... sont depuis quelque temps détenus prisonniers. On les accuse de tirer de grosses sommes de la banque de l'Etat sous prétexte de faire baisser le cours d'espèces».

His son Jean (1736-1804) left the city for the pleasures of the countryside and adopted the name of his wife, the Countess of Lillienberg, a niece of John Jennings, another member of the French Reformed Church. The continuity of the lineage was broken by the enrichment brought by the commercial success and the desire to integrate the aristocracy, usual evolution for the big traders of Stockholm in the eighteenth century²⁶.

A lot of families linked with the Bedoire's family were also in the trading business. They represented a quarter of the Swedish capital's exports in 1740 and half in 1750.

Table 1. The trading elite of Stockholm in 1760 (% of market share)

Exporters		Importers	
Names	%	Names	%
Jennings	19	Brandell	5
Lefebure	12	Schröder	4
Petersen	7	Neuman	3
Tottie	7	Seton	3
Bohman	6	Liedroth	2
Grill	4	Koschell	2
Wahrendorff	3	Kanzau	2
Alnoor	3	Lefebure	2
Hebbe	3	Nettelblad	2
Graber	3	Wahrendorff	2
	67		28

Source: SAMUELSSON, 1951: 234-235 (in bold families linked with the family Bedoire)

In 1700, Pierre Boué (1677-1745), a calvinist from a family of merchants and financiers native from Clairac-sur-Lot near Agen, arrived in Hamburg. He joined his sister Anne-Marie and his uncle Pierre who had taken refuge there after the revocation of the Edict of Nantes, and was one of the pioneers of the Huguenot colony in the Hanseatic city²⁷. He received a good education in trading particularly in Amsterdam

²⁶ LINDBLAD, 1982: 52.

²⁷ *Hamburgisches Geschlechterbuch* Bd 13, p. 43-44. The story said that Pierre Boué was hidden in a barrel of sugar to leave France and go to Holland.

and Copenhagen. When arriving in Hamburg, he established himself as a merchant and shipowner specializing in maritime trade with France and England and as a financier. He also managed together with his brother the largest shipbuilding yard of the Hanseatic city. Between 1719 and 1723 his company supplied the main part of the fleet of the second French East India Company i.e. seventeen ships. After Pierre's death, the family estate continued with his descendants under the name «Boué & fils». In 1765, the company got shares in the first maritime insurance company of Hamburg.

Pierre Boué maintained excellent relations with France. In 1718, he participated in the activities of the «Company of Senegal» and speculated on rubber²⁸. He was the correspondent of the East India Company in Hamburg to which he provided ships, masts and other products of the North. From 1729, he did business on sugar with Bordeaux. These relations with Bordeaux opened up the market of the «Compania Guipuzcoana de Caracas» in San Sebastián in Spain to his Company, which meant Spanish America, to which he delivered canvases, tar, hemp and other goods²⁹.

Table 2. Importers of sugar in Hamburg (value in marks-banco)

Place	1753		1755	
	Name	Value	Name	Value
1	P. His	662 600	P. His	1 017 710
2	P. Boué	471 800	P. Boué	777 350
3	Lutkens & Engelhardt	272 900	Klug	435 400
4	G. Clamer	147 500	G. Clamer	263 200
5	Bosanquet	294 800	Boyer	128 600
6	H. C. Lienau	80 700	Loreihe & Diodati	125 800
7	J. N. Lienau	70 500	Bosanquet	96 400
8	Tamm	61 660		

Source: WEBER, 2001: 270-271 (in bold the families of huguenot origin)

Pierre Boué is a businessman with excellent qualities for public relations. In 1727, a memoir on the Northern trade praised him: «I am convinced that it will be difficult to find in the North a smarter, more exacting and more honest commissioner... Of all the

²⁸ WEBER, 2001: 263.

²⁹ CAVIGNAC, 1967: 220.

merchants that I know he is the safest and the most reasonable»³⁰. The Count de Plelo, who met him in 1729, was equally impressed: «It seems to me that he is a good man who has great intelligence of commerce and who, by his relations in the North and the Baltic, can usefully help the supplying of the king's navy»³¹.

THE INTEGRATION IN THE NEW COUNTRY

Once established, the nature of foreign merchants was, as Pierre Jeannin wrote, «a transitory state»³² that is to say in a process of integration into the local society characterized by different steps.

The first step was matrimonial alliances. For the first generation there was a very strong tendency to look for a wife of Huguenot origin. Jean Bedoire married in 1680 with Maria Carré, daughter of a silk merchant from Calais. In 1770, Frédéric de Conninck moved to The Hague in Holland and married to the Calvinist Marie de Joncourt. In Stockholm, marriages between French people accounted for 40% of all marriages registered at the French Reformed Church, while Franco-Swedish marriages were estimated for only 17.5%³³. From the second generation, marriages could very often be with people outside the community. These alliances were marked by strong homogamy³⁴, the success in business favoring integration into the local elite. The Bedoire family is an exceptional example of the construction of a merchant network by matrimonial alliances. The first generation, born in Sweden, married with migrant families of Stockholm which had big success in business Pauli, Lefebure, Toutin and Jennings. Then the Bedoires continued their alliances with the Stockholm merchant elite whether Swedish or other nationalities. Jan Thomas Lindblad talks about a clan evoking the Bedoire family³⁵.

Religion was not a problem. By becoming member of the Bedoire Clan, some traders took the Calvinist religion like Jennings. On the contrary, Herman Petersen was Lutheran even he was a central figure of the company. However, we can notice that gradually many Huguenots left their Calvinist convictions to merge into the Swedish society. In 1767, the pastor of the French Reformed Church noted that Ms. Bédouire' son became Lutheran and that «Monsieur Lefebure had almost changed» while these two characters were among the most devoted to the Calvinist church of Stockholm. Thus, a number of Huguenots of the second or third generation abandoned their Calvinist convictions to merge into Swedish society. These merchants, who had converted to

³⁰ *Archives Nationales*, Paris, B1 451, 05/08/1727.

³¹ *Archives Nationales*, Paris, B1 451, 08/04/1729.

³² JEANNIN, 1980: 9-16.

³³ TRABUT, 2002: 163. However, in case of a change of religion, a number of Franco-Swedish marriages were held at the Lutheran Church.

³⁴ In this regard, see GUTIERREZ-OBADIA, 1987: 103-114.

³⁵ LINDBLAD, 1982: 52.

Lutheranism, did not give up their community of origin and continued to regularly pay subsidies to the French Reformed Church³⁶.

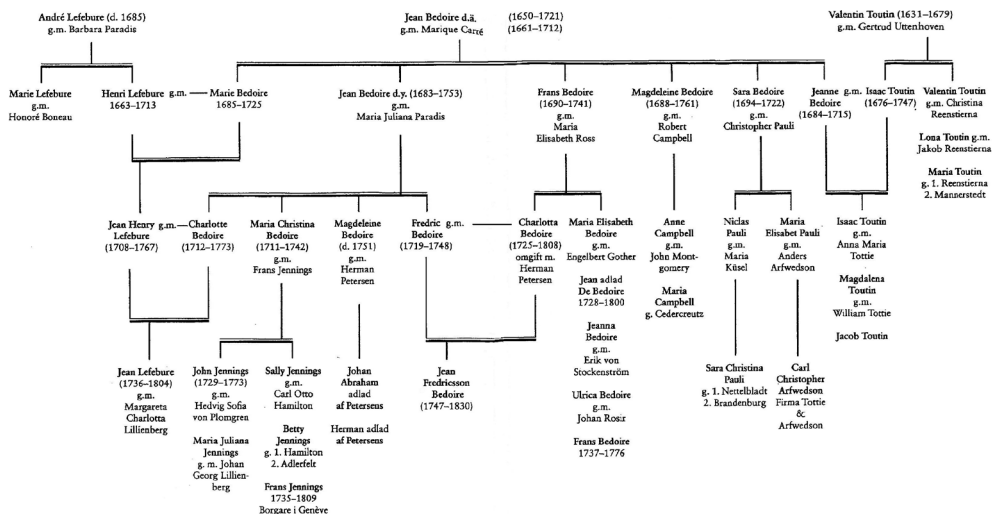


Fig. 1. The «Bodoire clan». Source: BODOIRE, 2009: 232-233

These marriages also allowed the merchants to build networks at an European scale. The Boué family network was an example of the international ties created by the Huguenot diaspora. In 1705, Pierre Boué married with the daughter of a German merchant Rudolph Bardewisch. His sisters were the wives of the merchants Isaac Balguerie of Bordeaux and Moses Boyer of Hamburg. One of his daughters married with Guillaume Nairac, member of one of the great fortunes of Bordeaux, installed in Amsterdam³⁷ whose brother-in-law, Pierre Eyma was an important commissioner of the Dutch city also married to a woman from the Boué family. Another woman married Jean-Pierre Chaunel, a Huguenot from Montpellier, an esteemed businessman and banker from the Hanseatic city³⁸. Their daughter will become the wife of the important Amsterdam businessman Pierre Texier. During the 1790s, when the French colonial power was weakened, the family entered into marriages with British families³⁹.

The second step of integration was the acquisition of buildings. The large buildings and palaces belonging to the merchant elites and among them the Huguenot families

³⁶ TRABUT, 2002: 157.

³⁷ A branch of the Nairac family founded a company in Hamburg under the name «Loreilhe & Nairac».

³⁸ HUHNS, 1962.

³⁹ WEBER, 2001: 275.

were situated in the streets of old Stockholm (Gamla Stan), the country's business centre, or the beautiful neighbourhoods. Most of the major Huguenot merchants acquired huge estates dedicated to the mining industries where magnificent manors were built (Lefebure in Gimo, Jennings at Forsmark etc.). The greatest artists of the time came to decorate their interiors or to make portraits of members of the community⁴⁰. In 1795, after the great fire in Copenhagen, Pierre Peschier built a new mansion after the plans of the famous architect C. F. Harsdorff. Several members of the royal family were present for the inauguration of the building. Today, this edifice is the headquarters of one of the largest Danish banks and is a jewel of the architecture of the city.

The third step was the integration of Huguenot merchants into the political institutions of their new country. Lefebure was actively involved in political life. He represented Stockholm's burghers at the Swedish diet. A Bedoire of the third generation, named also Jean became in 1757, consul of Sweden in Lisbon⁴¹, and was ennobled in 1777.

The French language continued to be widely practiced by this elite, which was not a problem in a francophile country where the elite of the society looked for everything that touched France (valets, cooks or governesses were often French). Their children could attend the many private lessons and schools that taught the language of Molière⁴². The French characteristic of the Huguenot community could therefore continue to persist despite the remoteness.

CONCLUSION

According to Herbert Lüthy the revocation of the edict of Nantes generated the «constitution of a Protestant society of French origin rejected outside the laws of the kingdom and, for its most active part, out of French nationality. It was a truly international society whose citizens were spread out in France and outside France»⁴³. This finding clearly applies to the Huguenot merchant communities of Northern Europe. Religion was initially the cement of this minority which has «an ardent desire to succeed and to distinguish»⁴⁴. Thus, the arrival in the North was often due to economic reasons, even if the persecutions suffered by the French Calvinists remained in mind. Another characteristic of the Huguenot merchants was the cosmopolitan character of the community which, from its foundation, was composed of French but also Swiss or Dutch members.

⁴⁰ BEDOIRE, 1995: 147-162. In this regard, see the magnificent portrait of the Lefebure family by Alexandre Roslin (1769), exhibited at the Nationalmuseum in Stockholm.

⁴¹ MÜLLER, 2004: 104. Jean Bedoire is frequently absent from his post (1759-1769, 1769-1775) and seems to live in Sweden at the time.

⁴² TRABUT, 2002: 158: «E. hammar ne dénombre pas moins de 16 cours privés et 14 écoles dont la majorité a été ouverte à Stockholm. 12 de ces cours privés sur 16 sont assurés par des Français et 9 écoles sur 14 ont un fondateur ou une fondatrice d'origine française». (Elisabet Hammar, *Le portrait d'un corps enseignant. Les introducteurs de la langue française*, manuscript).

⁴³ LÜTHY, 1959: II, 773.

⁴⁴ YARDENI, 1985: 37.

Once they had made a fortune, the Calvinists seemed to be diluted in the host society, even if they continued for the most part to assert their Huguenot identity and they all remained very attached to their origins.

If France has lost valuable people, one could however wonder if the effect was not finally beneficial because these immigrants who settled in the Protestant countries, maintained links with their country of origin. The Huguenots gave birth to commercial networks between France and Northern Europe and were at the origin of the arrival of French products on the markets of Northern Europe. For example, the export of colonial products that made the fortune of the French colonial trade was partly due to the Huguenot community settled in the port of Hamburg and the supply of French shipyards was partly made by the Calvinists settled in Scandinavia.

SOURCES

Archives Nationales, Paris, B1 451.

Archives Nationales, Paris, B1 620.

Hamburgisches Geschlechterbuch Bd 13.

BIBLIOGRAPHY

BEDOIRE, F. (1995) — *Kyrka, herrgård och bruk. Den fransk-reformerte kapitalisten som byggherre och kulturförmedlare I den svenska 1700-talet*. «Konsthistorisk Tidskrift», LXIV, 3-1995, p. 147-162.

—— (2009) — *Hugenoternas värld. Från religionskrigens Frankrike till skeppsbroadelns Stockholm*. Stockholm: Albert Bonniers Förlag.

CALLÉVILLE, J. P. G. C. de (1784) — *Mémoire sur les progrès de la tolérance en Suède*. Stockholm: Kungliga Biblioteket.

CAVIGNAC, J. (1967) — *Jean Pellet, commerçant de gros, 1694-1772. Contribution à l'étude du négoce bordelais au XVIII.^e siècle*. Paris: Sevpen.

COURTOIS, L.; DORBAN, M.; PIROTTE, J., dir. (2003) — *De fer et de feu: l'émigration wallonne vers la Suède: histoire et mémoire XVII.^e-XXI.^e siècle, Hommage au professeur Anders Florén*. Louvain-la-Neuve: Fondation wallonne Pierre-Marie et Jean-François Humblet.

FRIIS, F. (1975) — *Les Suisses au Danemark à travers les âges*. Lausanne: Imprimerie Ere Nouvelle.

GUTIERREZ-OBADIA, A.-M. (1987) — *Mariage dans le négoce français au XVIII.^e siècle*. «Rochefort et la mer», n.° 3, Présence maritime française aux XVII.^e et XVIII.^e siècles, p. 103-114.

HUHN, F.-K. (1962) — *Die Handelsbeziehungen zwischen Frankreich und Hamburg im 18. Jahrhundert*. Hamburg: [s.n.]. PhD.

JEANNIN, J. (1980) — *Les pratiques commerciales des colonies marchandes étrangères dans les ports français (XV.^e-XVIII.^e siècles)*. In CULLEN, L. M.; BUTEL, P. — *Négoce et industrie en France et en Irlande aux XVIII.^e et XIX.^e siècles*. Paris: CNRS, p. 9-16.

KOPITZCH, F. (1992) — *Franzosen in den Hansestädten und in Altona zwischen 1685 und 1789*. In MONDOT, J.; VALENTIN, J.-M.; VOSS, J., dir. — *Deutsche in Frankreich, Franzosen in Deutschland 1715-1789*. Sigmaringen: Thorbecke, p. 283-295.

LINDBLAD, J.-T. (1982) — *Sweden's Trade with the Dutch Republic 1738-1795*. Assen: Van Gorcum.

- (1995) — *Louis de Geer (1587-1652). Dutch Entrepreneur and the Father of Swedish Industry*. In LESGER, C.; NOORDEGRAAF, L., dir. — *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times. Merchants and Industrialists within the Orbit of the Dutch Staple Market*. Den Haag: Stichting Hollandse Historische Reeks, p. 77-84. (Hollandse Historische Reeks, 24).
- LÜTHY, H. (1959) — *La banque protestante en France de la révocation de l'édit de Nantes à la révolution*. Paris: Sevpen, vol. II, p. 773.
- MÜLLER, L. (1998) — *The Merchant Houses of Stockholm, c. 1640-1800. A Comparative Study of Early-Modern Entrepreneurial Behaviour*. Uppsala: Studia Historica Upsaliensia. (Studia Historica Upsaliensia, 188).
- (2004) — *Consuls, Corsairs and Commerce. The Swedish Consular Service and Long-distance Shipping, 1720-1815*. Uppsala: Studia Historica Upsaliensia. (Studia Historica Upsaliensia, 213).
- PELUS-KAPLAN, M.-L. (1997) — *Les Européens et la Baltique (1690-1790)*. «Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine», n.° 1-2, p. 99-128.
- POUSSOU, J.-P. (2008) — *Les réfugiés dans l'histoire de l'Europe à l'époque moderne*. FORCADE, O.; NIVET, P., dir. — *Les réfugiés en Europe du XVI.^e au XX.^e siècle*. Paris: Nouveau Monde Editions, p. 31-71.
- PUAUX, F. (1891) — *Histoire de l'établissement des protestants français en Suède*. Paris/Stockholm: G. Fischbacher et Emile Giron.
- SAMUELSSON, K. (1951) — *De stora köpmanshusen i Stockholm 1730-1815. En studie i den svenska handelskapitalismens historia*. Stockholm: Esselte.
- SERFASS, C. (1924) — *L'Eglise Réformée Française et l'Eglise Luthérienne Française de Stockholm*. Paris: Société de l'histoire du protestantisme.
- TRABUT, A. (2002) — *Les immigrés français et leurs descendants en Suède de 1685 à 1818. Modes de vie, mentalités et formes d'intégration à la société suédoise*. Brest: Université de Bretagne Occidentale/Brest. Mémoire de DEA, multigr.
- WEBER, K. (2001) — *Deutsche Kaufmannsfamilien im atlantischen Manufaktur- und Kolonialwarenhandel: Netzwerke zwischen Hamburg, Cádiz und Bordeaux (1715-1830)*. Hamburg: Universität Hamburg. PhD.
- (2006) — *French Migrants into Loyal Germans: Huguenots in Hamburg (1685-1985)*. In KÖNIG, M.; OHLIGER, R., dir. — *Enlarging European History: Migration Movements in Historical Perspective*. Ostfildern: Thorbecke, p. 56. (Beihefte der Francia, 62).
- WEISS, C. (1853) — *Histoire des réfugiés protestants de France*. Paris: Charpentier, tome II.
- WIESENER, A. M. (1916) — *Om utenlandske konsulter i Bergen*. «Bergens Historiske Forening», 22, p. 33-43.
- YARDENI, M. (1985) — *Le refuge protestant*. Paris: PUF.

«A ESCRAVATURA BRANCA» NO QUADRO DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA OITOCENTISTA PARA O BRASIL

ANDRÉ JORGE MELO NICOLAU*

Resumo: O presente artigo aborda a relação entre a demanda brasileira por braços europeus, em resultado da pressão britânica no sentido da abolição do tráfico de escravos no Brasil, e o fornecimento de colonos por parte do arquipélago dos Açores, colonos esses que vão preencher o vazio deixado pelos escravos, que se tornam uma «mercadoria» cada vez mais dispendiosa, em virtude do boicote britânico ao tráfico. Na impossibilidade de pagarem a travessia atlântica até ao Brasil, os açorianos empenhavam o seu trabalho por um número considerável de anos, previstos nos contratos de locação de serviços que assinavam ainda no arquipélago ou à chegada à antiga colónia. Encontramos aqui vários paralelismos com o modelo anglo-saxónico de servidão contratada, conhecido por *Indentured Servants*, e que no Brasil encontra aporte na iniciativa privada encabeçada pelos fazendeiros, os grandes financiadores das companhias e sociedades de colonização, responsáveis pela introdução de grandes contingentes de braços europeus no Brasil, em navios que se dedicavam em simultâneo ao tráfico de escravos, ao transporte de engajados ou que se tinham convertido somente ao «novo tráfico». A semelhança com o tráfico de cativos deu origem à expressão «Escravidão Branca», largamente denunciada na imprensa brasileira, nacional e açoriana por meados de Oitocentos.

Palavras-chave: Abolição do tráfico; Brasil; Açores; *Indentured Servants*; *Escravidão Branca*.

Abstract: The following article addresses the relationship between the Brazilian demand for European laborers as a result of British pressure to abolish the slave trade in Brazil and the provision of emigrants by the Azores Archipelago, who would fill the void left by the slaves, becoming an increasingly expensive «commodity» as a result of the British trafficking boycott. In the inability to pay the Atlantic crossing to Brazil, the Azoreans carried out their work for a considerable number of years foreseen in the service lease agreements, which they still signed in the Archipelago or on arrival at the former colony. We find here several parallels with the Anglo-Saxon model of indentured servants, which in Brazil finds support in the private initiative headed by the farmers, the great financiers of companies and colonization societies, responsible for the introduction of large contingents of European laborers in Brazil, on ships that dedicated simultaneously in the slave trade, in the transportation of the engaged, or that solely had converted to «new trafficking». The resemblance to the trafficking of captives gave rise to the term «White Slavery», widely denounced in the Brazilian, national, and Azorean press in the mid-eighteen hundreds.

Keywords: Abolition of trafficking; Brazil; Azores; *Indentured Servants*; *White Slavery*.

* CITCEM/UP. Email: andre.jmn11@gmail.com.

1. COLONOS PRECISAM-SE: A GRADUAL SUBSTITUIÇÃO DOS ESCRAVOS POR E(I)MIGRANTES NO BRASIL

Pioneiro no tráfico de escravos, Portugal travou um braço de ferro com a precursora em matéria abolicionista, e aliada de longa data, Grã-Bretanha. Em 1810, pelo Tratado Anglo-Português, o príncipe D. João aceitou circunscrever o tráfico luso-brasileiro à Costa da Mina e às zonas de África sobre as quais Portugal reivindicava a soberania, mostrando empenho na extinção do «horroroso tráfico» a breve trecho¹. Todavia, o processo não se efetivou de forma linear, sofrendo imensos boicotes, resistências e acérrimas contestações, uma vez que estava em jogo a base da força motriz da economia brasileira.

Paulatinamente, os abolicionistas brasileiros foram ganhando terreno, alimentados pelo sentimento de filantropia e pelos ideais de liberdade e igualdade. Ademais, o desequilíbrio racial mostrava-se cada vez mais um problema e um risco para a minoria branca, que dava sinais de querer inverter essa tendência, através da introdução de mão de obra livre, de modo a atenuar o desnível racial, mas também fomentar a indústria brasileira, praticamente inexistente numa colónia de fisiocratas.

Em 1818, D. João VI forjou uma política de imigração virada para a atração de colonos europeus que ia ao encontro da sua ideia de que o Brasil não se poderia desenvolver «sem o auxílio, e acrescentamento de habitantes afetos aos diversos géneros de trabalho como a agricultura e a indústria»², para além de que era urgente pôr em marcha um plano com vista à gradual substituição dos escravos por braços europeus³, como sinal de boa vontade perante as exigências britânicas nessa matéria. Assim, num primeiro momento, promoveu a introdução de colonos provenientes do norte da Europa, sobretudo alemães, irlandeses e suíços, nas províncias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. D. Pedro I⁴ deu continuidade ao projeto, após consumada a independência brasileira, em virtude da necessidade de prosseguir com o povoamento de regiões fronteiriças e promover novos núcleos coloniais⁵.

À imagem do que tinha feito o pai, o imperador D. Pedro promoveu, grosso modo, a entrada de imigrantes para pequenos núcleos agrícolas, através de uma política de doação de terra que se inseriu num projeto geopolítico do Governo imperial para fazer

¹ ALEXANDRE, 1991: 294.

² Decreto de 6 de maio de 1818, in *Collecção das Leis do Brazil*, 1889: 40.

³ Várias vezes levantavam-se a favor da gradual abolição do tráfico de escravos e substituição dos negros por braços europeus, nomeadamente José Bonifácio, João Severiano Maciel da Costa, autor de *Memória sobre a necessidade de abolir a entrada dos escravos africanos no Brasil* (1821), e José Eloy Pessoa da Silva, que publicou *Memória sobre a escravatura e projeto de colonização de europeus e de pretos da África no Império do Brasil* (1826).

⁴ Atribui-se a D. Pedro a autoria de duas cartas publicadas no jornal «O Espelho», assinadas com os pseudónimos de «O Philantropo» (30/05/1823) e o «Patriota» (27/06/1823), onde defende a gradual a substituição do tráfico de negros pela introdução de imigração europeia (SIQUEIRA, 2017).

⁵ SIQUEIRA, 2017: 183-185.

face aos chamados «vazios demográficos» do sul do país, à imagem do que tinham feito outrora com os açorianos⁶.

O descontentamento dos latifundiários relativamente à política forjada por D. João VI em matéria de colonização e, posteriormente, seguida pelo filho, é apontado como um dos motivos que levou à abdicação de D. Pedro I, uma vez que os fazendeiros defendiam a entrada de estrangeiros para substituir os braçais africanos — que estavam cada vez mais encarecidos em virtude da pressão britânica —, em especial nas lavouras de café, o que não era possível enquanto fossem dadas terras aos imigrantes, pois, como refere Miriam Santos relativamente aos colonos alemães, «em uma sociedade dividida entre senhores e escravos, os colonos alemães constituíram-se como uma classe de pequenos proprietários e artesãos livres»⁷. Servindo propósitos díspares, a verdade é que coexistiram duas políticas imigratórias no Império Brasileiro, isto é, por um lado, assistimos à política régia inaugurada por D. João VI com a fundação de núcleos colonias, de que é exemplo a colónia de São Leopoldo; por outro, e perseguindo os intentos da própria classe, os fazendeiros desenvolveram e financiaram uma política de atração de colonos rurais, à medida que viam os escravos escassearem⁸.

1.1. A iniciativa privada e os negócios da imigração

O projeto de captação de imigrantes principiado por D. João VI e continuado por D. Pedro I fracassou, não fossem os fazendeiros contrários ao financiamento da entrada de europeus para os fazer proprietários de terras espoliadas ao Império. O descontentamento face ao *status quo* e o melindre perante o possível fim do tráfico de escravos levaram ao envolvimento de privados na captação, transporte e fixação de imigrantes no Brasil. Interessava-lhes, portanto, trazer imigrantes capazes de trabalharem na agricultura e em outros trabalhos realizados até então apenas pelos escravos. O objetivo do capital privado era, portanto, fomentar a vinda de trabalhadores braçais, ao invés do financiamento e fixação de colonos em pequenos núcleos coloniais, política seguida até então.

Na prática, as províncias tiveram uma participação modesta em matéria de estabelecimento de colónias e na vinda de imigrantes, em face da carência de recursos, ficando o agenciamento dos colonos e os chamados «negócios da imigração» entregues à iniciativa privada, que se organizou sob a forma de companhias de colonização em torno de interesses comuns e que visavam trazer grandes contingentes de colonos europeus para trabalharem para os fazendeiros segundo o sistema de parceria.

Os imigrantes que melhor se encaixavam no perfil desejado pelos latifundiários brasileiros eram os açorianos, minhotos e galegos, por questões relacionadas com a comunhão da língua, da religião e de costumes.

⁶ SANTOS, 2017: 235.

⁷ SANTOS, 2017: 235.

⁸ SANTOS, 2017: 236.

A mentalidade com que os fazendeiros e os comerciantes encaravam os imigrantes era a mesma empregada na escravatura, uma vez que não tinham a intenção de melhorar a vida dos europeus, mas sim lucrar, impor trabalho sistemático, ordeiro e produtivo, segundo uma lógica escravagista⁹.

A formação de companhias de colonização representava a afirmação da iniciativa privada, cabendo a esses organismos a divulgação, aliciamento e transporte de colonos europeus para o Brasil, através dos recursos disponíveis, nomeadamente da vasta rede de engajadores. Começava a projetar-se a política de colonização brasileira que em tudo se iria assemelhar ao modelo anglo-saxónico dos *Indentured Servants* e que em Portugal e no Brasil deu origem ao que apelidavam de nova escravatura, a «Escravatura Branca».

1.2. O modelo anglo-saxónico dos *Indentured Servants*

A Virgínia, conquistada em 1607, serviu de base de apoio à apropriação e exploração de novos domínios por parte da Coroa britânica, de que resultou a estruturação em 13 colónias, com vários particularismos, pontos de convergência e divergência.

Desde os primórdios que foram visíveis as dissemelhanças, nomeadamente aos níveis económico e populacional, na medida em que as regiões localizadas a Sul encetaram pela colonização de exploração, isto é, o objetivo primordial passava pela produção, comercialização e lucro proveniente da venda de produtos agrícolas — à imagem do que acontecia, no caso português no Brasil, com as culturas intensivas, particularmente o café —, por sua vez, as colónias do Norte e Centro desenvolveram outro tipo de colonização, na medida em que os seus colonizadores tinham como propósito fazer desses espaços, mais do que terras rentáveis, locais de habitação.

Os primeiros colonos britânicos a chegarem à América do Norte foram atraídos pela perspectiva de liberdade de consciência, terrenos baratos, férteis e em abundância. Todavia, nem todos podiam possuir terras, tornando-se por demais necessário capitalizar esforços no sentido de fazer chegar homens para trabalharem as terras e servirem os senhores. Esse projeto foi incumbido à Companhia da Virgínia, composta por comerciantes, marinheiros e industriais, que, inicialmente, custeou a vinda de trabalhadores rurais para a Virgínia, em virtude da necessidade crónica de braços na cultura do tabaco. Contudo, em 1620, a Companhia arquitetou um sistema muito mais vantajoso, que permitia a vinda de camponeses e ainda gerava receitas com as passagens, uma vez que os homens angariados eram «vendidos» a plantadores pelo valor despendido nas passagens¹⁰. Tratava-se de um sistema de servidão temporária, conhecido por *Indenture*, e parte integrante da instituição do trabalho vinculado¹¹, que encontrava nos excedentes populacionais britânicos — desempregados, devedores, trabalhadores em situação

⁹ GONÇALVES, 2008: 329.

¹⁰ GALENSON, 1984: 1.

¹¹ GALENSON, 1984: 13.

precária — os migrantes ideais para povoarem a América e trabalharem nas terras, daí que Leandro Karnal *et al.* afirme que «a colônia serviria, assim, como recetáculo de tudo o que a metrópole não desejasse»¹².

Os *Indentured* eram homens sem educação e recursos, que a miséria ou a má conduta os levava a firmarem contratos de locação de serviços em troca do valor da viagem de ligação à colônia, empenhando o seu trabalho por um período temporal que ia dos quatro aos sete anos, em regime de exclusividade para com o seu contratador, ficando, deste modo, em condição de escravidão, ainda que com um prazo de validade¹³. Representavam a solução ideal ao povoamento de áreas de assentamento, fornecendo uma força de trabalho empregada na produção de plantações para os mercados de exportação¹⁴.

Podemos distinguir três categorias dentro do grupo dos servos contratados: os imigrantes que chegavam com um contrato de locação de serviços; os redentores e uma terceira categoria composta por condenados.

Os servos que chegavam com contratos de locação de trabalho eram, grosso modo, homens solteiros com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos provenientes, em maior número, de Inglaterra, da Escócia e da Irlanda, muitas vezes com pais falecidos ou ausentes¹⁵. Celebravam os contratos antes de partirem para as colônias, todavia, era possível a chegada sem celebração de contrato a priori, o que, estamos em querer, prolongava o vínculo e duração dos contratos. Tendo em conta os estatutos do ano de 1715 da colônia de Maryland, segundo os quais um servo sem contrato, com 22 anos ou mais, ficava comprometido para com o seu contratador por cinco anos, ao passo que se tivesse entre 18 e 22 anos, a duração seria de seis anos, e no caso de ter entre 15 e 18 anos acrescia mais um ano de serviço. A situação de maior alarmismo vincutivo era representada pelos indivíduos de menos de 15 anos que se empenhavam até completarem 22 anos¹⁶.

Os redentores, por sua vez, eram de origem alemã e palatina e tinham a particularidade de encetarem pela emigração familiar, dirigida preferencialmente para a Pensilvânia. Gozavam de melhor condição económica comparativamente com a primeira categoria supramencionada, o que tinha repercussões ao nível da posição que lhes era reservada nas colônias, uma vez que tinham a possibilidade de chegarem à América do Norte sem hipotecarem o próprio serviço, desde que tivessem para avançar uma percentagem do valor da viagem e respeitassem os prazos para liquidação das verbas em dívida. Em caso de incumprimento, eram «vendidos» pelos capitães dos navios como servos pelo espaço temporal suficiente para o pagamento do montante em falta. O cenário mais comum era o do capitão do navio não deixar sair os redentores ainda

¹² KARNAL *et al.*, 2007: 38.

¹³ FERGUSON, 2003: 85-87.

¹⁴ ENGERMAN, 1986: 263-264.

¹⁵ GALENSON, 1984: 13.

¹⁶ BILDER, 1996: 754-755.

em dívida para com ele até que assinassem um contrato — em média tinham a duração de quatro anos —, que lhe garantia o retorno do valor despendido no transporte no imediato. Ademais, há relatos de situações com redentores que pagaram o valor da viagem, mas que tiveram de se submeter a contratos de modo a pagar a viagem de um familiar próximo que morreu durante a travessia e que estava em dívida¹⁷.

A terceira e última categoria de servidão por contrato compunha-se por condenados ingleses, escoceses e irlandeses responsáveis por delitos graves, especificamente crimes passíveis de pena de morte¹⁸, que eram transportados a expensas da Coroa. O transporte de condenados era ainda mais lucrativo do que o de contratados e de redentores, pois a Coroa pagava às companhias as tarifas dos condenados e esses «banqueiros do mar» lucravam a dobrar uma vez que «vendiam» os serviços desses indivíduos a plantadores¹⁹.

À imagem do que sucedia com os escravos africanos, a «venda» de servos era anunciada nos jornais locais; alguns chegavam acorrentados e visivelmente feridos, em virtude de mau comportamento e incentivo à rebelião a bordo, que resultava em castigos físicos²⁰. Além disso, após a aquisição dos seus serviços, os servos constituíam uma propriedade que podia, inclusive, ser vendida como forma de saldar uma dívida. Em caso de fuga²¹ e captura, os servos eram obrigados a reembolsar em trabalho o dinheiro desembolsado pelo senhor para o capturar, ensombrando ainda mais a já funesta perspectiva de recuperação da liberdade penhorada, que impossibilitava o projeto de posse de terras ou do pagamento pelos serviços prestados²².

A servidão por contrato foi um elemento central no quadro do domínio britânico nas colónias norte-americanas. Segundo David Galenson, entre metade e dois terços dos imigrantes das colónias americanas estavam sob escritura aquando da ingerência britânica²³. Henry Gemery corrobora da perspectiva de Galenson, ao apontar que cerca de 60% dos imigrantes no século XVII foram servos contratados, assim como uma percentagem considerável durante século XVIII, apesar de uma quebra acentuada²⁴.

¹⁷ BILDER, 1996: 755-756.

¹⁸ FERGUSON, 2003: 85-86.

¹⁹ BILDER, 1996: 756-757.

²⁰ FERGUSON, 2003: 87.

²¹ Muitos servos fugiam para junto dos índios, devido às duras condições de trabalho a que estavam sujeitos que, conjugadas com a escassez de comida, resultavam numa alta taxa de mortalidade. A esse respeito, veja-se GALENSON, 1984: 4.

²² BILDER, 1996: 757-758.

²³ GALENSON, 1984: 13.

²⁴ GEMERY, 1986: 750.

1.3. O primado da iniciativa privada no Brasil

Promulgada a 7 de novembro de 1831, a Lei Feijó-Barbacena²⁵ «declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos»²⁶. Todavia, estavam previstas exceções, nomeadamente «os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a pais, onde a escravidão é permitida²⁷, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações»²⁸.

Os fazendeiros e os grandes comerciantes empenhavam-se em manter a grande propriedade e a economia agrícola de exportação, intentando, para o efeito, a vinda de trabalhadores braçais de todo o mundo, desde que o destino dos mesmos fossem as fazendas, de modo a fazerem as vezes de escravos falecidos, fugidos ou vendidos e cujo preço de mercado era cada vez maior²⁹. Os intentos da elite agrária brasileira não se coadunavam com as premissas da política de colonização oficial seguida até 1830, pois visavam objetivos bem distintos, nomeadamente o reforço do setor industrial e de outros em fase embrionária, nas palavras de D. João VI: «promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil a qual não pode rapidamente progredir sem o auxílio, e acrescentamento de habitantes atreitos dos diversos géneros de trabalho»³⁰.

A materialização dos intentos elitistas projetou-se num grande empreendimento cuja base assentava na articulação de uma vasta rede de intermediários e de serviços que, segundo Paulo Gonçalves:

Desse empreendimento participaram instituições públicas, companhias de navegação, companhias ferroviárias, agências de recrutamento e de colonização, propagandistas, agentes e subagentes, bancos, casas de câmbio e hospedagem nas cidades de embarque e desembarque. Uma complexa rede de atividades que acabou por estender seus braços ao comércio local e internacional³¹.

Numa altura em que o tráfico de escravos dava sinais de comprometimento no Brasil, eis que os grandes prejudicados, isto é, os traficantes, as companhias envolvidas no tráfico e os fazendeiros a quem estes vendiam os escravos, se viram para o aliciamento de imigrantes pobres e analfabetos, formando ou financiando companhias/associações

²⁵ Também conhecida apenas por Lei Feijó ou por Lei de 7 de novembro de 1831. A esta estão associados os nomes do Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, autor da mesma, e do padre Diogo António Feijó, à época Ministro da Justiça e acérrimo defensor desse decreto legislativo (SIQUEIRA, 2017: 221).

²⁶ *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831*, 1889: 40.

²⁷ Os traficantes eram mestres em ludibriar as autoridades, e, na verdade, «ninguém duvida que o maldito tráfico da escravatura continua debaixo da bandeira portuguesa». Sobre a continuidade do tráfico no Brasil debaixo da bandeira lusa, veja-se ALEXANDRE, 1991: 293-333 e SIQUEIRA, 2017: 233-240.

²⁸ *Colecção das Leis do Imperio do Brazil de 1831*, 1889: 40.

²⁹ ALENCASTRO, 1998: 31.

³⁰ *Colecção das Leis do Brazil de 1818*, 1889: 40.

³¹ GONÇALVES, 2008: 222.

de colonização, que tinham uma vasta rede de agentes — autoridades do país de origem, empregadores, companhias de navegação, entre outros, que lucravam com o «negócio da emigração». O empregador que contrata o trabalhador rural paga o preço da viagem do mesmo, em troca de alguns anos de trabalho gratuito³², definidos num contrato de locação de serviços, com a agravante de serem³³, muitas vezes, agentes portugueses os responsáveis e os que mais lucravam por esta «caça» à carne branca. A esse respeito, atentemos no seguinte ofício endereçado ao ministro da Marinha em 1843³⁴:

A emigração efetua-se ordinariamente em navios portugueses, e é promovida por especuladores portugueses, comumente os mesmos que se empregavam no tráfico da escravatura e que disto se têm algum tanto desviado em consequência de já não ser já a bandeira portuguesa a que melhor cobre aquele trato. Um dos tais traficantes dirige-se ordinariamente às ilhas dos Açores ou Madeira, onde outros agentes têm previamente angariado número suficiente de colonos, e ali os embarca a furto, iludindo as autoridades, e contrariando as sábias decisões do governo de Sua Majestade³⁵.

Como já tivemos oportunidade de referir, os alvos eram trabalhadores braçais, pobres e analfabetos, porque o objetivo passava por fornecer mais braços para a agricultura. Encontrando-se em situação de precaridade e envoltos na ignorância, a tarefa de os ludibriar e convencer a voltar costas ao local de origem ficava facilitada. O princípio presente em toda a equação era gerar a maior percentagem de lucro, daí que fazer a ligação desses imigrantes ao Brasil seja encarado como o momento adequado para assegurar vantagens. Parece-nos que o seguinte excerto de um trabalho da autoria do historiador brasileiro Luiz Alencastro resume bem o esquema montado em torno da transferência dos imigrantes da Europa para o Brasil:

³² Geralmente, o período de trabalho gratuito era de três anos «quando o emigrado não tem ofício ou é tão somente cultivador; a este tempo de serviço junta-se sempre o necessário para pagar ao senhor os adiantamentos indispensáveis para o vestuário, e não poucas vezes se aumenta ainda em consequência das multas estabelecidas pela lei» (PORTUGAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Inquérito sobre a Emigração Portuguesa, 1873: 34-35). Segundo Costa, os senhorios cobravam 6% sobre o valor adiantado aos imigrantes. Fazendo referência ao sistema de parceria, segundo o qual o colono recebe uma porção de terra do fazendeiro onde tem de produzir, geralmente, café e dar uma elevada percentagem da produção ao senhor (COSTA, 1997: 124, 138). Acontece que para pôr a terra a produzir, o pobre trabalhador tinha de se endividar ainda mais junto do seu senhor e quando finalmente colhe os frutos do investimento, o fazendeiro fica-lhe com quase todo o lucro, daí que os três anos apontados de serviço gratuito fossem largamente ultrapassados.

³³ Os contratos funcionavam como um mecanismo subversivo, contrário ao princípio da liberdade e dos direitos dos colonos, elaborados com base na legislação brasileira, sendo que a primeira lei reguladora dos contratos por escritos data de 13 de setembro de 1830, posteriormente substituída pela Lei n.º 108 de 11 de outubro de 1837.

³⁴ Ofício dirigido pelo comandante do brigue escuna *Tâmega*, em estação no Brasil e Rio da Prata, ao Ministro da Marinha a 4 de abril de 1843.

³⁵ PORTUGAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Inquérito sobre a Emigração Portuguesa, 1873: 33.

Em troca das despesas de transporte marítimo, faturadas pelo dobro da tarifa usual³⁶, os engajados — sob caução «de sua própria pessoa, de seus bens e de seus herdeiros» — não podiam desembarcar no Brasil sem a autorização do capitão e dos representantes do navio. Esses últimos podiam estabelecer contrato «com um ou vários patrões» que reembolsariam aos donos do navio as despesas com o transporte e sustento do engajado durante a travessia atlântica. O «passe» do engajado era assim vendido no Brasil³⁷.

Em fevereiro de 1858, o cônsul de Portugal em Pernambuco, em missiva enviada ao Marquês de Loulé, denuncia precisamente «esta escandalosa agiotagem» referindo-se ao caso concreto do brigue português *Oliveira* chegado à região proveniente de São Miguel, cujos recibos da passagem assinalavam «60 patações ou 120\$000 réis, dinheiro do Brasil»³⁸.

As companhias e as sociedades ligadas ao recrutamento de imigrantes contavam com uma vasta rede de funcionários dispersos pelas principais zonas de captação. Os engajadores tinham como primeira missão o aliciamento dos trabalhadores braçais, que, depois de convencidos a partir, eram auxiliados por esses agentes na obtenção da documentação, nomeadamente os passaportes³⁹, providenciavam as passagens e, mediante as dificuldades e demora na tramitação, tratavam da falsificação de documentos ou da saída na clandestinidade⁴⁰.

Silvia Alegre, em estudo recente, concluiu que os indivíduos que engrossavam o projeto de aliciamento e transporte de imigrantes para o Brasil estavam, grosso modo, ligados à produção de café e tinham vínculos familiares entre si — «casamentos, camaradagem entre colegas de escola, relações de negócios» —, resultando na confluência de interesses e numa visão comum quanto às linhas gerais que a administração devia seguir⁴¹. Por sua vez, Luiz Alencastro frisa a importância da presença de representantes dos interesses dos fazendeiros nos órgãos decisores, uma vez que:

quando os representantes dos fazendeiros e dos comerciantes de importação-exportação controlam o aparelho do Estado, a política oficial trata canalizar para o país

³⁶ Para uma ideia mais clara sobre o preço das tarifas cobradas aos colonos portugueses na travessia atlântica durante a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, veja-se LEITE, 1996: 381-396.

³⁷ ALENCASTRO, 1998: 36.

³⁸ *Apud* PEREIRA, 2002: 147.

³⁹ A burocratização e o encarecimento do processo de obtenção de passaportes eram vislumbrados por alguns políticos nacionais como mecanismos de travar as saídas. No entanto, contribuíam ainda mais para as partidas debaixo da clandestinidade.

⁴⁰ Sobre emigração clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX, veja-se LEITE, 1986: 219-230; SILVA, 2004 e SILVA, 2009.

⁴¹ ALEGRE, 2014: 6.

*indivíduos pobres de todas as raças. Pouco importa então a cor ou a cultura do imigrante, desde que ele pegue na enxada junto [dos escravos] e, mais tarde, no lugar dos escravos*⁴².

À imagem do que acontecia nas colónias britânicas na América do Norte, os trabalhadores engajados eram de origem social baixa, desempregados ou em condição profissional débil, logo não tinham capacidade financeira para pagar a travessia atlântica que lhes abria as portas para o Eldorado brasileiro. Neste sentido, era necessário que alguém adiantasse o valor da passagem, e é aí que entram em cena as companhias de colonização, que tiveram no Marquês de Caravelos um acérrimo defensor, na medida em que as considerava imprescindíveis ao recrutamento das gentes desejadas, acrescentando que os moldes de funcionamento dessas empresas seriam similares aos das que se dedicavam ao tráfico de escravos:

*Não desanimemos na formação dessas companhias. Não se formavam elas para ir buscar estrangeiros à Costa d'África? Pois o mesmo acontecerá agora com estes estrangeiros livres, porque nisto elas também têm interesse; e o interesse que movia àquela expedição há de mover a esta*⁴³.

Efetivamente, a demanda por lucro continua a mover os ávidos traficantes que não abandonaram o tráfico de escravos por completo até à publicação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, antes dividiram-se entre o tráfico de escravos africanos e o engajamento de imigrantes pobres provenientes da Europa, especialmente do norte de Portugal e das ilhas, com particular incidência sobre o arquipélago dos Açores. Esta ideia é corroborada por um relatório consular francês datado de 1852 onde é dito que: «A navegação de Portugal procurou suprir com os colonos do Porto e dos Açores o vazio deixado pela extinção do tráfico negroiro»⁴⁴. Outro facto que importa frisar é a referência a «navegação de Portugal», isto porque o grosso dos traficantes eram portugueses ou descendentes de portugueses que se haviam fixado no Brasil e enriquecido à custa deste vil comércio, sendo o nome de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro o mais conhecido de todos, a que podemos juntar os dos irmãos açorianos João e António Severino de Avelar. A simultaneidade do tráfico de escravos e do tráfico de engajados colocou em alerta as autoridades britânicas em relação à atividade dos capitães e donos de companhias de navegação açorianas⁴⁵.

Segundo Marcus de Carvalho,

⁴² ALENCASTRO, 1998: 32.

⁴³ Sessão do Senado de 6 de julho in *Annaes do Senado do Imperio do Brazil*, 1830: I, 365-374.

⁴⁴ ALENCASTRO, 1998: 37.

⁴⁵ ALENCASTRO, 1998: 37.

Embora aqueles imigrantes fossem voluntários, contrastando com os imigrantes forçados africanos, as condições de seu transporte eram também precárias, inclusive empregando-se navios negreiros superlotados. Contudo o que mais chocava os contemporâneos era que, ao chegarem a Recife, os açorianos, na maioria das vezes, não podiam desembarcar antes que alguma pessoa arrematasse os seus serviços pelo preço da passagem. A arrematação se fazia dentro do próprio navio, onde «em fileira», os trabalhadores eram escolhidos pelos compradores. As fontes indicam que, nestas condições, vieram principalmente açorianos para o trabalho agrícola⁴⁶.

Em 1827, na qualidade de ministro do Império, Nicolau Gomes Vergueira manteve-se fiel aos seus ideais, rejeitando «a colonização estrangeira por conta do Governo», nas palavras do mesmo:

é pouco própria, excessivamente dispendiosa: seria porem de uma utilidade incalculável estabelecer Colonias de Nacionais em lugares ermos [...]. Estas Colonias, compondo-se de indigentes, e de réus condenados a trabalho ou degredo, além de aumentarem as produções agrarias, concorreriam a franquear a comunicação entre povoações remotas [...] e supririam [...] a falta de Casas de Correção⁴⁷.

A utilização de indigentes e condenados não era novidade à época, uma vez que os britânicos haviam feito o mesmo nas colônias norte-americanas⁴⁸, o que vai ao encontro da ideia que temos vindo a sustentar de que a política de colonização brasileira entregue à iniciativa privada na década de 30 de Oitocentos tem vários elos de ligação com o modelo de colonização anglo-saxónico dos *Indentured Servants*.

Em 1836, o mesmo Vergueira que em 1827 se mostrava contrário ao financiamento e entrada de estrangeiros no Brasil⁴⁹, funda juntamente com os cunhados e outros elementos da elite agrária, a primeira empresa de colonização brasileira afeta ao recrutamento e importação de imigrantes, especialmente açorianos. Eis que surge a Sociedade Promotora da Colonização do Rio de Janeiro, no mesmo ano em que o Governo brasileiro aprovou uma lei que isentava do pagamento da taxa de ancoragem os navios que chegassem ao Brasil com mais de 100 colonos brancos⁵⁰.

⁴⁶ CARVALHO, 1988: 25.

⁴⁷ PÉREZ MELÉNDEZ, 2014: 42.

⁴⁸ Para uma ideia mais desenvolvida do assunto, veja-se FERGUSON, 2003: 75-100 e BILDER, 1996: 745-824.

⁴⁹ As principais explicações apresentadas para essa mudança prendem-se com a aprovação do *Ato Adicional*, que inaugurou o poder de decisão das províncias em matéria de colonização, a que se juntou a morte de Pedro I, em 1834, deitando por terra a ameaça que pairava de uma restauração mediante um exército de colonos portugueses (PÉREZ MELÉNDEZ, 2014: 42).

⁵⁰ PÉREZ MELÉNDEZ, 2014: 42, 54.

Segundo Reis Leite, essa sociedade (e as suas congêneres) «organizava-se nos moldes das antigas sociedades de transporte e tráfico de escravos negros [...] e isto explica as atrocidades de que hoje nos horrorizam, quer do transporte dos colonos, quer das condições em que faziam os contratos de trabalho»⁵¹.

A Bahia, São Paulo, Maranhão, e, mormente, o Rio de Janeiro, foram desde o início as principais áreas abastecidas por colonos engajados. Era precisamente em São Paulo, mais concretamente em Ibicaba, que se localizava a fazenda do senador Vergueiro que, através da empresa Vergueiro & Cia, fazia chegar desde os anos 40 do século XIX a São Paulo colonos europeus para trabalharem segundo o sistema de parceria na fazenda em Ibicaba ou para «vendê-los» a outros fazendeiros. Vergueiro lucrou imenso com a empresa, todavia o sistema de parceria que ele tanto defendia foi abalado por uma rebelião de colonos ocorrida em 1856, e que ficou conhecida como «Revolta dos Parceiros» ou «Revolta de Ibicaba»⁵², incendiada pela exploração e maus-tratos a que estavam sujeitos⁵³.

O suíço Thomas Davatz foi contratado pela firma Vergueiro & Cia e presenciou o sistema de precariedade a que eram sujeitos os colonos, o que lhe levou a publicar em 1858 o livro *Memórias de um colono no Brasil* onde afirma que:

*Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratadas como simples mercadorias, ou como escravos*⁵⁴.

Os ecos da revolta e da publicação de Davatz contribuíram para a tomada de posição por parte das autoridades dos principais países canalizadores de europeus para o Brasil. Assim, em 1859, foi promulgado o regulamento *von der Heydt*, suspendendo o engajamento oficial de colonos da Prússia para São Paulo, aplicável a todo o território brasileiro em 1871. Outras nações seguiram o exemplo, como são os casos da Inglaterra, em 1875 e da França no ano seguinte.

No caso de Portugal, a partir dos finais da década de 30, a imprensa empenhou-se em denunciar as artimanhas dos engajadores e tráfico da «Escravidade Branca», todavia a antiga metrópole nunca banuiu o engajamento de colonos para o Brasil, não obstante o aumento da vigilância e controle, a tentativa de canalização desses fluxos para outras parcelas do Império, entre outras tomadas de posição em matéria de emigração. A esse respeito, em 1872, o então membro da direção da Caixa de Socorros D. Pedro V,

⁵¹ LEITE, 1986: 225-226.

⁵² Sobre esta rebelião, veja-se DAVATZ, 1951.

⁵³ SIQUEIRA, 2017: 201-206.

⁵⁴ DAVATZ, 1951: 72.

Joaquim da Costa Ramalho, ao prestar informações ao cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro relativamente à situação dos portugueses emigrados, diz-lhe pois que «V.ex.a., que é português, disponha o seu ânimo para contemplar desgraças e misérias tais e tamanhas, que a imaginação espavorida mal compreende como ainda tão severa lição não bastou para pôr barreira a esta corrente de suicídios»⁵⁵.

2. OS AÇORES E O FENÓMENO DA «ES CRAVATURA BRANCA»

Os Açores mantiveram desde o século XVII uma ligação umbilical com o Brasil, abastecendo o território brasileiro com sucessivas levas de ilhéus, que se destinavam a núcleos populacionais existentes e, inclusive, estiveram na origem da fundação de novas regiões do vasto território dos Brasis por meio de uma política de colonização dirigida pela Coroa. Com a nova ordem liberal emerge um novo paradigma, a emigração espontânea empreendida de acordo com interesses e vontades particulares e familiares, almejando o Eldorado brasileiro, em contraponto com a situação de carestia em que viviam no arquipélago. Estavam reunidas as condições-base para ligarem os ilhéus ao Brasil, isto é, de um lado do Atlântico assiste-se à demanda por braços e do outro a vontade dos mesmos para embarcar.

Como já tivemos oportunidade de referir, por meados da centúria de Oitocentos assistimos à afirmação dos intentos da elite agrária brasileira em matéria de abastecimento de braços, sob a forma de empresas de colonização que se responsabilizavam por fazer chegar ao Império as «gentes desejadas». Por essa altura, os Açores tornam-se palco preferencial de abastecimento dos navios empregados no «novo tráfico».

As condições da viagem⁵⁶, os vínculos aos patrões, a equiparação, a «mercadoria transacionável», o estado de servidão temporária e a alegada inoperância das entidades consulares portuguesas no Brasil geraram uma onda de agitação e de denúncia na opinião pública e publicada, bem como nos debates parlamentares daquilo a que Herculano apelidou por «Escravatura Branca»⁵⁷. A expressão «Escravatura Branca» encontra representação na realidade social brasileira, nas duras condições a que ficavam sujeitos os colonos, desde logo as péssimas condições a bordo, a que se juntavam os enganos⁵⁸ e o enviesamento dos contratos de locação de serviços que os embrenhavam numa condição de servidão temporária e que em muitos casos tinham por fim a morte, a que se juntavam as semelhanças com o tráfico de escravos.

⁵⁵ PORTUGAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Inquérito sobre a Emigração Portuguesa, 1873: 90-91.

⁵⁶ A sobrelotação dos navios era constante, em desrespeito com os limites de tonelagem impostos pela Portaria de 19 de agosto de 1842.

⁵⁷ *A Emigração para o Brasil*. «Diário do Governo», n.º 12-13 (13 jan. 1838).

⁵⁸ O desalento apoderava-se dos pobres colonos que, isolados no interior do país e longe das cidades e das oportunidades, em desespero, fugiam, agravando ainda mais o seu *status quo*, uma vez que o artigo n.º 9 da Lei 108 de 11 de outubro de 1837 (reguladora dos contratos de locação) previa a pena de prisão «onde quer que for achado, não será solto, enquanto não pagar em dobro tudo quanto dever ao locatário» (*Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1837*, 1861: 78).

Logo em 1837 o «Açoriano Oriental»⁵⁹ informava da chegada a São Miguel de indivíduos que haviam partido para o Rio de Janeiro «engordados pela esperança fantástica de felicidade» e que, confrontados com a dura realidade, «tiveram por melhor voltar à sua pátria, e muitas centenas deles o fariam também se os desastrosos contratos, em que os engajaram, e a falta de meios para se transportarem para aqui, lhe não fossem de um invencível obstáculo para a sua vida». Nesse mesmo ano, já os parlamentares portugueses se debruçavam sobre o engajamento de açorianos, destacando-se por esta altura nomes como o de Costa Cabral que, na Sessão de 18 de março, apresenta os elementos expulsivos presentes nos Açores, em contraponto com o cenário pintado «por essas sociedades, ou companhias, que não podendo fazer escravatura negra nas costas d’Africa, a vem hoje fazer branca nos Açores»⁶⁰. O engajamento de homens e mulheres⁶¹ desvalidos não aconteceu somente nos Açores, mas foi ali que maiores proporções atingiu, pelo menos durante a primeira metade da centúria.

O empilhamento nas embarcações do «tráfico da nova espécie» saídas dos Açores era recorrente, em virtude da existência de uma elevada corrente de saídas clandestinas. Os colonos que partiam clandestinamente, e sem terem meios de pagar a passagem, ficavam numa situação ainda pior do que a dos que o faziam empenhando-se por um contrato de locação de serviços, na medida em que só desembarcavam se alguém tivesse interesse em pagar o preço da passagem, acrescido de despesas extra com alimentação e serviços. A esse respeito, o cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro, em missiva de outubro de 1862 enviada ao Marquês de Loulé, relata o sucedido a bordo do patacho português *Angrense*, proveniente de Angra do Heroísmo, que mantinha retidos a bordo no porto do Rio de Janeiro colonos há 21 dias «à espera de quem os engajassem, dizendo-me um deles que tendo solicitado para ir à terra procurar meio de se libertar o capitão lhe não consentira»⁶². De referir que o tempo de «prisão» a bordo refletia-se no aumento do valor solicitado pelo capitão do navio aos possíveis interessados na contratação dos colonos, que, por sua vez, prolongavam o tempo de serviço gratuito.

O *modus operandi* dos traficantes era transversal, após a largada da baía, de onde saíam com um número adequado de emigrantes legais, pairavam na costa da ilha durante alguns dias, até que chegassem os clandestinos, longe da atenção e do raio de ação das autoridades. A isto se deve que uma travessia que, em média, levava pouco mais de um mês, por vezes, chegava a demorar 60 dias⁶³.

⁵⁹ O *Açoriano*. «Açoriano Oriental», n.º 127 (23 set. 1837).

⁶⁰ «Diário das Cortes Geraes [...]», n.º 48 (18 mar. 1837), p. 71.

⁶¹ Era regular a partida de mulheres que normalmente surgem associadas à prostituição em solo brasileiro. A esse respeito, veja-se, por exemplo, «O Angrense», n.º 4 (15 out. 1836).

⁶² *Apud* PEREIRA, 2002: 188.

⁶³ O patacho português *Ceres*, *saio do Faial*, chegou ao Rio de Janeiro com 58 dias de viagem. Da mesma proveniência, o patacho português *Milheiros III* fundeu na capital brasileira com 39 dias de viagem. *Escravidura Branca*. «Açoriano Oriental», n.º 1150 (18 abr. 1857).

A Lei n.º 820 de 20 de julho de 1855 visava mitigar a emigração clandestina, prevendo penalizações aos capitães dos navios. Todavia, a lei não teve efeitos significativos nas ilhas, uma vez que, nos relatórios apresentados pelos governadores civis dos três distritos administrativos entre 1855 e 1865, são regulares as denúncias do aumento da emigração clandestina e o desejo da presença de um navio de guerra⁶⁴ no mar dos Açores⁶⁵.

Em 1866, a Caixa de Socorros de D. Pedro V⁶⁶ ao apresentar o balanço dos primeiros tempos de atividade informou ter ajudado 2426 indivíduos, sendo que 1510 eram portugueses, 562 dos quais açorianos⁶⁷. A maioria dos que se deslocaram à Caixa fizeram-no para conseguir dinheiro e auxílio para a educação, seguindo-se os que recorreram à instituição na esperança de conseguirem uma «Passagens para Portugal e Açores» (520 indivíduos), cabendo-nos destacar também o caso de 11 indivíduos que solicitaram «Passagens de Lisboa para os Açores».

Tabela 1. Tipologia dos socorros concedidos pela Caixa de Socorros de D. Pedro V desde a sua fundação até 31 de março de 1866

Tipologia do auxílio	N.º de auxiliados
Dinheiro e auxílios para a educação	1402
Médico, botica e dieta	132
Médico e botica	231
Roupa	32
Morada e comida	24
Auxílios a irmãos de ordens terceiras	52
Passagens para Portugal e para os Açores	520
Passagens para diversos portos do Brasil	19
Passagens para o Rio da Prata	3
Passagens de Lisboa para os Açores	11
Total	2426

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Atividades da *Caixa de Socorros de D. Pedro V*, publicado no «Jornal do Commercio», n.º 88 (30 mar. 1866)

⁶⁴ Este pedido já havia sido feito pelo governador civil da Horta a 13 de janeiro de 1843, mas só teve aval em 1863, como anotou o angrense José de Meneses Toste, em sessão da Câmara dos Deputados da Nação, congratulando a presença do navio de guerra *Nova Goa* no mar dos Açores.

⁶⁵ BARROS, 2010: 304-305.

⁶⁶ Instituição de caridade fundada no Rio de Janeiro, em 1864.

⁶⁷ *Caixa de Socorros de D. Pedro V. Relatório e Contas*. «Jornal do Commercio», n.º 88 (30 mar. 1866).

Não obstante o papel de relevo desempenhado pelas associações de filantropia, na verdade muitos desvalidos não conseguiam recorrer ao apoio dessas instituições, porque estavam muito longe dos grandes centros urbanos, para além de que as beneméritas sociedades de socorros existentes eram «insuficientes para prover de remédio tão grandes males»⁶⁸.

Em informação prestada ao consultado português no Rio de Janeiro no ano de 1872, o médico Bernardino de Almeida dá conta da situação que presenciou numa fazenda na qual prestou cuidados médicos por um ano,

onde foram engajados cinco compatriotas nossos, quatro homens e uma mulher [...]. Comiam, dormiam e trabalhavam como escravos [...]. Senzalas eram as suas habitações, que constavam de um pequeno quarto, não soalhado, com porta e janela, tendo por cama uma esteira, e por mobília uma pedra para se sentarem. Trabalhavam a par dos escravos [...], trabalho que principiava ao romper de alva e terminava às nove horas da noite, apenas com interrupção das refeições. De dia cavavam na terra, de noite lançavam ou tiravam tijolo do forno. Apesar da sua robustez, como fossem transportados bruscamente para lugar insalubre, antes de aclimatados, na estação calmosa, sujeitos a trabalho insano e longo (mais de quinze horas por dia) com alimentação má e pior casa para dormir, ficaram em dois meses reduzidos a pele e ossos, verdadeiras múmias, e morreriam se não fugissem»⁶⁹.

As denúncias sucediam-se, todavia, o «escandaloso tráfico» persistia, em parte, porque os cônsules nacionais faziam vista grossa, «essa inércia justamente suspeita de já não saber vestir-se e de se alimentar nas trevas com pirão, [enquanto] o colono português engajado para o trabalho dos campos é sublocado pelo fazendeiro que o engajou a outros fazendeiros, que pagam um tanto pelo trabalho dele ao seu primitivo possuidor»⁷⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento de colonos açorianos tem de ser visto à luz da conjuntura da época, isto é, a necessidade iminente de introduzir braços numa altura em que o tráfico de escravos estava condenado a terminar no Brasil. Fruto dessa demanda brasileira e da existência de fatores expulsivos nos Açores, assistimos desde meados de 1830 à saída regular de ilhéus rumo ao Império do Brasil, nomeadamente em situação clandestina e debaixo de grandes ilusões, sujeitando-se às maiores privações mesmo antes de pisarem terra. Sucediavam-se relatos escandalosos de novos episódios de «Escravidade Branca» na imprensa e na câmara dos deputados, onde se discutiam as mais variadas formas de

⁶⁸ ORTIGÃO, [s.d.]: 76.

⁶⁹ PORTUGAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Inquérito sobre a Emigração Portuguesa, 1873: 113.

⁷⁰ ORTIGÃO, [s.d.]: 73.

obstar a esse mal, tendo vindo a lume, inclusive, uma lei que visava combater a emigração clandestina através de regulamentação da tonelagem das naus e a aplicação de coimas aos infratores. No entanto, os efeitos práticos foram reduzidos uma vez que a ânsia por lucro dos «banqueiros do mar» era grande e a miséria dos incautos colonos maior.

FONTES IMPRESSAS

- ANNAES do Senado do Imperio do Brazil. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações — Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1830, livros I e II. Disponível em <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio.asp>. [Consulta realizada em 06/05/2018].
- COLLEÇÃO das Leis do Brazil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18332/collecao_leis_1818_parte1.pdf?sequence=1>. [Consulta realizada em 03/02/2019].
- COLLEÇÃO das Leis do Imperio do Brazil de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1889. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18460/collecao_leis_1831_parte1.pdf?sequence=3>. [Consulta realizada em 27/03/2019].
- COLLEÇÃO das Leis do Imperio do Brasil de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18466/collecao_leis_1837_parte1.pdf?sequence=1>. [Consulta realizada em 15/01/2019].
- DAVATZ, Thomas (1951) — *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins. Disponível em <<https://archive.org/details/memriasdeumcol00dava>>. [Consulta realizada em 10/09/2018].
- «Diário das Cortes Geraes Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa», n.º 48 (18 mar. 1837), p. 71. Disponível em <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1837/listIssuesByYear?ano=1837>>. [Consulta realizada em 28/03/2019].
- PORTUGAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Inquérito sobre a Emigração Portuguesa (1873) — *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- A Emigração para o Brasil*. «Diário do Governo». Lisboa, n.º 12-13 (13 jan. 1838).
- Caixa de Socorros de D. Pedro V. Relatório e Contas*. «Jornal do Commercio». Rio de Janeiro, n.º 88 (30 mar. 1866).
- Escravidade Branca*. «Açoriano Oriental». Ponta Delgada, n.º 1150 (18 abr. 1857).
- O Açoriano*. «Açoriano Oriental». Ponta Delgada, n.º 127 (23 set. 1837).
- «O Angrense». Angra do Heroísmo, n.º 4 (15 out. 1836).

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (1998) — *Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. «Novos Estudos», n.º 21, p. 30-56. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/232807743/ALENCASTRO-Luiz-Felipe-de-Proletarios-e-Escravos>>. [Consulta realizada em 06/04/2019].
- ALEGRE, Sílvia Elena (2014) — «O café dá para tudo». *A participação das elites cafeiras no negócio de atração e transporte e imigrantes*. In *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, Santos, 2014*, p. 1-16. Disponível em <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405480593_ARQUIVO_Ocafedaparatudo.Aparticipacaodas elitescafeirasnonegociodeatracaoetransportedeimigrantes.SilviaAlegre.pdf>. [Consulta realizada em 02/02/2019].

- ALEXANDRE, Valentim (1991) — *Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)*. «Análise Social», vol. XXVI (2.º), n.º 111, p. 293-333. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038698G8jRF9au8Nl18MP8.pdf>>. [Consulta realizada em 02/01/2019].
- BARROS, Paula (2010) — *O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)*. In SARGES, Maria da Nazaré *et al., org.* — *Entre Mares. O Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, p. 301-306.
- BILDER, Mary Sarah Bilder (1996) — *The Struggle over Immigration: Indentured Servants, Slaves, and Articles of Commerce*. «Missouri Law Review», vol. 61, n.º 4, p. 745-824. Disponível em <<https://lawdigitalcommons.bc.edu/lspf/178/>>. [Consulta realizada em 15/04/2018].
- CARVALHO, Marcus (1988) — O “tráfico de escravatura branca” para Pernambuco no ocaso do tráfico de escravos. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», vol. 149, n.º 358, p. 22-50.
- COSTA, Emília Viotti da (1997) — *Da Senzala à Colônia*. 4.ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. Disponível em <<https://books.google.pt/books?id=sgVhE2z2V6wC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. [Consulta realizada em 07/04/2019].
- ENGERMAN, Stanley L. (1986) — *Servants to slaves to servants: contract labour and European expansion*. In EMMER, Piet, ed. — *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Heidelberg: Springer Netherlands, p. 263-294.
- FERGUSON, Nial (2003) — *Império. Como os britânicos fizeram o mundo moderno*. 2.ª ed. São Paulo: Editora Planeta.
- GALENSON, David (1984) — *The Rise and Fall of Indentured Servitude in the Americas: An Economic Analysis*. «The Journal of Economic History», vol. 44, n.º 1, p. 1-26. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2120553?seq=1#page_scan_tab_contents>. [Consulta realizada em 03/05/2018].
- GEMERY, Henry A. (1986) — *Markets for Migrants: English Indentured Servitude and Emigration in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. In EMMER, Piet, ed. — *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Springer, p. 750-775.
- GONÇALVES, Paulo Cesar (2008) — *Mercadores de Braços. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração para o Novo Mundo*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- LEITE, Joaquim da Costa (1996) — *Os negócios da emigração 1870-1914*. «Análise Social», vol. 31, n.º 136-137, p. 381-396.
- LEITE, José Guilherme Reis (1986) — *Emigração legal e clandestina dos Açores para o Brasil no séc. XIX*. In *II Congresso de Comunidades Açorianas*. Angra do Heroísmo: Comissão Preparatório do II Congresso de Comunidades Açorianas, p. 219-230.
- MERELIM, Pedro de (1966-1967) — *Emigração açoriana para o Brasil*. «Atlântida. Revista do Instituto de Cultura Açoriana», vol. 10, n.ºs 4 e 5, p. 243-252 e p. 315-320; vol. 11, n.ºs 4 e 13, p. 87-104 e p. 227-252.
- ORTIGÃO, Ramalho [s.d.] — *Farpas. Aspectos Vários da Sociedade, da Política, da Administração*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, tomo X.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2002) — *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC.
- PÉREZ MELÉNDEZ, José Juan (2014) — *Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo*. «Revista Brasileira de História», vol. 34, n.º 68, p. 35-60.
- KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de (2007) — *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Editora Contexto.
- SANTOS, Miriam de Oliveira (2017) — *Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil*. «Tempo e Argumento», vol. 9, n.º 20, p. 230-246. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/317273877_Reescrevendo_a_historia_imigrantes_italianos_colonos_alemaes_portugueses_e_a_populacao_brasileira_no_sul_do_Brasil>. [Consulta realizada em 09/02/2019].

- SILVA, Susana Serpa (2004) — *Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em meados do século XIX. In O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do III Colóquio nos 550 Anos do Descobrimto das Flores e do Corvo*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 275-293.
- (2009) — *Emigração Legal e Clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)*. In SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda, coord. — *Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento; CEPES, p. 381-399.
- SIQUEIRA, Francisca Pereira (2017) — *Dignidade e honra nacional: debates sobre o fim do tráfico de escravos na opinião pública brasileira e portuguesa (1810-1850)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Tese de Doutoramento.

EMIGRAÇÃO ILEGAL E CLANDESTINA. AGENTES, ENGAJADORES, ESTRATÉGIAS E TRAJECTOS DAS FUGAS

HENRIQUE RODRIGUES*

Resumo: O Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC) conservou um dos maiores acervos e com mais variedade de fontes sobre a problemática das mobilidades, desde a sua fundação em 1835 até à actualidade, cujo fundo ainda se encontra nas instalações onde funcionou esta instituição. A emissão de passaportes, registada em livros para o efeito, e outros corpos documentais associados à mobilidade de mancebos, permitem novas abordagens às dinâmicas migratórias. Além destas fontes, os respectivos processos de requerimento de passaporte e documentos sobre clandestinidade, fuga de jovens, fraudes e engajamento, que se encontram em maços próprios, constituem o corpus documental que nos permitiu a elaboração deste texto. Trata-se de 38 documentos ainda inéditos, datados entre 1875 e 1883. Além destes, usaremos outros dados a lume por nós, correspondentes ao período entre 1854 e 1856, documentos onde se abordam questões relacionadas com emigração ilegal, clandestina, fraudes, agentes de emigração, estratégias de fuga e trajectos, a acção das autoridades e a intervenção de um magistrado, o vice-cônsul de Espanha em Vila Nova de Cerveira, acusado de ser o principal engajador. Além de observarmos o sucesso na luta contra a emigração ilegal, identificamos vários pontos de fuga ao longo da fronteira, quer através de veleiros em Caminha, quer recorrendo aos vapores que saíam por Vigo, precedida de uma travessia «a salto» na passagem do rio Minho.

Palavras-chave: Emigração ilegal; Saídas clandestinas; Engajador; Século XIX.

Abstract: The Archive of the Civil Government of Viana do Castelo (AGC) preserved one of the largest collections and with more variety of sources on the problematic of the mobilities, from its foundation in 1835 until the present time, whose fund is still in the premises where this institution worked. The issuance of passports, recorded in books for this purpose, and other documentary bodies associated with the mobility of young men, allow new approaches to migratory dynamics. In addition to these sources, the respective passport application procedures and documents on clandestinity, flight of young people, fraud, and engagement, which are in their own packs, constitute the documentary corpus that allowed us to elaborate this text. These are thirty-eight documents still unpublished, dated between 1875 and 1883. In addition to these pieces, we will use other documents given by us, corresponding to the period between 1854 and 1856, documents dealing with issues related to illegal emigration, clandestine, fraud, agents of emigration, strategies of escape and travel, the action of the authorities and the intervention of a magistrate, the vice-consul of Spain in Vila Nova de Cerveira, accused of being the main enabler. In addition to observing success in the fight against illegal emigration, we have identified several vanishing points along the border, either by means of sailboats in Caminha or by using the vapors that left Vigo, preceded by a «jump» crossing in the passage of the river Minho.

Keywords: Illegal emigration; Clandestine exits; Engager; XIX century.

* Investigador do CETRAD/UTAD. Registamos com apreço as palavras do avaliador, que tomámos em boa nota e agradecemos. Não seguimos o Acordo Ortográfico de 1990, por dele discordarmos. Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projecto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/SOC/04011/2013.

INTRODUÇÃO

A emigração de jovens aparece enquadrada em contextos legislativos, com o objetivo de salvaguardar o cumprimento dos deveres militares. Tais normativas limitavam a saída dos mancebos, obrigando-os a deixar uma caução, para garantir a substituição no exército, caso o moço fosse sorteado. Até finais da década de 50 de Oitocentos, estavam inseridos neste contexto os maiores de 18 anos, porém, devido ao número de adolescentes afastados do continente, antes de atingirem esta idade¹ — quadro impeditivo do preenchimento dos lugares no exército, obrigando os seleccionados a prolongarem este serviço para além do tempo previsto e o Estado português a disponibilizar mais verbas com os efectivos — a lei de 1859 alarga a faixa etária, incluindo os rapazes dos 14 aos 21 anos completos²; perante este quadro só podiam ausentar-se, quando apresentassem abonação, indicassem substituto ou deixassem a verba ou fiador para custear as despesas de substituição.

A legislação sobre a mobilidade não se limitava ao contexto militar, pois também os indivíduos do sexo feminino, tal como as crianças, quando saíam sem os consortes ou progenitores, estavam coagidos a apresentar uma autorização do marido, dos pais ou tutores. A todos era exigido o requerimento, certidão de baptismo, casamento ou óbito, comprovativos da idade, estado civil, folha corrida (registo criminal), além de outros documentos, como a autorização de saída. Neste contexto, as famílias, a partir dos anos 60, viam o embarque dos filhos antes de atingirem a idade limite exigida para a fiança, como estratégia mais eficaz, porque se libertavam de um pesado tributo, considerando os elevadíssimos montantes da caução³ ou do valor definido anualmente pelo Governo para a substituição, se o emigrante fosse sorteado.

Mesmo assim, os adolescentes, quando pretendiam evadir-se ao cumprimento dos deveres militares, não necessitavam de seguir directamente para o Brasil, pois a passagem da fronteira, a partir de 1863, dispensava o uso de licenças na raia⁴, tomando, de seguida, o vapor, por vezes, na Galiza, como veremos através da documentação compulsada. Se a intenção era atravessar o Atlântico, também havia o recurso a documentos legais, utilizados por pessoas impedidas de os impetrarem, usados indevidamente. A fuga, através do embarque clandestino, era mais fácil quando a viagem ocorria nos veleiros,

¹ É neste contexto que devem ser consideradas as ausências de menores de 18 anos até 1859, data correspondente à alteração dos fluxos, cujas faixas etárias marcam a tendência para o domínio de adolescentes menores de 14 anos. RODRIGUES, 1995: 8-42; ALVES, 1999: 33-50.

² Carta de Lei de 4 de Junho de 1859. «Diário do Governo», 138 (1859-06-14).

³ O recurso legal ao pagamento de uma substituição era instituído anualmente por decreto, tal como as cauções para mancebos, podendo estas obrigar a despendar 500\$000 réis, como aconteceu em 1887, embora, dez anos depois, tivessem sido fixadas em 250\$000. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1888: 461; *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1897: 769.

⁴ *Regulamento da lei de 31 de Janeiro de 1863*, 1864: 142-155.

por isso a saída por portos da costa, como Viana, Gontinhães⁵ e Caminha, entre outros locais, além da Galiza⁶, foi uma realidade, muitas vezes orquestrada por engajadores⁷.

O transporte em vapores, vindos de Inglaterra, França e Alemanha, passando pela Galiza, de mais difícil controlo pelas autoridades, era objecto de alguma atenção, quando ancoravam em Leixões ou em Lisboa. Por este meio, os efeitos da fiscalização, sobre os clandestinos, eram pouco visíveis, não obstante houvesse sempre um ou outro mancebo capturado, por não possuir passaporte, mesmo relativamente a alguns que intentavam a evasão através da Galiza, com destaque para o porto de Vigo.

Se as estatísticas portuguesas podem ser consideradas muito fiáveis, incluindo nestes números a quase totalidade dos movimentos⁸, não nos falam exclusivamente de emigrantes, mas de embarques, onde existem transeuntes a protagonizar mais de uma travessia, por isso é importante a abordagem da «remigração», variável que tem sido subestimada ou mesmo ignorada⁹, quando, em boa verdade, qualquer análise aos registos de passaportes deve contemplar os reembarques, formados pelos que partiram, regressaram e voltaram viajar com novas licenças. Miriam H. Pereira refere a existência de estratégias de contenção, considerando os vários condicionalismos impostos na obtenção da documentação para requerer o passaporte, escolhos difíceis de ultrapassar pelos «camponeses do Alto-Minho»¹⁰, entre outros, e sublinha, ainda, que estes habitantes sentiam os efeitos dissuasores na requisição da licença devido à ausência de cultura letrada, donde poderia inferir-se que tais estratos socioculturais não intervinham no processo migratório legal, por serem incultos, todavia, este cenário não é visível para Viana do Castelo, no decorrer da centúria oitocentista, como pudemos fazer prova¹¹.

Se a historiadora referida¹² vê na burocracia da obtenção das autorizações de travessia um dos grandes obstáculos, convém lembrar que havia certidões requeridas na respectiva paróquia e que, até 1863, os concelhos emitiam passaportes internos com o objectivo de serem apresentados nos serviços do Governo Civil, para impetração da licença de viagem, sendo certo que o solicitante deveria assinalar a presença no *Livro de*

⁵ As zonas pesqueiras eram procuradas para esta estratégia, como acontecia em Gontinhães, actual Vila Praia de Âncora (RODRIGUES, 1995: 229-232).

⁶ Entre os vários documentos publicados por nós, consultar RODRIGUES, 1995: 232-233.

⁷ PEREIRA (1990: 736), sem especificar qualquer momento cronológico concreto, é de opinião que os agentes agrários das aldeias do Alto Minho, Trás-os-Montes e Beiras, estavam fortemente limitados à emigração, situação decorrente dos condicionalismos impostos à saída definitiva e fenómeno resultante dos aspectos culturais. A historiadora destaca o analfabetismo como factor inibidor da mobilidade, afirmando que os emigrantes se apoiavam nas redes de engajamento para fugirem da terra. Não comungamos deste pressuposto, no atinente ao distrito de Viana do Castelo para a época de Oitocentos, como o demonstrámos, relativamente às saídas documentadas (RODRIGUES, 2013).

⁸ LEITE, 1987: 463-480.

⁹ Porque «é pouco provável que o erro introduzido pela re-emigração seja altamente significativo», sustenta BAGANHA, 1991: 168.

¹⁰ PEREIRA, 1990: 735.

¹¹ RODRIGUES, 2006.

¹² PEREIRA, 1990.

Registo de Passaportes, assinando-o, assim como a inerente permissão paternal ou conjugal, o que obrigava a uma deslocação da periferia até ao Governo Civil de cada distrito¹³. Tais quadros não são de todo impeditivos de êxodos e muito menos o analfabetismo embarçava quem desejava abalar de uma qualquer aldeia do interior. Acresce que Miriam, relativamente ao que se conhece para Viana¹⁴, é redutora ao classificar os camponeses deste distrito como imbecis, pois, quando os havia, os documentos identificam-nos como incapazes de usarem o cálamo, contudo, boa parte dos lavradores emigrados do mundo rural no século XIX era capaz de ler, escrever e contar¹⁵.

Se é certo que o apego à aldeia e à família sustenta o mito do retorno, também vemos, pela correspondência de emigrantes, que homens e mulheres, em momentos de crise económica, desistem deste imaginário e abalam juntos ou em momentos diferentes, havendo mesmo mães a repudiar a terra madrastra, viúvas e esposas que estando há vários anos afastadas dos maridos assumiam as despesas do êxodo do lar, tomando quase sempre o comboio na estação mais próxima, até à capital, onde apanhavam o vapor¹⁶.

Na verdade, se os números de clandestinos continuam a ser «triturados» e se os exercícios apresentados por Leite¹⁷ não permitem uma conclusão rigorosa, como sustenta Pereira¹⁸, também a opinião de Baganha¹⁹ não pode ser aplicada a todos os períodos migratórios, especialmente ao continente, e muito menos ao distrito de Viana do Castelo.

Analisar a questão dos clandestinos, apurar o verdadeiro êxodo, estudar o fenómeno para além das clássicas abordagens por sexo, estado civil e idade²⁰ exige tempo e equipas de investigadores a trabalhar sistematicamente os fluxos regionais, cobrindo períodos cronológicos longos, com recurso ao estudo dos passaportes e respectivos processos, cruzando dados e apurando, com todo o rigor possível, o peso dos reembarques, cujas taxas eram,

¹³ Na verdade, os procedimentos burocráticos eram escolhidos para os mais desprotegidos ou para quem tinha dificuldades financeiras. Até meados de Oitocentos a emigração do Alto Minho tem um perfil sociocultural identificado com as elites. As famílias sem recursos económicos sentiam dificuldade em proporcionar o embarque dos filhos para o Brasil. Na parte final da centúria, os fluxos exibem uma composição por sexo, estado civil e literacia diferente, onde os casados, as mulheres e crianças conferem aos movimentos essa ausência de letrados, dando-se início à emigração massiva. Neste contexto, é o embarque de mulheres com filhos que mais caracteriza a mobilidade de fim da centúria (RODRIGUES, 1995; RODRIGUES, 2006).

¹⁴ Na época de Oitocentos, este espaço geográfico estava bem servido de locais de ensino oficial, além de outros agentes educativos que ministravam a aprendizagem do abecedário em escolas privadas (RODRIGUES, 1997: 225-237; RODRIGUES, 1998a: 353-366).

¹⁵ Entre os casos por nós estudados, de rapazes que tentavam evadir-se, contornando a lei sem impetração de licença, quando foram obrigados a testemunhar, alguns sabiam escrever, tendo firmado os autos.

¹⁶ As indicações escritas pelos maridos, nas cartas enviadas às esposas, assinalam os passos a dar para obter os documentos, fazer os preparativos da viagem, a deslocação aos serviços administrativos, a ida de Viana até Lisboa, como proceder, que roupa deviam vestir, os adereços, os comportamentos durante a travessia e a forma como desembarcar, entre outras recomendações.

¹⁷ LEITE, 1987: 463-480.

¹⁸ PEREIRA, 1990: 737.

¹⁹ BAGANHA, 1991: 161-174.

²⁰ Esta problemática tem preocupado essencialmente os que pretendem quantificar tais movimentos, mesmo quando se sabe que é difícil, senão impossível, obter números absolutos. Todavia, é importante conhecermos as estratégias montadas para o transporte das evasões, como refere SILVA, 1992: 4.

para o Alto Minho, bem consideráveis. A microanálise, aplicada nestes exercícios, trabalhando sobre um segmento da população, os mancebos registados nos *Livros de Recenseamento Militar* e distribuídos como ausentes no Brasil, ou noutras paragens, são a chave para abrir novos campos de observação e o estudo sobre a mobilidade, especialmente para a centúria de Oitocentos e em direcção às terras do Brasil e para a Galiza.

Nesta abordagem qualitativa à problemática das fugas de indocumentados, saídas ilegais e clandestinas, descobrem-se agentes de emigração, engajadores, trajectos, estratégias de fuga e métodos para iludir as autoridades, tudo registado nos autos de investigação e nos officios encaminhados para o Governo Civil de Viana do Castelo. Usando este *corpus* documental, faremos a análise de alguns casos de êxito no controlo da emigração ilegal.

Passaremos em revista algumas fontes anteriormente divulgadas por nós, onde a problemática do uso ilegal de passaportes está patenteada, e daremos realce às tentativas de escape clandestino; também focaremos a nossa atenção nos autos relativos aos casos de insucesso de saídas por Vigo e de fugas por Lisboa, assim como apresentaremos as estratégias montadas pelos agentes na condução dos mancebos através da Galiza, além de indicarmos os percursos seguidos por quem contratava tais serviços. Utilizaremos, para esta síntese, o corpo documental existente no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC) com o título *Emigração Clandestina*²¹ e retomamos, para a década de 50, alguns dos documentos dados a lume num outro estudo.

CLANDESTINOS, QUE IMAGEM?

O inquérito às Câmaras, administradores de concelho e Repartições da Fazenda²² mostra, para o distrito de Viana do Castelo, que estas autoridades tinham um conhecimento pouco consistente sobre o fenómeno. Das entidades que se pronunciaram sobre o inquérito, várias desconhecem o volume real das saídas; outras reproduzem as mesmas respostas e valores de âmbito concelhio, mas todos reconhecem a inexistência de jovens para o exército, afirmando-se que a quebra demográfica neste segmento da população está ligada à emigração clandestina, devido à dificuldade de controlo sobre quem se evadia pela Galiza, partindo pelos vários portos, sem uma eficaz «vigilância dos agentes consulares», situação passível de solução através da «fiscalização activa e incessante na ocasião da partida de rapazes ou navios», ou ainda com «mais vigilância das autoridades próximas à raia», acrescida de um bom entendimento e da colaboração do país vizinho²³.

²¹ RODRIGUES, 1995: 215-258.

²² *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa*, 1886: 179-180.

²³ Não obstante se afirme que a falta de mancebos é uma consequência da emigração de jovens, em boa verdade, parece-nos pouco consistente tal pressuposto, porque os livros de recenseamento militar dizem-nos, com clareza, que este ou aquele adolescente se encontra em determinada localidade, como seja no Brasil, em Espanha, «aos ganhos no Douro», em Coimbra, ou outras terras. Um outro grupo aparece sem informação do paradeiro. Estes mancebos, de quem se desconhece a localização, nem sempre fugiram para o Brasil, mas seguiram, simplesmente, para outras

Estas entidades não apontam números exactos; a Repartição da Fazenda de Melgaço indica a fuga de, aproximadamente, 1000 indivíduos para a América²⁴, ao longo dos últimos dez anos (1875-1884), afirmando que os documentados são 272. Na verdade, os *Registos de Passaportes*, entre 1875 e 1884, apresentam-nos três centenas de embarques legais. Os *Livros de Recenseamento Militar*²⁵ informam-nos que, deste município, entre 1856 e 1898, houve 333 jovens arrolados como ausentes no Brasil e 111 em Espanha, donde se depreende a existência de falhas no cadastro destes casos ou o valor apresentado oficialmente não tinha uma base coerente, por ser um cálculo aproximado.

Afirmar-se que a saída de uma boa parte de emigrantes para o Brasil decorria num contexto de clandestinidade merece alguns cuidados²⁶, porque qualquer que seja a projecção elaborada não oferece números totalmente reais, ou porque os engajadores cobravam verbas consideráveis, muito mais elevadas do que as despendidas por quem organizava um processo de embarque legal, ou porque a vigilância e toda a política de controlo mostrava alguns frutos, mesmo que estas apreensões correspondessem a resultados de pouco relevo²⁷.

O problema da clandestinidade não pode ser ignorado, foi uma realidade, mas ocorria predominantemente num contexto específico, sempre no masculino, e cobria a faixa etária onde se inserem os mancebos fugidos ao espectro do serviço militar, jovens maiores de 14 anos e menores de 20. As manobras para contornar as saídas à margem da lei e os embarques subterrâneos, atravessando o rio Minho, para a Galiza, onde adquiriam o bilhete da passagem, ocorreram em vários momentos, sobre os quais há

paragens do continente, por isso faltam elementos para o preenchimento do número de militares correspondentes a cada concelho. Cremos que é importante que se proceda a estudos onde se cruzem as fontes nominativas para apurar este segmento demográfico, o dos mancebos em falta ao cumprimento dos deveres militares.

²⁴ As informações prestadas pelo administrador do concelho e pelo presidente da câmara estão datadas de 24 de Novembro de 1885, donde deduzimos que este ano não foi contabilizado, por isso apontamos para a década de 1875-1884. *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa*, 1886: 174.

²⁵ Esta fonte apresenta-nos pouco mais de meio milhar de jovens ausentes na Galiza e em Espanha, com destaque para os mancebos de Viana do Castelo e de Melgaço, que indicam, respectivamente 251 e 111 homens evadidos ao serviço militar entre 1856-1898, mas os que são dados como ausentes em terras do Brasil passam de três milhares e meio em todo o distrito e durante o mesmo período, assim como mais de quatro mil mancebos deste distrito estavam espalhados por diferentes terras portuguesas, o que correspondia a muitos casos que não se encontravam no concelho no momento da inspecção militar.

²⁶ «Uma parte considerável da emigração era clandestina» porque os camponeses ou os artífices pobres eram incapazes de partir para terras tão longínquas devido aos custos das viagens de longa distância, quando a política de emigração tinha uma máquina repressiva e cerceadora (PEREIRA, 2001: 167-168). Esta interpretação não deve ser aplicada indiscriminadamente, tanto mais que a correspondência vinda do outro lado do Atlântico revela que não só os homens conseguiram partir através do recurso às hipotecas de bens, mas também as próprias mulheres foram capazes de viajar com os filhos para junto dos maridos, tendo elas próprias a iniciativa do embarque com o apoio de familiares ou amigos (RODRIGUES, 2003: 779-898).

²⁷ A par dos fluxos legais, existem testemunhos de hemorragia braçal, recorrendo a processos de engajamento, porém, as buscas aos veleiros e mesmo aos vapores nem sempre detectavam os «filhos do navio», rapazes que tinham sido introduzidos na embarcação, escondidos entre lenha, barris de água ou simplesmente num canto mais recôndito numa posição teatral, fazendo-se adormecidos (RODRIGUES, 2003: 2304-2339). Uma síntese bem arquitetada e a boa reflexão sobre esta problemática poder ser consultada em ALVES, 1994: 147-161.

documentação, conhecemos os intervenientes, rapazes repetentes nas tentativas de fuga e mesmo intermediários imiscuídos em redes de desmontagem difícil e bloqueadora da acção das autoridades.

ESTRATÉGIAS DE EMBARQUE E FUGAS A MEADOS DE OITOCENTOS

As primeiras preocupações com a saída maciça de homens aptos para o trabalho braçal, referentes à fuga de clandestinos, através dos portos do Alto Minho e com destaque para os que embarcavam pela barra de Caminha, foram exaradas pelo administrador de Vila Nova de Cerveira, a meados de Outubro de 1852²⁸, quando deu a conhecer, ao magistrado responsável pelo distrito de Viana do Castelo, que «a passagem, figurada de graça custa 240\$000»²⁹, valor a pagar com serviços³⁰ desempenhados no Brasil³¹, e correspondia a um montante dez vezes superior ao cobrado a quem se expatriava livremente e sem tais compromissos³², embarcando sob contrato a cumprir durante vários anos, nas explorações³³.

A embarcação assinalada como principal transportadora de mão-de-obra da Ribeira Minho, para a formação de colónias no Brasil, era o brigue *Estrela do Norte*, veleiro construído em 1850, na América do Norte, que tinha passado por Vigo, onde fez quarentena, antes de acostar na foz do rio Minho.

Pelas informações colhidas na Administração de Caminha, os homens seriam recrutados na Galiza e em Cerveira, terra de onde era natural o proprietário da embarcação, que tinha atracado com a finalidade de transportar 300 pessoas³⁴, tanto mais que,

²⁸ No Alto Minho, a década de 50 regista os grandes surtos de emissões de passaportes, fenómeno imbricado em contextos económicos difíceis e, ao mesmo tempo, de movimentos de captação de emigrantes para o Brasil, o que explica parte destas fugas aliciadas pelos proprietários de embarcações. Entre outros documentos, ver o extracto apresentado por SILVA, 1992: 5.

²⁹ RODRIGUES, 1995: 240-241.

³⁰ Os acordos podiam ser rescindidos, obrigando-se os colonos a pagar as despesas de viagem e passaporte, cujo valor era de 120\$000 réis.

³¹ Os contratos de serviços obrigavam os emigrantes a permanecerem vários anos em dificuldades financeiras e sem poderem regressar à terra, o que também originou a saída das esposas com os respectivos filhos, fixando o lar na outra margem. Como exemplo destas combinações, veja-se *Primeiro Inquérito* [...], 1873: 478-480. Para uma visão integrada do recrutamento, transporte e desembarque de colonos, ver SILVA, 1992: 5-30.

³² Na década de 50, os vapores anunciados em Viana do Castelo, tal como noutras localidades, divulgam valores das passagens, sendo a terceira classe indicada para emigrantes. Adquiria-se o bilhete de viagem, até Pernambuco, Baía ou Rio de Janeiro, no vapor *Hydaspes*, por 38\$000. A concorrência era grande e a barca *Oliveira* só cobrava em «mesa de proa 33\$000 réis», em 1860, sendo agente desta embarcação Mateus José Barbosa e Silva, comerciante referenciado nos documentos compulsados (RODRIGUES, 1995: 178-179). Os preços oscilavam bastante, por isso registamos uma passagem em terceira classe, em 1897, para o Rio de Janeiro, Baía, Santos ou Pernambuco, na Mala Real Ingleza, cujo montante era de 29\$000 réis, incluindo «mesa, vinho, cama, roupa e propinas a creados». *Novo Almanach* [...], 1897: 210. Comparando o preço entre 1852 e 1898, apura-se uma deflação, tendo o preço da viagem para o Brasil baixado 5\$000.

³³ Para o ano de 1857, «uma passagem na proa, do Porto para esta cidade [Pernambuco] regula por 24\$000 réis e o muito 28\$000 réis» refere o cônsul português (RODRIGUES, 1995: 239-240).

³⁴ Para uma visão sobre contratos de emigrantes, onde se abordam aspectos multifacetados, veja-se CRUZ, 1986-1987.

em fins de 1852, «o donno afirma que tem ja dispostos a embarcar no mesmo brigue 270 individuos», divulgando que eram quase todos engajados no outro lado da fronteira, afirmando tratar-se maioritariamente de espanhóis³⁵.

No apoio logístico a António José Soares Romeu, dono desta embarcação, estava um colega negociante e homem socialmente destacado em Viana do Castelo, Mateus José Barbosa da Silva³⁶, cuja intervenção ficou anotada através da carta enviada a um amigo e funcionário do Governo Civil, em 20 de Outubro de 1852, a quem solicitava apoio, reclamando simplicidade e celeridade no processo de obtenção de passaportes, de maneira a organizar-se tudo em Caminha, na respectiva Administração de Concelho, onde seriam registados e confirmados os sinais de identificação dos impetrantes das licenças de viagem. Numa segunda fase, o resto ficaria a cargo de um outro interveniente, que se deslocaria ao Governo Civil com os respectivos documentos para requerer os passaportes, de maneira a «facilitar aos passageiros o grande inconveniente que terão em vir a Vianna», argumentava Mateus Barbosa, com a finalidade de coadjuvar o colega Soares Romeu, usando a boa reputação e influência social no Governo Civil de Viana do Castelo, para onde dirigiu a missiva, sem identificar o intermediário³⁷. A epístola chegou às mãos do magistrado, tendo-a integrado no processo em causa, denunciando o acto de engajamento.

Perante este quadro de referências bem explícitas sobre quem desejava contratar mão-de-obra nas terras da Ribeira Minho, de uma e outra margem, enquanto o transportador não conseguia completar o número previsto de colonos, o administrador de Vila Nova de Cerveira, em ofício urgente e confidencial, comunica ao governador civil as intenções do proprietário do brigue, no qual pretendia «receber, fora da barra, segundo a fama publica, grande numero de homens portugueses e hespanhoes, sem passaporte legal, para poderem faser viagem»³⁸, seguindo rumo ao Brasil depois da lotação completa.

Foi endereçada, entretanto, de Caminha, mais correspondência confidencial, onde se dava nota da presença de 79 emigrantes identificados e legalmente habilitados pelo Governo Civil de Viana, naturais dos concelhos de Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira. Entre eles, figuravam pais, filhos e irmãos habilitados com licenças colectivas, além de cinco passagens em nome de súbditos espanhóis,

³⁵ RODRIGUES, 1995: 241-242.

³⁶ Além de caixa de várias embarcações, este comerciante, pelo relevo social conseguido em Viana do Castelo, mereceu um registo na toponímia desta cidade, assinalado na Rua Mateus Barbosa. A família Barbosa e Silva tinha três embarcações em Caminha, em nome de D. Maria Cândida Barbosa e Silva, e outra em Viana do Castelo propriedade de Mateus José. O mapa de navios, em 1861, mostra-nos 57 embarcações nestes dois espaços urbanos, algumas das quais faziam fretes e transportavam emigrantes para o Brasil, ocupando cerca de cinco centenas de tripulantes. *Relatorios sobre o Estado da Administração Publica* [...], 1865: 21.

³⁷ RODRIGUES, 1995: 234.

³⁸ RODRIGUES, 1995: 241.

dos quais só um, que era cirurgião, marcou presença, sendo emitidos tais documentos em Pontevedra, com visto em Vigo, e todos tinham por destino o Rio de Janeiro.

No momento do controlo, feito pelas autoridades competentes, constatou-se a falta de seis indivíduos, tendo alguns deles desistido da viagem, segundo a opinião do administrador de Caminha, assim como os galegos, pois só o cirurgião esteve presente à chamada. Porque se constava que o veleiro iria receber emigrantes indocumentados³⁹, durante a ancoragem na barra de Caminha, esteve devidamente vigiado, «ficando abordo alguns guardas d'alfandega para ob[s]tar a qualquer introdução clandestina»⁴⁰.

O autarca da vila da Foz do Minho nada podia fazer, sublinhou, em relação às indicações recebidas superiormente, porque o veleiro tinham zarpado no domingo, dia 13 de Fevereiro, embora se constasse que «o brigue havia de receber, fora da barra, ou nella mesma, à saída, por ser commum a ambos os Reinos, os passageiros hespanhoes e é bem de suppor que assim o praticasse, tanto ao sahir da barra, como depois de a ter sahido», pois tinha atracado para transportar 300 colonos. Além do mais, «houve quem avistasse algum barco do lado da Galiza abordar ao brigue e logo que sahio perfeitamente a barra, ainda se viu voltar pelo Sul da fortaleza da Insoa para o Norte e defronte da Guardia e Monte de Santa Tecla, sendo ahi abordado por uma lancha que do lado da Guardia o foi encontrar e ao murecer», por isso era bem plausível que houvesse, entre estes embarcados, portugueses com passaporte, pois nem todos corresponderam à chamada, relatou António Luís Fetal Carneiro, responsável pela edilidade de Caminha.

Este administrador do concelho é de opinião que o proprietário do veleiro — por ser natural de Cerveira, além de ter como consignatário um negociante de grosso trato da praça desta vila e ser pessoa muito bem relacionada no reino e fora dele — não teria proporcionado a saída clandestina de patricios, mas crê que, em Espanha, era mais fácil tal operação, porque as autoridades deste país «não se embarçam mesmo quanto aos subditos da sua nação e nem com ellas havia combinação alguma». Entre outras constatações, é importante sublinhar que o navio, no concernente a «provisões e a mantimentos, levava em abundancia e para muito mais do que para as pessoas que tinha abordo, no dia 12 do corrente, levando, só de aguada, cem pipas», donde se pode deduzir que tais aprovisionamentos tinham objectivos bem claros, alimentar algumas centenas de emigrantes, como era do conhecimento público.

As autoridades do Alto Minho pouco puderam fazer para inibir fugas ilegais e clandestinas, porém, este brigue — pelo que foi divulgado e considerando a abundância de mantimentos, assim como a manobra de acostagem feita pelo veleiro, tendo atracado

³⁹ Estas fugas de indocumentados e sem controlo das autoridades correspondem aos verdadeiros clandestinos, porque os restantes ou partem legalmente ou saem com passaportes requeridos em nome de outros intervenientes, usando licenças indevidamente.

⁴⁰ RODRIGUES, 1995: 236-238.

de novo em Santa Tecla, onde foram avistadas lanchas a fazer abordagem ao barco — foi posto no rol dos navios condutores de emigrantes indocumentados.

Mais tarde, em Outubro do mesmo ano, registam-se outras alusões a manobras deste género, tendo sido enviada uma embarcação de guerra, para patrulhamento das águas da costa entre Viana e Caminha, de forma a evitar-se que o brigue brasileiro *Estrela do Norte* e o *Mentor*⁴¹ recebessem emigrantes clandestinos, depois de desancorarem, no mar alto.

A formação de uma colónia em Petrópolis movimentou as autoridades portuguesas, como se observa através do contrato com Francisco Marques Rodrigues⁴², tendo o Ministério do Reino enviado uma cópia do respectivo documento⁴³ ao governador civil de Viana do Castelo, em Agosto de 1854, com a intenção de prevenir a fuga de quem seguia na miragem do enriquecimento rápido⁴⁴ em «virtude de contractos semelhantes, longe de prosperarem, ou tem sido victimas da miseria, porque os trabalhos agricolas nenhuns lucros lhes proporcionarão, ou tem sucumbido a maior parte d'elles, por isso que, num clima ardente e insalubre, não podem suportar aquelles trabalhos em demasia penosos»⁴⁵. Ainda se sublinhava que este modelo de aliciamento promovia a escravatura, ao contrário dos que partiam livremente e habilitados para o efeito, dedicando-se ao comércio «e usando a seu arbitrio das suas artes e officios, sem as condições onerosas dos contractos»⁴⁶. Pretendia-se obviar os inconvenientes resultantes de tais submetimentos, pois em nada honrariam a Nação Portuguesa, nem os verdadeiros interesses dos nossos patrícios⁴⁷. A prevenção passava pela divulgação dos inconvenientes que

⁴¹ O brigue *Mentor* aparece a fazer travessias entre Portugal e o Brasil, em 1851. Trata-se de um veleiro do proprietário José Pereira Xavier, comerciante e «curador de cousas», abonador de muitos passaportes. A suspeita de ligação ao engajamento é divulgada em vários momentos. Para defesa da boa honra, este «agente da emigração» anunciou recompensa pecuniária a quem provasse documentalmente que ele era de facto engajador (RODRIGUES, 1995: 181-182).

⁴² RODRIGUES, 1995: 216-219.

⁴³ O empresário devia iniciar as actividades com um mínimo de 200 colonos, em 1855, comprometendo-se, até 1860, a transportar o número de colonos necessários de acordo com os meios disponíveis pelo Governo do Maranhão. Por emigrante de um ou outro sexo, recebia um adiantamento de 70\$000 réis, empréstimo que seria amortizado passados os três primeiros anos. Estes colonos embarcavam com tudo pago, mas ficavam reféns dos contratos, pagando com os géneros, que eram obrigados a cultivar: café, algodão, arroz, mandioca, tabaco, entre outros produtos. Os impostos seriam cobrados pelo empresário, em numerário ou em géneros, tais como os foros e o laudémio, e no final teriam direito a um título de aforamento perpétuo, com a obrigação de pagarem uma pensão ou foro anual. Ver, relativamente à formação de colónias e engajamento, RODRIGUES, 1995: 371-401.

⁴⁴ Os serviços agrícolas estavam nos propósitos dos engajadores. Pretendia-se pessoas capazes de sustentar este sector e, neste sentido, estes emigrantes seriam os substitutos dos escravos. O perfil destes trabalhadores apontava para pessoas facilmente aliciáveis, como sublinha CRUZ, 1986-1987: 47.

⁴⁵ RODRIGUES, 1995: 215-216.

⁴⁶ RODRIGUES, 1995: 215-216.

⁴⁷ Esta era a opinião oficial, veiculada pelos órgãos de comunicação, quadro miserável a que se juntava a propaganda sobre a insalubridade, porque havia interesses socioeconómicos e «são mais empenhados nesta propaganda o jornalismo das provincias, o arcebispo de Braga e alguns deputados da nação, influenciados por dados inexactos e pelos homens poderosos de suas respectivas localidades». A política desfavorável à saída de mão-de-obra das aldeias resulta do «interesse d'aquelles que estão acostumados a explorar o povo em beneficio proprio e que vêem na sahida de braços a escassez d'elles e o augmento dos salarios [...] É de notar que os mais encarniçados nesta guerra movida à

decorriam destes processos de abandono da terra, usando, para o efeito, a imprensa regional, para que ninguém se deixasse iludir, além de alertarem os incautos, sublinhava-se no ofício enviado do Ministério do Reino para Viana do Castelo⁴⁸.

A conjugação de esforços entre as autoridades da fronteira com Espanha fez-se notar com um pedido formal do administrador de Caminha ao alcaide de La Guardia, para que não permitisse a saída de portugueses na barca *Aliança*, através da Galiza, porque a referida embarcação vinha com a intenção de angariar passageiros e colonos identificados por escravos brancos, como refere Rodrigues⁴⁹.

Nesta mesma fase, naturais de Paredes de Coura e dos Arcos de Valdevez são dados como pretendentes à fuga para o Brasil, com recurso ao embarque clandestino⁵⁰, sendo muitos dos engajados oriundos das freguesias da zona Norte de Arcos de Valdevez, que se ausentariam através da barra de Caminha, uns ilegalmente, outros, segundo consta, «tem hido com passaportes conferidos em concelhos alheios e outros com eles falsos», donde resulta um quadro muito prejudicial para o recrutamento, sublinhava o administrador da respectiva autarquia. Tais anseios correlacionam-se com as medidas anteriormente apontadas e mostram que em Dezembro de cada ano, nestes momentos de muitas dificuldades económicas, em plena crise agrícola⁵¹, os homens abandonavam a terra madrastra, alguns dos quais clandestinamente, mancebos que evitavam os compromissos militares⁵².

O responsável pelo concelho dos Arcos de Valdevez insiste, no início do ano de 1855, desta vez para dar conta que, em finais de Janeiro, os jovens optaram pelo embarque no Porto e que «muitos dos mancebos, ultimamente sorteados neste concelho para o serviço do exercito, estão promptos para sévadir em um barco que hade sahir no dia 26 do corrente mez, da barra do Porto»⁵³. Sem apresentar números, a sangria continuava a fazer-se sentir neste concelho, e outra leva estava prevista para o mês de Março e, de novo, «entrando nella muitos dos mancebos sorteados neste concelho, que vão embarcar estes dias ao Porto, angariados por commissarios que ha para este fim»⁵⁴, afirmava o responsável pelas gentes do município arcuense.

emigração são em geral os que possuem soberbos palacios, boas terras e outros bens e riquezas adquiridas no Brasil [...] Amedrontam os que pretendem emigrar, afirmando-lhes que vão ser escravos [...] que são alli maltratados, sofrem vexames e privações». (*Almanch do Emigrante para 1873*, 1873: 10-12).

⁴⁸ A Igreja também teve um papel importante nesta difusão de ideias antiemigração, fazendo passar a mensagem através do púlpito, por solicitação das autoridades civis, sendo o arcebispo de Braga uma figura de grande plano neste cenário (*Almanch do Emigrante para 1873*, 1873: 10).

⁴⁹ RODRIGUES, 1995: 231.

⁵⁰ RODRIGUES, 1995: 221-233.

⁵¹ Sobrepeem-se, neste período, a crise vinícola e agrícola com as maiores evasões ocorridas com documentos emitidos em Viana do Castelo, assim como, por todos os meios, os mancebos deitavam mão aos instrumentos de fuga, sendo a ilegalidade um processo que os documentos confirmam. Sobre a crise agrícola e as más colheitas de cereais, remetemos para JUSTINO, [1988]: 74-77; RODRIGUES, 2016.

⁵² Os surtos de febre-amarela e as condições degradantes em que muitos destes emigrantes se viam era uma realidade, como anota CRUZ, 1986-1987: 80-84.

⁵³ RODRIGUES, 1995: 222.

⁵⁴ RODRIGUES, 1995: 222-223.

Idênticas inquietações emergem em terras limítrofes do distrito de Viana do Castelo, com destaque para as autarquias de Barcelos e de Vila Verde, relativamente à fuga de homens, em 1855, o que motivou o governador civil do distrito de Braga a comunicar ao magistrado homónimo em Viana do Castelo «que mancebos sorteados e muitos criminosos, nos seus concelhos se auzentão para o Brazil, com passaportes falsos ou obtidos com documentos supostos, ou se embarção sem elles», pela barra de Viana e de Caminha, por isso solicitava colaboração, através do emprego de todas as medidas possíveis para «que cesse hum tão grave abuzo de que se seguem muitos prejuizos ao nosso serviço militar e á justiça»⁵⁵. Ficamos a saber que a debandada, muitas vezes, tinha um suporte processual falso, obtendo uma licença de embarque, passaporte devidamente assinado pela autoridade competente. Também havia quem usasse documentos emitidos em nome de outros indivíduos, adquiridos para efeitos de evasão ao serviço militar⁵⁶. A fraude, muitas vezes, devia-se à pouca atenção da parte de quem conferia os sinais de identificação⁵⁷, situação muito incómoda, refere o governador civil de Braga, «porque se praticam em grande deserviço do recrutamento a que estou procedendo e abre a porta franca á evasão dos criminosos para o estrangeiro»⁵⁸. Esta forma de fuga de pessoas a contas com a justiça, alguns evadidos de cadeias, e a perda de potenciais militares são problemas para os quais o magistrado referido procurava apoio, rogando ao seu homónimo que não emitisse licenças sem as devidas autorizações concedidas pelo Governo Civil de Braga, quando se tratava de naturais desta área distrital⁵⁹.

No segundo lustro da década de 50, os problemas apresentados têm um enquadramento semelhante ao descrito e correspondem a casos de falsificações, fraudes, uso ilegal

⁵⁵ RODRIGUES, 1995: 242-243.

⁵⁶ Ao observarmos os contingentes de militares votados por cada distrito e os recrutas em dívida, descobre-se que era no Minho, especialmente em Braga, que mais fugas ocorriam, mas tal conclusão não significa a saída exclusiva para o Brasil, já que a Galiza também atraía as gentes da fronteira. Quando olhamos para o cenário descrito para as ilhas, onde se destaca a Horta, por ter uma comparticipação inferior a 25% do contingente votado, verifica-se uma relação com a saída de clandestinos. Importa, ainda, referir que, dos rapazes apresentados à inspeção, não foram considerados aptos mais de 57%, entre 1881 e 1885, registando-se mesmo uma cota de 52% no ano de 1883 no cômputo geral. Em Viana do Castelo, em 1885, rondou os 51%; no ano anterior só metade dos examinados foram apurados, situação mais grave ocorreu em 1883 com 35,9% de homens aptos para o ingresso nas fileiras do exército. *Anuário Estatístico de Portugal*, 1887: 581-582. Os índices de clandestinidade, apurados por nós, entre 1855-1860, ao estudarmos a emigração através dos Livros de Recenseamento Militar, apontam para os 4,7%, se considerarmos as fugas para o Brasil, porque, a percentagem atinge valores na ordem dos 42%, quando entramos em linha de conta com as evasões para a Galiza e Espanha (RODRIGUES, 2000).

⁵⁷ O estudo da sinalética mostra-nos que um emigrante saudável tinha 50% de possibilidades de contornar este escolho, considerando que havia dificuldade em distinguir um rapaz de outro pela descrição da cor da pele, por mais pormenorizados que fossem os detalhes, como pequenos sinais escondidos em partes íntimas. Sobre esta questão ver RODRIGUES, 1998b.

⁵⁸ RODRIGUES, 1991: 234-235.

⁵⁹ As pretensões deste governador civil estavam previstas na Portaria de 9 de Janeiro de 1857, considerando que a partir de 1863 «nem o código administrativo nem o regulamento geral da policia de 7 de Abril de 1863 prohibem aos governadores civis o conferirem passaportes a individuos não domiciliados nos seus districtos» (veja-se Portaria de 13 de Janeiro de 1874 in *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1876: 3), desde que apresentem os documentos previstos no regulamento geral da policia.

de documentos, acção de engajadores, ocorrências veiculadas através da documentação oficial, no dizer das autoridades.

Suspeitava-se de párocos coniventes com a emissão de falsas certidões⁶⁰, actuava-se contra fiadores que cobravam uma verba para o efeito, fazendo desta actividade um modo de vida, detectavam-se situações de uso ilegal de passaportes e procedia-se contra engajadores. A máquina de controlo dava frutos, mas não passavam de casos isolados formalmente levados às mãos do magistrado, porque os embarques, feitos ilicitamente, se não ocorriam na costa de Viana, tinham lugar na Galiza ou noutros locais, como o Porto.

Até 1860, o cenário relativo às saídas furtivas, sem documentação para o efeito, deve-se, em boa parte, à acção dos agentes que operavam a favor das companhias de viação e aparecem inseridos no contexto de formação de colónias no Brasil. Os fluxos subterrâneos e as evasões ilegais apresentam-se coincidentes com os picos de números de emissões de licenças, na década de 50, depois observa-se uma maior fiscalização contra o uso fraudulento de passaportes e uma acção mais incisiva sobre quem dava cobertura a tais actos, mesmo que fossem membros da Igreja. A entrada dos vapores nestes circuitos aumenta a capacidade de transporte com partidas do Porto e de Lisboa. Mesmo assim, não deixa de haver quem tudo faça para se evadir, saindo a «salto» pela Galiza, tentando iludir as autoridades vigilantes.

CLANDESTINOS E ENGAJADORES NA DÉCADA DE 70

Nos anos 70⁶¹, são vários os processos com documentos existentes no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo onde se faz menção a saídas à margem da lei, umas clandestinas, outras com recurso ao uso indevido de documentos, emitidos em nome de diferentes impetrantes. As referências à actuação de engajadores neste distrito centram-se, com bastante relevo, nos serviços prestados pelo vice-cônsul de Espanha, em Vila Nova de Cerveira, José Francisco Portugal Marreca, autoridade sobre quem recaem muitas suspeitas, como consta nos autos de investigação.

Os depoimentos prestados por mancebos presos em Lisboa, Valença, Vigo, Porto, Cerveira e mesmo depois do desembarque no Brasil⁶² permitem-nos observar alguns mecanismos de fuga, zonas de movimento, locais de hospedagem e formas concebidas para contornar a vigilância policial.

Não havendo um número significativo de casos, que alterem as conclusões retiradas face aos cômputos gerais das saídas, estamos perante um fenómeno que mereceu

⁶⁰ AGC — *Correspondência*, 1856-1857, fls. 10v-11.

⁶¹ Os anos 70 marcam o fim da guerra com o Paraguai, donde resultavam consequências no domínio da balança comercial e da entrada de remessas, o que influiu na situação económica portuguesa. A conjuntura proporcionou um fluxo de capital e o aumento de instituições bancárias.

⁶² A Portaria de 18 de Janeiro de 1859 determinava que os agentes consulares no Brasil tinham a responsabilidade de averiguar a existência de clandestinos entre os colonos, sendo lavrado um auto a enviar ao governador civil da naturalidade do emigrante, sempre que fossem descobertos.

muita atenção da parte do poder central e dos responsáveis dos serviços administrativos, pois até os próprios vapores foram alvo de controlo à fuga, quando alguns passageiros com bilhete obtido em Vigo, porto de embarque, acabaram por ser presos, após a embarcação ter atracado em Lisboa. Outros foram molestados por haver desconfiança de ilegalidades, em resultado de uma troca de correspondência telegráfica, para confirmar a emissão de passaportes duvidosos, que pareciam enquadrar-se no contexto da fraude, o que nem sempre era a realidade.

Para esta abordagem, deitamos mão a várias dezenas de documentos e a algumas cartas particulares, de forma a reconstituirmos os cenários, a partir de estudo das situações oficialmente detectadas, acompanhando o trajecto dos jovens que haviam contratado a travessia do Atlântico com agentes da emigração.

Nos anos 70, o ritmo das viagens cresceu e as fontes mostram-nos a existência de indocumentados, rapazes que, depois de adquirirem o bilhete da passagem, nem sempre tiveram êxito nestas tentativas de ida ilegal para o Brasil. As estratégias de fuga são diferenciadas, e o valor a cobrar aos mancebos rondava as 18 libras, quantitativo por vezes negociado e mesmo pago em prestações.

O testemunho de Manuel Ferreira, de 24 anos, natural de Grijó, Vila Nova de Gaia, revela como tentou evadir-se, tendo sido enviado para uma hospedaria na Rua da Padaria, em Lisboa, fazendo-se acompanhar de uma carta «com a recommendação de a não mostrar a ninguém e se porventura alguém lhe perguntasse para onde se dirigia, que vinha a Lisboa procurar trabalho»⁶³. O proprietário dos aposentos onde foi acolhido, identificado por Jacinto, reuniu um grupo de jovens e, na véspera da saída do vapor, conduziu-os à embarcação. Antes da partida, o agente referido, morador na capital, instruiu o candidato a emigrante, Manuel Ferreira, com o método que devia ensaiar, para escapar à vigilância policial, e «recomendou-lhe que se fosse deitar e se porventura fosse chamado por algum guarda d'alfandega não fizesse caso»⁶⁴, porque no desembarque, à chegada ao Brasil, receberia o respectivo passaporte.

Este indivíduo foi descoberto e, depois de preso, deixou um testemunho sobre a fuga de indocumentados detectados pelas autoridades, embora outros pudessem ter êxito no embarque clandestino. Trata-se de um caso, através do qual se documenta a tentativa de evasão, cujo disfarce foi um insucesso, todavia não se pode afirmar que a embarcação estivesse cheia de indocumentados.

⁶³ AGC — *Auto de investigação*, 1875.

⁶⁴ AGC — *Auto de investigação*, 1875.

A ACÇÃO DO VICE-CÔNSUL DE ESPANHA

O administrador do concelho de Paredes de Coura teve um papel importante na captura de cinco habitantes da respectiva autarquia, dando a conhecer o movimento de homens deste município em direcção ao Porto, que circulavam com documentos obtidos através de falsas informações e declarações. Para conseguirem o passaporte, serviram-se do conluio do agente de emigração, que testemunhou a favor destes indivíduos, que se faziam passar por espanhóis para obter as licenças em Viana.

Entre este grupo de naturais de Paredes de Coura, havia três recrutados refractários, que pretendiam evadir-se para o Brasil, usando passaportes solicitados pelos próprios indivíduos com certificados de nacionalidade espanhola, validados pelo vice-cônsul de Espanha, em Vila Nova de Cerveira, para obtenção dos respectivos passaportes, que foram emitidos, autenticados e assinados pelo governador civil em Viana do Castelo.

Depois de terem sido registados como galegos e de acordo com o articulado pela Convenção Luso-Espanhola de 21 de Fevereiro de 1870⁶⁵, estes homens de terras de Coura obtiveram certidões de naturalidade espanhola e com elas impetraram os passaportes no Governo Civil de Viana do Castelo, concedidos com base nos documentos emitidos pelo vice-cônsul de Espanha em Vila Nova de Cerveira, Portugal Marreca.

Detectado o problema, a partir do alerta lançado pelo edil de Paredes de Coura, foram capturados no Porto, quando se preparavam para o embarque, e enviados, sob custódia, para o concelho de naturalidade. Todavia, durante a viagem, conseguiram evadir-se, antes de chegarem a Viana do Castelo, na freguesia de Vila Fria, fuga que deitou por terra o intuito de apuramento dos factos, abortando boa parte da investigação, que se pretendia levar a bom porto. Estes intervenientes eram a peça fundamental para avaliar a verdadeira implicação do referido vice-cônsul.

Não podendo submeter a interrogatório os protagonistas deste quadro de emigração ilegal, as atenções centraram-se no referido vice-cônsul, José Francisco Portugal Marreca. Para o efeito, foram ouvidas várias personalidades com relevo social, além do respectivo agente da galera *Joaquina*, que desancorou do Porto e na qual pretendiam seguir estes homens, tendo sido elaborado um auto de investigação. Foi chamado a depor, sob juramento, Manuel José Faria Pereira, agente de emigração e negociante de Cerveira, tendo confirmado a recepção dos documentos de 16 emigrantes, entre os quais havia 6 espanhóis, sendo 2 naturais de Tominho. Dos mesmos soube que foram presos no Porto, de quem recebeu uma carta, missiva entretanto ignorada e sem resposta, mas exigiu que a mesma epístola fosse anexada ao depoimento. Este agente da emigração advoga a favor do vice-cônsul, opinando que José Francisco Portugal Marreca fora enganado, pois não lhe parecia ser pessoa para se envolver em fraudes deste género.

⁶⁵ RIBEIRO, 1987: 14-24.

Outro interveniente chamado a testemunhar, António José Rodrigues Prochada, «agente de causas», casado, de 51 anos de idade, disse ter tido conhecimento dos factos descritos nos autos, a quem o próprio vice-cônsul comentara que lhe tinham sido apresentadas certidões emitidas por párcos espanhóis e cédulas de «vicinidade», as quais iria exhibir ao cônsul do Porto, como prova de que agiu legalmente, porque expediu os respectivos documentos na base dos mesmos certificados, como a Convenção Consular permitia.

Estava em causa a imagem de uma autoridade, por isso também ficou exarada a opinião do administrador de Valença, chamado a dirigir o auto referido, tendo sublinhado que o vice-cônsul de Vila Nova de Cerveira tem «exercido alli o lugar de sub-delegado e com quanto viva pouco abundante de meios, nem por isso consta que por interesses tenha deixado de cumprir os seus deveres e n'esse conceito é tido geralmente»⁶⁶ julgando, por isso, que um outro agente de emigração, Miguel Bento Gomes, tenha participado na falsificação dos atestados, já que fora testemunha abonatória de um dos mancebos, declarando que o jovem era de nacionalidade espanhola, tanto mais que o rapaz sabia falar galego.

Manuel José de Faria Pereira, a outra testemunha constante no processo⁶⁷, deveria ser conhecedor das falsas declarações prestadas perante José Francisco Portugal Marreca, responsável pela emissão do passaporte, mas fez silêncio sobre o embuste, com o objectivo de conseguir o maior número de passageiros no barco de que era agente, assinala José Augusto Lopes da Silva, administrador de Valença.

A conclusão a extrair dos autos vai no sentido de que «o Vice-Consul se baseou em “cedulas de vicinidad” e na justificação d'um dos presos para lhe passar os certificados mas não é bem patente que este empregado reconhecesse a identidade dos apresentantes como era essencia»⁶⁸ pois as testemunhas davam informação de que o jovem era natural de Tominho, Galiza, além do mais «falava a lingua hespanhola»⁶⁹. Face a estas provas e à falta de representação consular em Paredes de Coura, cabia o ónus da emissão das certidões ao responsável pela delegação existente em Vila Nova de Cerveira. Desta forma, pretendia-se ilibar a pessoa de quem muito se suspeitava, tanto mais que outras testemunhas voltarão a fazer menção a Portugal Marreca, em vários processos e noutro momento, criando a imagem de reincidente.

⁶⁶ MINISTÉRIO DO REINO (1875) — [Ofício] 1875 Fev. 2 [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 362.84.

⁶⁷ Agente da galera *Joaquina*, embarcação em que pretendiam seguir os impetrantes referidos e a quem pagaram as respectivas passagens.

⁶⁸ DIRECÇÃO GERAL (1872) — [Ofício] 1872 Abr. 9 [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.17.5.2.5.

⁶⁹ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1872) — [Auto] 1872 Abr. 30, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.17.5.2.5.

NOVAS ESTRATÉGIAS DE PORTUGAL MARRECA

As dificuldades em obter a documentação necessária à viagem em direcção a terras do Brasil, com celeridade e sem obstáculos, foram pretexto para alguns rapazes deitarem mão aos serviços de engajadores e de outros intervenientes em redes de aliciamento. O caso de Bernardo Augusto Ribeiro mostra como um candidato de 20 anos, natural de Vila Nova de Gaia, vendo-se envolvido num rol de dificuldades e impedimentos para se ausentar livremente, dirigiu-se a José Francisco Portugal Marreca, no sentido de ultrapassar escolhos, para obter passaporte «para o estrangeiro, visto [o vice-cônsul] ter arranjado para muitos rapazes nas suas circunstâncias»⁷⁰. O organizador de tais evasões, quando não conseguia as licenças, conduzia os mancebos até Tui, onde reunia um grupo, vindo de várias procedências, e embarcava-os em Vigo com o bilhete da viagem, despendendo cada emigrante a quantia de 18 libras, por todos os serviços.

O depoimento do jovem citado, preso depois de interrogado a bordo do vapor, em Espanha, evidencia algumas das estratégias montadas pelo diplomata de Vila Nova de Cerveira, mantendo uma rede de contactos e de boas relações com os congéneres em Espanha, pois «era amigo e compadre do Cônsul Portuguez em Vigo», por isso incentivou outros pretendentes a tomar o vapor naquele porto galego.

Antes dos viandantes atravessarem a fronteira, os contactos eram feitos através de uma teia onde intervinham vários elementos, como procedia outro agente no Porto, residente numa «travessa proxima da rua de São João, por nome Philippe», e também pela propaganda subterrânea que uns e outros faziam circular, divulgando as proezas de Portugal Marreca, ao proporcionar o embarque, a troco de um montante pecuniário para o efeito.

Os jovens cruzavam a fronteira em locais diferentes «com o fim de não causarem suspeitas às autoridades portuguesas», depois reuniam-se em Tui e dali seguiam rumo ao local da toma do vapor. Durante a viagem, pelas declarações de Bernardo Augusto Ribeiro, ficamos a saber que este jovem «foi diversas vezes espoliado pelo tal Marreca». Também se ficou a saber do bom entendimento entre o engajador e as autoridades espanholas das cidades de Tui e Vigo, relações sociais proporcionadoras de êxito para tais movimentos.

Depois da prisão de vários indivíduos, pretendentes a seguir viagem apenas com bilhete de embarque no vapor *Corcovado*, sem passaporte, as autoridades competentes, a partir do auto a um dos mancebos, ordenaram que se procedesse à investigação, para apuramento dos factos alusivos a José Francisco Portugal Marreca. Porque tem «enviado muitos rapazes para o Brasil e no vapor “Corcovado” foram muitos engajados por elle»⁷¹, sete colegas deste rapaz conseguiram escapar às malhas da lei e passaram o Atlântico sem documentos.

⁷⁰ GOVERNADOR CIVIL DE LISBOA (1875) — [Auto] [de] Bernardo Augusto Ribeiro 1875 Fev. 23, Lisboa [a] Governador Civil de Viana do Castelo [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 262.22.

⁷¹ GOVERNADOR CIVIL DE LISBOA (1875) — [Auto] [de] Bernardo Augusto Ribeiro 1875 Fev. 23, Lisboa [a] Governador Civil de Viana do Castelo [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 262.22.

Seguindo as instruções superiores, o administrador de Vila Nova de Cerveira intimou, para deporem relativamente ao que vinha referido nos autos referentes a Portugal Marreca, as seguintes testemunhas: João José Valente, um negociante, de 52 anos; Manuel Maria Zurarte, casado, fiscal da Alfândega de Valença, de 34 anos de idade e Manuel José Domingos Romeu, negociante, estado civil casado, 48 anos.

Todos estes membros da sociedade cerveirense testemunharam a favor do réu, considerando-o como homem honesto, bom chefe de família, zeloso no cumprimento dos deveres profissionais, cívicos e políticos que teve a seu cargo, tendo sido subdelegado no Julgado de Cerveira, por isso afixaram que era incapaz de praticar actos de tal natureza. Além do mais, Manuel Maria Zurarte afirmou que tem boas relações de amizade com Portugal Marreca e que ele «se emprega em governar a sua caza que á pouco herdou e a derigir a educação de seus filhos, considerando como falsas as declarações feitas por Bernardo Augusto Ribeiro da cidade do Porto, nunca lhe constou que o referido Marreca se entregasse à profissão de engajador, pois sempre gozou de boa reputação e tem sido honrado e tanto assim que tem exercido aqui cargos publicos, como foi amanuence desta administração e sub delegado, exercendo sempre estes empregos com honradez, tornando-se, por isso, digno de estima de todos»⁷², realçava a testemunha amiga.

As provas contra Portugal Marreca continuavam parcimoniosas para exprobrar o homem mais vezes citado nos autos exarados em Lisboa e no Porto, mas a opinião de muitas pessoas é desfavorável e atribuem-lhe responsabilidades, classificando este indivíduo como um dos principais agentes da emigração clandestina⁷³, como vem sublinhado no auto de investigação, embora as provas não sejam bastantes, nem contenham matéria suficiente para se proceder contra Portugal Marreca, conclui o instrutor do respectivo inquérito.

Outros documentos por nós compulsados fazem menção a jovens a quem os pais proporcionam o arrimo necessário para se evadirem ao serviço militar, como foi o caso de José Francisco, de 20 anos, natural de Mujães, Viana do Castelo, cujo progenitor tratou da fuga com um «logista» da capital do Alto Minho, Francisco Araújo, pela quantia de 17 libras⁷⁴. O agente cobrou 8 libras, «ficando de receber as restantes seis meses depois»⁷⁵, o que ocorreria após a confirmação do sucesso da viagem.

⁷² VICE-CÔNSUL (1875) — [Auto] 1875 Mar. 10, Cerveira [a] Governador Civil de Viana do Castelo [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 262.22.

⁷³ Na verdade, este indivíduo aparece mencionado ao longo de vários anos, como já anotámos, quer recebendo verbas para embarcar mancebos sem documentos, no país vizinho, quer pela emissão de passaportes espanhóis a naturais de Paredes de Coura.

⁷⁴ Em 1875, o serviço de transportes entre Lisboa e Vigo era feito por 5\$000 réis em terceira classe, porém uma passagem até ao Rio de Janeiro custava 45\$000 réis, na companhia de navegação a vapor do *Mar Pacífico*, valor igual ao cobrado pela Real Companhia Inglesa (*Almanak familiar para o anno de 1874*, 1873: 123-139).

⁷⁵ DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL DO MINISTÉRIO DO REINO (1875) — [Ofício] 1875 Fev. 23, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 362.84.

O angariador tinha como esquema de evasão a passagem da fronteira em Valença, levando o mancebo para Tui. Chegadas a este sítio, entregou-lhe «um bilhete dirigido à estalagem do Duodesto, aonde um outro individuo, de nome Telmo, o deveria acompanhar até Vigo»⁷⁶. A jornada, feita na companhia de vários mancebos vindos de outras áreas, ocorreu durante a noite, num barco⁷⁷, e prolongou-se pela primeira parte do dia seguinte, até darem entrada no paquete inglês *Neva*.

Iniciada a viagem com destino ao Brasil, o vapor fez escala em Lisboa, onde o jovem indocumentado, depois de descoberto pelas autoridades portuguesas, foi preso e levado a prestar depoimento. Face às declarações do moço, chegaram a Viana do Castelo recomendações para se desencadear um processo de investigação, na tentativa de se descobrirem os intervenientes neste «escandaloso trafico». Neste caso, apenas sabemos que as autoridades actuavam e tinham resultados na luta contra a evasão ilegal e clandestina.

O USO INDEVIDO DE DOCUMENTOS

A utilização de documentos, em nome de outros impetrantes e concedidos de acordo com a lei era, por vezes, detectada no acto da vigilância aos vapores, como aconteceu relativamente a António José Rodrigues. Este adolescente, em 1875, serviu-se do passaporte requerido pelo pai, pois a esposa não autorizou o cônjuge a deixar o lar, por isso, e para evitar outros gastos, o progenitor entregou a licença em seu nome ao descendente. Em Lisboa, a fraude acabou por ser descoberta, o que não seria difícil, devido às diferenças de idades e à sinalética registada nestes documentos.

Esta situação, em parte, foi denunciada pelo respectivo progenitor que «dizia publicamente quando se dirigio para Lisboa com o seu filho que hia tratar de o embarcar para o Brasil para não ser soldado»⁷⁸. Desta forma, o administrador do concelho denunciou a tentativa de evasão com licença ilegal, requerida por outro impetrante⁷⁹, no caso vertente, o pai do candidato a embarcar.

DENÚNCIAS ANÓNIMAS E OUTRA CORRESPONDÊNCIA

A preocupação com o problema da debandada de braços válidos para as lides agrícolas levou à intervenção anónima de particulares, denunciando nomes e moradas de pessoas organizadoras de tais êxodos. Neste contexto, o governador civil de Lisboa recebeu duas missivas. De seguida, mandou cópia ao seu homólogo de Viana do Castelo,

⁷⁶ DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL DO MINISTÉRIO DO REINO (1875) — [Ofício] 1875 Fev. 23, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 362.84.

⁷⁷ Não temos nota pormenorizada da deslocação «a salto», apenas se diz que a viagem ocorreu de noite e uma parte do dia.

⁷⁸ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1874) — [Ofício] 1874 Jan. 12, Arcos de Valdevez [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 247.37.

⁷⁹ Um exemplo de passaportes válidos, adquiridos por dois rapazes de Arcos de Valdevez, um pelo valor 15 libras e outro por 20, foi denunciado na Imprensa Nacional, no jornal «1.º de Janeiro», de 25 de Junho de 1888.

em 1879, por serem divulgados nomes de engajadores de Vila Nova de Cerveira: o Barroso e o Crespo, responsáveis pelo encaminhamento de jovens por Vigo, porque «esta gente embarca todos os mezes num paquete [que] sai directamente a Montevideu»⁸⁰. Além destas referências, pouco mais ficamos a saber sobre tais actores da emigração indocumentada, que ocorria predominantemente pela Galiza, onde era mais fácil entrar no vapor sem escolhos administrativos e legais. Como estas embarcações faziam escala em Lisboa, alguns emigrantes foram interceptados pela polícia, caindo nas malhas da lei, como sublinhámos.

Uma outra carta, denunciadora das mesmas manobras de evasão ao serviço militar, fornece novas pistas. Realça a acção implementada em Cerveira e em Caminha, terras fronteiriças propícias ao salto, atravessando o rio Minho com passagem clandestina para a Galiza. Neste documento é publicado o nome do vapor francês, com indicação do dia de partida em Vigo e o da chegada a Lisboa, para que as autoridades pudessem preparar a caça aos fugitivos saídos por Espanha. A importância deste bilhete centra-se na informação dada relativamente aos percursos seguidos.

Os jovens deslocavam-se de comboio até Caminha ou Cerveira⁸¹. Nestas paragens, atravessavam a linha divisória de fronteira no rio Minho e seguiam em direcção ao porto de Vigo. Também aparece sublinhada a estratégia implementada pelos engajadores, para ludibriar a vigilância, em caso de denúncia ou reforço da acção policial, porque «vão prevenidos e retirarão todos e ficão para outro paquete do mez»⁸² seguinte, pois os rapazes, periodicamente, tinham à disposição uma nova viagem.

Em Espanha, nada era feito para impedir a evasão de portugueses sujeitos ao recrutamento, desertores,⁸³ refractários e mesmo criminosos, que se escapavam de Melgaço e outros concelhos, esquivando-se sem embaraços pelo porto de Carril, na Galiza, nos vapores da companhia The Pacific Steamaas Company, sempre com a conivência das autoridades do país vizinho e mesmo do vice-cônsul português no local de embarque.

⁸⁰ GOVERNADOR CIVIL (1879) — [Ofício] 1879 Jan. 9, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.11.4.

⁸¹ A ligação por via-férrea, entre Viana e Valença, ficou concluída em 1882, o que nos leva a opinar que seria mais prático a travessia do rio Minho em Caminha ou mesmo em Cerveira.

⁸² GOVERNADOR CIVIL (1879) — [Ofício] 1879 Jan. 17, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.11.

⁸³ Numa análise feita a este segmento das fugas, vemos que os desertores capturados, entre 1846 e 1858, constituem um volume pouco superior a duas centenas, dos quais 115 foram descobertos nos centros urbanos, e representam, relativamente aos 206 registados, 55,8%. Outros desertores foram presos em localidades rurais, uns nas próprias habitações, outros em tabernas ou a «vagabundear no acto da prisão» sendo estes representados por 35,4%, consultar em AGC — *Livro de Recenseamento de Desertores, 1846-1858*. Cód. 1.5.2.37.

APOIO DO CONSULADO BRASILEIRO EM VIGO

Em ligação com os engajadores, actuava, em Vigo, o consulado brasileiro, onde eram emitidos passaportes em nome destes jovens, escorados por agentes patrocinadores de tais movimentos, como disso é prova o caso de Bento Rodrigues Ferreira⁸⁴, cuja passagem foi obtida na Galiza e assinada pelo vice-cônsul brasileiro em Vigo, Francisco Filgueira Casal. Este emigrante, natural da freguesia de Goães, Vila Verde, com 17 anos de idade, não foi impedido de viajar, porque saiu com os papéis preparados para o efeito, que não conseguiria obter em Portugal sem deixar uma fiança. Assim, colaboravam as autoridades brasileiras e espanholas no êxodo de jovens a quem a lei portuguesa coarctava os movimentos.

Os passos dados pelo mancebo referido, Bento Rodrigues Ferreira, natural do concelho de Vila Verde, iniciaram-se em Ponte de Lima, onde contactou o agente da Companhia de Vapores do Pacífico, Casimiro Augusto da Silva Machado, o qual, por sua vez, o encaminhou para o colega que operava em Viana do Castelo, identificado por Fuão Silva.

Chegado à capital do Alto Minho, o adolescente permaneceu quatro dias na urbe, com a recomendação de manter discrição nos movimentos dentro deste burgo. Depois, seguiu rumo a Valença, tendo ficado hospedado à entrada da vila. À noite, atravessou a fronteira para Tui, cidade onde se demorou mais dois dias. Daqui caminhou em direcção a Vigo, embarcando com o bilhete de viagem e «tendo-lhe recomendado o agente da Companhia dos Vapores que à chegada ao Rio de Janeiro fosse à agencia receber o seu passaporte», sublinha o administrador de Vila Verde⁸⁵.

Estas declarações, feitas na hora do desembarque em terras de Vera Cruz, permitem-nos descobrir a existência de uma teia de compromissos e apoios à emigração clandestina, tendo o primeiro agente, em Ponte de Lima, cobrado 10 mil réis e o segundo, em Viana do Castelo, recebido 80 mil pela viagem em terceira classe e respectivos documentos⁸⁶ em nome do passageiro evadido de Portugal furtivamente,

⁸⁴ Segundo o administrador do concelho de Vila Verde, tratava-se de um órfão de pai que, por «ser pobre, foi desde a idade dos sete annos educado no collegio dos orfaos d'essa cidade [de Braga] e depois passou para o negocio mas, não se achando bem, desapareceu sem a mae ter mais noticia d'elle». Consultar ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1876) — [Ofício] 1876 Dez. 4, Vila Verde [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 266.31.

⁸⁵ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1876) — [Ofício] 1876 Dez. 4, Vila Verde [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 266.31.

⁸⁶ Este jovem, para viajar, tinha um passaporte emitido por Francisco Filgueira Casal, vice-cônsul brasileiro em Vigo. Toda a identificação é verdadeira, aparecendo como natural de Goães, Vila Verde, com 17 anos de idade, por isso estava documentado para seguir a viagem, saindo de Vigo legalmente, porém não o poderia fazer em Portugal sem saldar os compromissos previstos pela lei militar. Assim colaboravam as autoridades brasileiras e espanholas no embarque de jovens a quem Portugal coarctava os movimentos.

atravessando o Atlântico com passaporte outorgado no consulado do Brasil⁸⁷, em Vigo. Os procedimentos da organização destas fugas eram orquestrados por uma rede onde actuavam vários intervenientes, desde a origem, passando por determinados sítios, até ao embarque, recebendo o passaporte apenas à chegada à outra margem.

Os administradores de concelho, que se viam sem mancebos para dar cumprimento às quotas do serviço militar, como acontecia relativamente a Melgaço, executavam zelosamente as funções que lhes competiam, ao denunciarem via telegrama as saídas de jovens, como sucedeu em 1877, indicando nomes, naturalidade e locais de embarque na Galiza⁸⁸. No mesmo sentido, o alerta dado às autoridades portuguesas em Espanha, especialmente ao Consulado em Vigo, poucos frutos proporcionava, porque daqui debandavam sem a devida anuência oficial⁸⁹, por ser do interesse das companhias⁹⁰ e dos respectivos angariadores de emigrantes e também do Estado brasileiro, que se queixava das dificuldades em obter mão-de-obra portuguesa⁹¹.

A correspondência oficial do responsável pela administração do município de Paredes de Coura também exhibe preocupações neste domínio, em 1880, quando transmite a suspeita sobre dois adolescentes, sujeitos à lei do recenseamento, candidatos à evasão com apoio de um aliciador de Cerveira, António Santos, que ambicionava reunir vários indivíduos para «os embarcar pelos portos de Carril, Porrinho ou Vigo, na Galiza, ou mesmo por Lisboa com diferentes agentes que teem para esse fim»⁹². Desta forma não haverá mancebos para satisfazer o contingente militar, acrescenta o referido edil.

Confirmamos a existência de redes tentaculares disseminadas por várias autarquias, assim como descobrimos que as informações circulavam com alguma celeridade,

⁸⁷ Se for considerado que uma caução ou hipoteca de bens exigida aos mancebos com mais de 14 anos era muito elevada, pois podia chegar aos 500\$000, como foi decretado em 1887, ou ainda que as substituições também eram onerosas, este valor de 90 mil réis, por vezes negociável, onde se incluía a documentação e passagem, era um montante elevado mas preferível para o jovem embarcar. Como exemplos dos normativos sobre cauções. Consultar: Decreto 12 set. 1887 in *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1888: 461; *Collecção da Legislação Portuguesa* [...], 1888: 769. O preço da fiança era registado por lei e baseava-se na média anual das substituições. Em 1860, foi fixado em 63\$370 réis. No distrito de Viana do Castelo oscilaram entre 48\$000 e 80\$000 réis. RODRIGUES, 1995: 41-46.

⁸⁸ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1877) — [Telegrama] 1877 Nov. 3, Melgaço [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2-9.

⁸⁹ VICE-CÔNSUL (1880) — [Ofício] 1880 Mai. 13, Vigo [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 295.25.

⁹⁰ Os interesses em causa e a realidade proporcionada pela emigração, donde resultava uma trama complexa, faziam dos pretendentes ao embarque, por não terem oportunidade de viajarem antes dos 14 anos e por incapacidade financeira da família, autênticos peões, como os classifica ALVES, 1999: 48.

⁹¹ Neste universo, onde os interesses de Portugal e do Brasil se opõem à corrente migratória, tinha o apoio de «uma vasta engrenagem comercial luso-brasileira» como refere PEREIRA, 1981: 22. Sobre as dificuldades impostas pela Lei de 1855, relativamente ao número de passageiros e a tonelagem das embarcações, ver o *ofício de Vergueiro e C.*^a em SILVA, 1992: 5.

⁹² ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Abr. 27, Paredes de Coura [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 295.25.

embora fosse difícil contrariar as saídas ilegais⁹³, pois era necessário uma intervenção bem planeada de esforços, especialmente «os [dos] vice consules de qualquer d'aquelles portos» de Espanha, sendo também indispensável que os «administradores dos concelhos de Caminha, Villa Nova, Valença e Monção tomem as precisas providencias para que na ocasião do embarque em qualquer d'estes portos sejam capturados»⁹⁴ os jovens fugitivos.

Não menos importante seria a acção do «director da alfandega de Valença, para este ordenar aos chefes das guardas de alfandega para nos referidos postos de embarque vigiarem», por forma a evitar-se a passagem da fronteira com a Galiza «e serem nessa ocasião capturados para assim acabar de uma vez para sempre semelhante abuso»⁹⁵. Na verdade, o vice-cônsul português em Carril nada conseguiu, relativamente aos nomes indicados, afirmando num ofício que «Nicolas Jernandez y Joze Jernandez en al caso de presentarse à embarcar para America y seguidamente seran capturados remetundalos à ese Reino pues en el vapor “Eamar” despachado ayer en este puerto no han sido embarcados»⁹⁶.

A orquestrar estas redes é referenciado, mais uma vez, Portugal Marreca, o qual, de novo, «segundo sou informado, tencionam embarcar até ao dia 10 do corrente [Maio de 1880] em um dos portos da Galiza, sendo passantes dos mesmos e d'outros que ignoro um tal Marreca», personalidade de grande destaque neste contexto e principal responsável pela emigração clandestina e ilegal, cujas ligações aos seus congéneres em Espanha foram devidamente sublinhadas pelos próprios foragidos, como já sublinhámos.

INTERVENÇÃO DO CONSULADO PORTUGUÊS EM VIGO

Da concertação de esforços entre as autoridades consulares em Espanha, os administradores de concelho e o Governo Civil de Viana do Castelo, na perspectiva de detecção de refractários do Alto Minho, não resultavam os frutos desejados. Mas, a infelicidade bateu à porta de dois rapazes de Braga, quando, em Vigo, foram detidos e entregues ao cônsul português nesta cidade espanhola.

⁹³ O serviço de repressão à emigração clandestina foi criado por Carta de lei de 23 Abril de 1896 e regulamentado em 3 de Julho do mesmo ano. Tinha por missão impedir de emigrar quem tentasse embarcar com passaporte falso ou em nome de outra pessoa, assim como perseguir engajadores e «fornecedores de passaportes falsos e a fiscalização das agências de emigração». A coordenação estava a cargo do comissário-geral, que auferia 900\$000 de ordenado, 2 chefes com 600\$000 réis, 20 agentes e 1 amanuense que recebia cada um 300\$000 réis. Consultar: Carta de lei, 1896 in *Colleção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1897: 570-571. Sublinhado vinha o carácter obrigatório a que estavam sujeitas as autoridades administrativas, eclesiásticas, judiciais, militares, fiscais, consulares e os agentes da força pública, civil, militar ou fiscal, devendo prestar todos os serviços para auxilio no combate e repressão das fraudes e da emigração clandestina, para se obter êxitos nesta luta. Era importante reprimir as saídas clandestinas, tal como a Portaria de 1897 previa, através de uma apertada malha de controlo, cabendo aqui a acção a que os serviços estavam incumbidos, sublinha COSTA: 1911, 165.

⁹⁴ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Abr. 27, Paredes de Coura [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 295.25.

⁹⁵ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Abr. 27, Paredes de Coura [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 295.25.

⁹⁶ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Mai. 4, Paredes de Coura [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 294.51.

A importância de tais ocorrências advém do acesso a um auto de investigação muito pormenorizado, nos inícios da década de 80, onde é descrito o percurso, quer dos engajadores, quer dos mancebos envolvidos nestes cenários, que foram capturados e sujeitos a um aturado interrogatório com testemunhas presentes ao acto, juntamente com o depoimento do pai de um destes jovens.

Um dos adolescentes, Bento José de Sousa é «d'aquelles dous que há tempos foram presos por tentarem evadir-se para o Brasil sem passaporte» da mesma forma como «é reincidente o engajador Esteves da villa de Barcelos». Este era o resultado da teimosia do mancebo em expatriar-se, assim como do respectivo intermediário, de nome Esteves, bem «conhecido como agente ou engajador de passageiros para o estrangeiro pellos portos de mar da Galiza»⁹⁷. Este rapaz, filho de Francisco Joaquim de Sousa, natural de Oleiros, concelho de Vila Verde, juntamente com Manuel Vieira Lopes, um moço de 19 anos, natural de Tamel, Barcelos, comerciante estabelecido em Pernambuco, cujo pai se encontrava no Rio de Janeiro, ao serem detidos proporcionaram um novo e importante quadro de referências sobre estes processos migratórios à margem da lei. Assim, constatámos que as tentativas de fuga não se ficavam por um único ensaio, se o primeiro fracassava. Noutros casos, quando o emigrante regressava, depois de estar vários anos no Brasil, e pretendia reembarcar, implementavam o mesmo processo de saída a «salto»⁹⁸. Estes cenários raramente eram equacionados, pois o retorno facilitava o reembarque, quando se exhibisse o passaporte de regresso⁹⁹. Tudo aconteceu porque o emigrante, tendo saído com menos de 14 anos, agora estava abrangido pela lei do serviço militar e não poderia ausentar-se sem deixar fiança¹⁰⁰.

⁹⁷ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Mar. 24, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

⁹⁸ Se nunca foi posto em equação este cenário, o de jovens que teimavam fugir as vezes necessárias até conseguirem o êxito, muito menos tínhamos conhecimento de rapazes que embarcaram uma vez clandestinamente, regressavam e voltavam a fugir às margens da lei. Certamente este caso não deve ter inibido o mancebo de seguir viagem, pois o pai estava no Brasil, como ele mesmo afirma no auto e confirma-o ao escrever para um tio, solicitando apoio.

⁹⁹ A Lei de 28 de Março de 1877 permitia aos emigrantes com mais de 26 anos a remissão do serviço militar (RAMOS, 1913: 56). Se o preço das substituições variava em função de média anual, assim como as cauções deixadas pelos jovens, a remissão, em 1896, era de 160\$000 réis e duplicava se em causa estivessem refractários. Consultar *Regulamento dos Serviços de Recrutamento do Exército e da Armada*, 1897: 764. Para os finais da década de 60, a variação do preço médio das substituições era mais notada; em 1867 atingiu 181\$000 e em 1869 foi fixada em 123\$00. Ver Decreto 1867 Mar., 27 in *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1868. Em 1887, por Decreto de 24 de Novembro, o montante foi fixado em 180\$000 réis para recrutadas e em 480\$000 réis para refractários. Confirmar *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1888: 509-591.

¹⁰⁰ A atitude de rejeição do serviço militar, que assume carácter de repugnância por parte dos mancebos, quando confrontados com as opções de vida, «preferem emigrar, abandonar família, amigos e a sua terra natal» como forma de evitar a farda, ausentando-se até expirar «o limite da idade em que já não são obrigados a assentar praça» sublinha a *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa*, 1893: 10.

Os rapazes foram presos em Vigo¹⁰¹ e postos sob ordens do cônsul português, por «intentarem transportar-se clandestinamente e sem o competente passaporte para o Imperio do Brasil»¹⁰². Depois de enviados sob custódia para o território nacional, em Valença, foi elaborado o auto de investigação¹⁰³. Apurou-se que o contacto com o responsável pela passagem da fronteira ocorreu em Barcelos, num estabelecimento «de negocio que tem a taboleta da Mala Real Inglesa e fica a meio caminho da Porta Nova para o Senhor da Cruz». O intermediário cobrou 18 libras, comprometendo-se a assegurar o trajecto até Pernambuco, incluindo viagens de comboio, hospedagem na Galiza e a passagem no vapor, tudo abrangido neste montante, sem mais encargos.

O meio de transporte mais célere e fácil, para quem desejava chegar ao país vizinho, era o comboio¹⁰⁴, até à fronteira, em Valença do Minho.

A história de Bento José de Sousa corresponde à terceira tentativa falhada de fugir para o Brasil e teve o pai presente em vários momentos, para colher os apoios devidos. Por ser natural do concelho de Vila Verde, deixou a família dois dias antes, ou seja, ele e o progenitor saíram de casa a 18 de Fevereiro e pernoitaram na freguesia de Vila Boa, onde permaneceram todo o dia 19, tendo seguido, na manhã de 20, para a estação dos caminhos-de-ferro de Barcelos. Aqui, adquiriram os respectivos bilhetes rumo a Valença. O comboio iniciou a marcha às 11 horas da manhã e este rapaz, ao chegar a Viana do Castelo, viu pela primeira vez o medianeiro, «onde lh'ò mostraram», tendo feito o primeiro contacto com o agente depois de passada a fronteira.

Atravessado o rio Minho, de barco, o agente e os três homens reuniram-se em Tui, para concertarem o resto da jornada, organizando o percurso até Vigo, embora o intermediário continuasse a viagem separado deste grupo, sem nunca se imiscuir com os transeuntes.

Chegados ao destino, foram guiados por um cocheiro até à estalagem onde pernoitaram e, no dia seguinte, o mediador de Barcelos conduziu os mancebos à agência da companhia Des Messageries Maritimes, apresentando-os ao funcionário que, na hora de embarque, lhes haveria de fazer a entrega do bilhete da viagem.

¹⁰¹ A Portaria de 16 de Junho de 1875 determina que, para maior controlo do movimento de mancebos de ambos os países, resultante do acordo feito entre Portugal e Espanha, sejam adoptadas medidas repressivas para ser evitada a emigração clandestina dos dois países, devendo, para o efeito, os consulados exigir a respectiva documentação, onde consta a desobrigação militar. Desta forma, os súbditos portugueses que desejassem embarcar em Espanha deviam apresentar os mesmos documentos que teriam de evidenciar em Portugal, fazendo prova da situação militar regularizada, caso contrário seriam impedidos de seguir viagem. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1876: 153.

¹⁰² ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹⁰³ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹⁰⁴ A ponte de Viana do Castelo, inaugurada em 30 de Junho de 1878, proporcionou uma maior mobilidade, quer em direcção à capital quer para quem desejava deslocar-se para terras de Espanha. A linha do Minho, entre o Porto e Valença, foi iniciada em 1872 e ficou concluída volvidos dez anos. A ligação internacional, sobre o rio Minho, que une Valença a Tui, só permitiu melhores elos com a Galiza depois de 25 de Março de 1886, data da inauguração da ponte internacional. Ver, sobre vias-férrreas e transportes: MENDES, 1993: 378; PERES, 1935: 653-656; SERRÃO, 1975: 447-451; VIEIRA, 1985: 123-134.

Depois de desancorados, quando o navio iniciava a marcha, porque a bagagem destes jovens não tinham sido carregada para a embarcação, Manuel Vieira Lopes fez pressão junto do comandante para reaver as malas, tendo vindo a terra num pequeno barco para o efeito. Nesse momento, a polícia pediu os documentos e deitou mão aos dois rapazes, tendo sido presentes ao cônsul que, por falta de passaporte, os reteve no hotel *Aguia de Ouro*, n.º 12, em Vigo, enviando-os, posteriormente, sob prisão para o vice-consulado português em Tui.

Os dois jovens descrevem um cenário idêntico dos acontecimentos, tendo ambos saltado para terra e acabaram por cair nas mãos da polícia que procurava, sob instruções do consulado, os «criminosos Joaquim José da Costa e seu filho Antonio José da Costa»¹⁰⁵. Assim, esta autoridade conduziu os rapazes ao consulado, entregando os respectivos bilhetes para reaverem o capital desembolsado.

O mancebo que regressava a Pernambuco, onde era comerciante, depois de capturado, na noite de 22 de Fevereiro de 1880, dirigiu uma carta ao tio, dando-lhe conhecimento do sucedido com profunda plangência por ter pagado «tanto dinheiro e soffrendo tanto desgosto e tristeza» porque teria conseguido resolver a passagem com menos gastos e fazia a viagem «sem haver desgosto e sem novidade»¹⁰⁶. Escreveu a um parente para obter apoio financeiro através do comissário que o levou até Espanha, pois o progenitor não o podia socorrer, por se encontrar no Rio de Janeiro.

O depoimento do pai de Bento José de Sousa, elaborado em 27 de Fevereiro, por ter recebido telegrama do descendente a informá-lo que se encontrava sob custódia em Valença, reafirma que o angariador se tinha comprometido a tratar da passagem do filho até ao Brasil, «sob o pretexto de o fazer transportar para aquelle Imperio clandestinamente e sem os documentos legaes por lhe ser difficil obtel-os em razão de aquelle seu refferido filho não ter sido ainda recensiado e recrutado para o exercito e não estar isempto da obrigação de serviço militar»¹⁰⁷, por isso tinha recorrido a este meio, tanto mais que era a terceira tentativa encetada para atravessar o Atlântico.

CONTACTOS COM O INTERMEDIÁRIO E PREPARATIVOS DA VIAGEM

Sabemos, pelo ascendente do mancebo envolvido na fuga referida anteriormente, que o jovem começou por contactar um amigo da freguesia de Vila Boa, Domingos Maria de Carvalho, que indicou o referido Esteves, indivíduo que também tinha resolvido um

¹⁰⁵ VICE-CÔNSUL PORTUGUÊS (1880) — [Ofício] 1880 Fev. 24, Vigo [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹⁰⁶ VIEIRA (1880) — [Carta] 1880 Fev. 22, Vigo [ao] tio [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹⁰⁷ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

caso idêntico para o filho de Domingos de Carvalho. Mais tarde, ambos foram a Barcelos, cerca de uma semana antes da partida, com a finalidade de tratar da passagem de Bento José de Sousa. Ficou acordado tudo por 85 mil réis, embora o agente tenha pedido 90 mil réis, «mas que afinal abatera quatro mil e quinhentos reis e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos e indemnizações no caso de se não effectuar a passagem»¹⁰⁸. Por este montante, encarregava-se da organização de todos os papéis, com a certeza de que não haveria qualquer perigo nem riscos alguns.

No dia de ajuste do negócio, foi feita a entrega de 54 mil réis «porque não tinha mais dinheiro, ficara de lhe dar o resto»¹⁰⁹, servindo de testemunha e fiador o companheiro que o levava até ao agente. Nesta mesma data, ficou combinado o dia 19, para seguirem em direcção a Vigo. Aconteceu que, no dia acordado, pai e filho foram ter com o aliciador, tendo este confirmado a partida para o dia seguinte, 20 de Fevereiro.

A viagem, até Valença, era por via-férrea. O engajador seguiria no comboio das 9 horas, e Bento José de Sousa e o pai viajaram no comboio das 11 horas, tal como o outro colega regressado do Brasil, que também planeava o reembarque clandestinamente com apoio deste intermediário.

O primeiro encontro com o agente ocorreu depois de terem saído na estação de Valença, onde foram informados «que ia um homem no barco e que os guiaria, que seguia para Tuy e d'alli para Vigo». Tais despesas estavam incluídas no contrato com o engajador, por isso seriam reembolsados dos gastos da viagem de comboio¹¹⁰.

O passante, em Vigo, foi hospedar-se num local e os emigrantes instalaram-se noutra casa, assinalada pelo mesmo Esteves, para onde foram guiados por um indivíduo encarregado para o efeito. No dia seguinte, sábado, 21, depois do meio-dia, voltaram a reunir-se, altura em que foram às compras para aquisição de um fato para Bento José de Sousa, filho de Francisco Joaquim de Sousa. Neste entretanto, fez-se noite e o intermediário mandou os dois rapazes para a agência, porque deveriam embarcar no dia seguinte, porém, Francisco Joaquim de Sousa optou por permanecer o tempo que lhe restava junto do descendente, deixando-o entregue a si mesmo, na companhia do colega, às 4 horas da manhã do dia 22, quando regressou a Portugal, no mesmo transporte que o Esteves, embora viajassem, como aconteceu desde o princípio, em classes diferentes, para se encontrarem de novo à chegada a Barcelos.

¹⁰⁸ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹⁰⁹ ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹¹⁰ A viagem de Barcelos a Valença, em 1897, custava \$850 réis em terceira classe, enquanto do Porto à fronteira o preço era de 1\$410 na mesma classe e 2\$530 réis em primeira. Nesta data, a Mala Real Inglesa, cobrava, pela passagem, em terceira classe, entre Lisboa e o Rio de Janeiro, 29\$000. Conferir *Novo Almanach de Lembranças Luso Brasileiro*, 1897: 198-209.

O pai do emigrante aproveitou para saber quando teria notícias do filho, sendo informado que as receberia no dia seguinte. Na verdade, na quarta-feira, 25 do mesmo mês, teve conhecimento que os dois rapazes estavam sob escolta em Valença, para onde, de imediato, o progenitor se deslocou e fez o respectivo depoimento.

A partir destas descrições, nada mais apurámos, por não termos em arquivo outros documentos, contudo, a existência de cópias dos recibos, também apreendidos pelas autoridades, e de uma carta particular permitem-nos inferir que os jovens estavam em condições de reaver as verbas despendidas, porque o bilhete da passagem de ambos «queda depositado em este consulado com objeto de hacer la correspondiente reclamacion de su importe caso que no le fuese abonado al interessado por el Sr. Esteves encargádo en Barcellos del transporte de pasageros al Brasil»¹¹¹.

Assim terminava uma aventura iniciada pela mão de um agente que passava os mancebos «a salto» em Valença, conduzia-os até Vigo, com apoio de outros interve-nientes em terras da Galiza, encarregando-se de apresentar os emigrantes portugueses na agência¹¹², a quem davam o recibo de pagamento da viagem, seguindo no vapor até ao Brasil, onde lhes eram entregues documentos de desembarque.

NOTAS FINAIS

A análise dos casos detectados oficialmente, objecto de autos ou aludidos através da correspondência oficial e mesmo particular, referentes a barcos que actuavam ilegalmente, agentes que davam cobertura à fraude, engajadores que agiam impunemente e mancebos que fugiam da terra, aparecem em processos coordenados pelo Governo Civil de Viana do Castelo, onde se encontram depositados.

De vários municípios, especialmente dos concelhos do interior e da margem do rio Minho, de Braga, do Porto e de Lisboa chegaram alertas, pedidos de intervenção e ordens superiores para que se actuasse no sentido de acabar com as redes responsáveis pela evasão de jovens impedidos de emigrar sem documento relativo ao serviço militar. Também houve pessoas anónimas que deram a conhecer estruturas, meios de apoio, estratégias de fuga e nomes de agenciadores que actuavam desafortadamente no contexto da mobilidade à margem da lei.

A emigração ilegal e clandestina ocorreu em momentos de maior pressão económica e sobrepôs-se aos grandes fluxos destes correntes, como aconteceu nos anos 50 e 70, tendo sido travados alguns casos em Lisboa, Porto e Vigo, todavia, a acção dos veleiros era mais intensa na década de 50 e sugava mão-de-obra do interior do Alto Minho. Era difícil, senão impossível, obstar este movimento de clandestinos que se evadiam em

¹¹¹ ESCRIVÃO DA ADMINISTRAÇÃO (1880) — [Ofício] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

¹¹² Resultava, destes movimentos, uma emigração clandestina, saída pela Galiza, que, ao ser registada como espanhola na chegada ao Brasil, não era contabilizada como ausência de portugueses, refere SILVA, 1917: 130.

vários locais da costa portuguesa e da Galiza, tendo mesmo o poder central proporcionado a vigilância, através de uma embarcação de guerra, e as autoridades solicitado apoio às suas congéneres espanholas, mas, os resultados não tiveram visibilidade.

Quando os jovens desejavam partir dissimuladamente e não tinham uma máquina capaz de dar resposta com segurança, usavam documentos legais, por vezes obtidos através de falsas declarações, outras com a conivência de quem emitia os passaportes e mesmo com recurso aos apoios de familiares, sacerdotes e compadres, que tudo faziam para iludir a vigilância. A venda, em Lisboa, de passagens a rapazes indocumentados também foi uma realidade, porém nem todos tiveram êxito nestas manobras.

Com a chegada do comboio, a mobilidade era mais rápida e mais simples, os passageiros deslocavam-se até uma vila fronteiriça como Caminha, Cerveira ou Valença e, depois do «salto» no rio Minho, tinham alguém na outra margem para darem continuidade ao projecto de evasão, levando-os até Vigo, onde atracavam os vapores, que passavam pelo Porto e Lisboa em direcção ao Brasil.

Os casos estudados provam que a máquina de controlo funcionava. Mas limitava-se a dar caça a indivíduos que não conseguiam iludir a polícia, já que estes mancebos fazem menção a grupos de dúzia de colegas com sucessos nestes modelos de embarque; alguns foram interceptados no momento da apresentação dos documentos, porque havia contradições nos sinais de identificação, ou porque os candidatos à travessia apenas possuíam o bilhete de viagem. Outros não chegaram a sair da estação de Santa Apolónia, em Lisboa, por terem as autoridades no encalço deles.

Os agentes aqui envolvidos, quando cobravam 90 mil réis por todo o processo, conseguiam um lucro assinalável, se considerarmos o custo da jornada no navio e o valor da viagem de comboio, que rondava, de Viana a Valença, \$510 réis em 1897. O negócio proporcionava uma comissão superior a 50\$000, por isso faziam vários preços ou concediam descontos, além de receberem gratificações por indicarem os colegas de outras localidades, como aconteceu em Ponte de Lima, cujo agente arrecadou 10\$000 ao endereçar um mancebo para outro camarada de Viana do Castelo.

As fugas indocumentadas não parecem corresponder a um volume muito apreciável, contudo, há suspeitas de homens apresentados como galegos, iniciando o trajecto em Vigo, onde obtinham documentos espanhóis, os quais seriam registados como tal à chegada ao Brasil. Nem sempre assim aconteceu, porque um jovem de Vila Verde, embarcado no país vizinho, chegou ao Rio de Janeiro devidamente identificado como português, cujos documentos foram emitidos no consulado brasileiro em Vigo.

No concernente às fugas ilegais ou de indocumentados temos referência a um moço capturado em Lisboa, natural de Mozelos, Paredes de Coura, que pretendia ausentar-se com um passaporte obtido através de um agente de Padornelo, Manuel António Barbosa, contudo, por falta de provas o processo foi arquivado, mas, em 1886, este mancebo conseguiu partir legalmente, tendo obtido licença aos 20 anos. Depois deste caso,

tudo indica que o movimento abrandou, pois não há nota de situações como as que descrevemos, se exceptuarmos a informação que a imprensa divulgou relativamente a dois adolescentes que compraram passaportes em nome de outros impetrantes, concedidos em conformidade com a lei.

São em número insignificante os casos detectados como ilegais, assim como de falsos documentos, cujo total de apreensões ronda uma dúzia, uns por uso ilícito, outros por apresentarem falsificações confirmadas pelas autoridades¹¹³.

A importância destes exemplos tinha relevo pedagógico com eco na imprensa, como aconteceu em 1888, quando dois mancebos foram capturados à saída do comboio, em Lisboa, por serem portadores de passaportes usados à margem da lei, tendo pagado por estes documentos 18 libras, um deles, e 15 libras, o outro. Foi possível apurar os intermediários da venda dos papéis, de nome Manuel Gomes e Gaspar António Soares, duas licenças verdadeiras utilizadas por outros indivíduos, o que prova a existência de saídas ilegais, mas documentadas.

O controlo da mobilidade, a partir de uma cuidada observação dos sinais e idade registados, permitiu a detecção de algumas ilegalidades, de uso indevido de passaportes por outros mancebos, licenças estas que eram vendidas por um elevado preço, enquanto outros jovens optavam por se evadirem através de Espanha por um quantitativo idêntico, pagando o bilhete da viagem e recebendo no Brasil os respectivos documentos. Uns e outros deixaram-nos exemplos destas ocorrências, por terem sido capturados, o que demonstra a existência de redes, estratégias de fugas e a importância atribuída aos exemplos representados, autênticos troféus para as autoridades, que conseguiam tais façanhas, mesmo quando os autos demonstravam que os verdadeiros engajadores ficavam impunes, ou eram defendidos por amigos, porque as provas não eram suficientes para a aplicação da justiça.

¹¹³ Houve, em 1883, requerentes a cujos passaportes foram atribuídos os números 99, 100 e 101, pedidos em Viana do Castelo, que não chegaram a ser emitidos, tendo sido inutilizado o espaço reservado para estas licenças e «trancado pela razão exposta a folhas 17 do livro n.º 6 dos termos de fiança ao recrutamento» tudo porque as declarações prestadas «se referem a pessoas ilegais». Mas os interessados conseguiram obter papéis forjados, de seguida tomaram o comboio rumo à capital, mas acabaram por ser presos em Lisboa, o que demonstra a eficácia do sistema de controlo policial. AGC — *Livros de Termos de Fianças ao Recrutamento*. Cód. 1.4.5.13, fls.17-17v; AGC — *Livro de Passaportes*. Cód. 1.2.3.11, fls. 123-123v.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

AGC — *Auto de Investigação*, 1875.

AGC — *Correspondência*, 1856-1857.

AGC — *Livro de Passaportes*. Cód. 1.2.3.11.

AGC — *Livro de Recenseamento de Desertores*, 1846-1858. Cód. 1.5.2.37.

AGC — *Livros de Termos de Fianças ao Recrutamento*. Cód. 1.4.5.13.

AGC — *Mappa numérico dos mancebos recenciados para o recrutamento do anno de 1876*, doc. avulso. Inserido no Livro de Recenseamento Militar de 1876.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1872) — [Auto] 1872 Abr. 30, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód.1.17.5.2.5.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1874) — [Ofício] 1874 Jan. 12, Arcos de Valdevez [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 247.37.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1875) — [Cópia de auto] 1875 Mar. 10, Cerveira [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 262.22.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1876) — [Ofício] 1876 Dez. 4, Vila Verde [a] Governador Civil, [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 266.31.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1877) — [Telegrama] 1877 Nov. 3, Melgaço [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2-9.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Cópia de auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Mar. 24, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód.1.18.5.2.10.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Abr. 27, Paredes de Coura [a] Governador Civil, [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 295.25.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Ofício] 1880 Mai. 4, Paredes de Coura [a] Governador Civil, [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 294.51.

ADMINISTRADOR DE CONCELHO (1880) — [Auto] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód.1.18.5.2.10.

ALCAIDE DE LA GUARDIA (1854) — [Ofício] 1854 Dez. 7, La Guardia [a] Administrador do concelho de Caminha [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. s. cód.

DIRECÇÃO GERAL (1872) — [Ofício] 1872 Abr. 9 [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.17.5.2.5.

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL DO MINISTÉRIO DO REINO (1872) — [Ofício] 1872 Abr. 19, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód.1.17.5.2.5.

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL DO MINISTÉRIO DO REINO (1875) — [Ofício] 1875 Fev. 23, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 362.84.

ESCRIVÃO DA ADMINISTRAÇÃO (1880) — [Ofício] 1880 Fev. 27, Valença [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

GOVERNADOR CIVIL DE LISBOA (1875) — [Auto] [de] Bernardo Augusto Ribeiro 1875 Fev. 23, Lisboa [a] Governador Civil de Viana do Castelo [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 262.22.

GOVERNADOR CIVIL (1875) — [Cópia de auto] 1875 Fev., Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 362.22.

- GOVERNADOR CIVIL (1879) — [Ofício] 1879 Jan. 9, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód 1.18.5.11.4.
- GOVERNADOR CIVIL (1879) — [Ofício] 1879 Jan. 17, Lisboa [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód 1.18.5.11.
- MINISTÉRIO DO REINO (1875) — [Ofício] 1875 Fev. 2 [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 362.84.
- VICE-CÔNSUL PORTUGUÊS (1880) — [Ofício] 1880 Fev. 24, Vigo [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód.1.18.5.2.10.
- VICE-CÔNSUL (1875) — [Auto] 1875 Mar. 10, Cerveira [a] Governador Civil de Viana do Castelo [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 262.22.
- VICE-CÔNSUL (1880) — [Ofício] 1880 Mai. 13, Vigo [a] Governador Civil [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 295.25.
- VIEIRA (1880) — [Carta] 1880 Fev. 22, Vigo [ao] tio [Manuscrito]. Acessível no AGC, Viana do Castelo, Portugal. Cód. 1.18.5.2.10.

FONTES IMPRESSAS

- ALMANCH *do Emigrante para 1873*. Lisboa: Typographia Universal, 1873.
- ALMANAK *familiar para o anno de 1874*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- ANUÁRIO *Estatístico de Portugal, 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.
- COLLEÇÃO *Official da Legislação Portuguesa, anno de 1867*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.
- COLLEÇÃO *Official da Legislação Portuguesa, anno de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.
- COLLEÇÃO *Official da Legislação Portuguesa, anno de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- COLLEÇÃO *Official da Legislação Portuguesa, anno de 1896*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- COMISSÃO *Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- COMMISSÃO *Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1890-1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- FIGUEIREDO, Pedro Affonso de (1907) — *Manual dos Consulados de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I.
- NOVO ALMANACH *de Lembranças Luso Brasileiro, 1898*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1897.
- PORTARIA *de 13 de Janeiro de 1874*. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.
- PORTARIA n.º 659/88. «Diário da República. I Série», 226 (1989-09-29) 1320-1328.
- PRIMEIRO INQUÉRITO *Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- REGULAMENTO *da lei de 31 de Janeiro de 1863*. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 142-155.
- REGULAMENTO *dos Serviços de Recrutamento do Exército e da Armada*. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa, anno de 1896*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- RELATORIOS *sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAGÃO, Frederico de Quadro (1956) — *Cem Anos de Caminhos-de-Ferro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: C.ª Caminhos-de-ferro Portugueses.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994) — *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: [Edição de autor].

- (1999) — *Legislação sobre Emigração em Portugal (1645-1914)*. In ZARRAGA SANGRONIZ, Karmele, coord. — *Historia de la Población*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, vol. II, p. 33-50.
- BAGANHA, Maria Ioannis B. (1991) — *Uma Imagem Desfocada: a Emigração Portuguesa e as Fontes Portuguesas sobre Emigração*. In EIRAS ROEL, Antonio et al., coord. — *Emigración Española y Portuguesa a América*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, vol. I, p. 161-175.
- BULHÕES, Miguel de (1884) — *A Fazenda Publica de Portugal: Praticas Vigentes e Varias Utopias do Auctor*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CARTA DE LEI de 4 de Junho de 1859. «Diário do Governo», 138 (1859-06-14) 821.
- COSTA, Afonso (1911) — *Estudos de Economia Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I: *O Problema da Emigração*.
- CRUZ, Maria Antonieta (1986-1987) — *Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil: Contribuição para o Estudo da Emigração Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX*, «Revista de História», vol. VII, p. 7-134.
- JUSTINO, David [1988] — *A formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega.
- LEITE, Joaquim Costa (1987) — *Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. «Análise Social», 3.ª série, vol. XXIII, n.º 97, p. 463-480.
- MENDES, J. Amado (1993) — *Comércio, Transportes e Comunicações*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 378. Vol. V: *O liberalismo*.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) — *A política Portuguesa de Emigração 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo.
- (1990) — *Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa*. «Análise Social», 3.ª série, vol. XXV, n.ºs 108-109, p. 735-739.
- (2001) — *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PERES, Damião (1935) — *Progresso geral de indústria, comércio e agricultura. Notável incremento das vias de comunicação e transportes, estradas, caminhos-de-ferro, telegrafia e telefonia*. In PERES, Damião, dir. — *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 3.ª parte, cap. IV, p. 645-656.
- RAMOS, Rui (1988) — *Culturas da Alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo*. «Análise Social», 3.ª série, vol. XXIV, n.º 103-104, p. 1067-1145.
- RAMOS, Carlos Vieira (1913) — *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: [Edição de autor].
- RIBEIRO F. G. Cassola (1987) — *Emigração Portuguesa, Regulamentação Emigratória: do Liberalismo ao Fim da Segunda Guerra Mundial*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas; Centro de Estudos.
- RODRIGUES, Henrique (1991) — *A Emigração do Alto-Minho e a Miragem do Brasil: 1835-1860*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- (1993a) — *A Emigração Clandestina de Portugueses para Espanha no século XIX (análise dos livros de recenseamento militar, 1855-1865)*. Santiago de Compostela: CIDH. Separata de 1st European Conference of the International Commission on Historical Demography.
- (1993b) — *Emigração, Conjunturas Políticas e Económicas*. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al., ed. — *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- (1995) — *Emigração e Alfabetização: o Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil.

- (1997) — *Emigração e Dinâmicas Familiares: Aspectos Sócio-Profissionais e Indicadores de Alfabetização*. In ROWLAND, Rober J.; MOLL BLANES, Isabel, coord. — *La Demografía y la Historia de la Familia*. Murcia: Universidad de Murcia, p. 225-237.
- (1998a) — *Alfabetização/Escolarização no Contexto da Emigração para o Brasil no Século XIX*. In ADÃO, Áurea; FERNANDES, Rogério, coord. — *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil. 1500-1970*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. II, p. 353-366.
- (1998b) — *Emigração e Cultura Física: Prosopografia do Emigrante no Século XIX*. Rio de Janeiro: [Edição de autor].
- (2000) — *Análise à emigração para o Brasil através dos livros de recenseamento militar*. «Cadernos Vianenses», vol. 28, n.º 1, p. 95-110.
- (2003) — *Alto-Minho no Século XIX: contextos migratórios sócio-culturais e familiares*. Porto: Faculdade de Letras. Tese de doutoramento.
- (2006) — *Emigração e Emigrantes do Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo: CER.
- (2013) — *Epistolário popular e imagens da emigração oitocentista, uma abordagem às cartas da emigração enviadas do Brasil para Viana do Castelo*. In RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto, coord. — *Escritas privadas, da Mobilidade e da Guerra*. Monção: Câmara Municipal, p. 57-124.
- (2016) — *Produções Agrícolas Oitocentistas no Alto Minho*. «Revista Vinho Verde», vol. 1, n.º 1, p. 127-156.
- SERRÃO, Joel (1975) — *Caminhos-de-Ferro*. In SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. I.
- SILVA, Fernando Emygdio da (1917) — *Emigração portuguesa*. Coimbra: França e Arménio Livreiros Editores.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1992) — *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.
- VIEIRA, António Lopes (1985) — *Os Caminhos-de-ferro antes dos Caminhos-de-Ferro: a Especulação Ferroviária em Portugal em 1845-1846*. «Revista de História Económica e Social», n.º 15, p. 123-134.

AS DOENÇAS E OS DOENTES DA MISERICÓRDIA DE VALENÇA (RJ, 1882-1894). IMIGRAÇÃO E POBREZA

GISELE SANGLARD*

Resumo: *Este trabalho tem como objetivo analisar a assistência oferecida nas pequenas e médias cidades do interior da antiga província do Rio de Janeiro, levando em consideração a criação das Misericórdias no Vale do Paraíba fluminense — região que, ao longo do século XIX, foi responsável pela sustentação econômica do Estado imperial brasileiro (1822-1889) — e o público atendido por estas, concentrando-se prioritariamente no imigrante que recorreu à assistência da Santa Casa da Misericórdia de Valença (província do Rio de Janeiro, Brasil) entre 1882 e 1894. Procurar-se-á traçar o perfil do imigrante que recorre às Misericórdias em busca de socorro em caso de doença. A busca por trabalho fez do Vale do Paraíba o local de destino de diversos migrantes — tanto estrangeiros, quanto oriundos de cidades vizinhas —, o que torna rico o material a ser analisado. Através do público atendido e de suas doenças, conheceremos um pouco mais destes imigrantes. A principal fonte deste artigo é o livro de registro de pacientes do Hospital da Misericórdia de Valença, entre 1882 e 1894. O período aqui analisado coincide com a abolição da escravidão, e os pacientes ali internados nos ajudam a compreender as mudanças sociais pelas quais a cidade vai passar.*

Palavras-chave: *Santa Casa da Misericórdia; Imigração; Valença.*

Abstract: *This paper aims to analyse the health care offered in small and medium-sized cities in the countryside of the old province of Rio de Janeiro, taking into account the creation of Mercies in the Paraíba fluminense Valley — region that, throughout the nineteenth century, was responsible for sustaining Imperial State (1822-1889) — and the public served by them, focusing primarily on the immigrant who resorted to the assistance of the Santa Casa da Misericórdia de Valença (Rio de Janeiro Province, Brazil) between 1882 and 1894. Search The profile of the immigrant who uses the Misericórdias in search of help in case of illness will be traced. The work search made Vale do Paraíba the destination for many migrants — both foreigners and those from neighbouring cities — which makes the material to be analysed rich. Through the public served and their diseases, we will know a little more about these immigrants. The main source of this article is the patient record book of the Hospital da Misericórdia de Valença, between 1882 and 1894. The period analysed here coincides with the abolition of slavery, and the patients admitted there help us understand the social changes by which City will pass.*

Keywords: *Santa Casa da Misericórdia; Immigration; Valença.*

Este trabalho tem como objetivo analisar a assistência oferecida nas pequenas e médias cidades do interior da antiga província do Rio de Janeiro, levando em consideração a criação das Misericórdias no Vale do Paraíba fluminense e o público atendido por estas — concentrando-se prioritariamente no imigrante que recorreu à assistência da Santa Casa da Misericórdia de Valença (província do Rio de Janeiro), entre 1882 e

* Pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Fiocruz. Pesquisadora do CNPq. Email: gisele.sanglard@fiocruz.br.

1894. Procurar-se-á traçar o perfil do imigrante que recorre às Misericórdias em busca de socorro no caso de doença.

Para tal, nos debruçaremos sobre o livro de registro de pacientes do Hospital da Misericórdia de Valença, entre 1882 e 1894. Valença está inserida no Vale do Paraíba fluminense, ou seja, no coração da economia cafeeira e do escravismo — esta região foi, ao longo do século XIX, responsável pela sustentação econômica do Estado Imperial brasileiro (1822-1889). Faz limite com Minas Gerais e com os municípios fluminenses de Vassouras, Barra do Pirai, Resende e Barra Mansa. O fim do escravismo, a 13 de maio de 1888, vai redefinir a pobreza naquele município e na região como um todo.

A busca pelo trabalho fez do Vale do Paraíba o local de destino de diversos migrantes — tanto estrangeiros, quanto oriundos de cidades vizinhas —, o que torna rico o material a ser analisado. Através do público atendido e de suas doenças, conheceremos um pouco mais destes imigrantes.

VALENÇA E SUA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

A ocupação das terras de Valença se deu, segundo o memorialista Luiz Damasceno Ferreira, a partir do ano de 1789, quando o vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza autoriza o capitão Ignácio de Souza Werneck a combater os índios coroados «em suas próprias aldeias». O combate aos índios coroados é o que diferencia Valença das outras cidades do Vale. Uma década depois, em 1800, surge a primeira sesmaria — de Pau Grande — doada a José Rodrigues da Cruz, que desde o início se dedica ao cultivo do café. Os índios ficaram restritos a uma aldeia no que seria depois a freguesia de Santo Antônio do Rio Bonito.

Segundo o memorialista Luiz Damasceno Ferreira, em 1803 é erigida uma capela dedicada a Nossa Senhora da Glória, onde outrora fora a principal aldeia dos coroados. Em 1826, é criada a vila de Valença; em 1835, é instalada a sua Câmara e, enfim, em 1842, é transformada em município. De 1803 até 1889, Valença vai crescendo, ganhando complexidade e se transformando.

A antiga aldeia dos coroados é transformada, em 1824, em freguesia — Santo Antônio do Rio Bonito, atualmente Conservatória. As outras freguesias surgem a partir de 1851, Santa Isabel do Rio Preto; 1852, Nossa Senhora da Piedade de Ipiabás; 1855, Santa Tereza; o arraial de Desengano; e, por fim, em 1885, São Sebastião do Rio Bonito. Com a proclamação da República, em 1889, duas dessas freguesias se emancipam, formando os municípios de Santa Teresa de Valença e Barra do Pirai (antiga Ipiabás).

Do ponto de vista econômico, o memorialista registra que as principais culturas de Valença eram o café, o fumo, os cereais e o bicho-da-seda — este último por iniciativa da empresa Antonio Grijó e filhos. Damasceno acrescenta que, no pós-abolição, os cafezais foram incendiados «de forma criminoso», segundo as próprias palavras do autor, e transformados em pastagens.

A transformação dos antigos cafezais em pasto foi uma realidade em todo o Vale. José Jorge Siqueira comenta o caso da fazenda dos Correia e Castro na vizinha Vassouras, pertencente aos herdeiros do barão de Tanguá, adquirida pelo Frigorífico Anglo em 1908 e transformada em pasto, «processo que ocorreria em várias outras grandes propriedades»¹, bem como a Fazenda Cachoeira do Mato Dentro, também em Vassouras, adquirida pela família Rangel.

A Santa Casa da Misericórdia de Valença e seu hospital foram criados em 1838; contudo, o memorialista Luiz Damasceno Ferreira menciona o fato de que seu início se deu dois ou três anos antes, quando foi criada uma enfermaria para doentes pobres, mantida pelo comendador João Batista de Araújo Leite e pelos fazendeiros Joaquim Pinheiro de Souza, Manoel do Nascimento de Jesus e Francisco Martins Pimentel. Teria cabido a João Baptista de Araújo Leite o convite ao visconde de Baependi para se juntar ao grupo².

Foi com a entrada do visconde de Baependi no grupo que surgiu a Santa Casa de Valença. Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (1812-1887), sem dúvida a maior liderança local, se tornou visconde de Baependi (2.º), em 1828, pelas mãos do imperador Pedro I e, em 1858, conde de Baependi, já pelas mãos de Pedro II. Seu pai, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, recebera o título de visconde de Baependi em 1824, ano em que foi outorgada a Constituição imperial da qual foi signatário; em 1826, foi agraciado, pelo imperador Pedro I, com o título de marquês. Dois de seus irmãos também receberam títulos: Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Costa e Gama, barão de Juparanã; e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, barão de Santa Mônica.

As datas de criação da Irmandade e de seu hospital são extremamente emblemáticas: enquanto a Santa Casa foi criada a 2 de julho de 1838, dia e mês em que se inicia o ano compromissal das Misericórdias; a data do hospital é uma alusão ao aniversário natalício do imperador Pedro II. Se, no plano simbólico, a Misericórdia valenciana procura se aproximar da experiência portuguesa, no plano concreto, está mais próxima da política imperial.

A leitura de seu primeiro Compromisso não deixa dúvidas — apesar de publicado em 1875, o documento vem datado de 2 de julho de 1838 e é assinado pelo visconde de Baependi. A edição traz, ao final, uma série de documentos: auto de aprovação, com a aprovação do ordinário — no que tange ao culto — e a confirmação do Governo imperial, datada de 8 de outubro, dando o «de acordo» ao Compromisso da Irmandade. O documento vem assinado pelo regente Bernardo Pereira de Vasconcelos³.

O primeiro capítulo já demonstra a diferença em relação à atuação histórica da Irmandade da Misericórdia, da qual a criação de expostos não era atribuição. A Santa

¹ SIQUEIRA, 2013: 171.

² FERREIRA, 1925.

³ *Compromisso da Irmandade [...]*, 1875.

Casa de Valença tem por fim curar os expostos ou meninos abandonados, além das tradicionais obras de misericórdia, como curar os enfermos, socorrer os pobres encarcerados e destinar dote às donzelas órfãs ou desamparadas. Não restam dúvidas de que a criação dessa instituição procura responder à Lei dos Municípios de 1828, a qual transfere às câmaras municipais a criação e a manutenção de casas de caridade, com o objetivo claro de, pela ordem, criar os expostos, curar os necessitados, vacinar os meninos e todos os que não tivessem sido vacinados. Para tal, a instituição deveria ter um médico ou cirurgião de partido. O artigo 76, referente às rendas das câmaras, determina que não «podendo prover a todos os objetos de suas atribuições, preferirão aqueles, que forem mais urgentes», e, entre os mais urgentes, os senadores indicam a criação e educação dos expostos, dos órfãos mais pobres e dos desamparados. Entretanto, ainda ressalvam que apenas nas «cidades, ou vilas, aonde não houverem casas de misericórdia»⁴.

O enquadramento do Compromisso dessa instituição à Lei de 1828 pode ser visto em diversos capítulos; por exemplo, na definição de quem é o desvalido que será atendido em suas dependências:

Cap. XV — do mordomo do hospital

Art. 115. Todo o enfermo desvalido tem direito a ser admitido, e curado, gratuitamente no Hospital da Misericórdia. Reputa-se desvalido: 1.º aquele que por sua nímia pobreza não tiver meio algum para tratar-se na própria casa; 2.º aquele que se achar-se como forasteiro, sem parentes ou amigos, que o socorra na sua moléstia.

Art. 116. Qualquer outro enfermo, que não tenha comodidade para curar-se será admitido ao Hospital por despacho do provedor, prestando fiança, ou comprometendo-se completamente a pagar a despesa que fizer. E só por esta forma serão admitidos os escravos a tratar-se no Hospital, salvo os do Art. 20⁵.

Nesses dois artigos estão definidos os que têm acesso gratuito ao hospital, aqueles que, segundo Robert Castel, estão alijados dos laços de solidariedade primária (família) ou não têm recursos para se tratar em casa; aos outros, o atendimento se dá mediante pagamento⁶. O escravo era da responsabilidade de seu senhor — cabia a este arcar com os custos da internação. O artigo 20 refere-se ao irmão que tivesse apenas um escravo, sendo, neste caso, o irmão considerado *pobre*.

No que tange aos expostos, o Capítulo XIV, relativo ao Mordomo dos Expostos, determina que este deveria zelar pela criação da criança, encaminhá-la à criação externa, e fazer visitas inesperadas às casas das amas, a fim de verificar como a criança estava sendo tratada. O *Compromisso* obrigava a ama a levar a criança ao hospital em caso

⁴ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm>. [Consulta realizada em 06/03/2019].

⁵ *Compromisso da Irmandade* [...], 1875: 25, grifos da autora.

⁶ CASTEL, 2008.

de adoecimento, e também a não se mudar sem comunicar ao Mordomo — sendo a desobediência passível de demissão. Também cabia ao Mordomo zelar pela educação da criança a partir do momento do desmame, podendo esta permanecer na casa da ama até a idade de 6 anos, para as meninas; e 7 anos, para os meninos.

A partir dessa idade, os meninos eram obrigados a aprender a ler e escrever, além de aprender algum ofício, quer sendo encaminhados como aprendizes, sem definição do lugar, quer sendo encaminhados para alguma oficina dos Arsenais do Império. No primeiro caso, cabe à família de criação providenciar o encaminhamento; no segundo caso, cabe à Mesa providenciar o local. No caso das meninas, estas deviam, além de ler e escrever, costurar, engomar e lavar, cabendo apenas à família que as criou ensiná-las. Por fim, o Mordomo deveria garantir que as crianças fossem vacinadas.

Com relação ao cuidado com os expostos, o *Compromisso* não só permite percebermos como esta instituição responde à legislação, incluindo a preocupação com a vacinação; mas também revela a preocupação com a *utilidade* dos expostos — a criação deve voltar-se para a profissionalização das crianças.

Apesar de o *Compromisso* ser muito detalhista com relação à criação dos enjeitados, a documentação da Misericórdia de Valença é pouco loquaz quanto a este tipo de assistência.

Entre 1838 e 1857, o Hospital funcionou em prédios alugados pela Irmandade, mas desde 1842 havia projeto para a construção de um prédio específico para sua instalação. Nos anos iniciais, o pessoal do hospital era restrito a um cirurgião (Casemiro Lucio de Azevedo Coutinho), um médico (José Leopoldo Gamard), e um boticário (José Antônio de Queiroz) que fornecia gratuitamente os medicamentos. Ressalte-se que, até 1851, o hospital funcionava a expensas dos irmãos, não recebendo nenhuma verba da província. Segundo o memorialista, o «estabelecimento de Caridade de Valença fez as honras dos habitantes do município, principalmente aos coevos de sua fundação, que sem contarem com outros recursos, além de suas bolsas, empreenderam uma instituição de tanta utilidade à humanidade»⁷.

O trecho extremamente laudatório do memorialista tem por objetivo enaltecer os feitos dos homens da boa sociedade valenciana, que se empenharam na construção do prédio próprio do hospital. A construção deste foi extremamente problemática e causou enormes dissabores aos provedores que sucederam ao visconde de Baependi: quer pela contestação do Juízo dos Feitos da Fazenda da Província, que questionou o desvio do sobra da subscrição de 1842, anteriormente destinada à manutenção das tropas que seguiram para conter a rebelião em Minas Gerais, empregada na construção do hospital; quer pelo fato de o prédio novo ter ruído após a finalização das obras iniciadas em 1851 em consequência de a argamassa utilizada não ter sido de boa qualidade.

⁷ FERREIRA, 1925: 63.

Ressalte-se que a continuidade das obras em 1851 se deu graças à nova lista de subscrição, desta vez destinada diretamente à construção do prédio.

Após a inauguração do Hospital, em 1857, aparentemente não houve grandes alterações, à exceção da construção do *chalet* contíguo, onde passou a funcionar a farmácia (1886), doação do barão de Ipiabás quando provedor (1884-86). Do ponto de vista do movimento do hospital, percebe-se que, no início da década de 1880, este contava com 50 leitos, e ao final do mesmo período, sua capacidade de atendimento já havia dobrado. Para os casos de epidemia, eram abertas enfermarias especiais, como ocorreu durante a epidemia de febre amarela que grassou na cidade na década de 1890.

O processo de construção do prédio do hospital chama atenção para alguns aspectos, que nos levam em direção ao enobrecimento dos cafeicultores locais; e ao envolvimento da população local, a partir da assinatura das listas públicas de subscrição.

Com relação ao primeiro ponto, deve-se notar que, em 1838, o único a ostentar título de nobreza era o visconde de Baependi; e quando da visita do Imperador à região, em 1848, as obras e seus *imbrólios* já estavam adiantados. Decerto, a criação dessa instituição ajudou a levar ao baronato os ricos cafeicultores de Valença — se o título de barão demorasse a chegar, as comendas já os distinguiam.

O VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Diferentemente do que ocorreu no estado de São Paulo, onde a presença do trabalhador livre imigrante — sobretudo o italiano — se deu em concomitância com a presença de escravos⁸; na província do Rio de Janeiro, a potência do escravismo dominou o cenário das fazendas e ofuscou a presença, na historiografia, do imigrante nas cidades que compõem o Vale do Paraíba fluminense: Resende; Pirai; São João Marcos; Valença; Vassouras Cantagalo; e outras.

Outra diferença pode ser notada: na região da então capitania do Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa lançou mão de duas políticas distintas de ocupação das terras. De um lado, a criação de núcleos coloniais e, de outro, a distribuição de sesmarias.

Assim, na parte mais próxima à Corte, o incentivo real à imigração estrangeira formou núcleos coloniais ainda no período joanino, durante o qual as colônias de Nova Friburgo (1818-1819, famílias suíças; e 1823, famílias alemãs) e de Petrópolis (1821, famílias alemãs) se inserem na política levada a cabo pela Coroa portuguesa no objetivo de fixar o homem branco nos arredores da Corte. A criação dessas duas colônias vincula-se à política de D. João VI — com a Corte portuguesa ainda transmigrada para o Brasil —, direcionada a aumentar a presença do homem branco nas proximidades da Corte, esta com sede na cidade do Rio de Janeiro, e assim diminuir a insegurança,

⁸ MARTINS, 2007.

interpretada muitas vezes como decorrente do predomínio de negros e mulatos. Tal predomínio, na visão daqueles homens, podia propiciar um movimento separatista, aos moldes do que ocorrera no Haiti, ou simplesmente uma revolta, orquestrada por escravos e homens livres e pobres.

Outro ponto que justificou a criação de ambas as colônias pela Coroa portuguesa foi a necessidade de abastecimento do mercado interno, o que incentivou a agricultura baseada na pequena propriedade. Esses dois fatores ajudam a explicar a importância conferida à escolha da região onde os imigrantes iriam se instalar.

A vastidão de terras parcamente povoadas era uma realidade, mas para realizar os objetivos da política joanina — povoamento, comércio e agricultura para abastecimento da região da Corte — não era interessante instalar, pelo menos em um primeiro momento, imigrantes em locais muito distantes do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a região serrana próxima à Corte, se tornou o local ideal para a instalação dos colonos europeus, deixando a área mais fértil do curso do rio Paraíba do Sul para a grande lavoura, que respondia às exigências da política agroexportadora⁹.

A presença dos escravos, no início percebida como chocante pelos colonos suíços, logo é introjetada por estes, que se tornam proprietários de escravos. Tal processo foi analisado em trabalhos anteriores¹⁰, mas para os fins deste artigo citar-se-á o comentário do viajante e ministro plenipotenciário suíço, J. J. Tschudi, que percorre Nova Friburgo, em 1860, com a missão de fazer um relatório a seu governo sobre o estado das colônias suíças no Brasil: «Tratava-se de gente muito simples, arraigada ainda aos costumes da pátria longínqua, e que levava ali, entre seus 70 escravos negros, vida patriarcal»¹¹. Essa família, segundo Tschudi, já é a segunda geração dos colonos de Nova Friburgo e mantém ainda costumes que lhe foram passados pelos pais, além de se apresentar também adaptada às práticas culturais brasileiras.

Se essas são as características da ocupação da região serrana mais próxima à cidade do Rio de Janeiro, a ocupação das terras próximas ao rio Paraíba do Sul, ou Vale do Paraíba fluminense, será caracterizada justamente pela grande propriedade, voltada para a agroindústria do café — que começa a ser plantado no início do século XIX. Ou seja, a criação das vilas e cidades do Vale data das primeiras décadas de Oitocentos.

Duas regiões, na mesma província, nas quais a ocupação da terra se dá quase concomitantemente, embora respondam a políticas bem distintas. O papel do imigrante nas regiões será bem diverso: em Nova Friburgo, a presença do imigrante como pequeno proprietário será o foco da política; enquanto no Vale, sua presença será mesmo ofuscada, na historiografia, pela força do escravismo — e no caso de Valença, em especial, havia ainda a necessidade de «pacificação» dos índios coroados, conforme já apontado

⁹ SANGLARD, 2000.

¹⁰ SANGLARD, 2000; SANGLARD, 2003.

¹¹ TSCHUDI, 1980: 36.

neste artigo. Ressalte-se que, segundo o Almanack Laemmert, para 1885, a população livre em Valença, composta de brancos e libertos, era de 22 606 pessoas, enquanto a de escravos matriculados era de 31 397 — tendo havido a morte de 2921 cativos naquele ano.

O medo de uma insurreição escrava, um dos motes da criação de Nova Friburgo e Petrópolis, chegou ao Vale e, em 1841, os ricos fazendeiros de Vassouras se reuniram na *Comissão Permanente de Vassouras*, que teve, entre as medidas propostas, a imigração como uma das possibilidades de mitigar o problema da desproporção étnica na região; além do incentivo à família escrava, e outras. A segunda foi amplamente usada na região, sobretudo a partir de 1850, com a proibição total do tráfico, e conforme Ricardo Salles chamou atenção, a reprodução endógena dos planteis foi a forma de manter a mão de obra escrava em Vassouras¹².

Com relação à primeira proposta, o mesmo autor afirma que os «imigrantes não vieram»¹³. Ali não chegaram imigrantes na quantidade que São Paulo recebeu. Entretanto, como se verá a seguir, houve iniciativas individuais e construção de colônias dentro das fazendas, além de outras formas de inserção do imigrante.

A falta de estudos sobre a presença dos imigrantes na região impede maior análise, mas certamente a experiência do Vale do Paraíba fluminense foi bem distinta daquela vivenciada pela parte paulista do Vale. A iconografia abaixo reflete a vivência, já no século XX, nas colônias existentes nas fazendas, como as da Fazenda São José (1839) que pertence aos descendentes do visconde do Rio Claro¹⁴.



Fig. 1. Colônia Velha, Fazenda São José (Rio Claro, SP), ca. 1939. Fonte: Acervo particular

¹² SALLES, 2008.

¹³ SALLES, 2008: 206.

¹⁴ A Fazenda São José, adquirida em 1839, foi a primeira fazenda de Estansláu José de Oliveira, futuro barão e visconde de Rio Claro, e se localiza no município de Rio Claro, no vale do Paraíba paulista. A São José chegou a ter quatro colônias de imigrantes: Colônia Velha, Marmelo, Quadrado, Boa Vista. Atualmente, a fazenda mantém as colônias de Quadrado e Colônia Nova — esta dos anos de 1960, já construída com água encanada e banheiro.



Fig. 2. Colônia de Marmelo, 2017. Fonte: Gisele Sanglard



Fig. 3. Professoras e alunos da escola da Fazenda São José, 1930. Fonte: Acervo particular



Fig. 4. Antiga escola da Fazenda São José, 2017. Fonte: Gisele Sanglard



Fig. 5. Antiga senzala da Fazenda São José, ca. 1939. Fonte: Acervo particular

Na província do Rio de Janeiro, desconhece-se experiência semelhante àquela vivenciada em São Paulo. O que não significa que não tenha havido a presença de imigrantes trabalhando nas fazendas — nas lavouras e em outras funções. Trata-se de um tema que ainda deve ser trabalhado pela historiografia brasileira, e não cabe, nos limites deste trabalho, discuti-lo.

O historiador norte-americano Stanley Stein, em sua obra clássica *Vassouras — um município brasileiro do café, 1850-1900*, afirma que os portugueses eram o principal grupo de trabalhadores livres imigrantes em Vassouras. Eram «negociantes, médicos, advogados, professores e, num *status* inferior, vendedores, feitores de fazenda e trabalhadores habilitados ou não»¹⁵.

Roselene Martins, ao estudar a questão da presença de imigrantes em Vassouras no âmbito dos debates sobre o fim do escravismo, chama atenção para as propostas de alguns fazendeiros com objetivo de resolver a questão da mão de obra. A autora ressalta que essas ações surgem em seguida à promulgação da Lei Eusébio de Queirós de 1850, que extinguiu o tráfico de escravos. O primeiro exemplo trazido na obra é o de Felício Augusto de Lacerda, fazendeiro na freguesia de Paty do Alferes, em Vassouras¹⁶.

Em 1852 é aberto, na delegacia de polícia da freguesia, um livro de registro de imigrantes, e foram registrados 22 imigrantes portugueses, chegados pelo mesmo navio, de idades entre 15 e 22 anos, homens, solteiros (apenas um era casado) e semianalfabetos. Todos afirmando terem contrato com Felício Augusto de Lacerda. A análise do inventário de Lacerda deixa entrever a existência de casas para trabalhadores livres e senzala¹⁷.

Os outros dois exemplos trabalhados pela autora partem de informações coletadas no Almanack Laemmert, onde havia indicação de que os fazendeiros Honório Francisco Caldas, da freguesia de Sacra Família de Tinguá, e Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, da freguesia de Santo Antonio dos Ferreiros, usavam mão de obra livre em parceria com os escravos. O primeiro empregava portugueses, vindos do Porto, e o segundo empregava 20 alemães¹⁸.

As três experiências analisadas por Roselene Martins reforçam os indícios da presença de imigrantes na região de Vassouras, mas são ações individuais, que apontam a necessidade de melhor estudar este aspecto. A proximidade entre Valença e Vassouras e as características desta última permitem transportar tais indícios também para Valença. Os dados apresentados pela autora indicam ainda uma preponderância dos portugueses em face de outros grupos — o que reforça a afirmação que Stanley Stein apresentou na década de 1960.

¹⁵ STEIN, 1990: 160.

¹⁶ MARTINS, 2007.

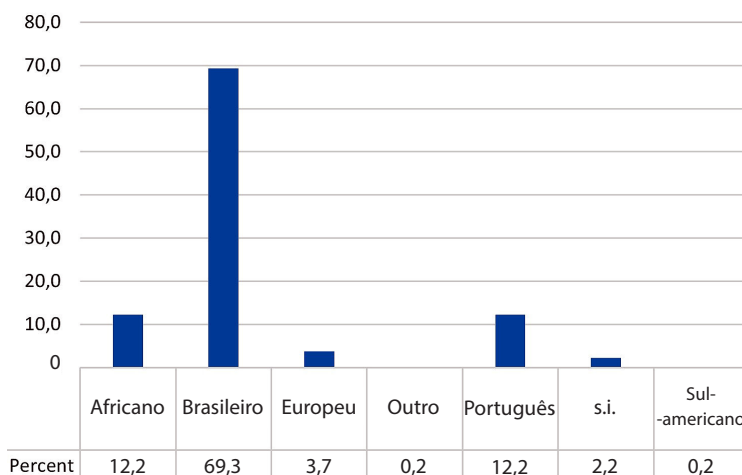
¹⁷ MARTINS, 2007.

¹⁸ MARTINS, 2007.

Se para o caso de Vassouras, a maior e mais importante cidade do Vale do Paraíba fluminense, temos poucos trabalhos sobre a presença dos imigrantes na cidade, para sua vizinha Valença¹⁹, menos ainda. Para conhecer mais sobre os imigrantes que por lá passaram, será preciso recorrer aos dados do Hospital da Santa Casa da Misericórdia local. Dados imperfeitos, uma vez que tratam apenas daqueles que não tinham condições de se tratar em suas residências.

A partir da análise dos dados levantados acerca do movimento do Hospital valenciano, dos 633 estrangeiros que lá estiveram entre 1882 e 1897, 481 eram portugueses — configurando-se também como o grupo estrangeiro predominante em Valença, correspondendo a 12% do total de doentes atendidos no Hospital da Misericórdia de Valença entre 1882 e 1894, conforme pode ser percebido no Gráfico 1. Dentre os imigrantes das outras nações europeias sobressaem os italianos e espanhóis, alguns alemães, suíços, e mesmo um dinamarquês. Dentre os sul-americanos, os chilenos, paraguaios e outros.

Gráfico 1. Nações atendidas no Hospital de Valença



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Com relação às profissões desses imigrantes, percebemos a forte presença de trabalhadores rurais (57,3%), seguidos pelos trabalhadores do comércio/especializados (17%), conforme pode ser percebido no Gráfico 2²⁰. Não é de estranhar a presença

¹⁹ A distância entre as sedes dos municípios não chega a 35 km, o que para os padrões brasileiros não é uma distância muito grande.

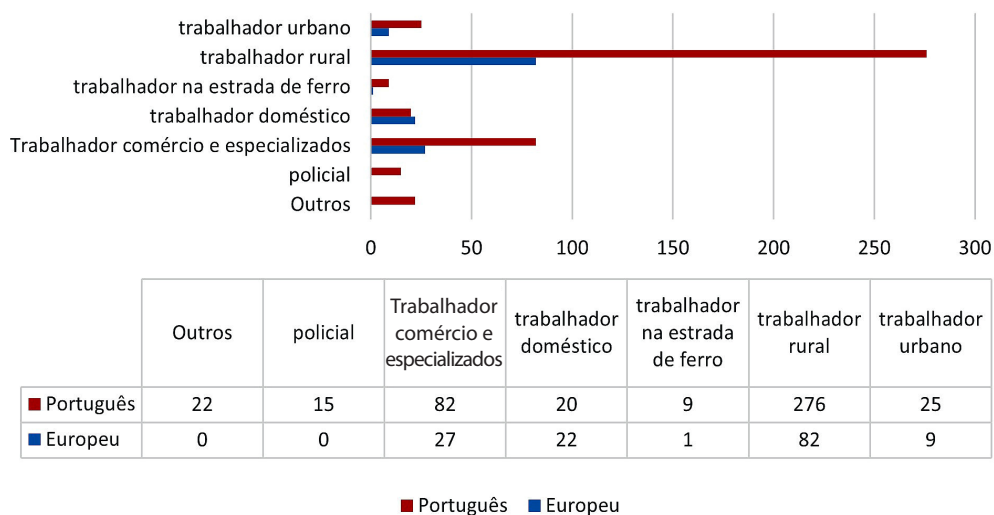
²⁰ Foram excluídos os imigrantes sul-americanos por comporem um percentual muito baixo no conjunto, não alterando a análise, mas dificultando a visualização dos gráficos. Isso servirá para todos os gráficos que se seguirão.

majoritária de trabalhadores rurais — uma vez que os dados por mim analisados fazem parte de pacientes internados no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Valença, cujo público-alvo eram os pobres da cidade. Em tese, estes recebiam menos que os trabalhadores do comércio ou especializados.

Uma ressalva deve ser feita: como se verá no Gráfico 2, há a indicação de «trabalhadores da estrada de ferro», que poderia estar misturada ao conjunto de «trabalhadores no comércio/especializados». A opção por manter esse grupo em separado, deve-se ao fato de que, no conjunto, foram 17 trabalhadores da estrada de ferro atendidos no hospital de Valença — provavelmente sua hospitalização era paga pela companhia ferroviária —, e o Almanak Laemmert aponta a existência de um médico da estrada de ferro em Vassouras. Tal dado permite uma análise especial que não cabe nos limites deste artigo.

Entre os trabalhadores no comércio/especializados e os trabalhadores urbanos incluem-se: artistas, caixeiros, alfaiates, carpinteiros, cobradores, feitores, professores, negociantes, mascates, costureiras, empregados domésticos, e outras profissões.

Gráfico 2. Profissão dos imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Com relação ao local de moradia, já foi apontada, neste capítulo, a característica das residências de colonos no interior das fazendas do vale do Paraíba paulista, tendo como exemplo a Fazenda São José, pertencente ainda hoje aos descendentes do visconde de Rio Claro. O que os dados aqui analisados registram é o fato de que esses imigrantes, mesmos os trabalhadores rurais, moravam nos núcleos urbanos: 40% dos pacientes indicaram morar em Valença — uma denominação vaga, que podia designar tanto a freguesia urbana quanto as rurais ou as fazendas. Entre os portugueses, o maior contingente de imigrantes,

dos 481 pacientes desta nacionalidade 151 (30,4%) afirmam morar em Valença. Os outros 59,6% residem principalmente nas sedes das freguesias — quer urbanas (Santa Tereza, 20), quer rurais (Desengano, 28, atual Juparanã); Santo Antônio do Rio Bonito (23); São José das Táboas (21); Conservatória (11); São José do Rio Preto (10) — ou em cidades vizinhas, como Vassouras (4), Barra do Piraí (15; 31,8 km) e Rio das Flores (13; 17,8 km), ou mais distantes, como os municípios mineiros de Paraíba do Sul (11; 86,3 km) e Leopoldina (6; 187,6 km). Poucos foram aqueles que indicaram uma fazenda como local de residência.

Com relação a esses portugueses que informaram morar em outros municípios, supõe-se que, na maioria dos casos, estivessem de passagem por Valença e não fossem lá residentes, tendo necessitado de atendimento médico enquanto estiveram no local. A exceção ocorre para os casos de Barra do Piraí e Rio das Flores, que não tinham hospital no período aqui estudado, logo podiam ter recorrido ao hospital por motivo de doença — hipótese que as fontes não permitem comprovar.

IMIGRAÇÃO E AS DOENÇAS DOS IMIGRANTES

Diferentemente dos escravos, cuja assistência médica era feita nas fazendas, quer pelos médicos de partido²¹, quer por um boticário, ou até por transferência para alguma fazenda em que houvesse recursos; no caso dos imigrantes, estes deviam, em caso de necessidade, procurar assistência médica por conta própria, pagando um curandeiro ou mesmo se dirigindo à Misericórdia, caso não pudessem pagar pelos serviços de médicos e/ou boticários.

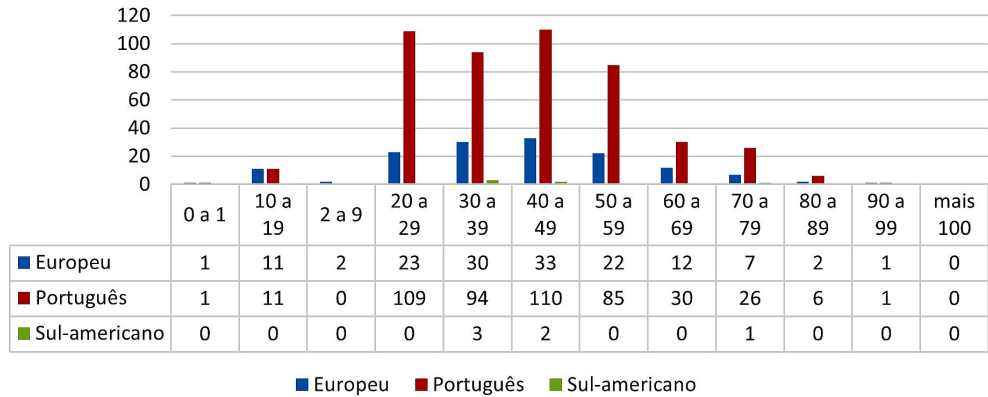
É o universo desses homens que as fontes permitiram descortinar e conhecer um pouco.

Os imigrantes que precisaram recorrer ao hospital de Valença eram, em sua maioria, jovens — entre 20 e 40 anos — que precisavam melhorar para voltar ao trabalho. Estavam, assim, no auge de sua capacidade laborativa. Eram majoritariamente solteiros²²: 66,7% dos portugueses eram solteiros; 26,4% casados; e 6,6% viúvos — a diferença, 0,3% era de menores de 10 anos. Tais dados, que podem ser visualizados nos gráficos a seguir, não diferem muito do panorama traçado para Vassouras.

²¹ BARBOSA, 2014; PROENÇA, 2017.

²² A análise será concentrada nos portugueses, por serem estes majoritários no hospital. Além disso, os dois outros grupos, europeus em geral e sul-americanos, seguem a tendência anotada para os portugueses.

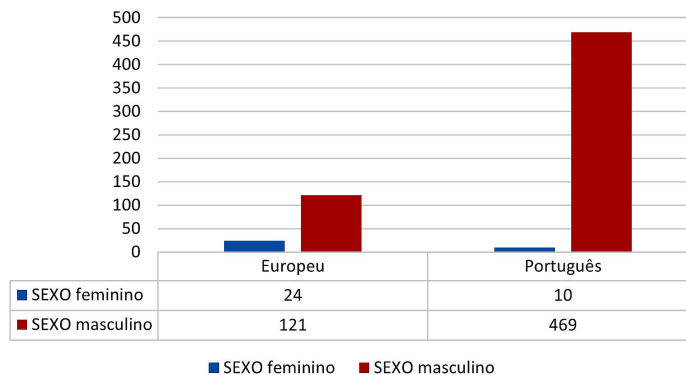
Gráfico 3. Faixa etária dos imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Outra característica deste grupo é o fato de ser formado principalmente por homens — entre os portugueses, 97,5% dos atendidos eram homens, e 2% mulheres; e entre os outros europeus, a proporção é um pouco menor: 82,8% eram do sexo masculino, 16,4% do sexo feminino. A diferença percebida em ambos os grupos, dá-se ao número de casos em que o sexo do paciente não foi indicado no livro.

Gráfico 4. Emigrantes por sexo

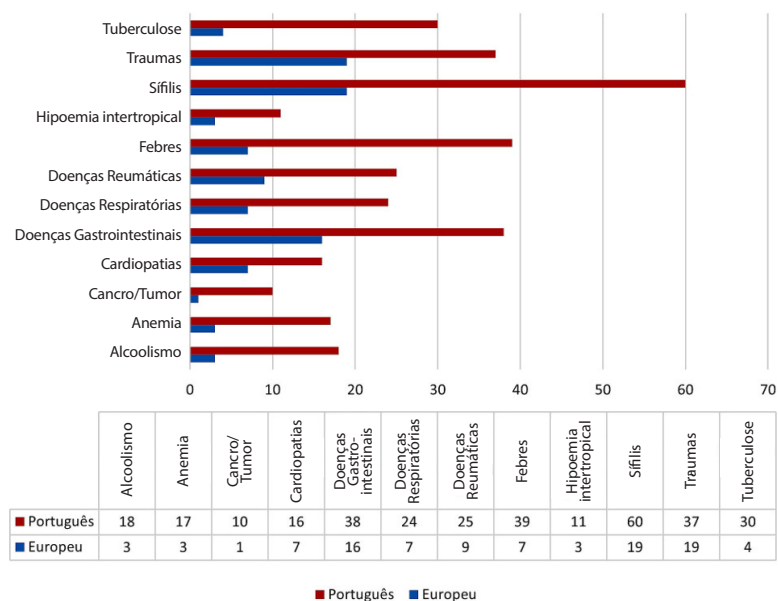


Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

No que tange às doenças que os levaram ao hospital, percebe-se a grande incidência das doenças venéreas em geral, e da sífilis em particular. Em seguida, vê-se a incidência das febres, doenças gastrointestinais e traumas. No que se refere às febres, em 1890 ocorreu uma epidemia de febre amarela, o que certamente impactou o número

de casos de *febres* entre os imigrantes; já com relação aos traumas, estes são descritos das mais diversas formas: podem significar uma briga ou mesmo contusões consequentes ao trabalho na roça.

Gráfico 5. Principais doenças entre os imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Ainda sobre as doenças, é preciso chamar atenção para os casos de anemia e hipoemia intertropical — nome que a nosologia recebeu do médico brasileiro Cruz Jobim, em 1835. Mais tarde, comprovou-se que a hipoemia intertropical de Cruz Jobim nada mais era que uma verminose, também conhecida como opilação, amarelão ou ancilostomose, que tem como uma de suas formas visíveis a fraqueza do indivíduo, causada por anemia²³. Não é possível afirmar que os casos de anemia fossem todos causados pela infestação de helmintos, mas certamente os casos descritos como hipoemia intertropical também estavam anêmicos — o que certamente aumenta a quantidade de pacientes que tinham na anemia a principal doença que os levou à internação. Apenas no século XX, quando o ciclo da doença foi totalmente descrito, é que se procurou combater a principal forma de infestação da doença: o hábito do homem do interior de andar descalço, uma vez que o verme se introduz através do pé.

²³ EDLER, 2011.

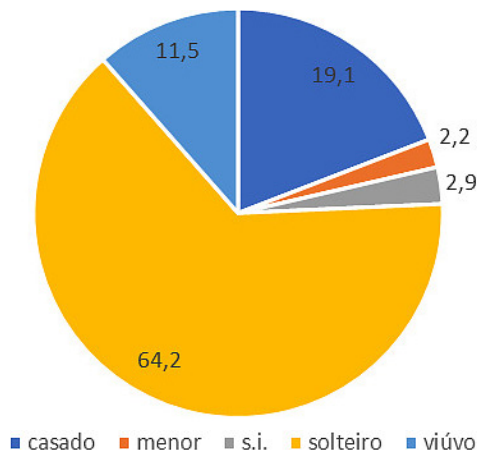
Outras duas doenças falam sobre as condições de vida e de trabalho desses homens: os distúrbios gastrointestinais e a tuberculose. A primeira fala sobretudo da alimentação ou da má alimentação; enquanto a segunda fala diretamente da habitação e das condições de vida em geral: muitas horas de trabalho, má alimentação, moradia insalubre.

Por fim, chama atenção o alto índice de alcoolismo, que, associado às más condições de vida, ajuda a propagação de doenças como a tuberculose.

Para finalizar este artigo, retoma-se a relação entre imigração, pobreza e doença. É certo, como afirmou José Roberto do Amaral Lapa, que não se deve confundir imigração ou escravidão com pobreza, uma vez que nem todo imigrante era pobre e nem todo escravo e/ou liberto era pobre²⁴. A doença era um fator desagregador para esses indivíduos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviverem — principalmente aqueles que não tinham família.

Este é o grupo majoritário no hospital de Valença: homens jovens e solteiros. O percentual de solteiros é de 64,2%, contra 19,1% de casados, e 11,5% de viúvos — conforme fica demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6. Estado civil dos imigrantes



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

Os percentuais dos imigrantes são um espelho da população total do hospital. Entre os portugueses, 66,7% são solteiros, contra 26,4% de casados e 6,65% de viúvos. A tendência se mantém se analisarmos os pacientes estrangeiros no hospital, onde 65,8% são solteiros, seguidos de 27,9% de casados e 6,85% de viúvos — conforme demonstrado no Gráfico 5 deste artigo.

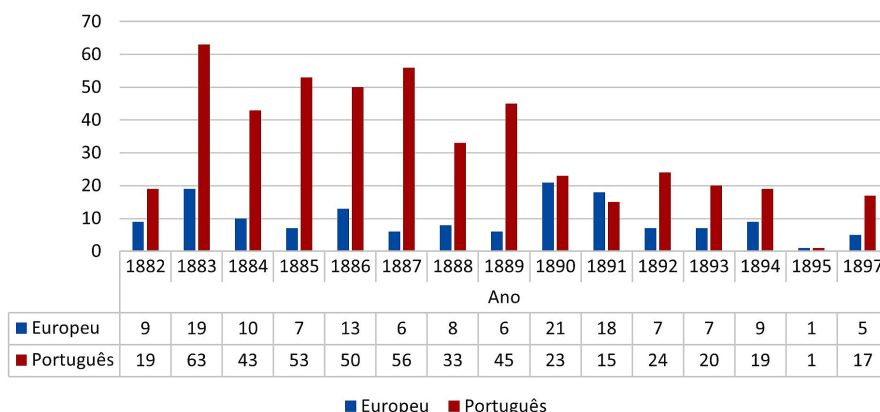
²⁴ LAPA, 2008.

Pode-se afirmar que esses imigrantes que precisaram recorrer ao hospital para aliviar seus males causados pela doença beiraram a pobreza²⁵ e precisaram da caridade alheia para recobrar suas forças e voltar ao trabalho.

A grande questão suscitada pelos dados analisados se encontra no que se refere à diminuição da presença dos imigrantes a partir do ano de 1887. Exatamente um ano após a promulgação da Lei do Sexagenário (1886), que dava liberdade aos escravos com mais de 60 anos — muitos destes, em razão da idade, precisaram recorrer ao hospital, que passou a oferecer mais leitos. Já eram 100 leitos.

Nota-se maior presença de negros, enquanto a presença de imigrantes decaiu gradualmente a partir de 1887, com pequena recuperação dos portugueses em 1889; então, onde eram atendidos estes imigrantes?

Gráfico 7. Presença imigrante por ano



Fonte: SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes, 1882-1897*. Tabulação própria

A pergunta formulada acima só pode ser respondida a partir de uma hipótese, uma vez que não há estudos acerca da imigração na região. Como já foi dito, com a falência das fazendas de café, causada pelo esgotamento do solo²⁶, pelo envelhecimento da mão de obra e pelo endividamento dos fazendeiros²⁷, muitos cafezais foram substituídos pelo gado — sobretudo voltado para a indústria de laticínios. A criação de gado exige muito menos mão de obra que os cafezais. Pode-se também supor que as jornadas tenham ficado menores do que antes.

²⁵ A pobreza no período aqui estudado não é mensurada pela capacidade econômica do indivíduo, mas por um conjunto de variáveis — ser solteiro, ser viúva com filhos, estar doente, entre outras —, como Daiane Rossi chamou atenção. ROSSI, 2019.

²⁶ PÁDUA, 2004.

²⁷ PÁDUA, 2004.

Acrescente-se, nesse cenário, o fato de o imigrante ter deixado sua terra em busca de melhores condições de vida. Ele não estava preso ao solo, como era o caso do escravo, que pela condição servil tinha mobilidade reduzida ou inexistente. O imigrante podia se tornar facilmente um migrante, que percorria o Brasil em busca de melhores condições de trabalho. Essa parece ser a descrição que melhor se enquadra à trajetória do italiano Achilles Miglioli no Brasil.

Miglioli deixou a cidade de Mantova, na Emilia Romana, na década de 1880 e fixou-se no município de Resende, no Vale do Paraíba fluminense. Casou-se por procuração, a 27 de outubro de 1889, com Maria Beatriz Nicolini, natural de Guastalla, cidade também pertencente à Emilia Romana e fronteira à Mantova. Achilles e Maria Miglioli tiveram oito filhos, e o lugar de nascimento destes nos dá uma pista da circulação do casal pelo já antigo estado do Rio de Janeiro: José nasceu a 24 de maio de 1896, no distrito de Resende de Porto Real; Júlio nasceu, dois anos depois, em Vassouras; Amélia, a 5 de março de 1904, em Brotas, São Paulo; e Maria Rachel, a 23 de dezembro de 1910, em Resende.

A distância entre Porto Real e Vassouras é de 100 km. Já entre Vassouras e Brotas, cidade ainda no Vale do Paraíba paulista e vizinha a Rio Claro, é de 591 km. E o casal percorreu outros 486 km para voltar a Resende.

A mobilidade de Achilles encerra-se a 20 de junho de 1948 em Niterói (174 km de distância), capital do antigo estado do Rio de Janeiro, onde estava registrado como operário.

Enfim, majoritariamente formado por homens jovens e solteiros, o público do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Valença é um retrato do momento histórico que está sendo estudado — e no caso deste artigo, os anos finais da abolição da escravidão e os iniciais da República e da pós-Abolição, quando a memória do cativo ainda era forte. A presença do imigrante, e mesmo a diminuição da imigração, exige que a historiografia se debruce sobre este grupo pouco enxergado na região. Mesmo que sua presença não tenha sido muito significativa, eles estiveram por lá e precisaram dos socorros da Santa Casa da Misericórdia para vencer um período mais difícil.

FONTES MANUSCRITAS

Santa Casa da Misericórdia de Valença (Acervo/INEPAC)
SCMV — *Livro de entrada e saída de pacientes*, 1882-1897.

BIBLIOGRAFIA

- «ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885». Rio de Janeiro: Laemmert & Co., 1885.
- BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira (2014) — *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Tese de doutorado.
- CASTEL, Robert (2008) — *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Ed. Vozes.

- COMPROMISSO da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Valença — província do Rio de Janeiro (1835). Rio de Janeiro: Tipografia, 1875.
- EDLER, Flávio Coelho (2011) — *Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz Editora.
- FERREIRA, Luiz Damasceno (1925) — *História de Valença (estado do Rio) 1803-1924*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Poggetti & Co.
- LAPA, José Roberto do Amaral (2008) — *Os excluídos – contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo: Edusp.
- MARTINS, Ana Luisa (2004) — *História do café*. São Paulo: Editora Contexto.
- MARTINS, Roselene de Cássia Coelho (2007) — *Colonização e política: debates em torno do fim da escravidão em Vassouras 1850-1888*. Vassouras: Universidade Severino Sombra. Dissertação de mestrado.
- PÁDUA, José Augusto (2004) — *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PROENÇA, Anne Thereza de Almeida (2017) — *Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Dissertação de mestrado.
- ROSSI, Daiane Silveira (2019) — *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 2015. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. Tese de doutorado.
- SANGLARD, Gisele (2000) — *Nova Friburgo: entre a gênese bíblica e o iluminismo português*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de mestrado.
- (2003) — *De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes*. «História, Ciências, Saúde — Manguinhos», vol. 10, n.º 1, p. 173-202.
- SALLES, Ricardo (2008) — *E o Vale era escravo – Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SIQUEIRA, José Jorge (2013) — *Transformações rumo ao capitalismo no vale do Paraíba Fluminense e o papel determinante da questão cultural para explicar o novo lugar do liberto da escravidão*. In SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge, org. — *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Faperj, p. 161-180.
- STEIN, Stanley (1990) — *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TSCHUDI, Johann Jakob von (1980) — *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.

MIGUEL TORGA E OS REFLEXOS DA EMIGRAÇÃO. PERIGO E LIBERDADE EM *O SENHOR VENTURA*

CARMEN MATOS ABREU*

Resumo: *A busca de prosperidade, económica e social, sempre constituiu o móbil fundamental do fenómeno migratório, mobilidades físicas e emocionais que cruzam o inesperado, vitórias e derrotas, incapazes de abalar o orgulho daqueles que partem. O sonho de ascensão social lidera a aventura, desamarrando laços sentimentais e prometendo fortuna e felicidade, tal como aconteceu ao herói de O Senhor Ventura, de Miguel Torga. Quando em meados do século XX português a Literatura descrevia quadros de vida, onde se incluía o espírito aventureiro da identidade portuguesa além-fronteiras, o herói torquiano sociabilizou-se e transformou-se integrando novas estruturas sociais e pondo à prova os seus amplos rasgos de inteligência, tenacidade e pronto desembaraço, registando ainda o obstinado empenho e aventureirismo português — traços psicológicos da identidade nacional que jamais foram desmentidos.*

Palavras-chave: *Miguel Torga; Senhor Ventura; Emigração século XX; Mobilidades.*

Abstract: *It's commonly known that the central motive of the migratory phenomenon has always been to attain prosperity and economic and social well-being. Those who depart frequently face unexpected physical or emotional disturbances, some victories, and defeats, unable to shake their pride. Untying sentimentalisms and promising fortune and happiness, the dream of social rising always invites to the adventure, such as happened to the hero of the novel O Senhor Ventura, by Miguel Torga. In the middle of the 20th century, the Portuguese Literature described pictures of real life, including the adventurous spirit of the Portuguese identity beyond borders. By taking part in some new societal structures in the Orient and demonstrating his ability of intelligence, tenacity, and readiness, the torquian hero became socialized and self-transformed, confirming the persistent Portuguese commitment and adventurism — after all, psychological features of the Portuguese identity that were never denied.*

Keywords: *Miguel Torga; Senhor Ventura; 20th century immigration; Mobilities.*

Em tempos em que as ofertas mediáticas, da palavra escrita ou verbalizada, e da imagem, estavam longe de imaginar a atual rede digital da chamada Era da *Big Data*, divulgadora pela palavra e imagem, no aqui e agora, dos mais diversos tipos de fenómenos sociais, ou outros a nível planetário — para já não se referir interplanetário —, a mobilidade de pessoas decorria, fundamentalmente, de um processo lento e anónimo, apenas dele tomando conhecimento aqueles que, de muito perto, se relacionavam com o(s) emigrado(s), em solo pátrio ou estrangeiro. As notícias eram transmitidas por via oral ou mensagem escrita, por amigos ou portadores que percorriam distâncias a pé, a cavalo ou de barco, quando a geografia assim o exigia, e permitia.

* CITCEM/FLUP, Portugal; G-ACERVOS, Univ. Fed. Bahia, CNPq, Brasil. Email: carmen.m.abreu@gmail.com.

No tema Mobilidades, fenómeno social que sempre acompanhou a Humanidade, estando particularmente em causa as ocorrências de expressão individual ou coletiva, e a partir das mais variadas motivações ou imposições locais ou intralocais, nacionais, internacionais ou transacionais, no processo é maioritariamente o indivíduo quem recebe o enfoque, com agregadora vantagem de objetivos e consensos ou, no seu oposto, vítima dos mesmos, quer sejam físicos, psicológicos, materiais ou imateriais. Porém, não nos iremos referir às novas tintas tipológicas que tão vivamente vão colorindo uma parafernália de sistemas e meios que substantivam o atual paradigma da mobilidade humana, a já chamada Era das Migrações — conforme referido neste Colóquio por Diego Ramiro Fariñas —, mas antes ao ousado fenómeno de emigração que lhe é anterior, ou seja, àqueles que partiam à aventura entregues aos perigos do acaso e buscando no destino o conforto sonhado dentre a liberdade e a prosperidade que não encontravam em solo pátrio. Neste âmbito, na obra *Portugal pelo Mundo Disperso*, Eduardo Lourenço inicia a *Introdução* com uma generalizada, mas muito interessante descrição do emigrante português. Lê-se assim:

Os portugueses foram, desde muito cedo, cativados pela ideia de horizontes mais vastos do que os oferecidos pela sua terra de origem. A própria localização geográfica de Portugal, na encruzilhada de rotas muito antigas, andadas por muitas e variadas gentes de muitas e variadas proveniências, terá contribuído para que sentissem o apelo da partida, por ímpeto aventureiro e de descoberta ou, mais prosaicamente, por necessidade de sobrevivência e procura de condições de vida mais favoráveis¹.

Na novela *O Senhor Ventura*, vinda a público há 75 anos, percebe-se que todos estes fatores subjazem à razão da mobilidade do herói, que o imaginário de Miguel Torga magistralmente registou.

Mas antes de passarmos para uma abordagem mais incisiva acerca da narrativa proposta, será útil recordar-se que a escrita de Miguel Torga, iniciada na segunda década do século XX e distendida até aos anos 70 do mesmo, atravessa o «século de todas as suspeições, [o que] faz de Torga um ser literário [...] [que] dá a ler na sua actividade de escrita uma tentativa de resposta às fragmentações e estilhaços»², palavras de Helena Carvalhão Buescu, o que confere ao trabalho literário de Torga, ainda no dizer da mesma académica, um projeto existencial³. Lançado um olhar sobre o ensaio *Miguel Torga et la passion du dehors: une poétique de la relation*, referindo-se aos imensos percursos que preenchem as narrativas torguianas, Marie Graciete Besse elenca alguns traços caracterizadores das obras deste escritor:

¹ LOURENÇO, 2013: 11.

² BUESCU, 2005: 254.

³ *Vd.* BUESCU, 2005: 254.

*sites mystérieux, légendaires, riches de références culturelles, des lieux périphériques et parfois sublimes, la grisaille du quotidien et de l'anonyme, le récit méticuleux d'expériences, de rencontres, de signes improbables, ainsi qu'une lucide réflexion sur l'être individuel et collectif*⁴.

Não será possível negar-se que a leitura de *O Senhor Ventura* nos deixa facilmente perceber que todos estes enfoques preenchem o texto, publicado em 1943, quando um novo panorama ideológico se começava a afirmar, também na Literatura que dava já os primeiros passos na recuperação do Realismo Literário deixado para trás nos finais do século anterior. E assim sendo, o Neorrealismo, «um movimento político empenhado em soluções transformadoras da sociedade portuguesa, cuja dimensão teórica apresentava como traço essencial uma perspectiva totalizante dos problemas e das soluções»⁵, foi o primado estético que enformou a maior parte do trabalho literário torguiano, geralmente espelhando uma contundente crítica social. As complexidades que claramente se conformam em *O Senhor Ventura*, considerado por muitos críticos literários como o primeiro trabalho de ficção relativamente longo e independente de Miguel Torga⁶, vão encontrando soluções para cada circunstância, até que finalmente a morte detém o protagonista, convertendo-o em herói-trágico⁷. Tendo este escritor, a partir de 1929, sido colaborador da revista «Presença», cuja orientação abandonava os cânones literários até então normativos para abraçar a liberdade temática, em que o ser individual e a vertente de estrutura psicológica passaram a ocupar o centro da atenção narrativa, não admirará pois que esta trama expresse, com reconhecida energia, o firme propósito de análise do quadro social daqueles que emigravam, a par de uma dinâmica doutrinária baseada nas causas e efeitos que nela se espelham.

Entretanto, e sem pretendermos desviar a nossa atenção do tema «Mobilidades» a que este texto obedece, permitimo-nos tecer um breve apontamento acerca do carácter picaresco do Sr. Ventura, teorização muito presente na crítica literária deste romance. Se acima já consideramos o protagonista como herói-trágico, poderá também ser analisado como anti-herói, desta vez emoldurado noutra figura literária, a do herói picaresco. Personagem de estatuto social que o afasta por completo do ideal cavalheiresco, para ultrapassar as dificuldades com que se depara num irrequieto percurso de viandante, e sempre eivado pela ânsia de ascensão social, este protagonista alheia-se de exemplaridades, põe em prática ilegalidades, astúcias e patifarias, sumariamente, incorre em todo o tipo de acometimentos imorais. Mas declinaremos demais considerações neste âmbito,

⁴ BESSE, 2009: 66.

⁵ PITA, 2002: 16.

⁶ *Vd.* SEIXO, 2009: 85.

⁷ A personagem Sr. Ventura é também considerada um mito por José-Augusto França: «E que história a sua! — pícara, ingénua, maliciosa, safada, trágica, ao fim, porque em tragédia sempre morrem os mitos». FRANÇA, 1986: 86.

convocando as elucidativas palavras de Maria de Fátima Marinho quando, num texto escrito em francês acerca das figuras picarescas de Miguel Torga, refere:

Dans cette atmosphère de légitimation du non-héroïque — c'est-à-dire de personnages dont les actes et les sentiments n'ont rien ni d'exemplaire, ni d'élevé — il est aisé de convoquer la figure picaresque du fripon, telle que la tradition littéraire l'a consacrée. Partant du principe que le type picaresque met à jour tout ce que l'homme recèle de plus négatif et qu'il représente, inévitablement, un homme du peuple — incarnation exemplaire de l'anti-honneur et de l'ascendance douteuse, dotée de caractéristiques qui parviennent à subvertir les codes orthodoxes de conduite, lui conférant un statut social improbable — il n'est sans doute pas impertinent de penser aux personnages de la plupart des contes — et surtout à Monsieur Ventura (Senhor Ventura), protagoniste de la nouvelle homonyme, comme à des types picaresques, nonobstant l'absence de la confession imaginaire, traduite par l'emploi de la première personne de narration⁸.

É consabido que no tempo narrativo em que este romance torguiano se situa, estava em curso uma moldura de renovação de pensamento. Perante o descontentamento social pela falta de respostas ou soluções condignas à sobrevivência, motivado ainda pela repressão política, a fuga à realidade tornou-se o grande desafio de muitos cidadãos, e a obra *O Senhor Ventura* cumpre a função metonímica refletora do processo epocal de emigração, quando a liberdade, individual ou coletiva, era condição administrativamente recusada. Através de meios completamente alheados da vasta oferta que o atual mundo globalizado organiza, quer em termos de comunicação, quer de locomoção, quer de transferência e aceitação do indivíduo para outro país, os Senhores Venturas do século XX que se lançaram no projeto de mobilidade geográfica, quer por autodeterminação, quer por força do exílio, e com expressiva insistência nos anos 60, igualmente conheceram e deram forma a um processo de oscilação demográfica. E neste percurso, sendo que nem sempre a inclusão social lhes foi proporcionada, calcula-se que com frequência terão recebido, com dolorosa surpresa, a ostracização que não desejavam, e seguramente que terão experimentado o ousado impacto de «estrangement from the origin — disjointedness, disparity, decentralization, and marginality»⁹, conforme se lê na obra *The Semiotics of Exile in Literature* quando H. Zeng aborda e analisa as dificuldades sentidas pelos exilados. Mas também Miguel Torga deixa inequívocos reflexos desse estágio de desconforto e instabilidade quando, a partir de uma viagem por França, expressa no *Diário*, e a partir de «Lião, 25 de Agosto de 1970», o sentimento recolhido diante de fluxos migratórios de portugueses a tentarem obter autorização de permanência

⁸ *Vd. MARINHO, 2009: 113-114.*

⁹ *ZENG, 2010: 33.*

no país de acolhimento aventando a hipótese, e por comparação às descrições dos reais cronistas da *História Trágico-Marítima*, de algum daqueles emigrados poder «um dia ser o cronista capaz da História Trágico-Telúrica que viveu, por todas as razões — de tempo e de lugar — mais dilaceradamente ainda do que a outra»¹⁰:

*O drama da emigração... Aqui o tenho diante dos olhos, maciço, brutal, irremediável, a transbordar de exígua sala do consulado de Portugal e a indignar a vizinhança, ciosa do seu sossego, da sua higiene, dos seus ouvidos e do seu olfacto... É um enxame de aflições num cortiço burocrático, onde o zumbido dói no coração, e a imagem da pátria se reduz a um passaporte que permita viver em liberdade e fartura longe dela. O cônsul descreve, os jornais relatam, os filmes documentam, eu próprio posso agora testemunhar*¹¹.

Se nos referirmos às novas expressões de fórmulas sociais, aquelas que vão sendo configuradas pelos milhares de cidadãos, de escolaridade geralmente superior, nos seus projetos migratórios vão ocupar quadros empresariais ou outros nos mais diversos países, enquadramento que seria inimaginável há algumas décadas. À partida, e aceitando-se a regra geral, no atual sistema de mobilidade o cidadão é amparado, norteado e isentado do desconforto de desagradáveis incógnitas que o possam aguardar. Por outro lado, e concomitantemente, continuamos a assistir à infeliz diáspora de outros tantos milhares de cidadãos que, atravessando fronteiras terrestres ou marítimas, se submetem à fragilidade do elevado risco de aniquilação, cidadãos que afinal mais não almejam do que fugir à guerra ou à penúria social. Será de considerar que na época ficcionalmente retratada por Miguel Torga, logo à partida também as volubilidades migratórias imergiam nesse risco de o cidadão partir à descoberta na luta com o desconhecido, figurinos sociais e suas representações que nos deixam a refletir acerca dos fenómenos de repetição segundo o enquadramento epocal.

Socorramo-nos, entretanto, de um breve apontamento biográfico de Miguel Torga, que consideramos de grande utilidade à compreensão das suas opções literárias — afinal, sempre de difícil desvinculação do pensamento narrativo. Irá perceber-se que, como cidadão, as inquietações deste escritor decorrem também do conhecimento que ele próprio experienciou quando se viu forçado a emigrar, ainda que em circunstâncias dissemelhantes das da sua personagem em análise. Foi aos 13 anos que Torga se deslocou para Minas Gerais, Brasil, onde permaneceu durante cinco anos na fazenda de um tio paterno. Porém, não se tendo integrado adequadamente no seio destes familiares, e na medida em que efetuou alguns estudos em Leopoldina com reconhecido êxito,

¹⁰ TORGA, 2011a [1995]: 224.

¹¹ TORGA, 2011a [1995]: 224.

o tio entendeu por tal que o deveria repatriar, mas com a recompensa do pagamento dos estudos em Coimbra, a maneira de o ressarcir dos anos de trabalho que despendeu na sua fazenda. E por que assim foi, desde cedo Miguel Torga também conheceu as agruras e os efeitos do desenraizamento natal, dos efeitos da mobilidade geográfica, da inadequação ao novo meio, experiências que naturalmente ampliou nas páginas ficcionadas com relatos de situações análogas às que auscultara no terreno¹². Atente-se, então, como ao referir-se à personagem Sr. Ventura o autor escreveu no 1.º capítulo da obra:

Encho-me da lembrança mágica do senhor Ventura, que nenhuma razão impediu de correr as sete partidas que chamam em vão por cada um de nós. Na sua figura ponho a realidade do que sou e a saudade do que podia ser. Entrelaço no desenho do seu nome quando a imaginação me pede de distância e de perigo. Vivo nele. E, enquanto dura a memória dos seus passos, sinto-me tão verdadeiro que quase sou feliz¹³.

A demanda do Sr. Ventura foi arrojada. Projetando-o até ao continente asiático, onde se demora em Macau, Pequim e no deserto de Gobi, este português de Penedono, aldeia alentejana onde viveu como guardador de gado até aos 20 anos, iniciou em Lisboa o longo périplo que o esperava. Contudo, não foi sem nostalgia que partiu. Segundo o narrador, «passado o momento de fraqueza, o senhor Ventura, ao mesmo tempo que tinha pena de não ficar, sentia pressa de partir»¹⁴. Mergulhado e enleado na cegueira

¹² Posto isto, não pretendemos insinuar, e jamais defender, que o romance em análise pretenda ser autobiográfico. Não é esse o nosso entendimento. Miguel Torga era um observador perspicaz do mundo que o rodeava, e como a escrita ficcional se alimenta de episódios da Vida, também neste texto se poderão facilmente estabelecer nexos narrativos com a vida do próprio autor — porém, e salvo melhor opinião, sem justificação literária capaz e justificadamente aceitável. Da longa teorização numa obra já com alguns anos, de Clara Cabbré Rocha, aplicada ao trabalho de Miguel Torga acerca desta matéria, retiramos apenas uma breve citação que, e tão-somente, acreditamos que seja suficiente para clarificar o nosso entendimento: «Acontece por vezes que, ao percorrer uma narrativa, o leitor tem fortes razões para identificar a história vivida pela personagem com a do autor (quer por comparação desse com outros textos, quer a partir de semelhanças significativas, quer ainda fundamentando-se em informações exteriores ao texto). [...] A verdade é que, apesar disso, tal texto não é uma autobiografia, já que esta exige em primeiro lugar a identidade autor/narrador/personagem assumida ao nível da enunciação, e só secundariamente pressupõe a semelhança produzida ao nível do enunciado». *Vd. ROCHA, 1977: 108.*

¹³ TORGA, 2003b [1943]: 9.

¹⁴ TORGA, 2003b [1943]: 10. Um século antes, também Júlio Dinis escrevia acerca desta coincidência de sentimentos — aventura e saudade — daqueles que emigravam: «Tendes reparado alguma vez nesses pobres emigrantes que, seduzidos pelos ouropéis de enganosas esperanças, saem meninos das sombras da sua aldeia e vêm, em folgada peregrinação, até ao porto de mar onde os espera o navio que tem de os levar a praias desconhecidas?»

Antes de verem o oceano, essas imprevidentes crianças vinham alegres, riam, cantavam, sem saudades da sua terra, sem terrores do futuro e suspirando só pelo fim da jornada, que a sua impaciência alonga desesperadamente. Mas, à vista do mar, dessa imensidade de águas que nunca tinham sonhado; à vista do navio, essa movediça habitação, que por muito tempo vai ser a sua; quando lhes dizem que têm de perder-se como um ponto naquele horizonte vago, indistinto e solenemente monótono, ao grado daquelas ondas irrequietas, baixa-lhes ao coração uma nuvem de tristeza, corre-lhes os membros um estremecimento de receio; assaltam-nos as primeiras saudades, que são para as tristezas do desterro o que os vapores do Outono são para as cruzeiras do Inverno, chama-os então da aldeia que abandonaram uma voz desvanecida em que se confundem o canto das aves, o ciciar dos arvoredos e o sussurrar das fontes e dos ribeiros». *DINIS, 1992 [1870]: 78.*

da aventura, este herói partiu sem certezas, sem itinerário determinado, sem definição geográfica, sem roteiros, sem apoio de um qualquer «outro» que lhe amenizasse o percurso e mitigasse a violência do corte umbilical à família, à sociedade onde cresceu e ao espaço telúrico que o acolheu por berço, apenas dele sobressaindo «a dor da partida, e o futuro [que] parece um amplo horizonte vazio»¹⁵. Audaz no confronto com os perigos, sobrepunha-se-lhes, porém, a ânsia e o sonho de busca de liberdade. É esta aposta que leva a personagem a transitar do concreto para o abstrato por via alegórica, conferindo à obra de Miguel Torga, segundo Helena Carvalhão Buescu, o fenómeno de «“reconhecimento” identitário»¹⁶.

No cumprimento do serviço militar, a razão primeira que levou o Sr. Ventura até à capital, por irreverências baseadas em convicções várias incorreu em transgressões que o tribunal nunca conseguiu provar, e apesar de a sentença o absolver, ainda assim o Sr. Ventura recebeu guia de marcha de expatriação para Macau, servindo lá como soldado. É então durante a viagem¹⁷, quando a reflexão dá corpo à fantasia, quando a hipótese favorece o intento, quando o imaginado se adequa à grande façanha projetada ao horizonte numa aura poética conversora do mito em realidade, que o Sr. Ventura participa da certeza de que não iria cumprir os desígnios pelos quais fora exilado. Aportando a Macau,

*o senhor Ventura viu de repente toda a nebulosa viagem aberta num sol transparente. Era a liberdade inteira, a entrega do instinto e dos sentidos aos caminhos da aventura, o que todo aquele desassossego queria dizer*¹⁸.

Se no pacato e doméstico espaço entre a terra e o céu alentejanos o Sr. Ventura sonhava com a mudança, é, contudo, no movimento ondulante do longo percurso pelo mar até terras orientais que o ideal da aventura peregrina lhe começa a definir a possibilidade de uma existência verdadeiramente renascida. De resto, nesta narrativa não deixará de se reconhecer consentida analogia com o percurso sonhado pelo próprio autor. Em 3 de junho de 1987, em Coimbra e na véspera de encetar uma nova viagem pela Europa, Miguel Torga escreve assim no *Diário*:

Mais uma viagem. Mais oportunidades ao espírito e mais canseiras ao corpo. Foi sempre assim, e sempre os dois o agradeceram à vida. Um, feliz pelo acontecimento; o outro, ufano de o ter possibilitado. Espero que desta vez aconteça o mesmo,

¹⁵ ALVES, 2013: 265.

¹⁶ BUESCU, 2005: 252.

¹⁷ Se não existirem dúvidas de que todo o enredo do romance *O Senhor Ventura* também se constitui num périplo, composto de múltiplas viagens traçadas ao sabor das necessidades do protagonista, poderemos então observar esta obra, *lato sensu*, também como uma viagem, já que nela se congrega «partida, chegada, projecto, realização, caminho, travessia, finalização, retorno». *Vd. SEIXO, 1998: 12.*

¹⁸ TORGA, 2003a [1943]: 18.

já que ambos satisfazem um desejo velho, constantemente frustrado, de conhecer ao natural terras e mares por onde em tempos temerariamente me aventurei na pessoa do Senhor Ventura. Tudo está em saber se o atrevimento ficcionado se vai reconhecer no confronto com a realidade.

*Raramente o que se vê tem o fascínio do que se imagina*¹⁹.

Mas regressemos a *O Senhor Ventura*. Por calculada prudência, chegado ao Oriente o herói desta novela mantém-se por algum tempo nas hostes militares até que, considerado desertor, ingressa na marinha no mar da China onde permanece por cinco anos até se transferir para Pequim. Travado conhecimento com o Pereira, outro desertor português de origem minhota, o viandante protagonista revisita a terra-mãe sempre que o amigo, — cozinheiro por aptidão e a quem se associa no negócio local de venda de petiscos —, lhe proporciona agradáveis sinestésias através dos aromas gastronómicos que tinham ficado em Portugal. Ao mencionar que:

*o bacalhau à Gomes Sá, o chispe, o feijão com orelheira de porco, a chanfana, a meia desfeita e outras mais maravilhas do paladar passaram a ser comida em Pequim e a ter a dignidade que pelo menos tinham na sua terra*²⁰,

a narrativa proporciona o primeiro momento de destacada interpenetração e assimilação cultural, atributos que, após algumas décadas, terão certamente contribuído para a cultura de glocalização em curso, num projeto de convivências transnacionais, de tradição e continuidade da identidade portuguesa nos movimentos globais externos. E acreditamos que esta mobilidade de ícones culturais em Miguel Torga será também a razão pela qual ainda Helena Carvalhão Buescu refira que na obra deste escritor «há uma certa forma de “portugalidade”»²¹.

Mas não só os odores culinários se misturavam com os aromas locais, como ainda

*a ementa do dia seguinte era escrita numa ortografia a todos os títulos digna da Babel [...]. Mas naquele florilégio de línguas, umas escritas de cima para baixo e outras de baixo para cima, ficava tudo bem. Acontecia até que a incorreção moderava um pouco o realismo do que estava escrito*²².

Exemplificando, atente-se num dos pratos anunciados, comentado pelo narrador:

¹⁹ TORGA, 2011b [1995]: 207-208.

²⁰ TORGA, 2011b [1995]: 29.

²¹ BUESCU, 2005: 252.

²² TORGA, 2003a [1943]: 30.

RAVO DE MÃE COM VATATAS

*E este eufemismo todo por ser Páscoa. Porque nos dias do ano sem cotação no calendário, o Pereira perdia inteiramente a cabeça. Mas não deixavam de ser, entre eles e os outros portugueses desgarrados por tais paragens, como um sinal de David os dizeres grosseiros do anúncio. Eles eram, na sua letra rude e na sua sinceridade, uma imagem viva da terra rude que os vira nascer*²³.

Estes gestos simples em terras alheias, avulsos na maneira como eram transmitidos, naturalmente que terão sido responsáveis pelo diálogo cultural que brandamente se foi estabelecendo além-fronteiras, razão pela qual Isabel Alves refira que «os emigrantes transportam consigo sementes que num outro país hão-de dar frutos com um vago sabor a chão pátrio»²⁴. Sendo que o tempo narrativo está situado em meados do século XX, sabe-se que nesta época uma grande parte dos países era ainda desconhecida da maior parte dos cidadãos que habitavam o globo, e a amálgama da palavra escrita, que as ementas do Pereira apresentavam em Pequim, dentre esboços de frutos e letras de diferentes sistemas de alfabeto, não deixavam de traduzir, e anunciar, o grau cultural e de civilidade que, em termos gerais, o país de origem dos seus criadores socialmente atravessava. Crítica contundente torguiana, tecida com a mesma liberdade que a personagem Sr. Ventura experimentara, espelhando, afinal, o registo deixado no trabalho diarístico por este escritor, quando se autocaracteriza como tendo pretendido ser:

*um homem simples e prestável que não envergonhasse a espécie, um artista escravo da vocação, e um revolucionário que, com a arma da caneta e a firmeza do procedimento, contribuisse de algum modo para a subversão da ordem vigente e a edificação duma sociedade melhor*²⁵.

De resto, posicionamento também comum a outros escritores, que o escopo literário de meados do século XX afirmou, não sem indiferença a possíveis desconfortos censórios.

Foram imensas as peripécias aventureiras do Sr. Ventura. Após rixas e punições em que sempre andou envolvido, assumiu com o companheiro Pereira a travessia da Mongólia, então em guerra, para entrega de 200 camiões na China. E neste episódio romanesco uma vez mais é sublinhado o caráter façanhoso português: quando o Sr. Hughes, diretor da Ford, reuniu com os possíveis interessados na aventura proposta, na maioria americanos, para saber quem estaria disposto a assumir o contrato, relata o narrador-personagem que «Mal o homem fala em deserto, guerra e outras porcarias

²³ TORGA, 2003a [1943]: 30.

²⁴ ALVES, 2013: 268.

²⁵ TORGA, 2011b [1995]: 275-276.

assim, pareciam caracóis na concha... Nunca vi tanta cobardia junta!...»²⁶. Daí que, dentre uma multidão de americanos, apenas o Sr. Ventura e o companheiro aceitaram o perigoso desafio lançado à turba. E continua a ler-se:

— *Então o da América olhou aquela gente toda com desprezo, e disse isto: «Ninguém, não é verdade?». «Eu!», atirei-lhe à cara, com um passo em frente. «Eu e um camarada da minha terra!». [...]*

— *Olhou-me bem, e parecia não acreditar. Mas insisti: «Eu, já disse!». «All right!», respondeu-me ele então»²⁷.*

No espírito intrépido do Sr. Ventura, associado ao do colega Pereira, este talvez mais prudente do que tímido, a mobilidade geográfica afirma-se como um exercício em estímulo permanente, certificando o aventureirismo português já anteriormente afirmado ao mundo com caravelas rasgando mares e tormentas. Ambos os amigos, um do norte e outro do sul do retângulo nacional, cumprem nesta novela a completude geográfica portuguesa, denotando os seus caracteres: audaciosos, já que ambos eram desertores do serviço militar; desembaraçados, pois sempre superavam as contrariedades que os assolavam; e aventureiros, porquanto à semelhança da Fénix, partir e regressar cruzavam-se em permanente processo de regeneração e renascimento, patenteando determinação, força, persistência e resiliência.

Ultrapassadas incontáveis vicissitudes, permeadas de tiroteios, raptos, subornos, pancadaria, mortes, negócios lícitos e ilícitos, ou a perda do amigo Pereira no deserto da Mongólia, — o que deixou para trás o sonho de juntos voltarem a Portugal —, o Senhor Ventura não desiste da aventura e regressa a Pequim. Mas antes disso é a morte do amigo o primeiro grande abalo existencial, levando o Sr. Ventura a parar e a esboçar um exame de consciência, introspeção que lhe resfriou a racionalidade e avivou o lado sentimental, conforme descreve o narrador:

E pela primeira vez a sua humanidade dura teve consciência do mistério da vida e da morte, e das forças cósmicas que aproximam os homens e os fazem amar-se uns aos outros. Por que razão chorava ele o corpo exangue que lhe arrefecia nos braços? Tanta gente que vira morrer a seu lado! Mas, por mais que quisesse, não conseguia render-se à insensibilidade deste argumento. Conhecera aquele sujeito por acaso — continuava a tentar convencer-se —, sabia que se chamava Pereira, era do Minho e cozinhava bem. E nada mais. Que o distinguia, afinal, dos outros? Contudo, as lágrimas corriam-lhe em fio pela cara abaixo. O pobre do Pereira... De mais a mais sem culpa nenhuma...»²⁸.

²⁶ TORGA, 2003a [1943]: 34.

²⁷ TORGA, 2003a [1943]: 34.

²⁸ TORGA, 2003a [1943]: 48.

Eivado pelo persistente sonho da riqueza, o Sr. Ventura empreende, agora com sucesso, e no Grande Hotel de Pequim encontra a russa Tatiana, outra personagem em mobilidade geográfica, cuja atração pelo Sr. Ventura, mais física do que sentimental, ainda assim os levou ao casamento que ela rejeitava. Nasce Sérgio, a quem o pai dedicou tudo o que conseguira granjear ao longo da vida. Mas o carácter arдил e a sensualidade desregrada da vida noturna de Tatiana impediram que a união se prolongasse, embora o «instinto animal e a experiência de aventureiro»²⁹ do Sr. Ventura o elucidassem que a «carne que a sua volúpia devorava sabia ao mesmo tempo a mulher e a perigo»³⁰.

Novas investidas em negócios ilícitos expatriam o Sr. Ventura. Tendo deixado em Pequim o filho à guarda da mãe, também a fortuna para educação de Sérgio, viajou até Portugal na aventura e solidão da paisagem do transiberiano. Chegado à terra-pátria, as notícias no Alentejo trouxeram-lhe de novo o espectro da morte, a dos pais, acentuando-lhe a saudade do Pereira, de Tatiana e do filho que, já com 8 anos, a mãe remetera para Portugal espoliado da fortuna que ela esbanjara. Ainda assim, esperançado na mudança de carácter de Tatiana, e acreditando poder vingar-se de tamanhos ultrajes, já doente, e contra «todo o bom senso, era novamente o perigo e a liberdade que lhe apeteciam»³¹, sublinha o narrador. Em *A Criação do Mundo*, e referindo-se a si próprio, Miguel Torga escreve que «O homem só se descobre a descobrir. E descobria até que ponto ele [Miguel Torga] é capaz de reverter a seu favor os próprios malefícios da desgraça»³², descoberta que, entretanto, a personagem não chegou a efetuar — é que o Sr. Ventura regressa à China, mas morre logo de seguida.

No epílogo, o ímpeto de mobilidade no enredo não se detém. Sérgio, que tinha ficado internado num colégio em Lisboa antes do pai voltar a deixar Portugal, por falta de cumprimento com as mensalidades parte para Penedono com a chave da casa dos avós que o pai lhe deixara como único bem por via de sucessão. Para sobreviver, o jovem rapaz começa por guardar ovelhas na herdade alentejana onde seu pai já tinha trabalhado com a mesma idade, fechando-se um irónico ciclo familiar eivado de conformada fatalidade — escreve José-Augusto França: «Pode finalmente dizer-se que jamais um mito tão bem baptizado foi, em nome assim e fatalmente português»³³.

É inquestionável que Miguel Torga imprimiu um interessante dinamismo narrativo na novela *O Senhor Ventura*, «uma história portuguesamente verosímil, dado que somos os andarilhos do mundo, capazes em todo o lado do melhor e do pior»³⁴ — lê-se no *Prefácio*. Dentre partidas e regressos, a ânsia pela liberdade neutraliza a suspeição

²⁹ TORGA, 2003a [1943]: 62.

³⁰ TORGA, 2003a [1943]: 62.

³¹ TORGA, 2003a [1943]: 152.

³² TORGA, 1999 [1991]: 417.

³³ FRANÇA, 1986: 86.

³⁴ TORGA, 2003b [1943]: 5.

do perigo, e a mobilidade do indivíduo, cuja figura centralizadora é a personagem Sr. Ventura, distende-se ao estreito leque de personagens que compõem a trama, encerrada com a alegoria do retorno às origens, afinal, uma opção tão reconhecida no perfil do emigrante português. A pronta energia com que o Sr. Ventura atravessa continentes, oceanos e fronteiras terrestres, num intrépido investimento de mobilidade que não teme culturas, línguas ou religiões, e numa relação quase mítica com soldados, marinheiros, mercadores, contrabandistas e gente de outras práticas sociais, o todo no qual o Sr. Ventura se integra configura um espaço societal de coabitação de identidades. Na obra *A Identidade Cultural Europeia*, o caráter do Sr. Ventura parece pulsar nas palavras de Vasco Graça Moura:

*pioneiros da globalização pela descompartimentação planetária para que assim contribuimos, [...] também agentes de um diálogo intercultural que nos permite povoar o espaço da memória com essas memórias entrelaçadas do sagrado e do profano, das épocas e das realizações inesperadas, das semelhanças e afinidades, das influências e das interações...*³⁵.

Uns anos antes, a esta voz junta-se a de outro crítico literário, José-Augusto França, quando ao referir-se ao Sr. Ventura torquiano, escreveu:

Que mais português que o Ventura, na sua peregrinação, entre mortos e feridos, miséria e grandeza, amores e traições, fomes e febres, e alegrias — entre o Oriente, Tatiana e Penedono?

E aludindo de seguida a outra peregrinação, à de Fernão Mendes Pinto, segundo José-Augusto França «Do Fernão Mendes, temos por demais observado ou computado o teor informativo, em buscas biográficas que o inutilizam para aquilo que nos poderia ser útil», acrescentando que «Sem essas fraquezas históricas, o Senhor Ventura fica reduzido a si mesmo, imagem que se reflecte no próprio destino», experiência, através da qual, «na sua força quadrada de alentejano, mira-se um país inteiro»³⁶. Mas também Miguel Torga, ao referir-se ao constante fluxo migratório do povo português, corrobora nesta indelével noção que a Literatura expõe magistralmente em *O Senhor Ventura*:

é essa vocação planetária, essa inquietação dispersiva que faz do português um peregrino das sete partidas, um cidadão do mundo. Despido de pruridos raciais, uma vez em terra alheia, miscigena-se, adapta-se, integra-se, mas sem perder nunca os traços

³⁵ MOURA, 2013: 37.

³⁶ FRANÇA, 1986: 86 *passim*.

*nativos. E quando a saudade — um sentimento sem tradução efectiva e vocabular — o crucifica, regressa e retoma, na aldeia de onde saiu, o seu lugar de membro da junta ou de mordomo da festa*³⁷.

Tornou-se quase normativo que, ao longo da vida, por curiosidade intelectual ou por busca de diferentes condições sociais, os Senhores Venturas nunca se negaram a repetir experiências de mobilidade além-fronteiras. E Miguel Torga, numa fase já adiantada da sua vida, deixou-nos registo disso mesmo, que recordaremos citando um excerto do seu *Diário*, escrito em Coimbra a 21 de agosto de 1970, escrito antes de uma viagem até Itália:

*De mala feita para nova largada pelo mundo fora, sinto-me vazio, leve, como se tivesse perdido subitamente a densidade nacional. Tenho a impressão estranha de que toda a minha natureza está vaga, desocupada, cheia apenas de disponibilidade. O que não deixa de ser curioso. Dantes, atravessava sempre a fronteira com a pátria às costas. Agora, parece que a vou transpor sem nenhum carregamento. Ou, o que é melhor ainda, o levo sem lhe sentir o peso*³⁸.

Miguel Torga há 50 anos ou o Sr. Ventura há 75 anos, na busca da liberdade e indiferentes a perigos e a vicissitudes, ambos eram cidadãos em mobilidade social, ambos partiam à descoberta, e ambos eram já cidadãos mundo!...

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Isabel M. (2013) — *Palavras Migrantes: entre Willa Cather e Miguel Torga*. In CID, Teresa; ALVES, Teresa F. A.; BLAYER, Irene M. F.; FAGUNDES, Francisco C., coord. — *Portugal pelo Mundo Disperso*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, p. 259-270.
- BESSE, M. Graciete (2009) — *Miguel Torga et la passion du dehors: une poétique de la relation*. In LOURENÇO, Eduardo, *avant-propos — Miguel Torga, écrivain universel*. Paris: La Différence; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 65-80.
- BUESCU, Helena C. (2005) — *Cristalizações: fronteiras da Modernidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- DINIS, Júlio (1992 [1870]) — *A vida nas terras pequenas*. In DINIS, Júlio — *Serões da Província*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FRANÇA, José-Augusto (1986) — *O Senhor Ventura, lição pátria de ventura e desventura*. «Colóquio/ Letras», n.º 90, p. 85-86.
- LOURENÇO, Eduardo (2013) — *Introdução*. In CID, Teresa; ALVES, Teresa F. A.; BLAYER, Irene M. F.; FAGUNDES, Francisco C., coord. — *Portugal pelo Mundo Disperso*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, p. 11-16.

³⁷ TORGA, 2011b [1995]: 259.

³⁸ TORGA, 2011a [1995]: 223.

- MARINHO, Maria F. (2009) — *La figure picaresque chez Miguel Torga*. In LOURENÇO, Eduardo, *avant-propos — Miguel Torga, écrivain universel*. Paris: La Différence; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 111-128.
- MOURA, Vasco G. (2013) — *A Identidade Cultural Europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- PITA, António P. (2002) — *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português: arqueologia de uma problemática*. Porto: Campo das Letras.
- ROCHA, Clara C. (1977) — *O espaço autobiográfico em Miguel Torga*. Coimbra: Almedina.
- SEIXO, M. Alzira (1998) — *Poéticas da Viagem na Literatura*. Lisboa: Cosmos.
- (2009) — *Torga et le roman, faire de pas... dans le corps du monde*. In LOURENÇO, Eduardo, *avant-propos — Miguel Torga, écrivain universel*. Paris: La Différence; Fundação Calouste Gulbenkian, p. 81-100.
- TORGA, Miguel (1999 [1991]) — *A Criação do Mundo*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2011a [1995]) — *Diário*. Lisboa: Dom Quixote, vols. IX-XII.
- (2011b [1995]) — *Diário*. Lisboa: Dom Quixote, vols. XIII-XVI.
- (2003a [1943]) — *O Senhor Ventura*. Porto: Público. (Mil Folhas; 43).
- (2003b [1943]) — *Prefácio*. In TORGA, Miguel — *O Senhor Ventura*. Porto: Público, p. 5-6. (Mil Folhas; 43).
- ZENG, Hong (2010) — *The Semiotics of Exile in Literature*. New York: Palgrave Macmillan.

II

TRANSFERÊNCIAS
GLOBAIS: SABERES E
PRÁTICAS

ENCONTROS INTERCULTURAIS E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS. MULHERES COMO INTERMEDIÁRIAS NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS

AMÉLIA POLÓNIA*

ROSA CAPELÃO**

Resumo: *Este artigo dará atenção aos papéis das mulheres no Oriente no campo específico da transferência de conhecimento. Os processos de transferência de conhecimento e tradução cultural dependeram em grande parte das atuações das mulheres como intermediárias, como corretoras e media-neiras, apresentadas e analisadas neste artigo como agentes de circulação de conhecimentos entre diferentes mundos. Os processos de transferência de conhecimento e tradução cultural dependeram em grande parte da atuação desses intermediários. As fontes históricas usadas são principalmente europeias e incluem crônicas, correspondência administrativa e cartas de missionários. Este artigo irá, assim, indagar, com base em suportes empíricos e tendo em consideração os contextos e culturas locais, em que medida os processos de encontros culturais e a circulação do conhecimento dependeram do papel ainda não escrutinado das mulheres — europeias ou autóctones de velhos e novos mundos com os quais os europeus contactaram.*

Palavras-chave: *Transferência de conhecimento; Mulher; Expansão Ultramarina Portuguesa; Encontros Interculturais.*

Abstract: *The paper will give attention to the roles of women in the East in the specific field of transference of knowledge. Processes of transference of knowledge and cultural translation depended a great deal on the performances of women as intermediaries, as brokers and go-betweenes, presented and analyzed in this paper as agents of circulation of knowledge between different worlds. Processes of transference of knowledge and cultural translation depended in a great deal on the performances of these intermediaries. The historical sources used are mostly European and include chronicles, administrative correspondence, and letters from missionaries. This paper will thus enquire, based on an empirical basis and taken into consideration the local contexts and cultures, to what extent processes of cultural encounters and the circulation of knowledge depended on the still unscrutinised role of women — European or autochthone of old and new worlds with which European contacted.*

Keywords: *Transfer of knowledge; Woman; Portuguese Overseas Expansion; Intercultural Encounters.*

Este trabalho centrar-se-á em mulheres que atuaram como intermediárias no Império Ultramarino Português, atribuindo-lhes um papel social que tradicionalmente lhes foi negado pela historiografia dominante. Com este objetivo, dar-se-á, em simultâneo, atenção aos papéis desempenhados pelas mulheres europeias e autóctones no Oriente. Parte-se do pressuposto de que, nos processos da colonização e da construção

* UP/CITCEM. Email: apoloniaflup@gmail.com.

** CITCEM. Email: rosa.capelao@outlook.com.

de impérios na Idade Moderna, a transferência de conhecimento e a tradução cultural dependiam, em grande parte, do desempenho dessas intermediárias.

Assume-se, ainda, que nos primeiros processos modernos de colonização, as mulheres não eram apenas uma base para a reprodução da sociedade colonial. Elas também representaram importantes papéis sociais enquanto parceiras económicas e agentes diplomáticas, constituindo-se em intermediárias essenciais nos sistemas de comunicação colonial. Processos de transferência de conhecimento e tradução cultural dependiam muito das *performances* dessas intermediárias — apresentadas e analisadas aqui como agentes de produção, transferência e circulação de conhecimento entre diferentes mundos.

Para atingir os nossos objetivos, tomaremos como referência uma extensa bibliografia na qual os papéis das mulheres não são, porém, o foco central. Esta servirá de enquadramento teórico a partir do qual as fontes documentais serão analisadas. As fontes históricas são constituídas principalmente por documentos europeus (portugueses), como crónicas, correspondência administrativa e cartas de missionários, sem podermos esquecer que estamos a contemplar esses universos através do olhar do colonizador e masculino, que atribui às mulheres uma posição subordinada e periférica nos seus relatos.

A abundante literatura sobre o papel das mulheres nos mundos coloniais continua a negligenciar as mulheres indígenas como atores sociais, e seu papel imprescindível para o surgimento de novos padrões sociais e culturais nos territórios coloniais. Isto é ainda mais visível nos séculos XV e XVI, os primeiros e mais decisivos momentos para o estabelecimento de relações interculturais. O mundo ultramarino português é o caso em análise. Elas são consideradas detentoras de um conhecimento prático crucial para a implementação de ordem, estabilidade e mudança nas sociedades colonizadas ou colonizadoras. Este texto indagará, pois, com apoio numa sólida base empírica e levando em consideração os contextos e culturas locais, em que medida os processos de encontros culturais e a circulação do conhecimento dependeram do papel ainda não escrutinado dessas mulheres — europeias ou autóctones, que participaram do encontro entre a velha Europa e os «novos» mundos com quem contactaram.

Em termos de contextos interpretativos, estamos perante uma etapa histórica em que os padrões de cooperação, negociação, assimilação e confronto são inevitáveis. Por isso, o caminho analítico a seguir, ao cruzar a história da ciência e os estudos coloniais, requer uma reflexão prévia sobre conceitos como cooperação, o seu papel central em redes auto-organizadas e a transferência de conhecimentos, tidos neste trabalho no seu sentido mais amplo.

1. MARCO TEÓRICO E CONTEXTOS INTERPRETATIVOS

No âmbito do Império Português, e ainda que um número relevante de estudos já tenha ultrapassado certas perspetivas tradicionais em relação à Ásia, e particularmente ao Oceano Índico, como é o caso dos trabalhos de Sanjay Subrahmanyam, Michael Pearson ou James Boyajian, muito ainda precisa ser feito¹. Tais perspetivas estão, de facto, sob revisão através de lentes de uma dinâmica historiografia, tanto europeia quanto não-europeia. Esta incide sobre o papel dos indivíduos, mulheres e homens, na construção de impérios coloniais; sobre formas de interpretação e de «tradução» do modo como agentes históricos, dos séculos XVI e XVII, veem e se apropriam de realidades tão diferentes e tão «outras» que suscitam reações e comportamentos, que sendo diversos, não são necessariamente contraditórios. Encontros e confrontos; conflitos e cooperação; transferências e imposições; diálogos participados e discursos hegemónicos coexistem neste mundo complexo da Época Moderna.

A expressão «impérios informais» surgiu precisamente como um meio de apontar para estratégias não formais ou institucionalizadas com base nas quais o domínio ultramarino europeu foi construído na Primeira Era Global, ou seja, no período compreendido entre 1400 e 1800.

Simultaneamente, a análise de redes, juntamente com os métodos de reconstituição das mesmas, tornou-se num procedimento central no estudo da incipiente globalização moderna. Os pesquisadores passaram a centrar sua atenção em redes informais, transimperiais e transfronteiriças, e não apenas naquelas resultantes das atividades e das estratégias dirigidas pelo poder central, que são, por natureza, «nacionais» e promovem a rivalidade em vez de mecanismos de cooperação². Com frequência, essas redes, interculturais, auto-organizadas, e transimperiais impuseram sérios desafios a instituições estatais, eclesásticas e monopolistas, já que eram, na sua origem, marginais, ou mesmo ilegais, mas foram também aquelas que, dentro ou em colaboração com as instituições formais, tornaram-se em elementos necessários à construção de impérios.

A cooperação, definida como uma ação coletiva de indivíduos que visam compartilhar determinada tarefa, lucrativa para todos os participantes, é vista como um processo social em que indivíduos, grupos e instituições agem de forma concertada para alcançar objetivos comuns³. A cooperação entre indivíduos e poderes formais foi muitas vezes um meio decisivo para a construção imperial. Os sistemas complexos produzidos e coordenados pelos poderes centrais dependiam frequentemente da cooperação dos indivíduos. Em paralelo, os comportamentos cooperativos entre os indivíduos e o Estado não excluíram comportamentos recíprocos de engano e deserção. Frequentes vezes,

¹ SUBRAHMANYAM, 1996; PEARSON, 2005; BOYAJIAN, 2008.

² POLÓNIA & ANTUNES, *eds.*, 2017.

³ JESÚS & TIRIBA, 2009.

indivíduos e grupos impediram as estratégias do poder central ou resistiram-lhes, mudando as formas como essas políticas foram implementadas no terreno ou, inclusivamente, inibiram a sua concretização⁴.

A repercussão dessa análise quando aplicada a impérios coloniais implica um enfoque nas relações entre colonos e colonizados. Essas são baseadas tanto nas conexões informais entre os indivíduos, quanto nas direções e mecanismos reguladores, formalmente impostos pelo Estado. É precisamente esta teorização que constitui o núcleo da nossa análise das mulheres como intermediárias entre mundos com que pela primeira vez entram em contacto, num contexto caracterizado pela sua extrema volatilidade.

Além das teorias de cooperação, as teorias de auto-organização tornam-se também uma ferramenta útil para uma compreensão mais precisa da dinâmica das relações sob escrutínio. A auto-organização é vista como um processo em que alguma forma, ordem ou coordenação surgem das interações entre os componentes de um sistema que inicialmente estava desordenado. Presume-se que este processo seja espontâneo: i.e., não é dirigido ou controlado por nenhum agente ou subsistema dentro ou fora do sistema⁵. Este processo é importante para interpretar as práticas analisadas em torno da transferência de conhecimentos que aqui nos ocupa.

Neste contexto, histórico e teórico, que poderemos dizer, em concreto, sobre as transferências de conhecimento nesses espaços de encontros interculturais?

2. MULHERES COMO INTERMEDIÁRIAS NA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Em primeiro lugar, há que definir conhecimento. Entendemos por conhecimento a informação e as capacidades adquiridas por uma pessoa ou um grupo de pessoas através da experiência ou da educação, tanto teóricas como práticas, e destinadas a intervir na realidade. De acordo com esse conceito, a construção do conhecimento está conectada com a ação de dominar uma ciência, uma arte, um método, um procedimento. Nesse sentido, esse conceito de conhecimento é muito mais amplo que o conceito tradicional de «conhecimento científico», entendido como uma coleção de factos verificáveis e submetidos à aplicação do que deve ser considerado o método científico.

A ideia de conhecimento aplicada neste capítulo é muito mais ampla, e baseia-se naquele que é compartilhado e transmitido dentro de um ambiente social e cultural específico, recebido pela tradição ou acumulado pela experiência. Este tipo de conhecimento pode ser, e é, transmitido dentro de uma área geográfica e cultural, cuja disseminação e usos devem ser entendidos no âmbito de uma configuração global e intercultural, num contexto em que diferentes mundos entram em contacto e colidem, como aconteceu

⁴ POLÓNIA, 2013.

⁵ ANTUNES & POLÓNIA, *eds.*, 2016.

na Primeira Era Global, em função de processos impostos pelas dinâmicas coloniais⁶. Como resultado, o diálogo e as transferências interculturais tornam-se inevitáveis, assim como uma mobilidade ampla de saberes e conhecimentos.

Nos diferentes encontros multiculturais identificáveis no contexto em análise, as mulheres atuaram como agentes responsáveis pela produção, transferência e circulação de conhecimento⁷. A sua ação depende, porém, de especificidades culturais e de mecanismos de cooperação que obrigam a ter em conta diferenças regionais.

Em qualquer dos contextos de atuação dos Portugueses as mulheres eram, necessariamente, agentes de transferências culturais entre mundos⁸. Em primeiro lugar, como parceiras e cônjuges: era inevitável que transmitissem linguagem, práticas de higiene, dietas e rotinas de preparação de alimentos, e práticas de saúde; comportamentos éticos e valores, apesar dos diferentes ritos religiosos. Como mães dos filhos de colonos portugueses, atuando no seu universo cultural local, elas eram educadoras, desenvolvendo a capacidade para transferir códigos de conduta e valores cruzados para as novas gerações. Nem toda essa transferência de conhecimento é objetiva ou intencional, mas orienta e influencia ações e comportamentos.

Não admira que essas mulheres apareçam frequentemente nas fontes oficiais portuguesas como tradutoras, como elementos de comunicação entre mundos diferentes, dominando diversas línguas e diferentes códigos culturais. Fernão Mendes Pinto, na *Peregrinação*, reconhece o papel crucial das mulheres como intérpretes, como sendo anterior à chegada dos portugueses. Chegando pela primeira vez ao Japão, ele conta que foi uma mulher léquia⁹ que fazia de intérprete entre chineses e japoneses.

quando o nautoquim, príncipe desta ilha de Tanixumá, se veio ao nosso junco acompanhado de muitos mercadores e de gente nobre, com grande soma de caixões cheios de prata para fazer fazenda [...] E chamando então para junto de si uma mulher léquia, que era a intérprete por quem se entendia com o capitão chim, senhor do junco, lhe disse: Pergunta ao necodá onde achou estes homens, ou com que título os traz consigo a esta nossa terra de Japão¹⁰.

Sobre o papel das mulheres no campo económico, podemos assinalar que já em 1515 Tomé Pires assinalou o protagonismo que tinham em Malaca as vendedoras ambulantes, que inclusive geriam um mercado noturno¹¹. António de Galvão indica o mesmo em

⁶ WENDT, 2016; RAJ, 2010; BLEICHMAR *et al.*, 2009; LIVINGSTONE, 2003.

⁷ POLÓNIA & CAPELÃO, 2018b.

⁸ POLÓNIA & CAPELÃO, 2017.

⁹ Das ilhas Léquias. Atual arquipélago japonês de Ryūkyū.

¹⁰ POLÓNIA & CAPELÃO, *coord.*, 2018a: 458-459.

¹¹ REID, 1988: 635.

relação às mulheres das Molucas, sendo elas as que negociavam, compravam e vendiam mercadorias, e descreveu como as mulheres da Birmânia eram as que administravam os negócios mercantis mais importantes de seus maridos¹². O papel das mulheres em mercados mais específicos como o comércio de pimenta também é reconhecido¹³.

Em Macau, muitas mulheres chinesas eram parceiras económicas dos portugueses e, mais tarde, de holandeses, ingleses e até escandinavos ligados às feiras de Cantão, que passavam longos períodos na dita cidade. Num caso como noutro, estas mulheres apresentam-se como intermediárias naturais entre mundos, inclusive intereuropeus¹⁴. É de assinalar o caso bem documentado de Isabel Reigota, viúva de origem japonesa residente em Macau, conhecida por querer reintroduzir os Jesuítas no Japão depois da sua expulsão. Esta mulher destacou-se na chamada Guerra do Sândalo entre 1652 e 1663, em favor dos interesses dos membros da Companhia¹⁵.

Como a expansão e o domínio europeus dependiam do conhecimento sobre as condições climáticas, geográficas, de produção e consumo, circuitos marítimos, idiomas, culturas, produtos comerciais e centros comerciais presentes nos novos espaços, a informação era um dos bens mais valiosos. As mulheres faziam parte dessa cadeia de transmissão de informações. Esses fluxos de informação não eram, no entanto, unilaterais, e as mesmas mulheres e homens poderiam ser igualmente valiosos para suas sociedades, comunidades e famílias.

Isto significa que as mulheres também podiam ser elementos importantes de resistência à presença e às estratégias coloniais. Embora as fontes pareçam ser muito mais eloquentes sobre a cooperação positiva dessas mulheres, nos domínios da família, política e economia, isso não significa que os comportamentos oportunistas, de engano e de deserção não existissem e atingissem alvos em ambos os lados dos jogos da cooperação.

Dito isto, sublinhando um argumento principal do nosso raciocínio, vamos concentrar-nos no tópico central da nossa comunicação e apontar alguns indicadores de transferência de conhecimentos, centrando-nos em formas locais de cura fornecidas por mulheres «não-cristãs». No contexto da costa oriental africana, João dos Santos, da ordem dos Pregadores, após proibir a presença de qualquer português (homem ou mulher) nas festividades realizadas entre Muçulmanos aquando da circuncisão, e condenando a sociabilidade entre mulheres cristãs e muçulmanas, visitando-se umas às outras nos domingos e partilhando roupas e joias, rende-se ao virtuosismo das curas realizadas por uma mulher muçulmana a uma doença identificada como «o ar» que afligia, sem solução, o dito sacerdote. Ele explica: «O primeiro Mouro, a quem tolhi esta solemne circuncisão, foy hum Mouro fidalgo, & honrado de Quirimba, chamado Maçuco, grande meu amigo,

¹² REID, 1988: 635.

¹³ ANDAYA, 1995.

¹⁴ VAN DYKE, 2011.

¹⁵ PENALVA, 2011: 115-142.

irmão de hũa Moura velha, chamada Manâsua, grande mestra, a qual me tinha curado do âr, que me deu, com muito cuidado, pollo que lhe estava muy obrigado...»¹⁶.

Dentro das transferências culturais de rituais e conhecimentos relacionados às práticas de saúde, merece atenção especial, devido à sua importância para qualquer mulher, independentemente da cultura a que ela pertence, o parto. A este respeito, os sucessivos Conselhos Diocesanos de Goa proibiram, desde o início, em 1567, a presença de parteiras locais não-católicas a assistir ao parto de mulheres cristãs, incluindo, obviamente, as cônjuges convertidas dos portugueses «casados», a menos que tivessem permissão explícita do bispo¹⁷. O quinto concílio eclesiástico admitiu que uma *daya* «infiel» poderia ajudar, mas somente se não houvesse cristão disponível, e com a condição de que outras duas mulheres cristãs estivessem presentes, de modo a realizar o batismo, se necessário, e prevenir qualquer prática supersticiosa¹⁸.

O mesmo capítulo acrescenta: «ninguém levará uma ama de leite Gentia para criar seus filhos sob pena de cinquenta *pardãos*, e se for mourisca, além da mesma pena incorrerá em uma grande excomunhão, já que é certo que as crianças tomem os costumes de quem as criam e continuam com elas, uma vez criadas»¹⁹. Por diferentes razões, as mesmas deliberações eclesiásticas proibiam qualquer cristão de ser tratado por médicos não-cristãos ou mesmo de ser barbeado por um «infiel».

Apesar dessas proibições, o que se sabe sobre intercâmbios em práticas médicas e tratamentos farmacêuticos mostra exatamente o oposto: uma persistente e intensa transferência de conhecimento das sociedades orientais para as ocidentais, e um bem documentado reconhecimento da mais-valia do conhecimento médico do Oriente e do Extremo Oriente²⁰.

¹⁶ «E assi mais fuy tirando, & prohibindo algũs abuzos, & cerimonias, de que uzavão os Mouros destas ilhas entre os Christãos mui perjudiciaes a nossa sagrada ley. O que fiz com muito trabalho, porque não somente tive os Mouros contra mim, mas também alguns Christãos [...]. A qual cerimonia fazião com grandes festas, & banquetes: & o pior de tudo era, serem pera isso favorecidos dos Christãos seus amigos, particularmente das molheres, que pera estes dias emprestavam suas joyas, cadeas, & vestidos, pera se as Mouras ornarem naquelas festas. E não faltava a certos Christãos mais, que serem padrinhos do Mouro circuncidado. O primeiro Mouro, a quem tolhi esta solemne circuncisão, foy hum Mouro fidalgo, & honrado de Quirimba, chamado Maçuco, grande meu amigo, irmão de hũa Moura velha, chamada Manâsua, grande mestra, a qual me tinha curado do âr, que me deu, com muito cuidado, pollo que lhe estava muy obrigado...» (SANTOS, 1609: 77).

¹⁷ «e que nenhuma christã em seu parto chame *daya* infiel, sob a pena que ao Prelado bem parecer; e avendo necessidade, o Prelado informandose primeiro poderá dar licença quando for conveniente, e não tendo os taes infieis aprendizes» (RIVARA, 1862: 25).

¹⁸ «Nenhuma mulher christã se sirva em sua cura, nem parto de *daya* infiel, salvo onde não houver *daya* christã, porque neste caso se poderá servir da infiel, estando porem sempre presentes á sua cura e parto duas molheres honestas christãs, assim para não consentirem superstições algumas, como para que sabendo a forma do Baptismo, possam baptisar a criança, se nascer com perigo, e assim nenhuma pessoa tomará ama gentia sob pena de cincoenta *pardãos* para criação de seus filhos, e se for moura, alem da mesma pena encorrerá em excommunhão mayor, por quanto certo he nos meninos tomarem os custumes das pessoas, que os crião, e continuarem com elles depois de criados» (RIVARA, 1862: 263-264).

¹⁹ RIVARA, 1862: 25.

²⁰ ORTA, Garcia de (1563) — *Coloquios dos Simples, e Drogas he Cousas Mediçinais da India* [...]. Goa: Joannes de Endem, e COSTA, Cristovão da (1578) — *Tractado delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual A costa medico y cirujano que las vio ocularmente*. Burgos: Martin de Victoria.

A mobilidade de saberes entre territórios orientais também é sugerida quando focada nas atividades das parteiras. Ao mesmo tempo que Garcia de Orta menciona parteiras javanesas a trabalhar na Índia²¹, outras fontes identificam mulheres portuguesas que exerciam a mesma ocupação em Goa²². Em Portugal, como na Europa, o parto prevaleceu como um dos principais mercados de trabalho para as mulheres no campo da atuação médica: principalmente por causa da exigência de um contacto íntimo com o corpo de outras mulheres. Assim, é compreensível que as mulheres dominem práticas empíricas em torno do nascimento, associadas à necessidade e ao prestígio de um conhecimento ainda predominantemente prático e geracional em torno do nascimento de uma criança. Na Europa, do século XVII ao XIX, ocorreu uma tentativa de hegemonia epistémica pela academia médica, também na área do conhecimento obstétrico, mas até então, e mesmo durante esse tempo, o conhecimento sobre o parto era englobado por um saber ou sabedoria possuída por certas especialistas, geralmente femininas²³.

Algumas achegas podem ser fornecidas acerca da forma como essas mulheres recolhiam esse tipo de conhecimento, tanto na Europa como em contextos coloniais. No Oriente, e apenas como exemplo, Gaspar Correia, o cronista português, menciona uma mulher, Ana Fernandes, atuando como curadora dos feridos no primeiro cerco de Diu, em 1538. Ela é apresentada como talentosa na cura com uma técnica que usava a clara do ovo. Era casada com um bacharel em medicina²⁴. No entanto, o que sabemos sobre a transmissão médica do conhecimento em Portugal apresenta formas mais complexas de transmissão, para além do casamento. A aprendizagem também era feita pelo contacto com profissionais e médicos, por vezes com uma carreira familiar, mas também por transmissão de pai ou mãe para filha, a par da autoformação e da aprendizagem com mestres locais e estrangeiros destacados — todos estes são identificados como meios de fornecer às mulheres formas inovadoras de cura²⁵.

Existem outras áreas às quais as mulheres estão associadas, tanto em Portugal como no Oriente, e são aquelas relacionadas com a higiene corporal e a prática de aplicar clisteres. As mulheres que usaram esse método são apelidadas de «cristaleiras». A sua presença é reconhecida também no Oriente. Nas fontes pode-se supor que são mulheres portuguesas²⁶, sugerindo esse tipo de prática como um contributo do Ocidente. É de facto totalmente compatível com os procedimentos galénicos e a filosofia de cura realizada principalmente por purgas e sangramentos para extrair os maus humores.

²¹ ORTA, 1891: 354.

²² Um dos testemunhos no inquérito feito ao vigário de Goa, Diogo de Morais a 17 de setembro de 1539 foi «Llianor Afonso, molher parteira» (REGO, 1949: 282).

²³ CARNEIRO, 2008.

²⁴ CORREA, 1864: 55.

²⁵ CAPELÃO *et al.*, 2015.

²⁶ ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 47. «Mandado de Lourenço Moreno para o Almojarifé dos mantimentos de Cochim dar a Inês Fernandes, cristaleira, 50 parás de trigo à conta de seu soldo».

Podemos também encontrar práticas semelhantes descritas na obra de Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, inspirada nas experiências vividas no Oriente e no Extremo Oriente. Ao descrever a China, ele menciona mulheres como «cristaleiras», lado a lado com homens que curam feridas, «boubas» (sífilis) e dão «suadouros»²⁷. O autor também menciona mulheres idosas que serviam como parteiras e «dão mezinhas para botarem as crianças e fazerem parir ou não parir»²⁸. O próprio autor apresenta-se como protagonista de práticas curativas utilizando madeiras locais, cujos líquidos curam doenças, ou empregando uma técnica de sutura de feridas, «como às vezes via fazer na Índia»²⁹ — um exemplo claro de canais informais de transferência de conhecimento.

Outras práticas médicas e curativas realizadas pelas mulheres merecem atenção, como as que envolvem doenças sexualmente transmissíveis e a sua cura³⁰. Este é o caso da doença de «entaca», não identificada. O poder inerente das mulheres, mesmo sendo escravas, neste domínio, e o grau de dependência dos portugueses em relação a elas a fim de garantir a sua própria sobrevivência, está claramente estabelecido nos registos encontrados nas cartas dos missionários. A África (neste caso a África Oriental, e Moçambique em particular) é, neste domínio, um terreno inesgotável de pesquisa, pois encontramos aí uma linha tênue entre a medicina e a feitiçaria, transformando essas mulheres em alvos frequentes de inquéritos e condenações pela Inquisição.

Além deste caso, que envolve escravas da África Oriental, outros depoimentos apontam, de facto, para o uso de práticas abortivas, sempre ligadas a *performances* femininas. Ao referir-se à carreira marítima da Mina, uma carta de 1572 que trata das galés e «porque se ham de substituir remadores brancos por escravos negros», afirma:

porque estão amancebados muitos com negras gentias, as quaes se tem por averiguados que esperdição os partos, ou matandoos depois de nacidos, ou fazendoos abortivos,

²⁷ POLÓNIA & CAPELÃO, 2018a: 358.

²⁸ POLÓNIA & CAPELÃO, 2018a: 357.

²⁹ «e na ferida da testa, por ser mais pequena, lhe dei cinco somente, e lhe pus em cima suas estopadas de ovos, e lhas atei muito bem, como algumas vezes vira fazer na Índia» (POLÓNIA & CAPELÃO, 2018a: 473).

³⁰ «Outra doença há em toda esta costa de Sofala, rios de Cuama, & Moçambique, muy pegadiça a todo o género de homem, a qual he causada pelas negras destas terras, porque muitas dellas, particularmente as escravas dos Portugueses, se acertão de conceber, & não querem que o parto venha a lume, tomão hũa beberagem do çumo de huma certa herva, que nestas partes há, & logo movem com ella; mas depois do mouito ficão tão peçonhentas das, que se não pegão aquelle mal a algum homem por meyo de ajuntamento, vãose secando, & consumindo pouco & pouco, até que morrem. Polo que depois de moverem logo buscão algum homem, a quem peguem esta infirmitade, pera ficarem com saúde: & o homem fica tão apeçonhento, que raramente escapa da morte, porque logo no mesmo instante se lhe causão tão grandes dores nas virilhas, que dellas morrem em poucos dias. E já aconteceu este acto deshonesto, acabarem juntamente a vida. a esta infirmitade chamão Entaca, & contra ella há hum so remedio, que he beber o çumo de outra herva contrapeçonha da que tomão as negras pera mover, com a qual beberagam escapão da morte. Mas pera aproveitar esta mêzinha, há de ser tomada no mesmo dia, em que o mal se pegou porque se lhe dilatão a cura, logo lavra a peçonha até chegar ao coração, & já então não tem remedio. Destas duas hervas há muita quantidade na terá firme de Moçambique, mui conhecida de todos» (SANTOS, 1609: 89v.).

*o qual se prova, por que estando amancebados, e crescendo os ventres, não ha nenhum só mulato em toda a aldeã, havendo tantos, donde as negras parem a seu salvo*³¹.

Este tópico leva-nos a outro campo de investigação desafiante: o uso de métodos abortivos, tanto por mulheres locais, quanto por cristãs, inspirados e apoiados em técnicas e medicinas locais.

Pedro Teixeira mostra a relevância desses tópicos para estranhos ao próprio campo da medicina. Este autor menciona na sua obra uma erva procedente da ilha de Ceilão, usada para facilitar o parto:

Pero no menos que esta [herva] es digna de admiración otra que en la Isla de Seylan se presento à la mujer de un capitán de Columbo, quasi de figura de una espiga de sevada, mas negra y hirsuta: la qual era tã valida, y efficáz en facilitar el parto, que si cõ mucho cuidado no la quitaban del muslo en saliendo la critatura, se veniã las entrañas em por della, vieronse dello mil experiencias, y de un caso que succedio con ella à su misma deunna foy yo testigo, la qual andando prennada, metiola en una caxeta, la qual una esclava metiò debaxo del lecho de la señora: acaesciò que abortó, y tal fluxo de sangre le diò que jamas fue posible remediallo yvase muriendo, quizo Sacramentarse, fue menester, para preparar la casa alguna cosa, que estava en la arquilla: abriose, hallaron en ella la yerva, pensaron si quiça seria tal su fuerça, que dende allí obrasse en la enferma: llevaron la à otra casa, inmediatamente fue cessado el fluxo hasta sanar de todo, pasó ansi en Goa, yo me hallé presente...». Sobre o nome de dita erva «...no lo sabia quien la tenia, y aunque después estuve en Seylan y lo procuré saber, no hubo quien della me diese noticia»³².

O facto de Garcia de Orta insistir na ideia de que a galanga (*alpinia galanga*) — uma dessas plantas, como ele a conhecia, que não era mencionada nem pelos Gregos nem pelos Muçulmanos, nomeadamente os Árabes (as autoridades tradicionais, juntamente com os Hebreus nos tempos de difusão do humanismo e o classicismo na Europa) — revela claramente a suposição de que o seu papel (o papel dos médicos portugueses) ia para além da autoridade dos clássicos, por beneficiar do contacto direto com outras culturas, seus conhecimentos médicos e sua experiência³³. Destes, Garcia de Orta é,

³¹ BRÁSIO, *org.*, 1953: 90-91.

³² TEIXEIRA, 1610: 165-166.

³³ «O nome he em arabio *calvegiam*, e ainda que acheis por todollos Mauritanos escrito *chamligiam* ou *galungem*, como Serapio lido corrutamente escreve, nam lhe deis fé; porque todos os Arabios lhe chamão asi. E esta que chamamos *galanga* he de duas maneiras, scilicet [...] da China (*lavandou*), [...] e Jaoa (*lancuaz*) [...] e esta de Java tem folhas à feiçam de huma grande lança, e florece com flor branca; deita sementes, mas nam se semea com ellas, ainda que nesta terra he semeada nas ortas em pouca quantidade, scilicet, aquillo que se gasta na terra em saladas e em mezinhas da gente indiana, principalmente da que vem da Jaoa, que sam as parteiras (a que chamão *daias*) e tem cá officio de físicos. Semease das raizes delia mesma, como o *gengivre*, e nam doutra maneira» (ORTA, 1891: 354).

ele mesmo e a sua obra, *Coloquios dos Simples, e Drogas he Cousas Mediçinais da India* publicada em Goa em 1563 e repetidamente publicada na Europa durante os séculos XVII e XVIII, agente de uma ampla circulação de conhecimento produzido e aplicado em contextos muito diferentes e muito distantes. Além disso, Garcia de Orta usou a sua própria escrava, Antónia, como uma autoridade³⁴, chamando por ela sempre que Ruano, o outro personagem do livro, desafiava a sabedoria do conhecimento de Orta. Isso indica a própria percepção de Garcia de Orta do valor das mulheres como detentoras de autoridade em relação ao conhecimento médico local. Estes dados comprovam a relevância desse conhecimento e demonstram que as mulheres operavam como intermediárias entre diferentes mundos culturais e científicos. A sua autoridade é devidamente reconhecida pelos detentores de educação académica de acordo com padrões ocidentais.

Voltando à planta médica descrita, contamos também com o testemunho mais aprofundado de Cristóvão da Costa, esclarecendo o uso que dela se faz para expulsar o feto morto e, potencialmente (esta é a nossa própria proposição), apoiar as práticas abortivas³⁵.

Mesmo que nem sempre fossem mencionados diretamente, os métodos abortivos existiam, e os mesmos medicamentos usados para expelir fetos mortos eram frequentemente usados para desencadear o fim de gestações. Cristóvão da Costa, ao referir as propriedades da pimenta, diz que «socorre a las mordeduras de fieras, extirpa la criatura muerta en el vientre, y creese, que metida en la natura dela muger, despues del parto, le quita la esperança, de jamas empreñarse»³⁶.

Todas as sociedades tinham acesso, nas farmacopeias locais, a substâncias conhecidas como tendo propriedades capazes de interferir na fertilidade de uma forma ou de outra. No entanto, é difícil provar que as mulheres tivessem um conhecimento efetivo das propriedades químicas dessas plantas. Na verdade, certamente conheciam a sua aplicabilidade e usos, incluindo os abortivos. Todavia, muitos casos de aborto passam despercebidos, uma vez que é muito difícil diferenciar um aborto induzido de um espontâneo não intencional. O que os episódios documentados parecem provar é que o uso de algumas ervas emenagogas (estimulantes da menstruação) para expelir o feto morto, poderia de facto esconder a real intenção de causar um aborto. O aborto certamente levanta questões biológicas, e a longo prazo e em diferentes contextos culturais, questões morais, religiosas e jurídicas difíceis de responder e até mesmo difíceis de

³⁴ ORTA, 1891: 95, 161.

³⁵ «Delas Carambolas Capitulo XXXIII. Es fructo llamado delos Portugueses Carambola: y de los Decanins, y Canarins, Camarix: de los Malayos, Bolimba: de los Malabares, Carambolas, a quien tambien llaman los Canarins, Carabeli: y los Parsios, Chamaroch: y en Turco y Arabio no tiene nombre (porque no lo conocen) es fructo de un arbol del tamaño de un membrillo, la hoja como la del Mançano, un poco mas larga, teñida de un verde oscuro y al sabor un poco amarga [...] Una partera o comadre, a que ellos llaman Daya, vi usar de este fructo seco en polvo, con hojas de Betele, para expeler las Secundinas despues del parto, y la criatura muerta en el vientre» (COSTA, 1578: 254-255).

³⁶ COSTA, 1578: 28.

debater cientificamente. Pode-se, ainda, adivinhar nas entrelinhas como novos métodos poderiam ser adicionados aos ocidentais para atingir o mesmo objetivo: acabar com gestações em curso.

Em conclusão: mulheres africanas, asiáticas, como americanas atuaram como curadoras, cuidando de corpos masculinos e femininos, exigindo toda a ajuda e tratamento disponíveis, não importando a que esfera cultural pertenciam. Essas mulheres eram elas próprias enciclopédias de conhecimento prático. A partilha desse conhecimento foi inevitável e certamente reprodutivo para a reconfiguração do conhecimento europeu. O conhecimento inovador pode emergir, mesmo se repousando na mais telúrica das bases — o que, no entanto, nem sempre foi necessariamente o caso. A inovação pode, em qualquer caso, surgir em espaços onde os praticantes de todo o tipo de saberes e possuidores de conhecimentos tão diversos, como os académicos e os tradicionais e práticos, se encontram. E entre estes podemos, sem dúvida, incluir mulheres.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT — *Corpo Cronológico*, parte II, maço 47. «Mandado de Lourenço Moreno para o Almojarife dos mantimentos de Cochim dar a Inês Fernandes, cristaleira, 50 parás de trigo à conta de seu soldo».

FONTES IMPRESSAS

BRÁSIO, António, *org.* (1953) — *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1570-1599)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. III.

CORREA, Gaspar (1864) — *Lendas da Índia*. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, Livro Quarto, tomo IV.

COSTA, Cristóvão da (1578) — *Tractado delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual A costa medico y cirujano que las vio ocularment*. Burgos: Martin de Victoria.

ORTA, Garcia de (1563) — *Coloquios dos Simples, e Drogas he Cousas Mediçinais da India [...]*. Goa: Joannes de Endem.

—— (1891) — *Coloquios dos Simples e drogas da India*. Edição Publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Socio Effectivo da mesma academia. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1.

POLÓNIA, Amélia; CAPELÃO, Rosa, *coord.* (2018a) — *Primeira obra de aventura e contactos intercivilizacionais/Fernão Mendes Pinto, Peregrinação*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Obras pioneiras da cultura portuguesa; 19).

REGO, António da Silva (1949) — *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. 2.º vol.: 1523-1543.

SANTOS, João dos (1609) — *Ethiopia Oriental, e Varia historia de cousas, notáveis do Oriente, e da Christianidade que os Religiosos da Ordem dos Pregadores nelle fizeram*. Évora: Manoel de Lira.

TEIXEIRA, Pedro (1610) — *Relaciones de Pedro Teixeira d'el origen, descendencia y succession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viaje hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra*. Ambers: Hieronymo Verdussem.

BIBLIOGRAFIA

- ANDAYA, B. Watson (1995) — *Women and Economic Change: The Pepper Trade in Pre-Modern Southeast Asia*. «Journal of the Economic and Social History of the Orient», vol. 38, n.º 2, p. 165-190.
- ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia, eds. (2016) — *Beyond Empires: Self-Organizing Cross-Imperial Economic Networks vs Institutional Empires 1500-1800*. Leiden: Brill.
- BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; SHEEHAN, Kavin, eds. (2009) — *Science in the Spanish and Portuguese empires, 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press.
- BOYAJIAN, James C. (2008) — *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- CAPELÃO, Rosa; POLÓNIA, Amélia; GESTEIRA, Cristina (2015) — *Mulheres que curam no Portugal Moderno. Do Centro às margens: o exemplo das práticas médicas*. In LOBO, Maria Marta; PÉREZ, Maria José, coord. — *Do Silêncio à Ribalta: os resgatados das margens da História (séculos XVI-XX)*. Braga: Lab2PT, p. 83-100.
- CARNEIRO, Marinha (2008) — *Ajudar a Nascer. Partejas, saberes obstétricos e modelos de formação (século XV-1974)*. Porto: U. Porto Editorial.
- JESÚS, Paulo de; TIRIBA, Lia (2009) — *Cooperação*. In CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro, eds. — *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, p. 80-85.
- LIVINGSTONE, David N. (2003) — *Putting science in its place geographies of scientific knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- PEARSON, Michael N. (2005) — *The world of the Indian Ocean, 1500-1800: studies in economic, social, and cultural history*. Burlington: Ashgate.
- PENALVA, Elsa (2011) — *Mulheres em Macau. Donas Honradas, Mulheres Livres e Escravas. Século XVI e XVII*. Lisboa: CHAM.
- POLÓNIA, Amélia (2013) — *Informal Self-Organised Networks in the First Global Age. The Jesuits in Japan*. «The Bulletin of the Institute for World Affairs», vol. 28, p. 133-158.
- POLÓNIA, Amélia; ANTUNES, Cátia, eds. (2017) — *Mechanisms of Global Empire Building*. Porto: CITCEM.
- POLÓNIA, Amélia; CAPELÃO, Rosa (2017) — *Connecting Worlds. Women as Intermediaries in the Portuguese Overseas Empire, 1500-1600*. In BÜHRER, Tanja; EICHMANN, Flavio; FÖRSTER, Stig; STUCHTEY, Benedikt, eds. — *Cooperation and Empire. Local Realities of Global Processes*. Oxford: Berghahn Books, p. 58-89.
- (2018b) — *Women as Go-Betweens in Processes of Cultural Encounters: The Portuguese Overseas Empire Case Study (1500-1700)*. In POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele C., eds. — *Connecting worlds: Production and Circulation of Knowledge in the First Global Age*. Cambridge: Scholars Publishing, p. 269-295.
- RAJ, Kapil (2010) — *Relocating Modern Science. Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- REID, Anthony (1988) — *Female Roles in Pre-Colonial Southeast Asia*. «Modern Asian Studies», vol. 22, n.º 3, p. 629-645.
- RIVARA, J. H. da Cunha, org. (1862) — *Arquivo Portuguez Oriental*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, fascículo 4.º.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1996) — *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel Editora.
- VAN DYKE, Paul A. (2011) — *Merchants of Canton and Macao. Politics and Strategies in Eighteenth-Century Trade*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- WENDT, Helge (2016) — *The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World*. Berlin: Max Planck Research Library for the History and Development of Knowledge.

CIRURGIÕES EM MOBILIDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA E ENTRE O REINO DE PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

MONIQUE PALMA*

Resumo: *O presente trabalho é parte da tese de doutoramento Cirurgiões, práticas e saberes cirúrgicos na América Portuguesa no século XVIII. A investigação teve como uma das fundamentações teóricas o exposto por Mary Lindemann, no livro Medicine and Society in Early Modern Europe (1999), segundo a qual o que se produz não é independente daquele que o produz. Ao ter em consideração esse pressuposto, tornou-se necessário inquirir sobre a trajetória dos cirurgiões no Brasil colonial, pesquisar sobre o contexto e cotidiano desses agentes da saúde. A base documental usada para identificar e analisar os cirurgiões na América Portuguesa é, primordialmente, os manuscritos catalogados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco que pertencem ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), antigo Conselho Ultramarino, e também o Dicionário dos médicos e cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal, material não publicado, redigido por Augusto da Silva Carvalho que está depositado na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL). Nas fontes consultadas, identificamos 379 cirurgiões que estiveram na América Portuguesa durante o século XVIII. Ao fazer o levantamento e exploração da fonte documental, a fim de contextualizar esses agentes e as suas práticas, conseguimos adentrar sobre a distribuição geográfica dos cirurgiões no espaço ultramarino português. A distribuição geográfica e o trâmite dentro dos territórios em análise, como esperado, revela sobre a mobilidade dos cirurgiões dentro da colônia e/ou entre a metrópole, mas não somente. Ao analisar essa vertente com os manuscritos do AHU, também conseguimos aprofundar sobre aspectos do cotidiano dos cirurgiões no período setecentista. Dessa maneira, a identificação dos cirurgiões e das suas localizações e deslocamentos corroboram para a compreensão do complexo multifacetado a que estavam inseridos. O enfoque deste trabalho é, pois, a dispersão e a cobertura territorial e também salienta sobre as dinâmicas que envolviam esses processos desses agentes da saúde.*

Palavras-chave: *Mobilidade; Práticas cirúrgicas; América Portuguesa; História da medicina.*

Abstract: *The present paper is a part of the Ph.D. thesis Surgeons, practices, and surgical knowledge in Portuguese America in the 18th century. One of the theoretical frameworks of the research is the idea formulated by Mary Lindemann in her book Medicine and Society in Early Modern Europe (1999). Which expresses that knowledge cannot be dissociated from who produced the knowledge. By taking into account this theoretical postulate has become necessary to survey about the trajectory of the surgeons in the Brazilian colony, to search their routines and occupational environment. In order to achieve that, we will resort mainly to the manuscripts kept at the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) the old Ultramarine Council, which integrates the Projeto Resgate Barão do Rio Branco. In addition, the Dictionary of the Portuguese physicians and Portuguese surgeons or doctors and surgeons who have been in*

* Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente é investigadora no Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia (CIUHCT, FCT – UNL), membro do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM). Este trabalho faz parte da tese de doutoramento intitulada: *Cirurgiões, práticas e saberes cirúrgicos na América Portuguesa no século XVIII* (PALMA, 2019), defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em fevereiro de 2019, por Monique Palma sob a orientação da Professora Doutora Amélia Polónia. O desenvolvimento da tese recebeu financiamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), número do processo: 99999.000919/2014-04. Monique Palma, pela tese referida, foi galardoada com o Prémio de Investigação Internacional ao nível de Doutoramento *Pina Manique — do Iluminismo à Revolução Liberal*, da Academia Portuguesa da História/Fundação Pina Manique, de 2020, mais com o I Premio de Investigación a Tesis Doctorales Iberoamericanas, da Fundación Academia Europea e Iberoamericana de Yuste, de 2021. Email: moniquepalma@hotmail.com.

Portugal, unpublished work, written by Augusto da Silva Carvalho held at the Library of the Academy of Sciences of Lisbon (BACL). In the sources analysed we detect 379 surgeons that had been in Portuguese America during the 18th century. We also could explore the geographical distribution of the surgeons in the Portuguese overseas. The geographical distribution and the displacement in the territory were analysed, as we could imagine, reveal about the mobility of the surgeons into Brazil colony and or between the metropole. The identification of the surgeons and their localization and movement help us to understand their complex multifaceted routine. The focus of this paper is the dispersion and the territorial coverage and also to stress the dynamics that concerned this process of the surgeons.

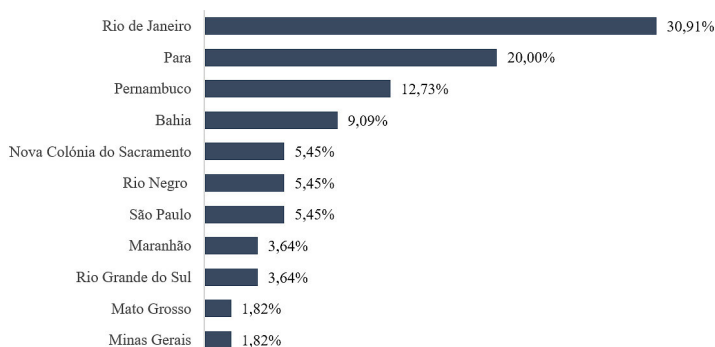
Keywords: *Mobility; Surgical practices; Portuguese America; History of Medicine.*

MOBILIDADE GEOGRÁFICA

Os manuscritos do AHU representam uma dimensão documental vasta, que implicou o exame de 5704 páginas. Sendo o recurso documental extenso, a criação da distribuição geral dos manuscritos por tipologias foi uma necessidade, uma ferramenta de trabalho em ordem a responder a algumas questões que permearam o estudo completo de que este trabalho faz parte. De seguida apresenta-se o título dos grupos criados.

Estes, percentualmente distribuídos, são: «nomeação e ascensão na carreira (30%), remunerações e pagamentos (22%), mobilidade geográfica (9%), reconhecimento de saberes (9%), solicitação de mercês (9%), necessidade de cirurgiões (5%), desvios e delinquências (2%) e outros (14%)». O quarto grupo mais representativo da tipologia que criamos, e o único do qual trataremos neste trabalho, refere-se a formas de «mobilidade geográfica», com 9% de ocorrência. Mobilidade não é um dos assuntos mais recorrentes nas capitanias da América Portuguesa no século XVIII. Veja-se, no gráfico a sua totalidade, de 9%, distribuída por capitanias¹:

Gráfico 1. Mobilidade geográfica. Distribuição por capitanias



Fonte: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco>>

¹ As capitanias são denominadas neste trabalho respeitando a mesma forma de delimitação do território que foi atribuído aos manuscritos do AHU segmentados e disponibilizados pelo *Projeto Resgate*. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco>>.

No gráfico não constam as capitanias do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. Isso porque na análise dos manuscritos das referidas capitanias não foram detetadas ocorrências que se integrassem ao grupo «mobilidade geográfica».

Integram o grupo «mobilidade geográfica» os registos do AHU sobre pedidos de licenças para retornar ao reino, como é o caso do Dr. José Gomes dos Santos, médico cirurgião e físico-mor da capitania do Pará, «onde se transportára a exercitar o emprego de Commisario delegado da Junta do Protomedicato». Este solicitou, em 28 de setembro de 1788, à rainha D. Maria I, licença de passagem para o reino, na companhia de sua mulher, Antónia Barbosa, e uma escrava que era sua propriedade. Do Conselho Ultramarino não foi detetada uma posição definitiva, o que verificamos foi uma anotação, de concordância com o despacho do provedor-geral, de que ficaria a escrava livre². Apesar de a lei áurea ser instaurada no Brasil em 1888, apenas um século depois da solicitação feita pelo Dr. José Gomes dos Santos, essa deliberação do Conselho Ultramarino que defendeu que a escrava ficaria livre, foi por certo motivada pelos alvarás régios estabelecidos pelo Marquês de Pombal. Os alvarás régios de 1761 e de 1773 criaram condições para a eliminação da escravatura na metrópole, proibindo a importação de novos escravos em Portugal metropolitano³. O que significa que os alvarás não primavam pela abolição da escravatura de forma ampla e geral⁴. A ideia defendida pelos historiadores é a de que Marquês de Pombal queria manter os escravos nos espaços coloniais, em que a mão de obra deles se fazia mais necessária, nomeadamente na América Portuguesa, por conta dos serviços agropecuários e da exploração do ouro⁵.

Há também outro teor de pedido de retorno temporário ao reino. Trata-se do caso de José Ferreira, ajudante do cirurgião do Regimento da cidade de Belém do Pará, que «depois d'elle supplte estudar a Theorica, e adiantar na pratica da cyrurgia, pelo espaço quasi de quatro annos como mostra pelo documento n.º 1 de seu Mestre o Cirurgião Mór Julião Alz da Costa, na Praça de S. José de Macapá»⁶, solicitou à rainha D. Maria I licença e ajuda de custo para poder viajar para a Corte, onde pretendia obter carta de exame, habilitando-o para o exercício do ofício de Cirurgião da Expedição das Demarcações. Do Conselho Ultramarino consta a seguinte anotação no canto superior na página do requerimento: «Requeira imediatamente a S. Mage Lxa 8 de Nobro de 1787»⁷.

² AHU_CU_013, Cx. 97, D. 7763.

³ RAMOS, 1971: 169-178; CALDEIRA, 2016: 46-68.

⁴ A abolição da escravatura em Portugal só foi postulada com a Lei de 25 de fevereiro de 1869, estendendo-se a todo o Império Português. A Lei pode ser consultada online nos domínios da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1424.pdf>>. Para mais informações sobre esse tema, consultar: ALEXANDRE, 1991: 293-333; RIJO, 2012: 111-129.

⁵ RAMOS, 1971; CALDEIRA, 2016.

⁶ AHU_CU_013, Cx. 97, D. 7689.

⁷ AHU_CU_013, Cx. 97, D. 7689.

Cabe também no grupo de «mobilidade geográfica» a situação contrária à do parágrafo anterior, ou seja, um pedido para partir para a América Portuguesa, ou para circular dentro da colónia, como é o caso de Francisco António da Fonseca, cirurgião e ajudante do Regimento de Infantaria da cidade de Olinda, que solicitou à rainha D. Maria I baixa na função que exercia em Olinda e licença para se deslocar para o interior da capitania de Pernambuco, visto que a praça referida estava a «abundar em cirurgiões, e por isso, queria ir trabalhar com a Agricultura». Do Conselho Ultramarino a resposta foi a favor da solicitação do cirurgião: «Passe Ordem p(a) se lhe der baixa, v(ta) notoriedade do q allega, e o sim q ella se deseja Lxa 6 de sebro de 1798⁸». O caso de António da Fonseca apresenta mobilidade, tanto territorial, quanto das suas funções.

Acrescentamos a este grupo também os documentos sobre delimitação territorial, documentos que registaram a trajetória dos cirurgiões que serviram em várias fragatas transitando pelo Velho e o Novo Mundo, tal como foi o caso de António Saraiva Pereira da Costa, que em seu requerimento solicitou ao rei D. José I a confirmação do exercício da sua profissão, concedida pela câmara de Paranaguá, a qual lhe pagava pelos seus serviços a importância de 50 mil réis anuais. O cirurgião anexou em seu requerimento vários documentos que mostram o seu percurso no ofício de cirurgião. Sobre os mesmos trabalharemos com mais minúcia no momento adequado.

O grupo temático «mobilidade» inclui também situações de apelo à não mobilidade, como ocorre com Pedro Barreto Freire, cirurgião do partido do Convento de Nossa Senhora do Desterro, que entrou em contacto com o Conselho Ultramarino, solicitando para não ser obrigado a ir nas naus de guarda da costa. Entre outros motivos, o cirurgião alegava que queria ficar na capitania por haver muitos doentes para assistir. O cirurgião apresentou certidões que comprovavam o seu serviço e préstimo na capitania da Bahia, uma das quais de um médico formado e aprovado pela Universidade de Coimbra, Agostinho de Sousa de Mendonça, passada a 14 de abril de 1714, na referida capitania. Uma outra é feita por Manuel Ferreira Inácio de Santa Agnes, prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Bahia, que certificou que o cirurgião servia no convento havia 15 anos continuados, à data de 15 de setembro de 1719. E uma outra certidão é redigida pelo padre José Bernardino, da Companhia de Jesus do Convento da Bahia, passada em 18 de setembro de 1719. No requerimento redigido pelo escrivão, ficou registado que Pedro Barreto Freire «nunca embarcou para parte alguma por senão achar com disposição para isso»⁹, e também porque sua esposa sofria da gota, e precisava ficar em terra para o que pudesse ser necessário.

Como exemplo de mobilidade por imposição de delimitação territorial, expomos o caso de José Pogliani. O cirurgião era piemontês, e foi citado no ofício do governador do

⁸ AHU_CU_015, Cx. 204, D. 13916.

⁹ AHU_ACL_CU_005, Cx. 13, D. 1077.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade¹⁰, ao secretário de estado interino da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Este informa sobre a participação do cirurgião piemontês¹¹, José Pogliani, na terceira partida dos trabalhos de demarcação da América Meridional, tendo continuado ao serviço do exército português até embarcar para Lisboa. Foi mencionado também pelo governador que mandou dar baixa no salário do cirurgião e atribuir-lhe licença de embarque na primeira nau da frota que partisse para o reino, aos cuidados dos capitães de mar e guerra João da Costa Brito e José Rolleen Vandreck¹².

Inserem-se também no grupo de «mobilidade geográfica», os cirurgiões que saíram de África e rumaram para a América Portuguesa, como foi o caso de Amaro da Costa, cirurgião natural de Mazagão¹³. Segundo Augusto da Silva Carvalho¹⁴, em seu *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal*¹⁵, Amaro da

¹⁰ «Eu ElRey Faço saber aos que este meu Alvará virem, que eu tenho tomado ao meu serviço por Cirurgião a Jozé Pogliani para me hir servir nos Estados do Brazil e Maranhão em acompanhar, e assistir as Tropas por quem mando fazer algumas medições, e Cartas Geograficas daquelles Paizes, e nos mais exercícios da sua profissão que lhe for ordenado por mim, ou pelos meus Governadores; em consideração do que: Hey por bem, que vença de ordenado por anno duzentos e quarenta mil reis pagos aos semestres com o vencimento do primeiro dia do corrente mes de Novembro, e com as condições seguintes; a saber = que o seu transporte para a America, e o retorno para este Reyno se fará a minha custa; e da mesma sorte se farão a despezas do sustento, conducções, e outras necessarias assim em estado de saude, como de enfermidade enquanto andar nas expedições a que sou servido destinalo; mas o tempo que estiver parado no porto da America, a q que presentemente for mandado se sustentará á proprias expensas, e sera obrigado a continuar na expedição a que for mandado, até que esteja acabada. E na forma referida mando, que este meu Alvará se cumpra e guarde inteiramente como nelle se contem sem duvida alguma de que não pagará direitos na Chancelaria sem embargo de qualquer Odem em Contrario e do regimento dos novos direitos, e este mesmo Alvará valerá como Carta sem embargo da Ordenação do livro segundo titulo quatenta em contrario — Lisboa doze de Novembro de mil setecentos e cincoenta = Rey = Marquez de Penalva Alvará porque Vossa Magestade há porbem de tomar ao seu serviço por Cirurgião a José Pogliani para o hir servir nos Estados do Brazil, e Maranhão com o ordenado de duzentos e quarenta mil reis pro anno pagos aos semestres com o vencimento do primeiro dia do corrente mez de Novembro, e com as condições, que assim se declarão = Para Vossa Magestade ver Por Decreto de sua Magestade de quatro de Novembro de mil setecentos e cincoenta = Theodoro de Abreu Bernanrdex, o fez = O secretário Joaquim Miguel Lopes de Lavre o fez escrever». AHU_CU_017, Cx. 58, D. 5643.

¹¹ «No numero dos individuos que no anno de 1752 vierão mandado para servir nas partidas da divisão da America, por esta parte foi hum o Cirurgião Jozé Polianiz de Nação Piamontez: Finda... partida continuou servindo Cirurgião no Exercito. Recolhido outra Praça lhe mandei continuar o seu soldo te o dia da partida da Frota; poiz lhe havia determinado nella serles lhe nessa Corta em conformidade das ordens, que tenho. O interesse de algumas curas o fez a passar de embarcar; mantilhe dar baixa no salario, lhe ... que havia de ir na primeira Nao de Guerra, que sahirdeste porto, duvidou fazelo na que commandava João da Costa Brito». AHU_CU_017, Cx. 58, D. 5643.

¹² AHU_CU_017, Cx. 58, D. 5643.

¹³ A história da Vila Nova de Mazagão justifica ser brevemente mencionada. Fruto das investidas portuguesas em Marrocos, Mazagão era uma cidade que aos poucos voltava a ser recuperada pelos mouros. Em 1750, estima-se que os conflitos ficaram mais intensos, os ataques dos mouros aos portugueses ficaram insustentáveis. Situação que levou o rei D. José I, no ano de 1769, a ordenar o abandono da cidadela e o embarque dos portugueses que lá estavam, para Lisboa. A Coroa portuguesa precisava de pessoas para povoar a parte norte da América Portuguesa, motivo que se acredita tenha sido relevante para um desvio no caminho, e as pessoas que deveriam desembarcar em Lisboa, desembarcaram no local que ficou nomeado como Vila Nova de Mazagão, na América Portuguesa, naquele período pertença da capitania do Grão-Pará, em 1770. AMARAL, 2007.

¹⁴ «Costa Amaro da — Era natural de Mazagão e filho de Domingos da Costa e dele eis examinado na presença de António Soares Brandão pelos cirurgiões da real camara Manuel José da Fonseca e Manuel Ferreira e teve carta de cirurgia passada em 5 de Agosto de 1761. Estava em Mazagão em 1769. L. 28 da Ch. De D. José I no A. N. T. do T. Rev. I. De I. De H. e G. B. v. 84, p. 618». CARVALHO, [s.d.]: livro 2, 181.

¹⁵ CARVALHO, [s.d.]: livro 2.

Costa estava em Mazagão em 1769, ou seja, em Marrocos, onde a Vila Nova de Mazagão foi fundada em 1770.

A circulação desses homens de um espaço para o outro não é um dos pontos estatisticamente mais expressivos nas fontes consultadas, todavia a qualidade da informação que reportam é de suma importância para a nossa análise, como a seu tempo sublinharemos. Também não devemos desconsiderar que a travessia no oceano Atlântico podia não ser uma das experiências mais confortáveis e atraentes no século XVIII.

E a forma mais ativa de mobilidade era a exigida pelo desempenho de funções de cirurgião de embarcações. Veja-se o caso de Manuel Carvalho de Couto, cirurgião de fragatas, que «embarcou em doze armadas»¹⁶. Documenta-se que serviu como cirurgião da fragata *São Boaventura*, de 17 de agosto de 1687 até 25 de agosto do mesmo ano. Depois, de 29 de setembro até 22 de maio, na fragata de *Nossa Senhora da Penha de França*¹⁷. Na fragata *Santo António de Lisboa*, em 22 de novembro de 1688. Depois, de 9 de junho até 19 de agosto de 1690, na fragata *Nossa Senhora das Ondas*. Em outubro de 1703, era cirurgião na fragata *Fortaleza*. Em julho de 1708, foi nomeado cirurgião da fragata *Nossa Senhora da Lapa*¹⁸. Estava na fragata *São Boaventura* novamente em 1709. Ficou registado também quando serviu em terra, como ocorreu em 23 de abril de 1704, data em que o cirurgião serviu na Praça da Fortaleza de Julião da Barra, conforme atestou José de Azambuja Ribeiro, sargento-mor da dita fortaleza. E também em 1707, na Praça de Estremoz, conforme certificou o cirurgião-mor António Mendes Fidalgo¹⁹.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA: CIRURGIÕES DETETADOS POR CAPITANIA E MOBILIDADES EFETIVAS

Dos cirurgiões identificados, 89 estiveram servindo na capitania da Bahia. Na capitania do Ceará identificamos 3 cirurgiões. Na capitania do Espírito Santo verificamos 2 cirurgiões. Na capitania de Goiás identificam-se 4 cirurgiões. Na capitania do Maranhão

¹⁶ AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 935.

¹⁷ «Jorge da Franca do Conse. de S. Mag superintendete da Contr. d guerra e Deputado da Junta do Com. d. e Prov. dos Armazéns de Guiné, Índia e Armadas. Pella boa informação que seouve do Cirurgião Mor da Armada da suficiendi de Manoel Carvalho do Couto embarcarse já emhuma das fragasta della. e p. a Brazil por Cirurgião no que fez sua obrigação. hey por serviço de S. Magde q lhe de nomear no mesmo cargo de Cirurgião da fragata Nossa Sra. de Penha de França e S. Thereza huma das des Armadas que este anno aye a correr a Costa. E se reformará assento no quaderno do agente do Mar desta Antonio Soares escrivão da Provedoria o fez em Lix, em 22 de Mayo de 1692». AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 935.

¹⁸ AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 935.

¹⁹ «António Mendes Fidalgo Cavaleiro Profeso da ordem de Cristo Sirurgião Mor do Ex.(to) desta Provincia do Alentejo por sua Magestade que Deos guarde. Certifico que saindo o nosso exercito da prassa de extremos em 4 de outubro de 1707 em volta sobre a prasa de moura aonde estivemos acampados algum tempo aonde houve alguns feridos assim devalas de artilharia como de Mosqueteira e com todo este tempo meacompanhou Manoel Carvalho de Couto cirurgião do hospital do dito exercito o qual fes sempre sua obrigação assistindo a cura dos soldados e sendome sempre muito obediente em tudo o que por mim lhe foy ordenado pello que o julgo merecedor de toda ahonra em que de sua Mag.de for servido fazerlhe e pro passar na verdade todo o Referido a mandei... 30 de outubro de 1707». AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 935.

detetamos 23 cirurgiões. Na capitania do Mato Grosso encontramos 9 cirurgiões. Na capitania de Minas Gerais contabilizamos 31 cirurgiões. Na capitania da Nova Colónia do Sacramento identificamos 12 cirurgiões. Na capitania do Pará identificamos 28 cirurgiões. Na capitania de Pernambuco identificamos 42 cirurgiões. Na capitania do Piauí encontramos 2 cirurgiões. Na capitania do Rio de Janeiro encontramos 101 cirurgiões. Na capitania do Rio Grande do Norte detetamos a presença de 5 cirurgiões. Na capitania do Rio Grande do Sul foram encontrados registos de 3 cirurgiões. Na capitania do Rio Negro contabilizam-se 10 cirurgiões. Na capitania de Santa Catarina encontramos 6 cirurgiões. Na capitania de São Paulo encontramos os registos de 24 cirurgiões. Para finalizar, destacamos a capitania de Sergipe, em que registamos 1 cirurgião.

O número de cirurgiões detetados por capitania, se somados, não vai corresponder ao resultado dos 379 cirurgiões identificados. Isto porque, em alguns dos casos, trata-se do mesmo cirurgião, que aparece em duas ou mais capitanias, pela circunstância de que circulou entre os territórios da América Portuguesa e entrou em contato com o Conselho Ultramarino a partir de diferentes capitanias.

É importante frisar que não estamos, porém, absolutamente certas de que o número de 379 cirurgiões seja o exato, mesmo quando referidos apenas ao nosso estrito universo, atendendo a circunstâncias que passamos a explicitar. No caso de cirurgiões com o mesmo nome, em alguns casos, não foi possível constatar e validar se era a mesma pessoa, ou se se tratava de uma pessoa diferente. Importa ainda observar que nas tabelas que apresentam a distribuição dos cirurgiões pelas capitanias, há nomes que foram identificados no *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões* [...], sobre os quais não sabemos qual a capitania onde exerceu como cirurgião, apenas se mencionando que o fez naquele território colonial. Veja-se a lista dos nomes que foram identificados nessa situação, com os correspondentes dados biográficos:

António Duarte, filho de Pedro Duarte, cirurgião. Seus avós paternos e maternos eram também cirurgiões. Exerceu a cirurgia em Portugal e no Brasil e depois fez-se homem de negócio. Viveu na metade do século XVIII²⁰.

Bento António, cirurgião, casado com Maria Tereza, a qual faleceu em 17-2-1739. O cirurgião achava-se ausente no Brasil²¹.

Cláudio Arnaud, cirurgião francês que de Lisboa partiu para o Brasil nos primeiros anos do século XVIII, levando medicamentos fornecidos pelo boticário Cláudio Romanet²².

²⁰ «Habilitações de Ordem de Cristo. N.º A. N. da T. do T. m. 48 n.º 67». CARVALHO, [s.d.]: livro 3, 38.

²¹ «R. P. dos O da freguesia do Ssmo Sacramento pag. 44». CARVALHO, [s.d.]: livro 1, 131.

²² CARVALHO, [s.d.]: livro 1, 156.

João Atkins, cirurgião inglês, que viajou durante seis anos pela África, Senegal, Brasil e Índia. Publicou em Londres em 1756 um relatório²³ em que se encontram notícias curiosas sobre os costumes destes países²⁴.

Maria José, cirurgião brasileiro da carreira da Índia no último quartel do século XVIII. Fora discípulo de Manoel Fernandes Nabuco e figura na obra manuscrita que este deixou, com uma observação de ter curado o tétano, pelo ópio ministrado em alta dosagem²⁵.

Manuel António de Araújo, cirurgião no Brasil no século XVIII.

Manuel Francisco da Costa, cirurgião que em 1753 seguiu para o Brasil com a comissão para a delimitação das fronteiras da América do Sul²⁶.

Miguel Leite de Matos, cirurgião embarcado para o Brasil, casado com Antónia do Sacramento. A sogra, Maria de S. Francisco, era cristaleira na sua casa e tinha alcunha a “Mil Homens”. Este é um registo do ano de 1738²⁷.

Como já foi observado, cirurgiões exerciam, sem dúvida, em diferentes capitánias, e circulavam no próprio espaço colonial. Exemplifique-se com os casos de Agostinho Pereira da Rocha, que foi identificado na capitania de São Paulo e também na capitania do Rio Grande do Sul, ou João Cardoso, «parte de cristão novo, que nasceu em Lamego em 1704, sendo filho de Manuel Cardoso Moreno, escrivão, e Maria da Costa». João Cardoso esteve no Rio de Janeiro, na Bahia, em Angola, na costa da Índia e na ilha da Madeira. Serviu na nau *Nossa Senhora da Atalaia*, de que era capitão José Gonçalves Lage», serviu também na nau *N. S. da Lampaderaw*, que tinha por capitão o holandês D. Luiz padre de Budrede. Foi «cirurgião em Lisboa, morando na rua dos Galegos, freguesia do Sacramento, quando por culpas de judaísmos foi preso a ordem da Inquisição em 18 de setembro de 1734». Em seu inventário constatou-se algumas dívidas ativas, entre elas, uma de credor a outro cirurgião, avaliada em 50 mil réis, relativos a instrumentos e livros de cirurgia²⁸. A esta matéria voltaremos mais tarde.

Podemos afirmar que, do universo considerado, 16 destes homens estiveram em capitánias diferentes, sendo os seus nomes, e as respetivas capitánias, representadas na tabela seguinte, elucidativa acerca de percursos de mobilidade interna no Brasil:

²³ ATKINS, 1737: 201-205.

²⁴ «D, popular, p. 376». CARVALHO, [s.d.]a: livro 1, 162.

²⁵ CARVALHO, [s.d.]d: livro 5, 36.

²⁶ «In: Notícias das Nações Ultramarinas, t. VIII, p. 90». CARVALHO, [s.d.]b: livro 2, 197.

²⁷ CARVALHO, [s.d.]e: livro 6, 29.

²⁸ CARVALHO, [s.d.]b: livro 2.

Tabela 1. Cirurgiões detetados em mais de uma capitania

Cirurgião	Percursos por capitanias
António Ferreira Cristóvão	Pernambuco e Rio Grande do Norte
Agostinho da Rocha Pereira	Rio Grande do Sul e São Paulo
António da Silva	Bahia e Rio de Janeiro
António José de Araújo Braga	Mato Grosso e Rio Negro
António José Pinto	Rio de Janeiro e Rio Negro
António de Matos	Nova Colónia do Sacramento, Pará e Rio Negro
Baltazar dos Reis Pereira	Nova Colónia do Sacramento e Rio de Janeiro
Cosme Gomes Pereira	Ceará e Pernambuco
Daniel Panek	Maranhão e Nova Colónia do Sacramento
Domingos Rodrigues Lima	Maranhão e Pará
Francisco Soares de Almeida	Nova Colónia do Sacramento e Rio de Janeiro
José Gomes dos Santos	Maranhão e Pará
Lázaro Fernandes Borges	Maranhão e Pará
Manuel de Sousa Teixeira	Maranhão e Rio de Janeiro
Maurício da Costa	Nova Colónia do Sacramento e Rio de Janeiro
Paulo Lopes Falcão	Rio de Janeiro e Santa Catarina

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco>

Baseando-se estes dados nos documentos do AHU, não podemos afirmar que esta seja uma amostra representativa, haja em vista que esses homens só entravam em contato com o Conselho Ultramarino quando necessário, na maior das vezes por questões de nomeação ou de confirmação das mesmas, pelo que não podemos asseverar que estas referências esgotem as mobilidades possíveis no espaço do Brasil colonial ou mesmo entre espaços coloniais diversos, como vimos ter acontecido com João Cardoso, de que acima falámos.

Uma outra realidade possível de aferir, através dos manuscritos do AHU, é a dos cirurgiões embarcações. Esses circulavam, pelo menos, entre a metrópole e colónia e vice-versa, quando não em percursos mais complexos, que envolviam também a África, pelo que se sabe dos circuitos comerciais que envolviam estes três continentes, incluindo os de tráfico de escravos. Esse era o caso do cirurgião Manuel Carvalho de Couto, que no seu pedido de mercê do hábito de Santiago, enviou as cartas que havia recebido de nomeação para as naus em que exerceu como cirurgião. Manuel Carvalho

de Couto, esteve, entre 1694 e 1717, exercendo cirurgia em naus que foram de Portugal continental com destino ao Brasil e, dentro do Brasil, em naus que seguiam da Bahia para Pernambuco, e em naus que rumavam com destino à Índia²⁹, e ainda o de Inácio Fernandes Silva, cirurgião, que estava servindo num navio vindo de Angola³⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que os percursos identificados dos cirurgiões que acompanhámos ao longo deste trabalho tenham contribuído para a construção da história da Cirurgia, da Medicina, e das Ciências, através da análise do cotidiano destes agentes em contexto colonial na América Portuguesa.

Mesmo que a «mobilidade geográfica» não tenha sido um dos assuntos mais recorrentes nas capitánias da América Portuguesa no século XVIII, a mobilidade dos cirurgiões permitiu perceber vários fatores que influenciavam e afetavam o exercer da prática cirúrgica. Como vimos no desenrolar do texto: questões que envolviam escravatura, assuntos familiares e delimitação territorial.

A emigração portuguesa levava para o Brasil, além dos interesses económicos, mazelas e enfermidades³¹, também um considerável número de cirurgiões, dado relevante para a discussão, por exemplo, sobre transferência de conhecimento — matéria que não conseguimos, e também que não era o foco — discorrer neste trabalho. O percurso dos cirurgiões que partiram de Portugal para exercer cirurgia no Brasil revelam complexidades da rotina da prática cirúrgica do contexto socioprofissional de um grupo que ainda buscava afirmação dos seus serviços e saberes.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU — *Baía*, cx. 9, doc. 73. AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 935.

AHU — *Baía*, cx. 10, doc. 90. AHU_ACL_CU_005, Cx. 13, D. 1077.

AHU_CU_013, Cx. 7, D. 634.

AHU_CU_013, Cx. 97, D. 7689.

AHU_CU_013, Cx. 97, D. 7763.

AHU_CU_015, Cx. 204, D. 13916.

AHU — *Rio de Janeiro*. AHU_CU_017, Cx. 58, D. 5643.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

CARVALHO, Augusto da Silva [s.d.]a — *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal* [Manuscrito]. Livro 1. Acessível em Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. Ref. 149 090 (49-1-1).

²⁹ AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 935.

³⁰ AHU_CU_013, Cx. 7, D. 634.

³¹ HOLANDA, 1936; HOLANDA, 1957; HOLANDA, 2010; HOLANDA, 2012; SILVA, 1994; VARNHAGEN, 1962.

- CARVALHO, Augusto da Silva [s.d.]b — *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal* [Manuscrito]. Livro 2. Acessível em Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. Ref. 149 091 (49-1-2).
- CARVALHO, Augusto da Silva [s.d.]c — *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal* [Manuscrito]. Livro 3. Acessível em Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. Ref. (49-1-3).
- CARVALHO, Augusto da Silva [s.d.]d — *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal* [Manuscrito]. Livro 5. Acessível em Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. Ref. (49-1-5).
- CARVALHO, Augusto da Silva [s.d.]e — *Dicionário dos Médicos e Cirurgiões portugueses ou que estiveram em Portugal* [Manuscrito]. Livro 6. Acessível em Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Portugal. Ref. (49-4-6).

Fontes impressas

- ATKINS, John (1737) — *A voyage to Guinea, Brasil, and the West-Indies*. 2.^a ed. London: Printed for Ward and Chandler, at the Ship, just without Temple Bar; And at their Shops in Coney-street, York, and the Corner of the Long-Room-Street, Scarborough, p. 201-205.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim (1991) — *Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)*. «Análise Social», 4.^a Série, vol. 26, n.º 111, p. 293-333.
- AMARAL, Augusto Ferreira do (2007) — *Mazagão. A epopeia portuguesa em Marrocos*. 1.^a ed. Lisboa: Fundação Oriente/Comissão Portuguesa de História Militar.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel (2016) — *A independência do Brasil, os portugueses retornados, as leis do Marquês de Pombal e os escravos africanos*. «RELEA: Revista Latino-Americana de Estudos Avançados», vol. 1, n.º 1, p. 46-68.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936) — *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- (1957) — *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- (2010) — *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2012) — *O Homem Cordial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PALMA, Monique (2019) — *Cirurgiões, práticas e saberes cirúrgicos na América Portuguesa no século XVIII*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- RAMOS, Luís António de Oliveira (1971) — *Pombal e o Esclavagismo*. «Revista da Faculdade de Letras: História», 1.^a série, vol. 2, p. 169-178.
- RIJO, Delminda (2012) — *Os escravos na Lisboa Joanina*. «CEM», n.º 3, p. 111-129.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1994) — *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1962) — *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições melhoramentos.

INFLUÊNCIAS NORTE-AMERICANAS NA ORIGEM DA DIABETOLOGIA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

ISMAEL VIEIRA*

Resumo: *Este estudo pretende mostrar como a transferência de conhecimento entre a medicina norte-americana e portuguesa permitiu criar na década de 1920 uma nova área de estudo e tratamento médico, a diabetologia. Não obstante os estudos e a investigação dedicada à diabetes anteriormente à década de 1920, muito pouco se havia feito em termos terapêuticos. Com o final da Grande Guerra inicia-se nos Estados Unidos da América a diabetologia social, que chegou a Portugal através do Dr. Ernesto Roma que estagiava então na prestigiada Harvard Medical School e que com o seu regresso em 1923 revolucionou o tratamento e assistência aos doentes diabéticos em Portugal.*

Palavras-chave: *Diabetes; Diabetologia Social; Estados Unidos da América; Portugal.*

Abstract: *This study aims to show how the transfer of knowledge between North-American and Portuguese medicine allowed to create in the 1920s a new medical area of study and treatment, the diabetology. Despite studies and research on diabetes prior to the 1920s, very little had been done therapeutically. With the end of the Great War, the social diabetology began in the United States, which arrived in Portugal through Dr. Ernesto Roma, who was then at the prestigious Harvard Medical School and who, with his return in 1923, revolutionized the treatment and care of diabetic patients in Portugal.*

Keywords: *Diabetes; Social Diabetology; United States of America; Portugal.*

INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriais, a diabetes era vista como uma doença misteriosa, cuja cura não existia. Como doença hereditária (Tipo 1) é tão ancestral como a própria Humanidade, mas como doença das sociedades do bem-estar e da abundância (Tipo 2) passou despercebida durante séculos pela raridade da sua ocorrência.

Não obstante o destaque dado à doença no período da Roma Antiga e também pelos médicos muçulmanos medievais, só na segunda metade do século XIX é que se fizeram progressos sucessivos no conhecimento da etiologia da diabetes. A terapêutica só depois da I Guerra Mundial se veio a revelar eficaz, com a descoberta da insulina, pelo grupo de Toronto.

Doença dos tempos modernos — a Organização Mundial de Saúde calculou que houvesse 422 milhões de diabéticos no mundo em 2014¹ — a diabetes é, atualmente, a maior responsável pelo número de casos de cegueira, falência renal, ataques cardíacos, acidentes vasculares encefálicos e amputações dos membros inferiores. Para além das

* CEIS20/U. Coimbra. Email: ivieira@uc.pt.

¹ OMS, [s.d.].

massas anónimas, várias personagens da História foram diabéticas, como Jean-François Champollion, Luís XIV, Josip Tito, Karl Marx, Honoré de Balzac, Paul Cézanne, Júlio Verne, Charles de Gaulle, Ernest Hemingway², entre muitos outros.

Foram fundamentalmente os médicos da América do Norte que nos inícios do século XIX mais contribuíram para o progresso desta área médica, especialmente na terapêutica. No Canadá, Frederick Banting e Charles Best isolaram a insulina, hormona pancreática, experimentando primeiro em cães pancreatomizados e seguidamente em diabéticos. Em 1922 a comunicação foi revelada ao mundo científico, tendo recebido o Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia em 1923 pela importância terapêutica da descoberta. Nos EUA, Elliott Joslin, médico e professor na Harvard Medical School foi um dos pioneiros da diabetologia com os seus novos métodos de tratamento, primeiro com uma terapêutica alimentar hipocalórica e depois com a primeira insulina comercial, mas também na formação de profissionais de saúde especializados no tratamento e educação dos diabéticos.

Na altura destas descobertas e progressos, um médico português de nome Ernesto Roma estagiava nos EUA com Richard Cabot, professor na Harvard Medical School, tendo tido contacto com os métodos revolucionários de tratamento da diabetes *mellitus*, trazendo no seu regresso a Portugal os seus conhecimentos, que imediatamente pôs em prática no Hospital de Santa Marta em Lisboa, onde trabalhava e poucos anos depois na Associação Protetora de Diabéticos Pobres que fundou em 1926.

Assim, este estudo pretende mostrar como a transferência de conhecimento entre a medicina norte-americana e portuguesa permitiu criar na década de 1920 uma nova área de estudo e tratamento médico, como foi a diabetologia.

OS LENTOS PROGRESSOS NO CONHECIMENTO DIABETOLÓGICO

São conhecidas as descrições antigas de origem egípcia e indiana sobre a doença, que a caracterizavam pela micção frequente e pela urina adocicada, sinal de que a glucose não era devidamente consumida pelo organismo. O indiano Sushruta Samhita (século VI a. C.), falava de uma doença em que a urina sabia a mel, muito frequente em pessoas ociosas, com hábitos sedentários e obesas³. Os médicos gregos, entre os quais Hipócrates, não fizeram menção direta à diabetes e foram sobretudo os médicos do período romano a descrever a doença. Data desta altura a palavra «diabetes» — do grego diabaino — que segundo Demetrius de Apameia (século II) significava «passar através de». Esta designação deve-se à noção de que um grande volume de urina dos pacientes devia-se à passagem dos fluidos ingeridos através do corpo sem modificação aparente,

² GUILLON-METZ, 2017.

³ HURLEY, 2010: 39-40.

como se tivesse passado através de um tubo⁴. Cerca do ano 230 a. C. Appolinus Memphites de Alexandria, observou um quadro clínico desviante da hidropisia tradicional em que nenhum fluido era acumulado e a urina era excretada sem retenção⁵.

No período medieval, surgiram algumas observações feitas por médicos muçulmanos. Na Pérsia, a diabetes era conhecida dos grandes nomes da medicina islâmica, usando-se os termos *ziabites* e *aldulab* (roda de água) para designar a doença. A *ziabites*, associada à débil força retentiva dos rins e à urina excessiva, levava a que os pacientes sofressem de uma sede excessiva. A doença era categorizada em dois tipos, a *ziabites-e-har* (tipo quente) caracterizada pela sede excessiva, urina frequente e colorida, aumento da libido e perda de peso e a *ziabites-e-barid* (tipo fria) caracterizada por uma sede menor, urina de cor brilhante, redução da libido e apetite, perda de peso e emagrecimento geral⁶.

Avicena, na sua obra *Cânone da Medicina*, foi um dos primeiros a enfatizar as características clínicas e as várias complicações associadas à diabetes *mellitus*. Avicena usou termos como *aldulab* (roda de água) ou *zalkh el kuliah* (diarreia dos rins) para designar a diabetes, atribuindo-se a ele o crédito de duas novas descobertas, em primeiro lugar a menção a outros sintomas como a fraqueza física, mental e sexual, e, em segundo lugar, identificou a ocorrência de carbúnculos e gangrenas nos diabéticos⁷.

Do renascimento ao século XIX foram feitos alguns avanços na compreensão da doença. Paracelso teve a ousadia de rejeitar os trabalhos de Galeno e Avicena e ridicularizar os chamados «profetas das urinas» que diziam fazer o diagnóstico pela prova da urina. Descreveu a diabetes como uma doença constitucional que irritava os rins e provocava urina em excesso⁸. Acreditava que a diabetes era uma doença tartárica devido a uma matéria (sal) que se depositava nos rins e na bexiga estimulando-os, mas também dizia que podia ser uma doença do estômago causada pelo bloqueamento das veias gástricas pelo sal⁹. Mais tarde, em 1674, Thomas Willis investigando a origem doce da urina relatou o sabor a mel da urina após ter evaporado uma amostra de urina de um diabético e de a ter provado. Considerava a diabetes como uma afeção do sangue e não da urina¹⁰.

Em Portugal, no século XVI, Amato Lusitano¹¹ considerava a diabetes nos mesmos termos de Galeno, isto é, como doença causada pelo aumento de temperatura dos rins acompanhado de sede insaciável. No século seguinte, Francisco Morato Roma¹² dedicou um capítulo da sua obra à diabetes, concebendo-a também como um problema renal e

⁴ EKNOYAN & NAGY, 2005: 224.

⁵ MEDVEI, 1984: 61.

⁶ ZARSHENAS *et al.*, 2014: 142-149.

⁷ SCHADEWALDT, 1989: 43-100.

⁸ EKNOYAN & NAGY, 2005: 225.

⁹ TATTERSALL, 2009: 12-13.

¹⁰ SCHADEWALDT, 1989: 52.

¹¹ AMATO, 2010: 278.

¹² ROMA, 1664: 304-306.

aconselhando sangrias e lenitivos para o seu tratamento. João Curvo Semedo¹³ considerava a diabetes como um problema renal devido aos humores serosos, coléricos e salsuginosos que era preciso evacuar através das sangrias e outras substâncias farmacológicas. No século XVIII, Francisco da Fonseca Henriques¹⁴ rejeitando uma possível causa renal da doença, defendia existirem uma diabetes verdadeira, que tinha como causa a laxação do piloro que não retinha os líquidos do estômago, e uma diabetes «espura» devida à fermentação da massa sanguínea excitada por um fermento acre que levava a uma viciosa digestão no estômago.

No século XVIII, sobressaíram as experiências de Matthew Dobson, que permitiram pela primeira vez confirmar que o sabor doce da urina dos doentes diabéticos se devia à presença de açúcar (glicosúria)¹⁵, os testes de fermentação para a detecção do açúcar na urina por Francis Home em 1780 e Johann Peter Frank em 1791 e ainda, em 1794, uma nova classificação da diabetes em três tipologias: a *insipidus*, a *mellitus* e a *decipiens*¹⁶.

O século XIX trouxe novos avanços no entendimento da doença. John Rollo estabeleceu a primeira terapêutica efetiva contra a diabetes por meio da alimentação, tendo defendido uma dieta baseada em alimentos de origem animal e reduzida em cereais e pão, o que na verdade correspondia a uma dieta baixa em hidratos de carbono. Em 1815, Michel Chevreul concluiu que a glucose não era produzida nos rins, mas que era devido à incapacidade do organismo usar o açúcar corretamente¹⁷. O isolamento do açúcar presente no sangue — glucose — levou ao desenvolvimento de testes laboratoriais para a sua detecção. Karl Augustus Trommer desenvolveu em 1841 um novo teste com uma solução de sulfato de cobre e potassa cáustica. Este teste foi depois aperfeiçoado em 1848 por Hermann von Fehling para permitir conhecer a quantidade de açúcar existente na urina¹⁸. Em 1857, Wilhelm Petters confirmou que a urina dos diabéticos continha também acetona, permitindo depois a Adolph Kussmaul sugerir que a acetona seria a causa do coma diabético por cetoacidose.

Em 1848, Claude Bernard conseguindo retirar suco pancreático fresco de um cão, utilizou o líquido para verificar a sua teoria segundo o qual o suco pancreático e gástrico tinham uma função digestiva, descobrindo que o suco pancreático tinha um efeito emulsionante sobre a gordura. Meses mais tarde fez outra descoberta quando desenvolvia a sua pesquisa acerca da saída do açúcar do corpo animal após a sua ingestão, procurando o órgão responsável por fazê-lo desaparecer do sangue. No decurso da investigação apercebe-se que o sangue proveniente da veia porta hepática continha uma

¹³ SEMEDO, 1697; SEMEDO, 1720.

¹⁴ HENRIQUES, 1731.

¹⁵ EKNOYAN & NAGY, 2005: 225-226; MEDVEI, 1984: 174.

¹⁶ MEDVEI, 1984: 174; SCHADEWALDT, 1989: 53.

¹⁷ NWANERI, 2015: 4.

¹⁸ TATTERSALL, 2009: 19.

grande quantidade de açúcar, concluindo que o açúcar entrava no sangue através do fígado, atribuindo-lhe deste modo uma função glicogénica¹⁹.

A partir de 1854, Virchow reavivou o interesse no pâncreas entre os anatomistas e patologistas, afirmando que seria razoável assumir que o pâncreas preparava certas substâncias para o fígado, segregando substâncias tanto para dentro como para fora do sangue. No Instituto de Patologia de Berlim, dirigido por Virchow, trabalhou Paul Langerhans, que fez a descoberta das ilhotas pancreáticas em 1869. Na tese de licenciatura — *Contributos para a anatomia microscópica do pâncreas* — fez a primeira descrição da estrutura microscópica de um pâncreas normal e descobriu as ilhotas pancreáticas, mais tarde rebatizadas de Ilhotas de Langerhans por Edouard Laguesse.

Em 1889, na Universidade de Estrasburgo, Oscar Minkowski e Joseph von Mering descobriram que a extração total do pâncreas num cão levou o animal a desenvolver diabetes açucarada, demonstrando assim que a diabetes ocorria na ausência/extirpação do pâncreas²⁰, sendo o pâncreas a sede da doença.

Atendendo às experiências já realizadas, Laguesse formulou em 1893 a hipótese de que a diabetes do cão pancreatectomizado era consequência da ausência de ilhotas de Langerhans, pensando que elas eram responsáveis pela segregação de uma secreção interna, percebendo-se mais tarde tratar-se da insulina²¹.

Em 1893, Emmanuel Hédon, mostrou com os seus trabalhos que o enxerto do pâncreas podia corrigir o problema da glicemia. Em 1901, Eugene Opie, estabeleceu uma associação entre a etiologia da diabetes e a destruição das ilhotas de Langerhans o que veio estimular o interesse pela administração de extratos pancreáticos no tratamento da diabetes *mellitus*.

No século XX, entre 1902 e 1914, George Zuelzer esforçou-se por obter uma hormona antidiabética a partir do pâncreas com um suposto antídoto para a adrenalina. Em 1903, as experiências com coelhos provaram que os extratos pancreáticos faziam diminuir a glicosúria. Mais tarde seguiram-se as experiências com pacientes. O primeiro já estava em coma e moribundo, com uma perna amputada devido a uma gangrena provocada pela diabetes. Depois das injeções houve algumas melhorias, mas o paciente acabou por morrer. No segundo paciente diminuiu o açúcar e a eliminação da acetona foi substancial, mas com efeitos secundários severos²².

Ernest Scott em 1911 chegou à conclusão que existia uma secreção interna do pâncreas que controlava o metabolismo do açúcar, que pelos métodos corretos essa secreção podia ser extraída e manter a sua ação e que também era facilmente destruída

¹⁹ NWANERI, 2015: 5.

²⁰ HOUSSAY, 1989: 350.

²¹ FOSSATI, 2004: 433-439.

²² SCHADEWALDT, 1989: 71-72.

pela oxidação ou pela ação das enzimas digestivas do pâncreas²³. Após todas estas importantes descobertas acerca da histofisiologia do pâncreas e dos desenvolvimentos ao nível da patologia e semiologia da diabetes faltava, no entanto, encontrar uma terapêutica verdadeiramente eficaz. Tal só foi possível com a descoberta da insulina em 1921.

O PASSO EM FRENTE: NOVAS DESCOBERTAS AMERICANAS

Nos inícios do século XX, médicos e investigadores presumiam a existência de uma substância capaz de assegurar o correto metabolismo do açúcar no organismo. Porém as iniciativas de isolar a substância revelavam-se infrutíferas. A literatura existente considera que o primeiro médico a isolar a insulina terá sido Nicolau Paulesco, um médico romeno que estudou em Paris com Étienne Lancereaux, que havia desenvolvido estudos anatomoclinicos sobre a diabetes, tendo sido o primeiro médico a suspeitar de uma ligação entre a diabetes e o pâncreas, a classificar a diabetes entre diabetes gorda e diabetes magra e a introduzir o termo diabetes pancreática²⁴. Tendo voltado a Bucareste, Paulesco continuou a desenvolver trabalhos ligados ao pâncreas e à diabetes fazendo várias experiências com injeções de extrato de pâncreas em animais de laboratório.

No mês de agosto de 1921 publicou um extenso artigo intitulado *Recherche sur le rôle du pancréas dans l'assimilation nutritive*²⁵ onde descreveu a técnica de purificação dos extratos e um conjunto alargado de experiências desenvolvidas administrando extratos pancreáticos. Paulesco concluiu que a injeção de extratos pancreáticos em animais panceatomizados, provocou uma supressão passageira da hiperglicemia e uma diminuição ou supressão da glicosúria, uma diminuição da ureia sanguínea e urinária e ainda uma diminuição da acetonemia e acetonúria²⁶. Para Ionescu-Tirgoviste & Buda²⁷ estas conclusões foram a verdadeira certidão de nascimento da insulina, embora os créditos tenham ido para outros.

Atribui-se a descoberta da insulina ao grupo de investigação da Universidade de Toronto. O protagonista foi Frederick Banting, um jovem médico regressado da frente de batalha, em França, depois da I Guerra Mundial. Em 1919, torna-se médico no Sick Children Hospital de Toronto, acumulando funções como demonstrador em cirurgia e anatomia no Western University Ontario. O interesse pela diabetes começou quando teve de preparar uma palestra sobre metabolismo dos hidratos de carbono para estudantes de fisiologia²⁸. Mais tarde a leitura de um artigo de Moses Barron sobre a relação das ilhotas de Langerhans e a diabetes, publicado na revista «Surgery, Gynecology and

²³ TATTERSALL, 2009: 44.

²⁴ IONESCU-TIRGOVISTE & BUDA, 2017: 305.

²⁵ PAULESCO, 1921.

²⁶ PAULESCO, 1921: 109.

²⁷ IONESCU-TIRGOVISTE & BUDA, 2017: 311.

²⁸ BLISS, 2017: 48-50.

Obstetrics», pô-lo no caminho da descoberta da insulina. Refletindo sobre a palestra e o artigo de Barron sobre a ligação experimental do ducto pancreático e a subsequente degeneração do mesmo, pensou que permitiria obter uma secreção interna independente ou isenta da secreção externa²⁹. Escreveu no seu caderno de apontamentos: «Diabetes: Ligate pancreatic ducts of dogs. Keep dogs alive till acini degenerate leaving Islets. Try to isolate the internal secretion of these to relieve glycosurea»³⁰.

Encontrando na Universidade de Toronto condições mais favoráveis às suas experiências, designadamente a cedência do laboratório e de dois estudantes do quarto ano pelo professor John Macleod, iniciou as experiências em maio de 1921 auxiliado por Charles Best. Após numerosas experiências malogradas, em agosto de 1921, extraíram o pâncreas a dois cães, tratando um com os extratos pancreáticos, que sobreviveu, e outro serviu para controlo, que morreu após quatro dias. Um importante passo em frente fez-se em dezembro quando decidiu usar álcool para fazer o extrato. Por essa altura James Collip, da Universidade de Alberta, juntou-se à equipa. Collip começou a produzir extratos purificados, testando-os em coelhos e depois em cães com sucesso, já que fazia diminuir o açúcar no sangue das cobaias³¹. Segundo o próprio Collip tinham descoberto «alguma coisa misteriosa» a partir do pâncreas de animais que quando injetada num cão totalmente diabético fazia desaparecer os sintomas cardinais da doença³².

Frederick Banting e Charles Best passaram a semana de 12 a 16 de dezembro a trabalhar na administração do novo extrato. A primeira injeção de extratos produzidos de todo o pâncreas funcionou num cão a 11 de dezembro. No dia seguinte o extrato alcoólico do pâncreas também funcionou administrado através de um tubo por via estomacal, reduzindo o açúcar no sangue em quatro horas. No dia 14 injetaram extratos de fígado, baço, tireoide e timo, produzidos através dos mesmos procedimentos, não tendo nenhum produzido efeitos³³. Face à ineficácia dos extratos utilizados na experiência, concluíram que não havia dúvidas acerca das propriedades terapêuticas do extrato pancreático no tratamento da diabetes.

A 30 de dezembro de 1921, na sessão da Sociedade Americana de Fisiologia, presidida por Macleod que decorreu na Universidade de Yale, Banting apresentou uma comunicação intitulada *The beneficial influences of certain pancreatic extracts on pancreatic diabetes* perante uma audiência muito crítica onde se encontrava Allen, Joslin, Kleiner, Scott, Carlson e o diretor-geral da farmacêutica Eli Lilly³⁴.

²⁹ BLISS, 2017: 49-50.

³⁰ BANTING, 1920.

³¹ TATTERSALL, 2009: 57.

³² BLISS, 2017: 84.

³³ BLISS, 2017: 101.

³⁴ BLISS, 2017: 104.

O primeiro humano a receber insulina foi Leonard Thompson de 14 anos em janeiro de 1922, internado no Hospital Geral de Toronto. A primeira injeção não teve efeitos pela impureza dos extratos, problema que Collip resolveu em 11 dias, purificando os extratos, sendo bem-sucedidos no tratamento do rapaz que viveu até aos 35 anos³⁵. No mesmo ano a insulina começou a ser produzida comercialmente e o tratamento generalizado com esta hormona permitiu a sua extensão terapêutica a nível mundial.

Por outro lado, nos EUA outro tipo de avanços havia sido feito: uma dieta específica, cuidados de higiene e o empoderamento dos doentes.

Frederick Allen foi um dos primeiros médicos norte-americanos a propor, antes da descoberta da insulina, o primeiro tratamento racional para a diabetes, baseado num tipo de dieta baixa em hidratos de carbono. Allen formou-se na escola médica de São Francisco, na Califórnia, trabalhando depois no Instituto Rockefeller em Nova Iorque e na Harvard Medical School³⁶. Entre 1908 e 1911 desenvolveu estudos minuciosos sobre a diabetes, tendo resultado numa obra monumental de 1179 páginas publicada em 1913 com o título de *Studies concerning glycosuria and diabetes*, onde o autor explorou, de forma exaustiva, os mais diversos assuntos relacionados com a glicosúria e a diabetes, destacando-se uma revisão massiva sobre a história da diabetes e a literatura mais recente sobre o tema, bem como o seu trabalho de indução do estado diabético em animais de laboratório. No estudo desenvolveu uma espécie de programa de subnutrição dos animais pancreatomizados, permitindo-lhe controlar a glicosúria.

Desenvolveu uma dieta similar para os humanos, mantendo o jejum até a inexistência de açúcar na urina, depois inserindo na dieta hidratos de carbono sob forma de vegetais verdes, iniciando com 10g/dia e aumentando progressivamente sem chegar à glicosúria. Seguiu-se a reintrodução de proteínas, no começo com 1g a 1,5g/dia, e finalmente da gordura. Para alguns pacientes recomendava mesmo um dia de jejum por semana³⁷. A «dieta da fome» de Allen revelou-se em décadas, senão mesmo séculos, o primeiro tratamento racional e científico da diabetes, tendo marcado a última fase da chamada «era pré-insulina».

Esta «dieta da fome» foi intensamente divulgada por Elliott Joslin, médico de Boston conhecido como o primeiro especialista em diabetologista³⁸ e pioneiro mundial no tratamento e educação dos diabéticos. Estudou em Yale e depois em Harvard, onde viria a ser professor, exercendo medicina no Boston City Hospital e no New England Deaconess Hospital, tendo ainda sido diretor do Carnegie Institution of Washington

³⁵ BLISS, 2017: 117-121.

³⁶ BARNETT, 1998: 26-27.

³⁷ WESTMAN *et al.*, 2006: 78.

³⁸ MAZUR, 2011: 4.

Nutrition Laboratory³⁹. Mas o seu legado mais importante foi a Joslin Clinic, criada em 1898, um centro especializado no tratamento da diabetes e suas complicações.

DOS STATES PARA PORTUGAL: TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS

Nos inícios do século XX, a diabetologia como área do saber médico não estava estruturada em Portugal. Uns quantos trabalhos académicos pontilhavam a literatura médica sobre diabetes. Somente com a criação da Associação Protectora dos Diabéticos Pobres (APDP) em 1926, pela iniciativa de Ernesto Roma, um dos pioneiros da endocrinologia clínica em Portugal⁴⁰, que estagiou nos Estados Unidos da América onde aprendeu com Richard Cabot e com Elliott Joslin, diatética, trabalho social com doentes e diabetologia, se veio a implementar os métodos de assistência e tratamento aos diabéticos em Portugal. No dizer de Bruno da Costa⁴¹, a APDP foi o primeiro centro de estudos do diabético, centro de diagnóstico precoce, centro de estabilização do diabético e centro educacional do diabético em Portugal, numa época em que muito pouco se sabia acerca da doença.

Até aos finais do século XIX, a diabetes *mellitus* era muito pouco abordada pelos médicos. Data de 1806 o primeiro tratado específico sobre a diabetes em Portugal, por Manuel Pereira da Graça⁴². Em 1866, Abel Jordão, da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, debruçou-se sobre a sintomatologia da doença, tendo proferido uma lição clínica sobre *Alguns sintomas da diabetes*⁴³.

Nas Escolas Médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto surgiram nos finais do século alguns trabalhos de final de curso, as teses inaugurais, sobre a temática da diabetes. Em 1863, José Simões apresentou no final do curso um trabalho sobre observações de um caso de diabetes tecendo considerações sobre sintomatologia, anatomia patológica e tratamento. Em 1868 Manuel da Silva com um trabalho genérico sobre *Alguns fenómenos da diabetes* e em 1888 Dominguez Centeno apresentou uma *Contribuição para o estudo do coma diabético*.

No Porto, Ayres Maia terminou o curso em 1873 com um trabalho intitulado *Qual a origem da glicose na diabetes sacarina?* e em 1882 André Melo apresentou como tese inaugural *A Diabete Assucarada: seu esboço etiológico, pathogenico e therapeutico*. Uma década depois a diabetes açucarada foi novamente objeto de estudo, desta vez por Joaquim Sousa em *Estudo sobre a pathogenia da diabete assucarada* (1892), seguindo-se

³⁹ ROOT, 1962: 38.

⁴⁰ VIEIRA, 2018: 13.

⁴¹ COSTA, 1955: 157.

⁴² GRAÇA, 1806.

⁴³ JORDÃO, 1866.

Lucindo Oliveira com um *Breve estudo sobre a pathogenia da diabete* (1895) e Alberto Baptista tecendo *Breves considerações sobre a pathogenia da diabete* (1898).

Dos inícios do século XX há registo em Lisboa de duas teses, a de Lima Faleiro, *Estudos sobre a pathogenia da diabetes glycosurica* (1904), e de Manuel Prates *Sobre o prognóstico operatório das cataractas diabéticas* (1913), e no Porto uma tese em 1901 de Alexandre Monteiro sobre o *Regimen da diabetes assucarada*.

Em 1922, um médico oriundo de Viana do Castelo, formado em Lisboa encontrava-se em Boston a realizar um estágio sob orientação do Professor Richard Cabot, quando na Clínica Joslin se iniciam os primeiros tratamentos com insulina. Nessa altura, Ernesto Roma percebeu a importância desta substância e decidiu voltar a Portugal com conhecimentos numa área praticamente virgem, a diabetologia.

Em 1908, Ernesto Roma ingressou na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa para estudar Medicina, sendo aluno dos mais prestigiados professores de Medicina da altura como Henrique Vilhena, Sílvio Rebelo, Carlos Bello de Moraes, Bettencourt Raposo, Ricardo Jorge, Gama Pinto e Sobral Cid, tendo ainda feito em 1910 um «cours de technique clinique» na Clínica de Dieulafoy, no famoso Hôtel Dieu de Paris⁴⁴. Durante a preparação do seu trabalho de final de curso frequentou com assiduidade o Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina⁴⁵. Em 1913 apresentou uma dissertação de final de curso intitulada *Microcefalia*, deixando perceber uma inclinação para a psiquiatria, tendo presidido ao júri da sua tese o professor Júlio de Matos, acompanhado por Egas Moniz e Jaime Salazar como vogais.

Já formado como médico exerceu entre 1913 e 1922 funções de 2.º Assistente de Patologia Interna, Clínica Médica, Terapêutica e Especialidades Médicas na Faculdade de Medicina de Lisboa⁴⁶. Com a participação de Portugal na I Guerra Mundial, Ernesto Roma integrou voluntariamente o Corpo Expedicionário Português, inserido no Regimento de Infantaria n.º 1 com o posto de Alferes Médico em maio de 1916⁴⁷.

Com o final da guerra, Ernesto Roma iniciou funções de Chefe de Clínica Médica no Hospital de Santa Marta, trabalhando com Bello de Moraes e Pulido Valente. Segundo Veloso & Correia⁴⁸, por conselho de Bello de Moraes, Ernesto Roma rumou a Boston, para especializar-se em Ética com um eminente filósofo, educador, médico e professor da Universidade Harvard — Richard Clarke Cabot (1868-1939) — no Massachusetts General Hospital, um pioneiro no trabalho e assistência social nos EUA. Porém, Bruno da Costa refere num artigo de 1956 que Ernesto Roma havia ido para os Estados Unidos para estudar a aplicação da insulina: «Le Dr. Ernesto Roma, aussitôt

⁴⁴ CORREIA & BOAVIDA, 2006: 18-19.

⁴⁵ ROMA, 1913: 6.

⁴⁶ CORREIA & BOAVIDA, 2006: 21.

⁴⁷ VIEIRA, 2018: 42.

⁴⁸ VELOSO & CORREIA, 2017: 247.

après la découverte de l'insuline, s'est rendu aux États Unis d'Amérique afin d'étudier "in loco" son application thérapeutique au diabète»⁴⁹.

Independentemente das motivações, Ernesto Roma estagiou quer no Peter Bent Brigham Hospital quer no Massachusetts General Hospital em Boston, ao mesmo tempo que manteve contactos com a Joslin Clinic⁵⁰ criada por Elliott Joslin, que havia sido escolhido como um dos seis membros do Comité de Insulina, em toda a América do Norte, para testar a primeira insulina comercial disponibilizada pela farmacêutica Eli Lilly⁵¹. Como o próprio Ernesto Roma veio a relatar, era sua intenção ficar mais tempo nos Estados Unidos a trabalhar com Richard Cabot, já que levava, inclusive, a sua família, mas a revolução que vira no tratamento da diabetes apressou o seu regresso:

Eu estive a estudar em Boston, nos Estados Unidos, onde trabalhei com o Prof. Cabot durante um certo tempo. Tudo ali me corria bem, tendo até levado para lá a minha família e fazendo tentações de me demorar muito tempo naquele país.

Mas, encontrava-me assim fixado nos Estados Unidos há dois anos, quando surgiu a descoberta da insulina para o tratamento da diabetes. Aquilo surpreendeu-me de tal maneira que eu me decidi de regressar ao meu País, como que impelido por uma força que me transcendia. E assim abandonei tudo, incluindo a carreira que a amabilidade do Prof. Cabot me estava a proporcionar. E o meu lema era este «O que tenho a fazer é ir para Portugal imediatamente e dedicar-me ao tratamento da diabetes!». E assim voltei a Portugal, desligando-me do Prof. Cabot, que aliás compreendeu perfeitamente o meu problema, embora se sentisse muito penalizado com a minha partida»⁵².

Regressado a Portugal, em outubro de 1923, retomou o seu lugar no Hospital de Santa Marta, iniciando de imediato o tratamento da diabetes pela insulina no serviço de Bello de Moraes, bem como na clínica privada. Deste modo, no Serviço de 2.^a Clínica Médica do Hospital de Santa Marta eram usadas as marcas Lilly, Brand, Toronto, Merck, Léo (em comprimidos) e Byla (em pó)⁵³. Mas sabendo que só a administração de insulina não chegava, fazia no final das consultas pequenas preleções aos pacientes sobre os cuidados de higiene e dietética que deviam cumprir⁵⁴.

A insulinoterapia não esgotava a amplitude do campo diabetológico e da assistência aos diabéticos pobres. A componente educativa foi um elemento extraordinariamente

⁴⁹ COSTA, 1956: 721.

⁵⁰ VELOSO & CORREIA, 2017: 247.

⁵¹ BARNETT, 1998: 38.

⁵² Os 50 anos da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal [...], 1976: 8.

⁵³ FONSECA, 1925: 181.

⁵⁴ Os 50 anos da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal [...], 1976: 8.

relevante na diabetologia social iniciada por Ernesto Roma em Portugal, e proporcionada inicialmente pela associação que Roma fundou, a Associação Protectora dos Diabéticos Pobres (APDP).

Na sequência do regresso de Ernesto Roma a Portugal e da sua reintegração no Hospital de Santa Marta, o Professor Francisco Pulido Valente seu amigo e camarada, já que também ele esteve destacado durante a I Guerra Mundial em França, publicou na revista «Lisboa Médica» uma série de lições sobre a diabetes, que segundo Veloso & Correia⁵⁵ ocorrera o boato que Roma havia aconselhado Pulido Valente a dedicar uma série de aulas à diabetes. Assim, em 1924, Pulido Valente publicou as suas *Lições sobre a diabetes* no recém-inaugurado periódico «Lisboa Médica». As lições incluíam temas como: 1) o metabolismo na diabetes e patogenia dos sintomas essenciais; 2) patologia da acidose diabética; 3) técnicas de análise laboratorial ao sangue; 4) patogenia da diabetes e insulina; 5) terapêutica da diabetes⁵⁶.

É de notar que o trabalho desenvolvido por Ernesto Roma no campo da diabetologia passou por pôr em prática um conjunto de conhecimentos, diretrizes e tecnologia aprendidos com médicos de vanguarda com quem teve contacto nos EUA. A terapêutica que Roma preconizava baseava-se em dois pilares interdependentes, o tratamento — alicerçado na tríade dieta, insulina e exercício físico — e a educação do diabético, que compreendia uma instrução diatética apurada, a injeção de insulina (pressupondo conhecer os tipos de insulina, doseamento, assepsia, técnica de injeção) e ensaios principais da urina, designadamente ao nível da albumina, glucose e acetona⁵⁷. Ora, estes campos de intervenção médica foram aprendidos e transferidos a partir do que Roma viu nos EUA.

Richard Cabot e Elliott Joslin foram, cada um na sua área, dos primeiros a insistir no trabalho social a realizar junto dos doentes. Richard Cabot publicou em 1914 a obra *Social Service and the Art of Healing* acreditando que vários problemas de saúde pública tinham origem na condição social da população, como a imoralidade, a ignorância a superlotação, as condições de trabalho e a pobreza, pelo que os assistentes sociais tinham um papel importante na deteção de problemas como a má nutrição, ambientes inquinados, alcoolismo, tuberculose, acidentes de trabalho, etc.⁵⁸. Cabot dava relevância ao trabalho em equipa, considerando que o médico deveria trabalhar lado a lado com os assistentes e educadores sociais, porque, segundo ele, por razões históricas quer o trabalho médico quer o trabalho social provêm de um tronco comum, que é o cuidar das pessoas com problemas⁵⁹.

⁵⁵ VELOSO & CORREIA, 2017: 248.

⁵⁶ VALENTE, 1924.

⁵⁷ FONSECA, 1955: 162-163.

⁵⁸ CABOT, 1914: vii-viii.

⁵⁹ CABOT, 1914: 91.

Cabot propunha um trabalho interdependente entre o médico e o assistente/educador social, tendo provas dadas em múltiplas campanhas sanitárias contra a tuberculose, o alcoolismo, o trabalho infantil, etc. Ernesto Roma assimilou este modelo de trabalho multidisciplinar, que mais tarde pôs em prática na APDP em Lisboa, esforçando-se por rodear-se de profissionais com formações diversas — medicina, enfermagem, visitação, diatéctica, podologia, etc. — que permitisse alcançar melhores resultados relativamente ao que um hospital ou clínica privada podiam oferecer. Joaquim Dinis da Fonseca julgava necessário a existência de centros antidiabéticos e pessoal apto para ensinar os pacientes a dieta adequada, os procedimentos para a autoinjeção de insulina e estimular a prática de exercício físico⁶⁰, o que foi feito na APDP.

Elliott Joslin foi também um nome marcante na formação diabetológica de Ernesto Roma. Joslin foi pioneiro nos registos de pacientes com diabetes (a partir de 1898), nos livros publicados destinados à educação dos doentes, na criação da figura das enfermeiras-educadoras e na criação de equipas de cirurgia para tratamento do pé diabético⁶¹.

A educação dos doentes diabéticos foi uma das preocupações fulcrais de Joslin. Em 1916 publicou um livro que rapidamente esgotou — *The treatment of diabetes mellitus* — sendo publicada uma segunda edição no ano seguinte, edição essa que segundo o autor foi largamente reescrita com base em maior número de casos tratados por Joslin e adicionou, aquilo a que chamou um avanço no tratamento da diabetes, que não era mais do que a «dieta da fome» preconizada pelo Dr. Frederick Allen⁶².

O livro de Joslin fazia uma rigorosa descrição da doença, fatores de risco, etiologia, causas de morte em diabéticos (com e sem coma) e sobretudo apresentou estudos estatísticos, que permitiam fazer prova dos avanços no tratamento da diabetes. Mas mais significativo do que o livro publicado em 1916, marcadamente um livro científico e com estudos rigorosos, foi o livro que se seguiu um ano e meio mais tarde, *A diabetic manual for the mutual use of doctor and patient*, que serviu de inspiração a Ernesto Roma para o seu livro *Conselhos aos Diabéticos* de 1931⁶³.

Este manual do diabético, cujo intento era segundo Joslin «to help make the home safe for the diabetic»⁶⁴, é revelador de um carácter pedagógico que Joslin passou a atribuir aos seus escritos. A primeira edição do livro foi escrita em 1918, antes de Joslin partir para França, onde combateu na I Guerra Mundial, à semelhança de Ernesto Roma. Na segunda edição, de 1919, Joslin admitiu publicar uma versão revista, condensada e simplificada com o propósito de servir como um manual que permitisse aos médicos educar os seus pacientes, porque segundo ele não havia satisfação em tratar diabéticos

⁶⁰ FONSECA, 1955: 163.

⁶¹ JOSLIN DIABETES CENTER, [s.d.].

⁶² JOSLIN, 1917: v.

⁶³ VIEIRA, 2017: 438.

⁶⁴ JOSLIN, 1919.

ignorantes, devendo pelo contrário haver uma partilha de conhecimento que permitisse uma cooperação entre o médico e o paciente⁶⁵.

A educação permitiria o empoderamento do diabético, que era educado para conseguir tratar do seu próprio problema, e diminuindo o ónus de um tratamento que uma doença crónica exige. Nesse sentido, Joslin foi um pioneiro ao criar uma abordagem conhecida como *Diabetes Self-Management Education*⁶⁶, que mais tarde Ernesto Roma implementou, em Portugal, na APDP.

O livro de Joslin caracteriza-se pela sua didática, explicando temas importantes que o doente diabético, a par do médico, devia conhecer. No primeiro capítulo — *Diabetes* — Joslin explica as características fundamentais da doença, a cronicidade da mesma, as causas mais comuns, associando-a com a obesidade. Dedicou o segundo capítulo aos «recentes» melhoramentos no tratamento da diabetes, mostrando com dados estatísticos a diminuição da mortalidade no Hospital Geral do Massachusetts, atribuindo sobretudo ao tratamento preconizado pelo Dr. Allen⁶⁷. Segue-se um capítulo didático baseado em «questões e respostas» onde há lugar a questões básicas como «porque é que o corpo humano precisa de comida?», passando por questões como «o que é a proteína?» até questões mais pessoais como «o que é que o paciente diabético pode fazer por si próprio para além de manter a urina sem açúcar?» ou ainda questões mais científicas como «que anestésicos podem ser usados com segurança [em cirurgias no diabético]?».

Com vista a facilitar a vida aos diabéticos dedicou o quarto capítulo à «aritmética diabética», onde através de várias tabelas explicava a composição dos alimentos e exemplificava com modelos práticos as quantidades de macronutrientes que o paciente podia ingerir, por exemplo em número de colheres de sopa ou chávenas. Os restantes capítulos versavam sobre temas diversos como a higiene, as dietas para os indivíduos com e sem diabetes, os cuidados a ter com os dentes e a pele e ainda um capítulo sobre dietética, receitas e menus onde mostra alimentos substitutos do pão ou do leite, receitas de pão e biscoitos, torradas francesas e menus para os vários dias da semana. Ao todo, o livro compunha-se de 19 capítulos muito instrutivos. Faltou nas primeiras duas edições o tratamento com a insulina, acrescentada mais tarde.

Em Portugal, Ernesto Roma tratou de publicar um livro similar ao de Joslin, com o título *Conselhos aos Diabéticos* publicado pela primeira vez em 1931 e com sucessivas tiragens. A primeira edição⁶⁸, embora com apenas 28 páginas, seguia a ideia de Joslin, começando por definir e caracterizar a doença do ponto de vista etiológico e semiológico para depois passar a casos práticos de como calcular as necessidades alimentares dos doentes, recomendações da quantidade de cada macronutriente, lista de alimentos

⁶⁵ JOSLIN, 1919: vii.

⁶⁶ JOSLIN DIABETES CENTER, [s.d.].

⁶⁷ JOSLIN, 1919: 24.

⁶⁸ ROMA, 1931.

que o doente diabético podia comer e seu valor nutricional. O livro identificava ainda os sinais do coma diabético e precauções a tomar em caso de coma, finalizando com exemplos de ementas, calendarizadas de acordo com os dias da semana e as horas do dia.

Um outro aspeto a considerar no trabalho de educação dos diabéticos, por Joslin, foi a formação de enfermeiras especializadas, as *wandering nurses*. A formação de enfermeiras educadoras ligadas à diabetes surgiu a partir de 1915 no quadro da escola de enfermagem da New England Deaconess Hospital, onde vários professores da Harvard Medical School lecionavam, entre os quais Joslin⁶⁹. Em 1915 abriu o William Nast Broadbeck Cottage, num espaço adjacente ao hospital, dedicado ao cuidado de pacientes diabéticos. Com a divulgação da insulina como meio preferencial de cura, o hospital abriu um espaço para a educação dos diabéticos e suas famílias, enfermeiras e médicos com interesse na diabetes. Mantinham igualmente uma cozinha diabética e um restaurante para diabéticos, sendo as enfermeiras responsáveis pela preparação das refeições para os pacientes e mais tarde, já em 1934, mantinham aulas sobre cozinha, nutrição, dietética e alimentos⁷⁰.

Após o aparecimento da insulina, o tratamento da diabetes passou a fazer-se essencialmente em ambulatório exigindo educadores capazes de ensinar a técnica de injeção de insulina a par da dieta a seguir. A formação das enfermeiras-educadoras abarcava áreas como o coma diabético, cirurgia, podologia e tratamento do pé diabético, análises à urina, administração de insulina ajustada à refeição, entre muitas outras vertentes de ação. A origem das *wandering diabetic nurses*, que foi um projeto de Joslin, esteve ligado à educação das mães de crianças com diabetes que não tinham recursos para contratar uma enfermeira particular. A ideia era as enfermeiras poderem ensinar às mães tarefas como testar as urinas, interpretar os resultados, calcular o valor dos alimentos. A origem da palavra *wandering* (viajar, deambular) estava relacionada com a sua liberdade de movimentarem-se em qualquer sentido indo ter com os pacientes diabéticos, e tendo como atributos as famílias em sua casa para garantir que os cuidados e rotinas eram seguidos, ensinar diabéticos hospitalizados e dar instrução nos acampamentos para diabéticos⁷¹.

A ideia e o trabalho que a APDP realizou ao nível da assistência, tratamento e formação dos doentes diabéticos foi no essencial uma ideia trazida dos EUA por Roma. De forma semelhante ao que acontecera nos EUA, em Portugal, num primeiro período entre 1926 e 1956, procedeu-se à educação dos diabéticos e formação de pessoal especializado. A pedra basilar da educação dos diabéticos realizada pela APDP tinha dois objetivos fundamentais: conhecer a doença e executar os tratamentos. Neste sentido ensinava-se aos doentes da APDP o regime alimentar apropriado ao diabético, a administração da insulina, os efeitos benéficos do exercício físico, a autovigilância e o cuidado com os pés,

⁶⁹ ALLEN, 2003: 979.

⁷⁰ ALLEN, 2003: 979, 981.

⁷¹ ALLEN, 2003: 984-986.

tendo formado entre os finais da década de 1920 e inícios da década de 1930 a primeira equipa especializada para ministrar formação aos pacientes⁷². A criação de uma cozinha dietética, a formação das dietistas para ensinar os diabéticos e suas famílias a preparar corretamente as refeições, a instituição de um programa regular de palestras aos doentes antes das consultas e a criação de um boletim de divulgação, a partir de 1931, com artigos específicos acerca da diabetes completam as iniciativas principais deste período⁷³.

Ao esforço da APDP em formar pessoal especializado capaz de ensinar preceitos higiénicos e cuidado dos doentes diabéticos não é alheio o facto de Ernesto Roma ter feito parte no corpo de docentes que formaram as primeiras profissionais femininas do Serviço Social em Portugal, cursos de ensaio esses que passaram a funcionar a partir de 1929 e 1930, dirigidos pelo Dr. José Alberto de Faria, que era então Diretor-geral de Saúde, com a participação do Dr. Carlos d'Arruda Furtado, Oliveira Júnior e António Pina e coadjuvados por Pedro da Cunha e Ernesto Roma⁷⁴. Ernesto Roma ensinava Higiene Alimentar no curso de Assistentes Sociais do Instituto de Serviço Social, em Lisboa, contribuindo deste modo para a formação de técnicas especializadas⁷⁵.

NOTAS FINAIS

As origens da diabetologia em Portugal enquadram-se perfeitamente no que podemos designar de transferência e mobilidade de conhecimentos científicos. Na década de 1920, a reorganização dos saberes médicos e as oportunidades de frequência de estágios no estrangeiro que vários médicos portugueses tiveram permitiu aprendizagens inovadoras e de elevado impacto social. Tal sucedeu com Ernesto Roma, que tendo estagiado nos EUA, estando a nosso ver no lugar certo à hora certa, viu acontecer *in loco* a revolução no tratamento da diabetes possibilitada pela descoberta da insulina em 1921/22.

A apropriação de informação tanto sobre o tratamento com insulina como com o trabalho social na prevenção da diabetes permitiu a Ernesto Roma tornar-se no pioneiro da diabetologia portuguesa, numa altura em que muito poucos médicos davam a importância social e médica que a doença começava a revelar.

Como de resto já evidenciamos, foi com o regresso de Ernesto Roma que um conjunto de informações sobre o tratamento da diabetes começou a circular em Portugal, primeiro nos círculos médicos de Lisboa e depois extensível a Coimbra e Porto. A partir do trabalho de Ernesto Roma com a criação da APDP, esta passou não só a ser um centro de tratamento e educação dos diabéticos, à semelhança do que Roma viu e aprendeu nos EUA, mas igualmente um local de formação de médicos internistas e endocrinologistas que viriam a estar ligados ao desenvolvimento da diabetologia em Portugal.

⁷² CORRÊA, 1979: 4-5.

⁷³ CORRÊA, 1979: 5.

⁷⁴ SILVA, 2016: 155.

⁷⁵ SILVA, 2016: 187.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, Nancy A. (2003) — *The history of diabetes nursing, 1914-1936*. «The Diabetes Educator», vol. 29, n.º 6, p. 976-989.
- AMATO, Lusitano (2010) — *Centúrias de curas medicinais*. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos.
- BANTING, Frederick (1920) — [*Loose leaf notebook, 1920/21*]. 1920 out. Acessível na Academy of Medicine Collection, University of Toronto. Disponível em <<https://insulin.library.utoronto.ca/islandora/object/insulin%3AN10001>>. [Consulta realizada em 06/03/2010].
- BARNETT, Donald (1998) — *Elliott P. Joslin, MD: a centennial portrait*. Boston: Joslin Diabetes Center.
- BLISS, Michael (2017) — *The discovery of insulin*. Toronto: The University of Toronto Press.
- BRAUDEL, Fernand (2017) — *Grammaire des civilisations*. Paris: Flammarion.
- BYNUM, William (2008) — *The History of Medicine: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- CABOT, Richard C. (1914) — *Social Service and the Art of Healing*. Nova Iorque: Moffat, Yard and Company.
- CORRÊA, Nunes (1979) — *Grupo de Estudo da Educação do Diabético - Associação Europeia para o Estudo da Diabetes*. «Boletim APDP», n.º 105-106, p. 2-14.
- CORREIA, Luís Gardete; BOAVIDA, José Manuel (2006) — *Fotobiografia de Ernesto Roma*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Diabéticos de Portugal.
- COSTA, Manuel Bruno da (1955) — *Aspectos médico-sociais da diabetes Mellitus*. «Coimbra Médica», série III, fasc. II, vol. II, p. 114-160.
- ____ (1956) — *La lute anti-diabétique au Portugal*. «Coimbra Médica», série III, fasc. VII, vol. III, p. 721-728.
- EKNOYAN, Garabed; NAGY, Judit (2005) — *A history of diabetes mellitus or how a disease of the kidneys evolved into a kidney disease*. «Advances in Chronic Kidney Disease», vol. 12, n.º 2, p. 223-229.
- FONSECA, Fernando da (1925) — *Insulinas*. «Lisboa Médica», vol. 2, n.º 4, p. 177-183.
- FONSECA, Joaquim Dinis da (1955) — *A diabetes e a sua assistência em Portugal*. «Brotéria: Revista Contemporânea de Cultural», vol. 50, n.º 2, p. 153-170.
- FONTES, Victor (1976) — *Palavras prévias*. In ROMA, Ernesto — *Dissertação final do Curso Médico do Dr. Ernesto Roma*. Lisboa: APDP, p. 5-18.
- FOSSATI, Pierre (2004) — *Edouard Laguesse à Lille em 1893 crée de le term "endocrine" et ouvre l'ère de l'endocrinologie - son modele: l'ilot endocrine du pancréas et le diabète*. «Histoire des sciences médicales», vol. 38, n.º 4, p. 433-439.
- GRAÇA, Manoel Pereira da (1806) — *Tratado da diabetes*. Lisboa: Tipografia Lacerdina.
- GRMEK, Mirko (1994) — *Les maladies à l'aube de la civilisation occidentale*. Paris: Éditions Paris & Rivages.
- GUILLON-METZ, Françoise (2017) — *Les grands diabétiques de l'Histoire*. Montigny-le-Bretonneux: Éditions Zinedi.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca (1731) — *Medicina Lusitana, Socorro Delphico: aos clamores da Natureza humana; para total profligação de seus males*. Amsterdão: Caza de Miguel Diaz.
- HOUSSAY, Bernardo (1989) — *The discovery of pancreatic diabetes: the role of Oscar Minkowski*. In ENGELHARDT, Dietrich, coord. — *Diabetes Its Medical and Cultural History: Outlines - Texts - Bibliography*. Berlin: Springer-Verlag, p. 350-357.
- HURLEY, Dan (2010) — *Diabetes Rising: how a rare disease became a modern pandemic, and what to do about it*. Nova Iorque: Thorndike Press.
- IONESCU-TIRGOVISTE, Constantin; BUDA, Octavian (2017) — *Nicolae Constantin Paulescu: The first explicit description of the internal secretion of the pancreas*. «Acta Medico-Historica Adriatica», vol. 15, n.º 2, p. 303-322.

- JORDÃO, Abel (1866) — *Sobre alguns symptomas da diabete: lição clínica feita na Escola de Medicina de Lisboa*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal.
- JOSLIN DIABETES CENTER [s.d.] — *From “Wandering Nurse” to Certified Diabetes Educator*. Disponível em <https://www.joslin.org/about/from_wandering_nurse_to_certified_diabetes_educator.html>. [Consulta realizada em 06/03/2010].
- JOSLIN, Elliott P. (1917) — *The treatment of diabetes mellitus with observations upon the disease based upon thirteen hundred cases*. 2.ª ed. Filadélfia/Nova Iorque: Lea & Febiger.
- (1919) — *A diabetic manual for the mutual use of doctor and patient*. Filadélfia/Nova Iorque: Lea & Febiger.
- KNIGHTS, Ward (2011) — *Richard Clarke Cabot, M. D., a unitarian critique*. «Journal of Pastoral Care & Counseling», vol. 65, n.º 4, p. 1-8.
- MAZUR, Allan (2011) — *Why were “starvation diets” promoted for diabetes in the pre-insulin period?* «Nutrition Journal», vol. 10, n.º 23, p. 1-9.
- MEDVEI, Victor (1984) — *A History of Endocrinology*. Lancaster: MTP Press Limited.
- NWANERI, Chukwuemeka (2015) — *Diabetes mellitus: a complete ancient and modern historical perspective*. «Webmed Central Diabetes», vol. 6, n.º 6, p. 2-26.
- OMS: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [s.d.] — *Diabetes*. Disponível em <<http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/diabetes>>. [Consulta realizada em 06/03/2010].
- OS 50 ANOS da Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal: *Entrevista com o Dr. Ernesto Roma*. «Notícias Médicas», vol. 5, n.º 354 (1976), p. 8-9.
- PAULESCO, Nicolae (1921) — *Recherche sur le rôle du pancréas dans l'assimilation nutritive*. «Archives Internationales de Physiologie», vol. 16, n.º 4, p. 85-109.
- ROMA, Ernesto (1913) — *Microcefalia*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa. Tese inaugural.
- (1931) — *Conselhos aos diabéticos*. Lisboa: Associação Protectora dos Diabéticos Pobres.
- ROMA, Francisco Morato (1664) — *Luz da medicina: pratica racional e methodica, guia dos enfermeiros, directorio dos principiantes*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey Nosso Senhor.
- ROOT, Howard F. (1962) — *Elliott Proctor Joslin (1869-1962)*. «Harvard medical alumni bulletin», vol. 36, n.º 3, p. 38-39.
- SAKULA, A. (1988) — *Paul Langerhans (1847-1888): a centenary tribute*. «Journal of the Royal Society of Medicine», vol. 81, n.º 7, p. 414-415.
- SCHADEWALDT, Hans (1989) — *The history of diabetes mellitus*. In ENGELHARDT, Dietrich, coord. — *Diabetes Its Medical and Cultural History: Outlines – Texts – Bibliography*. Berlim: Springer-Verlag, p. 43-100.
- SEMEDO, João Curvo (1697) — *Polyanthea medicinal: notícias galénicas, e chymicas, repartidas em três tratados*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes Impressor de Sua Magestade.
- (1720) — *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; fortificada e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sinquenta e oito annos experimentou*. Lisboa: Oficina Ferreyrenciana.
- SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da (2016) — *A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de doutoramento.
- TATTERSALL, Robert (2009) — *Diabetes: The Biography*. Oxford: Oxford University Press.
- VALENTE, Pulido (1924) — *Lições sobre a diabete*. «Lisboa Médica», vol. 1, n.º 4, p. 224-239; n.º 5, p. 265-283; n.º 6, p. 329-339.

- VELOSO, António Barros; CORREIA, Luís Gardete (2017) — *Ernesto Roma e a Associação dos Diabéticos Pobres*. In VELOSO, António Barros; MORA, Luiz Damas; LEITÃO, Henrique, coord. — *Médicos e Sociedade: Para uma História da Medicina em Portugal no século XX*. Lisboa: By the Book, p. 245-259.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira (2017) — *A endocrinologia em Portugal: origens de uma especialidade médica na primeira metade do século XX*. «CEM – Cultura, Espaço & Memória», n.º 8, p. 427-448.
- (2018) — *História da Endocrinologia em Portugal no século XX*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo.
- WESTMAN, Eric C.; YANCY, William S.; HUMPHREYS, Margaret (2006) — *Dietary treatment of diabetes mellitus in the pre-insulin era (1914-1922)*. «Perspectives in Biology and Medicine», vol. 49, n.º 1, p. 77-83.
- ZARSHENAS, Mohammad; KHADEMIAN, Sedigheh; MOEIN, Mahmoodreza (2014) — *Diabetes and related remedies in medieval Persian medicine*. «Indian Journal of Endocrinology and Metabolism», vol. 18, n.º 2, p. 142-149.

GOVERNO DO ESPAÇO E ARQUITECTURA DA COMPANHIA DE JESUS NO ESPÍRITO SANTO (SÉCULOS XVI-XVIII). O CASO DE RERITIBA*

CLÁUDIA GOMES DUARTE**

CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA***

Resumo: *O presente artigo tem por objecto os assentamentos jesuítas implantados na antiga capitania do Espírito Santo, Brasil, propondo-se demonstrar a estrutura, organização e hierarquia do sistema territorial implementado pela Companhia de Jesus. A investigação, aqui exposta de modo breve, enquadra-se na tese de doutoramento em curso na FAUP.*

Organizado em duas partes, a primeira, procura compreender as bases, formação e hesitações na imposição e construção de um sistema, com maior foco na segunda metade do século XVI, numa perspectiva de apropriação de certos aspectos das estruturas indígenas existentes, para sobre elas, mas também com elas, se concretizar a missão jesuíta no Brasil, isto é, a evangelização das populações indígenas e a ocupação, proveito e governo do espaço.

A segunda parte, a partir de um dos casos em estudo, Reritiba, tenta demonstrar em concreto o modo como se organizava e como evoluiu no tempo um assentamento jesuíta, tanto à escala da povoação como da capitania. Pela análise da evolução ocorrida ao longo dos séculos em cada um dos casos em estudo, será possível compreender melhor a inserção, ligações territoriais, subordinações e transformações introduzidas no sistema hierarquizado da rede de assentamentos jesuítas da antiga capitania do Espírito Santo.

A par de fontes documentais, nomeadamente correspondência epistolar, e no âmbito de uma investigação em arquitectura e território, os desenhos e imagens recolhidos, trabalhados e produzidos, constituem-se quer como recurso de comunicação, quer enquanto instrumento e processo de investigação, interacção e interpretação.

Palavras-chave: *Brasil; Jesuítas; Território; Sistema.*

Abstract: *This article deals with the Jesuit settlements established in the former captaincy of Espírito Santo, Brazil, aiming to demonstrate the structure, organization, and hierarchy of the territorial system implemented by the Society of Jesus. The research, briefly outlined here, is part of the doctoral thesis underway at the Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.*

The first part seeks to understand the bases, formation, and hesitations in the imposition and construction of a system, from where the greater focus is in the second half of century XVI, with a view to the appropriation of certain aspects of existing indigenous structures, for them, but also with them, to realize the Jesuit mission in Brazil, ie the evangelization of indigenous populations and the occupation, profit, and governance of space.

The second part, from one of the cases under study, Reritiba, tries to demonstrate concretely how it was organized, but above all how a Jesuit settlement evolved over time, both on a village scale and the scale of the captaincy. It is by analyzing the evolution of the seven cases under study over the centuries

* Por decisão pessoal, as autoras não escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1990.

** Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Email: arq.claudiaduarte@gmail.com.

*** Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo/Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Email: carla.garrido@arq.up.pt.

that it will be possible to better understand the insertion, territorial link, subordination and transformation introduced in the hierarchical system of the network of Jesuit settlements of the old captaincy of the Espírito Santo.

In addition to documentary sources, namely epistolary correspondence, and in the context of an investigation in architecture and territory, the drawings and images collected, worked and produced constitute either as a communication resource or as an instrument and process of investigation, interaction and interpretation.

Keywords: *Brazil; Jesuits; Territory; System.*

Na primeira parte do artigo — *Antecedentes indígenas e reorganização jesuíta de um sistema territorial* — percorrem-se quatro momentos: 1) breve nota acerca da chegada dos Jesuítas à capitania, primeiro tipo de assentamento estabelecido e missão a que dão início; 2) aproximação possível à organização e formas de habitar das povoações indígenas, do território à casa; 3) constituição de povoações jesuítas; e, em síntese, 4) uma exposição sistematizada da organização, evolução e hierarquia do sistema territorial jesuíta.

A segunda parte — *O caso de Reritiba* — percorre três momentos: 1) movimentações do período indígena; 2) primeiras ocupações e intervenção jesuíta, relevando a orografia de Reritiba na eleição de um sítio para o assentamento e fixação dos missionários, e contributo estratégico da arquitectura na formação do sistema territorial; 3) aproximação à evolução do lugar desde o período jesuíta até à actualidade, procurando perspectivar o seu legado patrimonial, material e imaterial.

1. ANTECEDENTES INDÍGENAS E REORGANIZAÇÃO JESUÍTA DE UM SISTEMA TERRITORIAL

1.1. Chegada, primeiros assentamentos e missão

Chegados ao Brasil, no propósito de firmar contacto com os portugueses e seus escravos, mas sobretudo com as populações indígenas, os Jesuítas acompanham igualmente a ocupação do litoral, estabelecendo-se entre o Rio Grande do Norte e São Vicente. A província dividia-se então em oito capitanias, com sede do Governo-Geral na Bahia, local onde os Jesuítas se estabelecem primeiro, seguindo depois para as do Sul e finalmente para as do Norte.

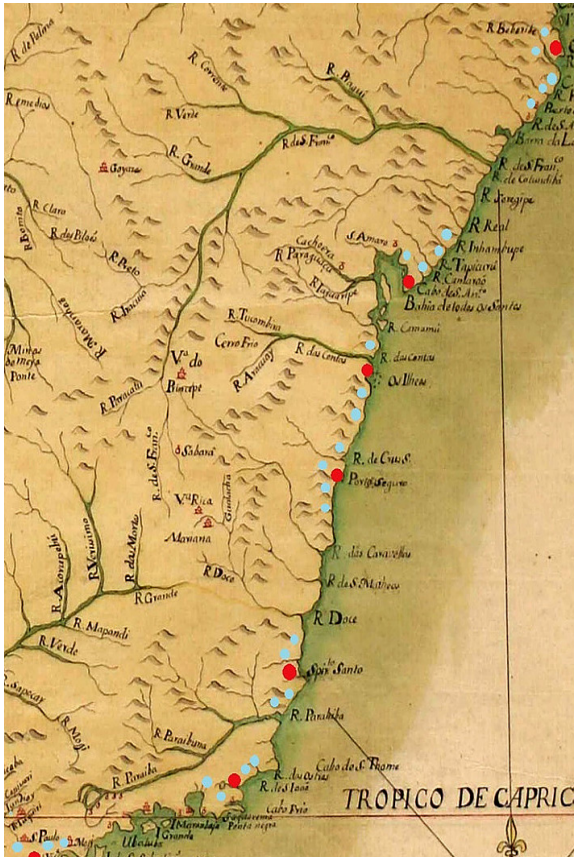


Fig. 1. Mapa de los confines del Brazil, [s.d.].
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte
Legenda: • Colégios • Aldeias jesuítas

[H]averia estalagens de cristãos por toda a costa, assim para os caminhantes da terra como para os do mar. Este parece tão bem o melhor meio para se a terra povoar¹.

Em año de 1549 fui embiado [...] a estas partes com mis cinco compañeros, [...] para aver colégios de nustra Companhia, o recogimiento para hijos de los gentiles, que yo pudiesse tierras al Governador y escogiesse sítios².

E em quanto nas dittas povoações estiverem, os dittos Religiosos da Companhia os terão [aos índios] a seu cargo assi no que convem ao espirital da Doutrina Christã, como para que quando forem necessários para meu serviço [Rei] os apresentem ao Governador, ou Capitão geral³.

¹ LEITE, S. J., ed., 1940b [1558]: 78.

² NÓBREGA, Padre Manuel da (1561) — [Carta] 1561 Jun. 12, São Vicente [a] Padre Geral Diego Lagnes, Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 15.

³ BNP — Decreto de Sua Magestade [...]. Pombalina 474.

«El rei nosso senhor escreveu ao governador que lhe escrevesse se já havia padres em todas [as capitánias] as quais, sem faltar nenhuma, temos visitadas, e em todas estão padres»⁴. No sentido desta recomendação, o padre José de Anchieta informa acerca do Espírito Santo: «[h]á ao longo da costa, oito léguas para o Sul e outras oito para o Norte, quatro ou cinco aldeias de Índios que os nossos visitam por mar e às vezes por terra onde há conversão»⁵.

«[P]ara que ficasse fundamento da Companhia [e os Jesuítas fossem] ganhando terra adiante»⁶, os colégios foram os seus primeiros assentamentos. Enquanto na Europa eram implantados nas principais cidades, no Brasil, à semelhança e de acordo com a vontade de D. João III, foram-no na principal vila portuguesa de cada capitania. A partir desse colégio — mesmo quando ainda eram uma edificação elementar — saíam os missionários em visita às povoações indígenas situadas na proximidade, dando assim início ao processo de evangelização.

O modelo de habitar indígena apresentava, contudo, grande dificuldade para o processo de evangelização: não era fixo, durando apenas o tempo dos materiais das construções, findo o qual a povoação se estabelecia noutros locais, dividindo-se a tribo: «lo peor e[ra] que no se muda[vam] juntos sino espargidos»⁷. Este carácter de assentamento móvel será provavelmente o principal motivo que leva os missionários a estabelecer as suas próprias povoações fixas: uma aldeia-cabeça em torno da qual gravitavam aldeias de índios cristãos. Promoviam assim a fixação duradoura das populações indígenas em assentamentos jesuítas, no sentido de as evangelizar, mas também de reorganizar, explorar e gerir os seus territórios de domínio.

1.2. Organização e formas de habitar das povoações indígenas

O nomadismo era uma das características identitárias dos indígenas, ainda que em diferentes graus entre tribos, «de acordo com a pauta da natureza local, da qual dependia para obtenção de alimentos»⁸. No Brasil do século XVI as diversas tribos apresentavam assim um modo muito próprio de habitar e organizar o espaço. Fixavam-se no território de modo temporário, mudando a povoação de sítio a cada três ou quatro anos — o tempo de duração dos materiais das construções e o esgotar de recursos naturais. Organizados segundo uma economia de subsistência, não lhes interessaria o estabelecimento fixo. É provável que a incapacidade de realizarem determinadas tarefas associadas à vida sedentária os tenha conduzido a essa constante mobilidade.

⁴ NÓBREGA, 1886a [1551]: 84.

⁵ ANCHIETA, S. J., 1988 [1580]: 327.

⁶ NÓBREGA, 1886b [1552]: 97.

⁷ GRA, Padre Luis da (1556) — [Carta] 1556 Jan. 8, Piratininga, San Vicente [a] muy Reverendo en Christo el Padre Nuestro Ignacio General de la Companhia de Jesu. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.

⁸ CUNHA, 2015: 254.

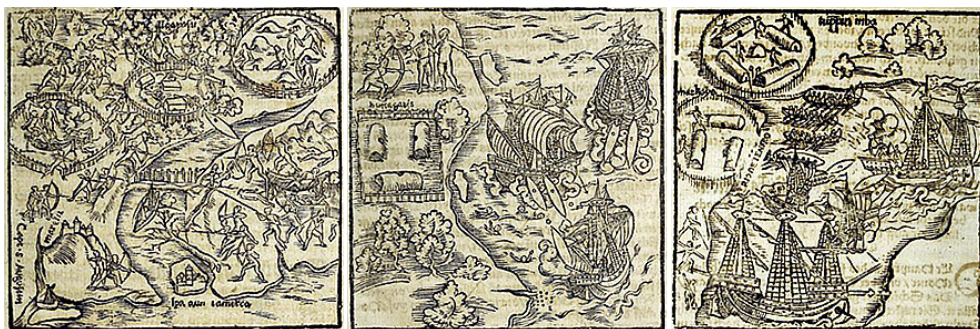


Fig. 2. Organização e formas de habitar das povoações indígenas, do território aos assentamentos
 Fonte: STADEN, 1930 [1557]

Sua morada he commummente, como de gente isenta de leis, de jurisdicção, de republica, por onde quer que melhor lhes parece; huns pelos montes, outros pelos campos, outros pelas brenhas; [...] ora em huma, ora em outra parte, segundo os tempos do anno, e as occasiões de suas comedias, caças, e pescas; sem pátria certa⁹.

[S]on tån costumbrados a se mudar como sus casas son viejas, que cada tres o quatro años que ellas duran se mudan, y lo que es peor no van juntos, y por esta causa se pierde em mui poco tiempo quanto con ellos se trabaja em muchos años¹⁰.

Seguindo este princípio de mobilidade territorial, as *tabas* (aldeias) das tribos que habitavam o litoral apresentavam semelhanças entre si, observando-se, contudo, diferenças relativamente às *tabas* das tribos que habitavam o sertão. Referimos concretamente as tribos que viviam no litoral em povoações, como os Tupiniquim e os Tupinambá, maioritárias, e não as tribos minoritárias como os Aimorés, que «não viviam nem em *tabas*, nem em *ocas*»¹¹. A diferença substancial residiria quer na forma dos abrigos quer no facto de as *tabas* do litoral apresentarem *ywara* (cerca), enquanto as do sertão as dispensariam. Cada tribo apresentava ainda diferenças quanto ao número e disposição geométrica das *ocas* (casas), variando a presença e clareza de uma organização em torno da *ocára* (terreiro); mesmo no caso de tribos inimigas como as Tupiniquim e Tupinambá, podiam assemelhar-se. As tribos indígenas seguiriam assim lógicas organizacionais de estrutura e forma comunitárias distribuídas no território, desenho e significação espaciais.

⁹ VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: LXXVI.

¹⁰ LEITE, S. J., ed., 1957 [1557]: 360-361.

¹¹ SOUSA, 1875 [1587]: 47-48.

No litoral como no sertão todas as tribos seguiriam os mesmos critérios basilares na localização dos assentamentos: «junto aos cursos de água»¹², fossem rios ou o mar, tanto para deslocações como enquanto fonte de água potável, e em sítios altos ou morros, embora por vezes um desacerto na escolha ditasse uma mudança antecipada. A ligação entre várias *tabas*, possivelmente núcleos de uma mesma povoação, compunha um sistema assente quer em caminhos terrestres quer em ligações fluviais ou marítimas. Estes conjuntos ou agregação de *tabas*, formando uma ou várias povoações, pontuavam um vasto território de domínio pertencente a uma determinada tribo, em faixas quer ao longo da costa quer no sentido do sertão, podendo mesmo compreender a extensão litorânea de toda uma capitania ou parte dela¹³.

Cada uma das várias *tabas* que em conjunto comporiam uma povoação dos Tupiniquim ou dos Tupinambá, dominantes no litoral, possuía uma ou duas *ywaras* com aproximadamente «braça e meia de altura»¹⁴. É possível que as *tabas* já tivessem *ywara(s)* mesmo antes da chegada dos europeus: como o relato de cativo e gravuras de Hans Staden parecem demonstrar, mesmo na sua fixação temporária tinham necessidades defensivas, tanto face a tribos inimigas como a animais ferozes. Com a ocupação europeia, a presença de *ywara* adquire premência defensiva, sobretudo no litoral; nesta função, delimitava e determinava, significando o lugar da *taba*.

Se por vezes apresentavam uma disposição menos articulada, atendemos com maior interesse às *tabas* em que as *ocas* se distribuíam de modo a conformar um espaço central comunitário: a *ocára*. A dimensão das *tabas* era variável, dependendo tanto da dimensão como do número de *ocas*, podendo variar entre três, «quatro e as sete»¹⁵, determinando assim um terreiro, variando entre um quadrado e um heptágono, numa certa equidade formal em torno de um espaço estável e agregador.

As *ocas*, de secção constante, possuíam «geralmente três portas, uma em cada extremidade e outra no centro, [tão baixas, que era] necessário curvar-se para sair e entrar»¹⁶. Cada casal tinha uma área determinada, contudo sem quaisquer divisórias, destinando-se o espaço central de uma das *ocas* ao chefe da *taba*.

¹² SOUSA, 1875 [1587]: 285.

¹³ SOUSA, 1875 [1587]: 59-67.

¹⁴ STADEN, 1930 [1557]: 64.

¹⁵ STADEN, 1930 [1557]: 80-83.

¹⁶ STADEN, 1930 [1557]: 134-137.

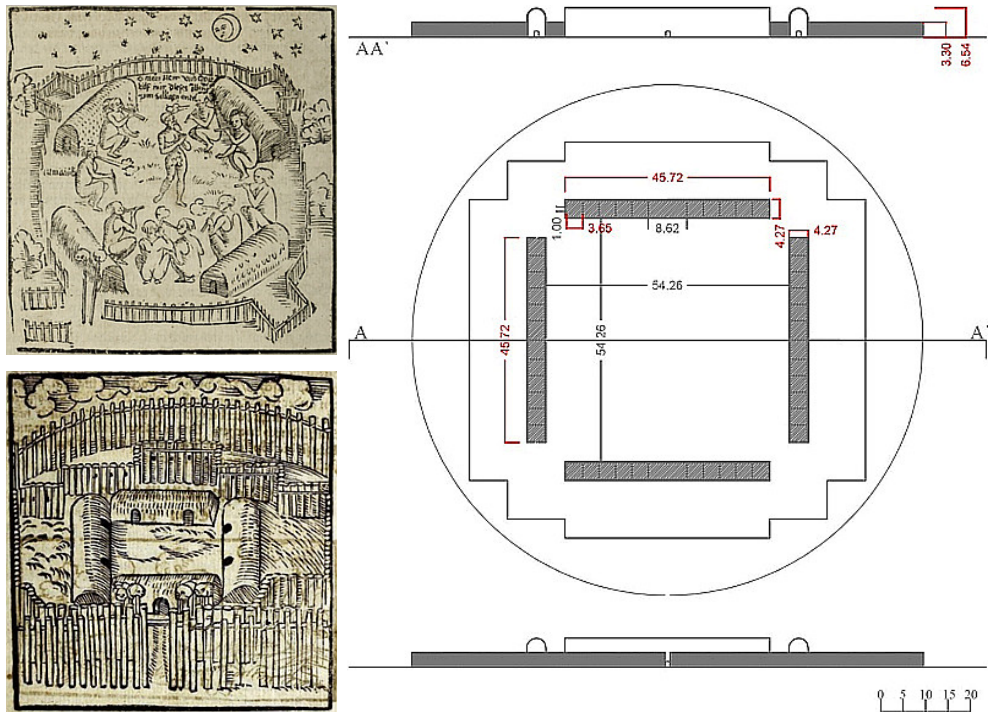


Fig. 3. Unidades de habitar indígenas: *taba* (aldeia), *ywara* (cerca), *oca* (casa), *ocára* (terreiro)
 Fonte: STADEN, 1930 [1557]; CUNHA, 2015: 241. Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

Os abrigos de huns, são humas pequenas choupanas, armadas á mão em quatro páos, cobertas de palha, ou palma, como aquellas que hoje servem, e á manhã se queimão. Outros que tem mais semelhança de communidade humana, formão cabanas, ou barracas compridas, desde o principio até o cabo, sem repartimento algum: entremeio alojão dentro vinte, até trinta casaes: d'estes cada qual se arrancha de hum esteio até outro com seu c[h]ão, e fogo, que sempre tem comsigo; e aqui vivem juntos todos¹⁷.

1.3. Constituição de povoações jesuítas

Estabelecidos na vila portuguesa de cada capitania, principiando por visitar as povoações indígenas — primeiro no litoral, depois no sertão —, os Jesuítas constataam a já referida realocação periódica, incluindo a subdivisão do grupo habitante. É possível que desta dificuldade tenha surgido a ideia de reorganizar algumas das povoações indígenas, humana e materialmente, transformando-as em povoações jesuítas, numa estratégia que

¹⁷ VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: LXXVI.

tirava partido de uma organização e de um sistema territorial já existentes, introduzindo, contudo, outra noção de hierarquia, subordinação e proveito.

O primeiro acto de ocupação consistiria na simples visita e imposição simbólica de uma cruz. Ajustando os parcos meios de que dispunham às condições de cada situação, os Jesuítas implementam três variantes no processo de ocupação, estabelecendo-se: [i] numa das *tabas* da povoação indígena; [ii] a seu lado; ou [iii] transferindo povoações, inclusive de diferentes tribos, para um local por eles determinado, fundando assim uma aldeia jesuíta de raiz.

No primeiro caso, elegendo uma das *tabas* entre as várias que compunham a povoação indígena, nela concentravam a população dessas outras «quatro, ou mais»¹⁸ *tabas*, formando uma só aldeia jesuíta; aqui residiriam, constituindo cabeça de uma povoação que subordinaria ainda outros assentamentos de visita mais afastados. O segundo caso, similar, diferia apenas no facto de a aldeia-cabeça jesuíta ser *ex-novo*. O terceiro consistia na transferência de povoações indígenas para um local que fosse mais conveniente aos interesses dos missionários. Entre as várias aldeias de visita, estabeleciam a aldeia-cabeça da povoação jesuíta; se numa povoação indígena habitava apenas uma tribo, a Companhia promovia a coexistência de várias — com proveito evangelizador, quebrando e confrontando elos entre tribos.

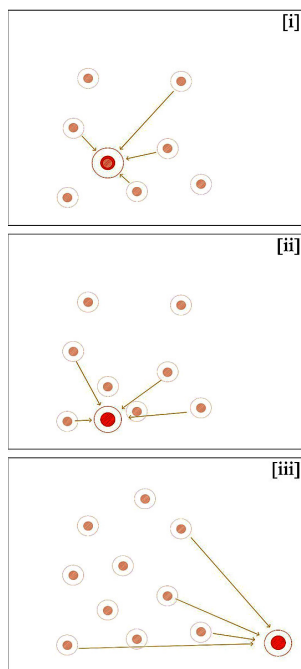


Fig. 4. Diagrama das três variantes do processo de ocupação jesuíta sobre as povoações indígenas: [i] estabelecendo-se «sobre» uma das *tabas* (aldeias) da povoação indígena; [ii] estabelecendo-se a seu lado, juntando quatro, cinco ou mais *tabas* (aldeias) para formar uma só de grande dimensão; ou, [iii] transferindo quatro, cinco ou mais *tabas* (aldeias) indígenas, que previamente juntavam, num local por eles determinado, fundando assim uma aldeia missionária de raiz. Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

¹⁸ NÓBREGA, 1988c [1559]: 204-205.

O Padre Pero da Costa e o Irmão João Lobato sabem a língua da terra e têm cuidado de visitar as Aldeias que estão a nosso cargo, onde haverá alguns quinhentos cristãos, que não conhecem outros vigários senão os da Companhia, [...], voltando sempre a casa de dois ou de três em três dias, e, quando há nas ditas Aldeias necessidade, de oito em oito dias¹⁹.

Estabelecida a povoação jesuíta e a partir da aldeia-cabeça, os missionários prosseguiram com a missão, visitando *tabas* e povoações indígenas no propósito de resgatar outras tribos gentias. Assim, uma povoação jesuíta, além das aldeias cristãs que gravitavam em torno, poderia deter outras, geograficamente mais distantes²⁰. Apenas na aldeia-cabeça de uma povoação existiria o conjunto arquitectónico jesuíta; nas demais aldeias de índios cristãos, e excepcionalmente em algumas delas, haveria uma construção precária, funcionando como ermida e residência onde, devido às longas distâncias, os missionários pernoitavam nas suas visitas regulares²¹.

Nesta estratégia, os Jesuítas não só transformam as povoações indígenas em povoações cristãs, cumprindo a sua missão, como impõem um modelo de ocupar o território: organizado num sistema hierarquizado, entre concentrado e disperso, e sedentarizado; adquirem sobretudo legitimidade de proveito e governo das suas vastas áreas de domínio territorial.

Na implantação das povoações os Jesuítas considerariam quatro factores: [i] sendo as comunicações sobretudo marítimas, existência de baía ou enseada servindo de bom porto, mas simultaneamente defendida, precavendo ataques indígenas ou corsários; [ii] existência de uma foz, estabelecendo ligações ao interior do território; [iii] bons ares, que os morros proporcionavam, bem como água potável (rio, ribeiro ou poço); e [iv] terrenos próximos susceptíveis de cultivo²².

Se muitos destes factores eram considerados pelas populações indígenas antes da chegada dos Jesuítas, é a noção de hierarquia e proveito económico, para além da subsistência, que diferencia ambos os sistemas — a uma perspectiva indígena, quotidiana e homogénea, os Jesuítas impõem fixação e diferenciação, numa outra visão temporal e material.

Nas visitas regulares às aldeias que compunham a povoação, os Jesuítas deslocavam-se por terra; igualmente entre povoações em percurso junto à costa, se próximas, como ocorria por exemplo entre Guarapari e Reritiba; se distantes, optavam pelo mar.

¹⁹ LEITE, S. J., *ed.*, 1961 [1571]: 4.

²⁰ NÓBREGA, Padre Manuel da (1553) — [Carta] 1553, Sertão de San Vicente. Acessível em *Archivum Romanum Societatis Iesu*, Roma, Itália. *Brasiliae* 3-1.

²¹ LEITE, S. J., *ed.*, 1958 [1561]: 367-382.

²² LEITE, S. J., *ed.*, 1958 [1561]: 367-382.

«[A] mantença da casa é o trabalho de Índios»²³. Como garante de sustento próprio, e progressivamente contributo para o sistema, cada aldeia que compunha a povoação tinha as suas terras de produção, com roças, de cultivo, e currais, para criação de animais. Algumas teriam pertencido aos domínios dos índios aldeados, assim tomadas pelos Jesuítas, enquanto outras eram doadas pelo governador ou particulares. A produção era determinada pelo padre visitador, sendo as roças «visitadas a cada semana [pelos missionários, também ensinando a doutrina aos índios; os currais eram-no] pelo menos cada mês»²⁴.

A meados do século XVII, como que em processo de concessão parcial aos índios daquilo que inicialmente deles fora, é determinado que, aqueles que aldeados, pudessem «livremente servir e trabalhar com quem bem lhes estivesse, e melhor lhes pagasse seu trabalho; [àqueles que descessem do Sertão], o governador [assinalaria] lugares convenientes pera nelles lavrarem, e cultivarem»²⁵. Em 1660, o Padre António Vieira redige o *Regulamento das Aldeias*, com o propósito de incentivar os índios a produzir excedentes, nas roças e currais, que pudessem ser comercializados pelos Jesuítas no colégio.

A aldeia-cabeça da povoação era formal e hierarquicamente organizada a partir da igreja, com a residência anexa, ambas presidindo um amplo espaço aberto, terreiro agregador das habitações dos indígenas.

Porém, o que primeiro construía era um abrigo rudimentar em taipa-de-mão e palha que funcionava como ermida, residência e escola de doutrinação e ensino elementar²⁶. Posteriormente esse abrigo era substituído pela igreja construída em taipa-de-pilão, a que sucederia a igreja definitiva, de pedra e cal²⁷. Enquanto não davam início ao edifício da residência, acrescentavam à igreja «algunos aposentos para estar mejor acomodados»²⁸, anexos à capela-mor, onde residiam os Jesuítas, passando a funcionar como sacristia aquando da construção da residência.

Similar a um convento ou ao colégio na sede da capitania, mesmo que mais elementar, a residência era composta por três alas, formando com a igreja uma construção em quadra. A cada piso e a cada ala correspondia um uso específico: no sobrado, os cubículos e a escola de ensino elementar; no piso térreo, as oficinas e a cantina²⁹. Face a esta organização de três alas em torno de um pátio-claustro, observa-se também a construção de apenas uma ala, de maior largura.

²³ NÓBREGA, 1988c [1559]: 191-218.

²⁴ *O que pareceo ao Padre Visitador Christovão de Gouvea [...]*, [1589]. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

²⁵ *Ley de dez de Novembro de mil seiscentos quarenta e sete [...]*. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal.

²⁶ NÓBREGA, Padre Manoel da (1552) — [Carta] 1552 Jul., Baía [a] Padre Simão Rodrigues, Lisboa. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.

²⁷ NÓBREGA, 1988a [1552]: 137.

²⁸ CARTA NÃO ASSINADA (1562). Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália, Brasiliae 12.

²⁹ Sobre este assunto veja-se, MARTINS, 1994.

Nas oficinas os Jesuítas instruíam os índios nas pequenas indústrias artesanais formando pedreiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, ... mão-de-obra especializada fundamental para a edificação e manutenção dos assentamentos, que circulava dentro do próprio sistema territorial jesuíta — «destes moços, pus a aprender ofícios quatro ou cinco e isto se há-de fazer com outros»³⁰. Esta mão-de-obra indígena especializada era também, pela qualidade, requerida pelo governador para serviços e obras públicas da capitania.

As habitações das populações indígenas distribuíam-se em redor do terreiro, agregador e relacional, como que reminiscente da *ocára* nas *tabas* indígenas. Ao contrário do que ocorria com as *ocas* comunitárias, vão ser individuais, compostas igualmente por apenas um piso, com materiais e sistema construtivo elementares, em «madeira e palha ou em taipa-de-mão e palha»³¹, plausivelmente numa metamorfose das *barracas compridas* dos gentios, agora autonomizando o espaço de cada casal, abrindo individualmente para o terreiro.

De início cada povoação tinha um padre, superior com cerca de 40 anos, e um irmão, com metade da idade competindo-lhe aprender a língua indígena. Porém, porque alguns aderiam ao modo de vida dos índios gentios, Francisco de Borja determina a permanência de quatro missionários por povoação, dois padres e dois irmãos. Devido aos poucos recursos humanos, inviabilizando a residência permanente de quatro missionários em todos os assentamentos-cabeça, Cláudio Acquaviva determina que as povoações que não os pudessem ter, passassem a ser de visitação³². Emanada de Roma, a medida é refutada pelos Jesuítas no Brasil, insistindo na importância das povoações e na permanência constante de missionários, tanto para sua conservação como para conversão de gentios. Volta assim a entrar em vigor a directiva de permanência de dois missionários, um padre e um irmão — se possível, três ou quatro —, determinando ainda que visitassem «las casas de los Indios una vez en la semana, o mas si fuere necessário»³³.

Em consequência, algumas aldeias-cabeça de residência passam de permanente a pendular, isto é, de missão a visitação, como foi por exemplo o caso de Guarapari, evidência da capacidade de adaptação, ou miscigenação, entre o modelo jesuíta e o contexto.

Tendo a Companhia de Jesus estabelecido povoações ao longo de todo o litoral, não será difícil imaginar, num território tão vasto e pouco ocupado, uma costa pontuada pelos seus assentamentos e edifícios, uma imagem que, à época, traduzir-se-ia numa paisagem manifestamente jesuíta — uma paisagem onde a arquitectura da Companhia se destacava no território como verdadeira marca de ocupação, proveito e governo.

³⁰ LEITE, S. J., ed., 1940a [1553]: 166.

³¹ NÓBREGA, 1886b [1552]: 97.

³² AQUAVIVA, Padre General Cláudio (1598) — [Carta] 1598 Jan. 30 [a] Padre Provincial Pero Rodriguez. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

³³ AQUAVIVA, Padre General Cláudio (1598) — [Carta] 1598 Jan. 30 [a] Padre Provincial Pero Rodriguez. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

Assim, os assentamentos jesuítas não foram apenas núcleos de evangelização e educação de populações indígenas, centros de produção e ofícios, estiveram também eles incluídos na defesa costeira, ainda que sob o seu aspecto religioso, e, portanto, pacífico e inofensivo, constituindo efectivas fortificações, do espiritual e do temporal, desempenhando funções de defesa passiva sob uma expressão religiosa, como parece demonstrar a documentação epistolar da época.

1.4. Organização, evolução e hierarquia do sistema territorial jesuíta

Fundado o colégio na vila da capitania, os Jesuítas estabelecem povoações a Norte e a Sul com o propósito de evangelizar as populações indígenas, mas também de garantir a ocupação, proveito e governo do território ou, segundo o padre Nóbrega, de *a terra povoar*. Dependendo das directivas romanas, as aldeias-cabeça das povoações jesuítas, todas de residência, oscilavam entre a plena condição de missão ou apenas de visitação. As de missão caracterizavam-se por terem residência permanente de missionários, enquanto as de visitação, devido à insuficiência de recursos humanos na província, oscilavam entre a permanência prolongada, ou mesmo a simples pernoita por alguns dias, e certos períodos de ausência. Todas elas, além de centros de catequização e doutrinação funcionavam como escola: de ensino elementar para os índios menores e de ofícios para os índios adultos.

No Espírito Santo foram duas as aldeias de missão, Reis Magos e Reritiba, a Norte e a Sul do colégio em Victoria, aproximada e respectivamente no centro da distância compreendida entre este e os limites da capitania, nos rios Doce e Paraíba. As aldeias de visitação foram também duas, São João e Guarapari, a meia distância entre aquelas de missão e o colégio.

Em torno de todas, bem como do colégio, gravitavam as aldeias de visita, *tabas* cristianizadas ou aldeias de índios cristãos, cujas populações os Jesuítas doutrinavam e catequizavam, visitando-as frequentemente; fixas, estas aldeias subordinavam-se às aldeias-cabeça, constituindo as povoações. Em algumas existia uma construção precária, abrigo funcionando tanto como ermida como casa; a distância entre algumas aldeias era significativa, justificando-se assim a pernoita dos missionários.

Garantia de sustento do Instituto na província, os Jesuítas iniciam a administração de fazendas e engenhos, primeiro doados, depois implementados por iniciativa própria. À semelhança das aldeias-cabeça, estas unidades produtivas vão também desempenhar função organizadora e de significação do território, bem como características «urbanas» e arquitectónicas similares — igreja, residência e terreiro, delimitado por habitações e construções de apoio à produção. Diferença substancial entre a residência das povoações face àquela das fazendas e engenhos estava no facto de as primeiras, além de habitação, albergarem também espaços de catequização e de ensino elementar.

Entre a aldeia-cabeça das povoações e o colégio circulava o material de construção e a mão-de-obra especializada formada pelos missionários, fundamental na consolidação dos conjuntos arquitectónicos dos Jesuítas bem como na sua manutenção. A produção proveniente sobretudo das fazendas e engenhos era enviada ao colégio, por via terrestre, fluvial ou marítima, a partir do qual era redistribuída, por determinação dos superiores de acordo com as necessidades, pelas aldeias-cabeça das quatro povoações — Reis Magos, Reritiba, São João e Guarapari —, ou mesmo comercializando o excedente.

Estas frequentes deslocações entre *estalagens jesuítas por toda a costa* foram assim inscrevendo no território uma rede de ligações materiais e imateriais — *caminhos da terra como do mar, povoando a terra*. As primeiras ligações, surgidas da necessidade de assegurar a evangelização das populações indígenas, acabaram assim reforçadas por um sistema económico-administrativo que visava garantir o auto-sustento jesuíta na província. Com assentamentos hierarquizados e estrategicamente implantados ao longo do Espírito Santo, ligados por rotas terrestres e trajectos marítimos e fluviais, os missionários ao serviço da Igreja e da Coroa, com as populações indígenas a seu serviço, garantiam uma significativa área de acção territorial, construindo e contribuindo para uma matriz de povoamento — organização, proveito e governo do espaço.

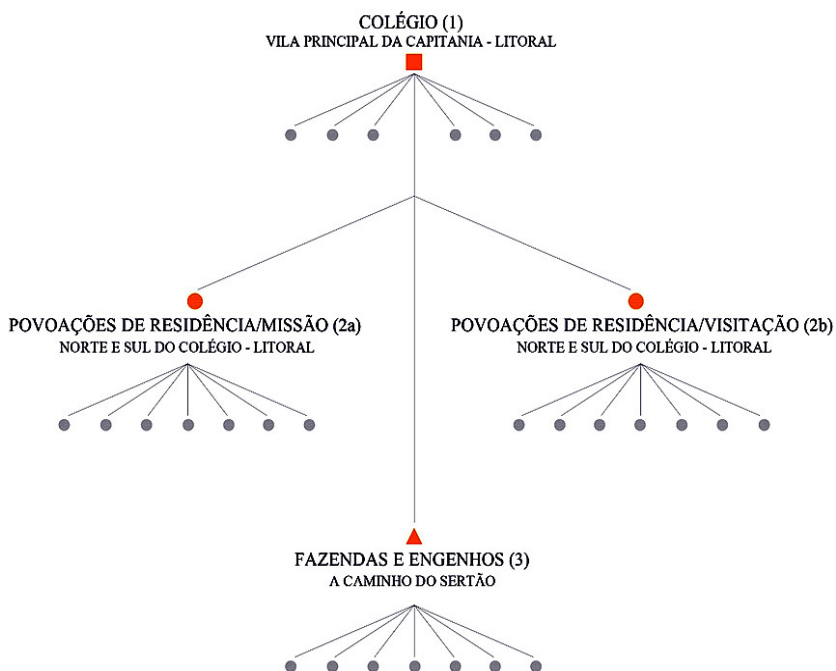


Fig. 5. Diagrama esquemático do sistema territorial jesuíta, capitania do Espírito Santo, XVI-XVII
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

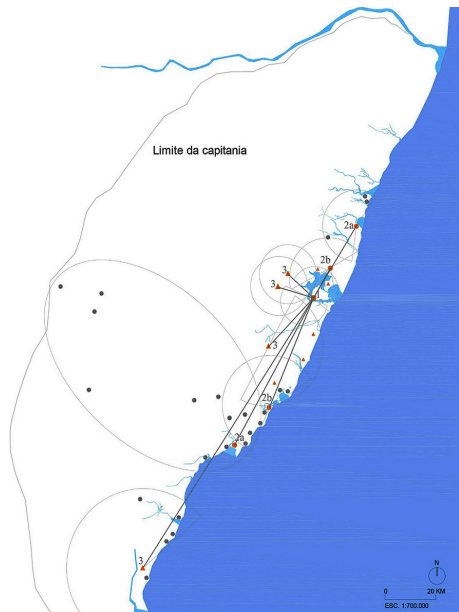


Fig. 6. Diagrama representativo do sistema territorial jesuíta, capitania do Espírito Santo, XVI-XVII
 Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019
 Legenda: ■ Colégio (1) ▲ Aldeias de residência: missão (2a) e visitação (2b) • Fazendas e engenhos (3) • Aldeias de visita

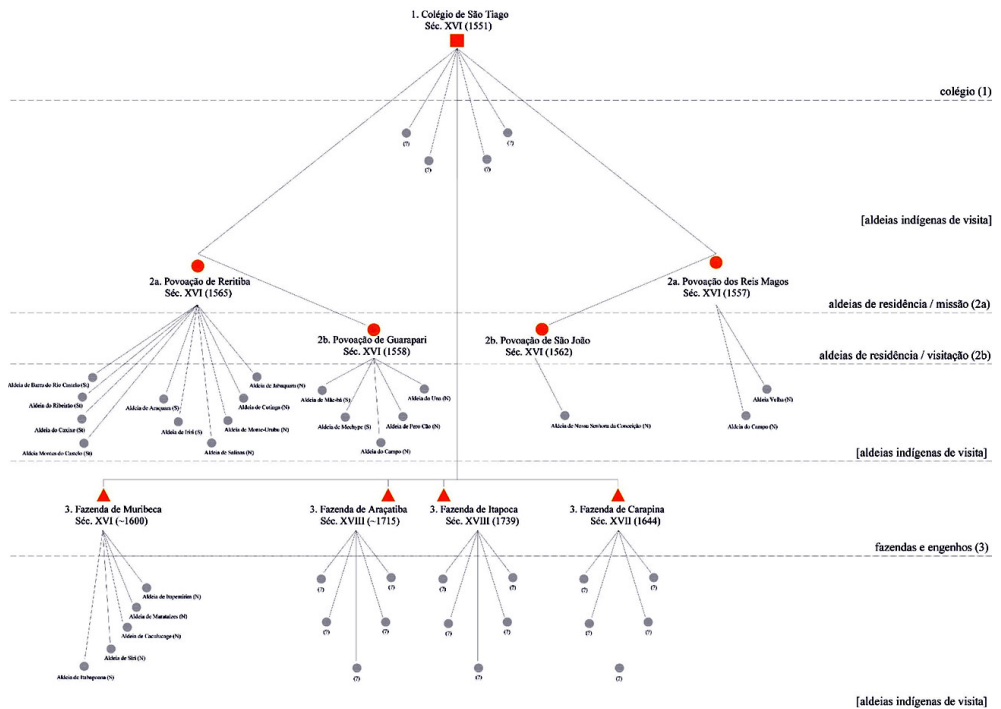


Fig. 7. Diagrama do sistema territorial jesuíta, capitania do Espírito Santo, XVI-XVII
 Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

2. O CASO DE RERITIBA

2.1. Movimentações do período indígena (século XVI)

No morro junto à foz do rio Reritiba (actual Benevente) fundam os Tupiniquins a sua povoação.

2.2. Período jesuíta: implantação e construção do lugar (1585-1679)

A foz do rio Reritiba abre em grande baía; a Norte da foz o território é modelado por dois morros, estabelecendo, os missionários, no mais alto e próximo à foz, a aldeia-cabeça da povoação; sensivelmente no topo Noroeste «da montanha, defronte do Rio Reritiba»³⁴ implantam o conjunto arquitectónico — igreja e residência — voltadas a Sudeste, presidindo um terreiro.

José Carvalho, citando o padre Manuel Pires aponta como data de fundação da aldeia o dia «14 de Agosto de 1579, dia de Nossa Senhora da Assunção»³⁵. No entanto, acrescenta, que apesar de ser «quase impossível determinar uma data certa para a fundação da aldeia [certo] é que o local é o mesmo onde se ergue hoje a igreja»³⁶.

A 14 de Agosto de 1579 o padre José de Anchieta instala-se em Reritiba, numa *taba* (aldeia) indígena. Em 1581, Reritiba, era, provavelmente, uma das dez aldeias que então existiam ao longo da costa do Espírito Santo, que os missionários visitavam periodicamente³⁷.

Em 1585, depois de ter estado no Colégio de São Tiago, em Victoria, devido ao cargo de provincial que então exercia (1577-1587), o padre José de Anchieta regressa a Reritiba, para finalizar o conjunto arquitectónico — igreja e residência — provavelmente iniciado em 1579, ano de fundação da aldeia³⁸.

Em 1587, a pedido do padre visitador Cristovão de Gouveia, «três léguas [19,8 km] de terra» são doadas pelo governador — Vasco Fernandes — aos índios da povoação de Reritiba³⁹. Em 1593, e ainda de acordo com o padre Simão de Vasconcelos, existiam no Espírito Santo quatro grandes aldeias — Reritiba, Guarapari, São João e Reis Magos — residindo em Reritiba «quatro jesuítas que atendiam às aldeias vizinhas»⁴⁰, os padres José de Anchieta e Brás Lourenço, e os irmãos Jerónimo Rodrigues e Diogo Fernandes. Quatro religiosos era então o número determinado e exigido por Roma, para que a aldeia fosse de residência, ou missão, isto é, aldeia-cabeça de povoação. Nesse final de Quinhentos, Reritiba era uma das maiores povoações jesuítas da costa do Espírito Santo,

³⁴ LEITE, S. J., 1938: I, 248.

³⁵ CARVALHO, 1982: 79.

³⁶ CARVALHO, 1982: 79.

³⁷ LEITE, 1938: I, 242.

³⁸ DAEMON, 1879: 158.

³⁹ VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: 289.

⁴⁰ VASCONCELOS, S. J., 1865 [1662]: 308.

conforme revela a carta datada de 1589 da autoria do padre Machado Diego: «La Aldea [...] en sitio llamado Erititiba, [...] conta de oitocentas y sincoenta almas [...]. En ella asisten los Religiosos, que tienen a su cuenta la enseñanza destes Indios admistrandoles los Sacramentos»⁴¹.

Enquanto aldeia de residência, ou missão, competia aos missionários residentes a entrada no sertão no propósito de descer populações indígenas, de diversas tribos, para as transferir para a povoação. Nessas incursões pelo interior do território os Jesuítas faziam-se acompanhar por alguns índios residentes na povoação. Em Reritiba a determinação de entrada no sertão chega em 1600, pelo padre visitador Cristovão de Gouveia: «[Q]ue vão dous Padres dahi vinte e oito leguas [184,8 km] á petição dos indios, que queiram ser christãos: [...] e descerão logo quatro ou cinco mil almas, e ficará porta aberta para descer grande multidão de gentios»⁴².



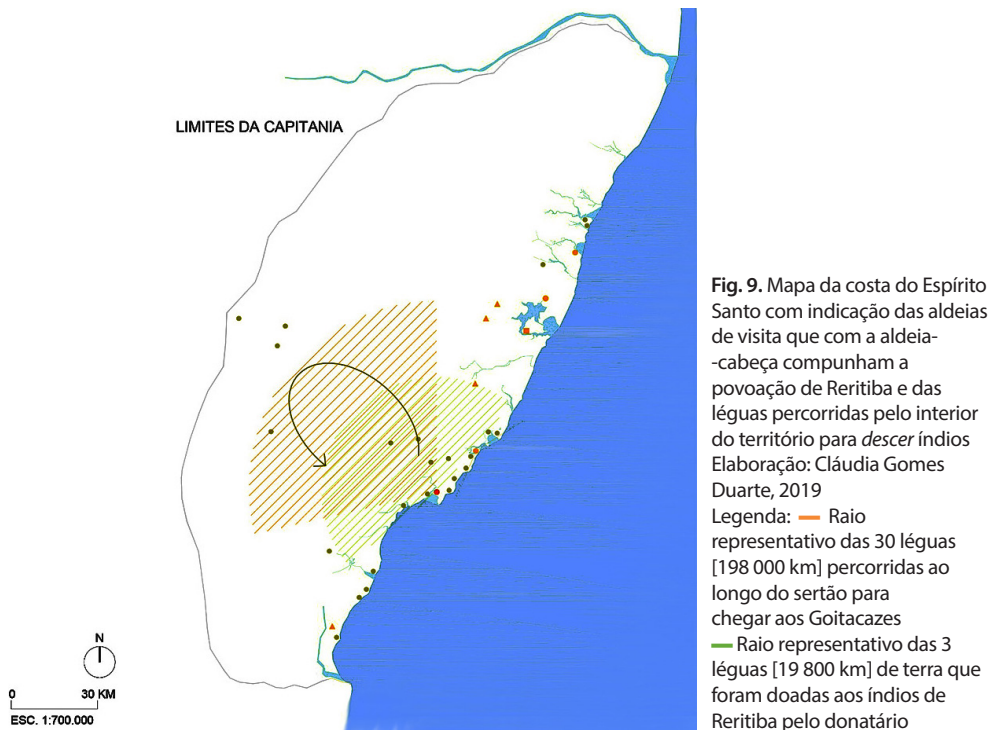
Fig. 8. Representação, sobre satélite, da Aldeia de Reritiba e das aldeias de visita que gravitavam no seu entorno
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

Legenda: — Baía e rios de penetração ao interior do território
• (2b) e (2a) Aldeia-cabeça da povoação de Guarapari e Reritiba, respectivamente
• Aldeias de visita das povoações de Guarapari e Reritiba
— Diâmetro de 3 km que delimita a entrada, a partir do mar, da baía das aldeias de residência, ou aldeias-cabeça de povoação
— Diâmetro de 3 km que delimita a entrada, a partir do mar, da baía das aldeias de visita das povoações

⁴¹ DIEGO, Padre Machado (1589) — [Carta] 1589, Bahia [a] Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-2.

⁴² CARDIM, 1847 [1583-1585]: 205.

Para além disso, como aldeia de residência, a povoação deveria ter sob a sua jurisdição aldeias de visita. No caso de Reritiba foram elas as aldeias Ubu, a Norte; Iriri e Araquara a Sul; Jabaquara, Monte-Urubu, Salinas e Cutinga, ou Quatinga, a Noroeste, já em direcção ao sertão e, finalmente, Montes do Castelo; Caxixes; Ribeirão; e Barra do Rio Castelo no sertão. Serafim Leite, assinala, na órbita de Reritiba, para o ano de 1641, a aldeia de «Gurumomins [ou] Maramomins, [onde residiam os] Guarulhos, [que eram visitados] pelo Padre Francisco Gonçalves, superior do Colégio de São Tiago»⁴³.



Os missionários permanecem na aldeia-cabeça da povoação até Alvará, com força de lei, datado de 1 de Janeiro de 1759, que a elevava à «categoria de villa, com a denominação de Benevente [ainda que o mesmo só tivesse tido execução] a 14 de Fevereiro de 1761»⁴⁴. A 12 de Agosto de 1887, por iniciativa do bispo D. Pedro Maria de Lacerda e do imperador D. Pedro II, Vila Nova de Benavente passa a cidade, com a denominação de Anchieta.

⁴³ LEITE, 1943: IV, 146.

⁴⁴ VASCONCELLOS, 1858: 202.

2.3. Transformações do lugar — territoriais, urbanas, arquitectónicas

Como já observado, é apontado o ano de 1579 como o de fundação da aldeia de Reritiba enquanto residência e o ano de 1587 como o de conclusão do conjunto arquitectónico.

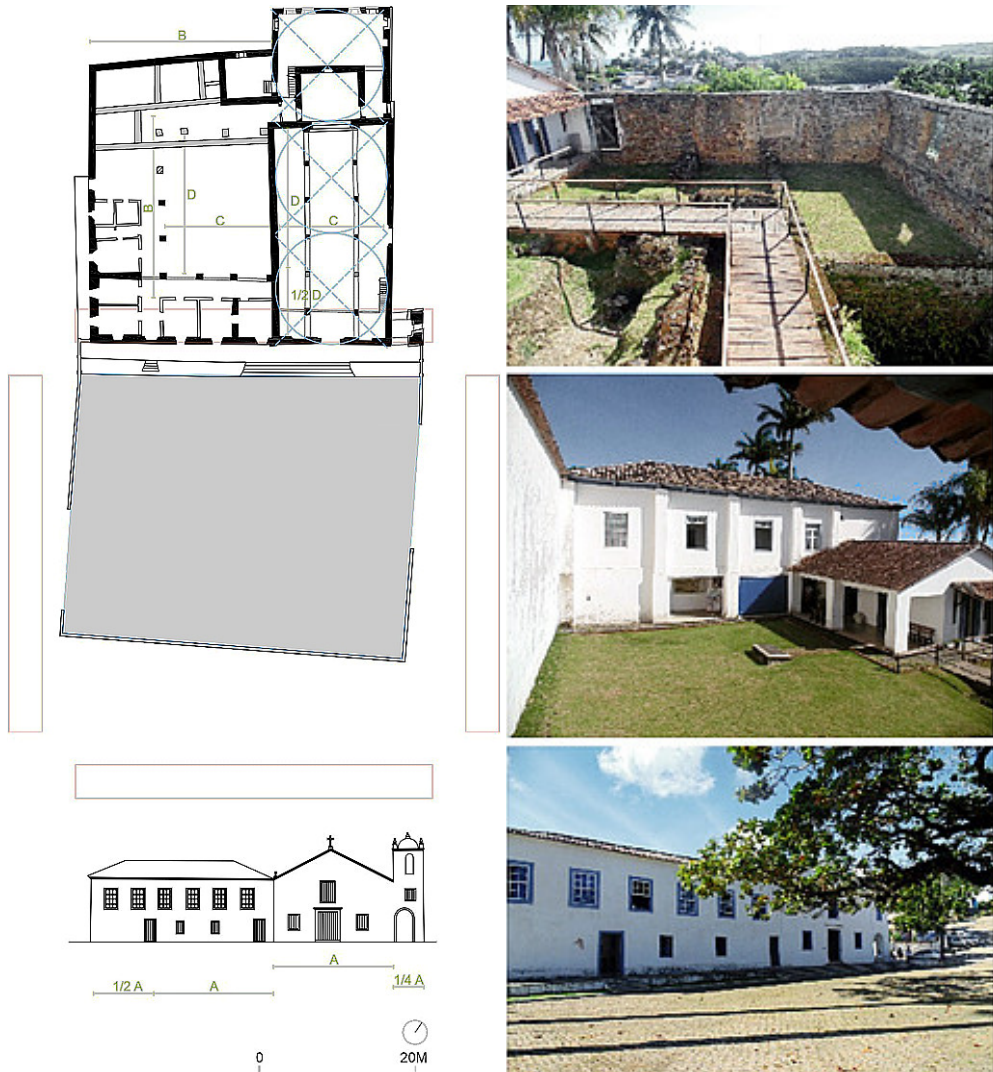
Em documentação da segunda metade de Setecentos e Oitocentos, incluindo cartográfica de 1790 e 1863, a enseada e o rio de Reritiba são descritos como *muito abrigados dos ventos da terra* e a antiga aldeia-cabeça da povoação aparece quer como Villa Nova de Benavente, quer como Villa de Benevente. Em ambas as cartografias apesar de não aparecer qualquer referência descritiva ao conjunto arquitectónico jesuíta, este é representado, sempre, como o elemento territorial principal e de maior escala, ou seja, aquele que confere a identidade ao lugar. Todos os outros elementos construídos, cuja representação é muito elementar corresponderão muito provavelmente a pequenas habitações: no caso da cartografia datada de 1790, a habitações elementares e precárias; no caso da cartografia datada de 1863, a habitações mais consolidadas, que começavam a conformar o tecido urbano.

Fronteiro ao conjunto arquitectónico existe hoje uma praça, sensivelmente quadrada, que poderá corresponder ao todo ou a parte do antigo terreiro; é possível até que os Jesuítas, aquando da fundação da aldeia-cabeça, tivessem tomado aproximadamente como referente a *ócara*, espaço central de uma *taba* indígena. É difícil precisar com rigor a configuração de tal terreiro, no entanto, na cartografia consultada — 1790 e 1863 (Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro) — observa-se que o conjunto arquitectónico jesuíta tinha fronteiro um espaço vazio e que esse correspondia ao limite do topo do morro; assim, é até possível que a extensão que compõe hoje a praça correspondesse ao antigo terreiro. Observa-se ainda a existência de pequenas habitações, em número reduzido, no sopé do morro, sobretudo, mas também, no morro fronteiro, orientadas para o estuário.

O conjunto arquitectónico jesuíta está hoje inserido em malha urbana consolidada, que, contudo, será relativamente recente, posterior a meados do século XX, conforme parece observar-se em registos fotográficos e desenhos do processo de tombamento e posterior intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com efeito o desenho de André Carloni, datado de 1942, mostra o morro apenas ocupado pelo conjunto arquitectónico jesuíta. Apenas no sopé do morro, a Sul, Este e Oeste, a existência de pequenas habitações, em número reduzido.

Só não se perdeu a leitura da unidade antiga do conjunto, quer ao nível territorial, quer ao nível paisagístico, que caracterizaria Reritiba entre os séculos XVI e XX, pelo facto de este assumir ainda protagonismo sobre o morro, ocupando-o quase na sua totalidade. Permanece assim, e ainda, a força referencial e estruturante do conjunto arquitectónico jesuíta e da praça fronteira — antigo terreiro — à ilharga da Avenida Anchieta. Tais elementos, sobretudo devido à harmonia geométrica e de proporções que formam

no seu conjunto, constituíram e constituem assim, inclusive na sua transformação, uma marca legível no território e na paisagem, conferindo a Reritiba (actual Anchieta) um carácter de lugar referencial de unidade e identidade.



Legenda: — Esquema da taba (aldeia) indígena da Tribo Tupinambá, de acordo com os desenhos e medidas indicadas por Hans Staden
 — Praça fronteira ao conjunto arquitectónico jesuíta, cujas medidas quase correspondem à da ocára (terreiro) indígena — Espaço vazio fronteiro ao conjunto arquitectónico jesuíta e que se julga ter correspondido ao antigo terreiro jesuíta. Para o desenho do seu perímetro tomou-se como referente o que hoje existente fronteiro à igreja e cujos limites terminam onde começa o declive do morro
 — Actual praça fronteira ao conjunto arquitectónico jesuíta

Fig. 10. Conjunto jesuíta (esquerda), ruínas da ala Noroeste da residência (superior esq.), pátio (centro esq.) e fachada principal (inferior esq.)

Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019 (desenhos) Jan. 18 (fotografias)

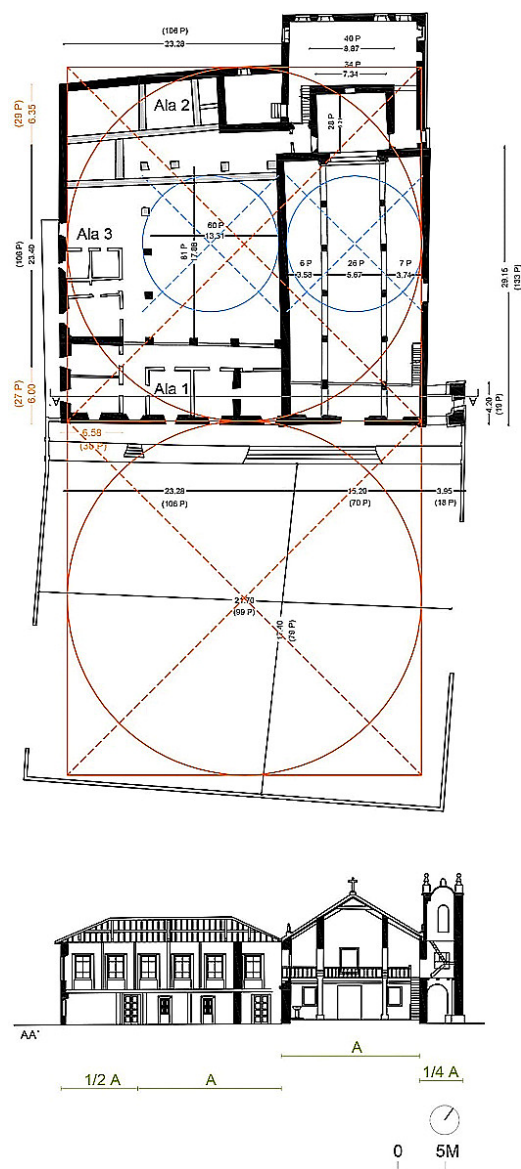


Fig. 11. O conjunto jesuíta, onde é possível verificar a correspondência entre a largura menor da nave da igreja e a largura menor do pátio, e corte do conjunto jesuíta
Elaboração: Cláudia Gomes Duarte, 2019

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma presença maior do tempo antigo — um olhar sobre a história, o passado e o património material e imaterial — não traduz uma saudade de um tempo que não foi o nosso, nem por nós vivido, antes notando a inquestionável presença e influência das povoações indígenas, primeiro, e a reorganização do povoamento implementada pelos Jesuítas, depois, para aquilo que é hoje o território brasileiro.

Determinadas em Roma, as povoações jesuítas foram o resultado da acção dos missionários no Brasil, na adequação à geografia, à paisagem e ao modo de vida das populações indígenas; não emanou do epicentro romano, mas dos próprios missionários na colónia, de onde a sua localidade e singularidade.

Roma foi reconhecendo este modo de povoar, reorganizando e reestruturando, engenho jesuíta na conversão espiritual e material como a forma missionária mais adequada à realidade indígena. Evangelização, exploração produtiva e expansão territorial, a missão jesuíta no Brasil concretiza-se na construção de um sistema de assentamentos hierarquizados e conectados tanto por terra como por rio e mar.

Certos aspectos na implantação e organização das povoações indígenas, apropriados nas povoações jesuítas, quase conduzem a considerar a imprescindibilidade das primeiras para a concretização do projecto missionário. As *tabas* indígenas, nomeadamente as *ocáras* enquanto praças da comunidade, terão servido como referência para os assentamentos jesuítas. Enveredando pela construção durável e variação de escala, conferindo hierarquia e significado a cada assentamento dentro do sistema territorial, parece evidenciar-se uma matriz comum entre as povoações indígenas e as povoações jesuítas. Apesar de por imposição, os Jesuítas operaram assim também a partir da realidade indígena, convertendo tanto no espiritual como no temporal.

FONTES

Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália

- AQUAVIVA, Padre General Cláudio (1598) — [Carta] 1598 Jun. 30 [a] Padre Provincial Pero Rodriguez. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.
- CARTA NÃO ASSINADA (1562). Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 12.
- DIEGO, Padre Machado (1589) — [Carta] 1589, Bahia [a] Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-2.
- GRA, Padre Luis da (1556) — [Carta] 1556 Jun. 8, Piratininga desta capitania de San Vicente [a] muy Reverendo en Christo el Padre nuestro Ignacio General de la Companhia de Iesu (2.º via). Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.
- NÓBREGA, Padre Manoel da (1552) — [Carta] 1552 Jul., Baía [a] Padre Simão Rodrigues, Lisboa. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.
- NÓBREGA, Padre Manoel da (1553) — [Carta] 1553, do Sertão de São Vicente. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 3-1.
- NÓBREGA, Padre Manoel da (1561) — [Carta] 1561 Jun. 12, São Vicente [a] Padre Geral Diego Laynes, Roma. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 15.
- O QUE PARECEO AO PADRE VISITADOR CHRISTOVÃO DE GOUVEA ordenar na visita deste Collegio da Baya. 1.º de Janeiro de 1589. Veo confirmado pelo Padre Geral. Acessível em Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, Itália. Brasiliae 2.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal

DECRETO de Sua Magestade. Foy publicada na Chancellaria a ley de sua Magestade, escrita pelo escrivão Gaspar Maldonado perante os officiais da ditta Chancelaria, Lisboa, Agosto de 1609. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal. Pombalina 474.

LEY de dez de Novembro de mil seiscentos quarenta e sete. Collecção dos Breves Pontificios, e Leys Regias, que foraõ expedidos, e publicadas desde o anno de 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos índios do Brasil. Acessível em BNP, Lisboa, Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ANCHIETA, José de., S. J. (1988 [1580]) — *Informação do Padre José de Anchieta em 1580 acerca da capitania do Espírito Santo*. In ANCHIETA, José, S. J. — *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, p. 327.

CARDIM, Fernão (1847 [1583-1585]) — *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARVALHO, José (1982) — *O Colégio e as Residências dos Jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

CUNHA, Maria (2015) — *Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos confrontos e encontro*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.

DAEMON, Bazílio Carvalho (1879) — *Província do Espírito Santo*. Victória: Typografia do Espírito-Santense.

LEITE, Serafim, S. J. (1938-1950) — *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugália, tomos I-X.

LEITE, Serafim, S. J., ed. (1940a [1553]) — [Carta] *do P. Luiz da Grã a Santo Inácio, da Baía, 27 de Dezembro de 1553*. In LEITE, Serafim, S. J., ed. — *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo/Rio/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p. 160-170.

—— (1940b [1558]) — *Apontamento de coisas do Brasil, da Baía, 8 de Maio de 1558 [do Padre Manoel da Nóbrega]*. In LEITE, Serafim, S. J., ed. — *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo/Rio/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p. 75-87.

—— (1957 [1557]) — [Carta] *do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola, Roma. Piratininga 7 de Abril de 1557*. In LEITE, Serafim, S. J., ed. — *Monumenta Brasiliae II (1553-1558)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, p. 359-363.

—— (1958 [1561]) — [Carta] *do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes, Roma. São Vicente 30 de Julho de 1561*. In LEITE, Serafim, S. J., ed. — *Monumenta Brasiliae III (1558-1563)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, p. 367-382.

—— (1961 [1571]) — *Carta do Padre António da Rocha ao Padre Geral Francisco de Borja, do Espírito Santo (Vitória), 18 de Junho de 1571*. In *Aspectos do Brasil em 1571 uma carta inédita do Padre António da Rocha, superior do Espírito Santo*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, p. 4. Separata do vol. V das actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos.

MARTINS, Fausto Sanches (1994) — *A Architectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NÓBREGA, Manoel da (1886a [1551]) — *Aos Padres e Irmãos (1551) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega de Pernambuco]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 83-85. (Cartas Jesuíticas; I).

—— (1886b [1552]) — *Para o Padre Provincial de Portugal (1552) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega da Bahia]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 94-97. (Cartas Jesuíticas; I).

- (1988a [1552]) — *Ao Padre Mestre Simão (1552) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega da Bahia]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 137-143.
- (1988b [1556]) — *Para o Padre Ignacio [de Loyola] (1556) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega de Piratininga]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 150-155.
- (1988c [1559]) — *A Thome de Sousa (1559) [Carta do Padre Manoel da Nóbrega da Bahia]*. In NÓBREGA, Manoel da — *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, p. 191-218.
- SOUSA, Gabriel Soares de (1875 [1587]) — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typografia Ignacio Silva.
- STADEN, Hans (1930 [1557]) — *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira.
- VASCONCELOS, Simão, S. J. (1865 [1662]) — *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.
- VASCONCELLOS, José Marcellino (1858) — *Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo*. Victória: Typ. de P. D'Azeredo.

UMA INTRODUÇÃO À ANÁLISE HISTÓRICA DE CIDADES PORTUÁRIAS E À COMPREENSÃO DE SEU VALOR PATRIMONIAL: A METODOLOGIA DE ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DE LISBOA E RIO DE JANEIRO

MARIANA MARTINS DE OLIVEIRA*

Resumo: *Com a mudança de paradigmas na organização da sociedade pós-moderna, e a crescente decadência das cidades portuárias de todo o mundo, novas soluções, vocacionadas para o turismo, foram aplicadas no planejamento urbano de cidades e seu waterfront a partir da década de 1960. O presente artigo propõe-se a discutir a metodologia de estudo utilizada para analisar as cidades de Lisboa e Rio de Janeiro, em perspectiva comparada, o desenvolvimento dos seus tecidos urbanos e da sua arquitetura construída, remontando aos tempos da transição da Coroa portuguesa da primeira para a segunda cidade, e pontuando a relevância da atividade portuária em ambas as cidades a partir de então, acentuando-se modelos de planejamento urbano partilhados entre as duas cidades.*

Palavras-chave: *Cidades portuárias; Património histórico; Cidades portuguesas.*

Abstract: *With the paradigm shift in the organization of the post-modern society and the crescent decay of portuary cities all over the world, new solutions, vocationed to tourism, were applied in the Urban Planning of cities and their waterfront, starting in the 1960s. The present article proposes a discussion of the methodology to approach the study of the cities of Lisbon and Rio de Janeiro, in compared perspective, the development of their urban structure and its built architecture, going back to the moment in the history of the Portuguese court's transition from the first city, to the second one, punctuating the relevance of the portuary activity in both cities from there on, accentuating models of urban planning that were shared between both cities since then.*

Keywords: *Port cities; Historical heritage; Portuguese cities.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir a metodologia utilizada na análise comparativa dos estudos de caso das cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro. Esta metodologia está, neste momento, a ser utilizada para o desenvolvimento da tese de doutoramento *Planeamento urbano e património histórico. A memória construída no planeamento de cidades portuárias: o caso de Lisboa e do Rio de Janeiro*. O desenvolvimento da tese baseia-se no estudo comparativo dos processos de urbanização das duas cidades e da compreensão das suas proximidades históricas, sendo, na nossa hipótese, Lisboa o modelo de urbanização do Rio de Janeiro, em mais de uma fase do seu desenvolvimento. Nos propusemos

* CITCEM/FLUP. Email: marianam.mk@gmail.com.

a realizar três cortes temporais que consideramos relevantes: o período de transição da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e os primeiros anos da corte no Brasil até a sua partida e retorno à pátria; a virada do século XIX para o XX, momento de grande agitação política e urbana para ambas as cidades com o surgimento da filosofia higienista e dos grandes planos urbanos, bem como os primeiros anos da República no Brasil e o fim da Monarquia em Portugal; e, por último, o período do planejamento urbano pós-moderno, iniciando-se na década de 1960 até o fim do século XX.

Este trabalho utiliza diversas fontes alternativas de documentação que também discutiremos neste artigo, propondo novas interpretações e novos caminhos em resposta aos desafios da história comparada.

1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA: PROXIMIDADES HISTÓRICAS ENTRE LISBOA E RIO DE JANEIRO

O planejamento de cidades é regularmente atribuído a modelos que se repetem e se aperfeiçoam, mas que, acima de tudo, têm características específicas, associadas, não necessariamente nesta ordem, à cultura local, ao espaço de tempo em que foram criadas, à maneira de viver das pessoas, à economia, aos recursos disponíveis, às necessidades políticas e finalmente à inventividade dos produtores destes modelos.

As malhas urbanas são frequentemente formadas de diversos modelos que se sobrepõem e justapõem conforme o desenrolar da história e dos acontecimentos. Apenas raramente, um modelo urbano é aplicado de forma integral sobre o espaço, como ocorreu em casos específicos como Brasília, no Brasil, Washington, nos Estados Unidos e Camberra, na Austrália. Não por acaso, essas cidades planejadas são representações únicas e diretas do poder e da administração pública.

Mais comum é a interferência de diferentes modelos na formação dos espaços. O que nos leva a questionar as formas como estas interferências, ou intervenções, foram realizadas; quais foram os interesses e as condicionantes que as proporcionaram e limitaram, bem como finalmente o objeto de estudo deste trabalho — a transição e mobilidade destes modelos para além do seu próprio território e as diferentes adaptações de um modelo a outras condicionantes, diferentes daquelas em que o modelo foi inicialmente concebido.

As cidades selecionadas têm proximidades históricas em termos administrativos e dos elementos que as projetaram, que nos permitem analisar a evolução do traçado urbano sem prejudicar a metodologia histórica de análise, na medida que uma cidade é o modelo da outra. Vamos aqui, portanto, em respeito a esta afirmação, contextualizar a escolha do tema.

A construção da imagem da cidade do Rio de Janeiro dá-se em três fases. Todas elas, entretanto, corroboram para cada vez mais concentrar no seu território funções econômicas, administrativas e finalmente políticas. Um processo de deslocamento do eixo

económico e político começa com a unificação do território da América Portuguesa que antes estava dividido em estado do Maranhão e estado do Brasil, para depois ser apenas estado do Brasil. Isso porque enquanto a economia da cana-de-açúcar fora mais relevante, o Rio de Janeiro ocupou uma posição secundária em relação a Salvador, São Luís, ou mesmo Manaus; e mesmo durante a unificação das Coroas ibéricas, interessava mais aos espanhóis a promoção destes territórios nas suas explorações¹.

A necessidade prática de proteger São Sebastião do Rio de Janeiro dos franceses também coloca a cidade em evidência e provoca a criação de novas estruturas e fortificações.

Quando é descoberto o ouro em Minas Gerais, entretanto, já também recuperada a independência da Coroa portuguesa em relação à espanhola, o porto do Rio passa a protagonizar os dois fluxos mais importantes de comércio no século XVIII: o fluxo da exploração do ouro e o fluxo de negros escravizados, ambos extremamente lucrativos para os portugueses e intimamente interligados, reforçando assim a sua ligação direta com Lisboa. Deve-se também relembrar o apoio que o Rio de Janeiro estruturalmente oferecia à capitania de São Vicente e a São Paulo.

Várias estruturas administrativas se formaram no Rio para controlar as novas economias e com elas cresceram-se novas demandas espaciais. A própria definição de fronteiras no território brasileiro colabora para esta concentração de funções. O ciclo completa-se com a chegada da corte. A partir do momento em que a corte chega ao Brasil, traz consigo a necessidade de ostentar no seu espaço físico uma imagem de poder, trazendo consigo no seu imaginário, naturalmente, Lisboa².

O próprio Estado brasileiro teve a sua importância reavaliada no contexto global: foi elevado à categoria de reino. Ora se o Rio de Janeiro concentrava as funções económicas e administrativas do Estado brasileiro, posteriormente, em 1815, Reino de Portugal, Brasil e Algarve, lugar onde se encontrava o príncipe D. João VI, figura central da administração pública, então só poderia o Rio de Janeiro ser interpretado como uma capital administrativa de todo o Império Português.

Isto significa que Lisboa apesar de todo o seu aparato administrativo passa a exercer um papel secundário com a partida da corte, especialmente enquanto estava tomada pelo exército do general Junot. Lisboa, que havia sido construída com o propósito de ser uma capital mundial, repentinamente entregava a sua pasta à cidade da colónia e perdia seu *status* internacional, sendo apenas mais um território dominado por Bonaparte. Ao contrário da Espanha, porém, o Governo português continuava a exercer seu poder a partir do Rio de Janeiro com total autonomia.

¹ SERRÃO & MARQUES, *dir.*, 1991: 143-169.

² SERRÃO, 1984: 145-300.

Parece-nos evidente que no caso do primeiro corte cronológico que fazemos neste trabalho, a proximidade das soluções urbanas entre Lisboa e Rio de Janeiro tenha resultado em primeira instância da capitalidade imposta pelas suas funções, pela própria presença da corte e das suas ideias, funções e imagens, ou antes mais especificamente, da concentração de engenheiros e arquitetos que se ocuparam em planear o espaço a serviço do rei.

Não é surpresa que os mesmos atores produzam espaços semelhantes em lugares distintos como uma forma de afirmarem-se, mas é também inevitável que as soluções se repitam quando são executadas pelos mesmos arquitetos e engenheiros, ou pelas mesmas Escolas, Aulas e Tratados. O extenso estudo de Beatriz Siqueira Bueno³ sobre as construções militares portuguesas nas colónias defende esta tese e evidencia o quanto não só a presença de engenheiros militares mas, igualmente, de tratados de arquitetura que viriam de Lisboa, influenciam a paisagem brasileira e, neste caso, de forma muito declarada, o Rio de Janeiro.

Igualmente presente nos estudos de Bueno e de Moreira é o facto de que a presença de arquitetos e engenheiros se intensifica imensamente com a presença da família real, que não só cria a demanda para novos projetos, mas acaba por trazer arquitetos e engenheiros capazes de realizar construções muito antes necessárias. Podemos igualmente identificar que o pensamento filosófico e político, que teria proporcionado o desenvolvimento protagonizante de Lisboa ao longo do século XVIII e já enunciado no século XVI por Francisco de Holanda e Damião de Góis, foi disseminado na colónia através de diversos engenheiros atuantes em ambos os territórios.

Para além disso, encontramos evidências físicas nos projetos que foram realizados ao longo da estadia da corte portuguesa de que havia uma intenção de se reproduzir soluções arquitetónicas e urbanísticas antes empregadas em Lisboa, utilizando-se ora dos arquitetos/engenheiros que já estavam no Rio de Janeiro, ora dos que trouxeram em sua comitiva, ou posteriormente da Missão Artística Francesa.

Tomemos por exemplo de solução arquitetónica a grande empreitada construtiva da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, que só seria inaugurada depois da chegada da corte, mas que seria iniciada algumas décadas antes já sob a justificativa de que era preciso uma igreja de maiores proporções e mais adaptada às características e à imagem a cidade do Rio de Janeiro. Sua inauguração foi responsável pela primeira aparição pública de D. João VI, não por acaso. Em termos de urbanismo, é consensual que, mais cedo ou mais tarde, também se trouxeram soluções da metrópole. A adaptação de uma estrutura geométrica básica, em que se via também a tentativa de reproduzir o efeito metropolizador antes experimentado em alguns arruamentos de Lisboa como por exemplo o Bairro Alto, ajustava por sobre o território carioca uma grelha flexível que se adaptava

³ SERRÃO, 1984: 145-300.

às possíveis curvas do terreno quando necessário, solução muito semelhante ao que se vê na Baixa Pombalina.

2. SELEÇÃO E RECORTE TEMPORAL: ENQUADRAMENTOS COMPARATIVOS

Este trabalho terá obrigatoriamente que lidar com cortes cronológicos para compreender de forma comparativa a evolução urbana das duas cidades estudadas com certa profundidade de análise das fontes. Seja no período moderno ou no contemporâneo, isto será um desafio. A seleção de enquadramentos temporais para uma análise mais aprofundada do tema foi fundamental para o estabelecimento de meios de comparação das duas cidades em causa.

O que se deve, ou se pode comparar, é sempre um desafio interpretativo. Definimos, portanto, alguns parâmetros para que os cortes fossem executados.

Parece-nos evidente que no caso do primeiro corte cronológico que fazemos (1755 a 1808), que envolve a transição da corte portuguesa para o Brasil, a proximidade das soluções urbanas tenha resultado devido à própria transição da corte, ou mais especificamente, das pessoas que produziram o espaço de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com alguma investigação, é possível notar que, na verdade, esta influência já existia anteriormente, e que as ideias transitavam através de redes de conhecimento que a tese pretende expor, intensificando-se com a presença da corte, num crescente exponencial de construções de cada vez maior qualidade. Não é surpresa que os mesmos atores produzam espaços semelhantes em lugares distintos como uma forma de afirmarem-se. Pretendemos, portanto, estudar.

O segundo corte cronológico inicia-se em 1889 e vai até 1913. Este corte bastante específico inicia-se com a proclamação da República no Brasil em 1889, um grande passo na direção da separação entre Brasil e Portugal. Tal separação política não implica o mesmo nível de separação intelectual, sendo as referências portuguesas ainda extremamente relevantes nas reformas urbanas, principalmente na chamada Reforma Pereira Passos que teria seu fim em 1913 com o fim do mandato do referido prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Este período histórico da virada do século XIX para o XX representa modificações na maneira de pensar a cidade a nível mundial que se refletirão no Rio de Janeiro. No mesmo período Portugal é governado pela sua última monarquia, o governo de D. Carlos, prestes a ser deposto. Essas grandes mudanças de caráter político-administrativo certamente afetam a construção da paisagem e devem ser consideradas.

O último corte temporal pretende reinterpretar os espaços criados em períodos anteriores sob a ótica da preservação patrimonial. Com a decadência das cidades portuárias e seu *waterfront* em fins da década de 1960, devido a novas maneiras de executar o transporte de cargas, nomeadamente o uso de *contêineres*, novos desafios como intervenções urbanas de requalificação espalham-se por toda a Europa e chegam a Portugal

e ao Brasil de maneira relativamente tardia, na década de 1980. A análise dos recortes anteriores nos permite compreender o espaço que existia antes destas modificações e de que maneira foi, ou não, preservado.

3. O MODELO DE ANÁLISE DAS CIDADES PORTUÁRIAS

A cidade pode ser analisada como um objeto fruto de sobreposições. Mais do que isto, da sobreposição de ações, de interesses e de fatores que podem ser mensurados e investigados. Da mesma forma, os portos são uma subcategoria das cidades, e para compreendê-los, podemos usufruir de uma análise similar enquanto menor objeto escalar, com características similares.

A cidade, em sua dimensão material, é, em nossa hipótese, a corporificação de várias camadas superpostas de forma complexa, o que poderia ser sintetizado pela ideia de cultura urbana, ou seja, dos vários modos de vida reunidos na cidade. Portanto, nesta hipótese, a materialidade urbana seria carregada de imaterialidades⁴.

Os fatores que inevitavelmente surgirão em qualquer análise da dinâmica portuária e que dos quais convém recordar são de caráter político, geomorfológico, humano, económico e histórico. Abaixo aprofundamos que aspetos destes fatores nos interessam nesta análise⁵.

3.1. O fator político

As políticas económicas, a conjuntura a favor ou desfavor de financiamentos, os investimentos e apoios dos poderes local e central, e das elites, têm um papel decisivo na escolha das iniciativas que prevalecerão sobre o território e sobre a estrutura portuária. Neste sentido, os planos de obras e projetos de engenharia, para os quais destacam-se o planeamento urbanístico, e a sua abordagem das questões de crescimento urbano, ou de remodelações urbanas estão submetidos aos interesses políticos. É impossível, portanto, compreender a estrutura das cidades e seus portos, sem observar o fator político e as suas implicações.

3.2. O fator geomorfológico

A localização, a acessibilidade, a comunicabilidade e mobilidade são fatores decisivos na implementação de um porto, e a posteriori nas intervenções que poderão vir a decorrer de mudanças tecnológicas, de novas demandas no quesito de infraestruturas relacionadas ao crescimento e a remodelação dos portos.

⁴ MOREIRA, 2004: 20.

⁵ Baseiam-se estes fatores no modelo apresentado pela Professora Doutora Amélia Polónia, em conferência acerca do projeto HISPRTOS, integrada no Ciclo de Comunicações sobre História Moderna, em dezembro de 2006, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

3.3. O fator humano

Várias questões estão inseridas no que chamamos o fator humano. São estas questões, de maneira geral, a relação entre a população local — em termos de mão de obra — com o porto; as migrações e mobilidades das populações; as dinâmicas de sociabilidade; a natureza social e origem dos intervenientes e protagonistas das intervenções; a evolução do número de habitantes e das taxas de ocupação do território; a evolução da população em comparação com as atividades económicas, comerciais e industriais.

3.4. O fator económico

São atores económicos que merecem cuidadosa análise: o perfil do *hinterland*; os agentes económicos, sejam do sector público ou do privado; a proveniência da força laboral; os circuitos comerciais e as relações comerciais com o exterior; as lógicas de competição entre cidades e portos; as lógicas conjunturais (por ex.: a presença de mercado negro e contrabando); e as indústrias presentes.

3.5. O fator histórico

Das realidades históricas, nos convém apreender o quadro evolutivo, tendo em maior destaque e evidência os períodos estudados e as lógicas de desenvolvimento local e regional.

4. ANÁLISE DE FONTES E BIBLIOGRAFIA

4.1. O uso da imprensa como fonte

4.1.1. A imprensa no início do século XIX, Rio de Janeiro, e a transição da corte portuguesa para o Brasil

A imprensa escrita no país, após a transição da corte, é fundada como imprensa régia, sendo seu primeiro periódico «A Gazeta do Rio de Janeiro», responsável pela divulgação da informação oficial. Na Bahia, em 1811, surgiria o primeiro periódico não oficial. Entretanto, ainda sob censura. A abolição da censura ocorreria apenas em 1821 quando D. João deixa o Brasil, regulando, assim, a liberdade de imprensa até que nova regulamentação fosse criada. O Decreto de 2 de março de 1821 não aboliria a censura completamente, mas alteraria a maneira como seria exercida — aplicada nas provas impressas e não sobre originais manuscritos⁶.

Em contraste, o «Correio Braziliense» seria o periódico, ao menos em sua fase inicial, que se colocaria contra a corte. Sua impressão só seria possível porque era realizada em Londres, onde os dedos da censura portuguesa não alcançaram para impedir

⁶ CARVALHO, 1996.

que Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça fizesse crítica ao Governo no Brasil. A Coroa portuguesa patrocina, portanto, como forma de diminuir sua influência, à época, também em Londres, a publicação «O Investigador Portuguez em Inglaterra». Em última instância, a própria corte faria o financiamento do «Correio Braziliense», como incentivo para que o jornalista, Hipólito Furtado, abrandasse as críticas⁷. A partir de 1813 e ao preço de 1000 libras esterlinas por ano, o «Correio Braziliense» teria suavizado o tom de suas críticas, tornando-se assim menos interessante para nossas pesquisas, não deixando de ser interessante esse episódio.

O acompanhamento da atuação da imprensa oficial, através d'«A Gazeta do Rio de Janeiro», nos primeiros anos da instalação da corte, em contraste com a análise da primeira fase do periódico «Correio Braziliense», período, portanto entre 1808 e 1813, deve possibilitar a compreensão dos eventos históricos que interferiram na formação social e econômica do Rio de Janeiro e do Brasil, naquele momento, evidenciando a transformação física do Rio de Janeiro como espelho da Lisboa Pombalina. Esta análise comparativa será fundamental para a avaliação da relação entre espaço e poder como um reflexo dos conflitos políticos, sociais e econômicos que este projeto procura perceber.

4.1.2. Imprensa brasileira na virada do século XIX para o XX: revistas ilustradas e a sátira das reformas urbanas

A vulgarização da imprensa e a possibilidade de publicar sem censura, favorecem o aparecimento de um grande número de periódicos que se estabelecem na virada do século no Rio de Janeiro. São alguns deles: a «Revista Ilustrada», o «Besouro», o «Dom Quixote», o «Tagarela», o «Kosmos», o «Gato», a «Revista da Semana». Seria impossível consultar todos os periódicos supracitados. A diversidade dos materiais deverá ser resolvida, portanto, através da seleção dos mais interessantes ou relevantes.

A «Revista Ilustrada», principalmente por acompanhar as mudanças políticas que colocariam Pereira Passos na prefeitura do Rio de Janeiro, parece destacar-se especialmente por transparecer, em particular e com maior intensidade nas suas *charges*, a opinião pública sobre as reformas urbanas implementadas, tornando seu estudo imprescindível. A revista teria circulado entre os anos de 1876 e 1898. O período sob a direção de Pereira Neto, a partir de 1889, seria bastante relevante para compreender os primeiros anos da transição do Governo para República. O «Dom Quixote», que circulou entre 1895 e 1903, seria um bom periódico para avaliar os efeitos da virada do século. É preciso, entretanto, após primeira avaliação superficial do seu conteúdo, que os períodos a serem analisados em maior profundidade sejam selecionados através de um corte mais restrito de tempo.

⁷ MUNARO, 2013.

O «Diário Ilustrado», publicação lisboeta, entre 1872 e 1911, também deve ser documento estudado para este trabalho. A restrição temporal sobre a análise de seu conteúdo ainda é um problema. O ano inicial seria certamente 1889. A escolha da restrição final, entretanto, é mais nebulosa. Escolheremos os volumes de acordo com a cronologia dos demais periódicos analisados, como forma de comparar mais diretamente os acontecimentos e opiniões de ambos os lados do Atlântico.

O «Branco e Negro: Semanário Ilustrado» será o segundo periódico lisboeta analisado. Publicado entre 1896 e 1898. É um bom periódico para encontrar material iconográfico entre o material escrito e pode ser entendido como o concorrente do «Diário Ilustrado». Desta forma, uma comparação entre os dois deve permitir a compreensão de alguns conflitos políticos dos quais nos interessa um retrato.

4.1.3. Modernização da imprensa na segunda metade do século XX

Os veículos de comunicação da segunda metade do século XX no Brasil passaram através de fotorreportagens a imagem de um país em acelerado processo de urbanização. Convém estudar esta imagem. Ela aparece em novos jornais, como a «Última Hora», ou o «Jornal do Brasil». Interessa-nos, porém, antes, estudar revistas ilustradas como «O Cruzeiro», «Revista do Globo» e «Manchete», que passaram por um processo de expansão e aumentaram suas tiragens, afirmando-se como empresas capitalistas voltadas para a venda de informação e espaço publicitário⁸. Seria necessário restringir o período da análise após uma pré-seleção destes periódicos.

O mais interessante deste período, entretanto, é disponibilidade das fontes através da *internet*. Com este recurso os próprios jornais disponibilizam arquivos de seus exemplares mais antigos e um enorme arquivo digital de seus mais recentes exemplares, possibilitando uma pesquisa não só completa, mas bastante específica, por assunto de interesse. Isto também permite a consulta a periódicos de outros lugares do mundo e o que estes noticiam a respeito das mudanças urbanas nas duas cidades alvo deste trabalho. A imprensa internacional pareceu durante a década de 2000 particularmente interessada nas alterações urbanas do Rio de Janeiro.

4.2. Fontes iconográficas

4.2.1. Cartografia e pintura do século XIX

Citaremos abaixo algumas fontes a serem analisadas neste trabalho para o período em questão, contudo com o avançar da pesquisa deparamo-nos com uma diversidade bastante maior de mapas, imagens e relatos que posteriormente serão também incluídos. Aqui apenas referenciamos as fontes iniciais que foram utilizadas para estruturar a proposta da tese.

⁸ MONTEIRO, 2007.

Mapas:

- AGCRJ — *Mapa do Mangue*, 1799. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- CUNHA, Lygia (2010) — *Álbum Cartográfico do Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*.
- A Baía do Rio do Janeiro e a cidade de São Sebastião, 1573-1578.

Pintura:

- Thomas Ender⁹.
- FRÜHBECK, Franz Joseph (1817) — *A muy leal e histórica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*.
- Richard Bate¹⁰.
- JOAQUIM, Leandro (1790) — *Revista Militar no Largo do Paço; Aqueduto de Santa Teresa; Procissão Marítima*.

Relatos:

- DEBRET, Jean Baptiste (1972) — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins.
- CHAMBERLAIN, Tenente Henry (1822) — *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil*. Londres: Thomas M'Lean.

4.2.2. Cartografia e fotografia da virada do século XIX para o XX

Marc Ferrez¹¹ foi fotógrafo na virada do século. Sua obra, hoje em boa parte no arquivo do Instituto Moreira Sales, é responsável por registos únicos não só da paisagem, mas também de eventos e hábitos importantes da vida carioca.

Também são relevantes para este trabalho os acervos iconográficos dos Museus Castro Maia, do Museu da República e a Coleção Elysio Belchior, da prefeitura do Rio de Janeiro.

Material cartográfico e iconográfico sobre Lisboa pode ser encontrado na Biblioteca da Ajuda e na Biblioteca Nacional de Portugal.

4.2.3. Cartografia e fotografia da segunda metade do século XX

A cartografia disponível das cidades estudadas é justamente a cartografia dos planos urbanos de que trataremos nas próximas páginas, bem como a cartografia produzida como levantamento pelas próprias municipalidades.

⁹ Acervo da Biblioteca da Akademie der Bildenden Künste, Viena, Áustria.

¹⁰ Acervo da Cornell University, Ithaca, N. Y.

¹¹ Acervo do Instituto Moreira Sales.

O AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) tem vasto acervo fotográfico do Rio de Janeiro na segunda metade do século XX. O Arquivo Municipal de Lisboa guarda o equivalente em acervo para Lisboa.

4.3. Planos urbanísticos

A análise de planos urbanísticos deve passar pelo reconhecimento não só de seu conteúdo mas também pela análise de sua estrutura — a forma como um plano se organiza tem muito a dizer sobre como foi realizado, em quanto tempo, com que urgência ou mesmo a habilidade de quem o concebeu. A possibilidade de conter ou não cartografia própria e desenhos ou detalhes de planos de intervenção também demonstra a capacidade dos planos de avançar sobre as questões a que propõem-se resolver. Os planos urbanos são, antes de mais, uma forma de solucionar problemas e propor soluções do espaço que respondam a questionamentos políticos ou a necessidades práticas. Para nós, são fonte de compreensão da maneira de pensar dos engenheiros e arquitetos no momento de sua conceção e, portanto, excelentes fontes de compreensão da filosofia por trás da execução.

4.3.1. Primeiros planos para a transição da capital do reino

Como já especificamos anteriormente é bastante relevante a posição central administrativa do Rio de Janeiro. Posição esta anteriormente ocupada por Lisboa. Interessamos primeiramente estabelecer como Lisboa passou a ser entendida como capital e posteriormente como a imagem de capital passa ao Rio. Para tal, focamos no estudo de dois textos, *Da Fabrica que Falece ha Cidade de Lysboa*¹², de Francisco de Holanda, e *Urbis Olisiponis Descriptio*¹³, de Damião de Góis. São textos fundamentais que, embora não possam ser compreendidos inteiramente como planos para a cidade de Lisboa, configuram-se como preconizadores da ideia de que Lisboa poderia ser uma capital mundial.

Posteriormente, e a respeitar o corte temporal que estabelecemos, estudaremos o projeto de conceção da chamada Baixa Pombalina. Foi projetada pelos arquitetos e engenheiros Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, entre os anos de 1755 e 1776, a mando de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Analisaremos o plano completo com cartografia e plantas, alçados e pormenores estruturais, que deveriam ser seguidos para a nova cidade de Lisboa pós-terramoto.

No primeiro corte temporal não se pode dizer que houve um plano unificado para o desenho da cidade do Rio de Janeiro. Cada projeto individual que foi realizado, porém, com a transição da corte, pode-nos trazer clareza sobre a transição das ideias lisboetas. Analisaremos inevitavelmente a chegada da Missão Artística Francesa bem como outras iniciativas paralelas.

¹² HOLANDA, 1571.

¹³ GÓIS, 1554.

4.3.2. Planos pré-guerra, o urbanismo pré-progressista e o urbanismo progressista¹⁴

A segunda metade do século XIX é um período de intensa atividade e mudança na paisagem urbana europeia. As principais cidades europeias, Paris, Barcelona, Viena e consequentemente Lisboa sofrem transformações significativas na sua fisionomia. O urbanismo torna-se disciplina autónoma na virada do século XIX para o XX. Seu maior objetivo é resolver os problemas criados nas cidades pela industrialização e pelo forte crescimento demográfico. Os planos das grandes capitais do mundo serviriam de exemplo para as demais. São eles o Plano Urbanístico de Paris, elaborado por Haussmann e o Plano de Barcelona, elaborado por Cerdá.

Em Lisboa, interessa-nos o Plano de Lisboa de 1903 feito segundo as linhas orientadoras do urbanismo oitocentista. Claro que algumas alterações muito importantes como a Avenida da Liberdade, já teriam ocorrido antes deste período, responsabilidade dos *Planos Gerais de Melhoramentos*, que podem ser posteriormente analisados se chegar-se à conclusão, após a análise dos demais documentos, que estes ainda são necessários para posicionamentos conclusivos sobre a paisagem urbana de Lisboa na virada do século. As reformas urbanas europeias têm eco na América e no Brasil. Cidades de grande porte como o Rio de Janeiro e São Paulo passarão por mudanças e alterações visando a mesma «higienização urbana» das cidades europeias¹⁵.

A gestão de Pereira Passos, que já citamos anteriormente através do estudo de periódicos, é um período de extrema relevância para o Rio de Janeiro. A administração do prefeito é responsável por uma série de mudanças no espaço urbano que vão consolidar a imagem do Rio de Janeiro do século XX. Estas alterações podem ser estudadas pelos planos da prefeitura deste período, através dos mapas e memoriais destes planos.

4.3.3. Planos urbanos a partir de 1960

Uma série de planos urbanísticos foram cunhados nos preceitos de planeamento da segunda metade do século XX. Pretende-se analisar sob esta luz os seguintes planos: Plano Estratégico de Lisboa (1992), Plano Diretor Municipal (1994) e o plano para a Expo 1998, para Lisboa, os quais podem ser paralelamente analisados com Planos Urbanos e projetos desde a década de 1980 para o Rio de Janeiro: Projeto corredor Cultural (1980), Projeto Sagas (1984), Plano de Desenvolvimento Portuário (1989 a 1996), Projeto de Reestruturação Urbana (1992), Projeto Cidade Oceânica do Rio de Janeiro (1994), e finalmente o Projeto Porto do Rio (2011).

¹⁴ Utilizamos a nomenclatura dada por Françoise Choay em *O Urbanismo* para separar os diferentes tipos de concepções de cidade de planeamento urbano (CHOAY, 2003).

¹⁵ ABREU, 2011.

4.4. Bibliografia e fonte, uma investigação sobre a teoria do urbanismo

Como se pode perceber pela citação das fontes utilizadas anteriormente, este trabalho acaba por fazer um apanhado das teorias urbanas e tratados que foram responsáveis pela modificação da paisagem das cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro. Perpassa desde as estruturas que inicialmente formaram estas cidades por todas as suas alterações até sua forma consolidada, estudando finalmente como estas estruturas são reinterpretadas pelo urbanismo da década de 1960 e o planeamento contemporâneo de cidades.

Falemos um pouco sobre as filosofias de investigação que conduzem a esta reflexão sobre o património e a preservação das cidades, que são a parte final do trabalho a que nos propomos.

A segunda metade do século XX é um momento de questionamento para os planeadores urbanos e para os críticos do urbanismo. Na década de 1960, o planeamento americano foi questionado por Jane Jacobs¹⁶ e Kevin Lynch¹⁷. O historiador de arte Argan, no âmbito europeu, foi, entretanto, quem questionou as intervenções nos centros históricos, retomando conceitos do arquitecto Gustavo Giovannoni, de 1913. Os últimos CIAM (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna), de 1956, o CIAM X, e a conclusão de que os encontros deveriam acabar é também ponto decisivo para que haja uma transição no modo de pensar as cidades. Culminam com isto uma avalanche de cartas patrimoniais, com destaque para a Carta de Veneza, que preza pelas cidades antigas e pelos centros históricos, e que pesa os efeitos desastrosos das guerras sobre as cidades.

Remodelações em áreas portuárias antigas, a partir da década de 1980, com destaque para grandes revitalizações, são observadas em Londres, Barcelona e Roterdã — pioneiras na implementação de sistemas neoliberais de governança urbana. Esses projetos foram vastamente analisados na década de 1990 por críticos seguidores dos cinco autores indicados inicialmente e passam a ser datados pela perspectiva da economia neoliberal. Harvey¹⁸ com o conceito de sociedade pós-moderna que acabou por consolidar apenas em 1992, aplicado à temática urbana por Borja e Castells¹⁹, e aos centros históricos por Ciardini e Falini²⁰, sugeriu uma série de interpretações ao planeamento de cidades das décadas de 1960 a 1980. O primeiro observando uma sociedade com novas complexidades a serem exploradas e os demais apreciando a especificidade da aplicação urbana desta forma de observar. A sua conclusão é a de que as novas cidades convivem com a realidade de competirem entre si. Ao deixarem de ser a base da produção industrial, os centros urbanos passam a viver basicamente de comércio, serviços e turismo. No âmbito nacional, Álvaro Domingues²¹ discute estas questões.

¹⁶ JACOBS, 2007.

¹⁷ LYNCH, 1999.

¹⁸ HARVEY, 1992.

¹⁹ BORJA & CASTELLS, 1998.

²⁰ CIARDINI & FALINI, *eds.*, 1983.

²¹ DOMINGUES, 2007.

Pela readaptação de funções, a cidade é tomada como objeto de oferta cultural²², e passa a incluir questões de conservação no seu planeamento. Esta questão é pouco explorada pela bibliografia, menos ainda quando se trata de património industrial. Destaca-se o trabalho recente de Rufinoni²³. Boa parte da bibliografia a respeito vem da área do Turismo que apenas contempla questões de *marketing* e publicidade e raramente vê um problema na recriação do passado como um aparato de massificação cultural. Cabe à História colocar estas questões em perspetiva e compreender as dinâmicas que levaram a alterações urbanas tão drásticas.

Este trabalho pretende, através de novos estudos de caso, comparar medidas de planeamento na perspetiva da inclusão de questões da preservação do património em áreas portuárias antigas. Há poucos estudos para o Rio de Janeiro e geralmente estão direcionados para a questão da sustentabilidade e da preservação do ambiente natural e não do construído, com a exceção do trabalho de Clarissa Moreira²⁴. Em Lisboa, as alterações de dinâmicas proporcionadas pelo projeto da Expo 98 também estão por ser discutidas em perspetiva histórica mais alongada, sendo o trabalho de Claudino Ferreira²⁵ o mais abrangente sobre o assunto, mas ainda aquém de responder a todas as nossas questões.

Ainda é preciso, portanto, clarear a realidade histórica das cidades portuárias, ao associar as óticas do planeamento e do património ao estudo da história local e regional. É o que se pretende com este projeto. A bibliografia, em parte citada, é fonte primária de informação, no sentido em que expressa o pensamento estratégico de urbanistas, arquitetos, políticos, sobre os usos do património edificado e sobre o urbanismo. São fontes históricas porque elucidam de forma primária sobre os contextos e os agentes que estão diretamente sob análise.

5. O PLANEAMENTO DE CIDADES SOB A ÓTICA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

A apropriação pós-moderna do passado, abandonando a continuidade histórica²⁶, trouxe consequências para o planeamento de cidades. O esgotamento do planeamento territorial²⁷, converte a cidade em um «objeto multiescalar» complexo, de difícil análise. Diversos espaços relacionam-se, a despeito da distância e do facto de hoje se encontrarem em distintos universos culturais, económicos, políticos e urbanos. A cidade económica e a cidade histórica não coincidem em espaço e a segunda pode se degradar por descaracterização ou abandono. A cidade torna-se um produto de consumo e, como tal, porta-se como a cidade descartável ou a cidade predatória.

²² MONNIER 2006: 11-18.

²³ RUFINONI, 2009.

²⁴ MOREIRA, 2004.

²⁵ FERREIRA, 2006.

²⁶ HARVEY, 1992.

²⁷ BORJA & CASTELLS, 1998.

A recuperação da cultura local, através da recuperação de conjuntos históricos, é um procedimento que veio a ser adotado no final do século XX e consolidou-se no planeamento atual de cidades, como observa Álvaro Domingues²⁸. Usufruindo da retórica popular de engajamento com o passado, a «história viva» ou «cultura do património»²⁹, aplicam procedimentos formais de conservação ao planeamento urbano. A ideia de *conserved society* tem sido utilizada para justificar projetos, principalmente a partir da década de 1990, quando a decadência industrial de algumas cidades se tornou mais evidente³⁰. Derivadas disso, observa-se uma série de anomalias sociais.

A limitação deste modelo de cidade está em sua própria percepção nostálgica do passado, que, todavia, fecha-se neste passado e torna a função destas cidades a de um monumento estático. Choay aprofundou estas questões em *Alegoria do Património*³¹ e em *O Urbanismo*³².

Quando atentamos para a utilização do passado como forma de materializar necessidades comerciais de empreendimentos urbanos, ou dos símbolos do passado e do processo histórico, utilizados como ferramentas do *marketing* e da promoção publicitária, através da associação afetiva ou alegórica a estes símbolos, observamos a «invenção de tradições»³³, bem como a transformação da mediação dos monumentos, consequentemente dos centros históricos e das cidades, em grandes eventos culturais — um relacionamento falacioso com o passado. Aproveitando-se da retórica do passado anteriormente descrita, a utilização de suas imagens é levada a extremos que transformam o património em objeto de autopromoção e autorreferência³⁴.

Para melhor explorar o estudo das intervenções no espaço urbano, este trabalho centrar-se-á nas questões levantadas pelas áreas portuárias antigas, que como zona histórica com funções industriais obsoletas e relativa importância na contribuição para a formação urbana de diversas cidades, tem sido alvo de boa parte dos planos de reconversão e requalificação urbana apresentados nas últimas quatro décadas.

A falta de percepção das estruturas industriais como património agrega mais uma particularidade a estes casos. Bons exemplos desta problemática são as cidades de Gênova, Barcelona, Londres, Roterdã, dentre outras — isto apenas observando o mundo ocidental — que tiveram suas áreas portuárias reformuladas, algumas de forma bastante precoce. Seleccionamos dois estudos de caso ainda pouco explorados sob a ótica do planeamento aliado aos conceitos de património, com significativas alterações no período a que anteriormente nos referimos: Lisboa e Rio de Janeiro.

²⁸ DOMINGUES, 2007.

²⁹ HEWISON, 1987.

³⁰ LARKHAM, 1992: 83-181.

³¹ CHOAY, 2006.

³² CHOAY, 2003.

³³ HOBBSAWM & RANGER, 1983.

³⁴ MONNIER, 2006: 11-18.

O contraste das texturas moderna e contemporânea, da cidade industrial e do novo planeamento, é latente em ambos exemplos. Além de partilharem de uma História Contemporânea que nos vem a interessar, como já se observou, a História Moderna revela para estas duas cidades semelhanças que nos convém estudar para aprofundar as distintas características com que se desenvolveram mais recentemente. A peculiaridade desta relação deve originar um interessante debate internacional acerca das disposições sobre o planeamento urbano, tanto no plano da história da conceção das cidades portuárias, quanto no da história de sua reestruturação no período contemporâneo, mais especificamente, como já observamos, a partir do pós-guerra e das novas conceções de património e urbanismo. Lisboa teria sido inicialmente o modelo para a renovação moderna do Rio de Janeiro, quando a corte portuguesa se transfere para o Brasil, em 1808. Novamente com a Expo 98 e as mudanças no Plano do Rio de Janeiro para abrigar o Mundial em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, ambas as cidades tiveram que lidar com o seu passado histórico portuário e seu espólio patrimonial, mas não só — tiveram também que contrapor a atual ocupação denegrida destas áreas a planos radicais de alteração.

O declínio do *waterfront* industrial, convertendo-se em pitoresco através do discurso da renovação que se estabeleceu no planeamento da década de 1980, bem como a «ideologia da paisagem», ou *townscape*³⁵, contribuíram para uma diferenciação das áreas portuárias segundo seus «atributos artísticos», discutindo o valor do património, não pela sua elegibilidade enquanto acesso ao passado e rememoração, como um centro cívico, mas como imagem da cidade pós-industrial que preserva seu passado, através da construção de sistemas de significado³⁶ ou promoção publicitária através da diversificação de funções, *redevelopment* e recreação.

A estrutura pós-industrial sofre sua mistificação como «passado monumental» que passa a ser consumido como um produto que, portanto, requer reuso. A resposta mais frequente para sustentar os eventos urbanos é a sua reconversão em estruturas para o turismo. A simulação e descaracterização dos edifícios e espaços urbanos passa a ser validada pelo consumo, ainda que desconsidere as demandas da autenticidade. Observamos um redesenho do passado para que este pareça mais aprazível através de ferramentas que a semiologia e a retórica da conservação sugerem. Importa perceber como este debate se projeta nos nossos estudos de caso.

A investigação pretende, assim, averiguar, a partir dos planos e propostas de intervenção urbana, legislação, plantas, mapas, memórias e justificativas, a forma como estas orientações e correntes se projetaram (ou não) no espaço e nas políticas urbanas, nos dois estudos de caso.

³⁵ CULLEN, 1961.

³⁶ BAKER, 2003.

Porque este é um processo dinâmico, que envolve autoridades políticas, arquitetos e urbanistas, mas também associações de defesa do património, empresários (nomeadamente os ligados ao turismo) e a população em geral, procurar-se-á integrar, na análise a efetuar, também os ecos, e força de pressão exercida pelos *media* e pelos debates públicos que estas dinâmicas necessariamente envolvem.

CONCLUSÃO

Como pudemos aferir, há diversas abordagens possíveis para a metodologia de estudo de cidades portuárias que se complementam e se sobrepõem, mas que nos permitem ter uma visão mais clara e elucidativa das possíveis interpretações comparativas que se pode fazer a respeito dos dois estudos de caso. São estas abordagens por: proximidades históricas; seleção e recorte temporal — enquadramentos; o modelo de análise das cidades portuárias; análise de fontes e bibliografia; o planeamento de cidades sob a ótica do património histórico. O presente artigo pretendeu explorar de forma mais detalhada cada um destes aspetos e a sua relevância para a análise dos estudos de caso do Rio de Janeiro e de Lisboa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de A. (2011) — *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal da Casa Civil/Instituto Pereira Passos.
- ARGAN, G. Carlo (1992) — *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- AZEVEDO, Aroldo de (1956) — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva*. «Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras», n.º 208. São Paulo: USP. (Geografia; 11).
- AZEVEDO, Moreira de (1969) — *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira.
- BAKER, Alan R. H. (2003) — *On the relations of Geography and History: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARDY, Cláudio (1965) — *O século XIX*. In SILVA, Fernando Nascimento, dir. — *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel (1998) — *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. «Revista EURE», vol. 24, n.º 73, p. 122-125.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2012) — *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP.
- BUSQUETS, Joan (2004) — *Barcelona: la construcció urbanística de una ciutat compacta*. Barcelona: Ediciones de Serdal.
- CARVALHO, Kátia de (1996) — *Imprensa e informação no Brasil, século XIX*. «Ciência da Informação», vol. 25, n.º 3, p. 1-6. DOI: <https://doi.org/10.18255/ci.inf.v25i3.643>.
- CHAMBERLAIN, Tenente Henry (1822) — *Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil*. Londres: Thomas M'Lean.
- CHOAY, Françoise (2003) — *O Urbanismo: utopia e realidades de uma antologia*. São Paulo: Editora perspectiva.
- (2006) — *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Edições UNESP.
- CIARDINI, Francesco; FALINI, Paola, eds. (1983) — *Los Centros Históricos. Política urbanística y programas de actuación*. Barcelona: Gustavo Gili.

- COARACY, Vivaldo (1965) — *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CRAVEIRO, Maria Teresa (2004) — *A retomada do planejamento estratégico 2001-2005 na cidade de Lisboa: breve síntese*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CULLEN, Gordon (1961) — *Townscape*. Londres: Architectural Press.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes (1971) — *Álbum Cartográfico do Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- (2010) — *Álbum Cartográfico do Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. In *O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional*. Estudos de Lygia Cunha; org de Renata Santos, Marcus Ribeiro, Maria de Lourdes Lyra. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- DEBRET, Jean Baptiste (1972) — *Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins.
- DOMINGUES, Álvaro (2007) — *Conferência: Urbanização Difusa em Portugal*. In REIS, Nestor Goulart et al., coord. — *Dispersão Urbana: Diálogos sobre pesquisas Brasil-Europa*. São Paulo: FAU-USP.
- DUARTE, Aluisio Copdeville et al. (1969) — *A área central do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- FERREIRA, Claudino Cristovão (2006) — *A Expo'98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo: Cultura, Celebração e Políticas de Representação*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de Doutorado.
- GÓIS, Damião de (1554) — *Urbis Olisiponis Descriptio* [...]. Évora: apud Andream Burge[n]sem.
- HARVEY, David (1992) — *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HEWISON, Robert (1987) — *The Heritage Industry: Britain in a climate of decline*. Londres: Methuen.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (1983) — *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- HOLANDA, Francisco de (1571) — *Da Fabrica que Falece ha Cidade de Lysboa*. Acessível na Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal. Ms.BA-52-XII-24.
- JACOBS, Jane (2007) — *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- LARKHAM, Peter J. (1992) — *Conservation and the Changing Urban Landscape*. «Progress in Planning», n.º 37, parte 2, p. 83-181.
- LEMAIRE, Raymond (1994) — *Authenticité et Patrimoine Monumental* [Autenticidade e Património Monumental]. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. «Restauro», n.º 129, p. 7-24.
- LYNCH, Kevin (1999) — *Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- MONNIER, Gérard (2006) — *O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do património*. «Desígnio», n.º 6, p. 11-18.
- MONTEIRO, Charles (2007) — *Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950*. «Revista Brasileira de História», vol. 27, n.º 53 (jan./jun.), p. 159-176.
- MOREIRA, Clarissa da Costa (2004) — *A cidade contemporânea: entre a tabula rasa e a preservação — Cenários para o Porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora UNESP.
- MORTARA, Giorgio (1947) — *Um Enigma Resolvido: A população do Brasil*. «Estudos Brasileiros de Demografia», vol. 1, n.º 7, p. 72-73.
- MUMFORD, Lewis (2008) — *A cidade na História/The City in History*. São Paulo: Martins Fontes.
- MUNARO, Luis Francisco (2013) — *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1634.pdf>>.
- NEDER, Gizlene (1997) — *Cidade, Identidade e Exclusão Social*. «Tempo», vol. 2, n.º 3, p. 106-134.
- NORONHA SANTOS, F. A. (1996) — *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.
- PARISSE, Lucien (1969) — *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e Sentido*. Rio de Janeiro: CEMPHA.

- PERALTA, Elsa; ANICO, Marta, *org.* (2006) — *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.
- PORTAS, Nuno (2000) — *Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil*. «Oceanos», n.º 41, (janeiro-março), p. 162-173.
- RAMOS, Rui, *coord.* (2009) — *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (1968) — *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Editora Livraria Pioneira.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti (2009) — *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura (2001) — *O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1984) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo. Vol. VII: *A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, *dir.* (1991) — *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. VII: *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*.
- SOUSA, João Figueira de; FERNANDES, André (2012) — *Metamorfozes da cidade portuária: transformações da relação entre o porto e a cidade de Lisboa*. «Revista franco-brasileira de Geografia», Dossiê Portos, cidades e regiões, n.º 15. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/7702>>.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida (1999) — *O Urbanismo Português*. Lisboa: Livros Horizonte.

III

MOBILIDADES EM CONTEXTO LOCAL E REGIONAL

MOBILIDADES EM CONTEXTO DE FRONTEIRA: O CASO DOS CRISTÃOS- -NOVOS DE VISEU (SÉCULOS XVI E XVII)

MARIA TERESA GOMES CORDEIRO*

Resumo: *Em tempos de unicismo religioso, vive em Viseu uma comunidade de gente herdeira do velho credo mosaico. Ocupam o centro da sua geografia urbana, ocupam lugares que normalmente se destinavam à sua elite social. Porque deles se precisa para curar as maleitas, administrar rendas ou gerir o património. Mais ainda, para o trato das mercadorias, um fluxo regular que há muito atravessava a fronteira com Castela. A raia era há muito condição essencial para a fixação do capital sefardita na cidade de Viseu; na família e redes clientelares se suporta a sua acção comunitária.*

Assim as mobilidades faziam parte de um muito arcaico modo de vida. Nos espaços que habitavam revelam-se a transfronteira e uma plasticidade geográfica que serve propósitos de um grupo social específico e muitas vezes em fuga.

Quando em Viseu se faz sentir o vigor do Santo Ofício desmantela-se a comunidade. Alguns conseguem escapar do reino. Guiados por diferentes motivações, são difusos os destinos escolhidos pelos acoissados do reino. Enquanto privilegiam uns o dinamismo económico, outros decidem-se por um destino em que possam regressar à fé dos seus antepassados.

De um modo ou de outro, Viseu e o reino terão de dispensar os seus mais aptos para as exigentes funções do Estado Moderno e de uma emergente globalização económica.

Palavras-chave: *Mobilidades; Transfronteira; Raia; Cristãos-Novos.*

Abstract: *In times of religious unicism, a community of people inheritor of the old mosaic cult, lives in Viseu. They occupy the centre of its urban geography, holding places that were usually allocated to its social elite. Just because people need them to cure diseases, manage rents or control the properties. But also to manage the goods that have been regularly crossing the frontier with Castela, for a long time. The boundary had been, since ever, an essential condition for the establishment of the sephardic capital in Viseu; its community action is based on family and client networks.*

Thus, the mobilities were part of a very archaic and traditional way of life. In the places where they lived, the transfrontier and geographic plasticity would be unveiled, which would serve the purposes of a particular social group, often on the run.

When the vigour of the Holy Office is felt in Viseu, the community comes apart. Some manage to escape from the Kingdom. Guided by different motivations, their chosen destinies are quite diffuse. Some would favour the economic dynamism, others would choose a destiny that brings them back to the faith of their ancestors.

One way or the other, Viseu and the Kingdom will have to forget their most competent people to the demanding functions of a Modern State and an emerging economic globalization.

Keywords: *Mobilities; Transfrontier; Surrounding; New Christians.*

* Email: teresacordeiro1@gmail.com. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Logo em 1553 se lamentava Samuel Usque¹ por estar em curso uma nova diáspora sefardita. Nas décadas que se seguirão, o país assiste à sangria de gentes e bens que não resistem à opressão do Santo Ofício.

Em Viseu, enquanto uns eram detidos, outros conseguiam escapar do reino, deixando para trás a fazenda e às vezes a família. Daqui saíam os mais aptos e dotados para exigentes cargos, fazendo lucrar quem se aproveitava do seu estado de urgência².

Mas por outro lado, as mobilidades tinham sempre feito parte do viver destes homens e mulheres que nos êxodos regulares encontravam um modo de sobrevivência em rede, beneficiando do já conhecido fenómeno dito de *paisanaje*. Nas ligações entre as comunidades migrantes, os cristãos-novos sabiam usar, pela experiência acumulada, uma trama de relações instalada nos vários países e regiões, que apoiavam os recém-chegados:

la emigración en cadena es un proceso de desplazamiento y reubicación de redes de familiares, amigos y conocidos. Las cadenas influyen en la toma de decisiones previa al desplazamiento internacional y en el proceso de asentamiento posterior [...]. Las redes de apoyo social proporcionan recursos que facilitan el proceso de adaptación³.

Por esta razão, resolvemos inquirir os factos para conhecer as motivações deste novo êxodo dos cristãos-novos, ou por outras palavras, se este era resultado da fuga ao Santo Ofício, se ditado por contexto de crise económica ou se devemos ponderar o concurso destes dois factores.

Assim, vejamos: logo nas primeiras décadas da expansão inquisitorial já os cristãos-novos rumavam a Castela, pressionados em parte pelo temor do poder do Santo Ofício. Para muitos, era um mero regresso, um reencontro quase da ordem do simbólico. Antepassados seus tinham cruzado a fronteira em sentido contrário, aquando da conversão forçada pelos Reis Católicos em 1492. E Portugal tinha integrado, com proveito, a gente que por cá andava. Em Castela, a Inquisição, mais prematura, interviera e desmembrara comunidades judaizantes que perseguira com firmeza. Por aqui, será só na década de 70, quando esta se começa a organizar, que os cristãos-novos percebem na fronteira um meio que favorece a fuga, nem que fosse por um tempo limitado. Aproveitavam, também, a possibilidade dada por D. Sebastião aos cristãos-novos de saírem do reino (apenas entre 1577 a 1579), após a derrama de 250 000 cruzados pagos por estes para financiar uma expedição da Coroa a África.

¹ *Consolacám as Tribulacoens de Ysrael*. Empresso en Ferrara: en casa de Abraham aben Usque, 5313 [i.e. 1553]. Da criação a 7 de Setembro.

² Para uma contextualização da comunidade dos cristãos-novos de Viseu, veja-se CORDEIRO, 2015.

³ MAYA JARIEGO, 2006: 257.

De Viseu começam a sair alguns, pressionados por uma primeira grande vaga de perseguições. Encontrámos casos de relaxamento em estátua relativos a essa década que provam que estavam em fuga réus que assim eram condenados à revelia. É o caso de Violante Henriques, de Valdigem, terra perto de Lamego. Era sogra do rendeiro Lançarote Nunes e sabe-se ter sido em 1571 relaxada em estátua por andar em fuga. Outros a seguiram, como os mercadores Manuel Lopes e Jorge Henriques, 1573, bem como Florença Rodrigues, em 1574.

A União Ibérica acrescentaria este movimento de saída do reino. O cardeal arquiduque Alberto de Áustria, nomeado inquisidor-mor em 1586, desencadeia uma acção muito agressiva contra os cristãos-novos, que, por tão determinada, fez esquecer outras medidas complementares, como o eram a vigilância dos portos secos e a consolidação de uma rede de familiares do Santo Ofício. Será o próprio rei quem, logo em 1585, pede explicações dessa fuga ao Conselho Geral, constatando a sangria de gentes e bens. E já em finais do reinado de Filipe II a Inquisição espanhola parecia preocupar-se com a nova ameaça que eram os «judaizantes» portugueses. O final do século traz consigo a existência de cada vez mais processos nos tribunais castelhanos que incidem sobre estes novos imigrantes. As profissões que ocupam no comércio e na finança prejudicam uma representação social aceitável nestes novos destinos. Em Madrid, alguns mais poderosos, dominam os *asientos* e os negócios coloniais. Borges Coelho dirá a propósito: «os cristãos-novos beirões movimentaram-se com à vontade para lá da fronteira e constituíram um alfobre dos quadros que se espalharam por Lisboa, Sevilha, Madrid, a Hispano-América, o Brasil e outras partes»⁴.

Mas o maior fluxo de saída acontece no decurso da primeira década do século XVII, considerando Pilar Huerga Criado que, apesar dos cristãos-novos portugueses começarem a atravessar a raia antes de 1570, cerca de, aproximadamente, dois terços do contingente geral o fazem nos inícios do século seguinte⁵.

E mesmo em tempos de proibição de saída do reino e porque eram também de crise e falta de capitais para a Coroa sucediam-se as autorizações do rei para cristãos-novos mais abonados se poderem ausentar pelo período de um ano⁶. Segundo C. Roth, «durante uma grande parte do período, impedia-se a evasão por uma disposição que proibia [a outros] a compra de terra ou letras de câmbio aos cristãos-novos que, para emigrarem clandestinamente, teriam assim de sacrificar grande parte dos seus bens»⁷. Estas autorizações reais seriam, pelo menos em parte, «concedidas em troco de dinheiro,

⁴ COELHO, 2001: 104.

⁵ HUERGA CRIADO, 2001: 35-37, 171.

⁶ Ao *Édito Geral* de 1627, em que se indultavam todos os cristãos-novos que fizessem prova do seu arrependimento seguia-se, em 1629, a concessão real da liberdade de emigrar, pessoas e bens incluídos. Esta liberdade de circulação não voltaria a ser retirada, mas sim limitada em casos de pessoas suspeitas.

⁷ ROTH, 2001: 136.

de financiamento de diversas actividades e empresas da Coroa ou de serviços ao Rei»⁸. Conclui a autora serem raras as autorizações régias concedidas e só destinadas a gentes de grande capacidade económica; a autorização era concedida em troca de 500 cruzados de fiança, para assegurar o regresso da partida concedida por um ano:

*ao considerar que essa quantia correspondia a mais de 30 anos de salário dum trabalhador do Terreiro do Trigo, a 10 anos da remuneração anual de um calafate e a 6 anos do tesoureiro da Casa da Moeda, verifica-se que a saída de forma legal era uma prática de determinados indivíduos de elevado estatuto económico ou social*⁹.

Alguns seriam da cidade de Viseu, como António Fernandes Praça¹⁰ que consegue, em 16 de Março de 1627, «autorização para poder ausentar-se para Castela onde tem negócios, sem embargo de ser da Nação». E Luísa da Fonseca, em 8 de Janeiro de 1628, consegue «autorização para ir viver para Castela sem embargo da lei. Válido por mais de um ano. Moça donzela moradora em Viseu». Também Isabel Nunes, viúva de Manuel Nunes, obtém em 16 de Maio de 1628 autorização para ir viver para Castela com seu filho «sem embargo da lei. Válido por mais de um ano». Isabel morava em Viseu. Outros cristãos-novos de Viseu obtêm autorização real para ir viver para fora do reino. Simão Lopes Rebelo que, em companhia de sua filha, e a partir de 6 de Julho de 1628, pode ir viver para Madrid «sem embargo da lei. Simão é vizinho de Madrid e a filha vive com a tia em Viseu. Válido por mais de um ano». E Henrique Vaz, mulher e sogra conseguem, em 15 de Julho de 1628, autorização para poderem ir viver para Madrid «sem embargo da lei. Válido por mais de um ano. Morador em Viseu»¹¹.

Na década de 30 acontece o grande *boom* de perseguição. E todos saem em debandada. Mas a nova integração afigurava-se difícil. Anita Novinsky pensa que a aversão da classe alta espanhola radicava na competição por interesses económicos comuns e que a Inquisição «despertó de su letargo», por querer atingir os interesses financeiros da Coroa ibérica. Acrescenta que a emigração dos cristãos-novos portugueses para Castela, entre os anos de 1633 e 1640, gerou uma «conspiración internacional orquestada contra ellos por la propia Inquisición y que se extendió desde España y Portugal hasta los nuevos territorios del Perú y de Nueva España, el actual México»¹².

⁸ FRADE, 2006: 148. Segundo o trabalho de levantamento da autora, só se encontraram estas autorizações especiais régias para saída do reino (*Livros de Privilégios*) nas Chancelarias dos monarcas Filipe II e Filipe III (de Espanha), entre 1611 e 1629, correspondendo a períodos de interdição legal de saída do reino. O período de pico foi em 1627 e 1628 e num total de 98 autorizações registadas, são 7 (?) de cristãos-novos de Viseu, sendo 2 (?) moradores em Aveiro.

⁹ FRADE, 2006: 143.

¹⁰ Pensamos poder tratar-se do réu com o mesmo nome e penitenciado no mesmo ano pelo Tribunal de Coimbra.

¹¹ ANTT — *Chancelarias Régias, Privilégios, Autorizações de Saída do Reino e da Venda de Bens*, livros 1 a 6 (Filipe II), livros 1 a 4 (Filipe III), *apud* FRADE, 2006.

¹² NOVINSKY, 1993: 104.

A política do novo rei (e do conde duque de Olivares) favorece, pelo interesse estratégico de captar os seus capitais, os grandes homens de negócio que dominam os polémicos *asientos*. Sabemos, por isso, da animosidade que provocava a nova atitude do rei em relação a estes estrangeiros. A discussão alimentava-se nos corredores do poder. Tentava averiguar-se o que faziam na corte estes descendentes da lei mosaica. A sua proximidade com o rei preocupava a quem via escapar-lhe força e prerrogativas. Num *Memorial* que é dirigido ao rei pelo corrector-geral dos livros reais, encontramos as razões desse descontentamento. Acusa-se os portugueses de especulação e abuso de poder, por serem arrendatários dos portos secos e de outros direitos reais:

*Que diré de los portugueses que habitan en Estremadura que es raya de Portugal, como Trujillo, Caceres, Llerena, Badajoz, Coria, Zamora y Ciudad Rodrigo? Tienen comprado las carnes y demais ganados a excessivos precios, y mettendolos en Portugal los revenden en Castilla a excessivos precios*¹³.

Por outro lado, estes novos imigrantes ostentavam modos de apresentação pública que os tornavam muito pouco populares. E não seria apenas isso. López Belinchón afirma que exibiam «una serie de rasgos, valores y comportamientos que contribuían a conferirle una personalidad propia, distinta, dentro de la sociedad hispana del siglo XVII»¹⁴.

Também a Inquisição do reino vizinho não via com bons olhos a entrada em Castela destes homens de negócios. Neles encontrava perigosas vantagens para a Fazenda Real e o Estado Moderno. Era a oportunidade desejada de se confrontar com o poder do rei. E em 4 de Julho de 1632, organiza-se um auto-de-fé na Praça Maior de Madrid onde seis dos sete condenados à fogueira por crime judaísmo eram cristãos-novos portugueses.

Ainda assim, Lúcio de Azevedo fala da impunidade destes imigrantes por não haver então a prática de extradição de suspeitos entre os dois reinos e ser esta emigração forma segura de escapar ao Santo Ofício português, usada mais tarde contra os reis espanhóis; «a impunidade que esta classe de delinquentes obtinha em Castela, foi motivo depois alegado pelos partidários da Restauração, contra o domínio da casa de Áustria»¹⁵. E cita a propósito D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Ecco Polytico*: «es prueba desta gran separacion de los Reynos (affectada por Castilla) que los reos de perfidia y judaísmo, passando se aquella Corona, vivian en ella com la misma seguridad que pudieron en Genebra ó Amstedram»¹⁶. Segundo o mesmo D. Francisco Manuel de Melo, seria a maior bonomia da Inquisição castelhana que estava na origem da confiança dos cristãos-novos em aí fixarem a vida e a fazenda. Critica, por isso, o facto de ser inútil a questão da extradição a partir de 1629 pela liberdade de trânsito permitida:

¹³ ANTT — *Conselho Geral do Santo Oficio*, livro 301, fls. 32 e ss., *apud* MEA, 1994: 239.

¹⁴ LÓPEZ BELINCHÓN, 2001: 17.

¹⁵ AZEVEDO, 1989: 205.

¹⁶ MELO, D. Francisco Manuel de (1645) — *Ecco Polytico*. Lisboa: Paulo Craesbeek, fol. 15, *apud* AZEVEDO, 1989: 205.

*parece no podia llegar a mayor exceso el gran estudio de los ministros Castellanos que a dexar anteponer tan facilmente el estado de la religion, como se el Dios agraviado en Portugal no fuese el mesmo Dios de Castilla; ó si las rayas que dividen las Provincias pudiesen poner termino a la raçon, y el delicto fuera calidad del lugar, no del delinquente*¹⁷.

Apesar destes *Eccos*, sabemos não ser inteiramente certo que a fuga do reino de Portugal para Castela resolvesse todos os problemas dos cristãos-novos. Perseguidos deste lado, encontram muitas vezes do outro o mesmo encontro com outras Inquições, como acontecerá também nos espaços coloniais. Já em 1611, os irmãos de Ana da Fonseca tinham saído do reino. São eles Francisco Nunes Cardoso e o mercador Simão Rodrigues, morador em Cuenca (Castela-La Mancha). A sogra do primeiro fugira há mais tempo para Madrid com medo da Inquisição. O mesmo faria Francisco Nunes. Contudo, sabemos por depoimento de seu sobrinho Lopo que este não conseguirá fugir à prisão do Tribunal inquisitorial de Valladolid¹⁸. Melhor sorte parece ter tido a meia-irmã de Álvaro da Fonseca, marido de Ana da Fonseca. Isabel da Fonseca, casada com o licenciado Pero Rodrigues irá viver para a corte de Madrid, decerto influenciada por ter já sido processada em 1575 e dias antes da prisão de seu irmão.

E também se sabe de gente de Viseu às voltas com a Inquisição de Córdoba. Por volta de 1603, Diogo Rodrigues Botelho e outros parentes seus serão presos por este Tribunal, tendo beneficiado do Perdão Geral aos cristãos-novos portugueses em 1605¹⁹.

Mas por outro lado, permanecia intacto o efeito condutor da raia, nos seus trânsitos regulares que aproximam regiões. Via-se aí a possibilidade de um retorno e a constituição de novas famílias do outro lado da fronteira²⁰. Não o sucedia só na região da Beira, mas noutras áreas fronteiriças do sul, como no caso de Elvas:

*as ligações familiares dos cristãos-novos elvenses ao reino vizinho, diminutas e protagonizadas essencialmente pelos avós dos cristãos-novos elvenses, foram-se esbatendo [...]. O movimento era agora no sentido contrário: muitos cristãos-novos portugueses atravessaram a fronteira para constituir família do outro lado da raia*²¹.

Criavam-se, assim, estruturas intermédias de compromisso, a permeabilidade fronteiriça deixava de lado razões de estado, discutidas pelos grandes do reino. A raia promovia desde há muito fixações portuguesas do outro lado da fronteira²². Sobre o

¹⁷ MELO, D. Francisco Manuel de (1645) — *Ecco Polytico*. Lisboa: Paulo Craesbeek, fl. 15, *apud* MAGALHÃES, 1981: 2-3.

¹⁸ Conforme depoimento de seu sobrinho em Coimbra. In ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 6862, fl. 3v.

¹⁹ WACHTEL, 2001: IV.

²⁰ Veja-se a propósito HERNÁNDEZ FRANCO, 2010: 21-43.

²¹ PINTO, 2003: 214.

²² Sobre a emigração portuguesa para a Galiza, veja-se CONTRERAS, 1982: 591-608.

caso concreto da sociedade fronteiriça andaluza e da forma como estas comunidades se foram assimilando na sociedade de acolhimento, assim diz Juan Ignacio Pulido Serrano:

Diremos, en principio, que la emigración de portugueses a Andalucía era ya abundante con anterioridad al siglo XV, mucho antes de la unión de España y Portugal en 1580. Andalucía fue durante siglos una tierra de oportunidades, de frontera abierta, que atrajo gentes de todos los lugares. Se explica por su condición de espacio fronterizo, en continuo proceso expansivo, y por su decidida proyección atlántica²³.

Continuarão a preferir as áreas urbanas, tendo escolhido, no caso concreto dos beirões, as cidades de Ciudad Rodrigo, Plasencia, Cáceres, Madrid, Toledo, Sevilha e Granada.

E de tal modo estavam ligados os dois lados da fronteira que alguns pensam inadequada a referência a *portugueses*. É que os seculares trânsitos peninsulares na raia os tinham tornado, simplesmente, ibéricos; «que podían comunicarse en español y en portugués; que mezclaban usos y costumbres de aquí y de allá, que tenían parientes y amigos en ambos lados con los que compartían muchas cosas»²⁴.

Por outro lado, eram diferenciados os processos emigratórios. No caso estudado por Pilar, a chegada a Ciudad Rodrigo de cristãos-novos da Beira não se fazia sempre pelo processo típico de saída do cabeça de família, que «chamava», mais tarde, a mulher e os filhos, uma vez encontradas as condições de acomodação. Foram encontrados casos de mulheres que viajaram sós, deixando a família em Portugal para casarem em Ciudad Rodrigo, o que faz supor casamentos concertados pelas respectivas famílias; outros, que tendo casado em Portugal, viajaram juntos, às vezes, já com um filho pequeno²⁵. Outras situações existem em que homens, viajando regularmente pelos dois países em negócio, aproveitam as novas leis da emigração para sair com a já numerosa prole. Foi o caso do transmontano Fernando Báez (?) e da sua mulher, Leonor Rodrigues, de Viseu. Era comerciante de lençaria e, durante 40 anos, negociou entre os dois países, vivendo com sua mulher em Viseu. Entretanto tiveram nove filhos, uma situação comum nos modelos familiares dos conversos portugueses. Será preso pelo Tribunal de Toledo, em 1630, um ano depois de toda a família ter emigrado para Madrid. Curiosamente, todos se continuavam a dedicar ao comércio da lençaria e mesmo os casamentos que arranjava para suas filhas conservaram essa matriz; os maridos também são mercadores de lençaria²⁶.

²³ PULIDO SERRANO, 2011: 28.

²⁴ A autora diz que «las comunidades distribuidas por las tierras de Castilla estaban constituidas por cristianos nuevos cuya trayectoria histórica había cruzado en ambos sentidos la frontera castellano-portuguesa. Por esta razón, los gentilicios “castellanos... portugueses” aplicados a ellos resultan insuficientes, mientras que el de “ibéricos” parece más apropiado y ajustado a su realidad» (HUERGA CRIADO, 1998: 285-292).

²⁵ HUERGA CRIADO, 2001: 36.

²⁶ PULIDO SERRANO, 2002: 115-117.

Aí continuavam as ocupações de há muito. Nas terras da Beira, haviam fabricado tecidos, com a matéria-prima do gado que criavam. Sempre tinham vendido lençaria (tecidos de linho) para Castela. Agora aí se instalavam nos meios urbanos. No caso de Ciudad Rodrigo, complementariam as vendas de tecidos com a criação de gado, como faziam os castelhanos.

Conhecemos, então, gente que «embarca» pela raia e que se junta num fluxo, mais ou menos, contínuo (segundo os tempos), em direcção a Castela.

Mas então o que os faz transpor a raia? Se a fuga à Inquisição é, obrigatoriamente, um factor que animava esta diáspora, sabemos não ser suficiente razão para explicar na íntegra o êxodo. Assim, e para abarcar a complexidade deste fenómeno migratório dos cristãos-novos, forçoso é equacionar outras motivações. Sobre os finais do século XVI, Rafael Carrasco referiu-se a um «êxodo del hambre»²⁷, aludindo a um ciclo económico depressivo, capaz de gerar movimentos de emigração pela raia. E a propósito do mesmo período e não descartando a hipótese da perseguição religiosa na origem destes movimentos, Pilar Huerga Criado mantém-se cautelosa na sua abordagem. Pensa ter sido em busca da prosperidade económica que estes abandonaram as terras da Beira, mas não sabe se a actividade do Tribunal de Coimbra terá precipitado a decisão da partida. Estariam, pelo menos, esperançados de que, por muito tempo, em Ciudad Rodrigo, vivessem longe da mira do Tribunal de Llerena²⁸.

De Viseu partem alguns que parecem usufruir das suas relações na rede colonial. Em 1621, a cristã-nova de Viseu Ana Nunes vive no Porto quando se apresenta à Inquisição. Na sua genealogia, fala dos seus três irmãos. Catarina Nunes ainda vive em Viseu. O mais velho, Diogo Rodrigues está preso desde 1618 e António Rodrigues vive em Madrid²⁹. Seu marido é Francisco de Cáceres, que esteve também na prisão³⁰. Diz ela que seu filho Simão, de 13 anos apenas, «depois de seu pai preso desapareceu de casa dizendo que se hia fazer soldado»³¹. Outros filhos, mandou-os, ainda de tenra idade, seu marido para Toledo. São sobrinhos-netos do importante mercador ligado ao trato colonial (México, Filipinas), António Dias de Cáceres³². Quando Ana Nunes é libertada, os inquisidores autorizam a sua partida para a cidade de Viseu, por aí se encontrar muito doente seu marido, Francisco de Cáceres.

²⁷ CARRASCO, 1987.

²⁸ HUERGA CRIADO, 2001.

²⁹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 11247 (1621/1622), fl. 17.

³⁰ Suspeitamos tratar-se de familiar de outro Simão de Cáceres que é um importante comerciante, com avultados negócios coloniais, e que será depois um dos mais importantes líderes da comunidade judaica de Londres (*apud* ALMEIDA, 2009: 146-147).

³¹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 11247 (1621/1622), fl. 17v.

³² Sobre a vida tumultuosa e as relações ambíguas com o Santo Ofício (ele e sua mulher, D. Catarina de Léon ou Catarina Carvajal foram reconciliados pela Inquisição mexicana. Sua filha Leonor de Cáceres foi também condenada duas vezes pelo mesmo Tribunal), leia-se: ALMEIDA, *dir.*, 2009: 143-145.

Na década de 30 é já muito clara a fuga ao Santo Ofício português como razão que faz atravessar a fronteira. Viseu acompanhava o ritmo nacional da alta repressiva, sendo presos, entre 1629 e 1631, 92 dos seus habitantes cristãos-novos. É por isso que as mais importantes famílias da cidade usarão a permeabilidade da raia para a fuga necessária. Foi o caso dos da família dos Gil e Moreno, ligada ao comércio da seda. Alguns fogem apressadamente, com lucro evidente para alguns cristãos-velhos da cidade, com a compra de casa e terras. Manuel Gil foge sozinho antes de o conseguirem prender. Mas passado um tempo, é presa sua mulher, Branca Henriques, filha do mercador André Nunes e irmã de António Peres, também ele fugitivo para Castela, não sabemos bem a causa. É que por depoimento à Inquisição de Henrique Dias, seu sogro, sabemos que assassinara a mulher, por pena do delito de adultério³³.

O mercador de seda Francisco da Costa, o Moreno e sua mulher Branca Nunes fogem à pressa da cidade em busca da segurança que pensam encontrar do outro lado da raia. Passado algum tempo, serão condenados à revelia pela Inquisição de Coimbra e relaxados em estátua à justiça secular³⁴. Pelo risco que a fuga envolve, deixam para trás seus filhos que se lhes irão juntar depois. Estes são ajudados por cristãos-velhos da cidade que assim lucram com a empresa, como acontecera já há muito, do outro lado da fronteira, quando os antepassados de alguns fugiram para Portugal³⁵.

Na alçada da Inquisição, este crime de ajuda a cristãos-novos em fuga será objecto da atenção do inquisidor aquando da Visita a Viseu, em 1637. É que cónegos da Sé participam na fuga ilegal de jovens cristãos-novos para Castela. Fazem-no em troca de avultados bens dos perseguidos. Por outro lado, cristãos-velhos, casados com cristãs-novas da cidade, enfrentam difíceis dilemas, entre a razão dos afectos e o dever que a fé impunha. Manuel Botelho da Costa envolve-se na fuga ao Santo Ofício de irmãos e outros parentes de sua mulher cristã-nova. E outro cristão-velho da cidade, o boticário António Dias Coelho, tentaria a fuga para Castela de sua mulher Grácia Rodrigues Mourão.

Mas não é só para Castela que emigram os cristãos-novos do reino. Se para aí se dirigem os que são movidos por razões económicas ou o pavor ao Santo Ofício, são motivos religiosos e o desejo do regresso à fé mosaica que atraem outros para Amesterdão e outras cidades da Europa.

³³ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 3408, fl. 30.

³⁴ Branca Nunes tinha já sido processada em finais do século XVI e salva pelo Perdão Geral de 1605 (ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, n.º 3113). Agora, com novo processo inquisitorial, em 1630, urge fugir para Castela.

³⁵ Falamos naturalmente dos efeitos da expulsão de Castela em 1492 e da partida para Portugal: «A partida fazia-se penosamente [...]. A necessidade de vender os bens em prazo tão curto, três meses apenas, acarretaria obviamente a depreciação das propriedades e das mercadorias que a legislação proibia exportar como ouro, prata, moedas, armas, cereais, etc. O caminho era duro e sem regresso para muitos. [...] em Castela, uns cristãos os ajudavam, como alguns cavaleiros e oficiais das comarcas fronteiriças, em troca de uma parte da fazenda que os expulsos levavam» (TAVARES, 1987: 350).

Nesta diáspora alargada, muitos eram os cristãos-novos de Viseu que ainda se aventuravam para regiões mais distantes, seguindo, primeiro, dois velhos rumos (o Mediterrâneo e as cidades do Magrebe) e, mais tarde, o Atlântico, principalmente Norte da Europa e a costa litoral francesa. Em Amesterdão e nas cidades italianas regressarão à religião judaica.

Assim aconteceu com o famoso médico Filipe Montalto e sua mulher, Jerónima da Fonseca, filha do médico e rendeiro de Viseu, Lopo da Fonseca. Em Florença, o casal regressará à fé dos seus antepassados. Incitara sem êxito a que o mesmo fizesse o médico Tomás da Fonseca, seu cunhado. Quando entra no cárcere dos Estaus, diz-se que o réu tem em sua posse «humã fauca nova de cabo preto em humã bainha cerrada por cima com humã fita rosa e humã carta que fazia menção ser do medico Montalto escrita em Florença»³⁶. Na carta, datada de 17 de Agosto de 1619, o médico queixava-se da falta de notícias da família e do afastamento forçado:

Injusta cousa he que se passe a vida em perpetuo silencio e nem que V. M. queira saber de mi nem que eu o obrigue a dar novas de si se me constasse que minhas cartas não lhe seriam molestas persegueria esta suave comunicação em falta da pessoal. Dobrasse a penna quando alem da ausencia são negadas ao homem novas de quem ama.

O médico parecia adivinhar a prisão do cunhado que estava próxima. Incita-o a fugir do país e censura-lhe a teimosia em querer ficar «pera ver semelhantes espectaculos de nossos coraçõens». Pede-lhe que o faça para que ele e a mulher (sua irmã) «gozem da quietação da alma e dos mays bens que Nosso Sñor dá a quem ama, fora dessa estancia»³⁷. Mas tinha confiado demais o médico no prestígio granjeado na cidade de Lisboa. Além disso, casara com Doña Isabel Coronel, sobre quem diz no depoimento ao inquisidor, que era cristã-velha, «segundo lhe parece»³⁸. Nada disso importará ao inquisidor que o condena por judaísmo em 1611. Depois disso nada se sabe dele, tendo presumivelmente aceitado o apelo de seu cunhado no exílio.

Entre os que ficam e partem há uma distância mínima, na razão de uma qualquer denúncia ao inquisidor. E na década de 30, continuam a sair de Viseu médicos cristãos-novos, receosos e saudosos, regressando no exílio ao seu credo original. Alguns estavam ligados a poderosas famílias sefarditas que tinham ascendido à nobreza. É o caso do médico Jorge Mendes Ximenes que foge para Florença por volta de 1630 onde adopta o nome judaico de Moisen Levi. Depois levará a família para Veneza. Mais tarde foram

³⁶ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 1355 (1609/11), fl. 2.

³⁷ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 1355 (1609/11), fl. 29.

³⁸ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 1355 (1609/11), fl. 43.

para a cidade de «Espalatro da mesma senhoria de Veneza»³⁹, até se instalarem na ilha de Corfu, onde morreria o médico de Viseu. Seu filho Abraham Levi (nome cristão: António Ximenes de Brito) será preso e acusado de judaísmo. Tinha já nascido na ilha de Corfu. Mas em 1658 Abraão Levi chega a Lisboa, num navio francês vindo de Baiona. Diz ser mercador e instala-se em casa de Isabel Jorge «que dá camas». Aí estará alguns dias, dizendo sempre ser francês. Mas os comissários do rei desconfiam. Por não verem grandes actos de mercancia e porque falava castelhano, pensam ser espião ao serviço do vizinho reino. É preso na cadeia da corte, ao Limoeiro. No interrogatório, Abraham Levi começa por dizer que é mercador inglês, filho de um homem de Ruão. Depois, afirma ser António Ximenes de Brito, nascido em Itália e filho de portugueses que se ausentaram do reino havia mais de 30 anos. Diz que sua mãe fora com ele e seus irmãos para Veneza há cerca de 11 anos, porque se falava que «o Grão Turco mandava uma armada sobre ela [a ilha de Corfu] e a tomava»⁴⁰. E que aí continuaram a frequentar as sinagogas como faziam em Corfu, vivendo «no gueto com os mais hebreos». Mas há seis anos, Abraão fora com sua mãe para a Holanda «em ordem a buscar modo de negócio». Porém as coisas não tinham corrido bem e agora recorria a parentes que residiam no reino. Em Outubro de 1658, tentava o comissário António Gomes da Costa investigar junto do povo da cidade de Viseu sobre a família do réu. Mas todos dizem não se lembrar deles⁴¹.

Conhecemos ainda casos de saída do reino mesmo em tempos de proibição, em que só carta real permitiria a excepção. Algumas famílias de Viseu deixaram rasto da concessão deste privilégio, fazendo presumir do seu poder económico. É o caso de Inês Gomes, por autorização concedida em 30 de Junho de 1611 para poder vender seus bens no reino até à quantia de 500 cruzados e ir para a Holanda, «sem embargo de ser da Nação Hebreia». É natural de Viseu e filha de Manuel Gomes e Isabel Rodrigues.

Mas mesmo nessas terras de liberdade religiosa, alguns continuavam a ser alvo da vigilância do inquisidor luso. Sobre gente de Viseu, conhecemos o caso de cristãos-novos de Santa Comba e Castro Daire que, ainda que vivendo em Amesterdão, são vigiados pela Inquisição portuguesa. No primeiro caso trata-se de António Mendes, marido de uma irmã de Francisco de Cáceres e, no segundo, de António Mendes Pereira que é cunhado de Manuel Mendes Castro⁴².

Vimos como se movimentam os cristãos-novos de Viseu nas rotas italiana e holandesa, onde se previa a liberdade religiosa. Mas no caso francês estes realizam apenas parcialmente o sonho de liberdade. É que este acolhimento permitia a sua protecção enquanto cristãos-novos, não podendo isso significar o regresso ao judaísmo,

³⁹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 11029 (1658/1659), fl. 12.

⁴⁰ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 11029 (1658/1659), fl. 6.

⁴¹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 11029 (1658/1659), fl. 14.

⁴² Por denúncias produzidas em 1617 (NOVINSKY, 2006: 50).

interdito por lei no reino desde 1394. Henrique Dias, mercador, rendeiro e contratador de Viseu será relaxado pela Inquisição portuguesa 30 anos após sua mãe ter enviuvado e logo de seguida partido para França, em 1603⁴³. E às portas de Castela ficava logo Bayonne, mais concretamente Saint-Esprit-lès-Bayonne. Aí se abrigaram muitos cristãos-novos de Viseu. O mesmo aconteceu com Bordéus. Sabemos que, desde 1474, concedia a realza francesa direitos de fixação em Bordéus, trazendo vantagens para os comerciantes estrangeiros, por exemplo, cristãos-novos. Esta posição seria reforçada em 1550, «concedendo o rei Henrique II cartas patentes garantindo especificamente aos cristãos-novos portugueses direitos de residência, naturalização, propriedade e tráfico semelhantes aos de todos os outros mercadores estrangeiros. Esta carta foi confirmada em 1574 [por Henrique III], 1580 e 1604». Em 1656, por Luís XIV e em 1723 por Luís XV⁴⁴. Os cristãos-novos beneficiavam assim das prósperas relações comerciais entre a Península Ibérica e aquela cidade. Foi assim com a mãe do rendeiro Henrique Rodrigues, prebendeiro na Universidade de Coimbra e irmão da mulher de Francisco Nunes Cardoso. Em 1580, sabe-se que o genro irá visitá-la a Bordéus, onde «se acolhera daquy pera laa com medo do Santo Officio»⁴⁵.

Acompanhando o movimento geral dos cristãos-novos portugueses, os trânsitos destes homens de Viseu ocorrem ainda para territórios do Império, como eram as Índias Orientais, o Peru, Brasil, Angola, Cabo Verde ou São Tomé. Eram os homens de negócio ou «homens de ida e vinda». Como sublinha Anita Novinsky,

*o comércio entre Holanda, Brasil, S. Tomé, Angola e Índias Orientais era em grande parte controlado pelos cristãos-novos, que muitas vezes, em seus próprios navios carregavam armas, peles, pau de tinta, ouro, prata e mercadorias diversas, contrabandeadas através da França, Inglaterra e Alemanha. Vários relatórios datados dessa época revelam também as transações que eram realizadas entre Brasil e outras colônias espanholas*⁴⁶.

Por outro lado, partilhavam objectivos comuns aos de outros cristãos, os velhos, concorrendo para o movimento geral da conquista territorial e da ocupação efectiva dos territórios ultramarinos. No desastre de Alcácer-Quibir estiveram presentes cristãos-novos de Viseu. Enquanto a irmã de Miguel da Fonseca Cardoso viverá até à morte com seu marido João Correia Tapiã, em Herrera, a sete léguas de Nossa Senhora

⁴³ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 3408 (1604/1605), fl. 1v.

⁴⁴ ROTH, 2001: 151.

⁴⁵ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 4064 (1595/1598), fl. 10v.

⁴⁶ NOVINSKY, 2006: 18.

de Guadalupe, outros irmãos seus morreram em África «na perda del Rei D. Sebastião»⁴⁷. Para as Índias embarcavam, como ponto de passagem ou destino final. Assim fez, durante a segunda metade do século XVI, o pai do mercador Filipe Nunes que sairá de Viseu para o Peru, onde se lhe perde o rasto. Passados alguns anos, Diogo Nunes, sobrinho de Ana da Fonseca, vivia já no Peru quando sua mãe, Isabel Nunes é presa em 1612⁴⁸. Foi o que aconteceu também com um dos filhos do mercador de sedas, contratador e feitor das minas de estanho Henrique Dias. O filho António Dias viajara, quando jovem, para as «Índias de Castela»⁴⁹. Já no depoimento de sua filha Leonor — 20 anos mais tarde — diz-se que o irmão teria partido para a Índia, de onde seguira para a China⁵⁰. Seu outro irmão Jorge Nunes, preferira a África negra, tendo vivido primeiro em Angola e depois e até à sua morte «no Cabo Verde»⁵¹. Mas para as Índias seguiam outros cristãos, dos velhos e que serviam os cristãos-novos. Em busca de melhor vida, para aí viajara um criado de Filipe Nunes. Dele se sabe chamar-se Jorge Rodrigues, o Cabeças, tendo nascido em Vouzela⁵².

Para o Brasil seiscentista embarcavam muitos dos cristãos-novos que queriam sair do reino e viam nessas terras uma nova promessa de vida. Para lá seguiam muitos dos que viviam nas regiões da Beira, fosse há muito ou pouco tempo⁵³. A partir das décadas de 20/30, usufruíam da abertura religiosa proporcionada pelas ocupações holandesas de Pernambuco, ficando o comércio do Recife dependente da iniciativa sefardita. A dominação holandesa do Nordeste (1624-1625 e 1630-1645) proporciona um clima de liberdade religiosa, sobretudo na Baía e Pernambuco, que vai atrair colonos vindos de Amesterdão. O território ocupado pelos holandeses chega a albergar cerca de 1450 judeus, o que correspondia a metade da população branca. Assim, no Recife se haveria de instalar a primeira sinagoga americana (1641), tendo como primeiro rabino (*hakham*) um homem de Castro Daire (vila ao actual distrito de Viseu), Isaac Aboab Fonseca (1605-1693) e que, como outros, viera da comunidade de Amesterdão⁵⁴. No entanto, em 1654, com a reocupação desta cidade pelos portugueses, todos regressarão à Holanda.

A colonização do Brasil, essencialmente agrária, havia de converter antigos judeus em proprietários de terras e engenhos de cana-de-açúcar, ainda que fosse contra as leis do reino. Segundo Jorge Couto, a estrutura social brasileira teria, no seu topo,

⁴⁷ Trata-se de Estevão Cardoso, Domingos Cardoso e Diogo Cardoso (ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 355, fl. 26v).

⁴⁸ ADV — *Fundo do Cabido*, Liv. 351/789, fl. 24v.

⁴⁹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 3408 (1630-34), fl. 30.

⁵⁰ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 10386 (1652/1654), fl. 73v.

⁵¹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 10386 (1652/1654), fl. 73v. A passagem por Angola tinha sido mencionada no depoimento de seu pai, vinte anos antes, no decurso do segundo processo (ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 3408, fl. 30).

⁵² ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 4064 (1595/1598), fl. 7.

⁵³ Sobre os sefarditas da Beira no Brasil colonial, veja-se SALVADOR, 1976: 371-372.

⁵⁴ SKOLNIK & BERENBAUM, *ed.*, 2009: 269.

uma aristocracia possuidora de engenhos, maioritariamente, secundogénita. Mas, devido à forte mobilidade da estrutura social, foram os cristãos-novos ocupando um lugar intermédio entre os senhores de engenho e as camadas inferiores, sendo que os mais bem-sucedidos ascendiam mesmo a senhores do engenho. Será por isso que, no Brasil seiscentista, mais de metade dos engenhos se encontram nas mãos dos cristãos-novos e talvez também por isso estes sejam alvo das maiores perseguições inquisitoriais. Assim, e ainda que tentassem a fortuna e a diáspora colonial para fugir aos inquisidores ibéricos, nem sempre o conseguiram os cristãos-novos de Viseu, mesmo que fossem senhores de engenho⁵⁵, como foi o caso de João Nunes Correia, preso pela Visitação inquisitorial ao Nordeste, iniciada em 1591⁵⁶. Depois do Recife, Olinda era uma importante cidade de Pernambuco. Também aí se instalaram os cristãos-novos de Viseu. João Nunes Correia (1543-1625) nascera em Castro Daire e é senhor de uma das maiores fortunas da capitania, que acumulara através do comércio do açúcar. Para além disso detinha a propriedade e gestão de dois engenhos em Olinda e vendia índios para o trabalho nos engenhos.

Outro poderoso cristão-novo de Viseu apanhado pela Inquisição no Novo Mundo fora Luís Gomes Barreto. Tem já cerca de 80 anos quando morre no cárcere da Inquisição de Cartagena, após enfrentar um segundo processo por judaísmo. Era filho de Francisco Rodrigues Barreto e Isabel Gomes, que tinham vivido até à sua morte em São Tomé. Depois de passar por Angola e São Tomé, Luís viajara ainda para o Brasil, antes de se estabelecer em Cartagena das Índias. Aí se dedicara ao comércio negreiro que concilia com cargos locais importantes, sendo regedor do Cabido e depositário-geral de Cartagena⁵⁷.

E também se sabe de gente de Viseu às voltas com a Inquisição do México, como Francisco Botelho, filho do já aqui mencionado Diogo Rodrigues Botelho, um exemplo notável da grande mobilidade destes cristãos-novos e que é preso por aquele Tribunal em 1642, quando já era casado com a cristã-velha Maria de Zarate. Francisco tinha nascido em Priego, na Andaluzia, por volta de 1594, de pai natural de Viseu e mãe andaluza. Muito jovem saíra de Priego em rumo não se sabe se de Viseu ou se em direcção a França. Passa a Medina del Campo, para se instalar depois na cidade de Viseu. Aí ficará entre os 9 e os 13 anos, de onde parte em fuga por razões pouco claras e rodeadas de certo enigma⁵⁸. Depois passará três anos em casa de seu tio em Madrid. Então circulará por outras terras; Jetafel, Trancoso, Monjata, Langroiva, Sevilha, Cádiz e Jerez. Na prisão enfrenta a tortura e a depressão, mas também uma forte determinação

⁵⁵ Segundo António José Saraiva, a cobiça inquisitorial obrigará a medidas régias mais vigorosas e que melhor defendessem a economia local. É, provavelmente, por isso que, em 1728, D. João V proíbe a confiscação dos engenhos (SARAIVA, 1985: 174).

⁵⁶ ALMEIDA, *dir.*, 2009: 185-187.

⁵⁷ ALMEIDA, *dir.*, 2009: 82.

⁵⁸ AGN — *Inquisición*, vol. 412, exp. 1, fl. 105v, *apud* WACHTEL, 2001: 163. O autor descreve minuciosamente a trama que envolve o cristão-novo descendente de Viseu, a partir do estudo do seu processo (WACHTEL, 2001: cap. V).

de não denunciar ninguém. Em 21 de Fevereiro de 1649 será condenado pelo Tribunal e decidida a sua expulsão do Novo Mundo. Mas não seria o fim das perseguições. É novamente preso e condenado, saindo em auto-de-fé de 19 de Novembro de 1659, na Plaza Mayor de Mexico. Será queimado vivo por recusar o arrependimento que o pouparia a essa dor final, pela administração do garrote. Sobre ele dirá Toribio Medina: «Francisco Botello, el más endurecido judío de cuantos en muchos siglos se habrán visto castigados por el Santo Oficio, sin ser posible con él que nombrase a Jesús ni a la Virgen Santísima su madre, se dejó abrasar vivo»⁵⁹.

Falámos de duas motivações no êxodo dos cristãos-novos portugueses e de que forma concorriam para o efeito da viagem para destinos conhecidos. Registaremos apenas o exemplo da diáspora de uma família em que parecem ter concorrido as duas motivações. A primeira seria a dos negócios — que há muito se apoiam em redes internacionais — e da integração no mundo clerical dos cristãos-velhos, a segunda seria uma premente necessidade de fuga ao Santo Ofício, por se saber estarem a ser presos parentes. Trata-se da família dos Reinoso. Fortemente reprimidos pela Inquisição portuguesa, já há muito se dispersavam por Castela, Itália, França e Índia, fosse pela integração no clero ou pelo mundo dos negócios. Disso falará ao inquisidor de Lisboa um dos parentes, o rendeiro Diogo Nunes Neto. Vive na Guarda e casara com sua prima Beatriz Reinoso. Declara ao inquisidor de Lisboa que vivera cerca de 20 anos em várias cidades de Castela⁶⁰. Depois de três anos na prisão dos Estaus, será absolvido do crime de que o acusavam.

O primeiro a vir para Portugal seria Alonso Reinoso, que nascera nas Astúrias e escolhera Viseu para viver, onde se instala com a família na sua Praça Central. Neto deste castelhano seria o famoso pintor proto-barroco André Reinoso. Foram perseguidos pela Inquisição sua tia Beatriz e seus quatro primos, Catarina, Miguel, Diogo e Leonor. Estes eram todos filhos do médico Luís Reinoso, que viveu na Praça de Viseu. O marido de Leonor será relaxado em estátua por ter morrido na prisão. A mesma sentença sofre Diogo Reinoso, mas por andar fugido do reino. Isso mesmo se diz, em 1643, por carta que vem da Sé de Viseu; que ele fugira para o reino de Castela há 10 ou 12 anos⁶¹. E, em 1626, seu primo Miguel Reinoso contara à Inquisição de Coimbra que alguns tios paternos tinham já partido para a Índia⁶². Já seu tio Jorge Reinoso iria viver para Sevilha, enquanto um outro, de seu nome Francisco, parece ter escolhido o México para os seus negócios e morada⁶³. Mais tarde, sua irmã Catarina apresentará informações que contradizem o

⁵⁹ TORIBIO MEDINA, José (1987 [1905]) — *Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en México*. Ciudad de México: U. N. A. M, p. 309, *apud* WACHTEL, 2001: 228.

⁶⁰ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 6635 (1626-1629), fl. não numerado.

⁶¹ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 6635 (1626-1629), fl. não numerado.

⁶² ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 9758 (1626/26), fl. 21.

⁶³ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Coimbra, Processo n.º 9758 (1626/26), fl. 21.

destino. Em 1630, diz que era sua irmã Brites muito pequena quando Francisco fora viver para o Peru onde ainda vive com sua mulher e filho. Contará que sua irmã Clara Reinoso se casou em Sevilha com o cristão-novo Domingo Nunes. E que um outro seu irmão, Alonso, morrera quando vivia na cidade de Génova.

Pressionado pelo perigo de uma segunda prisão, o mesmo Miguel Reinoso ausentar-se-á logo do reino, após ser reconciliado em 1626⁶⁴. E pelo mesmo tempo, fugira também seu sobrinho, o advogado Luís Reinoso. Era filho de António da Costa Reinoso que fora entretanto preso. O receio das denúncias não lhe permitia riscos.

Falámos aqui de emigrações, umas mais forçadas que outras, cedendo a dinamismos locais e de conjuntura. Conhecemos gente que se move na raia sabendo-a vaso comunicante e não chamando seu qualquer lado da fronteira. Dali progrediam alguns para países onde pudessem regressar à religião dos antepassados ou onde pensavam gozar de uma estadia mais próspera, longe do olhar dos inquisidores ibéricos. E o espaço da expansão colonial parecia ser promessa da liberdade e de acesso a novas fontes de rendimento e posição social.

Falámos também aqui de gente que sofre ameaças do inquisidor para onde quer que vá. Diferentes desfechos marcam a sorte dos cristãos de sangue impuro. Mas estes continuariam a sentir na raia e nas redes que cruzam fronteiras a força para reagir, alimentando diásporas que vão facilitando a fuga. As famílias usarão meios de ligação ancestrais para se colocar a salvo.

E Viseu terá de dispensar o engenho de médicos e advogados, gente do negócio e finança, de outros que viviam do que a terra dava, vivendo «de sua fazenda»⁶⁵. A Inquisição abalara o frágil equilíbrio em que então se entendiam os mais e menos puros de sangue.

Seria por essa altura que assim cantava João de Pavia, um natural da cidade, defendendo cristianíssimos argumentos: «Quantos de grandes letras e de ciência/ Convictos confessaram, vela em punho/E quantos com danada impenitência/Provaram de Vulcano o interlunho/E quantos por viver com liberdades/A fazenda deixaram e as cidades»⁶⁶.

⁶⁴ Segundo depoimento de sua irmã Catarina, presa quatro anos depois.

⁶⁵ Um cristão-novo de Viseu, relaxado em estátua no auto de 1647, é Cristóvão Mendes, proprietário de vinhas junto à cidade. Fugiria para Sevilha em 1629, por saber que parentes seus tinham sido presos em Viseu. Com efeito, nessa altura ocorreria a primeira denúncia que o incriminava no crime de judaísmo.

⁶⁶ PAVIA [depois de 1638]: Canto VII, fl. 122v.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu

ADV — *Fundo do Cabido*, Liv. 351/789.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Coimbra, Processos n.º 3408; n.º 4064; n.º 6862; n.º 355; n.º 9758, n.º 3113.

ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, Processos n.º 11029; n.º 11247; n.º 6635; n.º 10386; n.º 1355.

PAVIA, João de [depois de 1638] — *Descricam da cidade de Vizeu e suas antiguidades e couzas notauéis que contem em sim, e seu Bispado composta por hum natural. Anno de 1638*. Acessível na Biblioteca Nacional, Lisboa, Portugal. Cód. 10622.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. A. Marques de, *dir.* (2009) — *Dicionário histórico dos sefarditas portugueses. Mercadores e Gente de Trato*. Lisboa: Campo da Comunicação.

AZEVEDO, J. Lúcio de (1989) — *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. 3.ª ed. Lisboa: Clássica Editora.

CARRASCO, Rafael (1987) — *Preludio al “siglo de los portugueses”*. *La Inquisición de Cuenca y los judaizantes lusitanos en el siglo XVI*. «Hispania», vol. 47, n.º 166, p. 503-560.

COELHO, António Borges (2001) — *Política, Dinheiro e Fé: Cristãos-Novos e Judeus Portugueses no Tempo dos Filipes*. «Cadernos de Estudos Sefarditas», n.º 1, p. 101-130.

CONTRERAS, Jaime (1982) — *El Santo Oficio de la Inquisición de Galicia: Poder, Sociedad y Cultura*. Madrid: Akal Editor.

CORDEIRO, Maria Teresa Gomes (2015) — *Inquirição e cristãos-novos na cidade de Viseu (Portugal): morfologia, identidades e integração sociocultural (séculos XVI-XVII)*. Salamanca: Universidade de Salamanca. Tese de Doutoramento.

FRADE, Florbela Veiga (2006) — *As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família (1532-1632)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (2010) — *Familias portuguesas en la España moderna*. In CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, *org.* — *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS, Universidade de Évora/Universidad de Murcia, p. 21-43.

HUERGA CRIADO, Pilar (1998) — *Cristianos Nuevos en la Raya de Portugal*. In CONGRESSO HISTÓRICO LUSO-ESPANHOL SOBRE O TRATADO DE ALCANICES — *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Cõa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 285-292.

——— (2001) — *En la Raya de Portugal: Solidaridad y Tensiones en la Comunidad Judeoconversa*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

LÓPEZ BELINCHÓN, Bernardo (2001) — *Honra, Libertad y Hacienda (Hombres de negocios y Judíos Sefardíes)*. Madrid: Universidad de Alcalá, I.I.E.S.A.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1981) — *E assim se abriu Judaísmo no Algarve*. «Revista da Universidade de Coimbra», vol. XXIX, p. 1-74.

MAYA JARIEGO, Isidro (2006) — *Mallas de paisanaje: el entramado de relaciones de los inmigrantes*. In PÉREZ PONT, José Luis, *ed.* — *Geografías del desorden. Migración, alteridad y nueva esfera social*. Valencia: Universidad de Valencia.

- MEA, Elvira Azevedo (1994) — *A Inquisição Portuguesa, Agente de Emigração para Espanha*. In *Inquisición y Conversos. III Curso de Cultura Hispano-Judía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La Mancha*. Toledo: Asociación de Amigos del Museo Sefardí/Caja de Castilla-La Mancha, p. 225-239.
- NOVINSKY, Anita (1993) — *Judíos y Cristianos Nuevos de Portugal*. In MÉCHOULAN, Henry, dir. — *Los Judíos de España. Historia de una Diáspora (1492-1992)*. Madrid: Editorial Trotta.
- (2006) — *Gabinete de investigação: uma caça aos “judeus” sem precedentes*. São Luís: Editora Universidade Estadual do Maranhão.
- PINTO, Maria do Carmo Teixeira (2003) — *Os Cristãos-Novos de Elvas no Reinado de D. João IV. Heróis ou Anti-Heróis?* Lisboa: Universidade Aberta. Tese de Doutoramento.
- PULIDO SERRANO, Juan Ignacio (2002) — *Injurias a Cristo. Religión, Política y Antijudaísmo en el Siglo XVII*. Madrid: Universidad de Alcalá, I.I.E.S.A.
- (2011) — *Bajo la sospecha de judaísmo. Los portugueses en Andalucía durante los siglos XVI, XVII y XVIII*. «Andalucía en la Historia», n.º 33, p. 28-31.
- ROTH, Cecil (2001) — *História dos Marranos: os judeus secretos da Península Ibérica*. Porto: Civilização Editora.
- SALVADOR, José Gonçalves (1976) — *Os Cristãos-Novos: o Povoamento e a Conquista do Solo Brasileiro*. «Revista de História», vol. 54, n.º 108, p. 549-553.
- SARAIVA, António José (1985) — *Inquisição e Cristãos-Novos*, 5.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- SKOLNIK, Fred; BERENBAUM Michael, ed. (2009) — *Encyclopaedia Judaica*. 2.ª ed. Detroit: Macmillan Reference USA, vol. 1.
- TAVARES, Maria José Ferro (1987) — *Judeus e conversos castelhanos em Portugal*. «Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval», vol. 6, p. 341-368.
- WACHTEL, Nathan (2001) — *La Foi du Souvenir: Labyrinthes Marranes*. Paris: Éditions du Seuil.

ESCRAVOS E LIBERTOS NA SOCIEDADE DE LISBOA DO SÉCULO XVII: FRAGMENTOS DE EXISTÊNCIAS

DELMINDA RIJO*

Resumo: *O fluxo multissecular do comércio de escravos e as taxas de reprodução biológica contribuíram, com oscilações conjunturais, é certo, para o aumento ou conservação da ainda numerosa população escrava e alforriada de Lisboa no século XVII. Os africanos eram a maioria, contudo o grupo de escravos e de homens e mulheres livres não europeus constituiu um colectivo muito heterogéneo que, seguindo as designações usadas na documentação quanto à cor da pele, etnia e configurações culturais, congregou milhares de indivíduos pretos ou negros, brancos, mulatos, pardos, baços, cabras, índios, indianos, mouros, chinas, ladinos, boçais na condição de escravos, alforriados, libertos ou livres; e não só os não europeus, mas sobretudo católicos abrangendo ainda os mouriscos e escassos gentios e «turcos de nação».*

São estes tantos quase num só que procuramos alcançar em fragmentos biográficos e nas vivências de reciprocidade, nos saberes histórico e social daí sobrevivendo e certificar a sua expressão numérica.

Palavras-chave: *Lisboa; Século XVII; Escravidão; População.*

Abstract: *The multiseccular flow of the slave trade and the rates of biological reproduction contributed, with certain conjunctural oscillations, to the increase or conservation of Lisbon's slave and freed man population in the 17th century. Africans were the majority, yet the non-European group of slaves and free men and women constituted a very heterogeneous collective which, following the designations used in their documentation of skin color, ethnicity, and cultural background, brought together thousands of black individuals, whites, mulattos, spleens, «cabras», indians, moors, chinas in the condition of slaves and freed; and not only non-Europeans, but especially Catholics including Moorish and scarce Gentiles and Turks.*

These are so many almost in one that we try to reach in the biographical fragments, in the reciprocity experiences and asking in the historical and social knowledge the corroboration of their numerical expression.

Keywords: *Lisbon; 17th century; Slavery; Population.*

INTRODUÇÃO

A mobilidade intercontinental, forçada, de milhões de indivíduos apanhados pelo sistema de escravidão no período moderno, e a de libertos e outros não europeus livres que no quadro da expansão territorial dos séculos precedentes aportaram em Lisboa, constituiu o mote para o presente estudo exploratório.

O principal objectivo foi a aproximação ao conhecimento desta população, que por transferência do local de origem ou por nascimento, vivenciou Lisboa no século XVII.

* Investigadora CITCEM/FLUP e CML/Gabinete de Estudos Orlisiponenses. Email: delminda.rijo@cm-lisboa.pt. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Encetámo-lo pela identificação em registos paroquiais seiscentistas da capital, não tendo ainda sido possível dimensionar a pesquisa à cidade na sua extensão plena, que ficou limitada a 8 das 38 freguesias então existentes. Nelas delimitamos os que deixaram traço no quotidiano¹, particularmente a identidade escrava a que tantas vezes recorreremos para ilustrar exemplos e interpretações.

Reuniram-se 4944 registos biográficos (2751 de mulheres e 2193 de homens), entre os que em algum momento habitaram estes espaços, nos quais constam, embora de forma não metódica, o nome, origem, datas de eventos biográficos, genealogia, condição e propriedade, crenças, relações interpessoais estabelecidas por apadrinhamento, no âmbito laboral, etc.

A organização num quadro relacional permite a qualquer momento o cruzamento ou a inserção de novos dados desta e de outras fontes históricas, eclesiásticas e civis, indicadas no decurso da narrativa.

A profusão de dados e o leque de temáticas suscitadas marcaram o discurso histórico, alicerçado na história social e das populações, mas com acentuado cariz empírico.

Terá a dimensão identitária interpretada no *corpus* documental, embora de forma ainda preliminar, conexão com as narrativas de viajantes que relataram a sua abundância, ou nas estatísticas coetâneas como a de Cristóvão Rodrigues de Oliveira que em 1551 asseverava constituírem 10% da população de Lisboa. Representaram certamente um claro fenómeno de mobilidade intercontinental, mas sê-lo-ia ainda de forma tão impactante no decurso do século seguinte?

O conhecimento dos locais de nascimento e dos portos de origem poderia contribuir para a real determinação do fenómeno, não fora esta informação subvalorizada sistematicamente por tabeliães e outros escribas da Época Moderna.

O comportamento demográfico expresso nas variáveis da nupcialidade, mortalidade e natalidade, em periodicidade oscilante, consoante os exemplos propostos, permitiu aflorar a transformação social, certamente corroborada mas de igual modo desvalorizada, na sociedade lisboeta e que foi protagonizada por estes indivíduos. Especificamente em exemplos de relações interpessoais, como a conjugalidade e a procriação inter-racial. E nos cálculos globais quando categorizados por género, condição, cor de pele, distribuição espacial na cidade, etc.

A vertente qualitativa das anotações de tipo informal nos registos paroquiais, como características físicas e comportamentais, levantam o tema da aptidão deste grupo

¹ Trabalho realizado no âmbito do projecto *Demografia Escrava de Lisboa* iniciado aquando do evento *Lisboa, Capital Ibero-Americana da Cultura 2017*, por concepção e coordenação da autora. O objectivo é a constituição de uma base de dados de cativos, libertos e livres, com grande incidência de africanos e afrodescendentes, com inclusão de todos os associados ao tráfico de escravos, num quadro de mobilidade intercontinental. A compilação e correlação dos dados biográficos foram executadas pela equipa de Demografia Histórica do Gabinete de Estudos Orlisiponenses da CML: Catarina Cadete, Fátima Aragonez, Francisco Moreira e Delminda Rijo.

enquanto agente externo de transformação social e cultural, influenciando comportamentos e adicionando aos modos e aos saberes novos gostos e atitudes. Pela incorporação em actividades e ofícios, nas práticas culturais e religiosas de confrarias e irmandades, na participação festiva em actos públicos, ou até no conhecimento e na prática de sortilégios.

Procuramos perscrutar, sobretudo a partir dos registos paroquiais e dos róis de confessados seiscentistas, manifestações e condicionantes desta comunidade que cremos, apesar do número decrescente de entradas² no decurso do século XVII, integrava milhares que povoaram, de facto, Lisboa, sobretudo africanos tal como o vaticinam as citadas fontes históricas.

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM LISBOA ATÉ AO SÉCULO XVII

Segundo a *Chronica da Conquista da Guine*, o quadro de mobilidade massiva começou em 1441, ano que assinala a chegada a Portugal do primeiro grande contingente de cativos africanos. Somente uma década de reconhecimento territorial e exploração comercial da costa de África redundou na entrada de quase um milhar de cativos em Lisboa.

O circuito mercantil negreiro do período moderno, que se prolongaria no tempo, até ao século XIX, pelo espaço ultramarino português e à escala global, do Oriente às Américas, iniciou-se com uma feitoria na ilha de Arguim, a que se seguiram numa primeira etapa novos pontos da costa ocidental africana, institucionalizados e com estruturas de apoio comercial ao novel e florescente comércio esclavagista.

Antes de terminar Quatrocentos, Lisboa já regularizara a administração do tráfico atlântico que controlava através da Casa dos Escravos (1486), instituição que também colocava os cativos para venda em praça pública abastecendo a cidade com intermediação de correctores e mercadores.

Pela euforia da Expansão Ultramarina despontaram testemunhos literários e de viajantes que incluíram descrições de tamanha novidade humana. Hieronymus Münzer (1494) foi pioneiro no relato da presença de tantas gentes exóticas em Lisboa transcorridos 50 anos da chegada dos primeiros grupos. Contudo, a perplexidade ou desconforto sobre a quase «coisificação» destes indivíduos e das suas condições de vida só obteve algum vulto em narrativas posteriores de outros visitantes e cronistas.

O fluxo de chegadas era notável, sobretudo do africano e particularmente o cativo, porque eram em maior número, passando este a circular e a compor o quadro urbano adaptando-se à cidade numa aprendizagem titubeante e até ambígua para todos — cativos, proprietários e a restante turba cidadina.

² CALDEIRA, 2017: 87-91.

Era um grupo abundante no século XVII, conservando-se o tráfico negreiro para Lisboa, indiscutivelmente, uma realidade e um negócio lucrativo. Mas ao seu porto já não aportavam navios apinhados de escravos como tão vivamente foram descritos por forasteiros eruditos como Taccoen van Zilbeck, Clenardo, Leonhard Thurneysser, Filippo Sasseti.

A manutenção deste segmento social deveu-se neste período, sobretudo, à auto-reprodução que de algum modo compensava o abrandamento das importações motivado pelas exigências económicas dos territórios ultramarinos e no acesso coarctado nos tradicionais mercados de escravos da costa africana, então palco de conflitos e perdas territoriais no quadro da União Ibérica³.

A complexidade do processo ficou expressa num contrato de fretamento de embarcação para o resgate de escravos de Angola com destino a Cartagena das Índias (1600), que aliou um empreendedor de Lisboa, Diogo de La Carreira, a um mestre de Matosinhos, André Preto. Seria similar se Lisboa fosse o destino. Traça o sistema comercial de transferência populacional dos territórios de abastecimento de escravos até ao destino final, de preparação jurídica e logística com abastecimento alimentar e material, a mata-lotagem, o número de cativos e forma de os transportar, qual o pessoal administrativo e de segurança a bordo (guardas e escritvães).

Em quatro meses de permanência em Angola alguns membros da tripulação deveriam obter 250 escravos, garantindo o fretador toda a lenha, aguada «e uma botija de vinho para a gente que a fizer [a armação]»; e o material como machados, tábuas e pregos para «fazer grade para os ditos escravos» que seriam transportados em exclusivo sobre o casco e mercadorias, o que eliminava qualquer possibilidade de outros negócios. O lucro, obtido no destino, dependia dos cuidados que tinham com a mercadoria na viagem⁴.

O comércio negreiro de grande escala foi, nesse sentido, matéria de diversas reformas. A provisão régia de 1664 articulava o benefício do transporte do homem escravizado pelo provisionamento de água, alimento e espaço mais desafogado com o aumento do lucro «para que os ditos escravos possam ir à sua vontade e não haja tanta mortandade nelles»⁵. Duas décadas mais tarde a lei da arqueação dos navios, na mesma linha da relação directa com o lucro, reforçou a melhoria das condições do transporte naval de escravos de Angola.

O contrabando constituiu um entrave sério ao negócio, conforme reclamação do contratador Duarte Dias Henriques (1610) sobre o extravio de escravos, clandestinamente desembarcados em Cascais e na praia das Maçãs. Assim se eximiam os negociantes aos impostos de entrada no porto de Lisboa, ao registo na Casa da Índia e pagamento de direitos alfandegários⁶.

³ CALDEIRA, 2017: 88.

⁴ ANTT — *Cartórios Notariais*, 1.º Cartório, Ofício A, Livro 4, cx. 1 (1600-12-20), fl. 12v.

⁵ *Legislação régia*, 2010 [1664]: 271.

⁶ AHU — *Conselho Ultramarino*, Angola, cx. 1 (1610-06-09), d. 11.

O abrandamento do comércio massivo de escravos para o reino impôs o surgimento ou intensificação de alternativas ao seu provimento. Conquanto também estas estavam sujeitas a proibições régias que limitavam o tráfico mais fortuito, que era o mais praticado por intermediários ocasionais como os oficiais, clérigos e soldados que se movimentavam pelos territórios ultramarinos e que daí transportavam a mercadoria humana. Chegavam ao reino a coberto de direitos régios e isenções eclesiásticas alfandegárias anexos aos cargos. Os clérigos perderam-nos⁷ e os oficiais régios, militares e aventureiros viram-nos também reduzidos pelas interdições etárias e de género dos escravos trazidos nas torna-viagens⁸. Circunstância que não desmotivou o soldado Damião da Fonseca que no regresso da Índia (1629) trouxe um escravo para o qual pediu isenção de impostos⁹.

O comércio a retalho foi transversal, mesmo com a reanimação comercial nas costas atlânticas após a Restauração. Esta prática fundada na oportunidade e nos privilégios é ilustrada pelo trajecto governativo ultramarino de António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. Este governador do Brasil e depois vice-rei da Índia residia em 1696, em Lisboa, com os filhos, também oficiais subalternos de governação e mais cinco homens escravos. No ano seguinte já nenhum constava da lista de moradores conjecturando-se se os cativos também iriam em direcção à Índia na companhia do seu senhor, ou se por cá foram vendidos no activo mercado de escravos lisboeta¹⁰.

Sobre a chegada, dos primeiros passos após o desembarque no porto de Lisboa advém alguma luz que pode ser percebida na actividade institucional, apesar da aridez do teor documental, mas que consente alguns vislumbres dessa realidade. Como qualquer mercadoria importada, estavam sujeitos a tributação e registo alfandegário, fiscalização pelo feitor da Casa dos Escravos que também superintendia a venda em praça pública e entre particulares, ao pagamento de impostos de transacção e sempre que ocorria a liberdade, que era inscrita na Mesa dos Escravos das Sete Casas. Este assento ficava averbado ao caderno anual no registo de compra ou no item de revenda, no caso de já ter tido outro proprietário. A certificação notarial era feita mediante a apresentação da certidão, que era provida pelos oficiais régios da Casa dos Escravos de Lisboa, e posteriormente transcrita do livro dos escravos.

Entre outros autores, o naturalista Thurneysser zum Thurn descreveu de forma circunstanciada, durante a estadia em Lisboa em 1555, a venda de escravos. Desfilavam quase nus conduzidos pelo pregoeiro, que anunciava o preço e depois os colocava na Rua Nova, «onde os mercadores se encontram»¹¹.

⁷ *Legislação régia*, 2010 [1614]: 92.

⁸ *Legislação régia*, 2010 [1606]: 184; *Legislação Régia*, 2010 [1618]: 277-278.

⁹ AHU — *Conselho Ultramarino*, Consulta de Partes, cod. 38, fl. 73v.

¹⁰ AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1696-1697.

¹¹ HEROLD, 2017: 24.

Mas na segunda metade do século XVII esta actividade aparentou algum declínio. Assim o indicam os argumentos de renúncia do contratador Paulo Duarte (1672) «são tão ténues e de tão pouco rendimento os ofícios de correctores de escravos e cavalos nesta cidade que sendo onze se não exercitam mais que três»¹². Tão distante do cenário em 1552 quando 12 correctores e 60 mercadores se dedicavam ao negócio de escravos na capital.

A origem étnica desta mercadoria humana vai muito além da categorização simplista de escravo, preto, forro, índio, mouro, mulato, branco que agregou numa única entidade uma multidão rica em dissemelhanças, sobretudo étnicas, desvalorizando-se o indivíduo. De facto, pretendiam-se como uma força de trabalho e, tratando-se de escravos, sujeitos aos desígnios dos senhores.

Com excepção de alguns países, cidades e portos de embarque, a identificação das origens foi inexistente, o que limita o conhecimento antropológico e cultural sobre os mesmos. Os testemunhos coevos sobre esses aspectos foram raros, mas Leonhard Thurneysser zum Thurn descreveu e distinguiu alguns detalhes da compleição física, nomeadamente a descrição de cicatrizes ornamentais e rituais que alguns ostentavam nas faces, com cortes «de ambos os lados da boca, da testa até a boca [...] o que elas consideram um grande adorno»¹³. A escarificação é um procedimento ainda comum entre os grupos étnicos africanos (Fig. 2).

Nomeia outros hábitos estéticos e culturais como práticas curativas integrantes do quotidiano: «Às vezes eles também se cortam em suas bochechas, perto de suas orelhas, por razões de saúde, com três ou mais cruces, a fim de sangrar deles, como acontece conosco ao praticar flebotomia ou sangria»¹⁴. Um raro testemunho de quem observou o Outro com interesse científico e que levantou o véu sobre práticas culturais que gradualmente se esbateram sob o controlo social e religioso, com apenas alguns vestígios, subsistentes no seio das comunidades multiétnicas. E pontualmente aproveitadas pela sociedade, embora envoltas em clandestinidade, como a magia e as artes do oculto.

¹² AML-AH — *Chancelaria Régia*, Livro 2.º de consultas e decretos de D. Pedro II, fl. 62-63v.

¹³ HEROLD, 2017: 21-22.

¹⁴ HEROLD, 2017: 22.

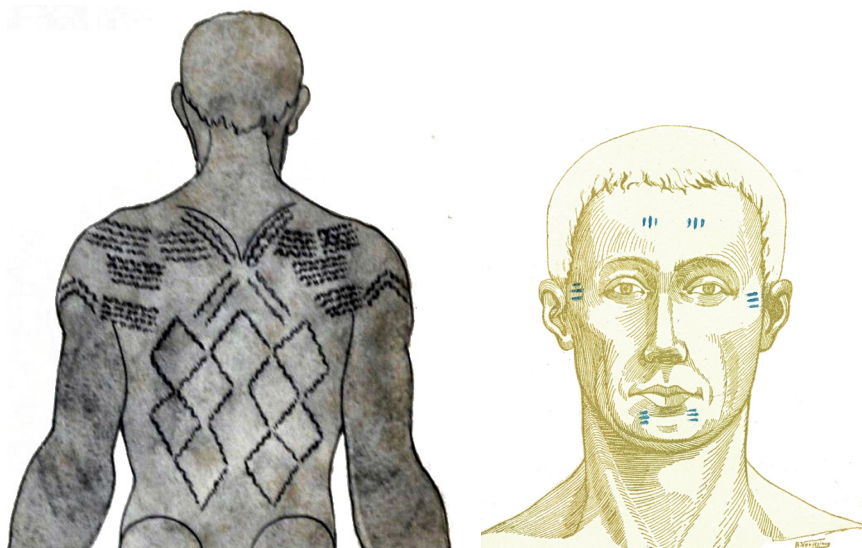


Fig. 1. Relatórios de autópsia, inícios do século XX
 Fonte: Instituto Medicina Legal

Os sinais explícitos da escravidão, como correntes e marcas de ferro, foram raramente identificados na vasta documentação consultada sobre Lisboa, apenas alguma iconografia e testemunhos pontuais. Um dos quais foi centrado numa mulata acusada pela Inquisição de feitiçaria, que segundo as testemunhas tinha um ferrete na testa, isto é, uma marca que a sinalizava como pertença de outrém¹⁵; em período mais recuado o carregar ferros nos pés como estavam sujeitos os escravos mouros no século XVI, quando o rei e a corte permaneciam em Lisboa¹⁶.

A individualidade que ficou expressa na onomástica é indicativa da quase eliminação de nomes gentios, tendo apenas subsistido na documentação eclesiástica em estudo apenas alguns nomes muçulmanos. Como sinal da nova existência e fazendo tábua rasa do passado, a adopção de nomes da hagiologia ocidental tornou-se dominante. Foram identificados 239 nomes (117 masculinos e 122 femininos) que reproduziram predominantemente os nomes próprios de padrinhos/madrinhas, também dos amos e dos seus familiares, de reis e rainhas e, nos apelidos, foram quase invariavelmente o dos proprietários.

Os nomes dos santos mais cultuados tornaram-se os nomes próprios mais populares entre os cativos e libertos, o que de resto estava em conformidade com as preferências da restante população urbana: Maria surgiu 684 vezes e António 333;

¹⁵ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 10457.

¹⁶ LEÃO, 1987 [1569]: 9.

também Manuel (263), João (242), Isabel (230), Francisco (204), Catarina (188), Antónia (118), Luísa (113) ou Pedro (116), entre muitos outros. Curiosamente, os nomes de santos negros não figuraram entre os mais escolhidos, apenas se contabilizando seis Benedito e nove Baltazar. O enraizamento do culto mariano assumiu grande peso no feminino, com outros epítetos fortemente identitários da condição cativa como Esperança (67) e Graça (109).

A aparência, o trajar e os acessórios foram escassamente descritos e reproduzidos na iconografia, sobressaindo em descrições e pinturas a cor, a cabeça coberta com lenços e chapéus, os pés descalços, homens com argola e as mulheres com arcadas e pulseiras. As vestes seriam as comuns nas camadas sociais mais populares, podendo também a condição social do dono ser perceptível no seu traje.

2. O ESCRAVO E O ALFORRIADO OU A COMPLEXIDADE EM TORNO DO HOMEM SUJEITO

Tomando como referência a compilação de registos biográficos apurados para Lisboa no século XVII, a maioria dos indivíduos, 81%, viveu num quadro de escravidão (2276 mulheres e 1732 homens) não sendo de menosprezar o número dos de condição desconhecida (634); 154 livres e 148 alforriados, em cujo grupo foi possível acompanhar cronologicamente a transição jurídica, neste caso de 12 indivíduos que alcançaram a liberdade.

A referência à cor da pele foi diminuta, mas os grupos étnicos mais aludidos foram os indivíduos pretos (1017), os mestiços (115), os índios e indianos (90), os mouros (41), apenas 24 escravos brancos e alguns baços, sarracenos e turcos.

A origem geográfica constitui também um indicador fundamental para a ligação aos primórdios. Ressalve-se que a determinação dos principais locais de origem a partir de uma pequena amostra, uma vez que a maioria permaneceu desconhecida (4103) como já foi referido, torna-se relativamente interessante, compondo somente um comentário sobre possibilidades. Indiscutivelmente, o local de origem referido mais frequente foi a cidade de Lisboa, seguindo-se em maior número os oriundos de três importantes portos de Angola: Luanda, Benguela e Massangano na foz do rio Kuanza; Cabo Verde e Índia, do Norte de África oriundos de Marrocos (Tânger, Salé, Safi, Azamour, Mazagão), Argélia e da Tunísia; alguns do Cacheu, na Guiné e da Mina, no actual Gana, estes em menor quantidade relativamente ao século anterior, devido à alteração dos trajectos comerciais. Em menor quantidade os oriundos do Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Turquia, configurando apenas procedências ocasionais, num quadro de mobilidade intercontinental, embora exteriores às rotas do comércio massivo de escravos. E, por vezes, oriundos de locais onde a necessidade de mão-de-obra era premente, como as plantações e explorações do Brasil ou as de São Tomé e Príncipe.

3. A «INTEGRAÇÃO» NA SOCIEDADE LISBOETA

A presença continuada na vida de muitas casas e famílias e a inevitável interacção laboral fizeram desta figura, cada vez menos estranha e também mais indispensável, matéria do quadro legislativo português.

Paradoxalmente, o escravo africano subsariano, embora fosse um elemento recente na sociedade ocidental integrava um colectivo a ter em conta, pelo número, aptidão física e eventual mobilização, o que lhe mereceu alguma vigilância institucional e social.

Da violência contra senhores, à indisciplina, roubo, fuga e conivência, até acções algo inócuas do ponto de vista da propriedade, mas de âmbito lúdico e emocional como o estabelecimento de relacionamentos afectivos, a participação em festas, danças e práticas culturais nativas, constaram como manifestações previstas e penalizadas nas ordenações do reino, leis extravagantes e jurisdição municipal em posturas sobre delitos cometidos por escravos.

As leis mais antigas organizadas nas Ordenações Manuelinas surgiram um século após as primeiras entradas na sociedade portuguesa, e preceituaram sobretudo a sua subalternidade, propósito que foi continuado nos códigos seguintes.

Normas que mais não foram que ecos de sucessivas transgressões à regularidade, algumas decorrentes da adaptação cultural de quem entrou num mundo de novos ou de diferentes conceitos sobre liberdade, entretenimento, estética, espiritualidade ou devoção.

O quadro normativo também interferiu e modelou a sua aptidão agregativa para organizar-se socialmente e constituir familiar, embora o insucesso desta proibição se mostre na necessidade de reprodução da mesma.

Na questão da organização familiar, apesar da limitação à autonomia residencial, foi comum a existência de relacionamentos/casamentos entre cativos fora das redes habitacionais e endogâmicas de escravos e criados da casa a que pertenciam. Em estudo para o século XVIII, testemunhámos a posse de habitação autónoma em famílias escravas e mistas, fossem elas legítimas ou ilegítimas¹⁷.

O escravo estava sujeito a muitas obrigações e a limitações na lei, embora a sua posse também imputasse encargos ao amo — o sustento, a formação religiosa e a responsabilidade civil, nomeadamente o pagamento de multas por delitos por si cometidos. A alimentação, o vestuário, o tratamento na doença seriam variavelmente cumpridos, já as imposições espirituais e integração religiosa pela catequização e baptismo eram mais acalentadas, pois envolviam perigos espirituais como o pecado e a heresia, condutas que eram muito escrutinadas pela Igreja ao nível paroquial.

¹⁷ RIJO, 2012: 122.



Fig. 2. Cabeça de negro, Teresa dos Reis Macedo [1966, ULFBA]
Fonte: Coleção privada

As Constituições do Arcebispado eram claras sobre esse tema e algumas regras avulsas como a inscrita num aviso da Sé de Lisboa ao seu padre-cura para que «antes de admitir ao Santíssimo Sacramento da comunhão os escravos e *filhos famílias* os examinara primeiro se tem a capacidade e se sabem o mais que se requer e pêra receber tão alto sacramento»¹⁸.

A formação cristã acobertava de algum modo a sua liberdade de circulação, conforme referiu D. Francisco Manuel de Melo sobre as mulheres que ocultavam actividades dos maridos, assemelhando-as aos «negros dos mercadores que em indo por onde querem, tapam a boca aos amos com dizer-lhes que foram ouvir missa»¹⁹.

As predisposições legais comuns foram mais recorrentemente negligenciadas pela quebra de responsabilidades do dono, tornando-se mais um padrão, que meros exemplos. Encontram-se nas narrativas produzidas pelo poder alguns episódios elucidativos dessas vivências. No âmbito da subsistência, Francisco Xavier, escravo adulto de um padre, natural de Lisboa e filho de pais negros da Mina declarava (1652) ao tribunal do Santo Ofício que «ganhava de comer andando nas danças»²⁰. Actuava como músico, com danças e encenações cómicas que ridicularizavam o clero, mantendo ainda outros

¹⁸ AHPL — *Capítulos da Visitação à freguesia da Sé de Lisboa*, ms. 625, fl. 15.

¹⁹ MELO, 1992 [1651]: 53.

²⁰ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, proc. 10457, fl. 16.

comportamentos moralmente condenáveis pela Inquisição. Mas foi severamente punido, demonstrando este episódio a indissolubilidade da sua condição servil uma vez que deste modo se sustentava a si e ao seu senhor. Argumento e realidade, com estas práticas apenas obedecia às exigências do seu senhor, provendo ao sustento diário de ambos.

Permanecendo no quadro da exigência laboral, os exemplos sobre a colocação do cativo em situações de potencial perigo e com escassa responsabilização de terceiros multiplicaram-se. Embora em caso de ofensa à religião, ou algumas infracções cometidas por sacerdotes contra escravos, as queixas chegaram à cúria patriarcal daí resultando sanções espirituais para os infractores. Por exemplo, uma queixa contra o padre Bernardino de Sena Leitão revelou uma agressão violenta a um escravo que fora a sua casa, a mando do senhor, inflingindo-lhe o padre tanta «pancada e o deixou por trasto»²¹.

Não se pretendendo demonstrar que seria uma acção concertada do poder para universalizar algum tipo de protecção a este grupo, importa referir que a desumanização tendeu a evoluir, timidamente, para uma certa melhoria legislativa. Em alvarás de protecção à integridade física, em ordens esporádicas e no âmbito da actividade de confrarias religiosas de irmãos negros escravos e alforriados. A exemplo do exposto, a vulnerabilidade social conjugada com a oportunidade de reclamar reverteu na petição de Alexandre de Mira²². Este escravo que estava preso no Limoeiro mesmo após o cumprimento da pena declarava que a sua dona se recusava a pagar a parte que lhe competia. Este episódio deu origem à promulgação de um alvará régio que determinou que em casos semelhantes não só a perda do escravo, como a sua venda a outrem para regularização da dívida. Embora sem libertação do cativo, melhorou a lei de 1551 quando a ausência de pagamento pelo senhor derivava numa sucessão de açoitamentos públicos ao escravo.

As condições prisionais seriam péssimas para todos, e certamente agravadas para este grupo, pelo menos até à promulgação do alvará de D. Pedro II que proibiu a aplicação de maior sereveridade para os escravos do Limoeiro, apenas devido à condição ou a pedido dos donos. Lei que impediu que fossem «molestados com ferros, ou metidos em prisões apertadas», o que denota alguma progressão no âmbito penal no sentido de normatização e impedimento que a cadeia fosse um recurso dos senhores para actuar de forma arbitrária ou como meio de disciplinamento²³.

4. ONDE VIVIAM EM LISBOA

Por toda a Lisboa se multiplicavam serviçais em torno de casas, palácios, oficinas, conventos, tendas, campos e hortas, entre eles escravos, que ora viviam sob o tecto dos senhores, à semelhança de criados e oficiais domésticos, ora autonomamente, tal qual a população livre, mesmo desafiando as leis do reino, como vimos atrás.

²¹ AHPL — *Distribuição das Causas da Cúria*, Livro 7.º, ms. 646, fl. 32.

²² *Legislação régia*, 2010 [1683]: 385.

²³ *Legislação régia*, 2010 [1693]: 328.

Mas estas vivências não se balizaram somente à capital, encontrando-se muitos de passagem nos registos da Igreja. Seriam absorvidos pelas herdades do termo, para o interior do país e para fora do reino. Entre os que estavam de passagem, alguns, por vicissitudes várias, aqui terminaram os seus dias; outros, em escala para o mundo, novo ou o que fora seu, circulavam com os senhores como escolta em comissões oficiais, em campanhas militares, em actos comerciais e muito comumente, mesmo implicando a desestruturação familiar entretanto formada, poderiam ser objecto de venda ou de doação. Maior seria o infortúnio e com escassas soluções, mesmo com intercessão de confrarias religiosas ou por iniciativa dos próprios cônjuges, alguns deles livres. Por essa razão apelou Catarina Maria da Piedade à câmara eclesiástica, pois sendo casada com José Manuel, homem preto e escravo de José Manuel de Mendonça, suplicava «para que [o dono] mande vir o seu escravo de onde o deixou ficar»²⁴.

Um contrato de venda de escravo maior evidência deu à vulnerabilidade e impotência perante a vontade do senhor «vendo Domingos casado por preço de vinte e quatro mil réis [...] e o dito escravo lho vendo com condição que o levarão deste reino e não estara nele». Transmite um contexto social de tensão de que ao dono tudo era permitido e ao escravo restava lidar com a inconstância da condição, mesmo em contrariedade às leis da Igreja quanto à separação de cônjuges, pois tratava-se de um homem casado. A vontade do dono era prevalente e este pretendia, notoriamente, mandar o seu escravo para bem longe²⁵.

A transferência territorial por doação foi a resolução de João Gomes Faia, um fidalgo «que ora está de caminho para as partes da Índia» e que doou a sua escrava Esperança ao Mosteiro de Jesus de Aveiro, onde deixara duas filhas recolhidas que «saindo [as filhas] em qualquer tempo do dito convento sempre a dita escrava ficará para o dito mosteiro»²⁶.

Retomando o conjunto de registos biográficos compilados para Lisboa no século XVII, os casos exemplificativos distribuíam-se pelos bairros medievais da labiríntica Baixa, pelo Terreiro do Paço e Colina do Castelo, com extensão ao território do termo e margem ribeirinha Oriental de Santa Engrácia; para Ocidente no Bairro Alto e para Norte, na Colina de Santana, daqui ligando ao termo em São Sebastião da Pedreira, muito além da cidade muralhada.

Os primeiros espaços estavam estratégica e urbanisticamente regularizados por edifícios da governação política e espiritual da cidade e eram densamente habitados por todos os grupos sociais. Era o território mais cosmopolita, distinguindo-se também pela produção oficial, pela influência financeira e actividade comercial nas suas praças e ruas. A proximidade ao rio não foi alheia a esta efervescência, em cujo porto se movimentavam diariamente toda a espécie de mercadorias e abastecimentos. Assim,

²⁴ AHPL — *Distribuição das Causas da Cúria*, Livro 7.º, ms. 646, fl. 173.

²⁵ ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, mc. 303, n.º 15.

²⁶ ANTT — *1.º Cartório Notarial de Lisboa*, Ofício A, caixa 1, Livro de Notas 5, fl. 71.

em todo o século XVII na Colina do Castelo, a freguesia do Castelo de que dispomos apenas de dados parciais (com 30 indivíduos na base de dados); a freguesia da Sé (1646 indivíduos) e Santiago (166 indivíduos) eram territórios mais pequenos, mas institucionalmente importantes dada a presença de palácios e instituições militares, eclesiásticas, do poder legislativo e penal. Os casos do castelo, de tribunais e das duas prisões, a da corte e a da cidade. Na contiguidade, edifícios tão emblemáticos como o Paço Real, a Sé, a Inquisição, o Hospital Real, os principais conventos e palácios da nobreza.

Na Colina de Santana, para Norte, a Pena (477 ind.) constituía um importante eixo de ligação e representava um espaço intermédio entre o exterior e o centro urbano, integrando alguns conventos, quintas palacianas e importantes estruturas de abastecimento e sanitárias, que eram fundamentais ao bem-estar da população (cemitério, lazareto, curral e matadouro).

Para Ocidente, o Bairro Alto estava ainda em construção, mas já era habitado por uma população heterogénea dedicada à produção oficial e a actividades marítimo-portuárias; as elites urbanas, aristocrática e eclesiástica, demarcaram indelevelmente o sítio com os seus palácios e conventos, havendo grande empregabilidade de mão-de-obra servil que se concentrava em grande parte dos seus espaços laborais e domiciliários.

A grande fatia desta população concentrou-se nas freguesias espacialmente contíguas: a Encarnação (1143 ind.) e as Mercês (744 ind.).

Enquanto os conventos, igrejas, palácios e oficinas existiam por toda a cidade, a actividade agrícola e de abastecimento reservava-se sobretudo ao termo. A Oriente e junto ao rio ficava a freguesia de Santa Engrácia (594 ind.) e, para Norte, a de São Sebastião da Pedreira (144 ind.). Ambas absorviam mão-de-obra escrava na produção e serviços, em quintas e residências nobres e conventuais, mas principalmente na laboração da terra e nas estruturas portuárias da ribeirinha Santa Engrácia, enquanto na extensão de São Sebastião prevaleciam os campos de cultivo e quintas de produção, que se estendiam de forma bilateral para Alcântara e para Arroios.

A população em estudo trabalhava e residia em todos estes bairros, na prestação de serviços funcionais, ao bem-estar da população; em quaisquer áreas do serviço doméstico, como criados e na produção artesanal e alimentar; na manutenção do espaço urbano, na limpeza de casas e das vias, nos transportes, no abastecimento de bens e alimentos; na segurança pessoal dos seus senhores e até no policiamento das ruas como homens de vara dos meirinhos.

As listas da população por freguesias que contém a composição dos agregados domésticos permitem-nos configurar a dimensão colectiva, quais as práticas residenciais mais comuns entre cativos, alforriados e livres. Nomeadamente a existência de famílias, legítimas ou não, a habitação em comum, em domicílios isolados ou a coabitação com o respectivo senhor.

Desde os primórdios, nas Cortes de Almeirim (1524), o escravo via-lhe vedado o direito a viver autonomamente, em casa própria ou de aluguer, e aos indivíduos forros a capacidade de os acolher, ou aos seus bens. Um século após, segundo o rol de confessados da freguesia de Santa Justa de 1630, existiam 160 chefes de família/agregado, de um total de 1428, que eram possuidores de escravos. A população total era de 5550 indivíduos adultos e nestes contavam-se 283 escravos (146 escravas e 137 escravos). Excluimos desta lista o fogo de Isabel de Oliveira, na Rua das Damas que era «preta» e vivia com duas outras mulheres, uma branca e outra preta (RC 1630 SJ). E na Rua de São Pedro Mártir habitavam um Matias João, preto, com uma mulher²⁷. Esta fonte espelha a escassez de autonomia residencial, mas seriam certamente numerosos os que «viviam por si», ainda que fossem cativos de outrem, conforme dispersamente vamos encontrando na documentação e que poderá considerar-se um tema a estudar futuramente.

5. SENHORES E ESCRAVOS: DINÂMICAS E VÍNCULOS

E quem recorria ao trabalho escravo? Traçar o perfil de quem comprou escravos seria tarefa árdua e imprecisa neste contexto, o que não invalida abordar a questão em grandes linhas. Por outro lado, apenas elencar algumas das tipologias relacionais identificadas no corpo documental em estudo, os registos paroquiais, contribui, certamente, para um maior conhecimento do sistema que vigorou em Portugal e de algumas das suas especificidades.

Como primeira asserção, a posse foi transversal na sociedade lisboeta moderna, ficando ao alcance de todos os grupos sociais e respectivas casas, para desempenho de actividades domésticas, oficinais e comerciais urbanas. Salvaguardando que se trata de uma fracção conjuntural, na qual a relação de propriedade entre cativo e proprietário permaneceu omissa em mais de 1100 indivíduos. E, por outro lado, o número de escravos por proprietário consistiu somente nos que protagonizaram sacramentos. Factores que, à partida, não certificam o conhecimento integral da população doméstica, nem da sua simultaneidade espacial. Por exemplo, os Condes da Feira que nos registos paroquiais foram senhores de apenas dois escravos. No entanto, segundo a lista de moradores de Santa Justa no rol de confessados de 1651, moravam na sua residência duas escravas e três escravos, um dos quais a coabitar com a sua mulher, branca e livre²⁸.

Retomando a população compilada nos registos paroquiais do século XVII, a análise diferencial aos senhores de escravos nas variáveis número, género e profissão/ofício/cargo incidiu sobre 1602 proprietários variando a escala de posse entre um a meia centena de cativos. Para além da indicação de 48 escravos em propriedades régias, mas apenas as integradas nas freguesias em estudo, apenas dois proprietários (ambos

²⁷ AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1630.

²⁸ AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1651.

capitães-gerais de Angola), Francisco de Vasconcelos da Cunha e João da Silva e Sousa possuíam mais de duas dezenas de escravos; 50 proprietários possuíam pelo menos cinco (3%) e cerca de 500 foi senhor de dois (28,5%) enquanto metade dos proprietários que surgiram nestas fontes (50,6%) possuiu apenas um escravo.

As mulheres detiveram 25,15% da posse (403 cativos) em regime de plena ou de co-propriedade e entre as senhoras de grupos numerosos, 22 tiveram entre cinco a nove escravos. Da nobreza da corte destacaram-se a Condessa de Vila Pouca com cinco cativos, ou a de Vila Flor com três. Mas este era um grupo muito heterogéno, que incluía freiras, as «moças da calçada», ou uma manteigueira da Ribeira que teve, pelo menos, dois escravos ao seu serviço.

Na população de Santa Justa constante no rol de confessados de 1630, os mercadores (41) foram os que mais possuíam cativos, seguidos dos nobres (6) e dos escrivães (6). Entre os restantes, contaram-se donzelas e donas (5), homens de diversos ofícios (14), eclesiásticos e magistrados (14) e sem profissão mencionada (47, incluindo 24 mulheres)²⁹.

Como exemplo de posse no feminino, ingressamos na história de vida de Joana Inês, cativa de Sebastiana Inês. Em 12 anos esta senhora foi proprietária de pelo menos sete escravos, embora na constituição do seu agregado (1688) constassem apenas três pessoas: a titular, uma sobrinha e a escrava Joana Inês, que foi progenitora dos restantes.

No que foi possível traçar da sua biografia, Joana Inês foi mãe de Carlos (1682), menino ilegítimo cujo pai também escravo, João, pertencia ao Dr. Bento de Torres Frazão. Eram vizinhos da mesma rua e residiam com os respectivos donos (Mercês, Rua do Carvalho, fogo 1 e 30). Mas logo se perdeu o rasto ao pai e ao filho.

Foi novamente mãe (1683) de outro menino ilegítimo, Pedro, cuja existência se dissipa, mas o pai da criança, Domingos Rodrigues de Araújo, escravo de um corregedor da Rua Nova, tornou-se o seu primeiro marido (1685). Eram ambos pretos, filhos de pais gentios e naturais da Guiné³⁰, isto é, escravos de primeira geração. Entre as testemunhas do casamento constava um confeitoiro da Rua dos Escudeiros, o que indicia alguma conexão interpessoal e integração com a população. Residiram nas casas dos respectivos senhores e foram pais de mais duas meninas, Maria (1686) e Josefa (1688), cuja existência posterior se desconhece. Em 1692 o marido ainda habitava com o seu senhor, mas terá falecido pouco tempo depois, embora se desconheça quando e em que circunstâncias.

Joana residia em 1699 com a senhora e outra escrava, Domingas. Voltou a casar em 1701 com Diogo Lopes, do Cacheu, escravo de D. Bernardo de Vasconcelos (Condes da Calheta) e, à semelhança do anterior casamento, permaneceram nas casas dos respectivos senhores, não se conhecendo progenitura nem o paradeiro de Joana e da proprietária após 1704.

²⁹ AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1630.

³⁰ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Encarnação, Livro de Casamentos 1, fl. 140.

Foi possível acompanhar a evolução deste agregado por mais de 20 anos. Neste trajecto pode subentender-se algum tipo de posição do proprietário perante o fenómeno da escravidão, como a rentabilização do cativo e a aceitação da ilegitimidade das suas crianças, nascidas de múltiplas relações. Bem como o casamento dos mesmos. De facto, na sua residência coabitou uma mulher escrava que foi mãe de várias crianças, com dois progenitores distintos, e manteve relacionamentos afectivos com escravos de outros proprietários. Casou com dois deles, pretos como ela e naturais da costa da Guiné. Após o nascimento dos filhos não se descortinaram quaisquer eventos biográficos dos mesmos o que pode configurar um padrão em que uma mulher proprietária, neste caso viúva, usufruiu de um rendimento por via da procriação de crianças escravas que seriam vendidas após o nascimento.

Conquanto ao serviço das casas e das gentes de todos os quadrantes sociais, o rei encimava os grandes proprietários entre proeminentes figuras da governação do reino e ultramarina, e de titulares da primeira nobreza de corte, possuidores de palácios e propriedades fundiárias, cujos cativos integravam os grupos laborais, mas em minoria segundo esta investigação.

A Casa Real era uma instituição de grande complexidade espacial e funcional e neste período possuiu largas dezenas, de várias origens étnicas, que habitavam dentro e fora do paço, ocupando-se em funções de limpeza e manutenção das propriedades régias, na preparação alimentar, a servir o rei e a corte, na produção agrícola e abastecimento de mantimentos e bens, transportes, na representação e entretenimento. Só na tapeçaria real estiveram vinculados quatro escravos que recebiam calçado todos os anos e 30 réis para o sustento diário³¹.

No período de regência de D. Pedro II (1669-1682) serviam no palácio pelo menos 14 escravos adultos mouros, todos catequizados e baptizados³².

Mas governantes, magistrados e oficiais régios do Império Ultramarino foram os grandes possuidores de cativos, angariados em negócios e mercês, como já foi referido. Francisco de Vasconcelos da Cunha governador, capitão-geral de Angola e Conde de Porto Santo foi senhor de dezenas (1628-1663). Residiram no palácio do Bairro Alto e numa sua quinta em Frielas pelo menos 26 escravos que surgiram predominantemente associados a baptismos. Contaram-se 17 crianças nascidas na casa do Bairro Alto.

A trajectória de uma família cativa configura certa propensão para a endogamia com sucessão geracional entre escravos deste senhor. Mariana de Brito e António da Cunha foram pais de Maria de Brito, nascida na casa de Lisboa e que casou em 1642 com Manuel do Rosário, cativo do seu senhor. Desta união nasceram três meninas (1645-1650) para as quais, novamente, não se identificou continuidade.

³¹ ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 55, n.º 81.

³² Compilação efectuada por agregações selectivas de escravos e libertos presentes nos Registos Paroquiais de Lisboa.

No mesmo domicílio casaram dois escravos (1651) Simão da Cunha que era da quinta de Frielas e a índia Páscoa de Flores que residia no palácio em Lisboa. Entre 1651 e 1656 nasceram dois filhos para além de um primeiro que Páscoa de Flores tivera dez anos antes, de pai incógnito. Em 1672 o mesmo domicílio, então com 18 habitantes, já era liderado pela viúva do governador, D. Isabel de Brito e nele já só constava um escravo. Pressentiu-se uma espécie de maior capacidade de posse associada aos desempenhos oficiais, que vai diminuindo até à dispersão por morte do titular, neste caso.

Exemplo similar foi o de Aires de Sousa e Castro governador de Pernambuco por ocasião da Guerra dos Palmares e morador num palácio da Rua Formosa. Constou como dono de pelo menos dez escravos, incluindo Marcela de Sousa e Castro casada com Mateus de Vasconcelos de Sousa. Eram ambos de Angola, sendo ele cativo do Conde de Castelo Melhor, futuro governador-geral do Brasil.

Outro casal, legítimo, do mesmo senhor, era constituído por Amador de Sousa e Luísa de Sousa que viviam autonomamente na proximidade dos proprietários (1688). Foram pais de várias crianças e com outros parceiros.

Por morte do primeiro marido (1697) Luísa contraiu novo matrimónio, meses depois, com um preto forro de Angola. Após o nascimento do filho de ambos (1701) detinha já a alforria, eventualmente por óbito do seu senhor (1699). Este relato demonstra a maleabilidade do senhor, Aires de Sousa e Castro, na aceitação de relações ilegítimas com ou sem reprodução de escravos seus, mais uma vez, um procedimento contrário aos preceitos católicos. Por outro lado, a aceitação da legitimação conjugal e coabitação na proximidade da sua residência, o que não invalidava a prestação dos serviços para os quais fora adquirida.

João da Silva e Sousa, outro senhor de muitos escravos, fora capitão-geral de Angola (1680-1684) e na sua casa constaram, entre 1649 e 1691, 19 escravos, a maioria mulheres e os filhos. Excepção para Filipe e Isabel, ambos Silva como o amo eram naturais do Congo e casaram em 1679. Coabitavam no palácio do senhor e não nos chegou indicação de progeneritura.

A vizinhança entre senhores propiciava as ligações afectivas, mais ou menos duradouras. Entre os escravos que detinham habitação própria e que «viviam por si» contam-se Francisco da Silva morador em São José e Paula da Silva, cativa de João Rebelo do Campo, corrector da fazenda real. Os amos de ambos eram vizinhos, o que teria propiciado a aproximação e conhecimento de ambos acabando por estabelecer uma relação duradoura.

Neste grupo não constaram registos de filhos legítimos e as crianças filhas de escravas da casa do governador foram invariavelmente baptizadas com indicação de pais incógnitos e um pai ilegítimo.

Outro homem da expansão ultramarina, Diogo de Mendonça Furtado, também governador-geral do Brasil (1621-1624) com residência em Santa Engrácia constou

como senhor de 15 escravos, a maioria mulheres com os filhos. A generalidade dos episódios está relacionada com o nascimento de crianças cujos pais foram incógnitos e escravos. Francisca (1681-1683) foi mãe de três crianças cujos pais foram «ocultos», um deles, solteiro e branco.

Aparentemente este senhor não promovia o casamento dos seus cativos, embora tenha revelado algum cuidado piedoso quando se tratou de escolher a sepultura (tendo em conta que um destino frequente dos escravos era o esquife da misericórdia e as valas comuns dos cemitérios), sepultando os seus cativos na Ermida de Nossa Senhora do Paraíso e na Igreja de Santa Engrácia.

O fidalgo D. João Carcome serviu nas armadas, foi capitão de infantaria e capitão-mor das naus da Índia e integrou a população de Santa Engrácia, onde possuiu mais de uma dezena de escravos (1686 a 1695). Da experiência na Carreira da Índia pelo menos dois cativos, Ana e Carlos que casaram em 1693³³.

No regresso da Índia ao reino (1684) enquanto capitão-mor das naus trouxera também 12 escravos entre as riquezas de caixas de roupa de seda solta, lacre, cânfora, pau-preto e gengibre³⁴.

Em 1688 o seu escravo mouro Paulo da Silva foi acusado pela Inquisição de Lisboa num processo de juramento falso, de que se livrou por intercessão do seu senhor. Dá uma perspectiva de vivências e cenários em que estes indivíduos se moviam como figuras secundárias e neste caso como seu cozinheiro na Carreira da Índia cujas deslocções pelo Império lhe proporcionaram jornadas pela Índia Oriental, Goa, Malta, Itália, e Castela por Badajoz, Málaga e Cartagena³⁵.

Pode deduzir-se que a recorrência de gravidezes de escravas seria bem aceite pela população em geral, funcionando como complemento ou mesmo rendimento para alguns proprietários. Nestes casos, a intervenção da Igreja passava, sobretudo, pela imposição do baptismo e catequização das crianças.

Mas alguns contemporâneos repudiavam este comportamento e sua aceitação generalizada. D. Francisco Manuel de Melo desaconselhava a posse de negras e mulatas que circulavam livremente pelas ruas, expondo a todos as suas casas à má fama devido à frequência de gravidezes. Também os maus exemplos que davam à senhora da casa e às criadas para além de que «negrinhas, mulatinhos filhos destas são os mesmos diabos [...] por castanhas trazem e levam recados às moças e são delas favorecidos»³⁶.

³³ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de Santa Engrácia, Livro de Casamentos 2, fl. 404.

³⁴ ANTT — *Registo Geral de Mercês*, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f. 445.

³⁵ ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 3664.

³⁶ MELO, 1992 [1651]: 76.

Os dados apontam que a natalidade entre as mulheres escravas era frequentemente promovida no interior dos domicílios, por vezes com participação activa dos senhores, quase sempre declarados pais incógnitos. Vários episódios certificam-no. O procedimento de António Pereira diferenciou-o quando assumiu a paternidade de José, nascido ilegítimo e escravo de seu pai, tal como a mãe, Joana Ferreira, o era³⁷.

O reconhecimento podia tardar, sendo o normal nunca chegar, mesmo envolvendo afecto para como filho. Um capitão da armada da Índia, Heitor Velho Barreto tomou essa resolução no fim da vida declarando, em 1601, que Antónia, filha de uma escrava, era também sua filha. A sua esposa, talvez por despeito ou vergonha, livrara-se da mesma. Na afirmação da paternidade acrescentou o progenitor sobre a dita filha que «como tal é livre e ninguém lhe pode impedir sua liberdade e peço a meu testamenteiro notifique ou mande notificar a dita Camilia de Sande ou a pessoa em cujo poder a minha filha estiver como não é cativa se não livre [...] à qual deixo de esmola cem mil rs e peço ao dito meu testamenteiro que a case como melhor puder com os ditos cem mil reis»³⁸. Este constitui um exemplo da grande complexidade relacional que podia ocorrer entre donos, família e cativos.

Outro exemplo relacionado com uma questão da herança, a escrava de Manuel de Moraes, Feliciano de Matos, surge na documentação das Mercês aquando do baptismo do filho Benedito, cujo pai era também escravo. Em três anos a mulher passou para a posse de Leonor de Matos, talvez por compra, e após o óbito desta foi herdada pelo irmão, o abade António de Lucena.

A transição de propriedade era uma prática comum, e foi possível observar esse processo em 31 indivíduos. O mesmo sucedeu aos elementos de um casal ilegítimo, Diogo Manuel e Inês da Silva, que por três vezes mudaram de dono. Inicialmente cativos da Condessa de Vila Flor (1687), passaram posteriormente, a mulher para a posse de Manuel da Silva e o marido continuando na posse da Condessa (1692). Dois anos mais tarde, pertencia este a D. Rodrigo Manuel (irmão do Conde já falecido), enquanto a esposa passou a pertencer a um André da Silveira (1694).

A alforria marcava a transição do cativo para a liberdade, pouco frequente na documentação, para além dos episódios referidos. Surgia na vida do cativo em momentos e por motivações distintas e por vezes contrárias ao bem-estar do próprio. Um escravo doente ou idoso podia ser por este meio descartado, a compra da alforria seria a forma mais comum, embora se saiba também que a gratidão e até prudência para com o futuro do mesmo, estiveram nas motivações de muitos. Quando ocorria a concessão de liberdade, esta obedecia aos trâmites legais já descritos.

³⁷ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de São Sebastião da Pedreira, Livro de Batizados 2, fl. 56.

³⁸ ANTT — *1.º Cartório Notarial de Lisboa*, Ofício A, caixa 1, Livro de Notas 4, fl. 118.

Um episódio ilustra o acto. Os herdeiros da família Mendonça Furtado (1600) «forravam livremente a Marta Garcês sua escrava sem por isso lhe levarem coisa alguma». Pediam que «as justiças de sua majestade não impidam a dita Marta Garcês ir sempre onde quiser como fazem as pessoas livres». Era uma mulher parda de 20 anos cujos herdeiros, invocando afecto porque se criara em casa dos seus pais «e sempre as servira muito bem por desejarem de lhe satisfazer os ditos serviços e por outros justos respeitos [...] forravam e deram-lhe liberdade desse dia em diante e não querem dela coisa alguma e a forram livremente para que faça de si o que fazem as pessoas que nascem de ventres livres»³⁹.

Este excerto ilustra um exemplo de alforria gratuita e que decorrera de afecto nascido do convívio, havendo reconhecimento pelo trabalho prestado. Mas nem sempre a alforria era garantia de liberdade, assim o sentiu Manuel de Jesus que faleceu (1671) na condição de meio forro, pertencendo a sua outra metade a um biscoiteiro⁴⁰.

Foram múltiplas as faces da relação que se podia estabelecer entre estes protagonistas, donos e cativos. Estes foram alguns dos cenários com que os indivíduos cativos tinham de lidar. De facto, a relação entre proprietário e cativo era construída em muitos contextos e marcada por emoções distintas como o temor, o companheirismo, o desprezo, o compadrio, entre muitas possíveis. Nesta dialéctica do bom e do mau, a proximidade, a própria intimidade, em grau de desigualdade é certo, geraram vínculos que puderam ser identificados em situações de liberdade e alforria, de que os atrás citados foram meros exemplos.

6. DEMOGRAFIA ESCRAVA DE LISBOA NO SÉCULO XVII SEGUNDO OS REGISTOS PAROQUIAIS

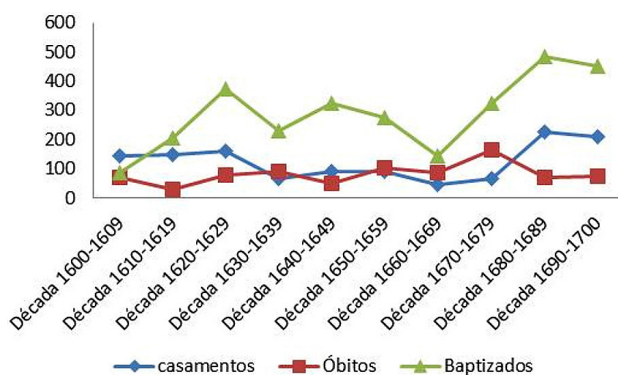
A presença de escravos em Lisboa, sobretudo de origem africana, progredia há quase dois séculos, justificando-se a observação por sondagem do comportamento demográfico nas frequências e dinâmicas que envolveram as suas existências. Renova-se a ressalva para a ausência de dados diferenciais e globais da cidade, o que significa, sem conclusões gerais, apenas a representação da orientação nestes quadros vivenciais. A análise incluiu no efeito demográfico os elementos étnicos não cativos, mas a ela associados, e no cômputo geral, com maior representação do género feminino.

À partida, a tendência do comportamento demográfico seria proporcionalmente análoga ao da restante população: alta natalidade que embora estrangida por elevada mortalidade sustentaria, teoricamente, o equilíbrio de efectivos demográficos. Razão pela qual terá correspondido a alguma procura interna de mão-de-obra escrava.

³⁹ ANTT — *1.º Cartório Notarial de Lisboa*, Ofício A, caixa 1, Livro de Notas 1, fl. 58.

⁴⁰ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Encarnação, Livro de Óbitos 6, fl. 100.

Gráfico. 1. Movimento demográfico decenal da população escrava e alforriada de Lisboa no século XVII (n.º indivíduos)



Fonte: RP Lisboa, diversas freguesias, século XVII

O movimento demográfico observado nos indicadores da natalidade, nupcialidade e mortalidade, representado por decénios, demonstra o movimento inferior de actos vitais na primeira metade da centúria. Cenário que poderá reflectir, eventualmente, os efeitos da crise conjuntural referida.

Da observação do movimento populacional, articulado por indicadores demográficos, sobressai a prevalência transversal dos baptismos: na primeira metade do século destaca para a década de 20 com 374 baptismos, distanciando-se da primeira (85). Ascende acima das três centenas nas décadas de 40, em crescendo a partir da de 70, atingindo o máximo da centúria na década de 80, com 486 baptizados. Estes valores deveram-se, sobretudo, às ocorrências na freguesia da Sé.

Embora a elevação não seja proporcional, a natalidade acompanhou os picos da nupcialidade, também muito associados às ocorrências na Sé, local onde se sacramentavam os mais desfavorecidos da cidade, bem como os forasteiros.

Indicia alguma conexão com a nupcialidade, particularmente nas primeiras duas décadas, mas não se estabeleceu relação directa ao acréscimo de nascimentos, pois a ilegitimidade conservou-se elevada. Na freguesia das Mercês, por exemplo, 67,2% das crianças escravas baptizadas foram ilegítimas (119 em 177 baptismos).

A nupcialidade manteve alguma regularidade, ascendendo ligeiramente nas primeiras décadas, seguida de decréscimo e novamente subida, com um pico na década de 80 (226 indivíduos).

Em cômputo proporcional inferior, os óbitos triplicaram na década de 20, mas o efeito relativo no equilíbrio da população foi suave, só ultrapassando estes valores nas décadas de 50 e de 70, ambas acima da centena de óbitos, facto discordante da média secular.

O movimento sugeriu um cenário de, à exceção da década de 20, menor população, em crescendo a partir de 1670, com um pico de 784 indivíduos na década de 80, com manutenção dos cálculos até ao final da centúria. A reprodução geracional no reino, particularmente nas últimas três décadas, terá contribuído para a manutenção da identidade étnica, então reforçada por escravos recém-chegados dos territórios ultramarinos, mais acessíveis após a Restauração devido ao retomar da comunicação comercial com os territórios da costa ocidental africana. Mas em movimentos menos intensos e em grupos menores o que, como já foi frisado, quando conjugado com a auto-reprodução foi capaz de responder à procura do mercado interno.

6.1. Natalidade

O baptismo foi o sacramento mais realizado (2905 incluindo a respectiva parentalidade, uns consideráveis 1586 indivíduos) a que não foi alheia a imposição da sua observância pelas Constituições Sinodais que determinavam o baptismo de todos os bebés nascidos em Lisboa, incluindo os cativos, nos dias imediatos ao nascimento.

Nasceram mais rapazes que raparigas, mas a cor da pele, a etnia ou a condição apenas foram associadas a 183 crianças, estabelecendo-se a ligação dos restantes pela via parental.

Os registos surgiram, quase invariavelmente, associados às progenitoras com parentesco reiterado de pai incógnito, contribuindo assim para as altas taxas de ilegitimidade, cenário compatível com a observação de biografias de mulheres escravas que foram progenitoras em sucessivas gravidezes ilegítimas. Por outro lado, foi pertinente, embora careça de maior desenvolvimento, a baixa ou ausência de natalidade em casais legítimos, podendo encobrir uma espécie de estratégia concertada para impedir a existência de filhos, que também nasceriam cativos.

Tomando a freguesia da Pena como exemplo, a representação da natalidade neste grupo foi de apenas 1,7%, correspondente a crianças baptizadas entre 1600 e 1669. Facto que, em números absolutos, resultou em 131 num total de 7115 crianças. Nasceram em núcleos monoparentais com crianças ilegítimas, associadas à mãe e com identidade incógnita dos progenitores; também famílias ilegítimas e legítimas (em 57 casais), apenas seis casados na igreja paroquial, o que favoreceu uma análise mais detalhada quanto a algumas dinâmicas familiares.

Contrariando o atrás afirmado sobre o baixo índice de procriação em casais legítimos, o par composto por uma cativa e um índio forro de casa de Pedro da Costa, foram pais de três crianças (1597-1604) sendo a mãe uma mulher livre por ocasião do último baptizado, embora permanecesse na casa do antigo senhor⁴¹.

⁴¹ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Batizados 1, fl. 26.

Juliana Fernandes, escrava de Pedro Ramires foi mãe, com um homem livre, Brás, de uma menina ilegítima (1609). Meses mais tarde casou com um escravo da sua casa, Francisco Fernandes, tornando-se ambos pais de pelo menos duas meninas, anos após o casamento. O último nascimento foi em 1621, vindo a mãe a falecer pouco tempo depois, possivelmente por complicações decorrentes do parto. O maior interesse desta biografia residiu na transição de uma situação de vulnerabilidade, com um filho ilegítimo, para a constituição de uma família, estável e duradoura. No entanto, acabou por reproduzir um ciclo vital tragicamente comum na época, de morte prematura e frequente de mulheres no período pós-parto.

A heterogeneidade nesta selecção seria semelhante em todo o quadro urbano, mas primando pela conjugação de indivíduos com origens sociais e étnicas distintas, neste caso em dezenas de pares construídos na mesma casa ou de senhores diferentes, livres e cativos, entre criados e escravos, multirraciais e uns mais afortunados que outros pelo alcance da liberdade. Uma constante a não descartar, apesar das escassas evidências de o vínculo paterno ter origem no proprietário da mãe, criando-se uma posição em que o pai é também o proprietário, como vimos.

Articulando o contexto de propriedade com a conduta do cativo, obtem-se por vezes circunstâncias inesperadas, como o percurso de Antónia de Ataíde que sendo escrava do Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa, embora não vivesse em clausura, gerou vários filhos. O nascimento de Manuel evidenciou e reforçou a precariedade física em que muitos eram baptizados, com urgência, em casa (1662). Neste caso o autor do sacramento foi Manuel Chita, um homem do curral⁴². Mais uma vez a precariedade a marcar o nascimento e a necessidade de improvisar o baptismo, em conformidade com a prática católica.

A frequência com que neste quadro se configurou o ciclo reprodutivo de muitas mulheres, exploradas nesse sentido, à semelhança da anteriormente relatada num contexto de posse no feminino, foi composto pela história de vida de Graça, escrava no domicílio familiar do mercador de vinhos Manuel de Oliveira (Rua da Rosa das Partilhas, Mercês). Pelo menos desde 1683 aí residia, e no decurso de sete anos (1684-1691) foi mãe de quatro filhos de diferentes progenitores. Primeiro nasceu Benedito (1684), filho do escravo José da Silva; depois Violante (1686), filha do mulato forro Francisco; Margarida (1687), filha de Francisco da Silva, escravo de Manuel da Silva Pereira (nesta data eram todos moradores e vizinhos na Rua Formosa). O último filho de que houve notícia foi Vicência (1691), filha de Francisco Cambuta, antigo criado do dito vizinho. Após esta data não há notícia de outros filhos e em 1699 Graça casou com outro escravo da casa, António de Oliveira, que aí coabitava pelo menos desde 1688.

A construção da narrativa sobre estes quadros vivenciais completa-se com elementos oriundos de vários contextos, inclusive o judicial. Na cadeia do Limoeiro, nas primeiras

⁴² ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Batizados 5, fl. 121.

décadas de Seiscentos (1613-1629), seis crianças foram dadas à luz por escravas presas, de pais cativos e homens livres e que foram impreterivelmente apadrinhadas por escravos e pelo carcereiro.

Na mesma igreja foram sacramentados quatro mouros «baptizados em pé» e apadrinhados por importantes figuras, como o Conde de Penaguião, o Conde de Vila-nova e D. Henrique de Menezes⁴³, talvez os proprietários a quem incumbia também a atribuição de um nome cristão.

O baptismo colectivo fora um recurso utilizado desde os primeiros tempos em Lisboa, conforme descrição do cronista da Companhia de Jesus:

Assim succedeo se acudiram a esta Igreja mais de mil pretos: junto todo este luzido exército de negros, branqueados com a agua do santo baptismo & repartidos com doze bandeiras: depois de recolhidos na Igreja, o Padre Mestre Ignacio do púlpito lhes fez uma prática, falando-lhes a seu modo & quasi pela sua linguagem, pera que melhor o entendessem. [...] Que Deus nosso Senhor, igualmente abre o céu pera os pretos de Ethiopia & pera os brancos de Europa⁴⁴.

Em toda a observação, a designação de adultos incluiu crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos, num total de 35 mouros da «casta da Índia» e escravos negros convertidos, provavelmente recém-chegados a Lisboa. O número de negros, quase insignificante relativamente ao que se passava no século XVI, explica-se ou talvez justifique o decréscimo de entradas de cativos de 1.^a geração em Lisboa. Por outro lado, a difusão do baptismo de gentios já estava metodologicamente estabilizada nos portos de origem, em atenção à elevada mortalidade nas travessias. Em conformidade com as disposições eclesiásticas, procedeu Pedro Brazera, que baptizou de uma só vez na freguesia da Pena (1628) quatro escravos adultos, todos patrocinados por um único padrinho⁴⁵.

Registou-se alguma incidência de colocação dos santos óleos e baptismos *sub conditione* quando a recepção anterior do sacramento era incerta. Assim sucedeu a Gaspar, escravo de Estevão de Faria, que recebeu os santos óleos «por constar não vir batizado de sua terra»⁴⁶, ou Manuel, escravo mouro de São Sebastião da Pedreira, que foi catequizado pelos padres de São Roque, ou ainda o procedimento do capitão de Tãnger, D. Rodrigo de Lencastre, que baptizou dois adultos mouriscos do norte de África, um escravo e uma criada, ambos moradores em Santiago, Alfama e oriundos da praça onde o amo era governador.

⁴³ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de São Martinho, Livro de Mistos 1, fl. 50.

⁴⁴ TELES, 1645-1647: II, 224.

⁴⁵ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Batizados 3, fl. 24 v.

⁴⁶ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Batizados 3, fl. 36 v.

Circunstâncias que revelam mobilização por parte dos senhores em integrar pelo baptismo as pessoas que estavam sob sua sujeição, embora não se estendesse a toda a comunidade de Lisboa, permanecendo alguns nas crenças religiosas originais.

O nascimento foi sempre um momento de grande vulnerabilidade física e, embora episódica, ocorreu em travessias marítimas, eventos a que correspondem episódios documentados em igrejas de Lisboa. Um dos quais reporta a 1616 e chegou a «bom porto» com o baptismo de duas meninas pretas (exorcismos e santos óleos apostos à chegada). Eram ambas filhas de escravas de Alexandre de Moura, nascidas no mar «e nele se bati-zaram»⁴⁷ na torna-viagem do amo ao reino. Este terminara a comissão de governador de Pernambuco, coroada pela conquista do Maranhão e trouxera consigo, pelo menos, três escravas grávidas. Para além das duas atrás referidas, uma outra mulher, cuja filha nasceu já na capital.

6.2. Nupcialidade

O sacramento do matrimónio proporcionou o perfil de 825 indivíduos, mas como no item anterior, de modo a facilitar a interpretação da análise geral, esta foi centrada na freguesia da Pena. No decurso do século XVII realizaram-se na freguesia 6223 casamentos e menos de 2% (121) envolveram 138 elementos do grupo. Observando a célula familiar em 77 casais, ambos partilharam declaradamente alguma das características étnicas, sociais ou jurídicas. Apenas três eram escravos que pertenciam ao mesmo senhor. Consorciaram-se de forma heterogénea, como já relatado. Na perspectiva étnica foram sobretudo pretos (67), índios (12), mestiços (12) e mouros (3).

A legislação canónica facilitava os procedimentos burocráticos no casamento de escravos de primeira geração, uma vez que lhes era difícil, senão impossível, apresentar os documentos exigidos. Os banhos matrimoniais eram anunciados nas respectivas freguesias, em presença de testemunhas.

A vigilância eclesiástica acautelava sobremaneira as questões de bigamia, um crime de heresia. O que terá justificado a suspeita do padre da Pena ao anular o casamento entre dois escravos de diferentes senhores «porque o escravo não era o suposto contraente»⁴⁸. Talvez uma estratégia para iludir, mas cujas motivações apenas se poderão conjecturar.

A actuação da Igreja no sentido da sacralização das relações interpessoais incentivou a índia Sebastiana Vicente a coagir o seu companheiro, que estava preso, a casar, pois segundo o pároco «na minha mão fica uma sentença pela qual [...] o obrigou a recebê-la e veio preso à igreja» num cerimonial quase privado, apenas testemunhado pelo

⁴⁷ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Batizados 1, fl. 126.

⁴⁸ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Casamentos 2, fl. 108.

meirinho e guardas⁴⁹. Este recurso foi identificado em vários contextos sociais de Lisboa neste período, e seria uma forma das mulheres saírem de relações afectivas informais.

Colocando a ênfase na origem geográfica, documentada apenas em cerca de meio milhar de indivíduos, 87 contraentes eram naturais de Angola e integraram 105 casamentos, sobretudo nas décadas de 80 e 90, tendo sido claramente residual nos anos precedentes. Enquadra-se no período já referido, coincidente com o retomar e/ou normalizar de algumas redes comerciais com os portos angolanos, após a Restauração e expulsão dos holandeses, nomeadamente pelas companhias monopolistas.

Há notícia de outras dinâmicas, como a concessão da alforria, podendo esta representar uma mudança de vida efectiva, com manutenção ou melhoria de vida, traduzidos num ciclo de convivência longa e, aparentemente, socialmente integrada. Assim viveram o angolano Jorge da Costa, escravo do governador do Brasil Roque da Costa Barreto. Era casado com Branca de Novais, cativa de D. Margarida de Novais, vivendo como escravos em 1686 mas aquando do nascimento do primeiro filho eram já livres. Após o falecimento do marido, Branca de Novais viveu mais 21 anos no domicílio (Mercês) e ao morrer foi sepultada no mesmo local do marido, ficando ambos no Mosteiro do Carmo, o mesmo onde estava sedeada a confraria de irmãos pretos de Jesus Maria José⁵⁰.

Uma pequena nota para algumas especificidades de índole ética e comportamental que marcavam as relações afectivas de toda a população e que também foram testemunhadas no seio desta comunidade — as questões de relacionamento, as vicissitudes do quotidiano e comportamentos desviantes como maus-tratos, desgaste relacional ou adultério. Esta é a razão que motivou as autoridades eclesiásticas a convocarem e instarem Maria de Sequeira, preta forra casada com o preto Brás Henriques a «que fizesse vida com seu marido como Deus manda e o não bote fora sob pena de ser presa do aljube»⁵¹.

6.3. Mortalidade

No domínio da morte e das formalidades funerárias, numa sociedade profundamente católica, o direito a um enterro ritualizado cristão, ao invés do abandono em solo profano, conforme usos do primeiro quartel do século XVI, seria uma inquietação que acompanhava os indivíduos, sendo escravos ou não, e certamente condicionava os seus percursos. Alguns hábitos e práticas quotidianas podem também ser descortinados nos registos da mortalidade.

Julgamos existir alguma subvalorização numérica, talvez associada a sub-registo de recém-nascidos, comuns a toda a população ou, pode até admitir-se, pela omissão da

⁴⁹ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Casamentos 2, fl. 124 v.

⁵⁰ Compilação de dados recolhidos nos registos paroquiais de Lisboa no século XVII. Neste caso na freguesia das Mercês nas datas assinaladas.

⁵¹ AHPL — *Visitações do Arcebispado*, Livro de Termos, 1610, ms. 96, fl. 358.

condição jurídica, ou da cor da pele, por alguns párcos aquando do averbamento da morte. Ainda assim, do inventário constam 754 óbitos (417 M/337 H), nos quais podem identificar-se práticas funerárias, contextos e atitudes perante a morte.

O local eleito, ou imposto mais frequentemente para sepultura, foi a igreja paroquial da área de residência, seguida dos respectivos adros e no cemitério da Graça onde ocorreram 11% dos enterramentos (83). Os cemitérios da Graça e da Pena recebiam os mortos mais desprotegidos e pobres da cidade. Aos escravos estava reservado o esquife da Misericórdia que recolhia os cadáveres pela cidade. Apolónia, apesar de ser cativa de um eclesiástico (1628), este não lhe garantiu um funeral mais afectivo, com preceitos pios, acabando por ser recolhida pelo esquife dos pretos⁵². Era também o destino dos presos falecidos na cadeia, onde a morte era quotidiana, embora no recorte temporal de 1616-1636⁵³ apenas constarem óbitos de sete escravos e dois negros.

Para os mais prevenidos e com capacidade para tal, a integração em irmandades assegurava o ritual e a sepultura em lugares consagrados, todavia, o mais usual foi a participação dos seus senhores e familiares no processo. Entre os mais citados, os enterramentos no interior de templos, ermidas e conventos de várias ordens, alguns com irmandades de negros (do Carmo, da Santíssima Trindade, de Santo António dos Capuchos, de Santa Clara e nos dois de São Francisco em Xabregas e da Cidade).

A escolha de locais específicos no interior do templo hierarquizava a importância social, mas também emocional, dos indivíduos. António foi enterrado debaixo do coro, um local privilegiado na igreja, pelo qual a sua senhora terá pago 300 réis⁵⁴. Também Bernarda Brandão foi enterrada «em sepultura de sua senhora», D. Maria Madalena Brandão, na Ermida de Nossa Senhora do Paraíso⁵⁵.

O fim da vida não os diferenciava dos restantes mortais, embora a sistematização das causas de morte possibilite inferir acerca da maior exposição ao perigo e do índice de envolvimento em crimes. Reconhecem-se vestígios da instabilidade e violência urbana na descrição das formas de morte, tanto em acidentes, como em agressões. Entre alguns exemplos, o de Catarina, preta, forra e casada (1644) que «faleceu a S. Lázaro de uma ferida que lhe deram»⁵⁶; Gabriel, escravo de Constantino Mendes de Gouveia, que morreu de uma estocada⁵⁷. Já António (1604) escravo de Henrique da Silva faleceu de uma facada⁵⁸ e foi sepultado no adro diante da porta principal; poucos anos depois foi Sebastião (1607), escravo de Francisco de Almeida que foi vítima de uma estocada⁵⁹. Os exemplos

⁵² ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de Santiago, Livro de Mistos 1, fl. 118.

⁵³ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de São Martinho, Livro de Mistos 1, fl. 75.

⁵⁴ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 20.

⁵⁵ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 56.

⁵⁶ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 72.

⁵⁷ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de Santa Engrácia, Livro de Óbitos 3, fl. 100.

⁵⁸ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 124v.

⁵⁹ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 134v.

sucedem-se, incluindo-se também, esporadicamente, a indicação de doenças, como as bexigas, que vitimaram Paula (1601)⁶⁰.

O pressentir do fim exerceu algum domínio na religiosidade e crenças de alguns, ainda afastados do catolicismo. Um episódio de conversão no aproximar da morte foi vivido por Francisco de Sande (1628), mouro idoso e entrevado que foi baptizado e sacramentado «quatro ou cinco dias antes da sua morte»⁶¹; ou Francisco, escravo mouro de casa de Antónia de Melo, que faleceu na hora em que foi baptizado⁶².

Particularizando o indicador da mortalidade na Pena, de um total de 3328 óbitos, pouco mais de 2% envolveram indivíduos integrados ou relacionados com a escravidão (76 óbitos) enquanto em São Sebastião da Pedreira representaram 1,56% (18 óbitos num total de 1151).

Apesar de episódios que o contrariam, este grupo integrava os mais pobres da sociedade urbana, partilhando as dificuldades da pobreza e o sofrimento da frugalidade, mas com a percepção dominante da maior exposição ao desamparo social, agravado pela ausência de liberdade. O averbamento de um óbito na Pena (1619) apenas descreve que «faleceu um índio junto ao postigo não se soube quem era nem como se chamava nem veio a misericórdia enterrá-lo». Rematou o pároco que ele próprio o enterrou no adro⁶³.

Na outra extremidade, deparamos com a prática testamentária, que também sobreveio neste contexto. Esta é um indicador de transversalidade social, ainda que ténue e que pode ser acompanhada numa breve biografia, a de António de Mendonça, preto e escravo da Mouraria. Manteve uma relação com Joana Dias, da qual nasceu uma criança ilegítima, Antónia (1588). O casamento ocorreu alguns anos mais tarde (1596), ela em segundas núpcias, pois fora casada com outro escravo, João de Castilho, de quem se perdeu o rasto.

O seu registo de casamento confere alguma luz sobre as relações interpessoais com a população urbana. Entre as testemunhas, encontrou-se um leque variado de homens dos estratos sociais urbanos mais pobres, de bairros limítrofes: um criado do Carmo, um pedreiro de São Lourenço, um escravo de Santa Marinha e uma escrava de São Cristóvão. A espacialidade, os sujeitos sociais e as funções perfilam uma rede de relacionamentos interpessoais que transpõem o pequeno mundo da vizinhança e do cativo⁶⁴.

São dados seguros a condição cativa aquando do casamento e a coabitação no domicílio da mulher, onde ele viria a falecer em 1605. E é nesse averbamento que se percebe a mudança social pela obtenção da alforria⁶⁵ e a formulação de vontades

⁶⁰ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 116v.

⁶¹ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 25v.

⁶² ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de Santa Engrácia, Livro de Óbitos 1, fl. 25v.

⁶³ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 59.

⁶⁴ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Casamentos 1, fl. 51v.

⁶⁵ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 127v.

fnais, em apontamentos. Foi sepultado na Pena, num local de alguma importância, à porta da igreja, seguindo-se-lhe a esposa dois anos depois, mas com o epíteto de pobre.

Os registos de morte esclarecem também sobre a vida que viveram. O envolvimento num crime de fé afectou Gaspar Ferreira, homem preto casado que fora excomungado. Foi perdoado e «absoluto da excomunhão por mandado do senhor provisor»⁶⁶. Continuando com padrões, o desempenho profissional foi por vezes perpetuado apenas no averbamento da morte, como aconteceu a Bernardo de Castro, preto forro e pobre (1624), — que só na morte foi indicado como violeiro⁶⁷.

As pessoas livres asseguravam elas próprias as despesas fúnebres, ou os seus familiares. Em caso de cativo, seriam os senhores ou os próprios, com o pecúlio que juntaram. Essa razão teria levado o violeiro anterior a ser sepultado no adro. Já Filipe Cardoso, homem preto, pagou um cruzado para ter sepultura no interior do templo⁶⁸, enquanto que para a escrava preta de António de Sousa, também sepultada no interior da igreja, teria contribuído a fábrica da igreja com dois tostões⁶⁹.

A preta forra Violante Pires perfilou outro aspecto mais inusitado destas vivências enquanto indicador de posses monetárias porque «deixou seus bens à Misericórdia e dela fez sua testamenteira»⁷⁰. Já Isabel do Rosário, preta forra casada com outro forro, mas sem notícia de progenitura fizera uns apontamentos antes de falecer em 1643⁷¹.

Outros indivíduos pouco mais que o nome sobreviveu, sobretudo em períodos de crises políticas e de mortalidade, como a simples alusão a um preto «que faleceu defronte de D. Lourenço Altamirano», um doutor erudito de origem castelhana (1667)⁷², ficando apenas a existência deste, naqueles espaço e tempo, para a posteridade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A reflexão sobre a escravatura moderna e de grupos étnicos não europeus em Lisboa, que as fontes históricas do século XVII nos foram sugerindo, com as suas especificidades e até dissemelhanças, a decorrer em vários cenários, foi precedida por uma visão global essencial.

As fontes conservam indícios, nada silenciosos, de cativos e alforriados, considerando-se fundamental articular para compreender, os números absolutos e os factos dispersos ao contexto dos primeiros contactos, às particularidades da viagem, aos meios de chegada, que nesta época eram de forma mais circunstancial e irregular.

⁶⁶ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 16.

⁶⁷ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 44v.

⁶⁸ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 18v.

⁶⁹ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 23v.

⁷⁰ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 56.

⁷¹ ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 1, fl. 9v.

⁷² ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Óbitos 2, fl. 24v.

Aflorar a transitoriedade do sistema burocrático nos primeiros séculos do trato, os métodos de aquisição, um pouco da representação corporal, as reminiscências tradicionais e o traje, sobretudo dos que chegavam pela primeira vez. Apesar de superficialmente tratada, a importância da legislação que recaiu no desempenho quotidiano e em sociedade, dando um vislumbre do impacto cultural que os dois mundos, de europeus e de nativos de além-mar, despertariam entre si, pelo menos num momento inicial.

Tema que só por si remete para a sistematização dos propósitos na aquisição de um cativo, alguns, certamente secundários, apenas afluídos, como a procriação e a manutenção da oferta humana no mercado da cidade. Equacionou-se essa manutenção, mais vacilante nos períodos de escassez de importações, mercê de oscilações económicas e políticas conjunturais, com efeitos directos no mercado lisboeta, e a relação com a reprodução natural de indivíduos cativos da cidade, sobretudo de etnia africana.

Em grandes traços expôs-se: quem eram, qual a condição, de onde vinham, perfis de quem os adquiria e como os rentabilizavam. Em que espaços se movimentavam? Presença mais ou menos numerosa, consoante os locais, habitavam e trabalhavam por toda a cidade e termo, coabitando com proprietários e vivendo «por si»; e ainda assinalar a constituição de famílias e os contextos da natalidade. Globalmente, os indicadores desenvolvidos são apenas referenciais, incentivando este quase levantar do véu a futuras sistematização e profundidade analíticas.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

- AHPL — *Capítulos da Visitação à freguesia da Sé de Lisboa*, ms. 625.
 AHPL — *Distribuição das Causas da Cúria*, Livro 7.º, ms. 646.
 AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1630.
 AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1651.
 AHPL — *Róis de Confessados de Lisboa*, Paróquia de Santa Justa, 1696-1697.
 AHPL — *Visitações do Arcebispado*, Livro de Termos, 1610, ms. 96.

Arquivo Histórico Ultramarino

- AHU — *Conselho Ultramarino*, Angola, cx. 1 (1610-06-09), d. 11.
 AHU — *Conselho Ultramarino*, Consulta de Partes, cod. 38.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT — *Cartórios Notariais*, 1.º Cartório, Ofício A, Livro 4, cx. 1.
 ANTT — *1.º Cartório Notarial de Lisboa*, Ofício A, caixa 1, Livros de Notas 1, 4, 5.
 ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 55, n.º 81.
 ANTT — *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 303, n.º 15.
 ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 10457.
 ANTT — *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 3664.
 ANTT — *Registo Geral de Mercês*, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, f. 445.
 ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Encarnação, Livro de Casamentos 1, Livro de Óbitos 6.

- ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia da Pena, Livro de Batizados 1, 3 e 5; Livro de Casamentos 1 e 2; Livro de Óbitos 1 e 2.
- ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de São Martinho, Livro de Mistos 1.
- ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de São Sebastião da Pedreira, Livro de Batizados 2.
- ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de Santa Engrácia, Livro de Casamentos 2; Livro de Óbitos 1 e 3.
- ANTT — *Registos Paroquiais de Lisboa*, Paróquia de Santiago, Livro de Mistos 1.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico

AML-AH — *Chancelaria Régia*, Livro 2.º de consultas e decretos de D. Pedro II, fl. 62-63 v.

FONTES IMPRESSAS

- LEÃO, Duarte Nunes de (1987 [1569]) — *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações*. Lisboa: Fundação Caluste Gulbenkian.
- LEGISLAÇÃO RÉGIA [Digitalização da Coleção de Legislação Portuguesa desde 1603 a 1910]. Lisboa: Assembleia da República, 2010. Disponível em <<http://legislacaoeregia.parlamento.pt>>. [Consulta realizada em 08/01/2019].
- MELO, Francisco Manuel de (1992 [1651]) — *Carta de Guia de Casados*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MÜNZER, Jerónimo (1932) — «*Itinerário*» do Dr. Jerónimo Münzer (*excertos*). Ed. de Basílio de Vasconcelos. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire (1882-1911) — *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal.
- TELES, Baltazar (1645-1647) — *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal e do Que Fizeram nas Conquistas deste Reino os Religiosos que na mesma Província Entraram, nos Anos em Que Viveu Santo Inácio de Loiola*. Lisboa: imp. Paulo Craesbeeck.

BIBLIOGRAFIA

- CALDEIRA, Arlindo Manuel (2017) — *Escravos em Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- ESTÊVÃO, José (1950) — *Os negros em Lisboa*. «Revista Municipal», n.º 44, 1.º trimestre, p. 51-55.
- FONSECA, Jorge (2010) — *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2014) — *A historiografia sobre os escravos em Portugal*. «Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias», vol. 33, p. 191-218.
- (2016) — *Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (séculos XV a XIX)*. Lisboa: Edições Húmus e Autor.
- HEROLD, Bernardo Jerosch (2017) — *The Diary of the Swiss Leonhard Thurneysser and Black Africans in Renaissance Lisbon*. Separata de «Renaissance Studies», vol. 32, n.º 3, p. 1-25.
- HELENO, Manuel (1933) — *Os Escravos em Portugal*. Lisboa: Anuário Comercial.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2004) — *Os Pylares da Diferença. Relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Calidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LAHON, Didier (1999) — *O Negro no Coração do Império: uma memória a resgatar, séculos XV-XIX*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural. (História e histórias. Entreculturas; 5).
- NETO, Maria Cristina — *Os negros em Lisboa no século XIX. Tentativa de caracterização histórico-biológica*. Separata de «Garcia de Orta. Série de Antropobiologia», vol. 7, n.ºs 1 e 2.

- PIMENTEL, Maria do Rosário (1995) — *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri.
- RIJO, Delminda (2012) — *Os escravos na Lisboa joanina*. «CEM», n.º 3, p. 111-129.
- SAUNDERS, A. C. de C. M. (1994) — *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- TINHORÃO, José Ramos (1988) — *Os Negros em Portugal, uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho.

A MOBILIDADE MARITAL NO CONCELHO DE CAMINHA (1615-1910). DINÂMICAS NUPCIAIS ENTRE A SERRA, VALES, LITORAL, RIOS E A GALIZA

AURORA BOTÃO REGO*
MANUELA SILVA**

Resumo: O concelho de Caminha caracteriza-se pela diversidade da paisagem natural, onde litoral, vales, serra e a passagem de três rios lhe ditaram a sua identidade. Neste artigo analisa-se a mobilidade matrimonial em 18 paróquias do concelho, a interação nupcial entre comunidades vizinhas ou afastadas, a permeabilidade marital transfronteiriça e, conseqüentemente, o grau de encerramento ou alargamento do mercado matrimonial concelhio ao longo de três séculos.

Condiçõamentos como a proximidade com a vizinha Galiza, a morfologia do território e as condições climáticas, o grau de isolamento das comunidades, a proximidade das linhas de água, a mobilidade e a especialização profissional das populações masculinas, estratégias de sobrevivência, reprodução social e alargamento do património, o género dos nubentes, a diversificação das atividades económicas, entre outros aspetos, podem estar na origem dos movimentos de mobilidade marital no concelho de Caminha.

A fonte privilegiada de análise é constituída pelas séries agregativas de registos paroquiais de casamento de cada comunidade. Os movimentos globais de matrimónio, ao longo do período em análise, permitem aferir da estagnação ou crescimento populacionais e, assim, do grau de atratividade exercido pelas paróquias sobre o exterior e, em geral, do concelho de Caminha.

Palavras-chave: Concelho de Caminha; Galiza; Nupcialidade; Exogamia.

Abstract: The Caminha County is characterised by the diversity in its natural landscape where the coastline, valleys, mountains, and the bed of three rivers formed its identity. In this article, we analyze the matrimonial mobility in 18 parishes of the county, the marriage interaction between neighbouring or remote communities, the cross-border marital permeability and, consequently, the degree of closure or enlargement of the marital market within the council over three centuries.

Conditionings such as the proximity to neighboring Galicia, the morphology of the territory, the degree of isolation of the communities, the proximity to the water lines, the gender of those of age to be married, the mobility and professional specialization of the males, strategies for survival, social reproduction and the growth in the patrimony, the divergence in economic activities, among other aspects, may have been the source of inbreeding and exogamous behaviors.

The main source of analysis is based on the aggregative series of parochial marriage records for each community. The global marriage movements throughout the period now being studied allows us to measure population stagnation or growth and to gauge the degree of attractiveness projected outside the county.

Keywords: County of Caminha; Galicia; Nuptiality; Exogamy.

* Investigadora do «Grupo de Populações e Saúde», CITCEM/FLUP. Email: aurorarego@gmail.com.

** Investigadora do «Grupo de Populações e Saúde», CITCEM/FLUP. Email: mmtfs_125@sapo.pt.

1. FONTES E MÉTODOS

Desde a Época Moderna à Época Contemporânea, os registos paroquiais estão regulamentados por regras provenientes de normas sinodais e canónicas que orientam a sua anotação em livros específicos para os principais sacramentos registados na paróquia¹.

Reportando aos documentos necessários para a análise da exogamia e endogamia matrimoniais neste estudo, estes concentram-se nos assentos de casamento dos nubentes em contexto eclesiástico e nas informações sobre a data da união, naturalidade dos nubentes, local de casamento e residência.

O formulário dos assentos de casamento foi evoluindo. Algumas informações só aparecem de forma sistemática a partir do Decreto de 19 de agosto de 1859², o qual determinou que os assentos de casamento deviam incluir, especialmente, a idade dos nubentes, estado civil e o lugar de origem. Constituiu a primeira norma legal a regular o registo paroquial que antes se fazia de acordo com as constituições de cada bispado. Com a informação que dispúnhamos fomos constituindo a biografia dos indivíduos ao casamento. A resposta demográfica sobre o número de nubentes, quando e aonde, bem como a sua relação com outros fatores que influenciaram a nupcialidade, abarcam uma ampla gama de condicionantes quer «culturais e económicos passando pelos políticos e religiosos»³.

Para o estudo dos casamentos das freguesias do concelho de Caminha utilizaram-se, sobretudo, os livros conservados no Arquivo Distrital de Viana do Castelo⁴, em particular, a partir de 1615, ano em que existem dados sólidos e consistentes sobre o concelho. Dos referidos registos extraiu-se sistematicamente a informação relativa às paróquias de residência dos nubentes.

A observação da origem geográfica dos noivos, segundo os registos de casamento, permitirá compreender se a mobilidade nupcial se encontra associada, entre outros fatores, à localização geográfica das comunidades ou se esta permite alternância marital entre a parte montanhosa, vales, rios ou litoral, por exemplo. Da comparação de comportamentos entre comunidades, resultará uma visão ampla sobre a mobilidade matrimonial no concelho de Caminha. Consideramos uma união exogâmica aquela que diz respeito a qualquer indivíduo de fora, isto é, um casamento em que um dos cônjuges não é natural ou residente na comunidade. Por outro lado, a união endogâmica refere-se a um casamento entre cônjuges oriundos da mesma freguesia. Esta, com um sentido muito agudo de comunidade rural, tanto facilita o alargamento como restringe o mercado matrimonial⁵.

¹ BLANCO CARRASCO, 2012: 27-28.

² REBELLO, *ed.*, 1896: 366.

³ VALERO LOBO, 1984: 40-41.

⁴ ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910).

⁵ O'NEIL, 1984: 294.

2. TERRITÓRIO DO CONCELHO DE CAMINHA

Com uma superfície de 129,66 km², o concelho de Caminha localiza-se no distrito de Viana do Castelo (atual NUTS III). O seu território encontra-se limitado a oeste pelo oceano Atlântico, a norte pelo rio Minho e pela Galiza, a este pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira (VNC) e de Ponte de Lima (PL) e, a sul, por Viana do Castelo (VCT). O território, caracterizado por uma grande diversidade de paisagem e de morfologia, foi dividido em cinco áreas distintas — Serra d'Arga, Vale do Âncora, Vale do Coura, zona litoral e zona ribeirinha.

Até aos inícios do século XX, três paróquias encontravam-se isoladas na Serra d'Arga, maciço montanhoso com uma altitude de 825 metros — Arga de Cima, Arga de Baixo e Arga de São João.

Os rios Âncora e Coura deram origem a vales de igual designação. No Vale do Âncora, caracterizado pelo acidentado das faldas da Serra d'Arga onde a pequena propriedade impera, inserem-se as freguesias interiores de Vile, Riba d'Âncora, Orbacém, Gondar e Dem⁶. Neste vale granítico, a especialização profissional masculina ligou-se às artes de pedraria e cantaria⁷. No Vale do Coura, onde a morfologia do terreno se apresenta mais plana, coexistem as comunidades de Venade, Argela e Azevedo onde se encontram grandes quintas agrícolas.

A frente litoral atlântica engloba quatro paróquias — Âncora, Vila Praia de Âncora, Moledo e Cristelo — cuja economia, paradoxalmente, se centrava na agricultura de subsistência. O rio Minho, que corre entre as margens da Galiza e do Alto Minho, vem desaguar à sede concelhia. Caminha, Vilarelho, Lanhelas, Seixas e Vilar de Mouros constituem o núcleo ribeirinho com maior pendor para a pesca fluvial, bem como para o transporte marítimo e de barcaçagem.



Fig. 1. Concelho de Caminha
Fonte: Município de Caminha

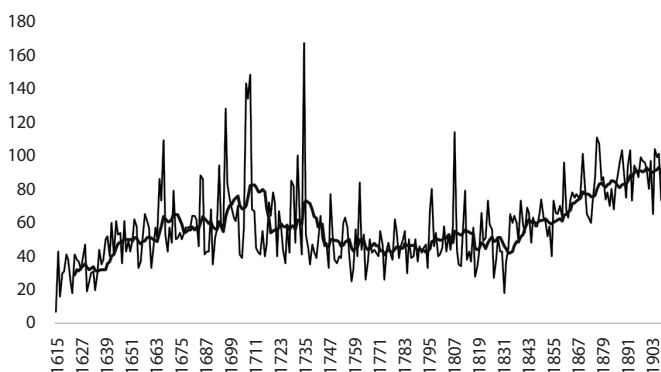
⁶ Dem foi elevada a freguesia pelo Decreto-Lei n.º 48590 de 26 de setembro de 1968. Até então, o seu território encontrava-se dividido entre as freguesias de Orbacém e de Gondar.

⁷ REGO, 2013a: 215-298.

Utilizando os registos paroquiais de casamento, observámos todas as famílias que contraíram uniões dentro do concelho no período entre 1615 e 1910. Sabemos que era tradição nesta região o casamento efetuar-se na paróquia da noiva. A análise da fixação e evolução dos novos núcleos familiares está em curso com o Repositório Genealógico do concelho de Caminha, segundo o método de Amorim⁸.

Este levantamento de casamentos devolveu-nos um total de 17 323 uniões (Anexo 1), do qual resultou o movimento global observado no Gráfico 1. Da sua análise, podemos observar que, após um movimento ascendente no volume de casamentos até às primeiras décadas do século XVIII, se seguiu um significativo decréscimo até meados do século seguinte, estagnação esta que será somente superada a partir de 1850⁹.

Gráfico 1. Movimento de casamentos no concelho de Caminha (1615-1910)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

3. A MOBILIDADE MARITAL NA SERRA D'ARGA

Isoladas do concelho, em contínuo risco de sobrevivência, as três comunidades da Serra d'Arga viveram em precárias condições durante séculos. As descrições existentes nas Memórias Paroquiais de 1758¹⁰, elaboradas em data central do período em análise, auxiliam na compreensão das condições morfológicas e climáticas então vividas. O pároco de Arga de Baixo referiu que «não há coisa notável de que faça relação,

⁸ AMORIM, 1991: 7-25. O Repositório Genealógico do concelho de Caminha, coordenado por Aurora Botão Rego, será integrado no Repositório Genealógico Nacional (RGN). Disponível em <<http://www.genealog.uminho.pt/>>. [Consulta realizada em 03/04/2019].

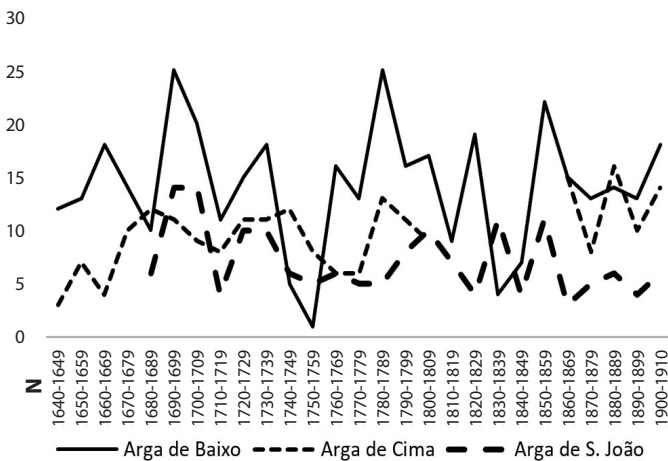
⁹ O lançamento dos registos não se apresentou simultâneo no concelho e existem livros desaparecidos em algumas paróquias, como é o caso de Lanhelas cujos assentos se iniciam em 1831, razão pela qual não foi estudada. Algumas paróquias apresentam precocidade no seu lançamento (finais do século XVI), cujos registos também não foram estudados, evitando-se distorções de análise. Convencionou-se, assim, iniciar este estudo em 1615.

¹⁰ CAPELA, *coord.*, 2005: 109-146.

nem memória por ser a terra mais miserável e pequena que há no termo de Caminha». O pároco de Arga de São João destacou: «situada em uma montanha de terra alta, distante das mais povoações [...] a maior parte é fraguado de penedos, a outra parte é monte maninho [...] fria e desabrida sujeita a todos os ventos». De idêntico teor é a descrição de Arga de Cima: «situada em um monte alto, pouco plano [...] não é abundante mais que fria de natureza por ser muito alta».

O movimento comparado de casamentos (Gráfico 2) revelou, como é próprio de paróquias de pequena dimensão, oscilações ao longo de todo o período, mas conservando uma secular estabilidade marital. A paróquia de São João d'Arga constituiu a única exceção. Localizada na descida da serra, ostenta um maior volume de casamentos, mercê da aproximação às populações do vale e, conseqüentemente, de um mercado matrimonial mais amplo.

Gráfico 2. Movimento de casamentos nas freguesias serranas (por décadas)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

A altitude da serra condicionou o acesso ao casamento (Anexo 2). No cume, a freguesia de Arga de Cima revelou o valor mais elevado de endogamia, em todos os períodos, com uma média geral de 68,2% por comparação com a freguesia de Arga de Baixo na meia encosta (57,2%) e de Arga de São João perto do sopé (39,6%). Os nubentes masculinos do exterior prevaleceram em todos os casos comparativamente aos femininos e, à medida que se encurta a distância do cume até ao vale, sobe o seu número devido ao alargamento do mercado matrimonial (24,8%, 33,7% e 42,1%, respetivamente). Foi igualmente em Arga de São João que se encontrou o maior volume de noivas e casais do exterior que ali foram contrair laços matrimoniais.

As populações procuraram noivos nas comunidades mais próximas, mesmo não pertencendo ao termo concelhio (Tabela 1). Chegaram a Arga de Cima e a Arga de Baixo nubentes predominantemente de paróquias vizinhas, localizadas na vertente oposta da serra e pertencentes aos concelhos vizinhos de Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo. O contrário aconteceu em São João d'Arga. Os nubentes do exterior eram maioritariamente oriundos de freguesias localizadas ao redor do sopé da serra e viradas ao concelho de Caminha. Os consortes oriundos de outras áreas geográficas apresentaram valores residuais nas três paróquias. Realce-se ainda que nenhuma noiva de outros concelhos (que não o próprio ou limítrofes) aqui veio contrair matrimónio.

Tabela 1. Origem dos nubentes de fora nas freguesias serranas (1615-1910)

Origem dos Nubentes de Fora	Arga de Cima		Arga de Baixo		Arga de S. João	
	H	M	H	M	H	M
Concelho de Caminha	45,5	26,7	57,4	34,5	82,6	63,3
Concelhos vizinhos (PL, VNC, VCT)	49,1	73,3	38,2	65,5	15,9	36,7
Outros concelhos do Alto Minho	1,8	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0
Resto do país	3,6	0,0	0,7	0,0	1,5	0,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

4. A MOBILIDADE MARITAL NO VALE DO ÂNCORA

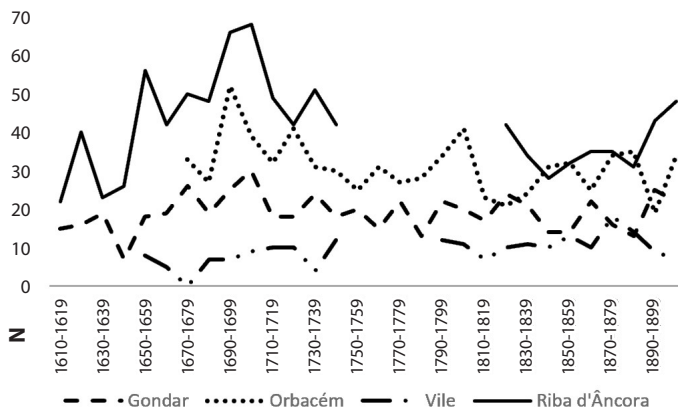
O rio Âncora nasce na Serra d'Arga e empresta o seu nome ao Vale acidentado e de propriedade fragmentada. As freguesias de Gondar e de Orbacém, encravadas entre a Serra e o Vale, encontram-se implantadas ao longo da via medieval interior (que ligava Ponte de Lima a Vilar de Mouros e seguia rumo a Valença), enquanto que Vile e Riba d'Âncora se localizam, perpendicularmente, ao longo do rio e em direção ao litoral. Somente nas primeiras décadas de Novecentos, será rasgada a estrada que ligará o litoral ao interior do Vale.

Novamente as Memórias Paroquiais nos elucidam quanto ao território. O vigário de Gondar referiu que a sua paróquia ficava situada «em vale sombrio com os empinados montes donde se não descobre senão um monte alto da serra de Arga». Já em Orbacém «os frutos que colhem os moradores desta terra são algum centeio, milho, vinho, isto tudo em pouca abundância por serem montes ásperos» e o rio Âncora possuía muitos engenhos

de moagem «e mais pudera ter se tivera que moer e pisoar». O pároco de Riba d'Âncora destacou a extraordinária mobilidade masculina: «saem todos os homens a trabalhar para Lisboa e fora do reino e se recolhem todos os anos com algum dinheiro para ajudar a sustentar a família e somente ficam em casa os homens velhos. E as mulheres fazem todo o serviço das sementeiras». Em Vile, o cura destacou a aspereza do território no «braço da serra aonde chamam São Pedro de Varais [...] monte lavado de todos os ventos [...] incapaz de cultura ou de produzir mais do que tojo ou carrasco».

Após o levantamento dos casamentos das paróquias mencionadas, o Gráfico 3 mostra um aumento geral dos enlaces na passagem de Seiscentos para Setecentos, seguido de uma apatia geral até à viragem de Novecentos. O movimento associado a cada comunidade reflete a sua dimensão, com a freguesia de Riba d'Âncora no topo e a de Vile na base do movimento.

Gráfico 3. Movimento de casamentos nas freguesias do Vale do Âncora (décadas)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Nas comunidades de Gondar e de Orbacém assistiu-se a uma estabilidade no volume de uniões em todo o período (Anexo 3 e Tabela 2). Na primeira, a exogamia girou entre 55-59% até 1849, atingindo 71% entre 1850-1901. Apesar deste último valor elevado, a origem dos nubentes de fora denuncia um mercado nupcial de proximidade (81,4%-86,5% para noivos e noivas, respetivamente). Em Orbacém, nó de confluência de caminhos antigos, assiste-se a níveis de endogamia oscilantes (entre 50-60%) e à entrada de nubentes do exterior de ambos os sexos (com prevalência dos masculinos). A sua origem divide-se entre o concelho de origem e os vizinhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo, porém maioritariamente oriundos de paróquias contíguas.

A pequena comunidade de Vile, enfragada no Monte de Varais, desde o início da observação que lutava pela sua sobrevivência. A exogamia atingiu valores até ao máximo de 92,1%, à custa da entrada de nubentes de ambos os sexos e originários das freguesias ao seu redor (Riba d'Âncora, Âncora e Vila Praia de Âncora).

De uma comunidade maioritariamente endogâmica, Riba d'Âncora alarga o seu mercado matrimonial ao exterior entre 1850-1910 (exogamia de 64,7%). Terra de trabalhadores especializados na construção civil, caracterizados pela grande mobilidade de média e longa distância, atraiu principalmente nubentes masculinos de paróquias vizinhas do concelho de Viana do Castelo (e alguns da vizinha Galiza), repondo, assim, parte dos efetivos perdidos. À exceção da paróquia de Riba d'Âncora (a cerca de 3/4 quilómetros do litoral), nenhuma mulher do «resto do país» ou da Galiza se casou nas demais paróquias interiorizadas do Vale do Âncora.

Tabela 2. Origem dos nubentes de fora no Vale do Âncora (1615-1910)

Origem dos Nubentes de Fora	Gondar		Orbacém		Vile		Riba d'Âncora	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Concelho de Caminha	81,4	86,5	47,0	46,4	83,1	82,4	50,0	29,4
Concelhos vizinhos (VCT, PL)	11,2	11,5	41,3	45,5	13,4	17,6	37,1	47,1
Outros concelhos do Alto Minho	4,1	2,0	5,3	6,5	2,1	0,0	5,1	4,7
Resto do país	3,3	0,0	3,9	0,0	1,4	0,0	4,0	10,6
Galiza	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	2,9	3,5
Outros/indeterminados	0,0	0,0	0,7	1,6	0,0	0,0	0,9	4,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

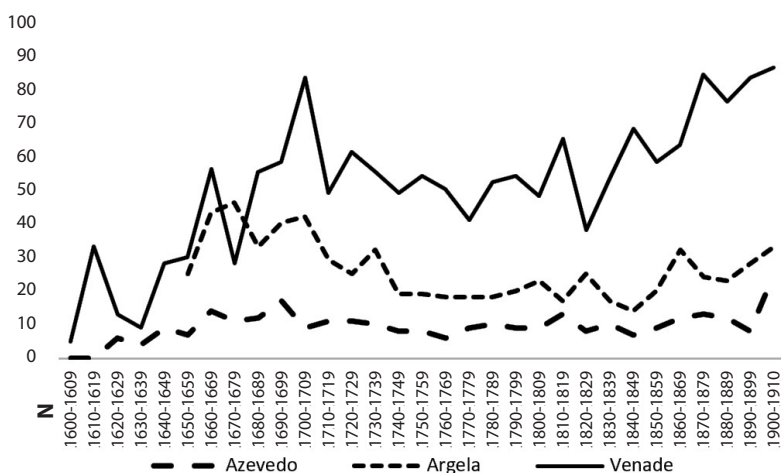
5. A MOBILIDADE NUPCIAL NO VALE DO COURA

As freguesias do Vale do Coura caracterizavam-se por uma assinalável atividade agrícola em zona de planície. Vários afluentes do rio Coura fertilizam as terras (dotadas de grandes quintas e geridas por elites de Caminha) que eram fonte de abastecimento do mercado local. Em 1758, o cura de Azevedo informava que se colhia milho grosso, feijão, centeio, trigo e vinho. A abundância de águas foi descrita pelo pároco de Argela, porque fazia «moer quinze moinhos, e mais abaixo [...], mais sete; e até ao fim da freguesia mais catorze, que por todos fazem o número de trinta e seis». Em Venade, o rol das ordenanças

de inícios do século XIX, revelou que 87,5% dos chefes de famílias se dedicavam à agricultura¹¹.

O movimento comparado das três freguesias (Gráfico 4) espelha a dimensão de cada uma, com Venade no topo e Azevedo na base, no tocante ao volume de casamentos. Novamente se observa um empolamento do volume de casamentos até às primeiras décadas de Setecentos, seguido de um movimento de letargia até cerca de 1850, momento de novo impulso marital.

Gráfico 4. Movimento de casamentos nas freguesias do Vale do Coura (décadas)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

O grau de endogamia e origem dos nubentes podem ser observados no Anexo 4 e Tabela 3. A comunidade de Azevedo, do lado oposto do Monte de Varais e de Vile, muito modesta em população, viveu sempre na agonia da desertificação, razão pela qual a exogamia oscilou entre 63,8%-76%. Os nubentes de fora, maioritariamente masculinos, eram oriundos das freguesias vizinhas (particularmente de Venade), situadas no eixo da via medieval.

No centro do Vale encontra-se Venade, onde a maioria das quintas se impõe. A endogamia revelou-se sempre superior em todo o período (na ordem dos 54-55%). A comunidade procurou nubentes do exterior para suprir a falta de mão de obra agrícola, destacando-se a de origem galega, bem como de outros concelhos do distrito e do resto do país, incluindo um volume assinalável de 18,6% de noivas.

¹¹ REGO, 2013b: 132.

A comunidade de Argela apresentou um comportamento marcadamente endogâmico, com uma média total 67,8%. Dos nubentes de fora, campesinato principalmente oriundo de freguesias e concelhos vizinhos, destaca-se o volume de noivos galegos.

Tabela 3. Origem dos nubentes de fora no Vale do Coura (1615-1910)

Origem dos Nubentes de Fora	Azevedo		Venade		Argela	
	H	M	H	M	H	M
Concelho de Caminha	79,6	91,2	71,9	87,6	66,5	67,6
Concelhos vizinhos (PL, VNC, VCT)	7,6	4,4	8,6	4,9	10,3	6,8
Restantes concelhos do Alto Minho	3,8	4,4	8,6	1,5	7,1	10,8
Resto do país	5,2	0,0	6,0	3,2	5,8	5,4
Galiza	3,8	0,0	4,5	2,6	10,3	4,1
Outros/Indeterminados	0,0	0,0	0,4	0,2	0,0	5,3
Total	100	100	100	100	100	100

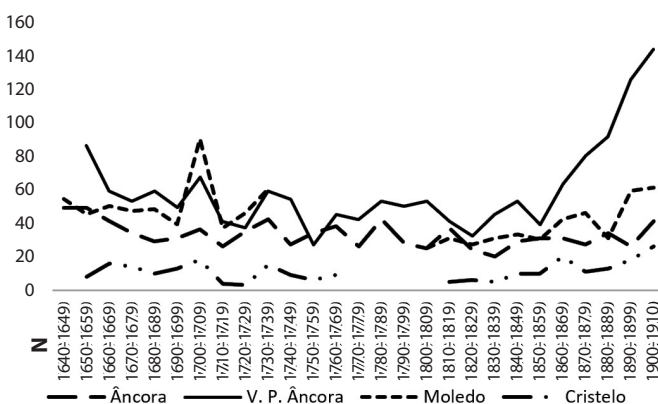
Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

6. A MOBILIDADE MARITAL NAS FREGUESIAS DO LITORAL

A população do litoral (atravessado pela estrada real que unia as praças militares alto-minhotas) não tirou proveito do mar até Oitocentos, a não ser a secular apanha do sargaço para adubo das terras. Aconchegada às faldas da serra, os seus centros comunitários localizavam-se a cerca de 2 km da costa. Em 1758, o pároco de Âncora queixava-se que o porto de mar não permitia desembarque «por terem parte areado e parte da costa de penedia bravia». As levadas dos engenhos no rio impediam a navegação e, na maré vazia, de tão areado, podia ser atravessado a pé. O pároco de Gontinhães (atual Vila Praia de Âncora) relatou que no «porto de mar por natureza [...] entram somente pescadores e algumas lanchas de Galiza e Caminha» e que «a maior parte da freguesia é vale e campina», tudo incapaz de cultura porque «o monte era lavado de todos os ventos e no verão principalmente é impetuoso o Norte». Em Moledo, o pároco referiu que «a freguesia está situada na falda de uma serra [...] parte de suas casas ficam na ladeira da serra, e outras, a maior parte delas, estão em o vale entre o mar e a serra». A barreira da Mata do Camarido defendia as comunidades de Moledo e Cristelo do avanço das areias, caso contrário «já não teriam estas freguesias terras em que granjeassem o seu sustento».

Analisado o Gráfico 5, verificamos movimento idêntico ao referido nos demais territórios. O aumento do movimento de casamentos torna-se exponencial em Vila Praia de Âncora. Até então terra de mestres da pedraria e de uma mobilidade masculina intensa, a partir de 1800 transformou-se em praia de banhos terapêuticos e a partir de 1825, porto piscatório. Estas duas alavancas económicas alteraram definitivamente a sua feição rural e o centro comunitário junto à encosta da serra deslocou-se em direção ao mar.

Gráfico 5. Movimento de casamentos nas freguesias do litoral (décadas)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Se observarmos o Anexo 5 e a Tabela 4, verificamos que na paróquia de Âncora predominou a endogamia marital até 1849 (cerca de 62%-63%), altura em que nubentes do exterior se aproximaram, contrabalançando o fluxo emigratório transatlântico¹². A concentração de cerca de 40% de nubentes oriundos principalmente do concelho de Viana do Castelo relacionou-se com a pertença desta paróquia ao mesmo até à reorganização administrativa do reino em 1836.

De comunidade endogâmica (72-76%), Vila Praia de Âncora alargou o seu mercado matrimonial pelas razões referidas (exogamia final de 52,5%). Transformou-se em polo de atração de nubentes de ambos os sexos, incluindo a fixação de casais do exterior em número significativo (15,1%), quer do distrito, quer do resto do país, que vieram investir no comércio e serviços, mas, em particular, da Galiza de onde era oriunda a colónia de pescadores¹³.

¹² LAGIDO, 2004: 219-227.

¹³ REGO, 2013a: 247-258.

De freguesia rural, Moledo transformou-se em praia de banhos no final de Oitocentos, tendo o Município de Caminha gizado, a régua e esquadro, as artérias junto ao litoral. A concentração de 72%-80% de casamentos endogâmicos, desceu para 40% entre 1850-1910. A origem dos nubentes de fora, até então maioritariamente resultante de relações profissionais e familiares com a freguesia de Cristelo, diversificou-se no final do período. Esta última freguesia, encravada entre a Mata do Camarido, a estrada real e o monte, evitou a desertificação chamando a si nubentes de fora (exogamia entre 58-62%), destacando-se em número assinalável os oriundos da Galiza (principalmente mulheres) e de concelhos limítrofes.

Tabela 4. Origem dos nubentes de fora nas freguesias do litoral (1615-1910)

Origem dos Nubentes de Fora	Âncora		Vila Praia de Âncora		Moledo		Cristelo	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Concelho de Caminha	38,4	30,4	41,9	32,9	59,0	56,7	87,5	45,2
Concelhos vizinhos (PL, VNC, VCT)	40,4	40,2	23,3	29,5	14,7	25,0	5,0	23,8
Outros concelhos do Alto Minho	9,8	7,6	10,5	9,6	3,8	1,9	0,8	2,4
Resto do país	9,1	13,0	15,7	12,7	14,3	9,6	2,5	2,4
Galiza	2,3	8,7	6,8	9,2	6,4	6,7	4,2	26,2
Outros/indeterminados	0,0	0,0	1,8	6,1	1,9	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

7. A MOBILIDADE MARITAL NAS FREGUESIAS RIBEIRINHAS

A desembocadura conjunta dos rios Minho e Coura e a posição geográfica em triângulo avançado sobre o território envolvente, definiram a evolução histórica e populacional de Caminha. Vilarelho, núcleo populacional que esteve na origem da formação de Caminha, beneficiou da saturação demográfica dentro das muralhas caminhenses, transformando-se em território extramuros. A extensa comunidade de Seixas, de pescadores e de barqueiros entre margens e rio acima, mas também de significativa mobilidade masculina, tirava partido da sua posição privilegiada de passagem fluvial obrigatória sobre o rio Coura. Vilar de Mouros, localizada em zona fértil de vale, constituía um

nó importante de passagem da via interior concelhia onde a ponte medieval assinalava a sua importância.

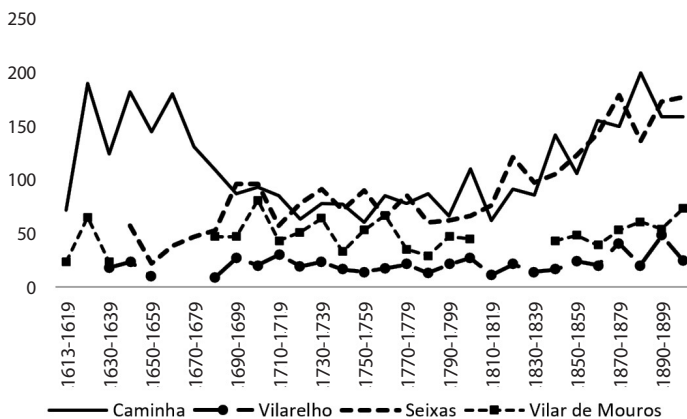
Em 1758, o pároco de Caminha realçava a existência da «praça muito antiga, a qual tem muros antigos e também outros mais modernos». Informava que o «rio Minho era navegável de barcos, lanchas e iates [...] e não é muito capaz para outras embarcações por causa da barra ter em alguns tempos suas areias». Em Vilarelho, mencionou-se que a «igreja foi a primeira fundamental por isso se chama Igreja Velha de Caminha [...] e como naquele tempo não havia muralhas, toda a freguesia era uma e depois se fizeram muralhas, se dividiu».

Já em Seixas, para além da existência da secular feira franca, salinas e do transporte fluvial e terrestre, o pároco destacou que «pela barra do rio Minho, entravam caravelas, patachos e lanchas com ferro de Biscaia e outras partes, madeiras, louças, cal, trigo, sal e outras “mercancias” com destino a Vila Nova de Cerveira e a Valença».

Na freguesia de Vilar de Mouros, localizada «em uma baixa de montes [...], o rio Coura era caudaloso e corria todo o ano [...], era navegável até à ponte, utilizando-se barcos «que andam à vara e também a remos». Esta abundância de águas e de terras férteis alimentava «vinte e sete moinhos, localizados em açudes ou levadas [...] todos em fiada pela encosta abaixo».

Como reflete o Gráfico 6, é a sede concelhia que lidera o volume de casamentos (em particular até 1680). A partir de então, a freguesia de Seixas acompanhou, em paralelo, as mesmas tendências — estagnação populacional até às primeiras décadas de Oitocentos, seguindo-se um importante aumento do volume de matrimónios até 1910. Nas freguesias de Vilar de Mouros e de Vilarelho o movimento de casamentos mantém-se relativamente estável.

Gráfico 6. Movimento de casamentos nas freguesias ribeirinhas (décadas)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Como refletem o Anexo 4 e a Tabela 5, Caminha conheceu forte regressão matrimonial durante o século XVIII e a principal atividade económica (relacionada com o transporte marítimo e fluvial) retrocedeu com o mini glacial dos séculos XVI-XVIII¹⁴. A realidade da sede concelhia é única. Atraindo apenas 18,7% e 36,7% de noivos e noivas do seu próprio concelho (ou pelo contrário, repelindo-os, evitando a ascensão social), a freguesia de Caminha alargou sucessivamente o mercado matrimonial para os concelhos vizinhos, distrito, resto do país e raia transfronteiriça. Nobreza de toga, clerezia, comunidades religiosas, mercadores, militares, pescadores, constituíam alguns dos seus grupos socioprofissionais. Já no século XIX, a ponte de madeira construída em 1839 (que uniu as margens do rio Coura) e a chegada do comboio em 1878, cooperaram para o seu desenvolvimento económico. A endogamia desceu de 51,7% para 38,4%.

Como freguesia satélite de Caminha, Vilarelho beneficiou de idêntica atratividade — de uma taxa inicial de endogamia de 56,9%, quedou-se no final do período em 25,8%.

A populosa comunidade ribeirinha de Seixas, como é próprio de comunidades marítimas onde os comportamentos de nupcialidade e fecundidade exibem, por norma, forte aceleração¹⁵, caracterizou-se pela forte endogamia marital até meados de Oitocentos (entre 67,4%-83,7%). A partir de então, nubentes do exterior, principalmente do Alto Minho e da Galiza, contribuíram para o crescimento do volume de casamentos, contrabalançando a forte emigração dos naturais para o Brasil, em consequência da construção das novas infraestruturas terrestres e ferroviárias, que lhes retiraram o monopólio dos transportes entre margens.

Em Vilar de Mouros viveu-se um cenário idêntico. De apreciável extensão agrícola e quintas geridas por elites, apresentou uma endogamia entre 69,3%-76,5% até inícios do século XIX. A posterior emigração masculina e necessidade de mão de obra agrícola obrigou ao alargamento do mercado matrimonial para freguesias e concelhos vizinhos, assim como para a Galiza.

¹⁴ ABREU, 1987: 55-85; REGO, 2018: 29-42.

¹⁵ REGO, 2014: 25-46.

Tabela 5. Origem dos nubentes de fora nas freguesias ribeirinhas (1615-1910)

Origem dos Nubentes de Fora	Caminha		Vilarelho		Seixas		Vilar de Mouros	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Concelho de Caminha	18,7	36,7	50,0	66,0	36,7	30,3	52,7	44,0
Concelhos vizinhos (PL, VNC, VCT)	13,6	18,1	8,7	8,8	28,4	18,8	28,5	36,2
Restantes concelhos do Alto Minho	19,7	17,8	10,5	6,2	8,9	12,0	5,5	5,0
Resto do país	37,1	9,6	18,8	2,0	16,1	13,0	3,3	4,3
Galiza	9,2	16,4	10,9	16,3	8,2	22,5	8,9	9,9
Outros	1,7	1,4	1,1	0,7	1,7	3,4	1,1	0,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

8. A MOBILIDADE MARITAL NO CONCELHO DE CAMINHA

Considerando o período total, foi calculado o volume dos nubentes «de fora», segundo o número de casamentos decorridos em cada paróquia e respetivo peso proporcional.

Pela análise da Tabela 6, concluímos que em cerca de 47,8% dos casos (46,3% para noivos e 51,5% para noivas), os nubentes pertenciam ao concelho de Caminha. Podemos, assim, concluir que predominou a exogamia marital no concelho de Caminha. Apesar de tudo, verificámos até agora que este valor global encerra múltiplas realidades e facetas paroquiais e que a atração exterior sobre o território se concentrou, em peso, a partir de 1850, momento de abertura plena do mercado matrimonial ao exterior.

Tabela 6. Origem dos nubentes de fora no concelho de Caminha (1615-1910)

Origem dos Nubentes de Fora	Vilar de Mouros		
	M	H	H+M
Concelho de Caminha	46,3	51,5	47,8
Concelhos vizinhos (PL, VNC, VCT)	20,8	21,1	20,9
Restantes concelhos do Alto Minho	10,0	8,9	9,7
Resto do país	15,7	6,8	13,1
Galiza	6,1	10,1	7,3
Outros	1,1	1,6	1,2
Total	100,0	100,0	100,0
Total de nubentes de fora	6 062	2 453	8 515

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Considerando, igualmente, os movimentos de curta, média e longa distância, nos quais se incluem os de natureza marital, concluímos que se trata de movimentos de micromobilidade ou mobilidade interparoquial de proximidade. De facto, na grande esmagadora maioria dos casos, a distância percorrida pelos nubentes do exterior não ultrapassou os 4 quilómetros quando contraíram matrimónio.

No núcleo serrano e na freguesia de Gondar, no sopé da serra, os nubentes do exterior percorriam cerca de 7 a 13 quilómetros para aí contrair matrimónio, destacando-se, nestes casos, as freguesias do lado oposto da montanha. Nesta perspectiva, podemos falar de mobilidade marital de *curta* distância, envolvendo comunidades pertencentes a outros concelhos limítrofes.

Esta era a realidade para a maioria dos elementos masculinos, já que as noivas de fora do concelho praticamente se limitavam ao mercado matrimonial interparoquial (72,6%). Padrões culturais, acrescidos da proteção familiar subjacente à sua condição e género, limitavam a maioria de ultrapassar o raio de conforto das paróquias vizinhas à sua. Encontravam-se igualmente subjacentes estratégias de reprodução social e de património, em redes de parentelas consanguíneas e de afinidade. Procurava-se estender o domínio sobre a terra agrícola através do casamento nas freguesias contíguas onde, frequentemente, viviam parentela consanguínea. O raio da jornada de trabalho continuava em limites aceitáveis para a condição feminina. Esta conclusão parece evidente pela reduzida ou nula permeabilidade matrimonial entre as freguesias do Vale do Âncora e do Vale do Coura.

De *média* distância podemos considerar a mobilidade galega¹⁶. A origem da maioria dos nubentes ligava-se a comunidades galegas da raia transfronteiriça, viradas ao território de Caminha. O transporte por barca facilitava a permeabilidade das populações, numa distância que, por via fluvial, se aproximava da milha marítima (perto de 2 quilómetros)¹⁷. Idêntico cenário se colocou aquando da fixação da colónia de pescadores galegos em Vila Praia de Âncora, vindos maioritariamente de A Guarda. As pequenas embarcações de pesca facilitavam as migrações e a distância, por via marítima, não ultrapassava as 4 milhas, ou seja, cerca de 7/8 quilómetros.

Os nubentes da Galiza fixaram-se principalmente juntos às linhas de água e ao oceano, incluindo também algumas freguesias com necessidade de mão de obra agrícola. Nenhum nubente galego foi encontrado nas três freguesias serranas, ou em Gondar ou Vile, devido à natureza inóspita e aspreza do clima.

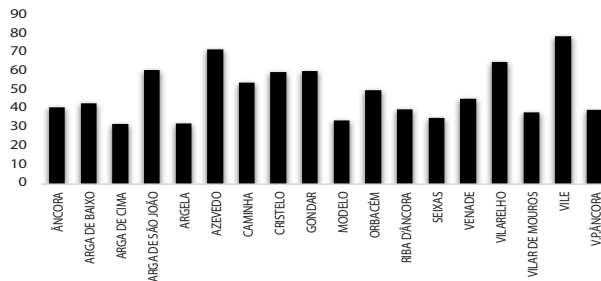
O peso dos nubentes dos restantes concelhos do distrito de Viana do Castelo (excluídos os concelhos limítrofes do concelho de Caminha) apresenta-se residual e quase sempre inferior ao do resto do país. Neste último caso, torna-se necessário destacar o extraordinário número de militares (e de famílias) que se fixaram na sede concelhia após a Restauração.

¹⁶ No início do período, foram encontrados noivos(as) cuja origem foi somente assinalada como «Galiza».

¹⁷ Uma milha marítima corresponde a 1852 metros.

Contudo, foram encontrados os maiores níveis de exogamia nas freguesias que se caracterizavam por forte isolamento e, concomitantemente, em risco de desertificação (Gráficos 7 e 8). Neste conjunto, encontravam-se as paróquias de Arga de São João, Azevedo, Cristelo, Gondar e Vile. A paróquia de Vilarelho constitui a exceção à regra já que foi encontrado um elevado grau de exogamia que se relacionava com a fixação de populações no perímetro externo do amuralhado de Caminha.

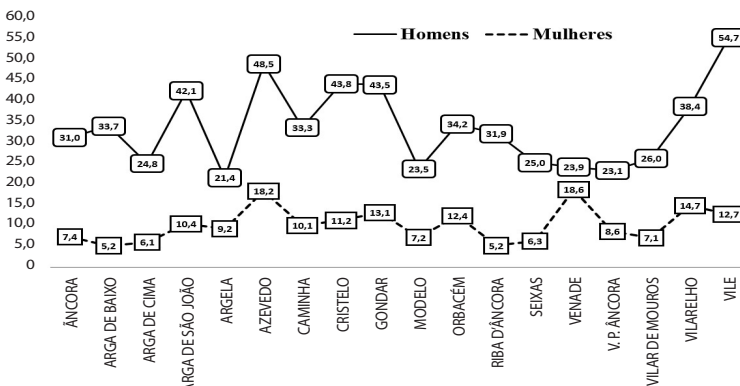
Gráfico 7. Exogamia por freguesias (1615-1910)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Em concordância (Gráfico 8) concluímos novamente que os valores associados aos noivos do exterior foram sempre mais elevados relativamente aos das noivas em iguais circunstâncias, devido, principalmente, às limitações impostas à mobilidade feminina. No primeiro caso, os valores mais altos foram encontrados nas freguesias de Arga de São João, Azevedo, Vilarelho, Cristelo, Gondar e Vile. Para as noivas do exterior, nas freguesias de Azevedo, Vilarelho, Venade, Gondar e Orbacém.

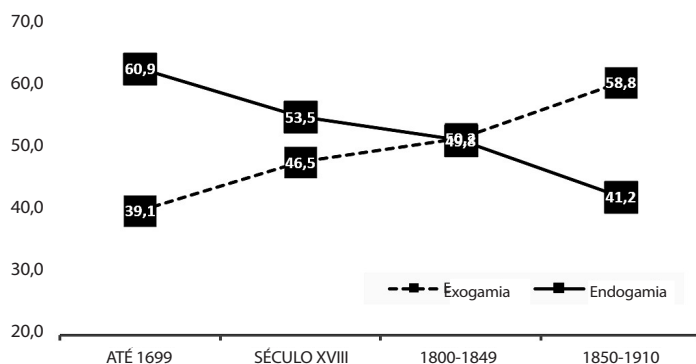
Gráfico 8. Exogamia segundo as freguesias e sexo dos nubentes (1615-1910)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Pelo Gráfico 9, verificamos que no concelho de Caminha a endogamia matrimonial predominou durante o século XVII (60,9%). Na centúria seguinte, o mercado nupcial abriu-se lentamente ao exterior (endogamia desceu para 53,5%) e em meados de Oitocentos, os valores respetivos sobrepuseram-se (50%). Após esta data, a atração exercida pelo concelho de Caminha adquiriu grande relevo, invertendo-se definitivamente a dinâmica matrimonial. A exogamia marital atingiu, então, 58,8%.

Gráfico 9. Endogamia versus Exogamia no concelho de Caminha (1615-1910)



Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morfologia do território e a falta de acessibilidades conduziram ao isolamento de algumas comunidades, condicionando igualmente a contração das núpcias. Parece evidente que a crise climática, que cavalejou do século XVII para o século XVIII, provocou efeitos negativos nas condições de vida das populações. As informações provenientes das Memórias Paroquiais remetem-nos para o assoreamento de barras de mar e de rios e decréscimo das atividades fluviais e marítimas, para a intervenção humana no sentido de criar barreiras de matas de forma a impedir o avanço das areias ou para as consequências nefastas dos ventos intensos e frios sobre as produções agrícolas.

Outros condicionantes não menos importantes (eventualmente relacionáveis com as condições climáticas) prendem-se com as estratégias familiares de reprodução social. O predomínio da pequena propriedade no Alto Minho introduziu fortes travões no acesso à herança e ao património, evitando deste modo a sua pulverização.

O desequilíbrio entre recursos e populações abriu portas para uma elevada mobilidade masculina. O celibato definitivo feminino atingiu valores muito elevados comparados com os de outras regiões. Tudo indica que a entrada de nubentes de «fora» veio suprir as necessidades de um mercado matrimonial desequilibrado, principalmente naquelas paróquias em que as migrações masculinas eram mais significativas.

Caminha. Seixas e Vila Praia de Âncora constituíram as freguesias que causaram maior impacto no exterior, com forte expansão do mercado matrimonial, atraindo sobre si populações exógenas.

As novas estruturas terrestres e ferroviários contribuíram para uma maior abertura do concelho, oferecendo perspectivas de melhoria das condições de vida às comunidades mais próximas, mas também a investidores, muitos destes emigrantes bem-sucedidos. O desenvolvimento da pesca, da atividade marítima e dos banhos terapêuticos ao longo do século XIX atuaram também como novas alavancas económicas, impulsionando fortemente o alargamento da mobilidade marital.

FONTES

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910). Disponível em <<https://digitarq.advct.arquivos.pt/results?lg=Fonds&p0=CompleteUnitId&o0=11&v0=PT%2fADVCT%2fPRQ%2fPCMN%25>>.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alberto Antunes (1987) — *Aspetos da crise climática dos séculos XVI-XVIII no Noroeste de Portugal*. «Cadernos Vianenses», n.º 10, p. 55-85.
- AMORIM, Maria Norberta (1991) — *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», vol. IX, n.º 1, p. 7-25.
- BLANCO CARRASCO, José Pablo (2012) — *Consanguinidad, exogamia y estrategias colectivas en la sociedad moderna. Reflexiones en torno a un ejemplo rural (1700-1820)*. «Revista de Demografía Histórica», vol. 30, n.º 2, segunda época, pp. 25-54.
- CAPELA, José Viriato, coord. (2005) — *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758 – Alto Minho: Memória, História e Património*. Monção: Casa Museu de Monção; Braga: Universidade do Minho.
- DECRETO-LEI n.º 48590. «Diário do Governo I Série», 228 (1968-09-26) 1501-1502.
- LAGIDO, Emília (2004) — *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.
- O'NEIL, Brian Juan (1984) — *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- REBELLO, João Pacheco Teixeira, ed. (1896) — *Coleção completa de legislação eclesiástico-civil desde 1832 até ao presente*. Porto: Tipografia Gutemberg.
- REGO, Aurora Botão (2013a) — *De Santa Marinha de Âncora a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*. Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.
- ____ (2013b) — *O concelho de Caminha. População, património e economia (1758-1849)*. Caminha: Universidade Sénior de Caminha/Fundação da Caixa de Crédito Agrícola.
- ____ (2014) — *Lavradores/canteiros e Pescadores: Os da linha de cima e os da linha de baixo. O caso de Vila Praia de Âncora*. «Revista de Estudos Regionais», II.ª Série, n.º 8, p. 25-46.
- ____ (2018) — *A morte ao sabor da corrente nas águas do mar e do rio. mareantes, pescadores e cativos (séculos XVII-XIX)*. «Centro de Estudos Regionais», II.ª Série, n.º 12, p. 29-46.
- VALERO LOBO, Angeles (1984) — *Edad media de acceso ao matrimónio en España. Siglos XVI-XIX*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», vol. 2, n.º 2, p. 39-48.

ANEXOS

Anexo 1. Movimento de casamentos no concelho de Caminha (1615-1910)

Serra d'Arga		Vale do Âncora		Vale do Coura		Zona litoral		Zona ribeirinha	
Freguesia	n.º	Freguesia	n.º	Freguesia	n.º	Freguesia	n.º	Freguesia	n.º
Arga Baixo	383	Gondar	572	Argela	683	Âncora	972	Caminha	3.412
Arga de Cima	214	Orbacém	761	Azevedo	297	Cristelo	249	Seixas	2.484
Arga de São João	164	Riba d'Âncora	1.013	Venade	1.623	Moledo	1.005	Vilar de Mouros	1.170
		Vile	212			Vila Praia de Âncora	1.546	Vilarelho	563

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Anexo 2. Casamentos endogâmicos e exogâmicos na Serra d'Arga

Períodos	Casamentos	Endogamia		Exogamia		Exogamia por géneros					
						H de fora		M de fora		H+M de fora	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>Freguesia de Arga de Cima</i>											
1632-1699	56	35	62,5	21	37,5	18	32,1	2	3,6	1	1,8
1700-1799	95	72	75,8	23	24,2	16	16,8	7	7,4	0	0,0
1861-1908	63	39	61,9	24	38,1	19	30,2	4	6,4	1	1,6
Total	214	146	68,2	68	31,8	53	24,8	13	6,1	2	0,9
<i>Freguesia de Arga de Baixo</i>											
1643-1699	92	55	59,8	37	40,2	34	37,0	3	3,3	0	0,0
1700-1799	140	85	60,7	55	39,3	39	27,9	7	5,0	9	6,4
1800-1849	56	27	48,2	29	51,8	22	39,3	5	8,9	2	3,6
1850-1910	95	52	54,74	43	45,3	34	35,8	5	5,3	4	4,2
Total	383	219	57,2	164	42,8	129	33,7	20	5,2	15	3,9
<i>Freguesia de Arga de São João</i>											
1683-1799	93	39	41,9	54	58,1	41	44,1	6	6,5	7	7,5
1800-1849	36	18	50,0	18	50,0	10	27,8	5	13,9	3	8,3
1850-1910	35	8	22,9	27	77,1	18	51,4	6	17,1	3	8,6
Total	164	65	39,6	99	60,4	69	42,1	17	10,4	13	7,9

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Anexo 3. Casamentos endogâmicos e exogâmicos no Vale do Âncora

Períodos	Casamentos	Endogamia		Exogamia		Exogamia por géneros					
						H de fora		M de fora		H+M de fora	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>Freguesia de Gondar</i>											
1604-1699	164	72	43,9	92	56,1	68	41,5	18	11,0	6	3,7
1700-1799	200	81	40,5	119	59,5	96	48,0	19	9,5	4	2,0
1800-1849	96	43	44,8	53	55,2	30	31,3	22	22,9	1	1,0
1850-1910	112	33	29,5	79	70,5	55	49,1	16	14,3	8	7,1
Total	572	229	40,0	343	60,0	249	43,5	75	13,1	19	3,3
<i>Freguesia de Orbacém</i>											
1666-1699	124	74	59,7	50	40,3	41	33,1	7	5,7	2	1,6
1700-1799	318	166	52,2	152	47,8	122	38,4	23	7,2	7	2,2
1800-1849	140	49	35,0	91	65,0	40	28,6	20	14,3	8	5,7
1850-1910	179	93	52,0	86	48,0	57	31,8	44	24,6	8	4,5
Total	761	382	50,2	379	49,8	260	34,2	94	12,4	25	3,3
<i>Freguesia de Vile</i>											
1621-1699	54	25	46,3	29	53,7	28	51,9	3	5,6	0	0,0
1700-1799	38	3	7,9	35	92,1	30	79,0	3	7,9	1	2,6
1800-1849	49	7	14,3	42	85,7	24	49,0	12	24,5	6	12,2
1850-1910	71	11	15,5	60	84,5	34	47,9	9	12,7	16	22,5
Total	212	46	21,7	166	78,3	116	54,7	27	12,7	23	10,9
<i>Freguesia de Riba d'Âncora</i>											
1614-1699	373	269	72,1	104	27,9	97	26,0	7	1,9	0	0,0
1700-1799	285	187	65,6	98	34,4	91	31,9	4	1,4	3	1,1
1800-1849	131	76	58,0	55	42,0	40	30,5	13	9,9	2	1,5
1850-1910	224	79	35,3	145	64,7	95	42,4	29	13,0	21	9,4
Total	1013	611	60,3	402	39,7	323	31,9	53	5,2	26	2,6

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Anexo 4. Casamentos endogâmicos e exogâmicos no Vale do Coura

Períodos	Casamentos	Endogamia		Exogamia		Exogamia por géneros					
						H de fora		M de fora		H+M de fora	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%

Freguesia de Azevedo

1619-1699	80	24	30,0	56	70,0	41	51,3	12	15,0	3	3,8
1700-1799	91	25	27,5	66	72,5	47	51,7	13	14,3	6	6,6
1800-1849	47	17	36,2	30	63,8	21	44,7	8	17,0	1	2,1
1850-1910	79	19	24,1	60	76,0	35	44,3	21	26,6	4	5,1
Total	297	85	28,6	212	71,4	144	48,5	54	18,2	14	4,7

Freguesia de Venade

1565-1699	353	195	55,2	158	44,8	77	21,8	75	21,3	6	1,7
1700-1799	548	300	54,7	248	45,3	149	27,2	84	15,3	15	2,7
1800-1849	272	146	53,7	126	46,3	64	23,5	52	19,1	10	3,7
1850-1910	450	246	54,7	204	45,3	98	21,8	90	20,0	16	3,6
Total	1623	887	54,7	736	45,4	388	23,9	301	18,6	47	2,9

Freguesia de Argela

1653-1699	187	163	87,2	24	12,8	16	8,6	8	4,3	0	0,0
1700-1799	240	152	63,3	88	36,7	59	24,6	25	10,4	4	1,7
1800-1849	96	49	51,0	47	49,0	34	35,4	10	10,4	3	3,1
1850-1910	160	99	61,9	61	38,1	37	23,1	20	12,5	4	2,5
Total	683	463	67,8	220	32,2	146	21,4	63	9,2	11	1,6

 Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Anexo 5. Casamentos endogâmicos e exogâmicos nas freguesias do litoral

Períodos	Casamentos	Endogamia		Exogamia		Exogamia por géneros					
						H de fora		M de fora		H+M de fora	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<i>Freguesia de Âncora</i>											
1584-1699	313	199	63,6	114	36,4	83	26,5	26	8,3	5	1,6
1700-1799	341	214	62,8	127	37,2	109	32,0	18	5,3	0	0,0
1800-1849	135	84	62,2	51	37,8	38	28,2	9	6,7	4	3,0
1850-1910	190	83	43,7	107	56,3	73	38,4	19	10,0	15	7,9
Total	979	580	59,2	399	40,8	303	31,0	72	7,4	24	2,5
<i>Freguesia de Vila Praia de Âncora</i>											
1646-1699	305	231	75,7	74	24,3	67	22,0	3	1,0	4	1,3
1700-1799	475	343	72,2	132	27,8	108	22,7	15	3,2	9	1,9
1800-1849	224	133	59,4	91	40,6	60	26,8	22	9,8	9	4,0
1850-1910	762	362	47,5	400	52,5	173	22,7	112	14,7	115	15,1
Total	1766	1069	60,5	697	39,5	408	23,1	152	8,6	137	7,8
<i>Freguesia de Moledo</i>											
1631-1699	315	227	72,1	88	27,9	74	23,5	10	3,2	4	1,3
1700-1799	261	209	80,1	52	19,9	44	16,9	6	2,3	2	0,8
1800-1849	160	120	75,0	40	25,0	30	18,8	10	6,3	0	0,0
1850-1910	269	109	40,5	160	59,5	88	32,7	46	17,1	26	9,7
Total	1005	665	66,2	340	33,8	236	23,5	72	7,2	32	3,2
<i>Freguesia de Cristelo</i>											
1614-1699	61	23	37,7	38	62,3	35	57,4	2	3,3	1	1,6
1700-1770	64	26	40,6	38	59,4	33	51,6	3	4,7	3	4,7
1813-1910	124	52	41,9	72	58,1	40	33,1	23	18,6	8	6,5
Total	249	101	40,6	148	59,4	108	43,8	28	11,2	12	4,8

Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

Anexo 6. Casamentos endogâmicos e exogâmicos nas freguesias ribeirinhas

Períodos	Casamentos	Endogamia		Exogamia		Exogamia por géneros					
						H de fora		M de fora		H+M de fora	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%

Freguesia de Caminha

1613-1699	1219	630	51,7	589	48,3	489	40,1	42	3,4	58	4,8
1700-1799	772	339	43,9	433	56,1	222	28,8	93	12,0	118	15,3
1800-1849	491	252	51,3	239	48,7	112	22,8	97	19,8	30	6,1
1850-1910	929	357	38,4	572	61,6	314	33,8	111	11,9	147	15,8
Total	3411	1578	46,3	1833	53,7	1137	33,3	343	10,1	353	10,3

Freguesia de Vilarelho

1629-1699	102	58	56,9	44	43,1	37	36,3	4	3,9	3	2,9
1700-1799	194	70	36,1	124	63,9	84	43,3	28	14,4	12	6,2
1800-1849	89	25	28,1	64	71,9	42	47,2	17	19,1	5	5,6
1850-1910	178	46	25,8	132	74,2	53	29,8	34	19,1	45	25,3
Total	563	199	35,4	364	64,7	216	38,4	83	14,7	65	11,6

Freguesia de Seixas

1635-1699	331	277	83,7	54	16,3	44	13,3	9	1,0	1	0,3
1700-1799	377	254	67,4	123	32,6	93	24,7	25	6,6	5	1,3
1800-1849	465	333	71,6	132	28,4	88	18,9	34	7,3	10	2,2
1850-1910	911	491	53,9	420	46,1	296	32,5	64	7,0	60	6,6
Total	2084	1355	65,0	729	35,0	521	25,0	132	6,3	76	3,7

Freguesia de Vilar de Mouros

1603-1699	251	192	76,5	59	23,5	55	21,9	2	0,8	2	0,8
1700-1809	548	380	69,3	168	30,7	127	23,2	22	4,0	19	3,5
1839-1910	371	153	41,2	218	58,8	122	32,9	59	15,9	37	10,0
Total	1170	725	62,0	445	38,0	304	26,0	83	7,1	58	5,0

 Fonte: ADVCT — *Registos Paroquiais*, Livros de Registos de Casamentos do concelho de Caminha (1615-1910)

MOBILIDADE MARITAL, ENDOGAMIA E EXOGAMIA NA PARÓQUIA DE SÃO MIGUEL DE GUALTAR EM BRAGA (1680-1910)

MILENE DOS ANJOS FERNANDES*

Resumo: *O presente trabalho tem como objetivo o estudo da mobilidade marital na freguesia de São Miguel de Gualtar, integrada no município de Braga, numa perspectiva microanalítica de longa duração, entre 1680 e 1910. A observação da mobilidade ao casamento permitiu: avaliar a sua magnitude através da análise das taxas de endogamia e exogamia, a orientação geográfica dos nubentes, bem como, a compreensão dos diversos mecanismos, que limitam ou fluem as comunicações interindividuais, em populações do passado.*

Palavras-chave: *Mobilidade marital; Endogamia; Exogamia; Mobilidades; Gualtar; Braga.*

Abstract: *The presented work has aims to study the marital mobility in the parish of São Miguel de Gualtar, integrated into the municipality of Braga, in a microanalytical perspective with a long duration (17th and 20th centuries).*

The observation of marriage mobility will allow us to assess: its magnitude through the analysis of inbreeding rates and exogamy, its geographic orientation, and the understanding of the various mechanisms that limit or make inter-individual communication flow, in pre-industrial populations.

Keywords: *Marital mobility; Endogamy; Exogamy; Mobilities; Gualtar; Braga.*

INTRODUÇÃO

Nas sociedades do passado, de entre os vários fatores que condicionaram as opções conjugais, tanto a distância e a presença de barreiras geográficas de difícil transponibilidade, como a existência de obstáculos de carácter sociocultural, constituíram um papel regulador, condicionando a fluidez das comunicações interindividuais.

O estudo da mobilidade marital ganhou nas últimas décadas uma atenção especial por parte dos investigadores, que têm vindo a desenvolver análises de mobilidade familiar e individual, tanto nos contextos social e ocupacional como no contexto conjugal das populações do passado¹. Alguns destacam o papel regulador que mobilidade ao casamento representou no status social dos homens e das mulheres das sociedades do passado². Defendem que a mobilidade ocupacional funciona como um instrumento de promoção social, permitindo não só ampliar o mercado matrimonial mas também facilitando a busca de cônjuge com características desejáveis³. Tendo em conta que a seleção

* O presente trabalho está inserido no Projeto Estratégico do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), do qual a autora é bolsista de investigação. Email: milene_ferriange@hotmail.com.

¹ Vejam-se os trabalhos de DRIBE & LUNDH, 2009 e de BOYER, 1997.

² OLSSON & SVENSSON, 2010.

³ DRIBE & LUNDH, 2009.

de parceiros está estreitamente relacionada com fatores diversos, como por exemplo: a própria estrutura da população e possíveis opções matrimoniais relacionadas com mercado marital, as preferências pessoais e as influências sociais e religiosas. Segundo a historiografia existente, o mercado matrimonial pode estar intimamente relacionado com o mercado de trabalho. Desta forma, a necessidade de mão de obra em determinadas comunidades, resulta na fixação de indivíduos e de casais exogâmicos, onde podem desenvolver melhores condições de vida⁴.

Tendo em conta o insuficiente aprofundamento do estudo dos comportamentos demográficos sobre as populações do município, o presente trabalho tem como propósito estudar a mobilidade marital através da observação da magnitude das taxas de endogamia e exogamia da população de Gualtar entre 1680 e 1910, partindo do princípio que as uniões endogâmicas são as que se celebram entre contraentes nascidos na paróquia, e exogâmicas aquelas em que um, ou ambos contraentes eram de naturalidade exterior.

A seleção da paróquia de São Miguel de Gualtar⁵ enquanto objeto do estudo que se apresenta, prendeu-se com dois pressupostos: por um lado, a escassez de estudos histórico-demográficos sobre os comportamentos das populações do concelho de Braga; e por outro, o sentido individual de pertença do investigador ao lugar. Neste sentido, e tendo em conta a necessidade de aprofundar o conhecimento demográfico destas comunidades, aliada à vontade e ao gosto pessoal, decidi avançar para a reconstituição demográfica em cadeia genealógica da paróquia, tendo como base os registos paroquiais disponíveis, entre os anos de 1680 e 1910.

Quanto à estrutura do trabalho, num primeiro momento faz-se referência às fontes e a metodologia utilizada, posteriormente, destacam-se alguns aspetos caracterizadores da história e da geografia da freguesia, bem como o estudo evolutivo dos quantitativos populacionais. Num segundo momento, procede-se à observação dos seguintes indicadores: movimento anual de casamentos, sazonalidade dos casamentos, mobilidade marital e naturalidade dos nubentes. Para este efeito, os dados que servem de suporte, foram retirados de uma base de dados demográfica e genealógica, em formato SRP⁶, assente na metodologia de *reconstituição de paróquias*⁷, composta por cerca de 5900 fichas de indivíduos e 1500 fichas de família. A metodologia de *reconstituição de paróquias* assenta numa estrutura relacional de informações, tanto individuais como familiares, permitindo o acompanhamento biográfico, pessoal e coletivo dos indivíduos assentes nos registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos da paróquia rural de Gualtar.

⁴ PÉLISSIER *et al.*, 2005.

⁵ Doravante será referido apenas Gualtar.

⁶ O ficheiro SRP (Sistema de Reconstituição de Paróquias) emergiu na criação de uma base de dados em formato Access, constituída por um ficheiro integrado de famílias e a construção de formato automatizado de um ficheiro individual, no qual se introduz toda a informação recolhida, ferramenta desenvolvida por Fernanda Faria (FARIA & HENRIQUES, 2004).

⁷ AMORIM, 1991.

Para a abordagem dos diferentes indicadores, procurei, sempre que possível, comparar os valores e as tendências encontrados na paróquia com os que têm vindo a ser observados em outras populações rurais de diferentes regiões.

Se as condições futuras o permitirem, pretendo avançar para a reconstituição de outras paróquias do município, com a propósito de aprofundar o conhecimento dos padrões demográficos predominantes nas populações que compõem o concelho de Braga.

1. FONTES E METODOLOGIA

Os registos paroquiais de batismos, de casamentos e de óbitos constituem as fontes principais para a aplicação da metodologia ao estudo da mobilidade ao casamento na paróquia de Gualtar. Por cruzamento nominativo dos atos vitais de todos os indivíduos que nasceram, casaram ou faleceram na freguesia, e privilegiando a metodologia de *reconstituição de paróquias*, foi construída uma base de dados demográfica, em encaideamento genealógico por várias gerações, que fundamenta a análise quantitativa das variáveis responsáveis pela dinâmica das populações, entre 1680 e 1910.

A observação metódica e sistemática dos assentos paroquiais permitiu concluir que a base de dados dispõe de séries suficientemente contínuas e completas de registos para um longo período de tempo, permitindo, desta forma, retirar com segurança os dados que servem de suporte para a investigação. A recolha de informação proveniente de fontes secundárias permitiu avaliar a evolução demográfica da população da freguesia em determinados momentos ao longo dos séculos XVIII⁸ e XIX⁹.

2. REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DA FREGUESIA DE GUALTAR

A primeira referência documental que surge relativamente à paróquia aparece no *Censual de Entre Lima e Ave* (1032-1043) indicando «San Migel de Gualtar» como pertença da terra e couto de Braga. No entanto, prevalece a hipótese de ter existido, em época anterior a esta data, uma «ecclesia», devotada a São Miguel, e que em torno dela, habitassem alguns moradores, dado que «havia nos arredores da cidade outras «ecclesias que se podem documentar nos séculos IX e X, como Adaúfe, Este (São Mamede e São Pedro), Fraião, Gualtar, Nogueira e Palmeira»¹⁰. De referir que a Igreja de Gualtar conserva ainda restos românicos do século XII, mas já era mosteiro no século X¹¹ e que continha «duas herdades»¹².

⁸ Foram consultadas as informações contidas na *Corografia Portuguesa* (COSTA, 1706), as Memórias Paroquiais (CAPELA, coord., 2002), *Portugal Sacro-Profano* (NIZA, 1767-1768), e *O Censo de Pina Manique* (SERRÃO, 1970).

⁹ Foram consideradas as informações disponíveis nos «censos» de 1801 e 1849 (SILVEIRA, 2001), e ainda os recenseamentos nacionais portugueses para os anos de 1864, 1890 e 1911 (PORTUGAL. INE, 2009-2014).

¹⁰ COSTA, 1997: 22.

¹¹ COSTA, 1997: 104.

¹² COSTA, 1997: 55.

Mediante as informações que são proporcionadas, ao longo de todo o período, pelos redatores nos assentos paroquiais, identificam-se referências sistemáticas sobre a existência de duas quintas na freguesia, a Quinta do Pomar e a Quinta do Telhado. Com efeito, é através destes registos que se conseguem identificar os lugares que a compõem: Laje, Igreja, Crespa, Carvalho, Pereiras, Mourisca, Pias, Barros, Casal do Criado, Cruz de Baixo, Friande, Devesa, Breias, Novainho, Estrada, Vergadelas, Mouqueime, Torre, Barreiro, Pinheiral, Monte, Bouça, Nogueira, Campos, Estrada Nova, Estrada Velha, Lameira, Bela Vista, Monte de Cima e Souto de Baixo.

Contigua à zona urbana e pertença do concelho de Braga (Mapa 1), Gualtar localiza-se geograficamente na margem direita do rio Este, confrontando a norte e a nascente com as paróquias de Adaúfe e São Pedro d'Este, e a sul e a poente com as de São Vítor e Tenões.



Mapa 1. Mapa do distrito de Braga. Fonte: Elaboração própria com base na CAOP¹³ (composto no QGIS)

Segundo as informações proporcionadas pelas Memórias Paroquiais de 1758, a «freguesia está situada em huma costa de hum piqueno monte que a cobre da parte do Norte e Poente e de huns lugares desta se descobre a cidade de Braga que lhe fica distante hum coarto de legoa para a parte Poente»¹⁴.

A história da terra e da sua população identifica-se, em linhas gerais, com a de outras paróquias rurais do Norte do país. Ainda que eminentemente rural, ligada à produção de milho, centeio, vinho e azeite, Gualtar gozava de uma posição geográfica

¹³ PORTUGAL. Direção-Geral do Território, 2012.

¹⁴ PORTUGAL. Direção-Geral do Território, 2012.

favorecida, tanto pela proximidade com o meio urbano, como pela posição junto ao eixo que liga a cidade de Braga ao concelho de Póvoa de Lanhoso, marcado por uma intensa mobilidade populacional e comercial.

2.1. Evolução e estruturas da população

Atendendo ao facto de que as fontes mais antigas¹⁵ apenas referem o número total de fogos, foi aplicado o multiplicador de quatro moradores por fogo no sentido de estimar o número de habitantes¹⁶.

Os dados apresentados (Tabela 1 e Gráfico 1) mostram que, ao longo do tempo, o volume populacional da freguesia sofreu variações típicas, observáveis em populações rurais do passado¹⁷. No entanto, pode identificar-se uma evolução do efetivo de habitantes ao longo do tempo, sobretudo a partir de meados do século XIX.

Tabela 1. Evolução da população

Anos	Fogos	População
1706 a)	100	400*
1758 b)	90	335
1767 c)	90	360*
1798 d)	111	444
1801 e)	100	435
1849 f)	103	440
1864 f)	95	427
1890 f)	140	624
1911 f)	170	733

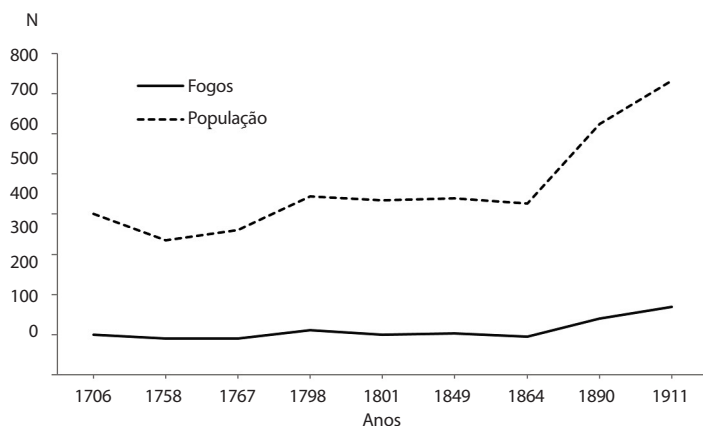
Legenda: * População estimada

Fonte: a) COSTA, 1706: 185; b) CAPELA, *coord.*, 2002: 409; c) NIZA, 1767-1768: 286; d) SERRÃO, 1970: 62; e) SILVEIRA, 2001: 204, 753; f) PORTUGAL. INE, 2009-2014, vejam-se os anos de 1864 e 1911

¹⁵ Para os anos de 1706 e 1767.

¹⁶ João Alves Dias aconselha a utilização dos coeficientes 4 e 5 como limites entre os quais se deve situar o número real de habitantes. Sobre esta matéria veja-se: DIAS, 1996: 41-61.

¹⁷ Sobre esta matéria veja-se: SANTOS, 1999; PAIVA, 2001; FERNANDES, 2015.

Gráfico 1. Evolução do número de fogos e habitantes

Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

Numa perspetiva evolutiva, os anos que medeiam 1758 e 1798 correspondem a uma fase de crescimento à qual se segue uma fase de estancamento até meados do século XIX. Posteriormente, assiste-se a um crescimento populacional notável a partir do ano 1864 até ao final da observação, atingindo o seu valor máximo no ano de 1911, com um volume populacional de 733 habitantes.

Considerando que o número de fogos se manteve sempre relativamente estável, pode concluir-se que o crescimento da população foi diretamente determinado pela extensão da dimensão média de indivíduos por fogo. Esta situação poderá estar relacionada com a presença de criados, caseiros, jornaleiros e lavradores, profissões que são sistematicamente identificadas pelos redatores nos registos paroquiais. O trânsito profissional parece ter influenciado de forma determinante os efetivos populacionais em determinados momentos e, conseqüentemente, ter contribuído para a sua evolução. Esta presença inconstante e móvel de indivíduos com naturalidade exterior à paróquia reflete, por um lado, a necessidade de mão de obra exterior, e, por outro, um desapossamento e uma instabilidade da vida dos caseiros e dos rendeiros, na busca anual pela posse da terra, traduzindo-se numa competição no acesso ao mercado da terra. Com efeito, esta volubilidade é assinalada nas Memórias Paroquiais, onde o pároco assume particular dificuldade em contar o número de moradores já que «há de advertir que uns anos são mais outros menos, em rezam de alguns serem caseiros e se mudarem de huma parte para outra»¹⁸.

¹⁸ CAPELA, coord., 2002: 409.

3. MOBILIDADE SOCIAL DOS INDIVÍDUOS ATRAVÉS DOS REGISTOS DE CASAMENTO

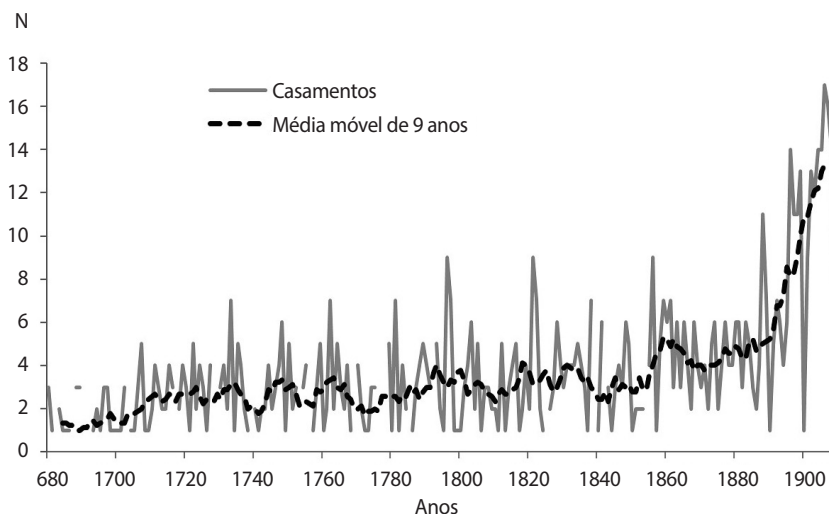
A metodologia de *reconstituição de paróquias*, assente numa estrutura relacional de informações individuais e familiares, permite o acompanhamento biográfico, pessoal e coletivo, facultando a identificação da naturalidade dos indivíduos no momento da celebração dos enlacs. Neste sentido, para a abordagem do estudo da mobilidade marital na paróquia de Gualtar, são observados os seguintes indicadores: movimento anual de casamentos, sazonalidade dos casamentos, mobilidade marital e respetivas taxas de endogamia e exogamia, bem como a naturalidade dos nubentes.

3.1. Movimento anual de casamentos

Tendo em conta os quantitativos numéricos do movimento dos casamentos na freguesia, contabilizam-se 823 casamentos arrolados entre os anos de 1680 e 1910. No entanto, este número não espelha o domínio total das cerca de 1500 famílias presentes na base de dados. Estas resultam, tanto da presença de agregados familiares constituídos anteriormente, bem como, da fixação de outros casais que contraíram matrimónio noutras localidades e que escolheram, posteriormente, esta paróquia para residir.

O Gráfico 2 representa o volume anual dos enlacs numa perspetiva longitudinal, em frequências absolutas, recorrendo ao cálculo de médias móveis de 9 anos, com objetivo de normalizar possíveis oscilações aleatórias associadas a populações rurais.

Gráfico 2. Movimento anual de casamentos de Gualtar



Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

De um modo geral, o volume das uniões contraídas na paróquia apresenta alguma disformidade, com variações associadas ao baixo número de casos, atingindo um valor máximo de 17 eventos no ano de 1906.

Tendo em conta o cálculo da média móvel, sobressai a evolução do número de matrimónios celebrados, particularmente, a partir de meados do século XIX até ao fim da periodização, momento correspondente à fase de crescimento expressivo no efetivo populacional da paróquia de Gualtar.

3.2. Sazonalidade dos casamentos

Nas sociedades rurais pré-industriais a calendarização dos trabalhos agrícolas, aliada às interdições de carácter religioso e as ausências temporárias causadas pelas migrações sazonais, tenderam a influir na repartição dos enlaces matrimoniais ao longo dos meses do ano, resultando numa preferência pelos momentos menos influenciados pela combinação dos vários fatores¹⁹.

Enquanto fator condicionante, o calendário católico tendia a condicionar de forma direta o movimento sazonal dos casamentos na Europa católica do Antigo Regime, já que os regulamentos religiosos desaconselhavam a celebração do matrimónio durante os períodos correspondentes à celebração da Quaresma e do Advento. Enquanto que na Quaresma se defendia um tempo de comedimentos e de reflexão, o Advento simbolizava o período dedicado ao Nascimento de Jesus e à Sagrada Família, portanto um momento de esperança e união familiar²⁰.

Para a observação da sazonalidade ao casamento em Gualtar, optei por uma análise em dois longos períodos que parecem adequados, tendo em conta as principais variações encontradas entre 1680 e 1910 (Tabela 2 e Gráfico 3).

Tabela 2. Repartição dos casamentos segundo os meses do ano de Gualtar por períodos

Anos	1680-1799		1800-1910	
	n.º	Índice (100)	n.º	Índice (100)
Janeiro	34	140,2	50	108,5
Fevereiro	34	153,8	37	88,1
Março	14	57,7	34	73,8
Abril	32	136,3	32	71,7
Maio	37	152,5	49	106,3

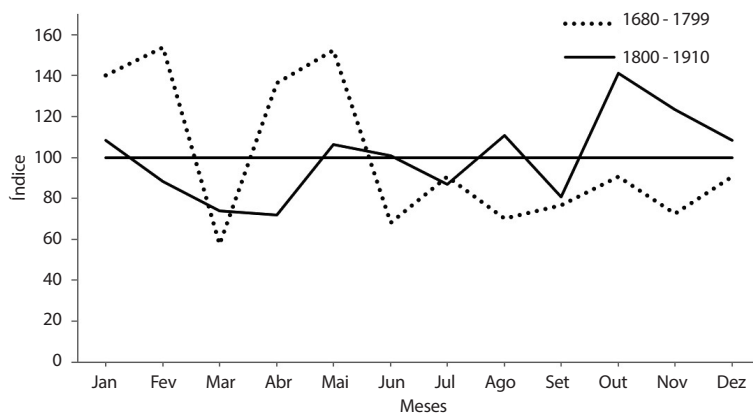
¹⁹ SANTOS, 2008.

²⁰ Veja-se PINA-CABRAL, 1989: 77 e ROWLAND, 1988: 72-137.

Anos	1680-1799		1800-1910	
	n.º	Índice (100)	n.º	Índice (100)
Junho	16	68,2	45	100,9
Julho	22	90,7	40	86,8
Agosto	17	70,1	51	110,6
Setembro	18	76,7	36	80,7
Outubro	22	90,7	65	141,0
Novembro	17	72,4	55	123,3
Dezembro	22	90,7	50	108,5

Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

Gráfico 3. Movimento sazonal dos casamentos de Gualtar por períodos



Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

Até ao final do século XVIII, foram os meses de fevereiro, maio, janeiro e abril que registaram os mais elevados índices, traduzindo-se nos momentos preferidos para os enlacs. Em contrapartida, no segundo período, assiste-se a uma uniformidade da distribuição ao longo do ano, sobressaindo os valores dos meses de outubro, novembro, agosto e maio.

A prioridade dada ao mês de janeiro em ambos os períodos, com destaque para o primeiro, estará correlacionada tanto com o repouso das fainas agrícolas, como também pela proximidade do mês de dezembro e conseqüente respeito pelo tempo do Advento.

De um modo geral, e considerando que o período que enquadra a Quaresma tem uma calendarização inconstante (março ou abril), é possível apurar o cumprimento por parte da população em relação às interdições relacionadas com as épocas regulamentadas pelas normas da Igreja Católica.

Os reduzidos índices verificados nos meses de junho, julho e agosto, sobretudo, entre 1680 e 1799, parecem ter sido influenciados pela época relacionada com a calendarização das atividades agrícolas predominantes, que no caso de Gualtar eram a produção de milho, centeio, vinho e azeite. Quanto ao baixo índice registado no mês de setembro, verificado em ambos os períodos, este deverá estar diretamente influenciado pelo tempo de grandes trabalhos agrícolas como é o caso das colheitas e das vindimas.

Enquanto evento social, o calendário matrimonial parece ter sofrido alterações ao longo do tempo, principalmente, em épocas mais recentes, verificando-se uma preferência pelos meses de verão conforme se pode observar no índice registado no mês de agosto, a partir do século XIX.

3.3. Mobilidade marital

Para a análise da mobilidade marital na paróquia foram observadas as famílias com registo de data ao casamento e com referência da naturalidade dos nubentes, partindo do princípio que as uniões endogâmicas são as que se celebraram entre contraentes nascidos na freguesia e, exogâmicas aquelas em que um, ou ambos nubentes, eram de naturalidade exterior. Com efeito, ficaram de fora desta observação os eventos dos quais se desconhece a proveniência geográfica dos noivos.

Tabela 3. Endogamia e exogamia de Gualtar por períodos

Períodos	Total	Endogamia		Exogamia						
		1		2		3		4		Total exogamia
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
1680/1799	206	66	32	94	45,6	26	12,6	20	9,7	140
1800/1910	462	60	13	143	31,0	76	16,5	183	39,6	402

Legenda: 1. Homem e mulher da freguesia; 2. Homem de fora; 3. Mulher de fora; 4. Ambos de fora

Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

Da leitura da Tabela 3 é possível observar que a paróquia apresenta taxas de endogamia muito baixas, particularmente, ao longo do século XIX, oscilando de 32% no primeiro período para 13% no segundo período, o que equivale a um nível baixo,

principalmente quando comparado com os valores obtidos em outras paróquias rurais minhotas²¹.

Por outro lado, e considerando os níveis altos de exogamia na paróquia, verificou-se que são sobretudo os homens que vêm de outras paróquias, fundamentalmente vizinhas²², casar com as mulheres de Gualtar, tendência que permanece até ao fim da periodização.

A partir de 1800 sobressaem os valores obtidos nos enlaces onde ambos os nubentes são de origem exterior, revelando um trânsito marital interparoquial intenso, potenciado pelo volume de nubentes naturais do concelho de Braga.

No sentido de detetar semelhanças ou diferenças de comportamento nas regiões do Alto e Baixo Minho e no Arquipélago dos Açores, estabeleci um quadro comparativo (Tabela 4) o qual apresenta os valores encontrados que, frequentemente, esbarram com as diferentes periodizações adotadas para cada área.

Tabela 4. Comparativo de endogamia e exogamia

Região	Paróquias	Períodos	Total	Endogamia 1	Exogamia			
					Total	2	3	4
			n.º	%	%	%	%	%
Alto Minho	Âncora (1)	1750/1799	217	65,0	35,0	28,1	5,1	1,8
		1800/1849	224	59,4	40,6	26,8	9,8	4,0
		1850/1899	398	43,7	56,3	21,4	17,1	17,8
	Gontinhães (2)	1700/1749	258	78,3	21,7	18,2	1,6	1,9
		1750/1799	217	65,0	35,0	28,1	5,1	1,8
		1800/1849	224	59,4	40,6	26,8	9,8	4,0
		1850/1899	398	43,7	56,3	21,4	17,1	12,1
	Romarigães (3)	1750/1799	—	52,0	48,0	41,0	3,0	4,0
		1800/1849	—	50,0	50,0	36,0	13,0	1,0
Baixo Minho	Gualtar (4)	1680/1799	206	32,0	68,0	45,6	12,6	9,7
		1800/1910	462	13,0	87,0	31,0	16,5	39,6
	Priscos (5)	1580/1699	139	54,7	45,3	41,7	2,2	1,4
		1700/1820	264	25,8	74,2	54,9	12,9	6,4
	Avidos (6)	1660-1809	223	26,0	74,0	—	—	—
		1810-1929	407	26,5	73,5	—	—	—

²¹ Paróquias de Âncora (LAGIDO, 2004); de Gontinhães (REGO, 2013); de Romarigães (SANTOS, 1999); de Priscos (FERNANDES, 2015) e de Avidos (PAIVA, 2001).

²² São Vítor, Tenões, São Pedro d'Este, São Mamede d'Este, Nogueiró e Adaúfe.

Região	Paróquias	Períodos	Total	Endogamia 1	Exogamia			
					Total	2	3	4
			n.º	%	%	%	%	%
Arquipé- lago dos Açores	Criação Velha (7)	1801/1819	115	73,9	26,1	7,8	15,7	2,6
		1820/1859	256	69,9	30,1	7,8	20,7	1,6
		1860/1899	213	68,5	31,5	4,2	24,9	2,4
	Bandeiras (7)	1860/1899	188	75,6	24,4	3,7	18,6	2,1
	São Mateus (7)	1700/1739	421	36,8	63,2	14,5	34,7	14,0
		1740/1779	635	76,5	23,5	3,9	18,0	1,6
		1780/1819	727	87,9	12,1	3,0	8,5	0,6

Legenda: 1. Homem e mulher da freguesia; 2. Homem de fora; 3. Mulher de fora; 4. Ambos de fora

Fonte: (1) LAGIDO, 2004; (2) REGO, 2013; (3) SANTOS, 1999; (4) Registos Paroquiais; (5) FERNANDES, 2015; (6) PAIVA, 2001; (7) SANTOS, 2008

Os dados observados revelam que as taxas de endogamia obtidas em populações do Alto Minho e em algumas populações da ilha do Pico (Açores) foram, de um modo geral, constantemente muito elevadas e superiores em relação às registadas em comunidades do Baixo Minho. Estes valores reduzidos de endogamia nas populações rurais de Gualtar, Priscos e Avidos poderão estar relacionados, por um lado, com um possível desequilíbrio no mercado matrimonial interno, ou seja, com a presença de mais mulheres que homens; por outro, com um forte trânsito social e ocupacional, associado ao mercado de trabalho, que no caso de Gualtar poderá estar não só estreitamente influenciado pela contiguidade com o meio urbano da cidade de Braga, mas também pela presença de criados, caseiros, jornalheiros e lavradores, profissões sistematicamente reconhecidas pelos redatores nos registos paroquiais. De salientar que no Alto e no Baixo Minho, sobressaem os valores associados às uniões em que os homens são de naturalidade exterior, refletindo a preferência de celebrar o matrimónio na paróquia de residência da noiva.

3.4. Naturalidade dos nubentes

Tendo em conta as elevadas taxas de exogamia obtidas na freguesia de Gualtar, periférica ao meio urbano, importa observar a procedência geográfica dos noivos, que apesar de não apresentarem qualquer relação familiar, escolheram esta paróquia como local de casamento e residência. Neste sentido, foi elaborada a seguinte tabela (Tabela 5) onde é apresentado o volume de nubentes, masculinos e femininos, naturais e de outras origens, excluindo-se os casos em que se desconhece a sua procedência.

Tabela 5. Naturalidade dos nubentes entre 1680 e 1910

Naturalidade	Homens		Mulheres	
	n.º	%	n.º	%
Gualtar	261	35,5	398	55,8
Outras origens	475	64,5	315	44,2
Total	730		713	

Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

Numa primeira abordagem é possível constatar que dos 730 indivíduos do sexo masculino, dos quais se conhece a sua naturalidade, 64,5% dos casos correspondem a indivíduos de naturalidade exterior à paróquia, traduzindo-se num valor percentual elevado, quando comparado com o valor obtido para o sexo feminino, com 44,2% dos casos. Neste sentido, admite-se que o valor observado para as mulheres naturais de Gualtar, com 55,8%, possa estar diretamente determinado, tanto pelo respeito do costume em celebrar o matrimónio na paróquia de residência da noiva, como também por uma intensa mobilidade associada ao sexo masculino.

De um modo geral, nos valores obtidos para ambos os sexos transparecem os resultados obtidos nas elevadas taxas de exogamia, indicando a preferência que a freguesia representava a nível local, potencialmente privilegiada pelo seu posicionamento confluente com o meio urbano.

Tendo em conta o elevado número de nubentes provenientes de outras origens, é fundamental identificar a direção do movimento marital, colocando em destaque os trajetos geográficos preferenciais no processo de seleção do cônjuge (Tabela 6). No total, entre 1680 e 1910 identificaram-se cerca de 130 naturalidades diferentes, traduzindo-se numa amostra de naturalidades ampla.

Tabela 6. Naturalidade dos nubentes de Gualtar entre 1680 e 1910

Naturalidade		Homens	Mulheres
		%	%
<i>Gualtar</i>		35,5	55,8
Paróquias (concelho de Braga)	Braga urbana	36,9	36,6
	Paróquias vizinhas	35,7	41,1
	Outras	27,4	22,3
	Total	46,1	33,4
Outros concelhos (distrito de Braga)	Vila Verde	26,2	31,7
	Guimarães	22,6	17,1
	Póvoa de Lanhoso	20,2	24,4
	Amares	10,7	14,6
	Outras	20,2	12,2
	Total	11,3	5,8
Outros distritos	Viana do Castelo	37	43,5
	Porto	37	39,1
	Outras	26	17,4
	Total	6,3	3,2
Outros países	Brasil	83,3	91,3
	Espanha	16,7	8,7
	Total	0,8	1,8

Fonte: ADB — *Registos paroquiais de Gualtar*. Elaboração própria

Do conjunto sobressaem os valores obtidos nos homens e nas mulheres naturais do concelho de Braga, com 46,1% e 33,4%, respetivamente, que escolheram a freguesia de Gualtar para contrair matrimónio. Com efeito, tendo em conta os resultados encontrados para os indivíduos que nasceram no meio urbano de Braga e nas freguesias vizinhas, é possível identificar uma próxima e intensa mobilidade interparoquial em ambos os sexos, correspondendo a uma frequência acumulada elevada, de 72,6% para o sexo masculino e 77,7% para o sexo feminino, comparativamente às restantes freguesias que compõem o concelho.

Tendo em conta a diversidade de naturalidades, destacam-se as referências dos consortes, principalmente do sexo masculino, que eram naturais dos concelhos de Vila Verde, de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso, validando, desta forma, o ativo e diverso trânsito marital que a freguesia experimentou.

Com efeito, esta diversidade indica que o mercado matrimonial da paróquia não estava condicionado a uma mobilidade geográfica circunscrita, sobretudo se considerarmos os valores obtidos nos contraentes naturais de outros distritos e de outros países. Admite-se que esta diversidade possa estar diretamente relacionada com o crescimento demográfico que a zona urbana viveu, sobretudo, a partir do século XVIII, bem como, por uma forte atração, resultante da sua proximidade com a cidade, ficando no eixo que liga a cidade de Braga aos concelhos vizinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população de Gualtar foi ao longo do presente estudo de mais de dois séculos, objeto de uma abordagem microanalítica, tendo como objetivo principal o estudo da mobilidade marital ocorrida na freguesia. Tendo em conta o pouco aprofundamento dos comportamentos demográficos, quer individuais quer coletivos das populações do concelho de Braga, importou identificar semelhanças ou diferenças no processo de seleção dos cônjuges, comparativamente a outras regiões do país.

Considerando a evolução da população na freguesia, o seu efetivo sofreu variações típicas observáveis em populações rurais, atingindo o seu valor máximo no ano de 1911 com um volume de 733 habitantes. Tendo em conta que o número de fogos se manteve consideravelmente estável, pode-se concluir que o crescimento da população foi influenciado pela extensão da dimensão média de indivíduos por fogo, possivelmente influenciado pela presença de criados e caseiros de naturalidade exterior.

Quanto ao movimento anual de casamentos, as uniões contraídas na paróquia apresentam alguma disformidade, com oscilações características, associadas ao baixo número de casos, atingindo o valor máximo de 17 eventos no ano de 1906.

A sazonalidade dos casamentos confirmou a influência decisiva que os interditos religiosos exerceram na maior parte das populações do Norte do país, verificando-se um respeito generalizado durante o tempo do Advento e da Quaresma, traduzindo-se num baixo índice de uniões realizadas nos meses de dezembro, março e abril.

Os resultados obtidos nos indicadores calculados para a análise da mobilidade marital na paróquia de Gualtar revelaram tendências próximas das que têm vindo a ser observadas noutras freguesias rurais (Priscos e Avidos) do município de Braga, distanciando-se das que têm vindo a ser observadas para outras populações do Alto Minho e do arquipélago dos Açores. Sobressaem os valores elevados obtidos nas taxas de exogamia, oscilando de 68% dos casos até ao final do século XVIII, atingindo o seu valor máximo de 87% dos casos entre 1800 e 1910. Dos valores obtidos nas taxas de endogamia nas

paróquias rurais do município de Braga, Gualtar apresenta as mais baixas percentagens, as quais poderão estar estreitamente favorecidas por uma intensa mobilidade social e profissional, resultante tanto da contiguidade com a zona urbana, bem como, pela sua posição geográfica, realçada pela proximidade com os restantes concelhos que constituem o distrito.

Os valores obtidos para ambos os sexos indicam a preferência e a atração que a paróquia representava não só a nível local, comprovada pela diversidade de naturalidades encontrada.

Como consideração final deverá acrescentar-se que embora em geral a distância geográfica condicionasse as opções conjugais nas sociedades do passado, em Gualtar não parece ter regulado o processo de seleção de cônjuge, sobressaindo em toda a periodização a celebração de uniões exogâmicas, que terão influído na evolução e na estrutura da população da freguesia.

ABREVIATURAS

ADB — Arquivo Distrital de Braga.

CAOP — Carta Administrativa Oficial de Portugal.

CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura Espaço e Memória.

QGIS — Geographic Information System.

SRP — Sistema de Reconstituição de Paróquias.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro Misto n.º 1 (1632-1719), n.º 558.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro Misto n.º 2 (1719-1784), n.º 559.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro Misto n.º 3 (1878-1889), n.º 560.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro Misto n.º 4 (1890-1897), n.º 561.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro Misto n.º 5 (1898-1905), n.º 1105.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro Misto n.º 6 (1906-1911), n.º 1167.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Nascimentos n.º 1 (1756-1781), n.º 562.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Nascimentos n.º 2 (1781-1815), n.º 563.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Nascimentos n.º 3 (1815-1877), n.º 564.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Casamentos n.º 1 (1786-1865), n.º 565.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Casamentos n.º 2 (1866-1877), n.º 566.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Óbitos n.º 1 (1743-1807), n.º 567.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Óbitos n.º 2 (1807-1876), n.º 568.

ADB — *Livros de registo paroquial de São Miguel de Gualtar*, Livro de Óbitos n.º 3 (1876-1877), n.º 569.

FONTES IMPRESSAS

COSTA, Padre António Carvalho da (1706) — *Corografia Portuguesa, E descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, Lugares, que contem; Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, Tomo I.

NIZA, Paulo Dias de (1767-1768) — *Portugal Sacro-Profano*. Lisboa: Officina de Miguel Menescal da Costa.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta (1991) — *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

——— (1992) — *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

——— (2012) — *Desafios da Cidade numa abordagem clássica de Demografia Histórica. O caso de Guimarães entre o século XVI e o XX*. In *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. I, p. 83-111.

BOYER, Geoge (1997) — *Labour migration in southern and eastern England, 1861-1901*. «European Review of Economic History», vol. 1, n.º 2, p. 191-215.

CAPELA, José Viriato, coord. (2002) — *Braga Triunfante ao Tempo das Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Compolito.

COSTA, Avelino de Jesus da (1997) — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, vols. I e II. Edição refundida e ampliada (1.ª edição de 1959).

DIAS, João José Alves (1996) — *Gentes e espaços em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, vol. I.

DRIBE, Martin; LUNDH, Christer (2009) — *Partner choice and intergenerational occupational mobility: The case of nineteenth-century rural Sweden*. «Continuity and Change», vol. 24, n.º especial 3, p. 487-512.

FARIA, Fernanda; HENRIQUES, Pedro Rangel (2004) — *Análise espacial de BD paroquial: antes e depois da fusão*. «Cadernos NEPS», n.º 5, p. 21-32.

FERNANDES, Milene dos Anjos (2015) — *A População de Priscos entre os séculos XVI e XX. Estudo Demográfico*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

LAGIDO, Emília Pereira (2004) — *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

OLSSON, Mats; SVENSSON, Patrick (2010) — *Agricultural growth and institutions: Sweden, 1700-1860*. «European Review of Economic History», vol. 14, n.º 2, p. 275-304.

PAIVA, Odete Tavares (2001) — *S. Martinho de Avidos – Comunidade Rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade (1599-1995)*. Vila Nova de Famalicão: NEPS.

PÉLISSIER, Jean-Pierre; RÉBAUDO, Danièle; VAN LEEUWEN, Marco; MAAS, Ineke (2005) — *Migration and Endogamy According to Social Class: France, 1803-1986*. «International Review of Social History», vol. 50, suplemento 13, p. 219-246.

PINA-CABRAL, João de (1989) — *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

PORTUGAL. Direção-Geral do Território (2012). CAOP: *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. Disponível em <<https://dgtterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>>. [Consulta realizada em 08/04/2019].

- PORTUGAL. INE (2009-2014). *Censos em Portugal de 1864 a 2011*. Disponível em <https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt>. [Consulta realizada em 08/04/2019].
- REGO, Maria Aurora Botão (2013) — *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924): Demografia, Sociedade e Família*. Braga: Instituto de Ciências sociais da Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.
- ROWLAND, Robert (1988) — *Sistemas Matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una Perspectiva Regional*. In PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven, eds. — *Demografía histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero, p. 72-137.
- SANTOS, Carlota Maria (1999) — *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*. Guimarães: NEPS/ICS, Universidade do Minho; Paredes de Coura: Câmara Municipal.
- (2008) — *Biodemografia do concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*. Madalena: Município da Madalena do Pico.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1970) — *A População Portuguesa em 1798. O Censo de Pina Manique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SEWELL, William H. (1985) — *Structure and Mobility: The Men and Women of Marseille, 1820-1870*. Cambridge/Paris: Cambridge University.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (2001) — *Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. 3 vols.
- SOLÉ, Glória Parra Santos (2001) — *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho. Sociedade e Demografia (1593-1850)*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

BASE DE DADOS

[FERNANDES, Milene dos Anjos], *desenvolvimento* (2020). GDB, Gualtar Database.

VIAGENS, VIAJANTES E O PORTO DA SALVADOR COLONIAL

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL*

Resumo: No século XV, sob a hegemonia portuguesa, as navegações atlânticas estenderam-se, para além da Europa, por três continentes — América, Ásia e África. Na América, o porto de Salvador, na Bahia, em especial, exerceu excepcional papel à expansão colonial portuguesa, o que lhe imprimiu o título de «Porto do Brasil», por ser considerado o mais importante ancoradouro de toda a colônia. Por ser o espaço portuário eixo dinamizador de acesso de diferentes trocas, este estudo apresenta visões e versões representadas sobre o porto da Bahia e seu entorno no período colonial, a partir de narrativas registradas em textos, diários e relatórios de viagens de viajantes, como as do padre Fernão Cardim (1583), do engenheiro militar François Frézier (1714), dos comerciantes Thomas Lindley (1802-1803) e L. F. de Tollenare (1817) e da britânica, Maria Graham (1821). O propósito é destacar a importância do porto não somente para estabelecer relações comerciais, mas para fazer despertar estranhamentos por parte de viajantes que chegaram e se depararam com o Outro e elaboraram identidades e alteridades.

Palavras-chave: Literatura de viagem; Porto de Salvador Colonial; Narrativas de viajantes estrangeiros; Fontes históricas.

Abstract: In the fifteenth century, under Portuguese hegemony, the Atlantic voyages extended, beyond Europe, on three continents — America, Asia and Africa. In America, the port of Salvador, Bahia, in particular, played an exceptional role in the Portuguese colonial expansion, which gave it the title of «Port of Brazil», because it is considered the most important anchorage in the entire Colony. Because the port space constitutes a driving force for access to different exchanges, this study presents visions and versions depicted on the port of Bahia and its surroundings in the colonial period, from narratives recorded in texts, journals and travel reports of travelers, such as those of Fr. Fernão Cardim (1583), the military engineer François Frézier (1714), merchants Thomas Lindley (1802-1803) and LF de Tollenare (1817) and the British, Maria Graham (1821). The purpose is to highlight the importance of the port not only to establish commercial relations, but to cause awaken strangeness on the part of travelers who arrived and encountered the Other and elaborated identities and alterities.

Keywords: Travel Literature; Port of Salvador Colonial; Narratives of foreign travelers; Historical sources.

INTRODUÇÃO

Na viagem para a América do Sul entre 1821 e 1823, Maria Graham refletiu em seu diário sobre diversas situações vividas pelos mares, questionando-se sobre a experiência de viajar e seu significado para os viajantes. Na subjetividade de uma mulher inglesa, interessada e curiosa por novos conhecimentos, descreveu seus percursos por mar e terra, compondo uma narrativa que ultrapassou as fronteiras dos frequentes diários de informação. No deslocamento para a América e ao atravessar a linha do Equador, referiu-se às reflexões de Lorde Bacon¹:

* Professora Titular Plena da Universidade do Estado da Bahia. Email: gal.leal@yahoo.com.br.

¹ Possivelmente refere-se ao filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), considerado fundador da ciência moderna.

é estranho que nas viagens marítimas em que não há nada que se ver, a não ser céus e mares, os homens costumam escrever diários, mas nas viagens por terra, onde há tanta coisa para ser observada, a maioria os omite, como se a fortuna fosse mais digna de registro que a observação².

Assim, a descrição da viagem sobre o cotidiano a bordo do navio, dos cenários estelares, das tormentas e calmarias, foi interrompida por uma interessante análise sobre o significado da viagem:

Contudo, desta vez, o nobre Lorde não viu, ou, talvez, não disse tudo. O céu e o mar precisam ser observados para podermos saber as leis que regulam suas grandes mudanças ou acidentes. [...] as grandes operações da natureza estão tão acima de nós, que devemos humildemente registrá-las e tentar fazer de sua história uma parte de nossa experiência, de modo a passar em salvamento através de suas vicissitudes. Daí acontece que as mais corriqueiras minúcias dos primeiros navegadores, o nascer e o pôr do sol, as rações diárias de comida e de água, são lidas com mais profundo interesse que a mais viva viagem por países civilizados e cidades populosas³.

As narrativas de viagens nas perspectivas de viajantes apresentam-se, dessa forma, como fonte de estudos, conhecimentos, informações, evidências que envolvem pontos de vista e experiências por vezes conflitantes e outras complementares, ao observar-se o conjunto da viagem que inclui o cotidiano a bordo dos navios, as experiências subjetivas e objetivas vivenciadas pelos narradores ao longo das travessias, até a chegada a um porto distante e desconhecido de onde são transmitidas impressões, observações e informações que muitas vezes se distinguem e outras se aproximam — sejam de caráter pessoal, existencial ou institucional.

As narrativas de viagem se constituem em gênero literário recentemente valorizado no campo da Nova História Cultural como documento de base empírica que garante possibilidades de explorá-lo a partir dos indícios e das evidências apresentados por testemunhos e narradores, seguindo um método de análise apoiado nas concepções de «representação»⁴, «imaginário», e na comparação. Estabelece-se, dessa forma, a aproximação da história com uma literatura que informa, descreve, fornece dados de realidade. Através da comparação entre os textos narrados, pode-se extrair pontos em comum, bem como

² GRAHAM, 1956: 98.

³ GRAHAM, 1956: 98-99.

⁴ Como afirma PESAVENTO, 1995: 116, a categoria de «representação» tornou-se central para as análises da nova história cultural, por resgatar o modo como, através do tempo, em momentos e lugares diferentes, os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo, construindo um sistema de ideias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade. O diálogo da história com a literatura como caminho que percorre nas trilhas do imaginário é um campo de pesquisa desenvolvido no Brasil a partir dos anos 90 e tem revelado temáticas promissoras.

as subjetividades de seus autores a serem reconhecidas como elementos presentes nos trânsitos atlânticos, para além das mercadorias comercializadas nos percursos mercantis coloniais.

Nesse ponto, a literatura de viagem, aqui utilizada para se colher dados sobre as movimentações atlânticas e em particular sobre o porto e região portuária de Salvador, na Bahia, é entendida como um tipo de escrita incluída em um gênero específico que combina relatos, literatura, diários científicos e de viagens, onde são reveladas, segundo Leite⁵, representações sociais de experiências com relação ao Outro, tratando-se de um olhar que pode exotizar e vincular a um cenário de abundância natural. Portanto, se constitui em fonte documental que reúne textos e imagens que decifra realidades, que traduz o real a partir do contato com o Outro, pela lente de diferentes autores «reinventores de realidades» que construíram e reforçaram uma ideia de si em oposição ao Outro de além-mar. A busca pelo desconhecido, no contexto das navegações atlânticas, foi composta por objetivos distintos, apesar de confluentes quanto aos propósitos colonizadores e de exploração mercantil.

Para Percy Adams⁶, que considera este fenômeno um «fator Ulisses» entre europeus do século XVIII, resultou na produção de inúmeros livros de literatura de viagem propagados para o mundo, como importante aspecto do iluminismo europeu. Nesse sentido, nos séculos XVIII e XIX, à época da sua escrita, tornaram-se fontes de informação muito utilizadas pelas nações interessadas na expansão comercial e conquista de novos territórios, bem como produtos de investigação científica de natureza intelectual, política e econômica requerida «por governantes e diplomatas, mercadores e comerciantes, intelectuais e cientistas, marinheiros e soldados, corsários e piratas, e a satisfazer às solicitações dum público que se cria esclarecido»⁷. Por outro lado, tornou-se meio útil de

controlo do espaço, da natureza e da humanidade ameríndia colonial, usado pelos monarcas portugueses e pelos seus ministros para organizar um império de extensão multilongitudinal, constituído por várias colónias desligadas do seu centro de mando por um oceano que, se era factor de distanciamento e separação, podia também juntar»⁸.

Alia-se aos interesses racionais e de manipulação do poder sobre o outro lado do Atlântico, a curiosidade pessoal pelo diferente, por novas experiências e sensações que uniam os indivíduos nas suas diferentes motivações.

Visando coligir aspectos observados e narrados por viajantes que aportaram na Baía de Todos os Santos, na cidade de São Salvador, como o jesuíta português Fernão

⁵ LEITE, 1996.

⁶ ADAMS, 1983: 130, *apud* ZUBARAN, 2004: 253.

⁷ DOMINGUES, 2012: 13.

⁸ DOMINGUES, 2012: 12.

Cardim, nos anos finais do século XVI, o engenheiro militar francês Amédée François Frézier (1714), o comerciante Le Gentil de La Barbinais (1717), o Marquês do Lavradio, no século XVIII, e, nos princípios do XIX, os negociantes Thomas Lindley e L. F. de Tollenare e, por fim, a escritora inglesa Maria Graham, destaco alguns elementos comuns de informação identificados nas suas narrativas de viagem e outros que considero significativos pela singularidade das observações em suas subjetividades e estranhamentos. O objetivo é identificar alguns impactos gerados a esses sujeitos e, possivelmente, às suas nações de origem, pela força das experiências das viagens e das circunstâncias que motivaram e mobilizaram sentimentos, paixões, projetos e ações, com o fim de estabelecer comparações entre as respectivas narrativas. Para tanto, foram destacados três aspectos considerados comuns nas narrativas relativas ao porto de Salvador: elementos estruturais de funcionamento do porto e região portuária; o porto de Salvador como parada obrigatória para conserto e reabastecimento de navios; presença estrangeira e prática de contrabando no porto.

1. VIAGENS COLONIAIS I

Na sua *Narrativa Epistolar*, o missionário jesuíta Fernão Cardim, «como testemunha de vista, ao descrever com tanta arte os encantos virgens de que seus olhos se regalavam»⁹, informou sobre a situação da colônia durante os anos de 1585 e 1598, quando percorreu algumas capitânicas da Bahia, como Salvador, Ilhéus e Porto Seguro, além de Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo), no contexto da União Ibérica (1580-1640).

No prólogo da *Narrativa Epistolar*, o editor assim qualificava o missionário viajante:

Parece-nos que Cardim era homem feito para viajar: devia ser um bom missionário. Não é desses, que estão sempre com saudades de um quintalinho que não torna a ver, de um bom prato que já não prova! Deixando a terra em que vivera até ali, deixou nella todas as prevenções, e sabe apreciar a muita hospitalidade, que dos indígenas e colonos do Brazil recebe.

Alguns indícios são apresentados para caracterizar um bom viajante, especialmente para terras longínquas, como a América, no período colonial — alguém disposto a viver a aventura do desconhecido, evitando queixas diante do estranho; explorador e investigador da cultura local, que interage com seus habitantes; viver e dormir onde fosse possível, comendo aquilo que encontrava disponível. Mesmo com a missão de informar, noticiar ou prestar contas, registrando sobre a terra e o mar para superiores e demais interessados patrícios, o viajante objetivava, no plano pessoal, aprender e experimentar

⁹ CARDIM, 1847: prólogo do editor.

coisas novas, encontrar algo interessante e excepcional, registrando rotinas locais, ambientes, pessoas comuns.

Cardim descreve a viagem após a saída de Lisboa, a 5 de março de 1583, as condições da nau *Chagas S. Francisco*, onde esteve embarcado, bem como as marés e ventos, trovoadas, calmarias e chuvas, que provocaram espanto e adoecimentos. Após 66 dias de viagem, contando com os 10 que ficou na ilha da Madeira, chegou à Bahia com o padre visitador Christovam de Gouvea e o padre Rodrigo de Freitas gravemente doentes.

Acomodou-se no Colégio dos Jesuítas, de onde passou a descrever sua estrutura e funcionamento, comparando-o ao Colégio e Igreja de Portugal. Cardim revelou-se um espectador maravilhado pela principal cena que narrou das janelas do Colégio: o mar. Dali descobriu grande parte da Bahia, enquanto assistia «os cardumes dos peixes e baleas andar saltando n'agua, os navios estarem tão perto que quasi ficam á falla»¹⁰.

Do seu lugar institucional de missionário e piedoso, imprimiu nessa fonte de informação aspectos que se repetiram em narrativas de viajantes que o sucederam, indicando aproximações de um real presente na paisagem que a baía proporcionava ao olhar estrangeiro, especialmente naquilo que se referiu à beleza, à largueza da barra e composição da enseada, o acesso à cidade, a presença de baleias no litoral, a abundância de mantimentos e qualidade da água, além da prática de parada obrigatória dos navios para abastecimento e reparos em consequência de avarias produzidas durante as viagens.

Passado o período de guerras pela expulsão dos holandeses do Brasil¹¹ e com o fim da União Ibérica, as últimas décadas do século XVII revelaram a frequência de viajantes europeus no porto de Salvador. Nos diários e relatórios, militares e comerciantes espanhóis, franceses e ingleses registraram suas impressões e informaram sobre o comércio e grande circulação de embarcações no porto, compondo importante fonte para entendermos sobre a dinâmica portuária da rica colônia portuguesa na América. Contudo, a presença de estrangeiros era vista com desconfiança, especialmente quanto ao contrabando e desvios das riquezas, e como ameaça à Coroa portuguesa.

*Inúmeras ordens régias e alvarás circulavam por todas as alfândegas dos territórios ultramarinos portugueses instruindo e regulando a administração colonial como proceder à presença desses estrangeiros que se constituíam numa verdadeira ameaça externa à manutenção do monopólio comercial na região, à proteção do acesso aos caminhos que levavam às minas de ouro recém descobertas e domínio e controle dos territórios de além-mar*¹².

¹⁰ CARDIM, 1847: 11.

¹¹ As invasões holandesas foram conflitos político-militares ocorridos na colônia no contexto da União Ibérica (1580-1640): entre 1624-1625, em Salvador; entre 1630-1654, em Pernambuco; na capitania do Espírito Santo em 1625, com segunda invasão em 1640, e terceiro e último ataque em 1653.

¹² XIMENES, 2012: 30.

O engenheiro militar francês Amédée François Frézier, na segunda década do século XVIII, informou sobre o movimento da praça comercial da capital da colônia e a necessidade de parar no porto de Salvador para realizar reparos e reabastecimento do seu navio. Na ocasião da referida parada, entre os meses de abril e maio de 1714, solicitou permissão aos portugueses para efetuar um levantamento topográfico de Salvador. Mesmo sem permissão, o engenheiro, ao visitar a cidade e seus arrabaldes, «elaborou uma planta pormenorizada da cidade seguida do seu perfil panorâmico (frontispício)»¹³, enquanto compilou dados referentes a volume, periodicidade e circulação de mercadorias entre a Bahia e as diversas praças comerciais, revelando as suas vantagens comerciais.

Era de interesse de estrangeiros elaborarem mapas, plantas e notas de viagem, pois, ao representarem e descreverem sua geografia, a administração, a população, o cotidiano da cidade, bem como a topografia do sítio urbano e as atividades comerciais da principal cidade do Império Português nas Américas, produziam e divulgavam informações essenciais para guiar, facilitar e estimular as viagens atlânticas melhor planejadas em busca de riquezas e mercados. Desde a chegada à Baía de Todos os Santos, impressionavam-se com o tamanho da urbe e da população, como pelo grande volume de navios e mercadorias que atracavam e partiam dos ancoradouros.

Três anos mais tarde, o comerciante francês Le Gentil de La Barbinais também teria sido obrigado a parar na Bahia para realizar reparos em sua embarcação e reabastecê-la. Foi-lhe permitido receber provisão e restaurar os navios pelo prazo de dois ou três dias, desde que não houvesse desembarque, exceto do capitão e um oficial que foram «conduzidos, como reféns, à casa de um negociante da cidade»¹⁴.

Autorizados os franceses a tomar casa na cidade sob condição de não comerciarem, de modo algum, o que lhes poderia provocar o confisco dos navios, perceberam logo que tudo isto não passava de mero embuste e hipocrisia.

*Ao passo que as autoridades constantemente os incitavam a respeitar a proibição, os guardas, suas criaturas, viviam a fazer-lhes toda sorte de propostas para a descarga das mercadorias, chegando a dizer que o negócio poderia ser feito mesmo a bordo. À noite, rondavam faluas e escaleres aos navios, mas eram de traficantes que viviam a entabular propostas de comércio. A princípio hesitantes, ignorando se se tratava ou não de alguma armadilha, acabaram os franceses por negociar francamente*¹⁵.

¹³ XIMENES, 2012: 32.

¹⁴ Relato atribuído a La Barbinais a respeito dos procedimentos oficiais sobre navios estrangeiros, em especial franceses. Citado por TAUNAY, Afonso (1925) — *Na Bahia Colonial (1610-1764)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 345-346, *apud* XIMENES, 2012: 32.

¹⁵ TAUNAY, 1925, *apud* XIMENES, 2012: 33.

Segundo Puntoni, alguma permissividade por parte das autoridades locais era comum, cuja prática já se constatava desde o século XVII na Bahia, uma vez que «as estruturas de poder, na América Portuguesa, (instituições, ofícios e práticas) se redefiniam, em conformidade com os diversos interesses em jogo, sejam eles conflitantes ou convergentes»¹⁶.

Os dois ou três dias autorizados aos franceses a permanecerem na Bahia foram estendidos por quase quatro meses. La Barbinais, nessa prolongada estadia, revelou informações valiosas sobre Salvador e a movimentação comercial da praça da Bahia:

*Grande o comércio, enorme o trânsito de mercadorias pela Bahia de todos os Santos. [...] (Na cidade baixa) onde nada havia de belo, nem de curioso, reinava enorme animação pelas ruas, e mesmo confusão, que tornavam a permanência ali incomoda e aborrecida. [...]. Era o comércio do Brasil considerável, instigado sobretudo pelos hábitos de luxo dos brasileiros*¹⁷.

2. VIAGENS COLONIAIS 2

Em meados do XVIII, nas *Cartas da Bahia* produzidas pelo Marquês do Lavradio, quando governou a Bahia de 1768 a 1769¹⁸, para além das informações remetidas sobre a situação administrativa, social, econômica e política da Colônia, queixou-se a todo o tempo das condições da viagem e de vida em que fora submetido na Bahia. Como funcionário da Coroa, havia sido designado pelo rei a ocupar o cargo de governador e capitão-general da capitania da Bahia (em 19 de abril de 1768), o que, pelas cartas escritas a amigos, tornou-se um fardo a ser enfrentado para cumprir o período previsto de três anos.

As condições da viagem, que durou 56 dias, incluindo seis dias em escala em Pernambuco, lhes causaram mal-estar, adoecimento e toda sorte de incômodos. Ao chegar à Bahia, reconheceu ser justamente considerada «a Côte da América, porque tem muita gente nobre, e as cousas públicas se fazem aqui com bastante seriedade»¹⁹. Contudo, suas impressões e certezas declaradas nas diversas cartas reafirmaram alguns dados descritos por viajantes que o antecederam e sucederam. Assim descreve sobre o que encontrou ao chegar à Bahia:

a primeira vista de terra vendo-a do mar, seguro a V. Ex.^a que não há país mais lindo, nem mais agradável, e creio, que isto faz com que não pareça tão bem depois que a gente desembarca, o sítio chamado a praia, que é aonde há a maior parte do comércio

¹⁶ PUNTONI, 2005: 175.

¹⁷ TAUNAY, 1925: 345-346, *apud* XIMENES, 2012: 32.

¹⁸ MARQUÊS DO LAVRADIO, 1972. Luís de Almeida Portugal, 5.º Conde de Avintes e 2.º Marquês do Lavradio, escreveu da Bahia 139 cartas a parentes e amigos residentes em Portugal, África e nos Açores.

¹⁹ MARQUÊS DO LAVRADIO, 1972: 35.

*é bastante fúnebre, e são terribilíssimas as ruas, porém é certo, que cá em cima a cidade tem excelentes ruas, e muitos bons edifícios*²⁰.

Ao longo das suas descrições, o Marquês não deixou de pontuar seu «aborrecimento» e até «repugnância» em estar na América, bem como ao emprego, e confessou: «as horas que aqui estou me parecem anos que nunca se acabam, e eu terei por maior prêmio dos serviços que fizer enquanto viver, o restituir-me à minha Casa»²¹. Procurava, em seus desabafos, amenizar as angústias que o torturavam, rogando aos seus destinatários notícias sobre sucessores ao seu cargo. Sentia-se prisioneiro do emprego e desterrado, pois o seu desejo era retornar para sua terra natal.

As cartas circulavam por diferentes naus que aportavam em Salvador. Eram os únicos meios de comunicação que ligavam o lado de cá ao lado de lá, e vice-versa, enviando e recebendo notícias, reflexões, desabafos, desejos, informações, sentimentos, reivindicações, etc., ultrapassando as fronteiras marítimas com a composição de narrativas envoltas, simultaneamente, em subjetividades e informações precisas.

Outro destaque identificado nas cartas do Marquês está vinculado à função do porto da Bahia como lugar de reparar navios que chegavam com avarias, fosse de Portugal ou de outras nações, o que se verifica nas descrições de outros viajantes. O exemplo foi a nau de guerra *Nossa Senhora Madre de Deus e São José* que o havia transportado ao Brasil, a qual não só estava «com água aberta», mas

*com aguada podre e cheia de bichos, vários mantimentos já corruptos, o gado tão magro que custou muito a fazê-lo conduzir para terra, e neste transporte morreram várias reses; principiavam a adoecer bastantes gentes, e finalmente se não tivessem este contratempo, chegaria a nau a Lisboa, com grave prejuízo de todos os que vinham nela; eu lhe mandei dar prontamente todas as providências que têm parecido necessárias, Deus queira leva-la a salvamento*²².

As suas cartas revelam o olhar de um viajante forçado a viver as experiências de viagem e a exercer a função institucional de governar a colônia. Os constantes desabafos enviados a seus amigos de além-mar refletem desalento, tristeza, descontentamento e ansiedade, elementos subjetivos que circularam pelas cartas através do Atlântico e provocaram, certamente, aos seus leitores, sentimentos solidários com a elaboração de

²⁰ MARQUÊS DO LAVRADIO, 1972: 35.

²¹ MARQUÊS DO LAVRADIO, 1972: 35.

²² MARQUÊS DO LAVRADIO, 1972: 77. Apesar dos constantes apelos para retornar a Portugal, o Marquês não teve sucesso. Pelo contrário: foi transferido, em 1769, para o Rio de Janeiro ao ser nomeado, a 4 de novembro, ao posto de décimo primeiro vice-rei e capitão-general-de-mar-e-terra do estado do Brasil, o quarto com residência no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 5 de abril de 1779, dois anos depois do falecimento de D. José. Faleceu em Lisboa em 1790.

imagens e representações negativas da colônia na América, a partir do seu estado de tristeza, desânimo e inconformismo.

Thomas Lindley²³, negociante inglês que chegou com sua esposa e tripulação a São Salvador em meados de abril de 1802, em virtude de forte vendaval que avariou o brigue, foi, a princípio, também «obrigado» a parar. Sua aventura na Bahia passa a ser narrada após tentar solucionar as avarias, primeiramente no porto de Salvador e, posteriormente, na capitania de Porto Seguro, onde foi preso pela acusação de «duplo contrabando: — de importação de mercadorias estrangeiras, e de exportação de pau-brasil; e mais um adendo de interesses em compras de ouro e diamantes»²⁴.

O seu diário se traduz em documento de defesa e de informação, respectivamente. De defesa, porque o viajante registra as razões pelas quais se tornou «injustamente» prisioneiro, afirmando sua inocência. Em 2 de julho de 1802, quando estava em Porto Seguro consertando seu brigue, foi surpreendido pela visita de um oficial e soldados, a fim de executar a apreensão do brigue e as prisões dos envolvidos em «negócio ilícito». Assim, Lindley, sua esposa e tripulação foram presos, bem como Gaspar José e Antônio Luís, filhos do governador José Dantas Coelho, o capitão-mor Mariano Manuel da Conceição e alguns funcionários subalternos, acusados de extorsão e prática de contrabando²⁵. Somente em junho de 1803, José Dantas Coelho foi encarcerado e submetido a uma devassa pelos crimes de «extorsão e de ser um opressor de todas as pessoas a ele imediatamente subordinadas»²⁶.

A partir de então, o inglês passou a redigir o seu diário com a intenção de explicar a sua prisão, além de informar sobre o funcionamento das redes mercantis que observou durante a permanência forçada em fortalezas de Salvador, como nos Fortes do Mar e do Barbalho²⁷, enquanto aguardava julgamento. Em finais de outubro de 1803, pela ansiedade, falta de paciência e cansaço em esperar sem qualquer solução do caso, Lindley fugiu da «injusta prisão»²⁸, chegando à cidade do Porto no dia 2 de novembro de 1803.

A sua permanência por 18 meses na Bahia rendeu-lhe informações precisas sobre o funcionamento da alfândega, do porto, do comércio e as formas de negociar, das redes mercantis, dos impostos, da cidade, dos costumes, da escravidão, da pobreza, do câmbio,

²³ LINDLEY, 1969.

²⁴ LINDLEY, 1969: 10. Prefácio de Wanderley Pinho.

²⁵ Após denúncias, o então governador Francisco da Cunha Meneses enviou uma Comissão a Porto Seguro, comandada pelo desembargador Cláudio José Pereira da Costa, que efetuou as prisões, recolhimento de provas e acareações (LINDLEY, 1969: 25). Em notas 10, 11 e 12, Wanderley Pinho esclarece ter sido José Dantas Coelho ouvidor-geral da comarca de Porto Seguro, seus filhos chamavam-se Gaspar José e Antônio Luís, e o capitão-mor referido ter sido o capitão-mor de ordenança de Porto Seguro, Mariano Manuel da Conceição.

²⁶ LINDLEY, 1969: 29.

²⁷ O Forte do Mar, conhecido como Forte de São Marcelo, já designado Forte de Nossa Senhora do Pópulo, foi erguido sobre um banco de arrecifes a cerca de 300 metros da costa de Salvador e destaca-se por ser circular e se encontrar dentro das águas, cuja construção foi autorizada em Carta Régia de 04/10/1650. Quanto ao Forte do Barbalho, localizado no acesso norte da parte alta da cidade, foi inaugurado em 1736. Ver MOREAU, 2011: 190-192, 214.

²⁸ LINDLEY, 1969: 30.

sobre latitudes e longitudes dos portos brasileiros do Equador ao Rio da Prata, obtidas pelas cartas náuticas portuguesas, consideradas preciosas pela sua exatidão em relação aos deficientes mapas e cartas náuticas ingleses.

A dinâmica comercial apresentada pelo testemunho ocular inglês, não obstante a sua estadia forçada e prolongada, refletia interesses em aprender e informar sobre a exuberância das riquezas que circulavam pela Baía de Todos os Santos e o potencial comércio a ser explorado, uma vez que a baía era extremamente favorável ao trânsito de variadas embarcações, das maiores às menores.

Contemplando-se esse tranquilo e vasto lago, como se poderia chamar, rodeado de terras exuberantemente ricas em produtos naturais, quer para as utilidades do homem quer para o supérfluo, e situado quase ao centro do globo habitável, sente-se que foi feita pela natureza para tornar-se o empório do universo²⁹.

Sobre o funcionamento do porto de Salvador, descreveu e avaliou as circunstâncias em que um barco estrangeiro poderia fundear na baía, como ocorreu com o seu, tendo em vista a proibição de barco estrangeiro em comerciar ou mesmo entrar em seu porto, «salvo se estiver em perigo ou necessitar de reparos, aguada ou aprovisionamento»³⁰. Prossegue adicionando observações sobre as práticas efetivamente realizadas nas negociações comerciais, pois, «não obstante todo esse rigor aparente, era costume haver apreciável contrabando, frequentemente praticado pelo próprio tenente e demais funcionários nomeados para impedi-lo, ou por indivíduos com eles acumpliciados»³¹.

Observam-se, no seu relato, informações e conselhos sobre a preparação dos navios britânicos para as viagens de longa distância e duração. Para o sucesso dessas viagens, seria necessária a parada em «algum porto intermediário para se reabastecerem de água e de provisões frescas, bem como reparar pequenas avarias»³². O conselho era de planejarem paradas na costa do Brasil e Cabo da Boa Esperança, por serem mais convenientes. No Brasil, os portos mais utilizados eram os de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, «particularmente este último, onde as provisões são melhores, sem dúvida, e vendidas a preços mais razoáveis»³³.

Quanto aos reparos indispensáveis aos navios, a recomendação era de optarem pelo trabalho de operários e pelos artigos, como as madeiras da Bahia ou Pernambuco, por serem mais baratos. Contudo, explica ser muito difícil obter permissão de efetuarem-se

²⁹ LINDLEY, 1969: 160.

³⁰ LINDLEY, 1969: 24.

³¹ LINDLEY, 1969.

³² LINDLEY, 1969: 183.

³³ LINDLEY, 1969.

reparos, somente para casos considerados absolutamente necessários. Dessa forma, Lindley passa a orientar como realizar tal permissão.

As atividades mercantis, tanto para a Europa, como para o interior da colônia, revelavam imenso potencial a ser melhor explorado «devido às suas superiores vantagens locais, não à operosidade de seus habitantes»³⁴. Para o liberal inglês, o monopólio português impedia o desenvolvimento comercial e a expansão das riquezas a todas as nações:

*qualquer espécie de comércio é expressamente proibida aos estrangeiros, que não estão autorizados a embarcar produtos da colônia nem mesmo em navios portugueses. Numa palavra: são tantas as proibições e tantos os monopólios, que as operações mercantis ficam limitadas, a indústria se debilita, e o contrabando é estimulado, pois os homens de todos os países são demasiado solícitos no empenho em fazer o que é proibido, sem perceber os riscos, no propósito ilusório de obter lucros superiores*³⁵.

Finalizando o seu diário, o inglês recomendava aos capitães, comissários e particulares patrícios, maior empenho em tratarem «eles próprios de seus negócios, confiando o menos possível em intérpretes e terceiros, para suas compras, etc., porque estes intermediários certamente fazem dos primeiros suas vítimas, em maior ou menor escala»³⁶.

Certamente Lindley se referia à situação que viveu em Porto Seguro, resultando na prisão e todas as consequências desastrosas da sua viagem. Reclamava da inexistência, para o comércio inglês, de «cônsules residentes ou até mesmo comerciantes ingleses, em toda a costa do Brasil», que decidissem e mitigassem nessas ocasiões. Considerava-se «estrangeiro indefeso» que ficou «inteiramente à mercê da insolência das autoridades e das exigências peremptórias de um governo tirânico»³⁷.

O comerciante inglês, que falava do lugar do europeu «civilizado» e «liberal», ao chegar à Inglaterra, entrou com uma reclamação junto aos poderes britânicos e, após diversas tentativas junto aos gabinetes do Governo, foi informado de que o Governo português não o indenizaria, nem o compensaria de qualquer forma, o que deixou o viajante inglês «sem perspectivas nem esperanças de reparação dos danos» que sofreu³⁸.

A aventura de Thomas Lindley na Bahia se transformou em questão diplomática negociada nos gabinetes das autoridades, entre as nações inglesa e portuguesa. As intenções inglesas em penetrar no mercado português na América, a fim de estabelecer comércio direto anglo-brasileiro, tornaram-se realidade. Poucos anos após o

³⁴ LINDLEY, 1969: 170.

³⁵ LINDLEY, 1969: 171.

³⁶ LINDLEY, 1969: 188.

³⁷ LINDLEY, 1969: 187.

³⁸ LINDLEY, 1969: 31.

retorno à Europa e de ter escrito o seu diário em 1805, os acordos entre Inglaterra e Portugal foram consolidados no contexto da trama diplomática que garantiu a saída da Família Real portuguesa para o Brasil, diante das investidas francesas sobre Portugal, quando em 1808 a corte instalou-se na sua próspera e opulenta colônia americana.

Após 1808, muitos acordos foram estabelecidos em favor da Inglaterra, como a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, e, no ano seguinte, quando o príncipe-regente D. João VI decretou a liberdade de indústria pelos Alvarás de 1 e 28 de abril. Na sequência, foram celebrados, em 1810, os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação.

3. VIAGENS COLONIAIS 3

Os desdobramentos políticos, sociais, econômicos, culturais que se estenderam com a presença da corte portuguesa na América, muito bem estudados pela historiografia brasileira e baiana³⁹, culminaram em significativas alterações nas relações internas e externas da colônia. Com o fim das guerras napoleônicas e as decisões retiradas no Congresso de Viena em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves, o que significava deixar a condição de vice-reinado colonial e passar a reino autônomo.

No contexto dos rearranjos político-diplomáticos europeus, com a derrota napoleônica, o negociante, industrial e observador francês Louis-François de Tollenare passou a publicar as *Notas Dominicaes*⁴⁰ quando esteve em Portugal (1816) e, em seguida, no Brasil, permanecendo em Pernambuco e na Bahia no ano de 1817.

Após a pacificação pernambucana⁴¹, Tollenare partiu para a Bahia, levando consigo «recordações desagradáveis» da província insurreta, pois as *Notas* dedicadas à Bahia foram bem diferentes. Para o viajante, a Bahia da época do Conde dos Arcos⁴² o impressionara pela sua grandeza, formosura e abundância. Chegou à Bahia a 27 de

³⁹ Destacam-se: SILVA, Alberto da Costa e, coord. (2011) — *Crise colonial e independência 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación MAPFRE; MOTA, Carlos Guilherme, org. (1972) — *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva; JANCÓS, István, org. (2005) — *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP; MALERBA, Jurandir (2000) — *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras; VILLALTA, Luiz Carlos (2000) — *1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras; MEDICCI, Ana Paula (2010) — *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado; SOUSA, Maria Aparecida Silva de (2008) — *Bahia, de capitania a província, 1808-1823*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

⁴⁰ TOLLENARE, 1905.

⁴¹ A Revolução Pernambucana de 1817 foi o último movimento separatista que ocorreu no período colonial. Ver CARVALHO, 1998.

⁴² O governo de D. Marcos de Noronha e Brito (1810-1818), 8.º Conde dos Arcos, foi representativo quanto aos investimentos em melhorias no bairro da Praia, particularmente onde estava localizado o maior eixo mercantil. No seu governo foi criada, em 15 de julho de 1811, a Praça do Comércio da Bahia, a primeira do Brasil, posteriormente denominada Associação Comercial da Bahia. Ver LEAL, 2017.

julho de 1817, após «viagem bastante incomoda de onze dias»⁴³, no navio *l'Agréable*, que considerou ser um bom veleiro com uma tripulação inglesa bastante experiente.

Como os demais viajantes até aqui apresentados, Tollenare descreve a Baía de Todos os Santos como uma das mais belas a se contemplar; julgando-a «superior à do Tejo; é tanto ou ainda mais extensa, e todavia os planos se apresentam muito mais distintos»⁴⁴. O seu encantamento sobre a cidade «construída em anfiteatro» vista ao largo, logo se transformou ao pisar em terra:

*A montanha desce tão bruscamente para o mar, que na praia não há mais espaço do que o necessário para construir uma só rua, cujas casas de um lado são banhadas pelo mar e do outro apoiadas de encontro à montanha, que sem cessar as ameaça com desmoronamentos. Observam-se vestígios de recentes aluções*⁴⁵.

O seu mal-estar ao experimentar o desembarque em terra firme foi explicitado ao descrevê-la como «tumultuada»:

Esta cidade baixa é o centro dos negócios; observa-se ali uma grande atividade: transportes contínuos de mercadorias, lojas muito frequentadas; gritos de negros que vão e vêm num espaço tão estreito aumentam o tumulto.

*Se é acotovelado, fica-se atordoado. Quando não se tem mais o que tratar nesta parte da cidade, procura-se deixa-la com prazer tanto mais vivo quanto ela é obscura e muito pouco asseada. Foge-se para a cidade alta ou antes para fora da cidade, porque quase todos os negociantes só têm à beira-mar os seus escritórios e vivem no campo com as suas famílias*⁴⁶.

Quanto ao porto, Tollenare informa que os navios ficavam fundeados a 200 ou 300 toesas⁴⁷ em frente à cidade. Não havia porto para protegê-los e, por isso, permaneciam «sobre ferros aforquilhados». Também, ali, «costumam carenar», uma vez que a «tranquilidade habitual das águas na Bahia o permite».

As embarcações são protegidas por vários fortes espalhados ao longo da costa, e principalmente pelo forte do Mar, construído sobre um rochedo mesmo no meio do ancoradouro, pouco mais ou menos como o forte de Bouronne, em Copenhague.

⁴³ TOLLENARE, 1907: 38.

⁴⁴ TOLLENARE, 1907: 42.

⁴⁵ TOLLENARE, 1907: 44.

⁴⁶ TOLLENARE, 1907: 44-45.

⁴⁷ «Toesa, antiga unidade de medida de comprimento de seis pés, equivalente a 1,949 m». Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/toesa>>. [Consulta realizada em 16/04/2019].

*Duvido da eficácia desta proteção contra um inimigo bem compreendedor. A cidade não está mais a coberto do que os navios*⁴⁸.

Como outros viajantes anteriores, a questão da fraude verificada no porto e na alfândega foi novamente observada: «A fraude nos direitos da alfândega é considerável e talvez suba a 50%. Os direitos são pagos sobre estimativa e esta pode ser diminuída mediante arranjo com os avaliadores. Isto se estende, numa escala de infidelidades, até os primeiros chefes»⁴⁹.

Em relação ao trabalho, considerou que o Brasil possuía um futuro promissor

*se fosse possível inocular mais estímulo na numerosa população livre e aclimada, torná-la mais ambiciosa de meios e dispô-la a uma mais fecunda atividade nas manufaturas, além dos labores agrícolas, de forma a, sem prejudicar a exportação dos produtos naturais, cercear a importação dos produtos industriais*⁵⁰.

Aqui o negociante liberal Tollenare propõe os caminhos políticos e econômicos a serem adotados no reino. A abundância da natureza não combinava com a falta de ambição de seus habitantes. O que havia de curioso, contudo, era a «verdura eterna, a escravidão e a singularidade dos produtos do solo»⁵¹.

Tollenare conclui as *Notas* apresentando preocupações em responder à curiosidade de seus leitores ao chegar à Europa, por ser «viajante de informações sobre o Brasil»⁵². Como negociante e informante, o viajante francês justifica os poucos detalhes narrados por serem muito longos, enquanto que as informações gerais poderiam ser acessadas pelos leitores em livros já publicados. As «informações particulares», «fruto de conhecimentos acidentais», por seu turno, se constituíam, para o autor, em «propriedade dos que as empregam», com o seguinte argumento: os conhecimentos adquiridos pelas observações do autor das *Notas* «são um segredo análogo ao dos processos empregados por um hábil fabricante. Os lucros do comércio são os prêmios da corrida e ninguém empresta o seu cavalo a um concorrente. Não se lhe deve também por ciladas no caminho; o melhor, pois, é calar»⁵³.

São considerações que indicam sobre a missão de viajantes com objetivos definidos. Apesar da literatura de viagem ter-se tornado no século XIX uma produção editorial fortemente consumida pelo leitor europeu, nem tudo era incluído nos textos.

⁴⁸ TOLLENARE, 1907: 44.

⁴⁹ TOLLENARE, 1907: 117.

⁵⁰ TOLLENARE, 1907: prefácio.

⁵¹ TOLLENARE, 1907: 114.

⁵² TOLLENARE, 1907: 109.

⁵³ TOLLENARE, 1907: 122.

Havia uma seleção de informações consideradas de maior interesse como as relativas às paisagens, aos costumes locais, ao exótico. Informações outras, de conteúdo político e econômico, que seriam omitidas nos textos publicados. Tollenare, nesse sentido, teria guardado alguns segredos, talvez nunca revelados, como aqueles que deveriam, a princípio, assegurar bons negócios relativos, em especial, ao algodão.

Como nos revela a viajante e escritora inglesa Maria Graham⁵⁴ que esteve no Brasil entre 1821 e 1823, durante o movimento e lutas pela independência. Em seu prefácio, a autora explica sobre a necessidade de ter revisto o texto original, devido a «muitas circunstâncias imprevistas» que a forçaram a revê-lo antes de ser entregue ao prelo, bem como a cancelar muitas páginas que fixavam acontecimentos públicos e privados⁵⁵. Sobre as informações públicas, especialmente relativas ao movimento de independência do Brasil, Maria Graham justifica não ter tido pretensões «à perfeita imparcialidade» sobre os acontecimentos, apesar do esforço que fez para compor a sua narrativa.

Mais adiante, a autora, expectadora dos acontecimentos políticos do período, avaliava que não poderia analisá-los com a exatidão necessária, por ser testemunho vivo, o que não lhe garantiria apresentar com fidelidade os fatos, para além da sua condição de mulher, o que impossibilitava possuir informações precisas e «especiais» sobre os acontecimentos, «devido às condições dos tempos, imperfeitas, temerosas e incertas»⁵⁶.

Partiu para a América do Sul, a 31 de julho de 1821, na fragata *Doris*, um navio-escola da marinha britânica comandado por seu marido, capitão Thomas Graham. A 21 de setembro, 60 dias após, Maria Graham avistou a costa do Brasil, em Pernambuco, que a descreve como «verde e baixa»⁵⁷. Chegou a Pernambuco no dia seguinte, encontrando a província em conflito armado, que tinha por objetivo a deposição do governador português Luiz do Rego Barreto⁵⁸. Concluídas as negociações para o final do movimento separatista, a 14 de outubro levantaram âncora e logo Pernambuco se perdeu de vista. Por três dias navegaram pelas costas do Brasil:

São montanhosas e com muita madeira; o verde das encostas é muitas vezes interrompido por manchas brancas brilhantes que pareciam de areia. Na noite de terça-feira 16 ancoramos na Baía de Todos os Santos, em frente à cidade do Salvador, comumente chamada Bahia. Já era bem escuro antes de entrarmos, de modo que

⁵⁴ GRAHAM, 1956. Fonte valiosa para os estudos da vida social e cultural do Brasil, em especial do Rio de Janeiro, por se constituir em um dos raros relatos femininos sobre o Brasil.

⁵⁵ GRAHAM, 1956: XVI.

⁵⁶ GRAHAM, 1956: 81.

⁵⁷ GRAHAM, 1956: 105.

⁵⁸ Convenção de Beberibe, episódio também conhecido como Movimento Constitucionalista de 1821, refere-se a um movimento armado que culminou com a expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco, marcando o início da Guerra de Independência do Brasil.

*perdemos estreia da vista desse magnífico porto. Mas as luzes espalhadas revelam-nos a grande extensão e a alta colocação da cidade*⁵⁹.

Maria Graham demonstra forte encantamento pelas chegadas e partidas, comparando-as a espetáculos em suas estreias e mesmo pinturas em quadros compostos por uma artista que foi. As perspectivas artística, filosófica, antropológica e histórica que integram o seu diário de viagem refletem o olhar da autora pelas lentes que escolheu para capturar imagens, narrá-las e ilustrá-las. Assim descreveu a sua visão da Baía de Todos os Santos ao amanhecer:

*ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeada com as claras construções e além da cidade estende-se até o extremo da terra, onde ficam a pitoresca igreja e o convento de Santo Antônio da Barra. Aqui e ali o solo vermelho vivo harmoniza-se com o telhado das casas. O pitoresco dos fortes, o movimento do embarque, os morros que se esfumam a distância, e a própria forma da baía, com suas ilhas e promontórios, tudo completa um panorama encantador; depois, há uma fresca brisa marítima que dá ânimo para apreciá-lo, não obstante o clima tropical*⁶⁰.

Logo ao pisar em terra, como outros viajantes anteriores, se espantou com a Cidade Baixa:

*A rua pela qual entramos através do portão do arsenal ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que eu tenha estado. E extremamente estreita; apesar disso todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros quanto nativos. As construções são altas, mas não tão belas nem tão arejadas como as de Pernambuco*⁶¹.

⁵⁹ GRAHAM, 1956: 113-114.

⁶⁰ GRAHAM, 1956: 144.

⁶¹ GRAHAM, 1956: 145.

A dinâmica da estada na Bahia foi intercalada entre a permanência a bordo do navio, onde todos ficaram instalados na maioria do tempo, e alguns momentos de hospedagem na cidade, como na casa do cônsul britânico Mr. Pennell. Muitos amigos patrícios e portugueses também visitavam o casal Graham a bordo do navio. Dessa forma, Maria Graham pôde colher informações e impressões sobre a dinâmica social, cultural, econômica, política da Bahia⁶². Um destaque foi dado em relação ao nível educacional de homens e mulheres da sociedade portuguesa ao compará-lo com «homens e senhoras bem educadas da Europa»⁶³. Tal comparação reflete o processo identitário estabelecido pelo europeu civilizado, educado, no encontro com o Outro, enquanto referente de inferioridade. De acordo com Mary Louise Pratt, os livros de viagem de ingleses e inglesas contribuíram para justificar o processo de expansão britânica nesse período, divulgando «máximas sobre a superioridade intelectual, moral e prática dos ingleses»⁶⁴.

Também, como Tollenare, Maria Graham identificou as desconfianças aos estrangeiros pelo Governo, tendo em vista o capitão não ter sido autorizado a ver os mapas e plantas da costa, uma vez que os «publicados são muito errados»⁶⁵, e nem acessar edifícios públicos.

Como havia observado e opinado sobre a escravidão e o tráfico africano quando passou por Pernambuco, Maria Graham repete a sua posição em relação ao «abominável» e «cruel» comércio de seres humanos e passa a analisar a economia portuguesa no Brasil em torno do referido comércio com a África e os métodos fraudulentos executados para burlar os tratados com a Inglaterra.

Já em direção ao Rio de Janeiro, Maria Graham passou a filosofar sobre a verdade a partir da literatura de Daniel Defoe, autor inglês do célebre romance *Robinson Crusoe*, e encerrou esse capítulo da sua experiência de mulher viajante, intelectual e interessada pelas aventuras:

O encanto dos trabalhos de Defoe dificilmente se encontra realmente. A não ser nos pilgrims progress. A linguagem é tão simples, que não se avalia o teor poético do pensamento. E as duas cousas juntas formam uma tal realização que a alegoria e o romance fixam-se juntos na inteligência como verdade. E, afinal, que é a verdade? Certamente não são os simples atos exteriores da vida ordinária, mas as percepções morais e intelectuais pelas quais nosso julgamento, ações e motivos são dirigidos. Por conseguinte, as caminhadas ao léu de Cristiana e Mercy, ou os sofrimentos do

⁶² A Revolução Liberal do Porto (1820) teve enorme repercussão na Bahia, onde era grande o número de portugueses. Como desdobramento, em fevereiro de 1821, uma conspiração de cunho constitucionalista eclodiu em Salvador. Ver SOUZA FILHO, 2008.

⁶³ GRAHAM, 1956: 162.

⁶⁴ PRATT, 1985: 301, *apud* ZUBARAN, 2004: 254.

⁶⁵ GRAHAM, 1956: 149.

*náufrago marinho, não serão verdades, no sentido exato da palavra? Sê-lo-ão tanto quanto as sublimes criações de Milton e as visões corporificadas de Miguel Ângelo, porque têm a sua base e seu fundamento no coração e na alma do homem racional*⁶⁶.

Ao refletir sobre a verdade na literatura, Maria Graham aborda o que atualmente é discutido sobre a produção historiográfica, especialmente relativa ao campo da Nova História Cultural e a relação entre história e literatura. A racionalidade dos séculos XVIII e XIX abriu os caminhos para a separação entre sentimento e razão, provocando a categorização da produção científica positiva na busca pela verdade, reservando à literatura o papel inventivo, criativo, ficcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos destaques apresentados, foi possível identificar a literatura de viagem como fonte de base empírica que revela, fornece indícios, percepções e posições sobre o Outro, elabora identidades e alteridades, fornece dados verificáveis, aproximando-se de um real plausível, através de histórias experimentadas, observadas, narradas, elaboradas e racionalizadas de acordo com as vivências de cada narrador em seus diferentes tempos e condições de produção.

Na perspectiva comparativa, foi possível revelar aspectos comuns informados por viajantes na Bahia colonial, tomando como fio condutor o porto e os significados da viagem para seus diferentes viajantes nos três séculos de colonização. Nesse sentido, buscou-se identificar dados de realidade que se repetiram nas narrativas, as quais fornecem subsídios para a compreensão sobre o poder da navegação e a relação com o mar e seus diferentes e diversos impactos.

Nessa dimensão, também foram coligidos sentimentos explicitados pelos narradores sobre os diferentes momentos das suas experiências de viagem, iniciadas no século XVI, com a aventura missionária da «descoberta» de um espaço a ser desbravado, continuando no processo vigilante de exploração da colônia na América ao longo dos séculos XVII e XVIII, e se concluindo com o processo de independência do Brasil de Portugal através das observações de uma mulher inglesa que defendia a liberdade de comércio, o fim da escravidão e a supremacia inglesa nos trópicos e no mundo.

Como fonte histórica, a literatura de viagem é apresentada como mais uma possibilidade de acessar informações relativas ao que se denomina de porto e região portuária da Salvador colonial, considerando as descrições sobre a sua estrutura e funcionamento, o que resulta em algumas conclusões. Nas referidas descrições, o porto seria composto por um conjunto de ancoradouros, onde ocorria o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, considerando que os navios permaneciam ancorados «a 200 ou 300

⁶⁶ GRAHAM, 1956: 173.

toesas em frente à cidade», conforme Tollenare especificou em seu relato, afirmando não haver porto para protegê-los e, por isso, permaneciam «sobre ferros aforquilhados». Nesse sentido, Maria Graham também informou sobre a deficiência de atracação e a necessidade de permanecer a bordo por longos períodos, enquanto esteve na Bahia.

A Baía de Todos os Santos, pela sua característica de «porto natural», foi utilizada por viajantes que cumpriram diferentes missões ao longo dos séculos. A Cidade Baixa, ou Bairro Comercial, por ser constituída por uma única rua entre a faixa litorânea e a encosta da montanha que dividia a cidade em baixa e alta, manteve, em diferentes conjunturas, sua estrutura de funcionamento com a precariedade observada nas narrativas aqui visitadas. A base de apoio do movimento portuário foi sustentada pelos trapiches e ancoradouros particulares, vindo a sofrer alterações a partir do século XIX, quando foram incrementados, na parte baixa da cidade, sucessivos aterros, que se sucederam até a década de 1920, visando à expansão do espaço para instalação de novos armazéns, companhias, escritórios e ampliação do porto. A terra avançou definitivamente para o mar, propiciando o desenvolvimento urbano e portuário.

Os séculos se passaram, a instituição portuária se consolidou, os avanços tecnológicos proporcionaram o aperfeiçoamento da navegação, as cidades cresceram, a urbanização encobriu o antigo verde da encosta da velha cidade da Bahia, mas a região portuária de Salvador mantém, em alguma medida, a imagem traçada pelos viajantes que a consideravam suja, escura, sem atrativo, «incômoda e aborrecida», destoando com a linda paisagem vista ao largo.

FONTES

- CARDIM, Fernão (1847) — *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, (S. Paulo), etc. desde o anno de 1585 ao de 1590 [...]*. Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- GRAHAM, Maria (1956) — *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Trad. e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/18/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823>>. [Consulta realizada em 01/07/2018].
- LINDLEY, Thomas (1969) — *Narrativa de uma viagem ao Brasil que terminou com o apresamento de um navio britânico e a prisão do autor e da tripulação do navio pelos portugueses [...]*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MARQUÊS DO LAVRADIO (1972) — *Cartas da Bahia 1768-1769*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional.
- TOLLENARE, Louis-François de (1905) — *Notas Dominicaes tomadas durante uma residencia em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco*. Tradução de Alfredo de Carvalho; Prefácio de M. de Oliveira Lima. Recife: Empreza do Jornal do Recife.
- (1907) — *As Notas Dominicaes de Tollenare*. Tradução de Alfredo de Carvalho. «Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia», ano XIV, vol. XIV, n.º 33, p. 35-127.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Marcus J. M. de (1998) — *Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. «Revista Brasileira de História», vol. 18, n.º 36, p. 331-366. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso>. [Consulta realizada em 16/4/2019].
- DOMINGUES, Ângela (2012) — *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/15867/1/E%26D%2015_Monarcas%2c%20ministros%20e%20cientistas.pdf>. [Consulta realizada em 10/11/2018].
- LEAL, Maria das Graças de A. (2017) — *Trapiches e trapicheiros na dinâmica portuária da Salvador colonial*. In ALVES, Luís A. Marques; PEREIRA, Gaspar M., org. — *Cruzar Histórias. I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras*. Porto: CITCEM, p. 12-28.
- LEITE, Ilka Boaventura (1996) — *Antropologia da Viagem – Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MOREAU, Filipe Eduardo (2011) — *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia: séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1995) — *Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX)*. «Anos 90», n.º 4, p. 115-127. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6158/3652>>. [Consulta realizada em 25/08/2010].
- PUNTONI, Pedro (2005) — *Bernardo Vieira Ravasco, secretário de estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII*. In BICALHO, M. Fernanda; FERLINI, Vera L. A. — *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de (2008) — *Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822)*. «Almanack Braziliense» n.º 07, p. 102-118. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11684/13455>>. [Consulta realizada em 16/04/2019].
- XIMENES, Cristiana F. Lyrio (2012) — *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- ZUBARAN, Maria Angélica (2004) — *O olhar de uma inglesa-viajante sobre o Brasil Oitocentista: o diário de viagem de Maria Graham (1821-1824)*. «MÉTIS: história & cultura», vol. 3, n.º 5, p. 253-272.

ALVARENGAS, TRAPICHES E ESTIVA: A REGIÃO PORTUÁRIA DE SALVADOR NO SÉCULO XIX

JOSÉ RICARDO MORENO PINHO*

Resumo: *Descreve a zona portuária no século XIX, um período de transição histórica entre formas de acumulação, com destaque para o espaço de abastecimento de alimentos da cidade, a precariedade das vias terrestres e o papel desempenhado pelas rotas marítimas que ligavam os centros produtores de leguminosas, farinha e outros gêneros oriundos do Recôncavo baiano e o fornecimento de carne charqueada, vinda da região do Rio da Prata e do Rio Grande do Sul. Assim, será revelada a dupla função do porto soteropolitano, conhecido como exportador e importador, e a importância adquirida pelo comércio de cabotagem que cresceu devido o deslocamento de investimentos antes destinados ao tráfico clandestino de escravos e para a grande navegação, visando atender a demanda crescente da população da capital baiana.*

Palavras-chave: *Salvador; Porto; Abastecimento; Transição.*

Abstract: *Describes the port area, the food supply space of the city of Salvador in the second half of the nineteenth century, a period of classification between forms of accumulation. highlights the precariousness of the land routes and the role played by the sea routes that linked the producing centers of leguminous, flour and other genera from the concave and the supply of charqueada meat from the region of Rio de la Plata and Rio Grande do Sul. This will reveal the dual function of the soteropolitano port, known as exporter and importer in the great navigation and the importance acquired by the cabotage trade, which grew due to the displacement of investments previously destined for clandestine slave trade and for large shipping, in order to meet the growing demand of the population of the Bahia state.*

Keywords: *Salvador; Port; Supply; Transition.*

Por quase três séculos, o porto soteropolitano foi o principal entreposto comercial das Américas. Sua localização em relação à navegação para a Europa e o aproveitamento das condições oferecidas pelo porto natural foram fatores que influenciaram na escolha do sítio que originou a cidade e na definição do papel estratégico da primeira capital do Brasil como irradiadora do processo de colonização. O papel político e administrativo no período colonial, a diversidade de produção primária de sua *hinterland* rural, as funções de exportador, importador e redistribuidor de mercadorias, e, sobretudo, a facilidade de acesso para abastecimento de navios em seu ancoradouro relativamente abrigado, fizeram de Salvador um lugar de encontro para embarcações de todo tipo: caravelas, naus, galeotas, fragatas, brigues, navios, bergantins, sumacas e até avisos (navios pequenos de grande velocidade que traziam ordens da metrópole e levavam as respostas), vinham de

* Professor do curso de Licenciatura em História no Departamento de Educação no Campus de Alagoinhas; Professor Permanente do curso de Pós-Graduação em História Regional e Local do campus de Santo Antônio de Jesus (UNEB); Mestre em História (UFBA); Doutor em História (UFF); Pesquisador voluntário do CITCEM/UP. Email: jrpinho@uneb.br.

vários pontos da Europa, África e Ásia, e com eles os seus produtos que desembarcavam na Baía de Todos os Santos. Também vinha do território nacional, de portos sul-americanos, e do Recôncavo, o abastecimento de subsistência diária dos cidadãos, era a ligação entre o mundo urbano e o mundo rural de roceiros de mandioca, ou dos produtores de café, açúcar, tabaco e algodão, dentre outros. Esta movimentação intensa trazia para a capital baiana um número bastante elevado de população flutuante, composta pelos marinheiros e tripulantes, que aportavam em Salvador.

A descoberta do ouro, a expansão demográfica e urbana do centro-sul, a ocupação e colonização das zonas austrais e as disputas em torno dos territórios sulinos, foram estabelecendo uma progressiva centralização política no Brasil. O centro de gravidade econômico, militar e político foram se deslocando. Se na montagem da ocupação e exploração colonial Salvador era ponto estratégico, no século XVIII, quando as disputas de fronteiras entre portugueses e espanhóis se concentraram na bacia do Rio da Prata, o Rio de Janeiro estava mais bem localizado. A entrada da Espanha na Guerra dos Sete Anos levou a uma invasão no norte de Portugal, em 1762, e no mesmo ano ocorreu a tentativa de tomada da colônia do Sacramento. Este conflito militar revelou a importância geográfica do Rio de Janeiro, que já tinha sua influência estendida a todas as terras meridionais, até Minas Gerais. Assim, em Carta Real de 27 de junho de 1763, D. José I ordenou a transferência da capital do Brasil¹.

Apesar desta mudança a perda de importância do porto de Salvador não se deu de imediato. Entre 1790 a 1820 houve um momento de euforia da economia açucareira, mantendo a intensidade da atividade comercial portuária. A revolta escrava na colônia francesa de Santo Domingo (Haiti) tirou de cena um concorrente, o que estimulou uma expansão da indústria tradicional baiana, bem como fez crescer o tráfico negreiro². Quando este quadro se modificou, com a queda da exportação do açúcar, foi a vez do crescimento populacional na capital baiana gerar o aumento da demanda interna de alimentos, o que fez crescer a importância da navegação de cabotagem.

Até o século XIX a capital baiana produzia uma parte dos frutos e leguminosas que consumia, as terras onde foi edificada a cidade eram boas para hortas e pomares, mas, com o crescimento populacional a capital baiana tornou-se cada vez mais dependente da produção do Recôncavo baiano e do comércio de cabotagem para o abastecimento destes alimentos, e com a precariedade das vias terrestres e o grande aumento do mercado consumidor a navegação costeira tornou-se um negócio rentável e atraente³. A ligação entre Salvador, Recôncavo e sertão, ou seja, entre a capital e os centros abastecedores, era feita por antigos caminhos que partiam de Cachoeira para o norte, via Jacobina, descendo em seguida para Maracás, de Caetitê e Rio das Velhas, eram caminhos trilhados por carros

¹ RUSSELL-WOOD, 1981: 204.

² SHUARTZ, 1988: 343.

³ PINHO, 2016: 137.

de boi, animais carregados e também boiadas. A primeira estrada pavimentada data de 1851, saída de Santo Amaro com 330 metros, e a primeira linha ferroviária partiu de Salvador para o Rio Joanes, em 1860. No entanto, Salvador continuou a ligar-se às vilas e arraiais pelas vias marítimas e fluviais.

Assim, na segunda metade do século XIX, a capital baiana era apresentada do mar pelas águas da Baía de Todos os Santos às embarcações que se aproximavam do porto. Cabiam as alvarengas e aos trapiches⁴ alinhados na área comercial, o carregamento e descarregamento dos navios, em terra um grande movimento de embarque e desembarque de marujos e oficiais de embarcações nacionais e estrangeiras, que migravam para as ruas da cidade, onde pequenos e grandes comerciantes se apressavam no meio de vendedores, negros ou mulatos, escravos ou libertos, que sustentavam pesados volumes na cabeça.

A imagem panorâmica da Salvador em 1860 revela, em primeiro plano, as alvarengas que descarregavam navios, uma vez que não havia cais acostável, uma sequência de grandes quadras de edifícios, ao melhor estilo pombalino e de igual altura, que é onde ficavam os armazéns e escritórios do comércio baiano. Ainda na parte baixa da cidade, o prédio da Alfândega, próximo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, com andaimes na fachada, construída com pedras lavradas que vieram prontas de Lisboa. Um cenário compatível com o lugar de destaque que a Bahia ocupava entre os portos brasileiros⁵.



Fig. 1. Panorama Fotográfico da cidade de Salvador
Fonte: FERRAZ, 1860

⁴ Segundo a historiadora Maria das Graças de Andrade Leal (2016), a palavra Trapiche, derivada do latim *trapetum*, se refere a denominação dada aos antigos moinhos de azeitona ou de cana-de-açúcar. No Chile é onde se mói o mineral. No Brasil, entre os séculos XVI e XVII, era usado para se referir ao engenho de açúcar movido a tração animal, especialmente bois. A expressão é também utilizada para atracadouro de barcos. Nos estudos acerca das atividades portuárias, trapiche é considerado como casa (armazém) de guardar gêneros de embarque e desembarque, com aparelho de carregar e descarregar, situado à beira-mar, junto ao cais, onde, através de pontes improvisadas de madeira, podia-se ter acesso às embarcações menores que se aproximavam das margens.

⁵ PINHO, 2016: 127.

A construção da Alfândega, cujo local original era diferente ao apresentado no século XIX, foi determinada por Provisão Real entregue a Antônio Cardoso de Barros, e consistiu em uma das primeiras preocupações de Thomé de Souza, primeiro governador-geral:

Tendo que na dita Bahia a terra estiver assentada darei ordem que se faça huas casas para Alfândega perto do mar em lugar conveniente para despacho das partes e arrecadação do meu direito e vereis que oficiais ao presente são necessários para a dita Alfândega e dareis conta disso ao dito Thomé de Souza para ele com vosso parecer prover dos oficiais⁶.

Diferente do que recomendava a Provisão Real a primeira Alfândega não foi construída próximo ao mar, era uma casa em taipa coberta de palha, localizada no sítio onde foram erguidos os muros da cidade-fortaleza, na atual Praça Municipal, na banda norte desta, ao lado da Fazenda, e armazéns. O aumento das exportações de açúcar e de fumo, e o desenvolvimento do comércio, levaram D. João de Lencastro a ordenar a construção de um novo edifício para a Alfândega, desta vez, próximo à ribeira da cidade, com contribuição dos comerciantes locais, conforme confirmou a Carta Régia redigida em Lisboa em 15 de dezembro de 1694⁷.

Inaugurada em 1700, a nova sede localizou-se na esquina da Rua das Portas da Ribeira com o Largo das Princesas, na Praça Visconde de Cairú, e atraiu para a estreita faixa de terra, entre a praia e a montanha, casas de negócio que visavam à aproximação com os navios que chegavam ao porto. Em 1743 a Casa da Alfândega desabou, sendo reconstruída e reinaugurada em julho de 1746, então uma edificação de três pisos, contando com o subsolo. Escapou ainda de ser destruída por um incêndio em novembro de 1848⁸.

Com o grande aumento das atividades de exportação e importação se tornou necessário à construção de uma nova Alfândega, uma vez que as instalações existentes eram insuficientes. Uma das formas adotadas para superação da deficiência de armazéns oficiais era o alfandegamento de trapiches, que consistiam em depósitos sob a fiscalização de funcionários da Alfândega Provincial, que registravam as entradas e saídas das mercadorias. Em 1824 foram alfandegados 24 trapiches e 13 armazéns privados de Salvador, e seus proprietários lucravam com isso, passando a cobrar preços mais elevados pelos serviços.

⁶ Provisão Real conferida a Antônio Cardoso de Barros, ordenando a construção da Alfândega, *apud* SILVA, 1919: 289.

⁷ APEB — *Livro de Ordens Régias*, 1702-1720.

⁸ AZEVEDO, 1985: 25-29.

Um novo prédio para a Alfândega foi construído ao mar, com 8410 m². Dispostos em três pavimentos, um dos quais, inteiramente abobadado. A construção do edifício estava vinculada ao projeto de alargamento do aterro da cidade baixa, com a criação do cais do Pedroso, e a retificação do cais do Arsenal da Marinha, obras que, além de desafogar o bairro comercial, visavam facilitar o acesso ao novo edifício e absorver as terras provenientes das obras na montanha. As obras do aterro iniciaram em 1843, e as da Alfândega seis anos depois, um projeto do arquiteto André Przedowski⁹.

O prédio foi concluído no ano de 1861, sendo que a entrega da ponte de atracação e outras obras complementares estenderam-se por mais dois anos. Em 1862 as obras atrasaram devido à falta de recursos, e também por conta de um embargo movido pelo trapicheiro Antônio Pedroso de Albuquerque, contrário a demolição de algumas de suas propriedades, previstas no projeto de urbanização da área em torno da Alfândega. A ponte de ferro contratada desde 1861, junto à fundição Jhon Watson, foi concluída em dezembro de 1863, uma extensão de 400 pés e terminação triangular, que permitia receber, simultaneamente, três navios. Possuía três guindastes fixos de capacidade 3 toneladas, e três guindastes móveis, de capacidade 1 tonelada. Esta ponte não permitia receber navios com mais de 15 pés de calado. Anos mais tarde se tornou obsoleta devido ao assoreamento e os serviços por ela prestados passaram a ser feitos em pequenas embarcações que recebiam mercadorias dos navios e traziam para retirada de volumes em guindastes, daí ao armazém destinado. A Alfândega Nova foi a segunda obra realizada no estilo neoclássico em Salvador, a primeira foi o prédio da Associação Comercial, em 1816. Junto à Alfândega Nova construiu-se o cais do Pedroso, um prolongamento do cais das Amarras, estendendo-se a faixa aterrada da praia.

Ao lado da Alfândega, vê-se o Arsenal da Marinha da Bahia que foi instalado em 1571 por D. Francisco de Souza. Um estaleiro de construção que visava o aproveitamento das ricas florestas. A sua construção revela que a administração portuguesa era sensível às condições vantajosas apresentadas pelo porto. Além de atender as embarcações para reparos, desmanchos, etc., estava aparelhado para receber construir navios de longo curso. Esta atividade industrial proporcionou bons lucros à Coroa portuguesa. Além da construção naval, produção, reparo e manutenção de navios militares e mercantes esse Arsenal abastecia de água os navios ancorados, recebia presos de toda espécie, recrutava marinheiros para a Armada, assim como operários para suas próprias atividades, embarcava artífices (carpinteiros, calafates etc.). Embarcações comerciais e militares frequentavam suas oficinas e sua população era formada por homens livres, estrangeiros, forros e tantos escravos e escravas. No mesmo estabelecimento do Arsenal, criou-se a repartição da Intendência da Marinha, em 1770. Em 1785, D. Rodrigo José de Menezes instituiu ali o Celeiro Público. Consta que em 1798 o Arsenal da Marinha

⁹ AZEVEDO, 1985: 33.

possuía uma bacia de pequena superfície, que servia de abrigo para pequenas embarcações, e que junto a esta possuía para defesa duas baterias de extensão de 80 braças, aradas com 13 peças de ferro de calibre 24, e 17 de calibre 18, contendo ainda pólvora, 1950 balas de 24, e 2550 de 18, além de 178 granadas de mãos carregadas, e fornos de balas ardentes¹⁰.

A ideia da extinção de alguns arsenais é atribuída à ascensão do Partido Liberal ao poder, em 1877. Os defensores da manutenção do arsenal baiano alegavam a preservação de pontos estratégicos de defesa das entradas em todo o território nacional, as vantagens de custos com a construção das embarcações quando realizadas por nacionais, e chegaram a realizar estudos visando à melhoria de desempenho destes. Na Bahia, tais estudos apontaram para a necessidade de realocação deste para a Baía de Aratu. Em 5 de janeiro de 1899, o Decreto 3.188 determinou a supressão dos arsenais de marinha estabelecidos nos estados da Bahia e de Pernambuco, ordenando a alienação de todos os seus terrenos e prédios¹¹.

A ampliação do porto e a criação de um novo centro de abastecimento somente foram realizadas no início do século XX. Em 1906, o Governo aprovou os estudos definitivos das obras do porto, com exceção das modificações relativas à Doca do Mercado, que poderia ser transferida para a área do ex-Arsenal de Marinha. O Ministro Miguel Calmon exigiu então da Cia Docas e Melhoramentos da Bahia a construção, não apenas do Mercado Modelo, bem como do prédio dos Correios:

A construção do Mercado Modelo foi concluída no final de 1912. Tratava-se de um edifício retangular, medindo aproximadamente 40x60 metros, envolvidos por marquises. Estrutura metálica, importada, com cobertura, constituída por três telhados superpostos, de modo a permitir boa ventilação e iluminações naturais, este edifício foi, provavelmente, o primeiro edifício inteiramente metálico montado na Bahia¹².

O novo Mercado logo se transformou num dos mais importantes centros de abastecimento da cidade. Não havia muitos outros na época. Além do Mercado Modelo e de Água de Meninos, os maiores, podia-se optar pelos mercados das Sete Portas, do Ouro, Popular, de São Miguel (na baixa dos sapateiros), pela Feira do Cortume ou outras menores, de bairro, como a da Barra, a do Porto da Lenha, no Bonfim e a da Ribeira. O Mercado comercializava a grosso e a varejo, a variedade de produtos era enorme. Havia também muitos serviços em seu interior, especialmente restaurantes e bares.

Antes da grande reforma do início do século XX, a zona comercial de Salvador se achava comprimida entre a Alfândega e a Praça do Ouro, meio a ruas estreitas e mal

¹⁰ CAMARA, 1911: 70.

¹¹ Decreto n.º 3.188. «Senado Federal» (1899-01-05).

¹² AZEVEDO, 1985: 50

ventiladas. A Rua do Cais ficava sempre ocupada por quitandeiras, quiosques, e pela carga e descarga de gêneros dos barcos de cabotagem, além dos passageiros e cargas que utilizavam a Companhia Baiana de Navegação. Tudo isto em um ambiente considerado insalubre e de feição desagradável.

Os fardos desembarcados seguiam nas costas da estiva para os trapiches, armazéns e casas comerciais. Escravos, libertos e trabalhadores avulsos se espalhavam nas ruas da cidade baixa, especialmente na própria zona portuária da cidade. Na feira de Água de Meninos os fregueses se multiplicavam em busca de frutas, verduras, legumes, farinha, que chegava com os saveiros, que logo eram transportados por um carregador ou por uma carroça, indo direto para a quitanda do comprador. No bairro comercial se destacaram, portanto, dois mercados municipais: o de Santa Bárbara e o de São João.

Até à segunda metade do século XIX a área portuária de Salvador se estendia da Gamboa a Itapagipe. Abrangia Unhão, Sítio da Preguiça, freguesia da Conceição da Praia, Praça do Comercio, freguesia do Pilar, Xixi, Coqueiro, Jiquitaia, Água de Meninos, Cantagalo, Boa Viagem e MontSerrat. Caracterizava-se por vários ancoradouros que formavam verdadeiras docas de atracação ao juntarem-se com as alvarengas, ou saveiros, e os trapiches¹³. Depoimentos de visitantes no século XVIII revelam que estes consideravam os trapiches baianos como os maiores do mundo. Existiam ainda grandes armazéns, e as casas da prensa, destinadas ao armazenamento de mercadorias e ao enfardamento de algodão.

Com exceção dos mercados das Sete Portas e São Miguel, os demais tinham em comum o abastecimento pelo mar. Os saveiros que vinham do Recôncavo, abarrotados de farinha, cereais, carne seca, peixe, mariscos, frutas e verduras, voltavam para suas cidades de origem, carregados de outros produtos. A freguesia da Conceição da Praia, devido à sua localização próxima ao porto comercial e separada do palácio do Governo apenas pela encosta, era o centro da zona comercial. Ali estavam representadas todas as camadas sociais, desde os mais distintos negociantes até os mais rebeldes escravos e toda sorte de marginalizados¹⁴.

Os espaços livres das ruas eram ocupados por vendedores de frutas, salsichas, chouriços, peixe frito, azeite e doces. Negros traçando chapéus, tapetes, cadeiras para carregadores, cães, porcos e aves domésticas. Em frente às lojas, escritórios e armazéns dos comerciantes nacionais e estrangeiros, se alimentavam tanto os transeuntes quanto os animais. O intenso movimento comercial e marítimo também concorria com os pedintes. A proximidade dos precários cais de desembarque contribuía para que marinheiros das mais diversas nacionalidades, muitos embriagados, somassem aos distúrbios constantes. A freguesia da Conceição também acolhia mulheres que possuíam seus

¹³ ROSADO, 1983: 38.

¹⁴ SAMPAIO, 2005: 29.

próprios negócios, como, costureiras, quitadeiras, fateiras, etc. Na estreita faixa de terra que separava a montanha e o mar, ergueram-se casas de negócios e sobrados de até quatro andares. Esses sobrados abrigavam as mercadorias que ficavam à vista dos passantes, sendo a família alocada no andar superior, e os escravos e empregados no último piso.

Na Praça do Mercado, depois Mercado de São João, localizado abaixo da Igreja de Santa Bárbara, vendia-se carne seca importada do Rio Grande do Sul e da região do Rio da Prata, além de cereais e verduras. Ao redor ficavam lojas de fazenda, miudezas, sapatos, barbeiros, etc. Em frente ao Cais do Moreira, destinavam-se os produtos oriundos do Recôncavo, que ali encostavam saveiros carregados de inhame, cebola, galinhas, perus, patos, pombos, coelhos, leitões, ovos, frutas, etc. Já a Praça do Ouro foi ponto de carroças que levavam mercadorias adquiridas no mercado para residências, armazéns e vendas espalhadas na cidade baixa¹⁵.



Fig. 2. A Praça do Cais do Ouro no início do século XX

Fonte: Disponível em <<http://www.salvador-antiga.com/comercio/cais-ouro/cais-bahia.htm>>. [Consulta realizada em 09/2016]

A Praça do Cais do Ouro era um dos espaços existentes no agitado universo da freguesia da Conceição da Praia. Na imagem, temos uma visão deste encontro entre as embarcações que descarregavam todo tipo de mercadorias para abastecimento do mercado local e, bem próximo, os grandes sobrados pelo menos três andares que abrigavam as casas de comércio, ao lado do mercado.

¹⁵ APEB — *Polícia*, Matrícula de Carroceiros/1866 a 1873. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 5914.

CRESCIMENTO DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM

Na década de 1850, toda a economia nacional sofreu com a proibição do comércio internacional de escravos, o que levou a uma reorganização dos investimentos, com deslocamento dos capitais antes utilizados nesta atividade, para outras áreas, como o mercado de abastecimento, por exemplo. E quando a Bahia já esboçava uma reação a este impacto econômico gerado pelo fim do tráfico de cativos com a África acabou sendo surpreendida com os pesados encargos da Guerra do Paraguai. Parte da mão-de-obra da área rural foi recrutada para as fileiras do exército, além disso, houve um esvaziamento dos cofres públicos e dos capitais disponíveis na praça, deslocados para os esforços de guerra. Todo o fluxo comercial baiano foi atingido, e o comércio de cabotagem acabou agindo como uma válvula de escape para a incapacidade de colocação dos produtos baianos no mercado internacional, ao passo em que a movimentação do comércio de longo curso passou por oscilações mais ou menos frequentes.

A movimentação das transações comerciais que caracterizaram o comércio de exportação baiano também se verificou nos movimentos comerciais de importação, porém, as flutuações são menos abruptas, o que sugere que as demandas de produtos importados, a capacidade de aquisição destes ou mesmo a necessidade premente dos produtos adquiridos pela importação impunham à província a manutenção do volume do comércio de importação. É que, apesar dos contratemplos, a população da cidade não parava de crescer, atingindo 50 000 habitantes no princípio do século XIX, chegando a 108 138 habitantes em 1872, e 144 959 em 1890.

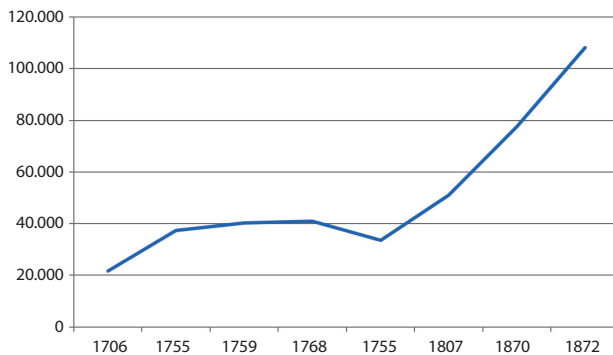


Gráfico 1. População de Salvador, anos selecionados, 1706-1872
Fonte: PINHO, 2016: 148

O Gráfico 1 foi criado utilizando-se os dados apresentados por Barickman, apenas para Salvador. Dentre os fatores de alteração demográfica de Salvador na segunda metade do século XIX destacam-se a seca de 1857 e 1860, a crise do sistema açucareiro

e as epidemias de febre amarela e cólera-morbo. Os censos excluíram além de menores de 7 anos, os agregados e familiares, e migrantes. Dentre os migrantes destacavam-se os escravos de passagem e os marinheiros que aportavam diariamente na cidade, além de comerciantes e homens que fugiam das secas ou más colheitas.

A população cresceu rápida e desigualmente, os livres e mulatos representavam mais de 2/3 da população. Junto a esta densidade crescente na capital se deve somar ao significativo número de habitantes do Recôncavo, afinal, a antiga sede do Governo-geral não se via isolada, era parte de uma região densamente povoada. Dentro dos limites desta região, vilas, povoados e arraiais formavam uma das mais antigas redes urbanas do Brasil. Mesmo longe das cidades, nas zonas rurais, nem os senhores de engenho, nem os lavradores de cana, muito menos seus escravos, plantavam gêneros alimentícios suficientes para se sustentar, recorrendo sempre ao mercado local. Segundo Barickman, este mercado rural era surpreendentemente grande. Com isto, a crescente população da capital, das vilas e povoados da região do Recôncavo, da própria zona rural, aliados ao sempre elevado número de população flutuante, gerava uma demanda de abastecimento. O aumento desta demanda passou a exigir melhorias na capacidade e agilidade dos serviços de abastecimento¹⁶.

Ao longo de todo o século XIX o desenvolvimento de novas técnicas, o uso da navegação a vapor, a abertura dos portos às nações amigas em 1808, contribuíram para modificar o panorama das navegações transatlânticas, reduzindo tempos e oferecendo maior conforto às tripulações e aos passageiros. Em 1891, 730 navios aportaram em Salvador, dos quais 577 eram movidos a vapor, e 153 a vela¹⁷. O tempo de permanência da embarcação no porto reduziu em até três meses, entre os séculos XVI e XVIII, para o máximo de 15 dias.

A abertura dos portos consagrou novos contatos com as nações europeias e americanas: Grã-Bretanha e seus domínios, cidades hanseáticas, Itália, Holanda, França, Portugal, Espanha, Bélgica e tantos outros, entraram no circuito das trocas diretas. A Carta Régia assinada pelo príncipe D. João em 28 de janeiro de 1808 listava dentre seus objetivos, livrarem os trapiches dos principais portos da colônia (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) de mercadorias perecíveis, além de legalizar o comércio clandestino, atendendo a uma representação de comerciantes locais, encaminhada pelo governador da Bahia, o Conde da Ponte. Uma demanda de cunho liberal, redigida por Silva Lisboa, notório combatente do monopólio comercial lisboeta.

Internamente o desafio estava em aperfeiçoar a ligação marítima fluvial entre a capital, Recôncavo e litoral sul, com o suporte de uma rede ferroviária, o que se deu a partir de 1855. Um ano depois, iniciou-se a construção da estrada de ferro Bahia-São

¹⁶ PINHO, 2016: 148.

¹⁷ MATTOSO, 1978: 71.

Francisco, seguida pela Central da Bahia (1867) e pela Companhia Tram Road de Nazaré (1871)¹⁸. A rede ferroviária baiana viria contar ainda com a estrada de ferro de Santo Amaro (1875), a Bahia-Minas (1882), o ramal Alagoinhas e Timbó e a estrada de ferro de Sergipe (1884), a estrada de ferro Ilhéus e Conquista (1904). Foi assim que se visava constituir um sistema que ligava as áreas de abastecimento, aos centros consumidores. Manoel Jesuíno Ferreira registrou uma análise da evolução desta rede em seus apontamentos acerca da província da Bahia, publicados no ano de 1875. Segundo ele:

Demonstrada, como ficou a superioridade do Porto da Bahia para as relações com o vale do rio S. Francisco, ninguém desconhecerá que meio de estabelecê-las e manter são as estradas de ferro. Por elas é que devem subir para aquelas paragens a civilização, o progresso e a riqueza industrial; por elas é que devem descer as suas riquezas naturais, que são inúmeras.

Possui a Bahia dois desses grandes elementos de progresso: a estrada do rio S. Francisco ou Jequitaia e a Central ou do Paraguassú¹⁹.

Mesmo com estes investimentos, o velho sistema de transporte, com tropas e animais, persistiu por muito tempo, e a precariedade das vias terrestres era muito acentuada, o que estimulava o papel do porto de Salvador como ponto de arriba aos navios que vinham descarregar suas mercadorias e carregar os produtos da terra. Cerca de 800 lanchas e sumacas²⁰ de vários tamanhos traziam diariamente produtos do interior para o comércio na capital baiana.

Barcos do Recôncavo, saveiros de carga, saveiros de pesca, lanchas rabo de peixe, jangadas de xaréu, jangadas a vela, canoas e barçaças, encostavam diariamente na enseada do porto: fumo, algodão, drogas diversas vindas de Cachoeira, sortimento de louças comuns vindas de Jaguaripe, aguardente e óleo de baleia de Itaparica, farinha de mandioca e peixe salgado de Porto Seguro, algodão e milho de Rio Real e São Francisco, açúcar, lenha e legumes de todos os lugares. Ainda no final do século XIX estima-se um milhar de embarcações comerciavam dos rios e da Baía de Todos os Santos²¹. Na fonte da Gamboa, ou em Água de Meninos, ao norte do Arsenal da Marinha, os navios se abasteciam²². O fornecimento de produtos de subsistência deu outra função ao porto baiano. O Recôncavo transformou-se em grande abastecedor da cidade, e as embarcações de pequeno porte, como os saveiros, passaram a realizar este papel:

¹⁸ ZORZO, 2001: 79.

¹⁹ FERREIRA, 1875: 99.

²⁰ Barco pequeno com dois mastros.

²¹ MATTOSO, 1978: 72.

²² MATTOSO, 1978: 71.

Esta dupla função acarreta também dupla organização do espaço portuário. Ao longo da extensão de cais, construída especialmente para os grandes navios, há as «rampas» onde podem abortar os saveiros. São duas: a «Rampa do Mercado», logo ao lado da Praça Cairú e a de Água de Meninos, no final da Av. Frederico Pontes, ambas muito pitorescas e ricas de cor local. Recebem uma multiplicidade de produtos agrícolas: farinha, frutas, legumes. Assim como o grande porto acarretou a instalação do grande comércio nas proximidades, o outro provocou o aparecimento de feiras ao ar livre, espécie de “feira grossista”, aonde vem se abastecer os comerciantes de outras feiras, os proprietários de armazéns, vendas e barracas, os restaurantes e hotéis, vendedores ambulantes e donas de casa providente²³.

A dupla função se refletia na multiplicidade de destino das embarcações que ancoravam cotidianamente no porto soteropolitano²⁴. Os tipos de embarcações que compunha o colorido das atividades de abastecimento da região portuária eram canoas e saveiros. Canoas eram mais numerosas e mais solicitadas para a pesca, já os saveiros eram embarcações versáteis e tinham um uso mais variado, como pesca, transporte de passageiros ou de cargas. Costumavam trazer consigo:

Lenha e carvão de Itaparica e Jaguaribe, café e cacau de Nazaré, farinha, bananas, laranjas, verduras de Maragogipe, charutos e fardos de fumo de fumo de Cachoeira, e São Félix [...]. E a tarde regressava, levando para seus portos de origem, entrando rio adentro, conduzindo os produtos importados, a farinha de trigo, o querosene, os gêneros alimentícios que vêm do sul e do norte. Cada Saveiro pode conduzir cargas numa média diária de quarenta mil volumes no montante do movimento geral²⁵.

O Saveiro ocupou um papel importante na formação econômica e cultural baiana, uma versão para a origem dessas embarcações típicas da Bahia está na Índia, e sua tecnologia de construção também foi trazida para cá pelos portugueses, no século XVI, e o nome vem dos ancestrais saveleiros, embarcações utilizadas nos rios de Portugal para a pesca de um peixe chamado sável (ou sávalo). Outra hipótese relaciona a maneira de construir estes barcos, primeiro o esqueleto e depois seu fundo e costado de tábuas topo a topo, assim como o corte transversal em U na altura da caverna mestra, permite identificar uma tradição mediterrânea tardia, que se filiaram os navios dos descobrimentos.

O Saveiro prestou importante contribuição para o desenvolvimento de entrepostos e portos marítimos que evoluíram para assentamentos em toda a região. Foram os grandes responsáveis pelo escoamento da produção de tabaco e açúcar dos vales do Paraguaçu

²³ SANTOS, 1959: 73.

²⁴ SANTOS, 1959.

²⁵ TAVARES, 1967: 96-97.

e Subaé, do azeite-de-dendê e piaçava (Recôncavo Sul) e pela troca de mercadorias, notadamente na cadeia de gêneros alimentícios (farinha, frutas, carne de fumeiro, caixas de açúcar), barris de cachaça, balaios de compras, peças de madeira, mudanças, materiais da construção civil, artesanato, mobiliário, animais vivos de pequeno e médio porte (galináceos, caprinos e suínos), dentre diversos outros produtos oriundos do Grande Recôncavo, além dos industrializados vindos da capital, através da via marítima de abastecimento entre as localidades dessa região e a cidade da Bahia²⁶.

Dentre os produtos que eram chegados pelas embarcações, os mariscos eram uma fonte suplementar de proteína. Nos próprios engenhos e fazendas de cana, localizadas perto da baía, havia os cativos que exerciam a função de mariscadores e que apanhavam caranguejos, ostras e camarões, estes serviam tanto para a dieta dos escravos quanto para o comércio em menor escala²⁷. Já os cereais expostos à venda eram recolhidos no celeiro público, seus cômodos eram alugados para a venda, com pagamento de 20\$ a saca, além de taxas que dificultavam o comércio dos pequenos comerciantes²⁸.

A farinha de mandioca, a carne verde, cereais e a pesca eram os principais produtos alimentícios da população do litoral baiano e sofriam com a manipulação fundamentada na concorrência desigual, com desvio destes para outras praças, o que ampliava ainda mais o drama da escassez e consequente aumento dos preços. Os produtos manufaturados mais simples, de produção quase artesanal, geralmente faziam parte de produções em pequena escala, muitas vezes em sistemas familiares como: olarias, curtumes, fábricas de vassouras e velas²⁹. A indústria metalúrgica — fundição, ferragens e máquinas, com 14 estabelecimentos — era a que mais contribuía para a navegação costeira, produzindo peças para as embarcações a vapor, geravam também fabrico de moendas, caldeiras e demais aparelhos para fabrico de açúcar. Já a indústria naval contava com estaleiros particulares em Salvador, Ilhéus, Cairú, Porto Seguro, Alcobaça, Camamu, Estância, Prado, São Francisco, Taperoá e também com o Arsenal da Marinha, auxiliados pela indústria madeireira.

A própria exportação estimulava a indústria têxtil, devido à necessidade de fabricação de sacos para enfardamento de gêneros. Assim, das dez fábricas da indústria têxtil na Bahia, sete estavam em Salvador, duas em Valença e uma em Cachoeira. Forneciam ainda tecidos para vestimenta dos escravos e para todas as províncias do Império. Além destas atividades, a venda de cal e cerâmica também animou as exportações e somou para a renda interna através do imposto de indústria e profissão, nos primeiros anos da década de 1870. Da variedade do comércio de cabotagem, costeira, e de complementaridade terrestre, destaca-se o abastecimento de carne e de farinha de mandioca, tidos como principais produtos da dieta do soteropolitano.

²⁶ MASCARENHA & PEIXOTO, 2009: 8.

²⁷ BARICKMAN, 2003: 93.

²⁸ NASCIMENTO, 1986: 11.

²⁹ SANTOS, 2007: 62.

Parte da carne que abastecia o comércio baiano vinha de importações trazidas do Rio Grande do Sul e da região do Rio da Prata, outra parte vinha do sertão São Franciscano. Cleide Chaves analisou o comércio com o Rio da Prata através dos comerciantes envolvidos³⁰. Os tratados de comércio liberavam as águas platinas às embarcações brasileiras e beneficiavam a economia do Império, especialmente a província do Rio Grande, com a isenção de impostos sobre o gado em pé vindos do Uruguai. Nutria-se a esperança de que os charqueadores e comerciantes pudessem suprir as demais províncias, no entanto, pelo menos até finais do século XIX, o porto da Bahia foi abastecido de carne oriunda da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul³¹.

Além da carne charqueada que era abastecida pelo comércio de cabotagem, havia a carne verde que era trazida dos sertões, uma vez que o gado foi, ao longo dos anos e, sob ordens régias, tangido das zonas litorâneas para o interior da colônia, visando evitar prejuízos às lavouras de cana. O gado de criar espalhou-se da Bahia a Minas Gerais, atravessou o rio São Francisco, chegando até Sergipe, Pernambuco, Piauí, Goiás, Maranhão e Ceará³². O transporte das boiadas que abasteciam a capital baiana era feito por meio de rotas que cortavam ou margeavam o rio São Francisco, a partir de fazendas e currais, chegando até Feira de Santana.

As dificuldades eram muito grandes nestes caminhos terrestres, as viagens que partiam de Jacobina, se feitas sem paradas longas, duravam de 9 até 15 dias. E a partir das províncias além de São Francisco até Feira de Santana, o tempo dobrava ou mesmo triplificava, forçando paradas estratégicas mais longas, para descanso dos bois e das tropas³³. Além do flagelo das secas, também haviam os atoleiros formados durante os períodos das chuvas. Tudo isto remetia para a possibilidade de parte desta carne dar entrada na capital pela via marítima, desviava por meio dos portos localizados ao longo do Recôncavo.

A farinha de mandioca que abastecia Salvador e sua *hinterland* era produzida em vilas e comarcas localizadas ao longo do litoral baiano, como São Mateus, Caravelas, Porto Seguro, Camamu, Cairú, Maragogipe, e Nazaré, esta última considerada como grande centro distribuidor para a capital e seu entorno³⁴. E, com o passar dos anos, outros centros produtores foram surgindo como Alcobaça, Barcelos, Maraú, Valença, Santarém, Barra do Rio de Contas, Cachoeira, Canavieira³⁵, na zona costeira, e também Alagoinhas, Ilhéus, Santo Amaro, e Feira de Santana, na direção do interior do continente³⁶.

³⁰ CHAVES, 2001.

³¹ CHAVES, 2001: 52.

³² LOPES, 2009: 19.

³³ LOPES, 2009: 30.

³⁴ Esta condição de fornecedora da farinha para Salvador fez com que a cidade passasse a ser conhecida como Nazaré das Farinhas.

³⁵ AZAMBUJA, Dr. Bonifácio Nascente de (1858) — *Relatório da Assembleia Legislativa da Bahia*, «Diário da Bahia» (1858-04-21).

³⁶ Fala do Presidente da Província Joaquim Antônio Fernandez Leão na abertura da Assembleia Legislativa, 1.º de março de 1862.

Em geral, além do serviço prestado ao abastecimento da cidade, o investimento do Governo imperial para melhoria do comércio de cabotagem e navegação se justificava pelo retorno em arrecadação de impostos. Foram feitos melhoramentos no porto como a construção do edifício da Alfândega (que em 20 anos consumiu 1.539:758\$381), construção de faróis, quebra-mar, cais, investimentos indiretamente direcionados à cabotagem, como estradas de ferro e rodagem, iluminação a gás e subsídios concedidos à Companhia de Navegação a vapor para barateamento dos fretes. No entanto a Companhia estava obrigada a realizar obras de melhoramentos para facilitar a comunicação entre as zonas produtoras e o centro consumidor³⁷.

A contrapartida para a província era a sua quota na arrecadação. A Receita Geral Imperial era distribuída em Renda Ordinária, correspondente à importação para consumo obtida através dos direitos de importação; Renda de Exportação oriunda dos direitos de Exportação; Despachos Marítimos que eram impostos sobre faróis, docas, armazenagem, etc.; Renda do Interior que eram as rendas das estradas de ferro, serviços públicos, terrenos diamantinos, venda de selos e papéis, impostos sobre indústrias de profissão, loterias, impostos sobre gado, imposto territorial, taxa de escravos, etc.; Renda Extraordinária e Renda com aplicação especial, recaindo sobre produtos animais ou mensais de operações de empréstimos ou sobre produtos já tributados. Portanto, a máquina fiscal estava diretamente ligada ao comércio de cabotagem e se fazia presente pelas repartições da Alfândega, Consulado, Recebedoria, Mesas de Rendas e Coletorias. Sendo a Alfândega a responsável pela maior arrecadação da província e o direito de exportação sua fonte básica de arrecadação, apesar da reclamação dos lavradores e exportadores sobre a sua cobrança.

Arlindo Fragoso informou que em 1910, a Bahia respondia pela sexta arrecadação alfandegária do Brasil, tendo obtido a cifra de 17.222:963\$324. Sendo assim, ficou atrás do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Pará, do Amazonas e de Pernambuco. Ainda assim, não restam dúvidas quanto à importância dos Serviços de Navegação para as receitas do Estado. Em 1914, a renda total da Bahia fora de 15.661:123\$333, sendo que as receitas oriundas das estradas de ferro respondiam por 1.153:184\$417; as de serviços de navegação 2.321:128\$, a renda dos títulos de domínio do Estado 184:148\$500 e as receitas das taxas e impostos 11.989:367\$109³⁸.

A importância do comércio de cabotagem para o desenvolvimento regional foi assim analisado por Iolanda Maria do Nascimento:

Em linhas gerais, o comércio de cabotagem foi um fator de relevo no desenvolvimento regional. Nele se realizou importante acumulação de capitais por intermédio da arrecadação do imposto de exportação, contribuindo para a receita da província,

³⁷ NASCIMENTO, 1986: 28.

³⁸ FRAGOSO, 1916: 164.

que transferiu tais recursos para outros setores da economia da região, principalmente em subvenções às companhias de navegação. Esta transferência se fez diretamente pelo estímulo de outras atividades econômicas, como as atividades manufatureiras e fabris e principalmente nos anos de 1873 em diante, quando da crise econômico-financeira da província acarretando a elevação da taxa de descontos o que provocou a imigração de capitais empregados no comércio para os centros agrícolas, aumentando assim a produção de gêneros; e indiretamente, através da arrecadação de impostos³⁹.

Pode-se então concluir que, o aumento populacional na Bahia fez aumentar o consumo de gêneros alimentícios, exigindo maior abastecimento de bens de consumo e ampliando o movimento comercial nos mercados regionais. Junto a estes, toda uma população flutuante de marinheiros, navegantes e escravos, a serem alimentados, contribuíam para aquecer este comércio. A pequena cabotagem funcionou como mais um elo da corrente que unia a grande cabotagem e a navegação de longo curso no escoamento das produções locais, nacionais e estrangeiras. Tal foi a importância do comércio de cabotagem que este chegou a subsidiar o de longo curso, quando da queda das exportações nos mercados externos, se tornando a melhor alternativa para investimentos de capitais por parte dos grandes comerciantes. Além do mais, a economia escravista de exportação fez desenvolver um mercado urbano e rural de abastecimento, o que incentivou o crescimento extensivo do mercado interno. No entanto, estas mesmas relações limitavam as possibilidades deste mercado interno se relacionar com as mudanças qualitativas observadas na economia mundial. Daí a caracterização do século XIX representar uma fase de transição de formas de capital, assim refletida nas relações observadas no porto.

Esta lógica tornou-se ainda mais clara quando constatamos que os próprios comerciantes, muitos destes antigos traficantes de escravos, e que também eram donos de trapiches e envolvidos em diversas outras atividades relacionadas ao comércio, especialmente o de alimentos, passaram a diversificar seus investimentos, penetrando em setores como transportes urbanos, ferrovias, porto, imobiliário, financeiro, bancário, e também indústria. O nascedouro deste processo foi à acumulação endógena, primitiva, que se deu devido ao dinamismo das trocas internas que cresceram paralelamente à agro-exportação, inicialmente vinculada a esta atividade, visando à alimentação das áreas dedicadas a complementar o mercado internacional de produtos primários, como o açúcar, o café, algodão, e outros. Em seguida, tendo adquirido parte das inversões deste primeiro momento, se tornou relativamente autônoma, com dinâmicas próprias e consolidando a ascensão social de homens de negócios, que atuavam como intermediários entre os centros produtores e o mercado consumidor, ou seja, consolidando a hegemonia do capital comercial, preservando suas características especulativas, frente às outras formas de capital.

³⁹ NASCIMENTO, 1986: 34.

Parte desses comerciantes era formada por portugueses ou filhos de portugueses que enriqueceram após a sua chegada ao Brasil, tendo atuado muitas vezes no tráfico internacional de escravos e diversificaram seus investimentos em outros ramos comerciais, tendo sido atraídos pelas possibilidades de ganhos com a crescente demanda do setor de abastecimento. O que prova que mesmo após a independência, os portugueses não foram substituídos por nacionais, especializando-se na intermediação do grande comércio internacional, e com os centros produtores e consumidores internos. Tratava-se de um grupo pequeno de pessoas que passaram a controlar e a dominar o mercado, atuando muitas vezes de forma consorciada visando obter sempre condições favoráveis a si mesmos. Este segmento adquiriu projeção social, alcançaram cargos em bancos e companhias, tornaram-se proprietários em diferentes ramos, associando-se a segmentos do capitalismo em sua forma mais moderna, como indústrias e bancos. Neste embate entre o tradicional e o moderno trouxe como resultante uma grande transformação na área portuária soteropolitana com a construção do porto concentrado, inaugurado no ano de 1913, por meio de concessão a uma empresa de capital francês.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado da Bahia

APEB — *Livro de Ordens Régias*, 1702-1720.

APEB — *Polícia*, Matrícula de Carroceiros/1866 a 1873. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, maço 5914.

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, Paulo Ormindo de (1985) — *A Alfândega e o Mercado – Memória e Restauração*. Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.

CAMARA, Antonio Alves (1911) — *A Bahia de Todos os Santos: com relação ao melhoramento do seu porto*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzingher.

DECRETO n.º 3.188. «Senado Federal» (1899-01-05).

FERREIRA, Manuel Jesuíno (1875) — *Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

FRAGOSO, Arlindo (1916) — *Notas econômicas e financeiras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e (1919) — *Memórias históricas, e políticas da Província da Bahia*. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado.

TAVARES, Odorico (1967) — *Bahia: Imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.

BIBLIOGRAFIA

BARICKMAN, Bert Jud (2003) — *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHAVES, Cleide de Lima (2001) — *De um porto a outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado.

LEAL, Maria das Graças de Andrade (2016) — *O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX*. In PINHO, José Ricardo Moreno; LEAL, Maria das Graças de Andrade; CRUZ, Maria Cecília Velasco e, org. — *Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos*. Salvador: EDUFBA, p. 77-121.

- LOPES, Rodrigo Freitas (2009) — *Nos currais do Matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.
- MASCARENHA, Cláudio; PEIXOTO, José Augusto (2009) — *Saveiros de vela de içar: 400 anos de história: ameaças, potencialidades e propostas*. «Revista Ver a Cidade», vol. 4, n.º 5, p. 1-21.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz (1978) — *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC.
- NASCIMENTO, Iolanda Maria (1986) — *O comércio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado.
- PINHO, José Ricardo Moreno (2016) — *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858-1878)*. Salvador: EDUNEB/Câmara Municipal de Salvador.
- ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho (1983) — *O porto de Salvador: modernização em projeto: 1854-1891*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. (1981) — *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (2005) — *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal.
- SANTOS, Flávio Gonçalves dos (2007) — *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937*. Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado.
- SANTOS, Milton (1959) — *O centro da cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia.
- SHUARTZ, Stuart B. (1988) — *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1530-1835*. São Paulo: Cia das Letras.
- ZORZO, Francisco (2001) — *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste baiano*. Feira de Santana: UEFS.

OS PLANOS RODOVIÁRIOS DE 1945, 1985 E 1998. UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI

LUÍS MIGUEL PEREIRA FARINHA*

Resumo: Ao completarem-se 20 anos de vigência do plano rodoviário nacional (PRN2000), é oportuno olhar para os três diplomas legais que o contêm, assim como para os dois planos rodoviários que o antecederam.

A disponibilização de uma rede de estradas adequadas às necessidades das populações e da economia e a forma como o setor rodoviário se organiza, a par do seu financiamento, foram objeto de atenção ao longo de todo o século XX; durante o Estado Novo e a Terceira República, período em que a adesão à Comunidade Económica Europeia assume especial importância.

Este artigo é escrito a partir das normas legais, analisa os três instrumentos de planeamento setorial denominados PR, publicados em 1945 (PR45), 1985 (PRN85) e 1998 (PRN2000), com ênfase para a importância das leis, da delimitação do seu objeto, da sua inserção no sistema jurídico e no seu tempo, assim como da necessidade que as leis têm de encontrar as condições políticas, económicas, sociais, culturais, e também tecnológicas, para que a previsão e a estatuição das regras nelas contidas possam produzir, em devido tempo, pelo prazo adequado, os efeitos que o legislador afirma pretender obter e, em simultâneo, corresponder às necessidades das populações propiciando condições de segurança, bem-estar e desenvolvimento.

Palavras-chave: Plano rodoviário; Estrada; Rodovia; Estatuto das Estradas.

Abstract: *The National Road Plan (NRP2000) has been in force for twenty years, so it is a good time to pay some attention to the three legal instruments that contain it, as well as to the two road plans that preceded it.*

The provision of a road network in accordance with the needs of the population, the economy, the way the road sector is organized, along with its financing, have been the focus of much attention throughout the 20th century; during the Estado Novo and the Third Republic, wherein the accession to the European Economic Community is of particular importance.

This article is based on legal rules, examines the three sectoral planning instruments called RP, published in 1945 (RP45), 1985 (NRP85) and 1998 (NRP2000), with emphasis on the importance of the laws, the delimitation of its object, its insertion in the legal system and on its time, as well as the need for laws to meet political, economic, social, cultural, and technological conditions, so that the prediction and provision of the rules contained therein can produce, in due time, the effects that the legislator wanted to achieve and, simultaneously, meet the needs of the population by providing conditions of safety, well-being and development.

Keywords: Highway plan; Road; Highway; Road Act.

* Advogado. Infraestruturas de Portugal, S.A. Email: luis.farinha@infraestruturasdeportugal.pt.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o teor dos principais diplomas legais relativos ao planeamento rodoviário publicados no século XX, que são «poderosos aliados no auxílio à manutenção, melhoramento e construção de novas infraestruturas»¹. Esta análise baseada na interpretação das normas jurídicas do plano rodoviário de 1945 (PR45) e dos planos rodoviários nacionais de 1985 (PRN85) e 1998 (PRN2000) é completada com recurso a vários estudos publicados² e, com especial relevo, às posições expressas nos pareceres do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes (CSOPT), relativos aos projetos legislativos que continham as propostas dos novos planos rodoviários, documentos que foram sempre emitidos por determinação ministerial e anteriores à tomada da decisão política. O presente artigo dá relevo aos documentos que contêm alguns dos trabalhos preparatórios das leis publicadas, regista os diversos aspetos que foram objeto de atenção, ponderação e discussão, que fundamentaram tecnicamente as propostas apresentadas pelos serviços da administração e, de igual modo, pelo menos em parte, as decisões tomadas pelos legisladores que se sucederam no tempo. É que, no nosso país o planeamento rodoviário corporiza-se num instrumento legal, recetor e conciliador de interesses vários; gerais e setoriais; internacionais, nacionais, regionais, municipais e locais; sociais, económicos, de segurança e defesa, de ordenamento do território, ambientais e culturais. É com base na conjugação e priorização destes interesses que se estabelecem as ligações asseguradas pela RRN e o respetivo enquadramento jurídico. Noutra fase do planeamento particularizam-se as diferentes categorias das vias, as respetivas características geométricas, o serviço que prestam, etc.

A importância estratégica do planeamento rodoviário torna obrigatório referir que, em Portugal, desde finais do século XVIII, se preparam planos rodoviários. Neste âmbito, atento ao período analisado neste artigo, releva-se agora a classificação das estradas em duas categorias; reais e distritais, operada em 1889³, por ter vigorado durante as primeiras décadas do século XX⁴, já que a sua revisão foi determinada em 1913,

¹ SILVA *et al.*, [s.d].

² O acrescentado da palavra nacional significa que o plano se refere apenas às estradas da rede rodoviária nacional.

³ SOUSA *et al.*, 2011: 22.

⁴ A crise financeira de 1892, a instabilidade política e social verificada durante a Primeira República e a participação na Grande Guerra criaram sérias dificuldades à disponibilização de meios financeiros que permitissem assegurar a conservação da rede existente e avançar tanto com o planeamento como com a construção de novas estradas. Quando referimos dificuldades relativas à área de planeamento temos em atenção que o plano elaborado de harmonia com a Lei de 22 de fevereiro de 1913, só veio a ser aprovado pelo Decreto n.º 13969, de 20 de julho de 1927, e retificado pelo Decreto n.º 16075, de 26 de outubro de 1928, portanto, já durante a Ditadura Militar.

aprovada em 1927⁵, retificada no ano seguinte, e revogada em 1945⁶. O atual PRN2000, publicado em 1998⁷, já foi revisto duas vezes, em 1999⁸ e em 2003⁹.

A importância da infraestrutura rodoviária de uma região ou de um país pode avaliar-se de várias formas. Numa perspectiva simplista, que tem em vista dar uma imagem da dimensão e da complexidade da realidade portuguesa, deve ter-se presente que a rede rodoviária nacional (RRN), em exploração, tem a extensão de 17 874 km. Este conjunto de estradas constitutivas da RRN¹⁰, previstas no PRN2000¹¹, é concebido para funcionar de forma articulada, para estabelecer as ligações com os demais meios de transporte e com as outras redes rodoviárias, em especial as municipais¹². Ao plano exige-se, portanto, não só uma articulação interna, entre as várias vias que integram a RRN, como, por acréscimo, uma dupla articulação externa: para que a rede sirva como estrutura, como espinha dorsal de um corpo que ligue as demais redes de estradas, em especial as municipais e as espanholas, que chegam às fronteiras terrestres, e para que integre acessos aos locais em que os outros modos de transporte são acessíveis às populações, designadamente, portos, aeroportos e estações de caminho de ferro.

As estradas da RRN integram o domínio público rodoviário do Estado, por força de norma constitucional vigente¹³, que encontra um antecedente próximo na Constituição de 1933¹⁴, estando portanto sujeitas a um regime jurídico de direito público que as subtrai «ao comércio jurídico privado em razão da sua primacial utilização coletiva»¹⁵.

A RRN é, no presente, gerida e explorada na totalidade através de contratos de concessão, sendo o maior concessionário uma empresa pública denominada Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), cujo capital é integralmente detido pelo Estado. Esta empresa «é concessionária de 15 253 km, dos quais 13 664 km em gestão direta (incluindo 3796 km de estradas desclassificadas e ainda não municipalizadas) e 1589 km de rede subconcessionada (através de parcerias estratégicas com privados). Os restantes 2621 km respeitam às Concessões do Estado (entre as quais, 924 km estão alocados às

⁵ MELO, *coord.*, 1944. (Parecer n.º 1526 do CSOPT); *vd.* Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

⁶ Decreto n.º 16075. «D. G. I Série», 247 (1928-10-26) 2198-2209.

⁷ Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454.

⁸ Lei n.º 98/99. «D. R. I-A Série», 172 (1999-07-26) 4652-4654.

⁹ Decreto-Lei n.º 182/2003. «D. R. I-A Série», 188 (2003-08-16) 5115-5117.

¹⁰ «Rede rodoviária — conjunto de estradas de uma determinada zona». ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DA ESTRADA, 2007.

¹¹ A rede de estradas nacionais corresponde ao conjunto de vias sob administração do Estado. As estradas podem estar sob gestão de regiões autónomas, de regiões administrativas, de municípios, de concessionários, de outras entidades, de acordo com a organização político-administrativa de cada país.

¹² A importância concedida às redes rodoviárias pode aferir-se através do investimento feito. Neste âmbito *vd.* PEREIRA & PEREIRA, 2016: 45 e segs.

¹³ Artigo 84.º, n.º 1, d), na redação conferida pela Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho.

¹⁴ Artigo 49.º.

¹⁵ CAETANO, 1994: 881.

ex-SCUT¹⁶). A rede de autoestradas de Portugal continental estende-se por 3087 km, dos quais 541 km encontra-se sob gestão direta ou indireta da IP¹⁷. A rede de alta prestação sob gestão direta ou indireta da IP corresponde a 305 km e integra autoestradas bem como outras estradas com perfil de autoestrada¹⁸. Para além da IP, muitas vezes referida como concessionária geral, existem mais 14 outras concessões, que exploram e gerem mais de 2600 km de autoestradas, ao abrigo de contratos celebrados entre o Estado e empresas privadas¹⁹.

O PLANO DE 1945

A criação da Junta Autónoma das Estradas (JAE), em 1927, dotou o país de uma organização que, perante a situação de abandono em que se encontrava grande parte da rede rodoviária²⁰, desse «o primeiro impulso que permitisse restaurar parte das mais importantes estradas nacionais e construir outras, por forma a satisfazer as mais instantes necessidades da circulação rodoviária»²¹, o que exigiu o respetivo financiamento²². Nos anos 30, incorporando os desenvolvimentos da engenharia rodoviária então verificados, e tendo em vista o desenvolvimento de outras políticas para que a existência de uma rede rodoviária contribui, começou a ser preparado um novo plano rodoviário (PR), publicado em 1944 e republicado no ano seguinte²³. O PR45 reclassificou as estradas do continente e definiu um novo plano, revelando preocupações relativamente à desigualdade territorial e à necessidade de melhorar as características técnicas das estradas. A primeira preocupação, que dava ênfase às suas funções económica e social, considerava a necessidade de melhorar o aspeto económico das regiões mal servidas por estradas, acompanhando a sua valorização através de outras medidas, «quer pela arborização das suas serras, quer pela utilização de baldios, fomento mineiro, construção de barragens para os aproveitamentos hidroagrícolas e hidroelétricos»²⁴.

¹⁶ SCUT é acrónimo de *sem custos para o utente*.

¹⁷ A rede nacional de autoestradas é formada pelos elementos da RRN especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado, que não servem as propriedades limítrofes, nos termos do artigo 5.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho. Não constitui um conjunto de estradas que acresçam à restante rede, pois são constituídas por itinerários principais e por itinerários complementares, como resulta da Lista IV anexa ao PRN.

¹⁸ Dados relativos a 2016. Disponíveis em <<http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede/rodoviaria>>. [Consulta realizada em 02/10/2018].

¹⁹ De acordo com o disponível em <<https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Rodovi%C3%A1rio-405>>. [Consulta realizada em 01/10/2018], em 2016, o parque automóvel nacional era composto por 6 208 350 veículos. Nas estradas abertas ao tráfego, integradas na rede nacional, nas redes municipais, florestais, etc., verificaram-se 34 416 acidentes, de que resultou a morte de 510 pessoas. Nestas estradas portuguesas, há dois anos, foram transportadas 148 626 toneladas de mercadorias e 17 858 981 passageiros.

²⁰ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 23239. «D. G. I Série», 265 (1933-11-20) 2017-2028.

²¹ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 33916. «D. G. I Série», 196, 1.º Suplemento (1944-09-04) 851-872.

²² Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 23239. «D. G. I Série», 265 (1933-11-20) 2017-2028.

²³ Decreto-Lei n.º 33916. «D. G. I Série», 196, 1.º Suplemento (1944-09-04) 851-872; Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

²⁴ SOUSA, 2016: 189 (cita o Decreto-Lei n.º 34593).

A segunda preocupação consistiu em dotar o país de estradas concebidas de acordo com o conhecimento então disponível, construídas de forma e com a incorporação dos materiais e equipamentos que as tornassem aptas para o trânsito dos veículos também concebidos e construídos nos termos permitidos pela evolução tecnológica verificada e, ainda, pelos melhoramentos tecnológicos esclarecidamente esperados.

O legislador indica os seus objetivos; adequar a classificação das estradas à função económica efetivamente desempenhada, de acordo com a orografia da região em que cada uma se insere e com as características técnicas adequadas a cada classe; proceder à classificação das estradas municipais tendo em vista a necessidade de compatibilizar os interesses locais com as ligações interconcelhias que também devem assegurar, constituindo uma rede complementar à das estradas nacionais e que, como tal, também têm uma função económica a desempenhar; proceder, por último, à classificação dos caminhos municipais, que devem assegurar as ligações de aglomerados urbanos às estradas nacionais e municipais, nos casos em que tais aglomerados ainda não estivessem servidos por essas vias de comunicação²⁵.

As inovações introduzidas pelo PR45 comportam o aumento do número das categorias em que se dividem as vias rodoviárias; passam a existir no nosso país, pela primeira vez, três classes de estradas nacionais, como ainda hoje se verifica, e as vias municipais repartem-se por duas categorias. Em simultâneo aumenta a extensão das estradas nacionais classificadas, que passam a atingir os 20 597 km, sendo 5926 de 1.ª classe, 5658 de 2.ª classe e 9013 de 3.ª classe. Este aumento deve-se à classificação como nacionais de algumas estradas municipais e a outras de classificação nova.

O PR45 apresenta a parte dispositiva dividida por cinco capítulos; o primeiro, relativo à classificação das vias; do segundo ao quarto, respetivamente, às características técnicas das estradas nacionais, das estradas municipais e dos caminhos públicos, municipais e vicinais; o quinto e último reservado para as disposições gerais e transitórias. Não se trata, portanto, de um simples PR nacional, que se circunscreve aos itinerários incluídos na rede nacional, já que estabelece regras aplicáveis às vias das autarquias locais, a cargo dos municípios e das freguesias²⁶. A classificação dos itinerários, ou das comunicações públicas rodoviárias, é inovadora e compreende estradas nacionais de três classes; estradas e caminhos públicos municipais e caminhos vicinais. Esta repartição tem que ver com as ligações asseguradas pelas diferentes categorias de vias, de que resultam as respetivas características técnicas e as entidades por elas responsáveis, e de quem ficam a cargo.

²⁵ MELO, *coord.*, 1944 (Parecer n.º 1526 do CSOPT, p. 2 e 3).

²⁶ Este objeto foi reduzido nos PRN85 e PRN2000, que têm na RRN, o seu foco. A designação PR, utilizada em 1945, é mais abrangente do que a de PR Nacional, introduzida pelo legislador em 1985, e reutilizada em 1998, uma vez que, nestes últimos casos, os diplomas têm como objeto as estradas da RRN, remetendo para legislação, a publicar, os regimes jurídicos das restantes redes de estradas, nomeadamente as regionais e as municipais.

As estradas nacionais ficam sob jurisdição da JAE. As duas primeiras classes constituem a rede fundamental. As mais importantes, as de 1.^a classe, ligam os centros de maior relevo entre si e estabelecem as ligações aos portos e às fronteiras, assim como às sedes de distrito. Têm a função de estabelecer «ligações fáceis e rápidas»²⁷. Dentro desta categoria de estradas nacionais há 18 estradas consideradas itinerários principais, numeradas de 1 a 18. São as ligações estruturantes, «que constituem as linhas de comunicação de maior interesse nacional e que servem de apoio a toda a rede das estradas nacionais»²⁸. As estradas nacionais de 2.^a classe completam a rede fundamental das estradas nacionais, cabendo-lhes assegurar a ligação dos principais centros de cada distrito entre si e com as estradas de 1.^a classe. As estradas nacionais de 3.^a classe, fora da rede fundamental, asseguram as ligações entre as estradas das duas classes superiores, ligam os concelhos entre si e servem regiões ricas, portos, estações de caminho de ferro e zonas de turismo.

As estradas municipais, tal como os caminhos municipais, ficam a cargo das câmaras em cujo território se encontram. A definição destas estradas é feita, em primeiro lugar, com base num critério formal; não estarem classificadas como nacionais, que ainda hoje é válido. A função que desempenham consiste, no caso das estradas, em assegurar as ligações com interesse para um ou mais concelhos «ligando as respetivas sedes às diferentes freguesias e povoações e estas entre si ou às estradas nacionais»²⁹. Os caminhos públicos podem ser municipais ou vicinais. No primeiro caso asseguram ligações de interesse secundário e local, exige-se apenas que permitam o trânsito automóvel³⁰. Os caminhos vicinais, que ficam a cargo das juntas de freguesia, são destinados «ao trânsito rural e só excecionalmente permitirão o trânsito automóvel»³¹.

Igualmente importante é o estabelecimento das características técnicas das estradas nacionais, nomeadamente dos raios das curvas, das inclinações máximas permitidas, das larguras das faixas de circulação, devidamente pensadas para as diversas classes e, dentro destas, adaptadas à orografia do terreno. Das características técnicas estabelecidas decorrem os custos de construção e de conservação, as condições de circulação e o serviço que podem prestar. Acresce ainda a disposição relativa à autoestrada, um tipo de via que alguns países começaram a construir na década de 30³². Estabeleceu-se que apenas se admitia o trânsito de veículos automóveis, como ainda hoje se verifica, e que as características técnicas seriam fixadas casuisticamente. Para além da classificação das estradas, merece destaque a adoção de um novo sistema de numeração, que chegou aos nossos dias devido à sua simplicidade e facilidade de compreensão. A numeração

²⁷ Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

²⁸ Artigo 2.º, § único do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

²⁹ Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

³⁰ Artigo 6.º, al. a) do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

³¹ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

³² Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.

das estradas de 1.^a classe faz-se de 1 a 200, reservando-se para a primeira centena os itinerários principais e para a segunda as restantes estradas desta categoria. As estradas de 2.^a classe são numeradas de 201 a 300 e as de 3.^a classe de 301 em diante.

O longo tempo de vigência do PR45, que foi de 40 anos, exigiu que lhe fossem introduzidas alterações motivadas por classificações e desclassificações de troços de estradas e por novas construções. Em 1953 a autoestrada a construir entre Lisboa e Vila Franca de Xira³³ foi integrada na rede das estradas nacionais, quatro anos mais tarde são alterados os anexos ao diploma inicial, de que resulta a classificação e desclassificação de troços de estradas³⁴, o que se verifica por mais sete vezes, até à revogação deste plano³⁵.

O PLANO DE 1985

O PR45 esgotou-se «perante a evolução entretanto verificada na estrutura socio-económica e demográfica, bem como no aumento e distribuição dos volumes e das cargas dos transportes rodoviários»³⁶. Houve necessidade de reformular o PR, procedendo à reclassificação da rede nacional, reduzindo a sua extensão para cerca de metade e definindo níveis de serviço, em substituição das antigas características geométricas. Os padrões de tráfego, a estrutura demográfica e a própria organização administrativa do país tinham-se alterado³⁷; a relação entre a administração central e a administração local também se baseava em novas regras. A proposta de revisão do PR apresentada ao CSOPT considera que «a rede é de extensão exagerada e a rede geral insuficiente, com a agravante de as suas características serem impróprias»³⁸. Esta proposta não tratava das matérias relativas às redes municipais, opção que foi mantida no diploma legal que publicou o plano, em que se previa a aprovação da regulamentação específica destas redes rodoviárias no prazo de seis meses³⁹. A proposta continha uma estimativa global do investimento a fazer com obras de construção e reconstrução, necessárias à adequação integral da rede, admitindo que o conjunto dos lanços previstos com faixa simples seria concluído ao fim de uma década e o conjunto a que atribui necessidade de faixa dupla ao fim de duas⁴⁰, o que o CSOPT considerou equivaler a um programa geral de atividade da JAE no domínio da construção⁴¹.

³³ Decreto-Lei n.º 39317. «D. G. I Série», 176 (1953-08-14) 1097-1098.

³⁴ Decreto-Lei n.º 40985. «D. G. I Série», 19 (1957-01-23) 60-61.

³⁵ Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

³⁶ Despacho do Ministro do Equipamento Social n.º 114/85, n.º 1, anexo ao Parecer n.º 6037 do CSOPT. OLIVEIRA *et al.*, 1990.

³⁷ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.2).

³⁸ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 2.1.1).

³⁹ Art.º 13.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁴⁰ A revisão do plano ao fim de 15 anos pode considerar-se prematura em face desta previsão.

⁴¹ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.2).

O PRN85 circunscreve o seu objeto às comunicações públicas rodoviárias do continente, «que desempenham funções de interesse nacional ou internacional»⁴². Os seus objetivos eram seis: o correto funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento das potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão financeira e administrativa da rede. O novo plano ia no sentido de estabelecer um novo fundo doutrinário para a modernização das infraestruturas rodoviárias do país, adequando-as às exigências, no plano económico, dos transportes por estrada⁴³. Do ponto de vista legal a proliferação de diplomas que continham alterações ou aditamentos ao PR45 já ultrapassava as duas dezenas pelo que, era necessário atualizar, unificar e sistematizar as normas em vigor. Mais uma vez, a JAE desenvolveu os estudos técnico-económicos relativos ao correto dimensionamento da rede de estradas, que serviram de suporte ao PRN85, tendo em vista a contribuição do sistema rodoviário para se atingirem os objetivos atrás referidos. Estes objetivos assim definidos, de forma vaga, sem quantificação, nem calendarização, constituíam meras orientações políticas, em linha com os problemas identificados e certamente com algumas das reivindicações e aspirações então objeto de maior atenção. E, «aceitando-se como válidos os argumentos aduzidos no PRN para se reduzir a extensão da rede rodoviária classificada como nacional, restringindo-se a ação da JAE à construção e manutenção desta parte da rede nacional, parece haver de definir simultaneamente, com realismo e racionalidade, por quem, como e com que meios será construída, mantida e atualizada a rede de estradas e caminhos municipais, cuja extensão corresponderá a perto de 75% da rede rodoviária do País, e bem assim, qual o processo e programa a que obedecerá a transferência de responsabilidades»⁴⁴. As tarefas envolvidas com o planeamento e a gestão de uma rede de estradas colocam desafios, apresentam exigências que não permitem considerar a transferência das respetivas atribuições para os municípios no mesmo plano de outras atividades. Há exigências ao nível do conhecimento técnico e científico, do inerente suporte organizacional, da dotação de meios humanos e materiais, alguns de alta tecnologia, e ainda dos demais equipamentos adequados. Não existia, tal como ainda hoje, um PR municipal, ou das redes municipais, que importaria completasse e se articulasse com o PR nacional, em que estivessem definidas as regras relativas à metodologia de planeamento, as características técnicas de uma rede municipal, as normas de projeto, nem os processos económicos de conservação⁴⁵.

⁴² Art.º 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁴³ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 5 Conclusão 1).

⁴⁴ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.8).

⁴⁵ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.4.1. [estradas municipais]). Em 9 de julho de 1996, o Conselho Superior de Obras Públicas emitiu o Parecer n.º 6056/96, relativo ao projeto de Decreto-Lei relativo à construção, conservação e reconstrução de estradas municipais, não tendo sido publicado o respetivo diploma.

As estradas nos anos 80 do século XX tinham que ser adaptadas ao acréscimo de tráfego, ao aumento do peso por eixo e das velocidades praticadas, à fixação de níveis de serviço, à proteção do meio ambiente e à incorporação de novas técnicas construtivas e de conservação, nomeadamente ao nível dos pisos. Atribuir isoladamente a cada município a gestão das estradas a desclassificar não foi, por isso, considerado recomendável pelo CSOPT, atento aos recursos de que as autarquias dispunham e aos que poderiam vir a adquirir em prazo razoável. Mais tarde, veio a verificar-se «a contestação do Poder Local à desclassificação de estradas que o Decreto-Lei n.º 380/85 transferira para a orbita municipal, sem que, nesta dúzia de anos passados, tivesse sido possível regulamentar os correspondentes termos de transferência»⁴⁶.

No PRN85 «definem-se os objetivos da rede nacional e os critérios funcionais e operacionais a adotar para os satisfazer e a consequente rede de estradas nacionais subdividida em rede fundamental e rede complementar»⁴⁷. Trata-se de um documento que apresenta menor extensão; cujo preâmbulo é mais parco em enquadramento e explicação das decisões tomadas do que se verifica relativamente ao PR45, que substituiu. Em várias disposições o legislador remete para momento posterior a definição das regras concretamente aplicáveis. Com efeito, o programa de construção de variantes à travessia de aglomerados urbanos, as características técnicas dos itinerários principais e das estradas da rede nacional complementar, assim como o diploma regulamentador da rede municipal foram deixados para mais tarde⁴⁸. A generalidade das características técnicas foram estabelecidas pela JAE, em várias compilações de normas técnicas, o que correspondeu ao parecer emitido, no sentido de «que o PRN deve prescrever apenas os critérios fundamentais [...]: o nível de serviço, o estatuto das vias e a homogeneidade de características enquanto a especificação pormenorizada dos parâmetros e limiares a respeitar no dimensionamento das vias, nos planos geométrico, dinâmico e ambiental, não deverá figurar expressamente no PRN, antes ser incluída nas normas de projeto ou disposições legais específicas»⁴⁹.

A prioridade, ao tempo, consistia em organizar o país para a utilização dos fundos que a Comunidade Económica Europeia disponibilizava para a construção e para a requalificação das estradas⁵⁰. O objetivo de que a JAE concentrasse a sua ação nos eixos principais foi atingido através da desclassificação de cerca de 12 000 km de estradas nacionais, que se destinavam a ser entregues às autarquias locais em cujo território se encontravam, o que desde então tem vindo a fazer-se caso a caso, com contrapartidas

⁴⁶ BORGES *et al.*, 1999b (Parecer n.º 6057/97 do CSOPT, 4.1).

⁴⁷ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOP).

⁴⁸ Artigos 11.º a 13.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁴⁹ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.7.4).

⁵⁰ Sobre os financiamentos recebidos ao longo dos anos da Comunidade Económica Europeia *vd.* ANTUNES, 2011: 25 e seguintes.

a favor dos municípios⁵¹. A rede de estradas nacionais, identificada nos quadros anexos ao diploma legal que aprova o PRN85, continua dividida em três categorias, agora denominadas de itinerários principais, itinerários complementares e outras estradas. A denominação itinerário principal (IP), numa revitalização da denominação já utilizada em 1945⁵², fica reservada para as ligações mais importantes, «de maior interesse nacional, que servem de base de apoio a toda a rede das estradas nacionais, os quais asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras»⁵³. A rede complementar, que assegura as ligações «entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas infradistrital»⁵⁴, é constituída pelos itinerários complementares e pelas outras estradas. O itinerário complementar, conceito agora introduzido, «abrange, por um lado, ligações extraurbanas de médio e longo cursos, algumas paralelas aos IP, e, por outro, vias envolventes e de acesso às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com elevada procura de tráfego»⁵⁵, integra «as vias que estabelecem as ligações de maior interesse regional, bem como as principais vias envolventes e de acesso às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto»⁵⁶. As demais estradas integradas na rede complementar adquirem a designação de outras estradas⁵⁷.

A definição da rede assentou, mais uma vez, em critérios funcionais, que pouco se afastam dos utilizados no PR45, sendo de salientar o seu caráter administrativo; «ponderam, em certa medida, aspetos da estratificação ao longo do tempo da própria estrutura socioeconómica do País, aferida pela importância dos centros urbanos e também pela inclusão das ligações internacionais, aos portos e às fronteiras», considerando-se incompleta a ponderação da «própria procura; na verdade a geração de tráfego depende, essencialmente da demografia: da população ativa»⁵⁸. A definição das características técnicas das vias é feita através da fixação de níveis de serviço⁵⁹ que cada tipo de estrada deve prestar, o que introduz uma nova dinâmica à gestão da rede rodoviária pois «permite tomar em consideração alguns aspetos relevantes para o regime de funcionamento das estradas como são: a velocidade de utilização e o tempo de percurso, as interrupções e atrasos no escoamento das correntes de tráfego, a liberdade de manobra para conservar a velocidade pretendida, o esforço pedido aos condutores,

⁵¹ A opção de proceder à transferência de troços de estrada nacional para os municípios não é uma singularidade portuguesa.

⁵² OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.6.2.i)).

⁵³ Art.º 2.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁵⁴ Art.º 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁵⁵ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.6.2.iii)).

⁵⁶ Art.º 3.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁵⁷ Art.º 3.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁵⁸ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.3).

⁵⁹ Em alternativa poder-se-ia ter seguido o critério da fixação de velocidades de projeto. Neste sentido *vd.* OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.4).

a segurança dos utentes e o custo de operação dos veículos»⁶⁰. Assim, o legislador, com base numa classificação de níveis de serviço de origem norte-americana, estabeleceu que os itinerários principais devem assegurar correntes de tráfego estáveis e permitir uma razoável liberdade de circulação aos condutores e, para as estradas da rede nacional complementar, estabeleceu condições de circulação relativamente estáveis, embora com restrita liberdade quanto à velocidade e a ultrapassagens, o que corresponde respetivamente aos níveis B e C⁶¹.

O PRN85 introduziu regras especiais para os itinerários principais; proíbe a circulação de peões, de velocípedes e de veículos de tração animal; determina que devem ser vedados e proíbe os acessos a partir de propriedades marginais. Os itinerários complementares apresentam restrições relativas aos acessos.

O PLANO DE 1998

Ao fim de 15 anos de vigência, o PRN85 foi substituído por um novo plano «tendo em consideração a experiência obtida com a sua implementação e os desenvolvimentos socioeconómicos verificados após a adesão de Portugal à União Europeia»⁶². O novo plano, conhecido por PRN2000, aumenta a extensão da RRN, que passa de 9900 km para 11 350 km, cria a nova categoria das estradas regionais, altera a denominação da categoria das «outras estradas» para «estradas nacionais», numa designação que recupera a terminologia de 1945, mantém as designações de itinerário principal e itinerário complementar, altera a classificação de algumas estradas, refere-se a aspetos relativos ao ordenamento do território, à segurança rodoviária, à gestão do tráfego através da utilização de novos meios tecnológicos, estabelece algumas regras relativas à integração de troços de estrada desclassificados nas redes municipais.

Tal como em 1985, não se inclui no PR2000 a disciplina aplicável às estradas municipais, desde logo, por não existir um conhecimento rigoroso da realidade destas, designadamente a «inventariação das estradas municipais, com caracterização em termos de tráfego, de geometria, de estado de conservação dos respetivos pavimentos e do equipamento de sinalização e segurança disponível»⁶³. O legislador volta a determinar que o regime aplicável às estradas municipais⁶⁴, e agora também às estradas regionais, na expectativa da criação das regiões administrativas⁶⁵, será objeto de diplomas próprios,

⁶⁰ OLIVEIRA *et al.*, 1990 (Parecer n.º 6037 do CSOPT, 3.3.7.1).

⁶¹ Níveis de serviço estabelecidos pela metodologia do *Highway Capacity Manual*. TRANSPORTATION RESEARCH BOARD, 1985.

⁶² Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 222/98, «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454.

⁶³ BORGES *et al.*, 1999b (Parecer n.º 6057/97 do CSOPT 4.3. a)).

⁶⁴ BORGES *et al.*, 1999a (Parecer n.º 6056/96 do CSOPT relativo ao projeto de Decreto-Lei relativo à construção, conservação e reconstrução de estradas municipais).

⁶⁵ O referendo sobre a regionalização realizou-se em 8 de novembro de 1998.

a publicar⁶⁶, o que ainda não se verificou apesar dos 20 anos decorridos desde então. Quanto à classificação das estradas, a rede fundamental continua a ser constituída pelos itinerários principais, que asseguraram as ligações de maior interesse nacional, em termos idênticos aos estabelecidos em 1985⁶⁷, com semelhantes restrições relativamente ao trânsito de peões e de certas categorias de veículos⁶⁸. A rede complementar continua a integrar duas categorias de estradas: os itinerários complementares e as estradas nacionais. Os itinerários principais asseguram as ligações entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas infra-districtal. As outras estradas do PRN85 correspondem à categoria residual das estradas nacionais do PRN2000⁶⁹. As características técnicas das estradas, sob a epígrafe enquadramento técnico normativo, são agora remetidas para legislação a publicar⁷⁰. Os níveis de serviço mantêm-se inalterados⁷¹.

Posto isto, das novidades a assinalar no PRN2000 indica-se o aparecimento das estradas regionais que asseguram as ligações com interesse supramunicipal e complementar à RRN, as quais, até à, então, prevista instituição das Regiões, se mantinham sob responsabilidade da administração central, sujeitas ao enquadramento normativo das estradas da RRN. As funções destas estradas reconduzem-se ao desenvolvimento e serventia das zonas fronteiriças, costeiras e outras de interesse turístico, a ligação entre agrupamentos de concelhos constituindo unidades territoriais e a continuidade das estradas regionais nas mesmas condições de circulação e segurança⁷².

A proposta do novo plano foi objeto de uma análise bastante crítica pelo CSOPT, que a considera insuficientemente fundamentada face à alteração verificada na última década, que permitia e exigia uma cuidadosa avaliação dos investimentos feitos⁷³. Esta análise focou-se, premonitoriamente, em vários aspetos que, ao longo do tempo, tiveram importância. Os objetivos do plano limitavam-se a reproduzir os do PRN85, sem a inclusão de um novo relativo à harmonização e articulação da rede rodoviária, então concebida como peça fundamental dum sistema de transportes e que deve assegurar

⁶⁶ Art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454; Art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁶⁷ Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454; Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁶⁸ Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454; Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁶⁹ Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454; Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁷⁰ Art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454; Art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁷¹ Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454; Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

⁷² Art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454.

⁷³ BORGES *et al.*, 1999b (Parecer n.º 6057/97 do CSOPT, 3.4.1).

o desenvolvimento durável e sustentado⁷⁴, após um período especialmente caracterizado pela construção de novas vias. A pronúncia do CSOPT faz, ainda, apelo à concretização dos objetivos de potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, de contribuir para o desenvolvimento de potencialidades regionais e da redução do custo global dos transportes, que associa à necessidade de articulação do PRN2000 com os planos de ordenamento do território, aprovados em grande número na década de 90 do século XX. Logo no ano seguinte à publicação do plano, por apreciação parlamentar, procedeu-se à alteração das listas relativas aos itinerários complementares, às estradas nacionais, à rede de autoestradas e de estradas regionais⁷⁵.

Outra nota importante do CSOPT refere-se ao «melindroso processo» de transferência para os municípios dos troços de estradas desclassificados⁷⁶, cujo regime passa a estabelecer a alternativa de a entrega da estrada pela administração central ao município ser acompanhada por obras que reponham esta em bom estado ou mediante a celebração de acordos equitativos, que muitas vezes corresponderam à entrega de montantes pecuniários aos municípios. O Conselho identifica na proposta de plano apresentada contradições na política seguida desde 1985, por se aumentar a extensão da rede rodoviária que se tinha diminuído, numa época em que se chamava a atenção para a situação do nosso país, na fase final de vigência do PR45, em que existia uma rede de estradas nacionais que, comparativamente, era três vezes superior à da generalidade dos países da Europa. A propósito das opções de inclusão e exclusão de troços de estrada da RRN, importa ter presente que o PRN2000 foi alterado pela segunda vez, em 2003, pelo Governo⁷⁷.

O PRN2000 contém várias disposições em que se estabelece a necessidade de publicar outra legislação, regulamentos ou proferir decisões de natureza administrativa que completem o enquadramento normativo aprovado, nomeadamente quanto à criação de circulares e variantes, ao enquadramento técnico-normativo das estradas e ao combate à sinistralidade rodoviária⁷⁸.

A denominação PRN2000 indica a pretensão de moldar a rede e as vias rodoviárias para o novo século, sendo certo que se lhe reconhecem insuficiências, nomeadamente quanto ao seguinte:

Em primeiro lugar, a continuada incapacidade para gerir adequadamente a repartição de missões entre o poder central e os municípios e, em segundo, ao contrário do que vem acontecendo desde há pelo menos três décadas noutros países, a ausência (mesmo nos planos mais recentes) de referências a critérios objetivos de avaliação de

⁷⁴ Art.º 2.º, n.º 1 da Lei n.º 10/90. «D. R. I Série», 64 (1990-03-17) 1306-1314.

⁷⁵ Apreciação Parlamentar n.º 58/VII; Lei n.º 98/99. «D. R. I-A Série», 172 (1999-07-26) 4652-4654.

⁷⁶ BORGES *et al.*, 1999b (Parecer n.º 6057/97 do CSOPT, 3.4.1).

⁷⁷ Decreto-Lei n.º 182/2003. «D. R. I-A Série», 188 (2003-08-16) 5115-5117.

⁷⁸ Art.ºs 8.º a 10.º do Decreto-Lei n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.

projetos, nomeadamente com o recurso à análise custos-benefícios, a partir da qual se deveriam definir prioridades para a execução de projetos.

Esperava-se também poder encontrar, pelo menos nos Planos Rodoviários mais recentes (1985 e 2000), os traços gerais das prioridades, a calendarização e os meios orçamentais (quantitativos e fontes) a serem solicitados para a sua execução. Como tal não se verificou, acredita-se que, tal como no passado, continua a confundir-se a elaboração de planos com esquemas diretores, dificultando uma execução mais rigorosa e transparente. Do exposto decorre que o plano de 2000, não resultou numa modificação clara na tomada de decisão nem mesmo no discurso dos governantes quando se deslocam às várias regiões do país e continuam a prometer estradas como os instrumentos para o desenvolvimento, porque a decisão continua a não se basear numa análise clara dos custos e dos benefícios para os territórios envolvidos⁷⁹.

NOTAS FINAIS

O planeamento rodoviário é formalizado no nosso sistema jurídico através de diplomas legais que, por aprovarem planos estratégicos, envolvem opções políticas de longo prazo, que determinam a realização de investimentos vultuosos, alteram as paisagens e influenciam a ocupação do território. Por isso, o maturado conhecimento da realidade subjacente e a cuidada preparação e fundamentação técnica das decisões são essenciais.

Finda a Primeira República, as novas autoridades não avançaram logo para um novo plano, que espelhasse a sua visão e ambição, ou que simplesmente afirmasse o seu poder, mas ativeram-se ao plano elaborado de harmonia com a Lei de 22 de fevereiro de 1913, que aprovaram em 1927 e corrigiram no ano seguinte. O novo plano só aparece no final da guerra, em 1944, após demorados e aprofundados estudos em que se sopesaram tanto a experiência nacional como os modelos estrangeiros. O legislador apresenta uma conceção holística do sistema viário, em que inclui normas relativas às vias nacionais, municipais e vicinais, e introduz conceitos e critérios legais, que criaram um legado ainda hoje presente entre os técnicos do setor rodoviário. A nova classificação das vias, a definição das suas características e do serviço que prestam, a articulação da ação da JAE com os municípios, a articulação das diversas redes, tudo encontra normas que, sistematicamente enquadradas e organizadas num só diploma, definem, regulam e esclarecem.

O plano seguinte, publicado 40 anos depois, surge já num contexto socioeconómico completamente diferente, com a Terceira República politicamente estabilizada e a população a olhar para o desenvolvimento dos países da Comunidade Económica Europeia, para o nível e a qualidade de vida das respetivas populações. O PRN85 também é publicado tendo em vista os novos tempos, quando se sabia que os fundos comunitários

⁷⁹ PACHECO, 2001: parte 2, cap. 3.2.3.

iriam permitir construir novas estradas, reduzir tempos de viagem, facilitar a mobilidade. A primazia foi efetivamente dada à construção, por a rede existente não responder às necessidades. O legislador faz novas opções, alinhadas pela experiência estrangeira, em que se destacam a enorme redução da extensão da rede nacional com a passagem dos troços desclassificados para a administração dos municípios, a nova classificação de estradas e a definição de níveis de serviço, em substituição das antigas características geométricas. O legislador modernizou o modelo de gestão da rede, mas revelou-se incapaz de aprovar o diploma regulamentador da rede municipal durante todo o tempo de vigência do PRN85, pelo que criou um vazio legal. O novo enquadramento dos municípios, a sua autonomia relativamente à administração central, a luta política e a acomodação dos atores em presença levou a que, até hoje, não exista um diploma regulamentador da rede municipal. Após 13 anos de vigência, a revogação do PRN85 foi prematura e a sua substituição pelo PRN2000, de acordo com a posição expressa do CSOPT, não foi devidamente fundamentada.

O ciclo político iniciado em 1995 será porventura o principal indutor da publicação do novo plano que pretendia aumentar a rede nacional e antecipar a regionalização. Mantém-se a opção pelos níveis de serviço, por remeter para legislação a publicar o regime das outras redes de estradas. As listas das estradas aprovadas pelo PRN2000 não estavam devidamente consolidadas; são alteradas no ano seguinte à publicação do plano e, novamente, quatro anos volvidos.

O PRN2000, em vigor, apresenta alguns aspetos que, há muito, estão sinalizados como merecedores de atenção, nomeadamente, a identificação de algumas estradas da rede fundamental, a função e o regime das estradas regionais, a repartição da rede entre a administração central e os municípios, assim como a inexistência de um regime próprio das estradas municipais.

Começando pelo primeiro aspeto referido, a numeração das estradas nacionais no PR45 foi sempre considerada como especialmente simples, pela clareza e facilidade de compreensão que introduziu, tanto assim que, até hoje, estas vias continuam a ser identificadas com os números que lhes foram atribuídos em 1944. Ora, os IP e os IC apresentam uma numeração que não tem na sua base qualquer critério, pelo menos, facilmente apreensível por quem estude o itinerário a seguir para fazer uma viagem. Da numeração não resulta qualquer orientação relativa às ligações que asseguram; por exemplo norte/sul, litoral/interior, nem a sequência numérica serve para orientar o viajante quanto às estradas a tomar, umas a seguir às outras, para atingir um determinado ponto do território. Trata-se de uma dificuldade que está identificada, cria distorções, gera dificuldades e tem sido objeto de estudos⁸⁰.

⁸⁰ Os modernos sistemas de orientação, facilmente acessíveis, diminuem, em nosso entender, a incidência do problema.

O PRN2000 introduziu as estradas regionais que, por não terem sido acompanhadas pelo estabelecimento das regiões administrativas, ficaram a cargo da administração rodoviária com possibilidade de serem entregues às autarquias nos mesmos termos das estradas desclassificadas. A criação das estradas regionais foi objeto de crítica por parte do CSOPT que, «não lhe alcança significado prático antes da institucionalização das Regiões».

Antes pelo contrário, entende que, no fundo, reclassifica-se hoje o que se desclassificara ontem, aumentando em cerca de 5 000 km a extensão da rede nacional (que fora reduzida em 12 000 km, com o PRN85)⁸¹. Acresce, ainda, como se vê, uma oscilação, uma diversidade de critérios quanto às funções das estradas, à conceção e à definição do que devem ser a rede nacional e as redes municipais, com consequências relativas às entidades que devem assegurar a gestão das vias, detendo o conhecimento, a massa crítica e os meios adequados.

Outro problema identificado, surgido com a revogação do PR45, resulta de as estradas municipais não terem uma gestão baseada em critérios idênticos ao longo de todo o território do continente, com distorções importantes ao nível da uniformidade de traçado, da sinalização rodoviária, do planeamento, da construção, da conservação e da exploração das redes viárias municipais, que são diferentes de concelho para concelho. Com efeito, não estão fixadas as características geométricas para a rede municipal, a generalidade dos municípios não tem uma rede que justifique dispor de um quadro técnico com a devida especialização em estradas, nem existe qualquer organismo encarregado de enquadrar a ação de quase três centenas de municípios do continente. Recorda-se que, não existe um inventário atualizado das vias municipais com todas as inerentes dificuldades⁸².

Neste momento, em que o PRN2000 está executado em mais de 70% dos itinerários previstos⁸³, estão em execução um programa de iniciativa do Governo e um procedimento legislativo que têm interferência na sua execução. Com lançamento em 2017 e, em curso, o Programa de Valorização das Áreas Empresariais veio adicionar à rede existente um conjunto de ligações da rede nacional a 12 parques empresariais criados pelas autarquias locais. O Governo indica como objetivo deste novo plano reforçar a competitividade das empresas, potenciar a criação de emprego e aumentar as exportações. Na fase de lançamento previa-se um investimento global de 180 milhões de euros. O programa desenvolve-se em dois eixos; o primeiro de criação e expansão de áreas empresariais e, o segundo, destinado a melhorar as ligações entre áreas empresariais

⁸¹ BORGES *et al.*, 1999b. (Parecer n.º 6057/97 do CSOPT, 3.5.2).

⁸² Em 1964 foi aprovado, a título provisório, o plano dos caminhos municipais do continente.

⁸³ A taxa de execução do PRN é superior a 70% de acordo com a informação disponível em <<http://www.infraestruturasdeportugal.pt/rede/rodoviaria/seguranca-rodoviaria/evolucao-da-sinistralidade-rodoviaria/portugal-e-europa>>. [Consulta realizada em 15/10/2018].

já consolidadas e a rede viária existente⁸⁴. Numa outra linha de atuação, estão previstas importantes alterações que decorrem da entrada em vigor da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais⁸⁵ e do diploma setorial relativo ao domínio das vias de comunicação⁸⁶.

Tudo visto, pode concluir-se que Portugal dispõe de «Uma rede cuja estrutura atual revela um percurso de luta pela minimização dos tempos de deslocação e de combate à penosidade das viagens, em função do que, em cada momento, se julgava mais pertinente: ligar as áreas de maior densidade de ocupação, motivar o crescimento nas outras, responder a estratégias de (re)ordenamento do território nacional e/ou nas suas ligações com Espanha e à Europa ou, ainda, para satisfazer o capricho de alguns particulares e protagonistas da vida política e económica»⁸⁷. Como resulta do que vai dito, a rede rodoviária, enquanto suporte fundamental que ocupa um lugar no centro das mobilidades, pela sua importância para assegurar as deslocações de pessoas e mercadorias, pelos meios que exige, pela sua implantação no território, por moldar paisagens e vidas humanas deve ser constituída por infraestruturas duráveis, «definidas como sendo eficazmente planeadas, concebidas, construídas, exploradas, modernizadas e preservadas, por meio de políticas respeitadoras do ambiente e fornecendo os serviços socioeconómicos que os utentes esperam em termos de mobilidade e de segurança»⁸⁸. O desenvolvimento e a qualidade que as redes de estradas atingiram exige agora maior atenção à fundamentação técnica das intervenções para garantia da adequada conservação e eficiente exploração do património rodoviário⁸⁹. As populações ainda não parecem ter interiorizado o nível de infraestruturização alcançado, mantendo-se elevado interesse e concomitante pressão pela realização da obra nova.

FONTES

Centro de Documentação da Infraestruturas de Portugal

CDIP — *Junta Autónoma das Estradas*, Relatório 1942-1947.

CDIP — *Junta Autónoma das Estradas*, Relatório de Actividades 1985.

CDIP — *Junta Autónoma das Estradas*, Relatório de Actividades 1998.

AGÊNCIA LUSA (2017) — *Governo investe 180 milhões na valorização de áreas empresariais*. «Jornal de Negócios» (7 fev. 2017). Disponível em <<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/governo-investe-180-milhoes-na-valorizacao-de-areas-empresariais>>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 58/VII. Disponível em <<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=4657>>. [Consulta realizada em 08/10/2018].

⁸⁴ AGÊNCIA LUSA, 2017; *Programa de Valorização da áreas empresariais*, [s.d.].

⁸⁵ Lei n.º 50/2018. «D. R. I Série», 157 (2018-08-16) 4102-4108.

⁸⁶ Decreto-Lei n.º 100/2018. «D. R. I Série», 229 (2018-11-28) 5423-5425.

⁸⁷ PACHECO, 2001: parte 2, cap. 3.

⁸⁸ CALVIN, 2018: 1.

⁸⁹ *Onde está Portugal no ranking das melhores estradas da Europa?*, 2019.

- BORGES, José Reis; BOAVIDA, José Proença; VIEGAS, José Manuel; MARQUES, João Sousa (1999a) — *Parecer n.º 6056/96, Projeto de Decreto-Lei relativo à Construção, Conservação e Reconstrução de Estradas Municipais*. In PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — *Anais do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes 1995-1998*. Lisboa: Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, p. 21-32.
- BORGES, José Reis; MASSAPINA, António C.; BOAVIDA, José Proença (1999b) — *Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, Parecer n.º 6057/97, Revisão do Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)*. In PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — *Anais do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes 1995-1998*. Lisboa: Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, p. 33-59.
- MELO, Sá e, coord. (1944) — *Plano de Classificação das Estradas Nacionais e Municipais e dos Caminhos Públicos e que compreende também o Estudo de Fixação das Características Técnicas a adoptar, de futuro, nessas Vias de Comunicação*. Processo n.º 1526. Recolha de informação disponível em Conselho Superior de Obras Públicas.
- OLIVEIRA, Ricardo Ribeiro de; COSTA, Augusto Celestino da; SERRÃO, Manuel Pinto (1990) — *Parecer n.º 6037, Revisão do Plano Rodoviário Nacional*. In PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — *Anais do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes: 1985-1986-1987*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 163-229.
- ONDE ESTÁ Portugal no ranking das melhores estradas da Europa? (2019) — «Motor 24» (26 set. 2019). Disponível em <<https://www.motor24.pt/motores/outros/onde-esta-portugal-no-ranking-das-melhores-estradas-da-europa/>>. [Consulta realizada em 26/09/2019].
- PROGRAMA de valorização de áreas empresariais [s.d.]. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=iyMMxVyiivs>>. [Consulta realizada em 12/10/2018].

LEGISLAÇÃO

- DECRETO n.º 13969. «D. G. I Série», 153 (1927-07-20) 1392-1396.
- DECRETO n.º 16075. «D. G. I Série», 247 (1928-10-26) 2198-2209.
- DECRETO-LEI n.º 23239. «D. G. I Série», 265 (1933-11-20) 2017-2028.
- DECRETO-LEI n.º 33916. «D. G. I Série», 196, 1.º Suplemento (1944-09-04) 851-872.
- DECRETO-LEI n.º 34593. «D. G. I Série», 102, 1.º Suplemento (1945-05-11) 373-394.
- DECRETO-LEI n.º 39317. «D. G. I Série», 176 (1953-08-14) 1097-1098.
- DECRETO-LEI n.º 40985. «D. G. I Série», 19 (1957-01-23) 60-61.
- DECRETO-LEI n.º 380/85. «D. R. I Série», 222 (1985-09-26) 3206-3214.
- DECRETO-LEI n.º 222/98. «D. R. I-A Série», 163 (1998-07-17) 3444-3454.
- DECRETO-LEI n.º 182/2003. «D. R. I-A Série», 188 (2003-08-16) 5115-5117.
- DECRETO-LEI n.º 100/2018. «D. R. I Série», 229 (2018-11-28) 5423-5425.
- LEI Constitucional n.º 1/89. «D. R. I Série», 155, 1.º Suplemento (1989-07-08) 2734-(2)-2734-(69).
- LEI de 22 de fevereiro de 1913. «D. G.» (1913-02-22) 744.
- LEI n.º 10/90. «D. R. I Série», 64 (1990-03-17) 1306-1314.
- LEI n.º 98/99. «D. R. I-A Série», 172 (1999-07-26) 4652-4654.
- LEI n.º 50/2018. «D. R. I Série», 157 (2018-08-16) 4102-4108.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Gonçalo (2011) — *A Evolução dos Transportes e Acessibilidades e as Transformações na Organização do Território*. Lisboa: Instituto de Dinâmica do Espaço. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/11795/1/Relatorio_Projecto_Rede_Urbana29Abril2011.pdf>. [Consulta realizada em 24/09/2019].
- ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DA ESTRADA (2007) — *Dicionário Técnico Rodoviário*. 8.ª ed. Paris: Associação Mundial da Estrada.
- CAETANO, Marcello (1994) — *Manual de Direito Administrativo*. 10.ª edição. Coimbra: Almedina, vol. II.
- CALVIN, Pierre (2018) — *Une Profession Responsable pour des Routes Durables*. «Revue Générale des Routes et de l'aménagement», n.º 956 (jul.-ago.), p. 1.
- PACHECO, Elsa (2001) — *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, Alfredo Marvão; PEREIRA, Rui Marvão (2016) — *Investimentos em Infraestruturas em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SILVA, Diogo; SANCHES, Flávia; MOTA, Joana [s.d.] — *Autoestradas em Portugal: significados e efeitos territoriais*, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/303519944_Autoestradas_em_Portugal_significados_e_impactos_territoriais>. [Consulta realizada em 15/10/2018].
- SOUSA, João Figueira de; FERNANDES, André; GALIAU, Sónia; ESTÊVÃO, Mafalda (2011) — *A Evolução dos Transportes e Acessibilidades e as Transformações na Organização do Território*. Lisboa: Instituto de Dinâmica do Espaço.
- SOUSA, Maria Luísa (2016) — *A Mobilidade em Portugal, 1920-1950*. Lisboa: Chiado Editores.
- TRANSPORTATION RESEARCH BOARD (1985) — *Highway Capacity Manual*. «Transporting Research Board Special Report», 209. Disponível em <onlinepubs.trb.org/Onlinepubs/sr/sr209/209.pdf>.

IV

MOBILIDADES: PRÁTICAS, PENSAMENTO E SOCIABILIDADES RELIGIOSAS

ENTRE O CLAUSTRO E O SÉCULO: A MOBILIDADE DOS MONGES DE ALCOBAÇA EM TEMPOS DE REFORMA (1431-1446)*

JOÃO LUÍS FONTES**

PAULO CATARINO LOPES***

Resumo: Tomando como ponto de partida o Livro da Fazenda (Livro 14) do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, produzido durante o abaciado de D. Estêvão de Aguiar (1431-1446), pretende-se analisar a questão da mobilidade numa comunidade cisterciense idealmente votada à estabilidade monástica e separada do mundo. O levantamento das situações, motivos e agentes desta circulação entre o mosteiro e o exterior a partir do registo contabilístico do cenóbio poderá ajudar a perspectivar não só a distância entre o ideal e o vivido pelos monges como as formas e intensidades desta mobilidade que, afinal, torna o mosteiro um espaço mais permeável ao exterior e, ao mesmo tempo, com uma forte irradiação e influência para lá dos muros que o separam do mundo. O recurso aos textos normativos e litúrgicos da Ordem permitirão ter uma melhor dimensão da normativa emanada a este respeito e o modo como esta mobilidade foi sendo controlada e regulamentada.

Palavras-chave: Mobilidade; Mosteiro de Alcobaça; Fr. Estêvão de Aguiar; Reforma Religiosa.

Abstract: Based on the Book of Treasury (Book 14) of the Monastery of Santa Maria de Alcobaça, produced during the abbacy of Estêvão de Aguiar (1431-1446), this paper analyzes the issue of mobility in a Cistercian community ideally voted for monastic stability and withdrawn from the world. An examination of the circumstances, motives, and agents of the movement between the monastery and the outside world, based on the accounting records of the monastery can help us understand both the gap between the ideal and the real life of the monks and the different forms and intensity of this mobility. As a result, the monastery became a more permeable space to the exterior while at the same time had strong diffusion and influence beyond the walls that separated it from the world. The normative and liturgical texts of the Order will allow a better dimension of the regulations in this respect and the way in which mobility was controlled and regulated.

Keywords: Mobility; Monastery of Alcobaça; Fr. Estêvão de Aguiar; Religious Reformation.

* Este estudo decorre, na sua origem, da participação numa sessão proposta ao colóquio *Mobilidades*, coordenada por Paulo Catarino Lopes, intitulada *A mobilidade medieval em contexto monástico. O exemplo cisterciense*. Era seu objetivo reflectir sobre a mobilidade medieval no quadro do mundo monástico cisterciense a partir de três estudos de caso: o aqui apresentado, e os analisados por Luís Miguel Rêpas («*Ela houve mau preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito*»). *Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses*) e por Catarina Fernandes Barreira («*Este livro he da sacristia d'alcobaça...*»). *Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico*). Os textos daí decorrentes, constantes do presente volume, foram financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do projecto de investigação *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* (PTDC/ART-HIS/29522/2017), coordenado por Catarina Fernandes Barreira, do qual ambos os autores do presente texto fazem parte enquanto investigadores. Os autores escrevem segundo as normas anteriores ao Acordo Ortográfico de 1990.

** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH); Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP). Email: joaofontes@fcs.unl.pt.

*** Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH). Email: peclopes@gmail.com/paulo.lopes@fcs.unl.pt.

Data de 1431 o início do ainda longo e sobretudo frutífero abaciado de D. Fr. Estêvão de Aguiar à frente da comunidade cisterciense de Alcobaça. Com um percurso estreitamente ligado aos círculos italianos e às propostas reformistas do famoso abade D. Gomes de Florença, inicia, à frente do cenóbio português, um projecto de renovação da vida monástica que, tal como outros, se preocuparia com diferentes dimensões da vida da instituição. Face a outras vertentes já estudadas com mestria por outros investigadores, nomeadamente sobre o património do cenóbio e a sua gestão¹, interessa-nos aqui abordar um aspecto particular, suscitado pelo colóquio promovido pelo CITCEM em 2018: o da mobilidade dos seus monges e a sua articulação com a forma de vida monástica por eles professada, tradicionalmente associada aos valores do afastamento do mundo e da estabilidade, e com os próprios ideais reformistas propalados por Fr. Estêvão de Aguiar, seu abade entre 1431 e 1446.

Tomaremos como ponto de partida o célebre registo contabilístico conservado no *Livro 14* do fundo de Alcobaça, também conhecido por *Livro da Fazenda*, elaborado entre 1437 e 1440², e as conclusões retiradas por Iria Gonçalves sobre as deslocações aí referidas para as articularmos com o quadro mais lato da normativa da Ordem sobre este tópico e os indícios da sua prática em outra documentação alcobacense.

1. O LIVRO 14 E A MOBILIDADE NO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

O *Livro 14* contém o registo, dia após dia, das receitas e despesas do mosteiro. Anotações, portanto, subordinadas às diversas rubricas em que os monges haviam dividido a sua contabilidade, abarcando a diversidade de aspectos que compunham o quotidiano do cenóbio, e de modo muito particular, as facetas inerentes à gestão do seu património, ao abastecimento do mosteiro, à defesa dos seus bens e direitos ou à prossecução dos mais diversos assuntos respeitantes à vida da comunidade e às suas relações com o exterior.

Neste livro perpassa também, no meio das anotações contabilísticas, o pulsar da diversificada comunidade humana que integrava ou gravitava em torno desta instituição em meados do século XV, a saber, monges, oficiais do mosteiro, dependentes leigos ou ainda as populações circundantes cuja existência decorria, em larga medida, na órbita do cenóbio. Isto sem falar de todos aqueles que, por alguma razão, se deslocavam ou estanciavam no mosteiro sem, no entanto, estabelecerem uma relação duradoura com o mesmo.

¹ O assunto foi cuidadosamente estudado por Iria Gonçalves a partir da abundante documentação de cariz económico produzida, em larga medida, durante o abaciado em causa. Cf. GONÇALVES, 1988. O *scriptorium* do mosteiro durante o governo de Fr. Estêvão de Aguiar tem sido objecto de diversos estudos, desde a tese de licenciatura de Carlos Roma Fernandes a abordagens mais recentes sobre aspectos específicos da produção e cópia de manuscritos em Alcobaça durante o mesmo período por autores como Aires Augusto Nascimento, Saul Gomes ou Catarina Barreira. Ver bibliografia final.

² ANTT — *Ordem de Cister, Mosteiro Santa Maria de Alcobaça, Livro 14 (Livro da fazenda do Mosteiro de Alcobaça, 1437-1440)*.

Neste quadro, também aí encontramos, como bem estudou a Prof. Iria Gonçalves, uma grande diversidade de informações relativas ao assunto em análise: a mobilidade³. Com efeito, o livro guardou cuidadosamente a memória das despesas ligadas às deslocações efectuadas ao serviço e por ordem do mosteiro, bem como a data da viagem, o destino das mesmas e, por vezes, a sua duração e o motivo que lhe deu origem.

Os viajantes referenciados no *Livro 14* e, portanto, de alguma forma ligados ao mosteiro, apresentam uma natureza diversa, nomeadamente, camponeses, almocreves, caminheiros (leia-se, mensageiros), peregrinos, emissários do rei, funcionários do mosteiro e, não menos importante, embora com muito menor regularidade, como veremos, os próprios monges.

Por conseguinte, a partir do seu amplo conteúdo, podemos reconstruir o labor da comunidade sob a liderança de Estêvão de Aguiar. Labor no *scriptorium* e labor na administração temporal do amplo complexo que era o Mosteiro de Alcobaça. Se juntarmos aos dados facultados por esta fonte documental — na sua grande maioria relacionados com a gestão dos bens do mosteiro, em particular as compras de produtos mais especializados necessários à vida da comunidade e que eram dificilmente obtidos no ambiente rural dos coutos — as informações relativas às contendas judiciais e aos actos de gestão patrimonial que marcaram o abaciado de Estêvão de Aguiar, percebemos o elevado número de deslocações que compuseram a agenda do cenóbio durante estes 15 anos, muitas das quais, saliente-se, a lugares distantes e que envolviam, portanto, uma preparação e condições extraordinárias⁴.

Para a sua realização, o mosteiro recorria, tanto aos seus próprios oficiais como a mensageiros profissionais e indivíduos das mais diversas áreas. No entanto, dada a importância e especificidade de que se revestiam, por vezes estes serviços tinham de ser levados a cabo pelos próprios monges.

Ocasões havia em que a contratação de serviços implicava igualmente importantes jornadas de ida e volta, como aconteceu em 1438 quando o abade adoeceu durante um largo período de tempo e foi necessário chamar vários médicos. Outro caso emblemático teve lugar aquando da contratação de operários especializados para a construção de uma nova câmara na abadia para o próprio Estêvão de Aguiar. Operários que à época estavam na Batalha, envolvidos na construção do respectivo mosteiro⁵.

Depois houve também os motivos políticos relacionados com o governo do reino, a saber o falecimento do rei D. Duarte (r. 1433-1438), as cortes de Torres Novas de 1438 e o atribulado processo da regência, no qual D. Fr. Estêvão de Aguiar participou activamente, dando o seu apoio ao infante D. Pedro contra a cunhada, Leonor de Aragão (r. 1433-1445). De facto, ao viajar ao lado de D. Pedro para Lisboa à frente uma hoste de

³ GONÇALVES, 1988; GONÇALVES, 1989.

⁴ Ver, a este propósito, GONÇALVES, 1989: 330-332.

⁵ GONÇALVES, 1988: 184.

500 homens de cavalo e a pé, integralmente financiada pelo mosteiro, Estêvão de Aguiar assume-se ele próprio como símbolo maior da tensão entre ideal e real⁶. Tanto mais que o abade, como conselheiro régio e, desde longa data, esmoler-mor do reino, manteria necessariamente relações regulares com os monarcas e a sua *entourage*, justificando certamente muitas deslocações entre o mosteiro e o lugar onde a corte se encontrasse, deslocações infelizmente não registadas no *Livro 14*, por motivo que desconhecemos⁷. Hipótese a ponderar é a de que o abade teria um registo separado das despesas inerentes ao seu governo e às suas deambulações ao serviço do cenóbio, da Ordem e do reino.

Fazendo recurso dos dados avançados por Iria Gonçalves, que estudou com profundidade a sociologia e motivação das deslocações referenciadas no *Livro 14*, depreendemos que os monges são o grupo que regista um menor número de deslocações para fora do cenóbio, representando apenas 3% da totalidade das viagens aí registadas.

Tabela 1. Agentes das deslocações

Agentes das deslocações	
Oficiais do mosteiro	33,6%
Caminheiros	31,5%
«Moços» do mosteiro	12,4%
Familiares do abade	10,7%
Azeméis	8,4%
Monges	3,4%
Total	100%

Fonte: GONÇALVES, 1988: 186; a partir da análise do seguinte documento: ANTT — *Ordem de Cister, Mosteiro Santa Maria de Alcobaça*, Livro 14 (*Livro da fazenda do Mosteiro de Alcobaça*, 1437-1440)

O facto é tanto mais surpreendente quanto os mesmos dados atestam igualmente um intenso e diversificado universo de contactos da instituição com o mundo exterior, com motivações várias e fazendo recurso a uma também diversa sociologia de agentes. Parece clara a preocupação em salvaguardar a estabilidade e a vida retirada dos monges, confiando a outros protagonistas — familiares do abade, mas também emissários profissionais, ovençais e procuradores do mosteiro, outros oficiais, ou mesmo mercadores ou camponeses ligados ao cenóbio — o desempenho normal de tais ligações com o exterior, na sua maioria de natureza económica ou judicial.

⁶ RAU, 1964. Para uma compreensão mais lata deste contexto, cf. MORENO, 1979; GOMES, 2012.

⁷ *Esmoler-Mor do Reino* é o título correspondente a um cargo oficial na corte dos reis de Portugal, reservado a eclesiásticos, com funções de supervisionar todas as acções caritativas e esmolas que cabiam aos soberanos. Sobre este cargo palatino e a sua relação tradicional com os abades de Alcobaça, cf. GOMES, 1995: 117-118.

Mas nem sempre os monges o poderiam deixar de fazer. Nesse caso, e mesmo quando as deslocações visam lugares mais distantes do mosteiro, o *Livro 14* refere que o fazem sempre com o beneplácito do abade. Deste modo, ressalva a legitimidade de tais viagens e a vigilância que o abade exerce sobre as mesmas, sempre que estas envolvem os monges sujeitos à sua autoridade. A estabilidade que assim se interrompe é legitimada pela obediência e pelo serviço à comunidade monástica, mesmo se ligado a assuntos temporais — estes últimos eram, aliás, o móbil principal das deslocações registadas no *Livro 14*.

Tabela 2. Motivação das deslocações

Motivação das deslocações	
Administração dos bens	41,9%
Transportes	24,8%
Realização de compras	12,8%
Serviços de guia	8,5%
Procura de serviços qualificados	5,1%
Motivos políticos	4,3%
Assuntos pessoais	2,6%
Total	100%

Fonte: GONÇALVES, 1988: 186; a partir da análise do seguinte documento: ANTT — *Ordem de Cister, Mosteiro Santa Maria de Alcobaça*, Livro 14 (*Livro da fazenda do Mosteiro de Alcobaça, 1437-1440*)

Tal facto nada tem de estranho, num universo monástico que dependia vitalmente da boa administração do seu património e do respeito pelos seus privilégios e direitos para garantir a sua sobrevivência e ao mesmo tempo a sua autonomia face à indesejável intromissão dos poderes seculares. Os dados facultados pela fonte mostram como 41,9% das deslocações estão efectivamente relacionadas com a administração dos bens e outros 24,8% com o transporte de numerário para fora do couto. A estes se juntam a realização de compras (12,8%), os serviços de guia (8,5%) e a procura de serviços qualificados (5,1%). Mais residuais, as deslocações por motivos políticos (4,3%) ou pessoais (2,6%).

O volume de contendas judiciais com outras instituições e particulares, relativas a disputas sobre a posse de propriedades fundiárias ou de direitos sobre as mesmas, durante o abaciado reformista de Estêvão de Aguiar, é bem revelador do peso da realidade quotidiana e das questões puramente temporais sobre o ideal de vida espiritual e o desejo de renunciar ao mundo e procurar paz e quietude no seio do mundo monástico.

À pergunta se o Mosteiro de Alcobaça com Estêvão de Aguiar mostrou elevada preocupação na defesa e disputa do seu património fundiário respondemos afirmativamente. Mas tal não contradiz, nem o intuito religioso da opção monástica feita pelos monges, nem a acção reformadora do seu abade. O património fundiário que o mosteiro possuía era precioso e havia que preservá-lo e administrá-lo a todo o custo, bem como recuperar as propriedades que corriam o risco de se perder. E se necessário fosse com recurso ao apoio régio e até pontifício, nomeadamente através do envio de procuradores que podiam ou não ser monges, tornando inevitável a circulação para fora do espaço do mosteiro.

Como o investigador Luís Rêpas refere, «As disputas pela propriedade eram mais do que simples querelas, eram uma questão de sobrevivência, do mosteiro e da sua comunidade. Permitir a desagregação da propriedade podia tomar-se o início da sua ruína»⁸. E, como veremos mais tarde em outros reformadores, tanto seculares — caso do arcebispo D. Fernando da Guerra — como religiosos — e aqui, basta recordar o beneditino Fr. João Álvares e as constituições que redige para o Mosteiro de Paço de Sousa —, a reforma da vida religiosa anda necessariamente a par com uma correcta administração do temporal e uma intransigente defesa dos direitos das instituições eclesiásticas, garantias da sua independência e sobrevivência⁹. Estêvão de Aguiar fá-lo sem, com isso, colocar em causa o retiro monástico, esse abandono do mundo em favor do mosteiro onde o monge, sob a direcção do abade, desenvolve o seu itinerário ascético e contemplativo em ordem à união com Deus.

Compreende-se por tudo isto, que, como grande potentado religioso e económico que era, o cenóbio contasse sempre com um conjunto assinalável de homens para tratar os seus negócios no exterior. Era impossível que tal não acontecesse. Assim como é evidente a mobilidade dos monges, inclusive enquanto oficiais do mosteiro, na gestão do mesmo, sempre que tal se mostrasse necessário.

Bem ilustrativo deste facto é a disputa, estudada por Maria Alegria Marques, que, entre 1431 e 1435, opõe o abade de Alcobaça D. Fr. Estêvão de Aguiar, e o arcebispo e cabido de Lisboa, a propósito da visitação das igrejas que pertenciam ao couto do mosteiro. O processo, que culminou com o envio em 1435 de emissários por parte do mosteiro à Corte de Roma, nomeadamente Lopo Gil, de Santarém, envolveu também intensas negociações feitas em Lisboa, com o recurso a um conjunto de procuradores enviados pelo abade para o efeito, na sua maioria leigos colocados ao serviço do mosteiro e da defesa dos seus interesses¹⁰.

⁸ RÊPAS, 2003: 136.

⁹ MARQUES, 1993; MARQUES, 1994; FONTES, 1998.

¹⁰ O processo atesta a presença de vários procuradores: João Lobo, do qual nada mais é dito; João de Lisboa, escudeiro do abade; Francisco Fernandes, celeireiro do mosteiro; e Gomes Lourenço, lente em Decretais e morador em Lisboa. Cf. MARQUES, 1998a: 199-237.

2. UMA MOBILIDADE PERMITIDA E REGULAMENTADA

Durante os três anos abrangidos pelo *Livro 14*, é possível depreender que foram feitas por incumbência monástica, ou seja, por ordem do abade, 238 viagens. Mas, na realidade, muitas mais tiveram certamente lugar. O recurso aos textos normativos e litúrgicos da Ordem permite ter uma melhor dimensão da regulamentação emanada a este respeito e o modo como esta mobilidade foi sendo controlada no Mosteiro de Alcobça.

Toda a sua estrutura normativa assentava necessariamente na *Regra de S. Bento*, rigorosamente observada por Cister no equilíbrio desejado entre o trabalho, a oração e o estudo, moldado por uma vida austera e simples e pela afirmação do mosteiro como lugar onde, sob a obediência do abade, cada monge vive, como penitente e orante. A forma cuidada como a *Regra* regulamenta o quotidiano monástico era a base para toda a normativa cisterciense. E a mobilidade não é aqui excepção, sendo contemplada em cinco dos seus capítulos.

O primeiro deles, o capítulo 29, refere-se à regulamentação do regresso ao mosteiro dos monges que saíram do mesmo sem autorização prévia do abade e que são, por isso, alvo de condenação. A *Regra* define aqui as sanções a aplicar sobre os refractários e as condições em que devem ser recebidos¹¹.

O capítulo 50 debruça-se sobre os irmãos que trabalham longe do cenóbio ou estão em viagem, em ordem a assegurar a devida recitação das horas litúrgicas¹².

Já o capítulo seguinte (51) visa regular a conduta dos monges que partem para locais não muito afastados do mosteiro e que não exigiam mais do que um dia de viagem, proibindo-os de comer fora do cenóbio sem expressa autorização do abade¹³.

O capítulo 61, por sua vez, regula a forma como devem ser acolhidos os monges peregrinos ou oriundos de outros mosteiros. Capítulo longo que visa reflectir sobre a questão central do voto de estabilidade¹⁴.

Finalmente o capítulo 67, relativo aos irmãos mandados em viagem e aos que regressam¹⁵. Aqui, indica-se de forma rigorosa e muito clara que os monges que vão partir em viagem devem recomendar-se às orações de todos os irmãos e do abade, e que, na última oração do Ofício Divino, sempre se faça a comemoração de todos os ausentes. Já em relação aos que regressam, ordena-se que no mesmo dia em que chegam, em todas as horas canónicas, quando termina o Ofício Divino, prostrados no chão do oratório, peçam a todos a sua oração por causa dos excessos que, porventura, durante a viagem, se tenham cometido, vendo ou ouvindo coisas más ou entretendo-se em conversas ociosas. E que ninguém presuma relatar a outrem qualquer das coisas que tiver visto

¹¹ *A Regra de S. Bento em português* [...], 2007: 97.

¹² *A Regra de S. Bento em português* [...], 2007: 122.

¹³ *A Regra de S. Bento em português* [...], 2007: 122.

¹⁴ *A Regra de S. Bento em português* [...], 2007: 136, 138.

¹⁵ *A Regra de S. Bento em português* [...], 2007: 148.

ou ouvido fora do mosteiro, pelo mal que daí pode advir para os restantes. Se alguém presumir fazê-lo, que seja submetido ao castigo regular, procedendo-se da mesma forma contra quem presumir sair dos claustros do mosteiro ou ir a qualquer lugar, ou fazer qualquer coisa, por menor que seja, sem ordem do abade.

Como se pode verificar, em todos estes capítulos é dada uma atenção particular à salvaguarda da estabilidade e do afastamento do mundo como elementos fundamentais da vida monástica, cuja vigilância cabe, em primeiro lugar, ao abade, que assume nesta normativa uma inequívoca centralidade. O seu poder é absoluto sobre as diversas formas de mobilidade evocadas ao longo dos capítulos em questão. Veja-se, a título de exemplo, o capítulo 51, que estipula:

*não presume comer fora o irmão que é mandado a um afazer qualquer e que é esperado no mosteiro no mesmo dia, ainda que seja instantemente convidado por qualquer pessoa; a não ser que, porventura, o Abade lhe tenha dado ordem para isso. Se proceder de outra forma, seja excomungado*¹⁶.

Toda a restante normativa produzida relativamente a esta temática deriva dessa fonte primordial, seja em termos de usos e costumes, seja ao nível litúrgico. Veja-se o exemplo do *Alcobacense 166*, um colectário-ritual, onde se inclui a oração para os irmãos que frequentam os caminhos¹⁷.

O estipulado pela *Regra* neste domínio volta a servir de base ao que encontramos determinado nos livros de usos do mosteiro produzidos em tempos medievais, os *Alcobacenses 208 e 278*, ambos em português, sendo que o segundo foi produzido por indicação expressa de Estêvão de Aguiar, em 1444¹⁸.

Gostaríamos de juntar a estes o importantíssimo *Alcobacense 218*, que, em nossa perspectiva, constitui o códice mais emblemático da acção reformadora deste abade, no qual se inclui a tradução portuguesa do *Exordium Parvum*, as *Compilações das Definições do Capítulo Geral de 1316*, as *Definições novas*, ou seja, de entre 1316 e 1350, e a *Forma de visitação e do modo de visitar*¹⁹. Voltaremos a este segundo texto, onde se trata, de forma particular, o exercício da visitação que cabia ao abade.

A mobilidade em Alcobça está, pois, devidamente regulamentada pela normativa da Ordem, em particular, na sua forma mais essencial, a *Regra de S. Bento*. De reter, é que a chave para o equilíbrio entre o ideal e o realmente vivido reside na figura do

¹⁶ A *Regra de S. Bento em português* [...], 2007: 122.

¹⁷ BNP — Alc. 166 (*Colectário-ritual*, 1185-1191). Sobre este manuscrito consulte-se BARREIRA, 2017. Sobre a designação do tipo de códices consulte-se PALAZZO, 1998.

¹⁸ BNP — Alc. 208 (*Livro dos usos da Ordem de Cister*, 1415); BNP — Alc. 278 (*Livro dos usos da Ordem de Cister*, 1444). Sobre o manuscrito Alc. 208, veja-se BARREIRA, 2016. Sobre a designação do tipo de códices consulte-se PALAZZO, 1998.

¹⁹ BNP — Alc. 218 (*Costumes, definições, visitasões e estatutos da Ordem de Cister, e diplomas relativos às ordens militares de Cristo e Calatrava e ao Mosteiro de Odivelas*, 1439-1440).

abade. Verdadeiramente central, é ele quem determina quem, o quê, quando, como e onde. Nada escapa ao alcance do seu poderoso braço.

3. DA IDA AO CAPÍTULO GERAL E DA PRÁTICA DA VISITAÇÃO, SÍMBOLOS MAIORES DA MOBILIDADE EM CISTER

Ainda que não tenhamos dados muito concretos acerca da sua efectiva realização (data, local, etc.), mas legitimadas pelo facto de estarem contempladas como absolutamente obrigatórias para todos os mosteiros da Ordem, importa destacar a prática da visitação e a ida ao Capítulo Geral em Cister, como símbolos maiores da mobilidade exercida no seio da instituição, sobretudo no que respeita à figura do abade.

Ao tempo de Estêvão de Aguiar, os abades da Galiza e de Portugal estavam obrigados a ir ao Capítulo Geral em Cister uma vez de quatro em quatro anos, como ficara estipulado entre 1237 e 1257, nas codificações da Ordem. Tal decisão atendia ao tempo longo exigido pela viagem de ida e volta, estimado em cerca de seis meses, o que privava os respectivos mosteiros da presença dos seus dirigentes durante quase metade do ano. Tal ausência seria particularmente gravosa se se tivesse mantido a prática antiga da deslocação anual a Cister.

Distinto era o panorama das visitasções devidas pelo abade do cenóbio de Alcobça aos mosteiros nele filiados ou colocados sob a sua supervisão. Como salientou Saul Gomes, ao observarmos as definições do século XV, podemos encontrar comprovadas ordens de visitação a todos os mosteiros portugueses nos Capítulos Gerais de 1430, 1438, 1439, 1444 e 1445, isto para referir apenas os anos respeitantes ao abaciado de Estêvão de Aguiar²⁰. Esta exigência de vigilância sobre os mosteiros portugueses, aliás secundada pelo que se determina para os demais reinos hispânicos²¹, parece indicar, por um lado, um intuito claro de apoio a uma reforma da vida monástica cisterciense que o próprio Estêvão procurava conseguir em Alcobça, mas também, pela sua repetição, as eventuais dificuldades e resistências que algumas das outras casas levantariam ao exercício de tais prerrogativas visitacionais. Por vezes, a contestação ganhava uma envergadura tal que era necessário recorrer aos direitos de confirmação dos abades e até à intervenção real, como aconteceu em 1437 com o Mosteiro de Bouro²², no quadro de um conflito a propósito da sucessão abacial neste último cenóbio. De reter é que a resposta régia por parte de D. Duarte foi rápida e sempre a favor do abade de Alcobça.

De qualquer forma, a acção de Estêvão de Aguiar estava perfeitamente legitimada do ponto de vista da normativa geral da Ordem, pois sobre os mosteiros cistercienses

²⁰ *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal* [...], 1998: 9-56.

²¹ *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal* [...], 1998: 9-56.

²² MARQUES, 1998b: 275-308. Sobre o Mosteiro de Bouro vejam-se as informações e bibliografia facultadas em SOUSA, 2016: 115-116.

portugueses, como sobre todos os seus congéneres hispânicos e europeus, caía a alçada de visitação e de reforma. A visitação era um preceito regulamentado na *Charta Caritatis* (1114-1119) e reforçado por toda a normatividade posterior²³.

De realçar ainda em relação ao tema da visitação, ponto central no seu programa de reforma do mosteiro e elemento expressivo da importância da mobilidade e da circulação no mesmo, que não é de todo gratuito que uma das principais obras mandadas traduzir por Estêvão de Aguiar no *scriptorium* de Alcobaça, o já referido *Códice 218*, contenha um capítulo especialmente dedicado à «Forma de visitação e do modo de visitar».

Compilação singular, este códice é bem representativo da intenção reformista de Estêvão de Aguiar. Comprova-o, aliás, o prólogo da sua autoria:

Nele estão escritas coisas necessárias e muito proveitosas e como estavam escritas em latim, se não guardavam e não eram entendidas pelos não latinados, porque era importante que os monges conhecessem as Definições velhas e as novas [...] Foram acabadas de trasladar de latim em linguagem²⁴.

4. GOVERNAR E REFORMAR

Espelho da sua liderança em Alcobaça, os dados fornecidos pelo *Livro 14* confirmam a acção de Estêvão de Aguiar em Itália²⁵, revelando um espírito pragmático, que não dissociava a oração da acção — dos seis anos em que habitou na agitada península, cinco foram passados como monge em Santa Maria de Florença, sob a direcção do beneditino D. Gomes Eanes (c. 1383-1459), o célebre e dinâmico *Abade de Florença*²⁶.

²³ *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal* [...], 1998: 9-56.

²⁴ BNP — Alc. 218, fol. 1.

²⁵ Natural de Lisboa, desconhecendo-se, contudo, a data do seu nascimento, Estêvão de Aguiar provém de uma família nobre. Cedo dirige-se para Itália. Não se conhece a data exacta, mas sabe-se que já lá se encontra em Abril de 1420. Igualmente desconhecida é a data do regresso a Portugal, todavia, em Maio de 1426 já existem indícios da sua presença. Habitou, pois, durante cerca de seis anos em Itália, num ambiente cultural diverso e adepto fervoroso da acção reformadora. Consulte-se COSTA, 1986; COSTA, 1963; COSTA, 1969; FERNANDES, 1970; NUNES, 1963; BATTELI, 1938; BATTELI, 1940; GOMES, 2012.

²⁶ O século de Quatrocentos em Portugal foi fértil em intenções e acções de reforma ao nível religioso, quer oriundas do mundo laico quer provenientes do campo eclesiástico. A iniciativa régia, apoiada em diversas figuras proeminentes, mereceu sempre destaque na esfera laica. Uma dessas figuras foi D. Gomes Eanes, cuja acção reformista deu origem a um importante diálogo entre Portugal e a Itália, bem como entre a Coroa e a Igreja. Do seu longo percurso sobressai o período entre 1419 e 1439, anos em que habitou na Península Itálica ao serviço do Mosteiro beneditino de Santa Maria de Florença, tradicionalmente conhecido como *Badia*. Sob a sua direcção, esta instituição monástica transformou-se num paradigma da reforma religiosa italiana da primeira metade do século XV. A teia de amizades e solidariedades que construiu em Itália aliada a um diversificado leque de funções, desde missões papais a incumbências financeiras ao serviço da *Senhoria*, granjearam a Gomes Eanes uma plataforma de acção reformista de amplitude internacional. O amplo *carteggio* de Gomes Eanes revela como Estêvão de Aguiar participou activamente neste processo durante o tempo que viveu em Florença, envolvendo-se também directamente, a pedido dos monarcas portugueses, em várias tentativas de reforma religiosa do reino. Veja-se a bibliografia apresentada na nota 25, muito em especial, para o tema da mobilidade de Estêvão de Aguiar em Itália, GOMES, 2012.

Os seus fólhos revelam a cada passo que Estêvão de Aguiar enquanto abade e reformador foi consciente da realidade em que se movimentava e, nesse sentido, muito prático, concretizando as suas intenções reformistas com acções concretas, seja no *scriptorium*, seja na administração temporal dos bens do mosteiro²⁷ — aqui merecem especial atenção o cuidado e o critério nos registos contabilísticos, de que o *Tombo das Propriedades* e o *Livro da Fazenda* são os melhores exemplos, bem como, por exemplo, a forma como lidou com as dívidas²⁸. Em última análise, mostram que utilidade e fé parecem ter sido os seus princípios orientadores.

Neste ponto é de realçar que Estêvão de Aguiar, tal como Gomes Eanes, aproxima-se mais do papa Eugénio IV (1431-1447) do que de Martinho V (1417-1431), ambos seus contemporâneos, sendo que o primeiro foi pontífice quase exactamente no mesmo período em que Estêvão de Aguiar esteve à frente dos destinos de Santa Maria de Alcobaca. Eugénio IV defendia uma reforma caso a caso, aproveitando os homens e as ocasiões ideais, e não com leis gerais como Martinho V. Daí o seu programa ter tido melhores resultados do que o deste último (só no século seguinte a Cristandade estará preparada para a iniciativa reformista de carácter generalista e totalizante)²⁹.

Homem de governo por definição, Estêvão de Aguiar concebe a espiritualidade como uma dimensão que deve ser acompanhada do poder de iniciativa e do empreendimento com zelo, condições essenciais para qualquer proposta de reorganização e de melhoria. Demonstra-o bem a forma centralizadora e assertiva como lidou com os mosteiros subordinados a Alcobaca³⁰.

Naturalmente, para a obtenção dos bons resultados que teve à frente da comunidade monástica muito deve ter contribuído o apoio da Coroa, que sustentou a sua acção governativa desde o momento da sua nomeação, para a qual, sublinhe-se, foi decisiva: D. João I intercedeu junto do papa Eugénio IV, ele próprio oriundo dos círculos reformistas de Florença, com vista a conseguir a nomeação de Estêvão de Aguiar como abade do Mosteiro de Alcobaca, o que vem a conseguir por bula de 29 de Outubro de 1431³¹.

A multiplicidade de decretos régios relativos a Alcobaca no período do seu abaciado revelam bem a forma como a família régia o agraciava e beneficiava. Exemplo maior deste favoritismo representa o momento em que foi nomeado conselheiro do rei pelo infante D. Pedro, então regente³².

²⁷ Uma mesmo que sumária incursão sobre a documentação do seu abaciado depara-se rapidamente com um manancial de diplomas, abarcando uma grande diversidade de tipologias e comprovando o seu empenho no governo temporal do mosteiro. Para uma primeira percepção deste fundo cf. SOUSA, *dir.*, 2016: 105-108 e, para o abaciado em causa, as múltiplas observações e indicações feitas por Iria Gonçalves no seu estudo (GONÇALVES, 1989).

²⁸ GONÇALVES, 1989: 23-350, 445-485.

²⁹ Para uma perspectiva geral sobre o seu pontificado, cf. UGINET, 1994.

³⁰ MARQUES, 1998b: 275-308.

³¹ NUNES, 1963.

³² Por carta de 9 de Janeiro de 1440 (RAU, 1964).

Para tal cenário muito contribuiu o facto de Estêvão de Aguiar ter sido criado em casa da infanta D. Isabel (1397-1471), filha de D. João I (r. 1385-1433) e futura duquesa da Borgonha, a quem serviu como escudeiro. Não podemos esquecer que D. Isabel apoia, desde cedo, os movimentos e propostas associados à renovação da vida religiosa³³.

Em suma, verifica-se ao longo de todo o abaciado de Estêvão de Aguiar em Alcobça uma inequívoca reciprocidade entre a Coroa e esta comunidade monástica, guiada pelos princípios orientadores da intenção reformista e da espiritualidade observante.

Mandado compor por Estêvão de Aguiar em 1435, o denominado *Tombo das Propriedades* é outro registo contabilístico do cenóbio que materializa o já dito sobre o homem pragmático e de governo que foi Estêvão de Aguiar³⁴. Evocando Iria Gonçalves, este é o documento mais minucioso que o Mosteiro de Alcobça produziu até final do século XV, no referente à descrição das suas terras³⁵.

É evidente o cuidado e o zelo postos no registo rigoroso e exacto das informações. Este tomo é, enfim, o resultado da preocupação e prioridade do abade em fazer o inventário das propriedades do mosteiro, promovendo ao mesmo tempo o aforamento de todas quantas se encontravam devolutas. Na verdade, a sua redacção foi precedida por um avultado número de contratos, celebrados no ano anterior, número que se elevou ao máximo durante o ano da sua elaboração e que foi ainda considerável em 1436, ficando assim assegurada a exploração da grande maioria dos bens monásticos³⁶.

De reter é que a produção deste códice implicou certamente um grande número de deslocações, quer de oficiais do mosteiro quer de pessoas do círculo privado e mais íntimo do próprio abade. Afinal, a boa administração exigia uma presença e vigilância constantes, as quais passavam por diversas idas e vindas aos locais em causa. Reformar significava precisamente isso, estar atento e, sobretudo, estar presente. Nessa medida, a circulação e a mobilidade tornaram-se processos intrínsecos à acção reformadora. Funcionavam como etapas incontornáveis de uma metodologia previamente estabelecida.

Como se pode concluir, o *Tombo de Propriedades* constitui per se, outro exemplo maior do papel da circulação e da mobilidade no programa reformador de Estêvão de Aguiar. Tudo ao serviço da renovação do poderoso e emblemático Mosteiro de Alcobça e da salvaguarda da vida monástica conduzida pelos seus habitantes, estável e fiel à penitência e ao afastamento do mundo, conduzida na obediência à *Regra* e ao seu abade.

³³ SOMMÉ, 1998: 451-478.

³⁴ ANTT — *Ordem de Cister, Mosteiro Santa Maria de Alcobça*, Livro 15 (*Tombo das Propriedades*, 1435).

³⁵ GONÇALVES, 1989: 65-132.

³⁶ GONÇALVES, 1989: 189.

PARA UMA TENTATIVA DE SÍNTESE...

A partir do *Livro 14* foi-nos permitido detectar que, independentemente da viabilidade dos caminhos e da maior ou menor rapidez dos meios de transporte, a circulação é uma evidência em Alcobaça em meados do século XV, bem como a permeabilidade com o mundo circundante.

Os motivos para tal mobilidade eram os mais variados, sobressaindo, no entanto, uma constante, a saber, a administração e gestão dos bens do mosteiro, a resolução de conflitos judiciais ou a aquisição de produtos ou serviços não passíveis de serem fornecidos ou encontrados nas terras do couto. Mas também o apoio à Coroa, à qual o mosteiro estava profundamente ligado, constitui outra motivação de realce, só parcialmente evidenciado neste códice.

De reter é a inscrição de todas estas razões num horizonte de reforma da comunidade. Esse é claramente o grande propósito do abade. Daí decorre o reduzido, senão mínimo, número de deslocações documentadas envolvendo explicitamente os monges.

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça tem uma dimensão ideal, utópica, a de *Domus Spiritualis*, e uma dimensão real que é a própria vida, o dia-a-dia do mosteiro enquanto comunidade humana e complexo socioeconómico que tem de ser gerido para se manter e prosperar.

A reforma impunha-se quando uma ou ambas as vertentes estavam em crise, não correspondendo então a instituição monástica ao que se pretendia. Em especial ao nível do primeiro cenário, verdadeira razão de ser da Ordem e, portanto, do mosteiro e seus monges. A ideia, neste caso, consistia sempre no regresso à pureza das origens, à observância mais estreita da *Regra de S. Bento* e do *Exordium Parvum*.

Relembre-se que os preceitos consagrados na *Charta Caritatis* e nos sucessivos estatutos aprovados pelo Capítulo Geral ordenavam e fundamentavam a disciplina claustral, valorizando a entrega dos religiosos à oração, à celebração litúrgica dos ofícios e das missas, ao silêncio como condição absoluta para a voz de Deus e para a consideração das demais realidades espirituais.

No entanto, o processo não era fácil nem linear, pois a cada momento desse quotidiano sobressaía uma inevitável tensão entre o ideal e o real. Por outro lado, o próprio acto de reformar, como podemos verificar, por exemplo, pela análise do *Tombo das Propriedades*, implica necessariamente um grau de mobilidade por parte dos recursos humanos do mosteiro que, de alguma forma, o (re)ligam ao mundo exterior. Aliás, a primeira dimensão só existe se a segunda funcionar bem e para tal acontecer tem de existir mobilidade. Na verdade, corrigir e impor a autoridade significava estar atento e, sobretudo, estar presente, ou seja, a boa administração exigia uma comparência e uma vigilância constantes, as quais passavam por diversas deslocações aos locais em causa. Daí a circulação de pessoas e bens tornar-se um processo intrínseco à acção reformadora. Funcionava como uma etapa obrigatória de uma metodologia previamente estabelecida.

Na essência, o que Estêvão de Aguiar faz é articular, na medida do possível, a norma com as limitações e constrangimentos da realidade. E consegue-o, ao nível da mobilidade, do contacto com o mundo exterior e, enfim, da representação do mosteiro nos mais variados actos fora de muros, através do recurso quase absoluto a figuras exteriores ao mosteiro (familiares, procuradores, e outros oficiais), evitando assim a secularização da vida claustral em Alcobaça ou uma eventual promiscuidade entre o sagrado e o profano. Esta parece ter sido a solução que encontrou para não afectar o ideal cisterciense com as condicionantes da realidade.

Em síntese, o *Livro da Fazenda* mostra muito bem a relevância da mobilidade numa comunidade cisterciense idealmente votada à estabilidade monástica e separada do mundo. Ainda que se trate, naturalmente, de uma mobilidade controlada e regulamentada pela normativa da Ordem, em particular através da figura suprema do abade.

O mosteiro revela-se desta forma um espaço de alguma forma permeável ao exterior e com uma forte irradiação e influência para lá dos muros que o separam do mundo. Todavia, é vital ter em conta que as deslocações que estão na base deste estado de coisas visavam, em última análise, a melhoria contínua da comunidade, nomeadamente ao nível da formação e da cultura religiosas.

Torna-se, pois, curioso verificar como Estêvão de Aguiar equilibrou a dimensão ideal da proposta espiritual cisterciense com a realidade pautada por um considerável dinamismo, expresso quer na administração temporal, quer na elevada produção do *scriptorium*, quer ainda no mecanismo legal das visitas que visavam tanto a óptica espiritual como a temporal das comunidades a ele subordinadas.

Durante os 15 anos em que liderou os destinos do cenóbio de Alcobaça sobressai a mobilidade da sua pessoa, quer enquanto administrador temporal, quer enquanto reformador devoto. E sobressai também o dinamismo da comunidade que conduziu. Algo que, na essência, não contradiz o voto de estabilidade e de fuga do mundo promovido por cistercienses e beneditinos.

Noutra vertente, o percurso de Estêvão de Aguiar enquanto abade de Alcobaça contribui significativamente para demonstrar como a sociedade medieval era dinâmica, aberta e em constante movimentação. O perfeito oposto, portanto, das correntes historiográficas redutoras e simplistas que durante tanto tempo promulgaram o mundo medieval como estático e cristalizado. Legados como o do abade de Alcobaça mostram-nos que o homem medieval viajou muito mais do que aquilo que se supunha. Um *Homo Viator* que, isoladamente e sobretudo em grupo, percorreu os caminhos internos e externos da cristandade ocidental, trocando experiências, técnicas, conhecimentos e ideias que, no seu conjunto, contribuíram para a progressiva afirmação de uma

civilização com características e valores bem distintos e diferenciados das que com ela coexistiram no tempo e no espaço³⁷.

Uma derradeira palavra para sublinhar a necessidade de um estudo de maior envergadura que confronte os dados do *Livro 14* com as testemunhas dos documentos da prática (aforamentos, sentenças, entre outros) e com os dados cronísticos e da chancelaria, para verificar quem surge a representar o mosteiro e, assim, por comparação, obter mais dados acerca da mobilidade dos monges, do abade e dos seus contratados externos ao cenóbio. Pela sua dimensão, tal estudo cai em absoluto fora dos limites da presente reflexão. Fica, no entanto, lançada a pista para investigações futuras.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT — *Ordem de Cister*, Mosteiro Santa Maria de Alcobça, Livro 14 (*Livro da fazenda do Mosteiro de Alcobça*, 1437-1440).

ANTT — *Ordem de Cister*, Mosteiro Santa Maria de Alcobça, Livro 15 (*Tombo das Propriedades*, 1435).

Biblioteca Nacional de Portugal

BNP — Alc. 166 (*Colectário-ritual*, 1185-1191).

BNP — Alc. 208 (*Livro dos usos da Ordem de Cister*, 1415).

BNP — Alc. 218 (*Costumes, definições, visitasões e estatutos da Ordem de Cister; e diplomas relativos às ordens militares de Cristo e Calatrava e ao Mosteiro de Odivelas*, 1439-1440).

BNP — Alc. 278 (*Livro dos usos da Ordem de Cister*, 1444).

FONTES IMPRESSAS

A *PORTUGUESE Abbot In Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*. Ed. Rita Costa Gomes. Firenze: Leo S. Olschki, 2017.

A *REGRA de S. Bento em português. Estudo e edição de dois manuscritos*. Ed. Sara Figueiredo Costa. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

VISITAÇÕES a mosteiros cistercienses em Portugal: séculos XV e XVI. Ed. Saul António Gomes. Lisboa: Ministério da Cultura, 1998.

³⁷ Para uma aproximação à problemática da viagem no mundo medieval vejam-se os estudos mais abrangentes de AZNAR VALLEJO, 1994; CARRIZO RUEDA, 1996; CORREIA, 2000; CHAUNU, 1982; POPEANGA CHELARU, 1991; FICK, 1976; FRIEDMAN & FIGG, *ed.*, 2000; GARCÍA DE CORTÁZAR, 1996; GIL FERNANDEZ, 1990; GIL FERNANDEZ, 1995; LACARRA DUCAY, 1994; LABARGE, 1992; MOLLAT, 1990; NEWTON, *ed.*, 1996; OHLER, 1998; OURSEL, 1963; PEDRO CÁTEDRA, 1993; PÉREZ PRIEGO, 1984; PHILLIPS, 1998; RAFAEL BELTRÁN, 1991; RICHARD, 1981; ROUX, 1985; RUBIO TOVAR, *ed.*, 1986; T'SERSTEVENS, *ed.*, 1986; VERDON, 1998; ZUMTHOR, 1994. Sobre a mobilidade associada ao universo monástico atendam-se aos estudos modelares de ANGENENDT, 1972; COELHO & SANTOS, 1990; CONSTABLE, 1977; DELOUIS *et al.*, *dir.*, 2019; DIETZ, 2005; DUVAL, 2010; LABANDE, 1973; LADNER, 1967; LECLERCQ, 1961; LECLERCQ, 1975; MAYALI, 1990; OLDONI, 2017; ROSE, 2010; SANSTERRE, 1999; WATHEN, 1975; WINANDY, 1982.

BIBLIOGRAFIA

- ANGENENDT, Arnold (1972) — *Monachi peregrini. Studien zu Pirmin und den monastischen Vorstellungen des frühen Mittelalters*. Munich: Fink.
- AZNAR VALLEJO, Eduardo (1994) — *Viajes y descubrimientos en la Edad Media*. Madrid: Síntesis.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2016) — *O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o Ordinário do Ofício Divino Alc. 62 e o Livro de Usos Alc. 208*. «Cadernos de Estudos Leirienses», n.º 11 (Dezembro), p. 329-341.
- (2017) — *Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do scriptorium do Mosteiro de Alcobça do último quartel do século XII ou o início de 'huma livraria copiosa'*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», n.º 17, p. 33-62.
- BATTELLI, Guido (1938) — *Due celebri monaci portoghesi in Firenze nella prima metà del Quattrocento. L'Abate Gomes e Velasco di Portogallo*. «Archivio Storico Italiano», vol. 96, n.º 4, p. 218-227.
- (1940) — *L'Abate Don Gomes Ferreira da Silva e i portoghesi a Firenze nella prima metà del Quattrocento*. In BARDI, G., ed. — *Relazioni Storiche Fra l'Italia e il Portogallo*. Roma: Reale Accademia d'Italia, p. 149-163.
- CARRIZO RUEDA, Sofía M. (1996) — *Morfología y variantes del Relato de Viajes*. In CARMONA FERNÁNDEZ, Fernando; MARTÍNEZ PÉREZ, Antonia, ed. — *Libros de viaje: Actas de las Jornadas sobre los Libros de Viaje en el Mundo Románico, celebradas en Murcia del 27 al 30 de noviembre de 1995*. Murcia: Servicio de Publicaciones, Universidad de Murcia, p. 119-126.
- CHAUNU, Pierre (1982) — *La expansión europea (siglos XIII al XV)*. Barcelona: Editorial Labor.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo (1990) — *De Coimbra a Roma. Uma viagem em meados de quinhentos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CONSTABLE, Giles (1977) — *Monachisme et pèlerinage au Moyen Âge*. «Revue Historique», t. 258, p. 3-27.
- CORREIA, Margarida Sérvulo (2000) — *As Viagens do Infante D. Pedro pelas Quatro Partidas do Mundo*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1963) — *D. Gomes Eanes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*. «Studia Monastica», vol. 5, n.º 1, p. 59-164.
- (1969) — *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. Braga: Ed. Franciscana.
- (1986) — *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV: revisão crítica dos autores*. Braga: Ed. Franciscana.
- DELOUIS, Olivier; MOSSAKOWSKA-GAUBERT, Maria; PETERS-CUSTOT, Annick, dir. (2019) — *Les mobilités monastiques en Orient et en Occident de l'Antiquité Tardive au Moyen Âge, IV.^e-XV.^e siècle*. Rome: École française de Rome.
- DIETZ, Maribel (2005) — *Wandering Monks, Virgins and Pilgrims. Ascetic Travel in the Mediterranean World, a.d. 300-800*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- DUVAL, Sylvie (2010) — *Les déplacements des religieuses réformatrices. L'exemple des moniales dominicaines au XV.^e siècle*. In SHMESP: SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC, ed. — *Des sociétés en mouvement. Migrations et mobilité au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 171-176.
- FERNANDES, Carlos Roma (1970) — *O scriptorium de Alcobça no tempo de D. Estevão de Aguiar (1431-1446)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Licenciatura.
- FICK, Bárbara W. (1976) — *Los libros de viajes en la España medieval*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- FONTES, João Luís Inglês (1998) — *Frei João Álvares e a tentativa de reforma do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV*. «Lusitania Sacra», 2.^a série, n.º 10, p. 217-232.
- FRIEDMAN, John Block; FIGG, Kristen Mossler, ed. (2000) — *Trade, Travel and Exploration in the Middle Ages – An Encyclopedia*. New York: Garland Publishing.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (1996) — *Los viajeros medievales*. Madrid: Santillana.

- GIL FERNANDEZ, Juan (1990) — *En demanda del Gran Kan. Viajes a Mongolia en el siglo XIII*. Madrid: Alianza Editorial.
- (1995) — *La Índia y el Catay – Textos de la Antigüedad Clásica y del Medievo Occidental*. Madrid: Alianza Editorial.
- GOMES, Rita Costa (1995) — *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média*. Carnaxide: Difel.
- GOMES, Saul António (2012) — *Abbés et vie régulière dans l'abbaye d'Alcobaça (Portugal) au Moyen Age: un bilan*. In COTTIER, Jean-François; HUREL, Daniel-Odon; TOCK, Benoît-Michel, dir. — *Les personnes d'autorité en milieu régulière*. Saint Étienne. Publications de l'Université de Saint Étienne, p. 137-149.
- GONÇALVES, Iria (1988) — *Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV*. In GONÇALVES, Iria — *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 177-200.
- (1989) — *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LABANDE, Edmond-René (1973) — *Moines et pèlerins pendant le Haut Moyen Age*. «Lettre de Ligugé», 162, p. 29-39.
- LABARGE, Margaret (1992) — *Viajeros medievales. Los ricos y los insatisfechos*. Madrid: Nerea.
- LACARRA DUCAY, María Jesús (1994) — *La imaginación en los primeros libros de viajes*. In TORO PASCUA, María Isabel, coord. — *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 501-509.
- LADNER, Gerhart B. (1967) — *Homo viator: Mediaeval Ideas on Alienation and Order*. «Speculum», vol. 42, n.º 2, p. 233-259.
- LECLERCQ, Jean (1961) — *Monachisme et pèlerinage du IXe au XIIe siècle*. «Studia Monastica», vol. 3, fasc. 1, p. 33-52.
- (1975) — *Autour de la Règle de saint Benoît, III: La stabilité selon la Règle de saint Benoît*. «Collectanea Cisterciensia», 37, p. 197-204.
- MARQUES, José (1993) — *D. Fernando da Guerra, prelado reformador do século XV*. «Anais», II Série, vol. 33, p. 39-65.
- (1994) — *Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV*. «Revista da Faculdade de Letras: História», vol. 11, p. 137-172.
- MARQUES, Maria Alegria F. (1998a) — *Duas visitas em igrejas dos coutos de Alcobaça, no séc. XV. A propósito de um litígio*. In MARQUES, Maria Alegria F. — *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, p. 199-237.
- (1998b) — *Um litígio entre mosteiros cistercienses no séc. XV: Alcobaça e Bouro*. In MARQUES, Maria Alegria F. — *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, p. 275-308.
- MAYALI, Laurent (1990) — *Du vagabondage à l'apostasie. Le moine fugitif dans la société médiévale*. In SIMON, Dieter, ed. — *Religiöse Devianz. Untersuchungen zu sozialen, rechtlichen und theologischen Reaktionen auf religiöse Abweichung im westlichen und östlichen Mittelalter*. Frankfurt am Main: Klostermann, p. 121-142.
- MOLLAT, Michel (1990) — *Los exploradores del siglo XIII al XVI: Primeiras miradas sobre nuevos mundos*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- MORENO, Humberto Baquero (1979) — *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. 2.ª ed. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- NEWTON, Arthur P., ed. (1996) — *Travel and Travellers of the Middle Ages*. New York: Routledge.
- NUNES, Eduardo Borges (1963) — *Dom Frey Gomez: abade de Florença, 1420-1440, Braga: [Ed. de Autor]*, vol. 1.
- OHLER, Norbert (1998) — *The Medieval Traveller*. Suffolk: The Boydell Press.

- OLDONI, Massimo (2017) — *Le inquietudini monastiche. In Monachesimi d'Oriente e d'Occidente, nell'alto medioevo*. Spoleto: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto medioevo, p. 1433-1457.
- OURSEL, Raymond (1963) — *Les pèlerins au Moyen Age. Les hommes, les chemins, les sanctuaires*. Paris: Fayard.
- PALAZZO, Eric (1998) — *A History of Liturgical books from the beginning to the thirteenth century*. Collegeville/Minnesota: Liturgical Press.
- PEDRO CÁTEDRA (1993) — *La dimensión interior en la lectura de los libros de viajes medievales*. In DEYERMOND, Alan; PENNY, Ralph, ed. — *Actas del primer congreso anglo-hispano*. Madrid: Castalia, vol. II, p. 41-58.
- PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel (1984) — *Estudio Literario de los libros de viajes medievales*. «Epos», vol. I, p. 217-239.
- PHILLIPS, J. R. S. (1998) — *La Expansión Medieval de Europa*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- POPEANGA CHELARU, Eugenia (1991) — *Lectura e investigación de los libros de viajes medievales*. «Filología Románica», Anejo I, p. 9-26.
- RAFAEL BELTRÁN (1991) — *Los libros de viajes medievales castellanos*. «Filología Románica», Anejo I, p. 121-164.
- RAU, Virgínia (1964) — *O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439*. «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», III série, n.º 8, p. 143-150.
- RÊPAS, Luís Miguel (2003) — *Quando a nobreza traja de branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Magno Edições.
- RICHARD, Jean (1981) — *Les récits de voyages et de pèlerinages*. Turnhout: Brepols.
- ROSE, Isabelle (2010) — *Circulation abbatale et pouvoir monastique de l'époque carolingienne au premier âge féodal (IX.^e-XI.^e siècle)*. In SHMESP: SOCIÉTÉ DES HISTORIENS MÉDIÉVISTES DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR PUBLIC, ed. — *Des sociétés en mouvement. Migrations et mobilité au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 251-266.
- ROUX, Jean-Paul (1985) — *Les explorateurs au Moyen Age*. Paris: Fayard.
- RUBIO TOVAR, Joaquín, ed. (1986) — *Libros españoles de viajes medievales*. Madrid: Taurus.
- SANSTERRE, Jean-Marie (1999) — *Attitudes à l'égard de l'errance monastique en Occident*. In SANSTERRE, Jean-Marie; DIERKENS, Alain; KUPPER, Jean-Louis, dir. — *Voyage et voyageurs à Byzance et en Occident du VI.^e au XI.^e siècle*. Liège: Presses Universitaires de Liège, p. 215-234.
- SOMMÉ, Monique (1998) — *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV.^e siècle*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion.
- SOSA, Bernardo de Vasconcelos e, dir. (2016) — *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento: Guia histórico*. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- T'SERSTEVENS, A., ed. (1986) — *Los precursores de Marco Polo*. Barcelona: Orbis.
- UGINET, François-Charles (1994) — *Eugène IV*. In LEVILLAIN, Philippe, dir. — *Dictionnaire historique de la papauté*. Paris: Fayard, p. 642-645.
- VERDON, Jean (1998) — *Voyager au Moyen Age*. Paris: Perrin.
- WATHEN, A. (1975) — *“Conversatio” and Stability in the Rule of Benedict*. «Monastic Studies», 11, p. 1-44.
- WINANDY, Jacques (1982) — *La stabilité bénédictine: un mot et un concept non exempts d'ambiguïté*. In *Atti del 7.^o Congresso internazionale di studi sull'alto medioevo*. Spolète: [s.n.], vol. II, p. 521-525.
- ZUMTHOR, Paul (1994) — *La Medida Del Mundo - Representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra.

«ELA HOUVE MAO PREÇO, E COLHEU-SE, COM MEDO DESTE PAAI SOAREZ, SEU MARIDO, A AROUCA, E FILHOU HAVITO». MULHERES QUE PROCURAM ASILO EM MOSTEIROS CISTERCIENSES

LUÍS MIGUEL RÊPAS*

Resumo: O presente estudo centra-se em três casos de mulheres nobres que escolheram mosteiros cistercienses como asilo, por motivos diversos: infidelidade do marido ou da esposa e uma inusitada rutura de um conjunto de religiosas com a Ordem em que inicialmente professaram. A partir da análise dos condicionalismos de cada uma destas situações, procuram-se diferenças e convergências, sobretudo no que respeita ao papel desempenhado pelos mosteiros cistercienses, os quais, sendo lugares invioláveis, ofereciam seguro refúgio às que neles se acolhiam ou recolhiam. Aborda-se ainda o estatuto adquirido por cada uma destas mulheres nas comunidades monásticas que as receberam, mostrando-se, também aí, a diversidade do mundo cisterciense.

Palavras-chave: Mulheres nobres; Monaquismo; Monjas; Cistercienses; Asilo.

Abstract: The present study focuses on three cases of noblewomen who, for different reasons, chose Cistercian monasteries as asylums: infidelity of a husband or wife, and the unusual break of a group of nuns from the religious order in which they had originally professed. Through an analysis of the circumstances of each case, differences and convergences are sought, especially about the role played by Cistercian monasteries, which, as inviolable safe havens, offered refuge to those who withdrew to them or took shelter there. The status that each of these women attained in the monastic communities that took them in will be discussed, as will the diversity of the Cistercian world.

Keywords: Noblewomen; Monachism; Nuns; Cistercians; Asylum.

O presente texto, que foi pensado para integrar um painel sobre *A mobilidade medieval em contexto monástico*, tendo por base as comunidades cistercienses¹, consiste num estudo centrado em três casos de mulheres nobres que escolheram mosteiros cistercienses como asilo, por diferentes motivos, que aqui serão perscrutados. Neste trabalho

* Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e investigador do projeto *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaca. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* (ref.ª PTDC/ART-HIS/29522/2017), financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do qual este trabalho foi desenvolvido. Email: lrepas@gmail.com.

¹ Esse painel, intitulado *A mobilidade medieval em contexto monástico. O exemplo cisterciense*, foi coordenado por Paulo Catarino Lopes e tinha como objetivo refletir sobre a mobilidade medieval no quadro do mundo monástico cisterciense, a partir de três estudos de caso: o primeiro corresponde ao presente texto, o segundo é o estudo de Catarina Fernandes Barreira («Este livro he da sancristia dalcobaça...»). *Notas de pertença e circulação de livros em ambiente monástico* e o terceiro é da lavra de João Luís Fontes e Paulo Catarino Lopes (*Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaca em tempos de Reforma [1431-1446]*).

aborda-se o conceito das mobilidades, no seu sentido amplo, focando aspetos como a inclusão ou a exclusão das pessoas em causa, com base em questões de natureza sociocultural, económica ou religiosa.

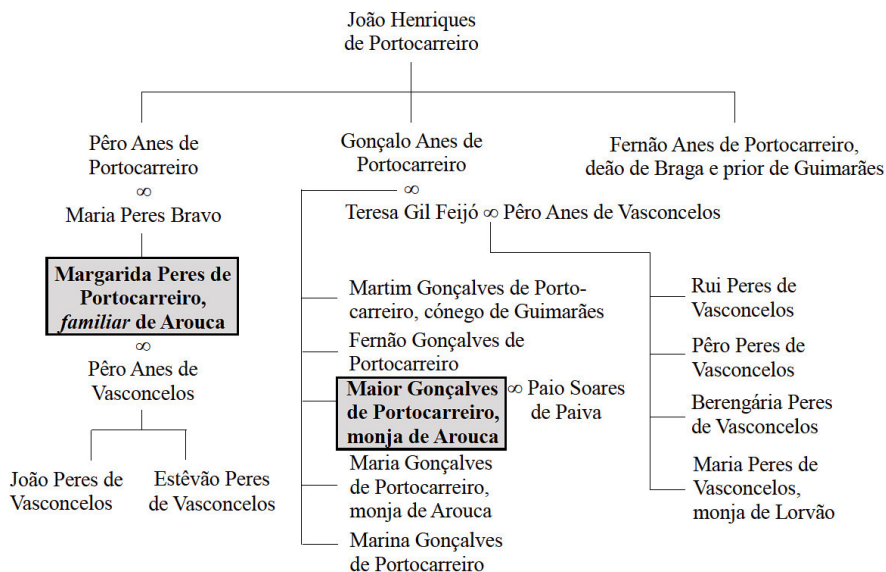


Fig. 1. Árvore Genealógica — Margarida Peres de Portocarreiro e Maior Gonçalves de Portocarreiro²

1. O primeiro destes casos centra-se na figura de Margarida Peres de Portocarreiro. Esta senhora, nobre, que pertencia a uma importante linhagem medieval com um forte protagonismo ibérico, quer do lado de cá, quer do lado de lá da fronteira, beneficia já de uma extensa e bem conhecida bibliografia que facilita a sua identificação e aclara os motivos que a fizeram ir para o Mosteiro de Arouca³. Sabe-se, assim, que foi casada com Pêro Anes de Vasconcelos, de quem teve dois filhos que parecem ter morrido prematuramente. União que desde cedo aparenta não ter corrido bem, já que Fernão Anes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga e prior de Guimarães, em 1272, excluiu do seu testamento a sua sobrinha Margarida Peres de Portocarreiro e o respetivo marido, tendo,

² A árvore aqui apresentada consiste numa versão simplificada, que pretende apenas contextualizar os indivíduos mencionados neste trabalho. A árvore genealógica da linhagem Portocarreiro, com todos os filhos de João Henriques de Portocarreiro e de Pêro Anes de Portocarreiro, pode ser consultada em PIZARRO, 1999: III, 4.17. Em relação à informação aí apresentada (sobre os filhos de Gonçalo Anes de Portocarreiro e Teresa Gil Feijó), acrescentámos Martim Gonçalves de Portocarreiro, cónego de Guimarães, e Marina Gonçalves de Portocarreiro (ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 5, m. 1, n.º 3, de 7 de agosto de 1279).

³ VILAR & BRANCO, 1998: 273-291; PIZARRO, 1999: II, 235-236, 343; RÊPAS, 2003: 68-69; ALMEIDA, 2003: I, 87-89.

no entanto, contemplado os seus filhos; e — ainda mais significativo — mandou que, caso a sua sobrinha viesse a ter filhos de outro homem, eles fossem igualmente admitidos nas partilhas da sua herança⁴. Ou seja, por este documento percebe-se que, em 1272, os filhos de D. Margarida ainda estavam vivos e, aparentemente, ela e Pêro Anes de Vasconcelos já estariam separados, prevendo-se, por isso, a possibilidade de ela vir a ter filhos de um outro homem, os quais seriam socialmente aceites e, por isso, admitidos à herança do deão da Sé de Braga.

Sabe-se, também, que Pêro Anes de Vasconcelos, o seu marido, em data incerta, «filhou» Teresa Gil [Feijó], «sua prima coirmã, por barregãa», ou seja, juntou-se a Teresa Gil, sua prima direita, tomando-a como sua concubina, e com ela teve vários filhos⁵, alguns dos quais legitimados por D. Dinis, em 1292⁶.

Compreende-se, assim, que Margarida Peres se tenha retirado para o Mosteiro de Arouca, no abadessado de D. Maior Martins [de Riba de Vizela] (1244-1285), ou seja, em data anterior a 1285⁷. Aí a encontramos a gerir os seus bens, sem qualquer interferência do marido, que é mencionado apenas num documento de 1290⁸.

Note-se que D. Margarida procurou asilo junto da comunidade monástica de Arouca sem, no entanto, nunca aí ingressar como monja. Ao invés da profissão monástica, D. Margarida preferiu ser recebida com o estatuto de «familiar» da Ordem. Tal estatuto permitia-lhe fazer «parte da família religiosa» e, por isso, usufruir de todas as boas obras que se fizessem no mosteiro, conservando, porém, o seu estado secular. Para além do inerente prestígio social e, muitas vezes, das vantagens económicas que lhe estavam associadas, os benefícios eram, sobretudo, de natureza espiritual, concorrendo para a remissão dos pecados e, em última análise, para a salvação da sua alma. Esse estatuto obtinha-se, regra geral, fazendo-se uma doação de todos os seus bens ou de grande parte deles a algum mosteiro, ou a qualquer outra casa eclesiástica⁹. Estas pessoas, como disse Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, «eram parte da *família religiosa*, ainda quando mesmo viviam em sua casa»¹⁰.

Em Arouca, Margarida Peres viveu mais de 40 anos, sendo-lhe permitido refazer a sua vida e integrar uma nova «família». Família que, tal como reconheceu no seu

⁴ ANTUNES, 1990: 44 ou ANTUNES, 1993: 422-423.

⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 36E10.

⁶ ANTT — *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 37v., de 21 de agosto de 1292, publ. em *Chancelaria de D. Dinis, Livro II*, 2012: doc. 139, 177-178.

⁷ Margarida Peres encontra-se documentada em Arouca entre 1287 e 1328 (RÊPAS, 2003: doc. 14 e ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 3, m. 12, n.º 35, de 23 de fevereiro de 1287 e 22 de abril de 1328, respetivamente). Contudo, ao renovar, em 22 de abril de 1328, a sua *familiaritas*, afirma ter sido recebida nessa condição pela abadessa D. Maior Martins, haviam então decorrido mais de 40 anos (ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 3, m. 3, n.º 11).

⁸ RÊPAS, 2003: doc. 60 («Margarida Perez de Portocareiro molher de Pedr'Eanes de Vasconcelos»).

⁹ RÊPAS, 2009: 501-515, onde se aborda a *familiaridade* no Mosteiro de Arouca, a partir do estudo de vários casos. O de Margarida Peres de Portocarreiro, que aqui se retoma, encontra-se nas páginas 506-507.

¹⁰ VITERBO, 1966: II, 244-249.

testamento, a acolheu, que lhe fez muito bem e que lhe deu muita ajuda, alimento e bens na altura em que ela mais precisou de tal auxílio ou, nas palavras da própria, «en tempo que mi fazia muy mester»¹¹. E D. Margarida retribuiu. A sua condição de leiga, sucessivamente lembrada na documentação¹², mantinha-a desobrigada de cumprir as leis de desamortização que proibiam a todos os eclesiásticos e corporações religiosas a compra de bens de raiz e interditavam os tabeliães de lavrarem escrituras de venda de propriedades a religiosos¹³. Desenvolveu, assim, entre 1287 e 1324, uma política de aquisição patrimonial extraordinária, traduzida em 29 compras, em que despendeu 970 libras¹⁴, a qual resultou, muito provavelmente, de uma estratégia concertada com o mosteiro¹⁵. É que todos estes bens — tal como os que recebeu em doação e alguns de sua avoenga — acabaram por ser legados ao Mosteiro de Arouca, no seu testamento, sendo este legado reiterado, alguns meses depois, por uma doação em que renovava a sua «familiaridade» e relembrava o seu percurso na comunidade de Arouca¹⁶.

Assim, Margarida Peres, «querendo seer companhiara e participador em todolos bees sperituas que fossem feytos en o dicto Moesteyro de Arouca, posse as sas mãos en a Regra da Ordim de Sam Beeyto» e disse perante a abadessa, a priora, a sopriora e muitas monjas do Mosteiro de Arouca que aí estavam que «avya quareenta anos e mays que a receberam os visitadores de Claraval e a abadessa dona Moor Martiiz com seu convento por fameliayra do dicto moesteyro assy en raçom como cada hũa dona dessas monjas do dicto moesteyro en as cousas sperituas e temporaes e en todo bem que se hy fizesse por todo sempre». Renovou esta promessa, «poendo as sas mãos na Santa Regra de Sam Beeyto», «e as dictas dona abbadessa e priora e sopriora e convento assy a receberom por fameliayra, como dicto he», tendo Margarida Peres prometido e mandado soterrar o seu corpo no dito mosteiro¹⁷.

¹¹ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 5, m. 2, n.º 23.

¹² Confira-se o «Quadro da denominação de Margarida Pires na documentação» em VILAR & BRANCO, 1998: 289.

¹³ MARQUES, 1989: 287-288.

¹⁴ No conjunto das aquisições entrevê-se um interesse centrado no couro de Arouca, particularmente nas aldeias de Paredes, Parada e Chave, que só por si justificam 22 compras (VILAR & BRANCO, 1998: 284-291).

¹⁵ É essa a opinião de quem estudou a política de aquisição desta senhora, como Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Branco, que, quanto à sua condição de leiga, consideram que «deve, talvez, ser interpretada, não apenas como uma opção pessoal, mas antes como resultado duma escolha conjunta que tivesse em vista a integração futura dos bens por ela adquiridos no património do mosteiro» (VILAR & BRANCO, 1998: 289). Dina Carla Almeida, por seu lado, fala em «conluio flagrante com a instituição» para contornar a lei, contribuindo para «o aumento do seu património numa época em que a lei o dificultava», ao comprar propriedades que interessavam ao mosteiro para lhas legar posteriormente (ALMEIDA, 2003: I, 78-79, 87).

¹⁶ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 5, m. 2, n.º 23 e ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 3, m. 3, n.º 11, de 22 de agosto de 1327 e 22 de abril de 1328, respetivamente.

¹⁷ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 3, m. 3, n.º 11. Como havia notado José Orlandis, «a prestação solene do juramento de futura sepultura surge, nos documentos onde se faz referência ao cerimonial da *traditio*, como uma das suas partes principais». Tendo em consideração que em «alguns documentos refere-se mesmo o carácter irrevogável de tal decisão», a sepultura tornava-se, assim, mais um dos direitos e deveres dos familiares (ORLANDIS, 1954: 175-176; veja-se, ainda, ORLANDIS, 1950: 5-49 ou ORLANDIS, 1976: 257-306, onde o autor reproduz o artigo anterior).

Num patamar estritamente simbólico, esta cerimónia reveste-se de uma singular importância, uma vez que realça a ideia da família que contribui e comunga dos benefícios espirituais realizados no mosteiro, reforçando, desta forma, os sentimentos de pertença coletiva¹⁸.

2. O segundo caso em estudo envolve Maior Gonçalves de Portocarreiro, prima da agora visada Margarida Peres de Portocarreiro. Maior Gonçalves de Portocarreiro, curiosamente, era filha de Gonçalo Anes de Portocarreiro e de Teresa Gil Feijó, que também se referiu atrás e que, segundo o conde D. Pedro, «foi de mao preço, e houve filhos de seu primo coirmão, Pedr'Eannes de Vasconcelos»¹⁹. No seu *Livro de Linhagens*, o conde esclarece as circunstâncias que obrigaram Maior Gonçalves de Portocarreiro a procurar asilo no Mosteiro de Arouca. Diz-nos este autor que «dona Moor Gonçalvez [de Portocarreiro] [...] foi casada com Paai Soarez de Paiva»²⁰ e que, a dada altura, ela lhe foi infiel e, por isso, teve de lhe fugir, refugiando-se, como dissemos, na clausura do Mosteiro de Arouca («por mao preço que houve, fugio-lhe e foi monja d'Arouca»²¹). Estes acontecimentos são narrados noutra passagem do mesmo nobiliário, onde se diz que «Paai Soarez foi casado com dona Moor Gonçalvez de Porto Carreiro, e ela houve mao preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito»²². Pelos relatos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e do *Livro do Deão*, ficamos ainda a par de que (antes ou depois de ela ter ingressado naquela casa monástica, situação não esclarecida naquelas fontes) o seu marido, Paio Soares de Paiva, fingiu estar morto para a conseguir apanhar e matar: «Paai Soarez de Paiva, o que se fez morto pera matar sa molher per mao preço que ela havia»²³; e, sobre o mesmo «Paio Soares de Pa[v]ha, o que se fez morto pola matar, por mao preço que ela havia»²⁴. Procurava, desta forma, vingar-se da esposa adúltera. Pelos vistos não conseguiu concretizar os seus intentos, uma vez que, em 1304, ela se encontrava no Mosteiro de Arouca, onde viveu até 1326. Deste casamento não nascera qualquer filho e Paio Soares de Paiva acabou por se consorciar com Inês Rodrigues Ribeiro, com quem teve três filhos varões²⁵.

¹⁸ Como afirmou Jean-Claude Schmitt, «melhor que a escrita, os gestos envolvem toda a pessoa; eles asseguram um contacto físico entre as pessoas ou com os próprios objectos revestidos de um alto valor simbólico e do qual alguns detêm um poder sagrado. [...] Em todas estas ocasiões, a escrita pode intervir, conservar a memória para a posteridade, registar os testemunhos: mas é o gesto que dá a sua força ao acto, que amarra as vontades, que associa os corpos» (SCHMITT, 1990: 16 [tradução nossa]).

¹⁹ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 36U10.

²⁰ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 36U10, 43Y6.

²¹ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 43Y6.

²² *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 26F5.

²³ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 36U10.

²⁴ *Livro de Linhagens do Deão*, 1980: 9AP8.

²⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980: 26F5, 41C6.

A escolha do Mosteiro de Arouca, onde professou (ao contrário da sua prima Margarida Peres de Portocarreiro), poderá dever-se ao facto de Maior Gonçalves de Portocarreiro aí ter a sua irmã Maria Gonçalves de Portocarreiro, que, nessa data, era soprioresa²⁶. Na verdade, o Mosteiro de Lorvão, por exemplo, estava completamente fora de questão, uma vez que a sua cunhada, Constança Soares de Paiva, era aí abadessa²⁷.

3. O terceiro caso em estudo diz respeito a três freiras que fugiram do Mosteiro de Santa Clara de Santarém. Não se trata de um caso inédito, uma vez que são conhecidas outras fugas protagonizadas quer por monjas cistercienses, quer por monjas de outras ordens religiosas, sendo a mais divulgada a de Urraca Machado, uma religiosa que saiu do Mosteiro de Chelas e que «andava fora da ordim», a qual foi estudada por Pedro de Azevedo²⁸. Importa-nos esta fuga, em particular, porque envolveu um grupo de freiras que, tendo abandonado o seu convento, procuraram asilo noutras comunidades monásticas, acabando três delas por beneficiar da proteção que lhes foi oferecida pelo abade do Mosteiro de Alcobaça, que as instalou em Cós, a sua filial feminina²⁹.

Recuemos ao início da história. Por um diploma de 2 de abril de 1289, até agora inédito, percebe-se que cinco freiras do Convento de Santa Clara de Santarém (Elvira Ourigues, Serrã Mendes, Maria Martins de Viseu, Fruilhe Martins e Sancha Fernandes) andavam, nessa altura, fugidas, tendo encontrado um primeiro refúgio no Mosteiro de Chelas, no termo Lisboa, onde, face às notícias de que os frades franciscanos pretendiam agir contra elas, aplicando-lhes uma sentença de excomunhão, e temendo-se deles, elas nomearam dois procuradores para instruírem e prosseguirem, em seu nome,

²⁶ PIZARRO, 1999: II, 334; RÊPAS, 2021: II/1, 487-492, 701-706. Maria Gonçalves de Portocarreiro encontra-se documentada como soprioresa entre 1304 e 1313 e como prioresa entre 1316 e 1332 (ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, m. 3, n.º 11, de 27 de janeiro de 1304, ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, m. 12, n.º 22, de 27 de setembro de 1313, e ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, m. 1, n.º 5, de 24 de maio de 1316, publ. em ALMEIDA, 2003: docs. 84, 151 e 195; ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, m. 7, n.º 17, de 10 de fevereiro de 1332).

²⁷ PIZARRO, 1999: I, 431; SANTOS, 2001: 132-133; FERNANDES, 2004: 65-224.

²⁸ É bem conhecido o estudo que Pedro de Azevedo publicou sobre Urraca Machado, uma religiosa que saiu do Mosteiro de Chelas e que «andava fora da ordim» (AZEVEDO, 1905: 1-33), bem como o inusitado caso referido por Rui Cunha Martins em que duas monjas beneditinas (Gontinha Simões e Sancha Esteves), em 1310/1311, abandonaram o Mosteiro de Santa Maria de Semide para ingressar no Mosteiro de São Pedro de Pedroso, masculino (MARTINS, 1992: 52-53). Para além do caso das cinco freiras que andavam fugidas do Convento de Santa Clara de Santarém, em abril de 1289, que trataremos no texto, Maria Filomena Andrade refere ainda que também Constança Peres do Casal andava fugida desse mesmo convento de clarissas em dezembro de 1390 e que três freiras haviam igualmente fugido de Santa Clara de Santarém para o Mosteiro de Chelas, em Lisboa, facto que se confirma num documento pontifício de 15 de junho de 1363 (ANDRADE, 2011: 105-106, 208-209, 553-554, 556, 558, 573 e 658-659).

²⁹ Trata-se de uma questão a que outros autores já aludiram (cf. GOMES, 2002-2003: 148, 154-155, em que o autor publica e aborda um documento sobre a herança de Elvira Ourigues, e, sobretudo, a obra de Maria Filomena Andrade citada na nota anterior). Porém, a análise aqui apresentada beneficia da descoberta de nova documentação sobre a questão em apreço, conservada no fundo do Mosteiro de Alcobaça, que nos foi indicada pelo Prof. Doutor Mário Farelo, a quem deixamos um grande bem-haja.

uma apelação para a cúria romana³⁰. Por outros diplomas, mais tardios, sabe-se que, destas cinco freiras, três — Elvira Ourigues [da Nóbrega], Fruilhe Martins [das Medãs] e Sancha Fernandes [de Óbidos]³¹ — entraram na esfera do Mosteiro de Alcobaça:

- Em 1292, Fruilhe Martins (filha de Martim Sanches das Medãs, já falecido) e Sancha Fernandes (filha de Fernão Fernandes de Óbidos, já falecido), sendo já donas de Cós, estabeleceram que, quando uma delas morresse, todos os seus bens (móveis e imóveis) deveriam ficar à outra, enquanto fosse viva (a qual não poderia alienar qualquer bem imóvel), devendo depois, à sua morte, ficar a quem cada uma delas determinasse³²;
- Em 1292, Fruilhe Martins das Medãs doou ao abade D. Domingos e ao convento do Mosteiro de Alcobaça tudo quanto possuía no termo de Torres Vedras, atendendo, entre outras coisas, ao bem que eles lhe haviam feito; retinha, porém, o seu usufruto vitalício, por graça especial que ganhara do dito mosteiro³³;
- Em 1294, confirma-se que estas três religiosas já se encontravam sob proteção da comunidade alcobacense, da qual receberam o rendimento de várias propriedades, que deveriam manter enquanto fossem vivas: Fruilhe Martins e Sancha Fernandes receberam a Quintã da Aboboreira, no termo de Óbidos, e um pomar, com almuinha, no Ameal (freguesia do Ramalhal, concelho de Torres Vedras)³⁴; e Elvira Ourigues, juntamente com Maria Martins, recebeu bens em Rio Maior, Valada (freguesia e concelho do Cartaxo) e Belas (freguesia e concelho de Sintra), que ela própria havia dado ao Mosteiro de Alcobaça³⁵.

Descontentes, e sentindo-se lesadas com o desenrolar dos acontecimentos, as clarissas escalabitanas terão recorrido a D. Dinis, ainda que sem sucesso, pois o rei recusou ajuizar tal matéria, alegando pertencer ao foro eclesiástico — «Rex dicit quod non est iudex inter nos et ipsos viry». Percebendo que os barões da cúria régia eram favoráveis às pretensões alcobacenses — «et barones de curia regis sunt magis cum eis qua nobiscum» —, a abadessa

³⁰ Estas cinco religiosas determinaram ainda que, a partir daquele momento, elas (com todos os seus bens e com todos os que as serviam), querendo seguir os seus conselhos e a sua assistência, se colocaram sob proteção da cúria pontifícia (ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 18, n.º 43).

³¹ ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, doc. 20. O diploma não se encontra datado, mas, tendo em conta a cronologia do referido pontífice e a resposta que deu a esta súplica, situa-se criticamente entre 1295 e 1302.

³² ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 19, n.º 23 (Óbidos, 5 de fevereiro de 1292). Vejam-se, ainda, as biografias destas religiosas em RÊPAS, 2021: II/2, 213-232, 240-244.

³³ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 1, n.º 12 (Juncal, 2 de julho de 1292), publ. em GOMES, 2005: doc. 55.

³⁴ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 19, n.º 48 (Alcobaça, 11 de junho de 1294), publ. em GOMES, 2002-2003: doc. 2, 152-153.

³⁵ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 19, n.º 51 (Alcobaça, 27 de outubro de 1294), publ. em GOMES, 2002-2003: doc. 3, 153-154. Cf., ainda, ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 21, n.º 13 (Cós, 23 de outubro de 1294; trasladado em Leiria, a 3 de setembro de 1298).

e o convento do Mosteiro de Santa Clara de Santarém e Leonor Afonso, filha bastarda de D. Afonso III, monja no dito mosteiro³⁶, em data que se não pode precisar³⁷, dirigiram-se ao papa Bonifácio VIII pedindo-lhe que intercedesse no sentido de resolver a questão suscitada pela fuga de Fruilhe Martins, Elvira Ourigues e Sancha Fernandes, suas freiras, que entretanto haviam sido acolhidas pelo abade e pelos frades do Mosteiro de Alcobaça, em Cós, como suas monjas. Atribuía-mos a ação das referidas religiosas a uma incitação diabólica — «Ideo scias pater sancte quod sugerente dyabolo minorisse exierunt de monasterio supradicto» — e acusavam os monges alcobacenses de pretenderem apropriar-se dos seus bens³⁸.

A comunidade de clarissas invocava os privilégios que tinha recebido dos seus antecessores na cúria romana, os quais determinavam que ninguém exercesse qualquer tipo de violência sobre os seus bens, que o património e as restantes posses das monjas que aí professassem servissem para sustentar o seu mosteiro, que nenhuma monja pudesse sair do mosteiro e que, caso saísse, não pudesse manter os seus bens³⁹:

*Quod nullis audeat in rebus et in locis nostris facere violenciam et etiam quod moniales que fuerint proffesse patrimonium et res alias quas habent debent habere pro sustentacione monasterii supradicti et quod nulla monialis professa exseat de monasterio in vita sua et si exierit quod nihil habeat nec retineat de rebus suis*⁴⁰.

Servindo-se destas prerrogativas, acusavam os frades de Alcobaça de terem recebido aquelas três monjas sem a licença do sumo pontífice, nem a delas, e de terem retido os seus bens. Culpavam-nos ainda de, com homens armados, terem usado violência para as espoliarem das propriedades das fugitivas e dos seus frutos:

Et illa que dicitur Fruilly Martini ad huc vivit. Altera enim ad inplevit d'obitum naturale. post mortem vero ejus. accepimus nos possessiones et misimus serviciales nostros et dñas procuratrices ad retinendum agros et fructus pro Monasterio sicut in nostra regula continetur et post quam fuymus in possessione venerunt fratres de Monasterio Alcobacie cum homibus et cum armis et per violenciam rapuerunt et

³⁶ É extremamente interessante a forma como a comunidade de clarissas menciona e utiliza a presença e o prestígio da filha do monarca no seio da comunidade, para reforçar o peso do seu pedido junto do santo padre. Sobre esta filha bastarda de D. Afonso III, veja-se VENTURA, 1992: II, 545-548; VENTURA, 2006: 212-213; FONSECA, 2005: 94-99.

³⁷ Tendo como referência a cronologia do pontificado de Bonifácio VIII e a data da resposta, esta petição terá sido redigida entre 1295 e 1302.

³⁸ ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, doc. 20.

³⁹ Eram, afinal, privilégios semelhantes aos que o papa Alexandre IV, em 1259, concedera ao Mosteiro de Santa Maria de Celas (de Coimbra), da Ordem de Cister: «Prohibemus insuper ut nulli sororum vestrarum post factam in monasterio vestro professionem fas sit sine abbatisse sue licentia de eoden loco discendere discendentem vero absque comunium litterarum vestrarum cautione nullos audeat retinere» (MORUJÃO, 2001: doc. 118, 289); ou seja, em português: «Proibimos, além disso, que nenhuma das vossas sorores daí saia, depois de ter feito a profissão no vosso mosteiro, sem a autorização da abadessa, nem se atreva a reter quaisquer bens sem uma carta vossa».

⁴⁰ ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, doc. 20.

*expoliaverunt nos tam de possessionibus quam de fructibus et sic totum habent nos vero nichil*⁴¹.

Queixavam-se, por serem mulheres débeis, pobres e enclausuradas — «mulieres in docte debiles pauperes et incluse» —, de não conseguirem recorrer à justiça e solicitavam, por isso, a intervenção pontifícia⁴².

Na sequência da morte de Elvira Ourigues⁴³, os procuradores dos Mosteiros de Alcobaça e de Santa Clara de Santarém ainda terão chegado a acordo quanto à partilha dos bens e das heranças que lhe haviam pertencido. Diz-se, então, que, depois de pertencer àquela comunidade de clarissas, Elvira Ourigues veio a ser «freyra soror en Quod, sogeyta a Alcobaça», onde morreu, envergando o hábito cisterciense — «morrera no logo de Quod en avito acostumbrado da ordim». Tal acordo, que recebeu a anuência da abadessa e do convento do Mosteiro de Santa Clara de Santarém, previa que esses bens e essas heranças fossem divididos a meias pelas duas casas monásticas, segundo a orientação de D. Pedro Esteves, almoxarife régio, e de João Fernandes⁴⁴. Apesar disso, o conflito entre as clarissas de Santarém e os frades de Alcobaça estava longe de se encontrar resolvido.

Fruilhe Martins, intitulado-se «donna soror de Cos», continuou a gerir o seu património usufrutuário, com o consentimento do abade e do convento de Alcobaça, de quem se reconhecia sujeita — «cuja suyeyta e profeça eu soo»⁴⁵. Para além disso, em 1300, Fruilhe Martins e Sancha Fernandes, denominando-se *donas* de Cós, investiram 35 libras na aquisição de uma herdade em Aljubarrota (concelho de Alcobaça)⁴⁶ e a primeira delas ainda vivia em 1305, ano em que foi novamente referida como freira de Cós⁴⁷.

Entretanto a questão demorava-se na cúria pontifícia, estendendo-se pelo menos até 1308, sem que saibamos o seu desfecho. Pelo meio, num primeiro momento, o papa

⁴¹ ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, doc. 20.

⁴² ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, doc. 20.

⁴³ O documento não se encontra datado, mas Saul António Gomes, ao publicá-lo, atribuiu-lhe a data crítica de cerca de 20 de junho de 1295, por estar relacionado com um outro diploma, com essa data, a que a seguir aludimos e que surge mencionado numa memória histórica sobre o Mosteiro de Cós elaborada, no século XVIII, por Fr. Manuel de Figueiredo (cf. GOMES, 2002-2003: doc. 4, 154-155, e SOUSA & GOMES, 1998: doc. 13).

⁴⁴ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 22, n.º 5 (publ. em GOMES, 2002-2003: doc. 4, 154-155).

⁴⁵ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Almoester*, m. 1, n.º 36, de 23 de outubro de 1296 (referida em ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 20, n.º 16, de 20 de dezembro de 1296).

⁴⁶ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 21, n.º 30, de 26 de agosto de 1300 (publ. em GOMES, 2002-2003: doc. 6, 158-159). Corresponde, seguramente, a um diploma referido (com a data errada) por Fr. Manuel de Figueiredo, numa memória histórica sobre o Mosteiro de Cós: «A 26 de Agosto de 1296. fizeram Martim Annes dito Chacota, e sua molher Domingas Sanches a D. Froilhe Martins, e D. Sancha Fernandes Donas de Cos venda de huã herdade» (SOUSA & GOMES, 1998: doc. 13, 295).

⁴⁷ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 24, n.º 22, de 12 de junho de 1305. Agradecemos ao Prof. Doutor Mário Farello a indicação da existência deste documento.

Bonifácio VIII, por missiva de 5 de janeiro de 1302, nomeou o bispo, o deão e o arceidiago de Lisboa juizes da demanda, tendo D. Dinis, em 27 de junho desse ano, ordenado a um tabelião de Santarém que fosse ler ao abade e ao convento do Mosteiro de Alcobaça a carta de citação que o bispo e o arceidiago de Lisboa lhes haviam feito, no dia 18 desse mês, para que comparecessem perante eles, em Lisboa, até ao dia 1 de agosto, para responderem no âmbito da queixa que contra eles fora apresentada ao Sumo Pontífice pela abadessa e pelo convento do Mosteiro de Santa Clara de Santarém, sobre direitos, propriedades e outras coisas por que se sentiam injuriadas. O tabelião cumpriu o mandado régio a 29 de junho⁴⁸.

Estas diligências não terão surtido efeito, pois, em 7 de outubro de 1307, já o papa Clemente V, pela bula *Comqueste sunt nobis*, nomeava o arceidiago de Santarém (mestre Estevão) e os cónegos de Lisboa João de Alprão e Martim Dade juizes da mesma causa, ordenando-lhes que convocassem e ouvissem as partes e depois decidissem a questão. Em cumprimento desta determinação pontifícia, em 24 de março de 1308, os referidos juizes mandaram a dois tabeliões de Santarém, sob pena de excomunhão, que citassem o abade e o convento do Mosteiro de Alcobaça para comparecerem em Lisboa, perante eles, no prazo de 20 dias (a partir da data da notificação), para se fazer justiça⁴⁹.

Analisados os factos, questionamo-nos sobre o que terá motivado a ação dos frades de Alcobaça. A gravidade da sua posição, ao acolher religiosas fugidas de um mosteiro de outra Ordem, só se compreende porque elas, individualmente, ou as suas linhagens tinham capacidade de persuadir a comunidade alcobacense e, porventura, porque tal decisão poderia responder aos anseios dos seus frades. É evidente que os frades alcobacenses pretendiam, desde logo, aumentar o património do seu mosteiro à custa da integração das propriedades destas religiosas, as quais seriam significativas, dada a sua condição social. No entanto, não será de descuidar que vissem nesta manobra uma forma de consolidar em Cós uma verdadeira comunidade regular de monjas bernardas, podendo esta questão ter coincidido com a organização conventual do grupo de recolhidas que aí viviam⁵⁰.

A favor desta teoria concorre o facto de D. Dinis ter tomado sob sua proteção a abadessa, o convento e o Mosteiro das Donas de Cós (bem como os seus homens e os

⁴⁸ ADS — *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, n.º 2, cit. por ANDRADE, 2011: 209, nota 755.

⁴⁹ Por este documento ficamos a saber que o arceidiago de Santarém era mestre Estevão e João de Alprão surge aí identificado como deão de Viseu, cargo que detinha desde 1297 (ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, doc. 22 (original, com três selos pendentes) e ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Livro 24, fl. 16-16v. (cópia), cit. por ANDRADE, 2011: 208-209). Vejam-se as biografias destes três clérigos na obra de FARELO, 2003: II, 48-50, 93-97, 274-276.

⁵⁰ Sobre a questão dos primeiros tempos das comunidades monásticas femininas, Anne E. Lester refere que não há um só modelo de casa cisterciense, mas variadas situações com contornos distintos e permeáveis, formando um quadro que se vai regularizando ao longo do século XIII, com as Codificações/Compilações de legislação saídas dos Capítulos Gerais de Cister em 1220, 1237, 1257 e 1289, em que o item XV se dedica exclusivamente a dar indicações normativas sobre as comunidades femininas (LESTER, 2011: 2, 19, 42 e 43; LUCET, 1977: 348 e seguintes). Sobre a comunidade de Cós, em particular, veja-se RÊPAS *et al.*, 2020: 181-208.

seus bens) no ano de 1298⁵¹ (ou seja, pouco tempo depois dos frades alcobacenses terem recebido as clarissas foragidas de Santarém), caso o diploma régio assinale o momento da instituição de um mosteiro com uma comunidade de monjas perfeitamente organizada e submetida à autoridade de uma *abadessa*⁵².

Na admissão destas religiosas, os frades alcobacenses poderiam ainda ter visto uma forma de elevar o nível social da comunidade aí residente, procurando, assim, atrair outras donas de estatuto semelhante, aspeto que nos parece não ter sido conseguido.

É tempo de concluir.

Apesar da diversidade dos motivos inerentes aos três casos em estudo (porventura, «a morte prematura dos seus dois filhos, enquadrada pela barregania da sua tia, Teresa Gil, com o seu marido, da qual [até] já poderia existir descendência àquela data»⁵³, no primeiro caso; a infidelidade da esposa, no segundo; e uma inusitada rutura de um conjunto de religiosas com a Ordem em que inicialmente professaram e a consequente fuga das mesmas, no último), importa aqui destacar o papel desempenhado pelos mosteiros cistercienses, os quais, sendo lugares invioláveis, ofereciam seguro refúgio às que neles se acolhiam ou recolhiam. Reforçavam, desta forma, a sua função social, ao acolherem não só meninas órfãs, mulheres viúvas e todo o excedente demográfico feminino que não era orientado para as alianças matrimoniais, mas também aquelas que, rejeitadas pela sociedade, face a comportamentos que, direta ou indiretamente, as maculavam, se viam desamparadas e necessitavam de garantir a sua proteção pessoal e algum amparo socioeconómico.

O medo que sentiram — que é claramente mencionado nos dois últimos casos — conduziu-as a grandes comunidades cistercienses, como Arouca e Alcobaça, capazes de as resguardar dos maridos que delas se queriam vingar, daqueles que as queriam obrigar a submeter-se a uma ordem religiosa em que tinham professado ou à sua abadessa, contra a sua vontade, ou mesmo dos que as ostracizavam socialmente, julgando-as por atos que, em última instância, terão levado à dissolução do seu matrimónio.

Independentemente das motivações que determinaram a decisão dos Mosteiros de Arouca e de Alcobaça as acolherem, e da forma como as acolheram no seu seio (uma como *familiar* da Ordem, as restantes como *monjas professoras*), a verdade é que estes lhes prestaram o apoio de que elas precisavam num momento sensível da sua vida, como tão bem reconheceu Margarida Peres de Portocarreiro: «en tempo que mi fazia muy mester»⁵⁴.

⁵¹ SOUSA & GOMES, 1998: doc. 16, de 15 de fevereiro de 1298.

⁵² É verdade que tal privilégio poderá constituir apenas uma jogada dos frades alcobacenses, num momento de conflito, com o intuito de verem reforçada a sua posição na defesa das religiosas de Cós e dos seus bens, o que também justificaria a cronologia do referido diploma.

⁵³ PIZARRO, 1999: II, 235. Este autor, a estas razões, acrescenta «uma possível situação de adultério» por parte de Margarida Peres de Portocarreiro, hipótese a que a documentação não alude.

⁵⁴ ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 5, m. 2, n.º 23.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Santarém

ADS — *Convento de Santa Clara de Santarém*, Gav. 1, n.º 2.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 18, n.º 43.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 19, n.º 23, n.º 48 e n.º 51.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 20, n.º 16.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 21, n.º 13 e n.º 30.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 22, n.º 5.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 24, n.º 22.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 2.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 1, n.º 12.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Almozer*, m. 1, n.º 36.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, m. 3, n.º 11.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, m. 7, n.º 17.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 3, m. 12, n.º 35.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, m. 1, n.º 3 e n.º 5.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria Arouca*, gav. 5, m. 2, n.º 23.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, m. 3, n.º 11.
 ANTT — *Mosteiro de Santa Maria de Arouca*, gav. 5, m. 12, n.º 22.
 ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, m. 22, docs. 20 e 22.
 ANTT — OFM, Província de Portugal, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Livro 24, fl. 16-16v.

FONTES IMPRESSAS

- CHANCELARIA de D. Dinis, *Livro II*. Ed. Rosa Marreiros. Coimbra: Palimage/CHSC, 2012.
 LIVRO de *Linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. (*Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*; vol. 2).
 LIVRO de *Linhagens do Deão*. Ed. Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. (*Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*; vol. 1).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de (2003) — *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Dissertação de Mestrado.
 ANDRADE, Maria Filomena (2011) — *In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura: A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.
 ANTUNES, José (1990) — *Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca*. «Revista de História das Ideias», vol. XII, p. 19-53.
 ——— (1993) — *O Testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272)*. «Theologica», II.ª série, vol. XXVIII, fasc. 2, p. 407-432.
 AZEVEDO, Pedro de (1905) — *Urraca Machado, dóña de Chellas*. «Archivo Historico Portuguez», vol. III, p. 1-33.

- FARELO, Mário Sérgio da Silva (2003) — *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols. Dissertação de Mestrado.
- FERNANDES, Aires Gomes (2004) — *O Mosteiro de Lorvão: um breve olhar sobre o abadessado de D. Constança Soares (1290-1317)*. «Itinerarium», Ano L, n.º 178/179, p. 65-224.
- FONSECA, Ana Cristina Tavares da (2005) — *Barregãs e Bastardos régios da 1.ª Dinastia Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- GOMES, Saul António (2002-2003) — *Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos*. «Revista Portuguesa de História», t. XXXVI, vol. 1, p. 141-160.
- (2005) — *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental. Séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Município de Porto de Mós.
- LESTER, Anne E. (2011) — *Creating Cistercian Nuns: The Women's Religious Movement and Its Reform in thirteenth-century Champagne*. Londres: Cornell University Press.
- LUCET, Bernard (1977) — *Les codifications cisterciennes de 1237 et de 1257*. Paris: CNRS.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1989) — *Desamortização*. In SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. II, p. 287-288.
- MARTINS, Rui Cunha (1992) — *Património, parentesco e poder. O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Lisboa: Escher.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2001) — *Um Mosteiro Cisterciense Feminino. Santa Maria de Celas (século XIII a XIV)*. Coimbra: [Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra].
- ORLANDIS, José (1950) — *Sobre la elección de sepultura en la España medieval*. «Anuario de Historia del Derecho Español», n.º 20, p. 5-49 (ou ORLANDIS, José (1976) — *La Iglesia en la España Visigótica y Medieval*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, p. 257-306, onde reproduz o artigo anterior).
- (1954) — *“Traditio corporis et animae”: la “familiaritas” en las Iglesias y Monasterios españoles en la alta Edad Media*. «Anuario de Historia del Derecho Español», n.º 24, p. 95-280.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1999) — *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna. 3 vols.
- RÊPAS, Luís Miguel (2003) — *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Edições Magno.
- (2009) — *Familiares e familiaritas no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)*. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís, dir.; ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, coord. — *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 501-515.
- (2021) — *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Tese de Doutoramento.
- RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes (2020) — *Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval*. «Lusitania Sacra». t. 41, p. 181-202.
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (2001) — *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SCHMITT, Jean-Claude (1990) — *La Raison des Gestes dans l'Occident médiéval*. Paris: Gallimard.
- SOUSA, Cristina Maria André de Pina; GOMES, Saul António (1998) — *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.ª Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos; BRANCO, Maria João Violante (1998) — *Vivência Religiosa e Propriedade no Mosteiro de Arouca no Dealbar do Século XIV: O Exemplo de Margarida Pires de Portocarreiro*. In TAVARES, Maria José Ferro, dir. — *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, vol. I, p. 273-291.

- VENTURA, Leontina (1992) — *A nobreza de corte de D. Afonso III*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Tese de Doutoramento.
- (2006) — *D. Afonso III*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1966) — *Familiares*. In FIÚZA, Mário, *ed. crítica — Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...* 3.^a ed. Porto: Livraria Civilização Editora, vol. II, p. 244-249.

«ESTE LIVRO HE DA SANCRISTIA DALCOBAÇA...». NOTAS DE PERTENÇA E CIRCULAÇÃO DE LIVROS EM AMBIENTE MONÁSTICO

CATARINA FERNANDES BARREIRA*

Resumo: *Com a intenção de prevenir o descaminho e o extravio dos códices da livraria do Mosteiro de Alcobaça, os monges colocaram-lhes notas de pertença, mais ou menos extensas, que nos dão variadas informações: sobre o empréstimo de códices para cópia ou sobre a sua aquisição, com o intuito de enriquecer a livraria monástica. Ou notas a documentar as dinâmicas de circulação do livro por outras casas cistercienses e notas sobre a relação próxima dos monges com os livros. Partindo destas questões, o presente artigo pretende equacionar o modo como se opera a circulação do livro no contexto das bibliotecas monásticas, em particular no estudo de caso que é o Mosteiro de Alcobaça, e, nesta, o papel e eficácia de tais notas de pertença na identificação e preservação da livraria monástica.*

Palavras-chave: *Mosteiro de Alcobaça; Códices; Mobilidade; Monges.*

Abstract: *To prevent the loss of libraries' codices monks provided them with notes of ownership, which could be more, or less extensive, and which give us information about the borrowing of manuscripts for copying, or the acquisition of new books to enrich a collection. These notes documented the dynamics of a book's circulation through other Cistercian houses, and the close relationship the monks had with the books. Based on these sources this article will scrutinise how the circulation of books took place in monastic libraries, with particular attention to the case of the Monastery of Alcobaça, and the role and efficacy of notes of ownership in the identification and preservation of the monastic library.*

Keywords: *Monastery of Alcobaça; Manuscripts; Circulation; Monks.*

* Investigadora contratada do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, colaboradora do CEHR-UCP e investigadora responsável no projeto *Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* (ref.ª PTDC/ART-HIS/29522/2017), financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

O presente artigo decorre da participação numa sessão proposta ao colóquio *Mobilidades*, coordenada por Paulo Catarino Lopes, intitulada *A mobilidade medieval em contexto monástico. O exemplo cisterciense*. Era seu objectivo reflectir sobre a mobilidade medieval no quadro do mundo monástico cisterciense a partir de três estudos de caso: o aqui apresentado, e os analisados por Luís Miguel Répas («*Ela houve mau preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soares, seu marido, a Arouca, e filhou havito*»). *Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses*) e por João Luís Fontes e Paulo Catarino Lopes (*Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de Reforma [1431-1446]*).

Agradeço, de forma penhorada, ao Mário Farelo pela leitura atenta e pelas sugestões, e ao Paulo Lopes pela ajuda e entusiasmo. Email: cbarreira@fcs.unl.pt. A autora não escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1990.

1. CIRCULAÇÃO DE LIVROS, BIBLIOTECAS MONÁSTICAS E *SCRIPTORIA*

A circulação de livros ao longo da Idade Média não é, de todo, um tema inédito e original, mas tem sido abundantemente trabalhado por diversos autores, nas últimas décadas, sendo extensa a bibliografia sobre o assunto¹. Em primeiro lugar, a circulação do livro contribuiu de modo eficaz para a transmissão e difusão culturais e foi a circulação que esteve na base da constituição das bibliotecas, nomeadamente por via de compras, de doações e do empréstimo para cópia. Estudar as bibliotecas medievais, e os códices que delas fizeram parte, não é só olhar para os inventários e/ou para os livros sobreviventes, mas supõe analisar a circulação que perspectiva e contextualiza quer os livros, quer os seus leitores².

Um segundo aspecto a ter em conta é que a constituição de uma biblioteca, na Idade Média, designadamente uma biblioteca monástica, era um processo longo e complexo, e esta não se esgotava nas funções de aglutinadora e conservadora de livros, mas organizava-se em torno de uma comunidade com interesses comuns³. Era um processo moroso porque a produção e/ou aquisição do livro dependia de diversos factores e era feita ao serviço dos monges⁴, das suas necessidades litúrgicas e de leitura(s)⁵. Na maior parte dos casos, uma biblioteca monástica era feita pelos monges, para uso dos monges e da comunidade, o que previa a existência de um *scriptorium*⁶. O seu funcionamento pressupunha um domínio de competências ligadas à produção do livro, bem como a capacidade financeira para adquirir os respectivos materiais. Por todos estes motivos, o estudo dos livros que compõem as bibliotecas monásticas deve ser feito, sempre que possível, a partir (1.º) da análise da materialidade, (2.º) do conteúdo textual e em articulação com o seu contexto de origem, proveniência, utilização e circulação.

De acordo com Aires A. Nascimento, «os monges cistercienses precisavam de livros»⁷ e faziam-se acompanhar de livros em quase todas as actividades diárias e em variados locais: na igreja, no coro (para o ofício e para a missa); no refeitório, a acompanhar as refeições; na reunião na Sala do Capítulo; na noviciaria e, individualmente, no estudo e meditação⁸.

¹ Ver *Atas del Coloquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII*, 1988. Muito recentemente, foi novamente mote para outro Congresso Internacional, *Medieval Manuscripts in Motion* organizado pelas seguintes instituições: Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH, Tardo Gótico Research Group University of Cantábria e Institute of Medieval Studies, León, que teve lugar em Lisboa, em Março de 2015. Aires Nascimento deu, a este tema, importantes contributos, ao longo de quatro décadas e, por motivos de espaço, não podemos referir todos, mas indicamos os mais significativos: NASCIMENTO, 1985: 229-242; NASCIMENTO, 2012: 269-317; NASCIMENTO, 2018. ² NEBBIAI, 2013: 15; NASCIMENTO, 2018.

³ A propósito da questão das comunidades textuais ver STOCK, 1983; STOCK, 1997; IRVINE, 2006; JAMROZIAK, 2013: 25; NASCIMENTO, 2018: 361.

⁴ BONDÉLLE, 2008: 97.

⁵ NASCIMENTO, 2018: 44.

⁶ NASCIMENTO, 2018: 36 e seguintes.

⁷ NASCIMENTO, 2018: 194.

⁸ BONDÉLLE, 2008: 96.

Resta-nos confirmar o que os *Capitula*⁹ nos dizem, para o contexto cisterciense: que cada abadia-mãe dotava a abadia-filha de um pacote inicial de livros, quase todos litúrgicos, imprescindíveis para o início da comunidade¹⁰. Podemos então deduzir que, no universo cisterciense, para cada mosteiro recém-fundado, a existência de uma pequena biblioteca, de carácter litúrgico precedeu o funcionamento do *scriptorium*, e, por isso, com origens distintas?

Se Alcobaça recebeu este conjunto de livros, não o sabemos porque não chegou até nós qualquer códice do seu fundo que possamos atribuir a origem ao *scriptorium* de Claraval, ainda que Aires A. Nascimento admita essa hipótese para cronologias mais tardias, através de empréstimos para cópia de manuscritos combinados entre as duas abadias¹¹. De igual modo, também Manuel Pedro Ferreira sublinha a existência em manuscritos de Alcobaça, de traços paleográficos associados a modelos de Claraval e confirmados «por fontes desta última abadia, conservados na Mediateca de Troyes»¹².

Cada caso é um caso e, a propósito, os exemplos das casas cistercienses no reino de Portugal podem sugerir diferentes percursos do livro. Desde logo, porque os processos de constituição das suas comunidades ocorreram de modo diverso, «a partir da reforma espiritual de uma comunidade beneditina [como é o caso de Arouca e Lorvão] ou através do enquadramento numa regra monástica de um grupo de mulheres piedosas»¹³ (como aconteceu com Celas, Cós e Cástris). E qual a origem dos códices de Almoester e Odiveelas, sendo que, no caso de Odiveelas, o mosteiro se ficou a dever à iniciativa régia com o dever de visitação e orienta o espiritual a cargo do Mosteiro de Alcobaça¹⁴? Ou, qual ou quais o *scriptorium/scriptoria* de origem dos códices que estavam nos Mosteiros de Bouro e de Seiça, em 1408¹⁵? De onde vieram os livros que estas comunidades necessitaram para iniciar a vida em comunidade¹⁶?

No caso dos mosteiros cistercienses com *scriptoria*, para além das competências ligadas ao processo de manufactura do livro, ainda se pode observar o modo como a transmissão textual ocorreu: esta nunca aconteceu de forma passiva, antes foi contaminada

⁹ Compila o codificada da legisla o saída dos Capítulos Gerais da primeira metade do século XII (WADDELL, 1999: 168 e seguintes).

¹⁰ *De construendis abbatiiis. VIII.* [...] «Nom mittendum esse abbatem nouum in locum nouellum sine monachis ad minus XII^{dm}, nec sine libris istis: psalterio, hymnario, collectane, antifonario, gradali, regula, missali». WADDELL, 2002: 512 («Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova funda o sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um salt rio, um himn rio, um colect rio, um antifon rio, um gradual, uma Regra, um missal» in NASCIMENTO, 1999: 57). Sobre a data o destes documentos primitivos ver WADDELL, 1999 e BERMAN, 2010.

¹¹ NASCIMENTO, 2018: 129, 156 e 213. Por outro lado, Claraval não podia responder « s necessidades de todos os grupos que partiam para fundar outra abadia ou fornecer livros, a título de definitivo, a todas as outras que se declaravam afiliadas na rede cisterciense» (NASCIMENTO, 2018: 129).

¹² FERREIRA & ARAÚJO, 2013: 197.

¹³ R PAS, 2005: 51, 77.

¹⁴ R PAS, 2008: 43-56.

¹⁵ MATTOSO, 2002: 276-301; MARQUES, 2008: 239-274.

¹⁶ BARREIRA, 2018: 189-213.

pelo contexto local, pelos interesses da comunidade e ainda pelas competências intelectuais de quem recebia para copiar¹⁷. Um processo que ganha contornos ainda mais complexos quando se traduzia do latim para *linguagem*, como parece ter acontecido no mosteiro alcobacense a partir dos finais do século XVI e com especial incremento na centúria seguinte¹⁸. O caso dos códices litúrgicos de Alcobaça pode constituir um exemplo digno de nota: cada um é um testemunho ímpar, nomeadamente quando se observa e contextualiza o que se agrega num segundo momento.

A história de uma livraria manuscrita como a de Alcobaça, cujo número de códices que chegou aos nossos dias é muito significativo — cerca de 470¹⁹ — torna-a numa das maiores bibliotecas da Península Ibérica e mesmo da Europa. O mosteiro alcobacense (à semelhança do que ocorria com outras abadias), não se limita a copiar por copiar, a acumular e a conservar livros; copia e preserva, de forma sistematizada e organizada, enquanto integrada num processo selectivo que, como dissemos atrás, responde aos interesses intelectuais de uma comunidade e às exigências do contexto. Estas condicionantes são diferentes de época para época, isto é, os interesses dos monges e as necessidades do contexto monástico em finais do século XII eram decerto distintos dos interesses de leitura dos monges em finais do século XV. Por isso cada manuscrito é único, é um testemunho ímpar que deve ser estudado em contexto, em articulação com outros manuscritos, anteriores e contemporâneos²⁰.

De qualquer modo, não restam dúvidas que «a instituição alcobacense apreciava o livro»²¹. O estudo da livraria de Alcobaça deve ter em conta:

1. Os códices que tiveram origem no *scriptorium*, que é a grande maioria dos que constituem o fundo de Alcobaça, tal como aconteceu com outros mosteiros cistercienses coevos;
2. Os livros que resultaram de processos de incorporação por aquisição e destacamos aqui os códices de origem parisiense, usados nos estudos universitários ao longo da segunda metade do século XIII²², mas não só; há mais casos documentados de aquisição, por exemplo, na primeira metade do século XV, durante o abaciado de D. Estevão de Aguiar²³;

¹⁷ FALMAGNE *et al.*, 2018.

¹⁸ NASCIMENTO, 2012: 281, 282, 302, 518 e seguintes, 661, 826-837.

¹⁹ Sobre este número ver NASCIMENTO, 2018: 283 e seguintes.

²⁰ NEBBIAI, 2013: 15.

²¹ NASCIMENTO, 2018: 194.

²² A existência de manuscritos copiados à *pecia* na livraria de Alcobaça já havia sido documentada há quatro décadas por Isaías da Rosa Pereira (PEREIRA, 1973: 245-267). A partir do trabalho deste erudito temos vindo a estudar os manuscritos adquiridos no mercado livreiro parisiense (BARREIRA, 2016a: 99-128).

²³ NASCIMENTO, 2018: 103, 150 e 167. Sobre o abaciado de D. Estevão de Aguiar e os livros enquanto instrumento de reforma ver BARREIRA *et al.*, 2019.

3. Os códices que tiveram origem noutros *scriptoria*²⁴: uns foram emprestados para cópia e, por motivos que desconhecemos, ficaram no mosteiro, como deve ter acontecido com o códice Alc. 143, com a *Vida e Milagres de S. Tomás da Cantuária*, que pertenceu ao Mosteiro de Lorvão²⁵; outros ainda não descortinámos as razões da sua presença, como o Alc. 162, um *Pontifical ao uso de Braga*²⁶;
4. A história da circulação e da dispersão dos livros do mosteiro e aqui temos os códices emprestados a outros mosteiros, em que uns foram devolvidos (é o caso do Alc. 62, um *Ordinário do Ofício Divino*²⁷), outros não (como aconteceu com o *Ritual de Salzedas*²⁸). Dos códices perdidos ao longo dos séculos, cujo desca-minho aparece mencionado nos inventários e dos códices perdidos em 1834, no âmbito do processo da extinção das Ordens, quando ocorreu a integração do fundo de Alcobça na Biblioteca Nacional²⁹. E dos que se perderam já nesta instituição, em meados do século XX³⁰.

Mas, mais importante, é a história da relação dos monges e da comunidade com os livros, ao longo de vários séculos: é com o monge que o livro circula nas diversas procissões seja no âmbito de festividades do Temporal e do Santoral que ocorrem no espaço monástico, nomeadamente entre a igreja e o claustro, seja nas procissões associadas às comemorações pelos defuntos e às circulações litúrgicas aquando da celebração dos ritos da unção dos irmãos enfermos e das exéquias³¹.

Por isso, encontramos códices em variados locais do espaço monástico³²: geralmente os do ofício estavam guardados no coro e na sacristia; para a missa estavam no altar e/ou

²⁴ Na livraria de Alcobça encontram-se três bíblias francesas datadas do século XIII, recentemente estudadas por Luís Correia de Sousa e Patricia Stirnemann: Alc. 458, Alc. 205 e Alc. 455 in SOUSA, 2015: 44-47. Também de origem francesa é o Alc. 439, *Concordâncias Bíblicas*, cópia do «terceiro modelo elaborado pelos Dominicanos de St. Jacques em Paris, na parte final do século XIII, e difundido, a partir daí» (NASCIMENTO, 1982: 191).

²⁵ CAVERO DOMINGUEZ, coord, 2013: 123 e seguintes; NASCIMENTO, 2016: 34 e seguintes.

²⁶ BRAGANÇA, 1977: 332; BRAGANÇA, 2007: 421.

²⁷ BARREIRA, 2015: 131-152; BARREIRA, 2016b: 329-341.

²⁸ BARREIRA & RÊPAS, 2016: 26-35; RÊPAS & BARREIRA, 2016: 211-236; BARREIRA & RÊPAS, 2017: 343-354.

²⁹ NASCIMENTO, 2018: 337 e seguintes.

³⁰ São eles o Alc. 64 e o Alc. 132: NASCIMENTO, 2018: 290.

³¹ BARREIRA, 2019: 301-326.

³² Usámos o *Inventário* de Santa Maria de Seça, de Fevereiro de 1408, que nos dá uma excelente perspectiva da distribuição dos manuscritos pelo espaço de um mosteiro cisterciense mais pequeno que Alcobça: na igreja, no altar-mor, encontrava-se um conjunto de manuscritos litúrgicos, quer para a missa, quer para o ofício: um Colectário, um Evangelário, um livro de Epístolas, um Gradual, um Colectário com o exorcismo, um hinário e dois missais em dois altares e um outro missal «que nom he posto em altar». No coro havia um «costume», quatro «livros de canto» mais dois Antifonários pequenos e mais sete manuscritos litúrgicos «Item dous colleitanhos. Item dous liçoeiros hum santal e outro domingual [...] Item dous missaes de canto compridos. Item hum livrete de távoas com calendário e letania et cetera». Nos armários da sacristia estavam guardados alguns manuscritos litúrgicos, em menor quantidade e não encadernados e, por fim, o inventário enumera o conteúdo da livraria onde se encontravam os outros manuscritos (incluindo cinco manuscritos litúrgicos) (MARQUES, 2008: 268, 269). Este *Inventário* refere ainda os códices que estavam emprestados: «Item [huum] bõo breviarrio novo o qual leva o abade de Boiro emprestado. Na capella de Migalhoo [...] huum livro missal, outro de bautazar, huum caliz de prata. Em Mõosino dous meos briviarios bõos e hum salteiro velho» (MARQUES, 2008: 272).

também na sacristia; os livros para a leitura no refeitório estavam guardados num nicho ou arca perto do púlpito do leitor, tal como os livros para a leitura de colação, no claustro. Na Sala do Capítulo os livros necessários para a reunião diária (*Regra e Martirológio*); para a aprendizagem dos noviços os códices necessários estavam na noviciaria³³; geralmente, na enfermaria existiam breviários e, por fim, os outros códices que não estavam a uso ou estavam na livraria ou na sacristia (geralmente os litúrgicos).

2. NOTAS DE PERTENÇA INSTITUCIONAL

Sobre a mobilidade de códices em Alcobaça e sob que condições os livros circulam, Fr. João Claro, prior do mosteiro entre 1492 e 1495 referia, numa carta a D. Manuel, as condições de acesso dos monges e dos visitantes do mosteiro aos livros e a identidade do responsável pela livraria do mosteiro: esta estava fechada à chave, e sob a responsabilidade do cantor³⁴. Segundo o mesmo documento, cedia-se facilmente livros a quem deles precisasse: «se vem algum hóspede letrado, não há dificuldade para lha abrirem. E quem tiver livros de seu tem-nos em sua cela ou leito para que de dia e de noite estude por eles quando quiser e não é necessária outra livraria»³⁵. Este testemunho de Fr. João Claro confirma, de modo geral, aquilo que os indícios recolhidos em vários códices documentam individualmente: que alguns códices se encontram, ainda que temporariamente, na posse dos monges. A sacristia, onde se guardava uma pequena parte dos livros litúrgicos, tinha um espaço, com o qual comunicava e que lhe correspondia do lado da claustro, usado como livraria. Fr. João Claro sugere ao rei um conjunto de obras que se deveriam fazer na sacristia e na livraria, nomeadamente estantes novas, de modo a «arrumar melhor os livros»³⁶.

No entanto, sabemos que a comunidade monástica de Alcobaça, desde o seu início, procurou proteger os seus livros e controlar a sua circulação, de modo a prevenir o descaminho e o extravio, numa atitude colectiva de preservação que se estende até, pelo menos, aos inícios do século XIX. Este assunto é importante para a história da biblioteca alcobacense. Nesse sentido, vale a pena perguntar: de que forma os monges operacionalizaram essa protecção? Que medidas tomaram, para além de ter a livraria fechada à chave? Os códices existentes revelam que uma das formas preferenciais de propiciar uma maior segurança era o registo escrito no próprio códice, elementos ligados à propriedade do mesmo, nomeadamente notas de pertença ou de empréstimo. Pretendia-se, assim,

³³ KINDER, 2002: 133 e 134; VERNET, 2008: 3.

³⁴ NASCIMENTO, 2018: 161, 162 e 297.

³⁵ NASCIMENTO, 2012: 212.

³⁶ Fr. João Claro conhecia decerto o auto de visitação feito por Fr. Pedro Serrano em Fevereiro de 1484, e as recomendações feitas ao espaço da sacristia e livraria: que a sacristia tivesse estantes de madeira nas suas paredes e armários amplos de madeira para se guardarem e conservarem todos os paramentos e que a biblioteca fosse reparada, segundo convinha, com armários e outras coisas necessárias (GOMES, 1998: 159).

salvaguardar o livro que circula, ainda que no espaço monástico ou o livro que se empresta para o exterior. Tais registos seriam eficazes?

«Este livro he da sancristia dalcobaça: se lho alguém furtar sempre maaõ ganho faça e ande maldicto e scummungado per sam bento e sam bernardo». Esta nota, que se lê mal, foi inserida no último fôlio de um *Processional* do século XV, o BNP COD. 6207, já estudado por Oliveira Bragança³⁷.

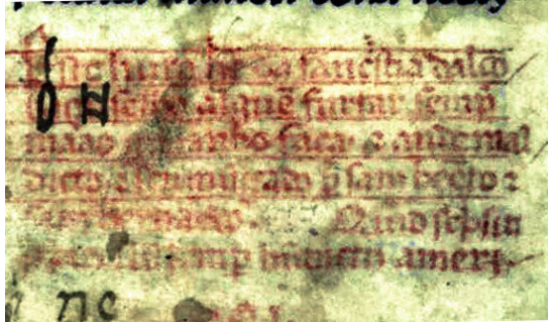


Fig. 1. BNP COD. 6207, fol. 26v

Este exemplo pode ser paradigmático da prática de associar uma nota de pertença a um *caveat* que poderia ser sancionado com a excomunhão. O medo das sanções dos próprios São Bento e São Bernardo foi eficaz, até certo ponto, e servia para assegurar que este códice não tinha descaminho. No inventário da sacristia, redigido em 1510 e conhecido através do seu traslado de 1519, este *Processional* não aparece mencionado³⁸. Teria o inventariador achado pouco digno de registo este códice de aspecto modesto, constituído por três cadernos, num total de 26 fôlios e cuja «encadernação» estava assegurada por um fôlio de pergaminho dobrado, um reaproveitamento de um fragmento de um texto de Santo Agostinho? E, embora tenha o carimbo da livraria, o códice não aparece descrito no *Index* de 1775³⁹ e, mais tarde, também não foi integrado no Fundo de Alcobaça, já na Biblioteca Nacional, como o atesta a sua cota.

A presença de notas sobre a origem, pertença e empréstimo foram feitas em códices que datam desde os finais do século XII até ao século XVII, e de tipologia muito variada, desde livros litúrgicos e de apoio à liturgia, a Regra de São Bento, textos moralizantes e códices de direito canónico. Na maior parte dos casos, a cronologia das notas não é contemporânea da realização do códice, mas sim posterior, mas começamos já com uma excepção, redigida ao mesmo tempo que se terminava o códice.

³⁷ BRAGANÇA, 1984.

³⁸ GOMES, 1998: 69.

³⁹ SÁ, 1775.

O exame de vários códices alcobacenses — no âmbito de um projecto sobre os livros litúrgicos da abadia — assim como a historiografia sobre os mesmos, permitiu identificar um conjunto de notas de pertença e empréstimo, o qual pode ser objecto de uma tipologia:

(I) Notas de pertença «simples»:

A nota de pertença mais antiga que conhecemos, decerto contemporânea da cópia do códice, foi redigida pelo próprio abade, D. Martinho (1175-1191), que excomungava quem se atrevesse a subtrair os Decretos de Brocardo de Worms do mosteiro:

Iste liber est sancte marie de alcobacia. Et ego Martinus eiusdem loci abbas dico et confirmo ut quicumque eum [librum] auferre aut extra domum istam dare presumpserit auctoritate dei omnipotentis et eius genetricis et beati Benedicti et beati Bernardi et domini nostri Ihesu Christi et beate Marie se incurrere non dubitet⁴⁰.

É novamente a condenação espiritual por intercessão de São Bento e de São Bernardo a quem ouse furtar o livro ao mosteiro.

Outros exemplos de notas de pertença simples podem observar-se nos seguintes códices: *Breviário* Alc. 8, numa nota na margem de goteira «Este breuiario he da liuraria dalcobaça ha se duvida nenhuma» (fol. 180v). Ou o *Legendarium* Alc. 422, «Liber Sancte Marie Alcobacie» (fol. 236). Mais simples ainda são as notas que se observam no *Missal* Alc. 255, «De alcobatia» (fol. 210v) e na *Regra de São Bento*, Alc. 44 «DALcobaça» (fol. 117). Tais marcas de posse, limitadas, à instituição detentora, podiam ser complexas, adicionando, por exemplo, o local específico no qual o códice deveria ser conservado, como acontece com o *Processional* atrás mencionado, ou com o Alc. 79, *Notabilia in Priscianus*: «Este livro he de alcobaça pa sempre secula seculorum amem ho qual sempre estará na livraria. Senão se ho por cousa hou ho abade da casa» (fol. 95) e como o Alc. 73, uma colectânea de textos, entre os quais a Regra de São Bento, Costumes, Visitações, e documentos sobre Calatrava e Odiveles: «Este livro he da livraria do mosteiro de alcobaça e por verdade se pos esta memória e lembrança para qualquer que o tiver ou em algum tempo achar para o dicto mosteiro o tornar» (fol. 357v). Igual situação aparece documentada no *Breviário* Alc. 83, do século XVI: «Este breviário se mandou recolher neste cartório para nele estar e não se dar a ninguém. Alcobaça 26 Maio de 1677» (fol. 281v) e no Alc. 76, um *Liber usuuum conversorum* «Este livro mandou fazer o cardeal dom afonso infante de Portugal para uso da livraria deste mosteiro da nossa senhora de alcobaça. E achando ho sonogado frei guilherme da paixão, sendo prior em este mosteiro, o meteu em o cartório pollo não furtarem 1577» (fol. 1).

⁴⁰ BNP — Alc. 365, fol. 116; NASCIMENTO, 2018: 341.

(II) Para além destes casos, diversos códices comportam notas em que se detectam dados sobre a pertença, o destinatário e o local/instituição de empréstimo. Assim, os empréstimos a monges do mosteiro aparecem documentados em vários códices: no Alc. 49, uma Gramática da primeira metade do século XIV, confiada um século mais tarde, de forma temporária, a Fr. Diogo: «Este gracismo he do mosteiro de alcobaça e ho abade dom fernando ho emprestou a fry diogo seu monge na era de 1457 (1419) e poende ho dicto frey diogo assinou este memorial com sua mão frade diego escolar» (fol. 64v).

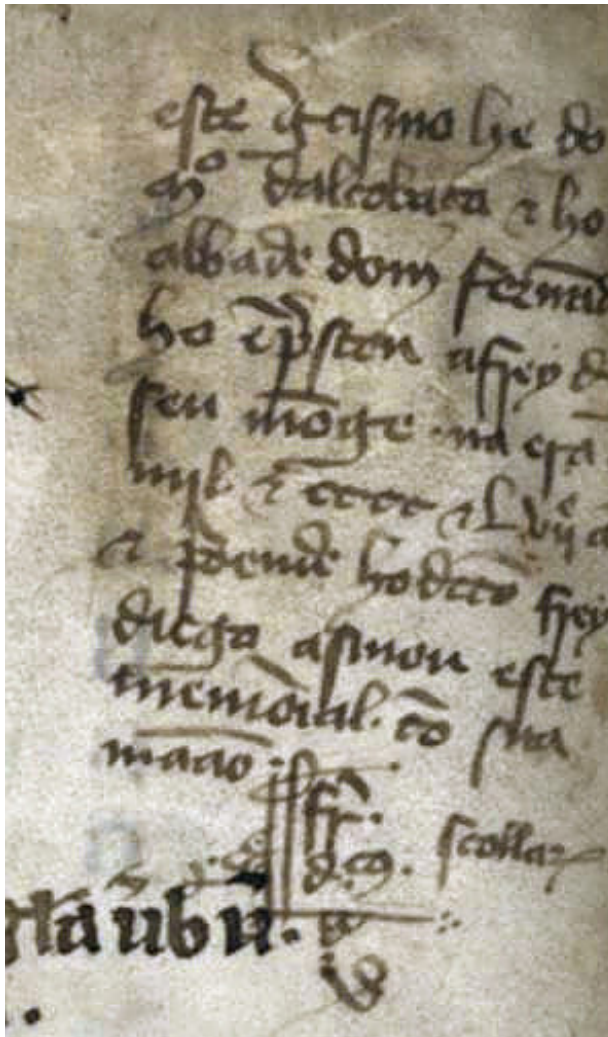


Fig. 2. BNP — Alc. 49, fol. 64v

Fr. João Claro, já aqui mencionado, tem dois códices em sua posse: o Alc. 41, um volume de *Decretais Extravagantes* do século XIII «Este livro he do mosteiro de alcobaça ho qual tinha emprestado frey jº claro monge do dicto mosteiro» (fol. 267v) e um volume com obras de Aristóteles, o Alc. 77: «Este livro he do mosteiro de alcobaça ho qual tinha emprestado frey João Claro monge do dicto mosteiro» (fol. 233v).

As notas de pertença revelam igualmente que estes empréstimos podiam ser efectuados a monges de outros mosteiros, como se lê numa nota no *Beato* de Alcobaça, Alc. 247⁴¹, um códice datado dos inícios do século XIII: «Este livro hes do moesteyro d'Alcobaça ho qual dom frey Nicholaaõ emprestou a frey Joham di san Mamede, ho qual frey Joham se obrigou ao tornar ao dito moesteyro d'Alcobaça ante de sua morte e este livro non pode ser uendidu nin struydo» (fol. 183). Esta nota documenta um empréstimo da parte de D. Fr. Nicolau (Vieira), abade de Alcobaça entre 1461 a 1475, que o empresta a Fr. João, de São Mamede. A nota enfatiza a obrigação da devolução do manuscrito ao Mosteiro de Alcobaça, antes da morte deste último. Desconhecemos a data em que o mesmo foi devolvido a Alcobaça, mas exhibe o carimbo da livraria e já estava na abadia em 1775, com a cota XCVIII, como é referido no *Index* de Fr. Francisco de Sá⁴².

Uma das notas de pertença mais elaboradas encontra-se no Alc. 54, um *Breviário de Inverno* de finais do século XIII ou dos inícios do século seguinte, recentemente estudado por uma equipa interdisciplinar, com especialistas da Química e das Ciências da Conservação e Restauro, onde nos integrámos⁴³. Entre os fol. 339v e fol. 340r tem um texto redigido em 1491, pelo monge Francisco da Costa:

Meu Senhor Jhesus Christo eu frey Francisco da Costa protesto diante a Tua Sancta Magestade todollos dias da minha vida viver e morrer em a Tua santa fee catholica. Se per ventura a morte a desora me aRebatar por que hos meus inimigos nom me enganem naquela ora de agora por entonce e de entonce por agora te confesso [...] meu Deus e meu redemptor em as maaos do qual a minha alma e o meu corpo encomendo. E sendo isso mesmo o que a madre Santa Igreja cree e tem esperando por esto saude perduravel E ponho antre testemunhas ho teu juizo e os meus pecados. [...] Esso meesmo rogo e encomendo que este meo brivaiiro com as bemfeiturias que nelle tenho fectas seja levado ao moesteyro d'Alcobaça, donde som professo, porque dom abbade Ysidoro mo deu em minha vida. Fecto no mosteiro de Sam Paulo, a IX dias de Setembro de mil IIIIc LRI anos (1491). Frater Francisco da Costa⁴⁴.

⁴¹ MIGUÉLEZ CAVERO *et al.*, 2016: 239.

⁴² SÁ, 1775: 60.

⁴³ BARREIRA *et al.*, 2016: 252-282.

⁴⁴ Transcrição paleográfica feita por Luís Miguel Rêpas, publicada em BARREIRA *et al.*, 2016: 261.

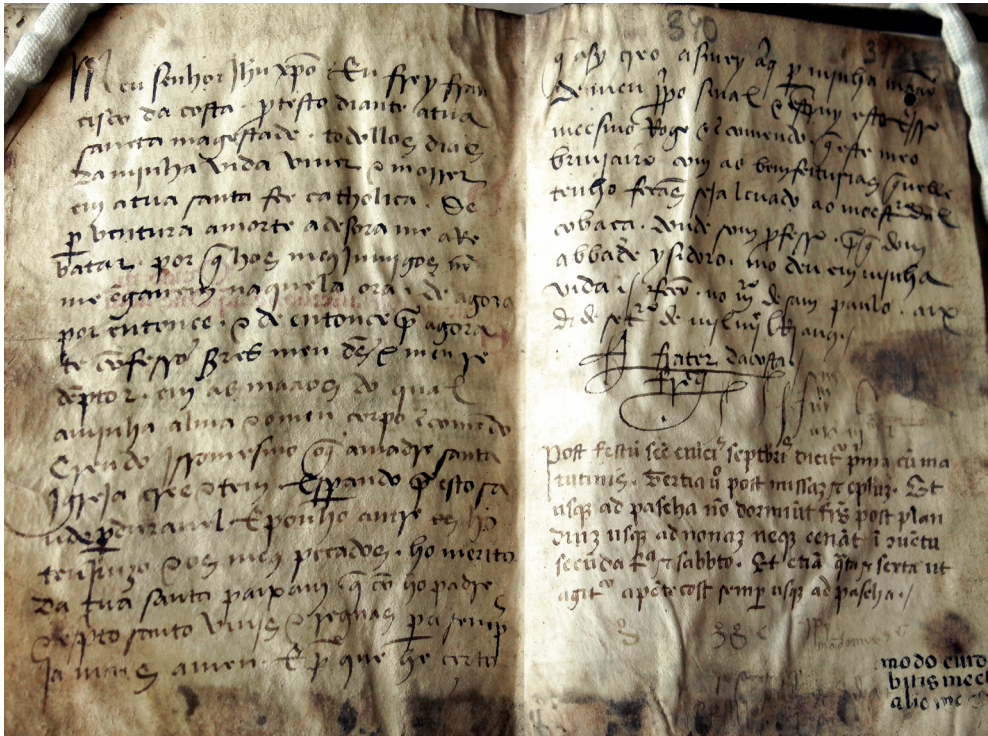


Fig. 3. BNP — Alc. 54, fols. 339v e 340

No texto, o monge testemunha de forma piedosa que este breviário lhe foi dado pelo abade Isidoro (de Portalegre) que esteve à frente da abadia de Alcobaça entre 1488 e 1493⁴⁵. Fr. Francisco deve ter recebido o breviário de presente do abade de Alcobaça no intervalo cronológico entre 1488 e Novembro de 1490, antes de ir para Almaziva, onde permaneceu até Dezembro de 1498⁴⁶, um período que corresponde, grosso modo, ao abaciado de Fr. João de Santarém, à frente de São Paulo de Almaziva entre 1479 a 1513⁴⁷.

Um ano depois de chegar ao Mosteiro de São Paulo, em 1491, Fr. Francisco escreveu o testemunho no breviário com a ideia da sua devolução à abadia de Alcobaça, onde o mesmo pertencia. O gesto do abade para com Fr. Francisco representava uma doação vitalícia, que obrigava à sua devolução ao Mosteiro de Alcobaça, à morte do beneficiário da doação. É isso que o monge procura garantir com o testemunho: que o códice seja mesmo devolvido, cumprindo-se assim a sua obrigação, com o consequente descarrego da sua alma.

⁴⁵ RÊPAS et al., 2020: 205-229.

⁴⁶ SANTOS, 1998: 117.

⁴⁷ SANTOS, 1998: 109, 114; BARREIRA et al., 2016: 261.

Por isso, esta lembrança tem cabimento no conjunto de actividades desenvolvidas pelo monge, em torno da preparação da sua morte, não fosse ela aparecer a desoras (fora de horas) e ele não estar devidamente preparado, o que lhe sobrecarregaria a alma (o manuscrito não ser devolvido, por exemplo, por, à sua morte, ninguém saber dessa obrigação).

Permanece por esclarecer por que motivo foi este monge professo de Alcobaça para São Paulo de Almaziva, nesta data e, sobretudo, qual a razão que levou o abade alcobacense a conferir-lhe um manuscrito que, apesar das duas adições, realizadas na segunda metade do século XV, é um manuscrito desatualizado, cujo conteúdo litúrgico remonta aos finais do século XIII, inícios da centúria seguinte⁴⁸? Ainda que desconhecida a data exacta, o referido códice foi devolvido antes da transferência de bens de São Paulo de Almaziva para o Colégio do Espírito Santo, em Coimbra, em Janeiro de 1554. O manuscrito já estava na livraria em 1775 quando Fr. Francisco de Sá redigiu o *Index*. E exhibe o carimbo da livraria de Alcobaça nos primeiros fólhos.

(III) Nos códices alcobacenses detectam-se igualmente a presença de notas em várias camadas que são disputas sobre a pertença do códice, como vemos no Alc. 62, um *Ordinário do Ofício Divino* com origem no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça em 1475, elaborado por ordem do abade Fr. Nicolau Vieira, e para ser usado em Alcobaça, mas que esteve durante algum tempo no Mosteiro de Seixa⁴⁹. Neste códice, os monges foram deixando testemunhos, registando argumentos de posse como memórias de acontecimentos, quer ao Mosteiro de Seixa, quer a Alcobaça. As referências ao Mosteiro de Seixa datam de 1572, isto é, depois das tentativas de extinção do mosteiro⁵⁰ (fol. 1v e fol. 17v), 1581 (fol. 196v), 1584 (fol. 1v), 1583 (fol. 179v), 1609 (fol. 198), 1624 (fol. 1v) e, por fim, 1672 (fol. 1v)⁵¹ e durante um intervalo de 100 anos correspondente certamente ao período em que este manuscrito esteve em Seixa. A acompanhar algumas das memórias referentes a Seixa (por exemplo, datação das obras novas) vemos anotações com argumentos que refutam as tentativas da sua pertença ao Mosteiro de Seixa, e vinculam o manuscrito a Alcobaça (em particular, através de argumentos litúrgicos). Isto é, ao texto foram adicionadas duas camadas de notas: a primeira com o objectivo de provar a relação dos monges de Seixa com o códice e a segunda, produzida já no Mosteiro de Alcobaça, pela qual os monges procuram apagar se secundarizam as notas precedentes, vinculando com argumentação sólida, a origem e pertença do códice a Alcobaça.

Podemos colocar algumas hipóteses no sentido de perceber as razões pelas quais este manuscrito foi para o Mosteiro de Seixa e lá permaneceu durante, pelo menos, uma centúria: o cenóbio de Seixa tinha 11 monges e 5 conversos de Alcobaça em 1532,

⁴⁸ BARREIRA *et al.*, 2016: 261, 265.

⁴⁹ BARREIRA, 2015: 131-152; BARREIRA, 2016b: 329-341.

⁵⁰ SOUSA, *dir.*, 2016: 114.

⁵¹ BARREIRA, 2016b: 332.

«que para ali tinham sido enviados no início da reforma da sua abadia»⁵². Terão os monges levado este códice nessa altura, uma vez que Seiça não tinha nenhum *Ordinário*⁵³? O manuscrito tardou em ser devolvido, ou pelo menos não o foi antes de 1672, data da última referência ao Mosteiro de Seiça. Ainda assim, apresenta, tal como os anteriores, o carimbo da livraria de Alcobaça, surgindo no respectivo *Index* sob a cota CXLVI⁵⁴.

(IV) Um outro conjunto respeitam a notas de proveniência que não coincidem com o *scriptorium* de origem⁵⁵, como se observa no Alc. 182, uma tradução portuguesa dos *Diálogos* de Gregório Magno, este apresenta uma nota no fim que nos informa que era de Fernão Afonso, prior de Santa Maria de Arruda do arcebispado de Lisboa⁵⁶ (e desconhecemos o *scriptorium* de origem), que depois o vendeu ao abade Fr. Estevão de Aguiar, *deo gratias*, e, noutra nota, de letra diferente e talvez posterior, a indicação que o livro estava agora ao serviço da noviciaria de Alcobaça.

No Alc. 265, um *Comentário ao III Livro das Sentenças*, por Tomás de Aquino, com origem parisiense (exibe dez marcas de pecia)⁵⁷, foi-lhe aposta uma nota de pertença «Expliciunt capituli Liber iste est huius mo[n]asterii beate marie de alcobatia»⁵⁸ (fol. 191).

Um livro emprestado ao Mosteiro de Alcobaça e nunca restituído é o Alc. 276, *Margarita Martiniana*, um códice de direito canónico: era pertença de um cônego de Lisboa, que o emprestou ao abade de Alcobaça para este o mandar trasladar: «Este livro he de Stevam Anes coonigo de Lixbona e emprestou a dom vicente abade de alcobaça pera o mandar trasladar» (fol. 80v), mas que, por razões que desconhecemos, não foi devolvido⁵⁹.

Outro códice no qual a proveniência não coincide com a origem é o *Ritual de Salzedas*: é um códice feito em Alcobaça, para ser usado em Alcobaça, como assim o atesta o rito da profissão dos monges, em que o voto ocorre nesta abadia⁶⁰. Na comemoração dos aniversários pelos defuntos, a procissão corresponde aos seus espaços, nomeadamente a *primeira estação litúrgica* que acontecia junto aos túmulos dos reis, na galilé ou Capela dos Reis. No entanto, apesar desta relação directa do manuscrito com o mosteiro de origem, Alcobaça, uma anotação registada na abertura do códice, «Da liuraria. Da Salzeda», testemunha também uma ligação a este mosteiro. Desconhecemos em que

⁵² SOUSA, *dir.*, 2016: 114.

⁵³ O *Inventário* de Seiça de 1408 não refere nenhum, o que não significa que não tivessem copiado entretanto um *Ordinário do Ofício Divino* (MARQUES, 2008: 268 e 269; MATTOSO, 2002: 288 e seguintes).

⁵⁴ SÁ, 1775: 84.

⁵⁵ Segundo Aires A. Nascimento, «não se confunda origem com proveniência: por origem há que entender a instituição em que o livro/códice foi elaborado; por proveniência há que entender a biblioteca de onde ele chegou à instituição que o disponibiliza» (NASCIMENTO, 2018: 112).

⁵⁶ Sobre a biografia deste clérigo, veja-se COSTA, 1990: 26-32.

⁵⁷ BARREIRA, 2016a: 106, 114 e seguintes.

⁵⁸ PEREIRA, 1973: 266-267.

⁵⁹ A partir do tipo de letra e do abadológio alcobacense, tratar-se-á do abade Vicente Gerales (1349-1369) e, muito provavelmente, de Estêvão Eanes de Leiria, identificado como cônego de Lisboa em 1350 in FARELO, 2003: 180-181.

⁶⁰ BARREIRA & RÊPAS, 2016: 28-35; RÊPAS & BARREIRA, 2016: 211-236; BARREIRA & RÊPAS, 2017: 343-354.

momento o manuscrito saiu de Alcobaça e as razões que possam ter motivado a sua integração na livraria da abadia de Salzedas. Alvitramos que terá, talvez, sido emprestado a Salzedas para ser copiado e, por razões que desconhecemos, não foi devolvido a Alcobaça, como aconteceu com os anteriores.

(V) Observamos nos códices notas que documentam que estes não tiveram origem em Alcobaça. É o que vemos no Alc. 14, uma *Regra de São Bento*, «he do mosteiro de sam paulo da par de cojmbra ningue lho nõ tome so pena des comunham q ponha em seu nome» (fol. 19v). Testemunho próximo do cólofon do *Processional*, aí se usa o argumento da excomunhão, uma punição que não foi suficiente para manter o códice no mosteiro. A sua integração na biblioteca de Alcobaça aconteceu antes de 1775 porque consta do *Index* de Fr. Francisco de Sá e, à semelhança dos livros anteriores, exhibe o carimbo da livraria.

Em situação semelhante temos o Alc. 2, um *Evangelho de São João com a Glosa Ordinária* de finais do século XII ou dos inícios do XIII, com a seguinte nota, que menciona a sua proveniência parisiense: «Liber iste est Magistri Petri Montis Maioris, quia ipse duxit eum a Parisius; quare illum accomodauerat, idcirco iterum iussit ei reddi suum librum et hoc quod dicitur detur magistro Petro de Monte Maiore» (fol. 57v)⁶¹.

(VI) A tipologia de notas em análise abrangem também informações sobre a raridade do códice, à semelhança do registo no Alc. 146, um volume com as *Epístolas de Ivo Carnutensis*, numa nota já do século XVII, da mão de Fr. Francisco Brandão:

*Este livro he de muita importância porque me parece que não anda impresso [...] He muy correcto este que temos e asy merece ser bem resguardado se não sucede que este recomendativo fará mais desejado e da preocupação pela segurança se lhe avisar o risco em que vimos muitos outros desta livraria*⁶².

(VII) Pelo facto da sua função ser igualmente possessória, inserimos na presente tipologia notas que pertença que são também cólofons, ligando os códices nos quais estão redigidas, não ao mosteiro, mas ao seu abade, uma tipologia particularmente visível em alguns dos códices copiados ao tempo do abade Estevão de Aguiar (1431-1446)⁶³. Mais do que a noção de pertença do livro ao mosteiro e aos seus monges, enaltece-se o papel do abade que o mandou fazer, o protagonista que, em articulação com o trabalho de dois monges copistas (e um tradutor), teve a iniciativa de disponibilizar o códice à comunidade. São estes os códices, alguns em cópia partilhada pelos referidos copistas:

⁶¹ NASCIMENTO, 2018: 196.

⁶² BNP — Alc. 146, fol. 1.

⁶³ Ver, nesta colectânea, o artigo de Paulo Lopes e João Luís Fontes, sobre este abade: *Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de reforma (1431-1446)* e BARREIRA et al., 2019.

No Alc. 218, uma compilação de textos normativos, é testemunhado o seguinte:

Foram acabadas de trasladar de latim em linguagem as definições suso escritas antigas e novas por Estevão Vasques natural de Cós, entre os mais pequenos bacharel em leis, ouvidor do honrado padre e senhor dom Estevão de Aguiar abade do Mosteiro de Alcobaça que a dita obra mandou fazer aos cinco dias do mês de março do ano do senhor de mil e quatrocentos e trinta e nove. As quais escreveu por sua mão frei Nicolau Vieira monge do dito mosteiro... (fol. 109).

De seguida, o volume contém mais textos, em português, e novo colofon, no fim do 20.º caderno: «Foram acabadas de trasladar de latim em linguagem todas as coisas acima descritas pelo dito Estevão Vasques ouvidor, a 26 dias de Março ano do nascimento de nosso senhor de mil quatrocentos e quarenta [...] Frei Bernardo me fez» (fol. 152v).

No Alc. 280, *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, uma compilação feita por Bernardo de Brihuega e copiada entre 1442 e 1443, temos, à semelhança do códice anterior, dois colofons diferentes, um para cada parte do manuscrito. Começa Fr. Bernardo:

Eu rogo a todos aqueles que me lerem que roguem por o dito dom Estevão de Aguiar abade do dito mosteiro de Alcobaça, ao senhor Deus que lhe dê aquela folgança que dá a seus amigos. Porque mandou trasladar a sua honra e a dos bentos apóstolos. E por o muito indigno de todo o bem religioso frei bernardo (por cima abbas sancti pauli) monge do dito mosteiro a que mandou trasladar des o começo até aqui e foi começado primeiro dia de outubro na era de nascimento de nosso senhor Jesus Cristo... (fol. 206v).

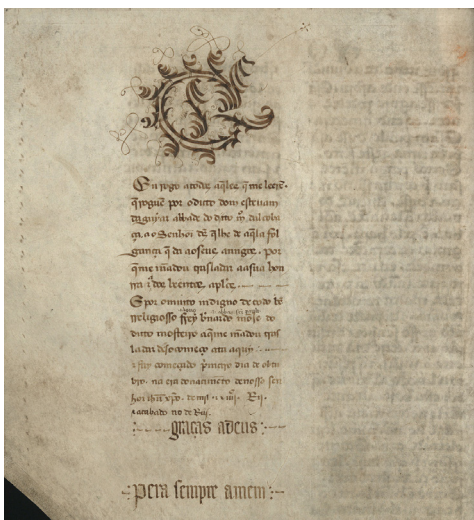


Fig. 4. BNP — Alc. 280, fol. 206v

Este cólofon de Fr. Bernardo está no verso do último fólio de um caderno com quatro fólhos (em vez dos oito habituais), seguindo-se a segunda parte do texto, a começar novo caderno de oito fólhos e que termina com o seguinte:

Este livro mandou trasladar o mui honrado e virtuoso padre e senhor dom Estevão de Aguiar pela prudência de nosso senhor Jesus Cristo, abade do mosteiro de Alcobaça do conselho de el rei e seu esmoler mor o qual eu, frei Nicolau Vieira seu monge escrevi per seu mandado des o capitulo em que conta quando prenderam são Pedro e são Paulo... (fol. 315).

Nos Alc. 385 e 386 temos o *Livro das Colacções dos Santos Padres*, de João Cassiano, embora só o segundo volume tenha cólofon, infelizmente sem data:

O muito honrado e virtuoso padre Dom Estevão de Aguiar abade do mosteiro de Alcobaça do conselho de el-rei, seu esmoler-mor, per frei Nicolau monge do dito mosteiro. Porém peço a todos aqueles que por ele lerem, pois que foi feito para salvação das almas, que por cuidado do dito senhor teve de o mandar trasladar e por o trabalho que eu levei de o escrever que iram por ele e por mim devotamente dizer uma Ave-maria. (fol. 109v).

Entre 1445 e 1446, o *scriptorium* de Alcobaça produz os códices com as quatro partes da *Vita Christi*, mas não chegou até nós o volume respeitante à terceira parte da obra. No primeiro códice, Alc. 451, o seu cólofon informa-nos do seguinte:

Aqueste livro mandou trasladar a honra de Jesus Cristo (espaço correspondente a três linhas rasuradas) ao muy indigno prouve de virtudes frei Bernardo monge do dito mosteiro des os sete cadernos ata aqui e foy acabado 15 dias de junho do ano de mil quatrocentos e 45... (fol. 226v). Mais abaixo, com outro tipo de letra: O abade que me mandou fazer se finou no ano do senhor de 1446 em o mês de fevereiro em dia da septuagésima [...] o qual foi muito apaixonado em sua vida e jaz em São Bento de Enxobregas (fol. 226v).

Em algumas destas notas, identificam-se simultaneamente o percurso e a história do livro, como a biografia do monge que o possuiu, como se mostra pelo Alc. 54, o *Breviário* dado a Fr. Francisco da Costa. Este monge, ao deixar a memória escrita no códice, instaurou uma outra relação com o livro, em que a dimensão pessoal e patrimonial acompanhava a ligação do códice com o mosteiro ao qual pertencia. Esta atitude, por parte dos monges, de preservação de um património que pertence a uma comunidade,

é uma atitude concertada, colectiva e transversal que começa nos primeiros anos da comunidade monástica e termina com a sua extinção.

Encontramos o mesmo cuidado no *Beato* de Alcobaça, Alc. 247, que, como vimos documenta um empréstimo, da parte de D. Fr. Nicolau, de Alcobaça a Fr. João, de São Mamede, sendo este Fr. Nicolau (1461-1475), o famoso abade que viria a renunciar ao abaciado pela respectiva venda a D. Jorge da Costa, resultando na sua expulsão da abadia⁶⁴. O cuidado e o interesse que Fr. Nicolau tem pelo livro é algo que o caracteriza desde que foi copista (e encadernador) ao tempo do abade D. Estevão de Aguiar e que depois mantém até ao fim do seu abaciado, patrocinando a cópia de livros (por exemplo, o Alc. 62, o Alc. 73...). Daí tanto cuidado no empréstimo.

Uma atitude ligeiramente distinta é que a constatamos nos códices copiados durante o abaciado de Estevão de Aguiar: as notas de pertença/cólofons sublinham antes a iniciativa do abade e não tanto a pertença ao mosteiro. Esta atitude individualista e centralizadora, da acção do abade que se sobrepõe a tudo o resto, não deixa de ser interessante: Estevão não foi um monge professo em Alcobaça, mas antes um beneditino, que havia regressado de Itália, nomeado pela intercessão directa de D. João I para o cargo de abade como homem de confiança da corte⁶⁵.

O cuidado em preservar, na sua integridade, a livraria monástica, que aparece testemunhado nos códices sob a forma de notas e memórias, é a mesma atitude de desvelo e empenho que aparece quando analisamos a materialidade dos códices: muitos documentam intervenções na conservação e restauro dos fólhos, outros evidenciam cuidados em torno da preservação das encadernações primitivas e também nos reaproveitamentos de materiais, por parte dos monges.

Para terminarmos, cabe-nos perguntar pela eficácia das notas e destas em relação à circulação dos códices. Parece-nos que os testemunhos analisados atestam uma certa eficácia das referidas notas, embora estas devam ser entendidas, também, enquanto reflexo de uma atitude colectiva e de um conjunto de medidas tomadas em prol da preservação dos livros do mosteiro, uma noção de pertença e de salvaguarda que foi decerto responsável pela chegada dos manuscritos da livraria aos nossos dias. Algumas notas interpelam mesmo o leitor/usufrutuário, alertando-o para as consequências do descaminho do códice em relação ao seu contexto (Mosteiro de Alcobaça). O livro tem, para esta comunidade, um valor inestimável que deve ser mantido a qualquer custo.

A mesma atitude tendendo à salvaguarda do acervo encontra-se no momento em que se adicionaram folhas de papel, com os títulos dos livros (e autorias) e se colocaram os carimbos, entre os séculos XVII e XVIII, decerto no âmbito de um dos inventários.

⁶⁴ Conforme aparece referido no Alc. 62, de acordo com Iria Gonçalves (GONÇALVES, 1989: 15).

⁶⁵ Sugerimos, novamente, nesta colectânea, o artigo de Paulo Lopes e João Luís Fontes, sobre este abade: *Entre o claustro e o século: a mobilidade dos monges de Alcobaça em tempos de reforma (1431-1446)* e BARREIRA *et al.*, 2019.

Estes carimbos não substituem as notas de pertença, antes as reforçam e tinham a vantagem de unificar, de forma colectiva, a identidade da livraria monástica.

Atitudes colectivas que não passavam só por esforços dos monges e da comunidade: D. Edme de Saulieu, na visitação ao Mosteiro de Alcobça realizada em Novembro de 1532, lembrava que, por disposição do rei D. Duarte:

*Era proibido retirar da livraria comum do mosteiro para fora dele quaisquer livros, transmiti-los para fora, empresta-los ou aliená-los seja de que forma for; se algum for passado para fora, por empréstimo devem eles ser recuperados e trazidos ao mosteiro por todas as forças e meios possíveis, o mais rapidamente possível*⁶⁶.

Fr. Manuel dos Santos, no início do século XVIII, elogia o trabalho dos monges em constituir uma livraria tão copiosa, cujo trabalho era admirado e venerado pelas gerações seguintes de monges, incluindo a dele. E em prol da preservação da livraria, esta foi mudada, em 1702, para a terceira sala, a mais interior da Casa do Cartório⁶⁷, de forma a salvaguardar a livraria manuscrita — cada códice era um testemunho único e Fr. Manuel dos Santos sabia-o.

FONTES

Biblioteca Nacional de Portugal

BNP — *Códices Alcobacenses* (Alc) Alc. 2 (*Evangelho de São João com a Glosa Ordinária*); Alc. 8 (*Breviário*); Alc. 14 (*Regra de São Bento*); Alc. 41 (*Decretais Extravagantes*); Alc. 44 (*Regra de São Bento*); Alc. 49 (*Gramática*); Alc. 54 (*Breviário*); Alc. 62 (*Ordinário do Ofício Divino*); Alc. 73 (*Colectânea de textos*); Alc. 76 (*Liber usuum conversorum*); Alc. 79 (*Notabilia in Priscianus*); Alc. 83 (*Breviário*); Alc. 143 (*Vida e Milagres de S. Tomás da Cantuária*); Alc. 146 (*Epístolas de Ivo Carnutensis*); Alc. 162 (*Pontifical ao uso de Braga*); Alc. 182 (*Diálogos de Gregório Magno*); Alc. 218 (*Costumes, definições, visitasões e estatutos da Ordem de Cister*); Alc. 247 (*Beato*); Alc. 255 (*Missal*); Alc. 265 (*Comentário ao III Livro das Sentenças, Tomás de Aquino*); Alc. 276 (*Margarita Martiniana*); Alc. 280 (*Vidas e Paixões dos Apóstolos*); Alc. 365 (*Decreto de Brocardo*); Alc. 385 e 386 (*Livro das Colacções dos Santos Padres, de João Cassiano*); Alc. 422 (*Legendarium*); Alc 451 (*Vita Christi*).

BNP — Cod. 6207 (*Processional*).

Ritual de Salzedas.

BIBLIOGRAFIA

- ATAS DEL COLOQUIO sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1988.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2015) — *Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobça*. In FERNANDES, Carla Varela, coord. — *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, p. 131-152.

⁶⁶ SOALHEIRO, 2009: 618.

⁶⁷ SANTOS, 1979: 62.

- (2016a) — *Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobça. «Lusitânia Sacra», 2.ª série, n.º 33, p. 99-128.*
- (2016b) — *O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o Ordinário do Ofício Divino Alc. 62 e o Livro de Usos Alc. 208. «Cadernos de Estudos Leirienses», n.º 11, p. 329-341.*
- (2018) — *Do benzimento das monjas. A profissão monástica feminina nos códices de Alcobça. «Lusitânia Sacra», tomo 37, 2.ª série, p. 189-213.*
- (2019) — *Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobça. A preliminar view from the manuscripts. «Cîteaux – Commentarii cistercienses», 70, fasc. 3-4, p. 301-326.*
- BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel (2016) — *Um Ritual de Alcobça em Salzedas. «Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja», n.º 12, p. 28-35.*
- (2017) — *Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. — *Genius Loci. Lugares e Significados/Places and Meanings*. Porto: CITCEM, vol. 1, p. 343-354.*
- BARREIRA, Catarina Fernandes; MELO, Maria João; ARAÚJO, Rita; CASANOVA, Conceição (2016) — *Through the eyes of Science and Art: a fourteenth century winter Breviary from Alcobça scriptorium. «Journal of Medieval Iberian Studies», vol. 8, n.º 2, p. 252-282.*
- BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário (2019) — *Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», n.º 19, p. 345-377.*
- BOUDÉELLE, Anne (2008) — *Trésor des moines. Les Chartreux, les Cisterciens et leurs livres. In VERNET, André, dir. — *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques médiévales du VI.º siècle à 1530*. Paris: Editions du Cercle de la Librairie, p. 97.*
- BRAGANÇA, Joaquim Oliveira (1977) — *Pontifical de Braga do século XII. «Didaskalia», vol. 7, n.º 2, p. 309-397.*
- (1984) — *Processional Tropário de Alcobça*. Lisboa: Instituto Gregoriano.
- (2007) — *Liturgia e Espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- CAVERO DOMINGUEZ, Gregoria, coord. (2013) — *Tomás Becket y la Península Ibérica (1170-1230)*. León: Universidad de León.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1990) — *Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV*. Bolonha: Real Colégio de Espanha, vol. I.
- FALMAGNE, Thomas; STUTZMANN, Dominique; TURCAN-VERKERK, Anne-Marie (2018) — *Les cisterciens et la transmission des textes (XII.º-XVIII.º siècles)*. Turnhout: Brepols Publishers.
- FARELO, Mário (2003) — *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. II. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Manuel Pedro; ARAÚJO, Mara Fortu (2013) — *Recitação do texto sacro: Claraval e Alcobça. In CARREIRAS, José A., dir. — *Mosteiros Cistercienses: História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobça: Jorlis, tomo II, p. 195-203.*
- GOMES, Saul António (1998) — *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR.
- GONÇALVES, Iria (1989) — *O património do mosteiro de Alcobça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- IRVINE, Martin (2006) — *The Making of Textual Culture: ‘Grammatica’ and Literary Theory 350-1100*. Cambridge: Cambridge University Press.

- JAMROZIAK, Emilia (2013) — *The Cistercian order in Medieval Europe, 1090-1500*. Londres: Routledge.
- KINDER, Terryl N. (2002) — *Cistercian Europe: Architecture of Contemplation*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing.
- MARQUES, Maria Alegria (2008) — *Bens de dois Mosteiros cistercienses no século XV. Santa Maria de Seíça e Santa Maria do Bouro*. In MARQUES, Maria Alegria — *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri; Coimbra: FLUC.
- MATTOSO, José (2002) — *Leituras cistercienses do século XV*. In MATTOSO, José — *Obras Completas*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 276-301. Vol. IX: *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*.
- MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia; MELO, Maria João; MIRANDA, Maria Adelaide; CASTRO, Rita; CASANOVA, Conceição (2016) — *Beatus manuscripts under the microscope: the Alcobaca Beatus and the Iberian Cistercian tradition revisited*. «Journal of Medieval Iberian Studies», vol. 8, n.º 2, p. 217-251.
- NASCIMENTO, Aires A. (1982) — *Três notas alcobacenses. Um Códice perdido. Um Livro de Milagres. Concordâncias Bíblicas*. «Didaskalia», vol. 12, n.º 1, p. 185-194.
- ____ (1985) — *Livros e claustro no século XIII em Portugal: o inventário de S. Vicente de Fora, em Lisboa*. «Didaskalia», vol. 15, n.º 1, p. 229-242.
- ____ (1999) — *Cister. Documentos primitivos. Introdução, tradução e notas*. Lisboa: Edições Colibri.
- ____ (2012) — *Ler contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. 2 vols.
- ____ (2016) — *Os antigos códices de Lorvão: balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Município de Penacova.
- ____ (2018) — *O scriptorium de Alcobaca: o longo percurso do livro manuscrito português*. Alcobaca: Direcção-Geral do Património Cultural/Mosteiro de Alcobaca.
- NEBBIAI, Donatella (2013) — *Le discours du livre. Bibliothèques et manuscrits en Europe, IX.^e-XV.^e siècle*. Rennes: P.U. Rennes.
- PEREIRA, Isaías da Rosa (1973) — *A Pecia em manuscritos universitários. Estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV*. «Anais da Academia Portuguesa de História», vol. 22, p. 245-267.
- RÊPAS, Luís Miguel (2005) — *Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores*. In VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel; SÁNCHEZ-BORDONA, María Dolores Campos — *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, p. 51-78.
- ____ (2008) — *O Sagrado e Profano nos Mosteiros femininos cistercienses: espaços e ritos*. In SILVA, Carlos Guardado, coord. — *História do Sagrado e do Profano*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Alexandre Herculano; Torres Vedras: Câmara Municipal, p. 43-56.
- RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes (2016) — *Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaca*. In FERNANDES, Carla Varela, coord. — *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, p. 211-236.
- RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes (2020) — *Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte*. «Lusitania Sacra». 2.ª série, t. 42, p. 205-229.
- SÁ, Fr. Francisco de (1775) — *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae, in quo non tantum codices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolas, &c. singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notatu digna*. Olisipone: ex Typographia Regia
- SANTOS, Fr. Manuel dos (1979) — *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaca*. B. N. L. Alc. 307, fols. 1-35. Leitura, introdução e notas Aires A. Nascimento. Alcobaca: Associação para a defesa e valorização do Património Cultural da Região.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1998) — *Vida e Morte de Um Mosteiro Cisterciense. S. Paulo de Almaziva - Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Edições Colibri.

- SOALHEIRO, João (2009) — *More Cisterciensis Ordinis: Acta da visitação de D. Fr. Edme de Saulieu, abade de Claraval, ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (1532)*. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís, coord. — *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópico, p. 611-618.
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, dir. (2016) — *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento: Guia histórico*. 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Luís Correia de (2015) — *Sacra Pagina. Textos e Imagens das Bíblias portáteis do século XIII pertencentes às coleções portuguesas*. Lisboa: Paulus Editora.
- STOCK, Brian (1983) — *The Implications of Literacy. Written Language and Models of Interpretation in the 11.th and 12.th Centuries*. Princeton: Princeton University Press.
- (1997) — *Listening for the Text*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- VERNET, André (2008) — *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques médiévales du VI^e siècle à 1530*. Paris: Editions du Cercle de la Librairie.
- VIFORCOS MARINAS, María Isabel; SÁNCHEZ-BORDONA, María Dolores Campos (2005) — *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León.
- WADDELL, Chrysogonus (1999) — *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux*. Cîteaux: Commentarii Cistercienses.
- (2002) — *Twelfth-century Statutes from the Cistercian General Chapter*. Cîteaux: Commentarii cistercienses.

A MOBILIDADE DAS IMAGENS ATRAVÉS DA GRAVURA IMPRESSA. O CICLO DA INFÂNCIA DE JESUS E O PENTECOSTES NO *FLOS SANCTORUM* DE 1513

FREI ANTÓNIO DE SÃO JOSÉ (ANTÓNIO-JOSÉ) D'ALMEIDA, O. P.*

Resumo: *A mobilidade de imagens através de gravuras estampadas em livros foi uma constante no final do século XV e durante todo o século XVI. Neste artigo fala-se de sete xilogravuras estampadas no Flos Sanctorum de 1513, impresso em Lisboa.*

Palavras-chave: *Gravuras; Iconografia; Cristianismo; Cristo.*

Abstract: *The mobility of images was a constant during the 16th century. In this paper, we talk about seven woodcuts printed in a Flos Sanctorum made in Lisbon in 1513.*

Keywords: *Printings; Iconography; Christianity; Christ.*

Durante a minha investigação anterior e posterior à elaboração da minha tese de doutoramento¹, deparei-me com o facto de muitas das gravuras impressas em Portugal terem a sua origem nas zonas germânico-flamenga e francesa. Muitas delas chegaram até nós através de gravuras abertas nos outros reinos ibéricos, sucedendo também o contrário. Este campo da investigação das entalhaduras xilográficas estampadas em livros estava praticamente virgem quando encetei as minhas pesquisas, e desde então não tem suscitado grande interesse por parte dos colegas investigadores, pelo que achei oportuno apresentar o presente artigo. Nele, debruçar-me-ei somente sobre o caso das imagens que ilustram as «legendas» do *Flos Sanctorum em lingoagem portugues*, saído dos prelos de Hermão de Campos e Roberto Rabelo, em Lisboa, a 15 de março de 1513 (*Fs* 1513)². De entre elas, e por motivo de espaço, apresentarei apenas as que dizem respeito à Encarnação e Infância de Jesus Cristo e a do Pentecostes, com afinidade com elas.

Deste livro só se conhece um exemplar, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, com a cota RES. 157 A. Este é proveniente, ao que parece, de uma casa da Ordem dos Pregadores³.

* Academia Portuguesa da História; CITCEM. Email: ajdalmzenit@gmail.com.

¹ ALMEIDA, O. P., 2005a.

² ANSELMO, 1926: n.º 443.

³ SOBRAL, 2000: 34.

Esta versão portuguesa não foi feita sobre o original latino do Beato Tiago de Vorágine (Fra Jacopo da Varazze), O. P., na sua *Legenda Sanctorum* (mais conhecida por *Legenda Áurea*)⁴, mas sobre uma edição em castelhano. São de notar, a este respeito, os vários castelhanismos que se encontram nesta obra em português. O texto da «legenda» do Natal, a que a seguir me referirei, difere do de Fra Jacopo da Varazze, O. P., mas é igual ao de uma edição em castelhano, preparada ao que tudo indica pelo cisterciense aragonês Fray Gauberto Fabricio de Vagad⁵.

1. ILUSTRAÇÃO DAS LEGENDAS DO *FLOS SANCTORUM* DE 1513

Ilustrando as «legendas» do *Fs* 1513, foram colocadas estampas de xilogravuras no início de cada uma delas. Algumas destas imagens, como veremos, assemelham-se a quadros de artistas flamengos, alguns deles trabalhando para ou em Portugal. Foi nas obras de Rogier van der Weyden (†1464) que encontrei mais semelhanças. No que diz respeito a obras realizadas em Portugal, um dos casos em que estas semelhanças me foram mais notórias é o do *Retábulo do altar-mor da Sé de Viseu* (1501-1506). Este tem sido atribuído à «escola de Grão Vasco» ou «escola de Viseu», mas estudo laboratorial recente (de Luís Manuel Teixeira) faz levantar a hipótese de pelo menos alguns desses 15 quadros serem da autoria de artistas flamengos que vieram trabalhar com Francisco Henriques⁶ (†1518). O mesmo sucede com gravuras de Martin Schongauer (*ca. 1435-†1491), alemão, e do Mestre do Gabinete de Amesterdão (anos 80 do século XV).

2. ENCARNAÇÃO E INFÂNCIA DE JESUS CRISTO

Entre as estampas de xilogravuras que apresento neste artigo, há várias, como o assinalarei ao tratar de cada uma em pormenor, que se assemelham a obras de Roger de la Pasture, mais conhecido pelo seu nome em flamengo Rogier van der Weyden (*Tournai, ca. 1399-†Bruxelas, 1464). Ora sabemos como este pintor é criador de muitos modelos iconográficos que serão copiados ou em que se inspirarão outros artistas, que deles faziam desenhos, alguns passados à gravura, por meio da técnica da ponta seca. Esta técnica permite poucas impressões, pelo que se devia destinar a ser divulgada dentro do meio artístico e oficial. Lembremos o caso do chamado Mestre do Gabinete de Amesterdão ou do Hausbuch⁷.

Notam-se bastantes semelhanças entre as figuras representadas nas estampas que mostram a *Anunciação do Senhor* (Fig. 1), o *Parto da Virgem* (Fig. 2) e a *Purificação da Virgem* (Fig. 4) e também na do *Pentecostes* (Fig. 7): o atavio da Virgem nas cenas

⁴ N. B.: Aportuguesei, como é habitual em hagiografia, o apelido latino Voragine, acentuando-o, bem como o título da obra (como consta da tradução portuguesa citada). VORÁGINE, O. P., 2004.

⁵ MARTINS, S. J., 1969: 255-280; COLOMER AMAT, 1999: 12/120-15/123.

⁶ SERRÃO, 2002: 100-101, 109.

⁷ KOK, *compil.*, 1985.

da *Anunciação do Senhor* (Fig. 1), do *Parto da Virgem* (Fig. 2) e do *Pentecostes* (Fig. 7); São José nas cenas do *Parto da Virgem* (Fig. 2) e da *Purificação da Virgem* (Fig. 4); o Menino nestas duas últimas cenas (Figs. 2 e 4). Esta é uma das características do autor anónimo destas entalhaduras, a que chamei «Mestre do *Vespasiano*», unificando assim as personagens em imagens de origem diferente⁸.

Três das primeiras entalhaduras aqui analisadas (Figs. 1, 2 e 4) reproduzem, como a seguir veremos, modelos weydenianos.

2.1. Anunciação



Fig. 1. *Anunciação do Senhor*. Fs 1513, f. 53 c

A imagem da *Anunciação* (85x57 mm) é colocada no nosso Fs 1513, no fólio 53 c, antes da «legenda» intitulada: «De como veio o anjo a saudar a nossa senhora virgem sancta maria». A Virgem Maria está no quarto de dormir, à frente do leito coberto por um dossel, rezando por um livro colocado em cima de um escanho. Volta-se, ao receber a saudação do Anjo que desce. Atrás da cabeça do Anjo, desenha-se, na janela, uma cruz⁹. Na filactéria que envolve o ceptro, que este segura na mão direita, está escrito o princípio

⁸ ALMEIDA, O. P., 2005a: 305-306.

⁹ Vejam-se a este propósito, por exemplo, as janelas de vários palácios de Pienza (MACK, 1989: *passim*) e as do Palazzo Venezia, em Roma.

da saudação: «*ae gratia*». Ao gesto de espanto da mão direita de Maria responde o da esquerda do Anjo, que aponta o céu. A cortina do dossel entre o Anjo e a Senhora está recolhida formando uma bolsa, alusão, segundo alguns autores, à Encarnação¹⁰; mas o facto é que também encontramos esse mesmo pormenor em representações da cena da *Dormição da Virgem*¹¹. Ao ter constatado isso, surgiu-me à mente a pergunta se esta não seria uma explicação fantasiosa (*wishful thinking*), da parte desses autores. A esta pergunta parece-me ter encontrado resposta cabal na tese de doutoramento do meu colega Luís Alberto Casimiro¹², onde ele demonstra «quanto trivial era este detalhe próprio da vida do quotidiano»¹³. Quantas explicações rebuscadas e mesmo esotéricas se encontram para tantas obras de arte sacra cristã, Santo Deus! Quando nesta arte tudo é tão simples e exotérico, desde, claro está, que se conheça a chave interpretativa, a qual está patente na Tradição, proclamada na pregação¹⁴!

Esta xilogravura voltará a ser estampada em Portugal no centro do frontispício das *Constituições do Bispado de Leiria*, realizadas no tempo do bispo D. Fr. Brás de Barros, monge jerónimo, que foi reformador do cenóbio crúzio conimbricense. Ora a impressão deste livro é atribuída a [Coimbra, Cónegos de Santa Cruz], 1549¹⁵. Neste mosteiro conimbricense trabalhou Germão Galharde, um dos impressores do nosso *Fs 1513*.

A origem remota desta xilogravura parece estar em modelos flamengos do século XV, possivelmente através de estampas de «gravuras» germano-holandesas. Uma muito semelhante à nossa é a de uma gravura a ponta seca (ca. 1480) executada pelo chamado Mestre do Gabinete de Amesterdão, da qual subsiste somente uma impressão, conservada precisamente no Rijksprentenkabinet, em Amesterdão (127x87 mm; inv. n.º OB: 872)¹⁶. O pormenor do Anjo a descer é semelhante ao do volante esquerdo (140x70 cm) do *Retábulo de Santa Columba* de Colónia, pintado por Rogier van der Weyden, a óleo sobre madeira, ca. 1455-1462, o qual se encontra atualmente em Munique, na Alte Pinakothek (inv. n.º WAF 1190)¹⁷; o escanço pode encontrar-se já na tábua atribuída a Memling¹⁸, oferta de J. Pierpont Morgan ao Metropolitan Museum of Art, em Nova Iorque¹⁹.

¹⁰ SOBRAL, 1995: 108 *b*, citando, na nota 7, KOSLOW, 1986.

¹¹ V.g. Martin Schongauer, calcogravura *Lehrs 16*. N. B. Designo as gravuras de Schongauer de acordo com a numeração do catálogo de LEHRS, 1969.

¹² CASIMIRO, 2004: II, 1252-1254.

¹³ CASIMIRO, 2004: II, 1254.

¹⁴ Veja-se, a este propósito, v.g. FERNÁNDEZ ARENAS, 1998: 82.

¹⁵ ANSELMO, 1926: n.º 458.

¹⁶ KOK, *compil.*, 1985: cat. n.º 8, 99.

¹⁷ *Encyclopaedia Universalis*, 1978: 602-603, Pl. I/2.

¹⁸ AINSWORTH, 1994: 80, fig. 6.

¹⁹ MURRAY & MURRAY, 1995: 146, fig. 115.

Notemos que, na Península Ibérica, houve repercussões, praticamente contemporâneas, das obras de van der Weyden, como é o caso do chamado Mestre de Sopedrán. É o caso da *Anunciação* (98x60 cm) realizada por este autor, à volta de 1460, para o Mosteiro de Santa María de Sopedrán, em Guadalajara, e hoje conservada, juntamente com três outros painéis, no Museo del Prado, em Madrid, este com o inv. n.º 2575²⁰.

Mas mesmo em Portugal são vários os exemplos, pouco posteriores, de tábuas pintadas seguindo o modelo weydeniano, contemporâneas da nossa estampa, como podemos observar na recolha feita por Luís Alberto Casimiro²¹. Veja-se, sobretudo, a *Anunciação* (188x95 cm) do Mestre da Sé de Évora, proveniente do retábulo da capela-mor desta catedral, realizado por volta de 1500, e conservado no museu desta cidade²²; ou a *Anunciação* (67,7x58 cm) da parte exterior do *Políptico da Paixão* do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa, proveniente do Mosteiro de Jesus de Setúbal (ca. 1500)²³. Uma outra pintura muito próxima da nossa estampa é a da *Anunciação* de Fr. Carlos, O. S. H. (confrade, pois, de D. Fr. Brás de Barros), realizada em 1523 para o Convento do Espinheiro (Évora), e hoje conservada também no MNAA, inv. n.º 677²⁴.

A janela em forma de cruz pode observar-se tanto na tábua de Munique como na do Prado, assim como na estampa de Amesterdão. O firmal redondo, que segura a capa do Anjo, encontra-se tanto na tábua de Munique como na de Évora, assim como na de Fr. Carlos, passando pela estampa de Amesterdão, onde, neste caso, se desenvolve em forma de cruz quadrilobada.

O diadema ou fita, ornando a cabeça da Virgem, pode ver-se tanto na estampa de Amesterdão como no quadro de Fr. Carlos.

²⁰ *La pintura gótica hispanoflamenca* [...], 2003: 80; SILVA MAROTO, 2003: 79.

²¹ CASIMIRO, 2004: I, 735, 745, 749, 765.

²² CASIMIRO, 2004: I, 735-756, fig. 3; II, 1199-1223.

²³ SANTOS, 1943: Est. XXXVI. Não concordo com a opinião de Dagoberto Markl, que, numa entrada de catálogo (JACOB & PORFÍRIO, *dir.*, 1999: 112, cat. n.º 37), aproxima estas tábuas da estampa congénere da *Pequena Paixão* de Dürer (1509-1511), fazendo por isso adiantar a data deste políptico para depois da publicação dessa colectânea de estampas.

²⁴ PORTUGAL. Museu Nacional de Arte Antiga, 1992: II, 97; CASIMIRO, 2004: I, 745-747, fig. 6; II, 1291-1317).

2.2. O Nascimento virginal de Jesus Cristo



Fig. 2. Parto da Virgem. Fs 1513, f. 14 a

A xilogravura impressa no fólho 14 a do nosso Fs 1513, no início da «legenda» intitulada «Do nascimento de nosso senhor Jhesu christo», representa a cena do parto virginal de Jesus. Esta passa-se num estábulo, ao ar livre, só com uma cobertura de madeira e colmo, um tugúrio, que cobre a manjedoura junto da qual estão a asna e o boi. A razão de ser da presença dos dois animais é mencionada no texto (diferente, como atrás foi dito, do da *Legenda Áurea*), afirmando que se inspira em duas fontes não canónicas:

Agora vos queremos dizer outra razã deste nascimento que achamos en ho liuro que fez santiago ho menor²⁵: que foy bispo de jherusalem. & en outro liuro que chamã dos nazarenos²⁶: & dizem assy. Que quando se hyã joseph & sancta maria por aquella estrada que hia de na-zared pera bethleem leuauã com sigo huum boy pera vender pera pagar aquella peita: & huũ[sic] asna em que hya sancta maria [...] & fez entrar sancta maria em hũa daquellas couas na mays escura & mais temerosa que hy estaua & nõ auia hy lume nenhuum. E entonçe como entrou sancta maria foy

²⁵ Trata-se do *Protoevangelho de Tiago*, um apócrifo ortodoxo (ou seja, não gnóstico ou esotérico).

²⁶ Certamente, o chamado *Evangelho do Pseudo Mateus*, outro apócrifo ortodoxo, de grande voga no Ocidente medieval (veja-se SANTOS OTERO, 2003: 171-172).

loguo ally tã grande a craridade como se ally esteuesse ho sol ao meyo dia quando he mays craro. [...] a virgem sancta maria: em tanto pario ella sen door nem trabalho nenhuum. & assy nasceeo della seu filho nosso senhor jhesu christo deos & homem verdadeyro: & ella nõ ho sentio senã quando ella vyo ante sy: naado ho minino: & ficou ella virgem como era dantes. E esto por muytos pro-phetas foy profetizado os quaaes souberõ a poridade de deos. [...] E diz agora aquelle euangelho de sam lucas que despoys que sancta maria pario seu filho. que ho enuolueo em huns panezinhos & o pos em hũa manjadoyra. & aquella manjadoyra era huum pouco longa & a huum cabo della comia ha asna em que andaua sancta maria & ho boy ao outro. [...] E como paryo porque nõ achou lugar mays molle poseo em huum pouco de feno enuolto em huuns panos & ho boy & a asna como ho sentirõ leyxarõlhe toda a manjadoyra & tirarõse a fora & abayxarõ as cabeças atee a terra adorando. & esto da asna & do boy foy assy feyto porque se comprisse ha propheçia que muyto tempo antes dissera o propheta jsayas. que escreueo esta pallaura. Conheçeo ho boy cujo era & ha asna a manjadoyra do seu senhor [Is 1,3]. E outro propheta que ouue nome abacuh escreueo esta outra propheçia. Em meyo de dous animaes sera conhecido [Hab 3,2²⁷]. & esto nos diz o euangelho. (Fs 1513, ff. 14 c-15 a, cinza e redondo meus).

Contrariamente ao texto²⁸, que fala de uma cova, a cena passa-se no pátio de um estábulo, ao ar livre. De acordo com uma tradição iconográfica iniciada no século XV com o chamado «estilo internacional», o Menino está deitado no chão do pátio, com um nimbo à volta da cabeça e auréola envolvendo o corpo²⁹, já que, segundo as visões místicas de Santa Brígida, todo Ele irradiava luz³⁰.

Este tipo de imagens ilustra o momento do parto da Virgem Maria, de acordo com as *Revelações* de Santa Brígida da Suécia, compostas à volta de 1360-1370³¹: a Virgem, com os cabelos soltos sobre os ombros, adora, de joelhos, o Menino Jesus. Este, nuzinho, está colocado no chão, espargindo raios de luz («iacentem in terra nudum et nitidissimum»³²). Sentado, abençoa com a dextra. A Virgem Sua mãe, com os cabelos soltos apanhados por uma fita com uma joia sobre a testa³³ e a cabeça cercada por um nimbo,

²⁷ Na versão dos LXX ou *Septuaginta*.

²⁸ Já me debrucei sobre as diferenças entre texto e imagem nesta obra em ALMEIDA, O. P., 2005b.

²⁹ Ver distinção entre nimbo, auréola e glória num artigo de MARTINS, C. Ss. R., 2003: 271-278.

³⁰ ALMEIDA, 1983: 4/[138] b.

³¹ PANOFISKY, [1998]: 52.

³² *Revelationes* de Santa Brígida da Suécia, VII, 21, *apud* PANOFISKY, [1998]: 52.

³³ A mesma forma de apanhar os cabelos pode ver-se, por exemplo: na imagem do Natal da *Biblia Pauperum* de ca. 1462, como a seguir referirei; e na representação de Santa Eulália no *Retablo de la Virgen de los Consejeros* realizado por Luís Dalmau em 1445 e conservado no Museu Nacional d'Art de Catalunya (DUCHET-SUCHAUX & PASTOUREAU, 2001: 161). O mesmo acontece na imagem genérica de uma santa lendo: no *Fs* 1513: ff. 92 b, 143 c, 202 c; na *Leyenda de los Santos* de [1500?] (*Ls* BL), possivelmente posterior, *Ls* BL: ff. 120 d, 265 a, 269 c; ou em *História das vidas e feitos heróicos e obras insignes dos santos* [...], nas edições de 1567 (*Hs* 1567: I, ff. 27 d, 43 a, 126 d, 129 a; e II, f. 161 a), e de 1577 (*Hs* 1577: I, ff. 28 c, 45 b, 138 a, 140 b; e II, f. 168 b).

contempla-O ajoelhada. Quanto a São José, não tem a cabeça nimbada; genuflete e segura uma vela com a mão direita, enquanto a esquerda protege a chama do vento. Uma estrela se ergue no céu sobre a cabeça do patriarca, alusiva ao episódio da visita dos Magos.

Segundo Louis Réau³⁴, a primeira representação da Natividade de Cristo de acordo com as *Revelações* de Santa Brígida encontra-se numa pintura mural a fresco, existente na Igreja dominicana de Santa Maria Novella, em Florença, da autoria de Piero di Miniato, datada de finais do século XIV³⁵. Nesta imagem, outros personagens adoram também de joelhos o Menino Deus recém-nascido: São José, que cruza os braços sobre o peito, e inclusive a vaquinha e a burrinha (veja-se o nosso texto: «ho boy & a asna como ho sentirō leyxarōlhe toda a manjadoyra [...] abayxarō as cabeças atee a terra adorando»). Atrás de São José vê-se uma santa mulher em traje de viúva, também adorando de joelhos e mãos postas — seguramente Santa Brígida. A cena passa-se numa gruta, segundo o modo de representar na iconografia bizantina (e que o nosso texto também recolhe: «& [José] fez entrar sancta maria em hũa daquellas couas na mays escura & mais temerosa que hy estaua & nō auia hy lume nenhuum»).

Na Península Ibérica, encontraremos também a figuração de Santa Brígida da Suécia numa entalhadura impressa em Saragoça, na oficina de Paulo Hurus, primeiro em 1495 no livro de Martín Martínez de Ampiés, *Triunfo de María. Amores de la Madre de Dios*³⁶; e depois em 1498, no fólio 71 (k5) da edição castelhana do livro de Bernardus de Breidenbach, deão de Mogúncia, *Viage dela Tierra Sancta* (traduzido pelo autor do livro anterior, Martín Martínez de Ampiés), acabado de imprimir em Saragoça, por Paulo Hurus, a 16 janeiro 1498³⁷. Kurz³⁸ identifica a cena como «Anbetung der Eltern und Salome (?)», sendo a interrogante bem justificada.

Podemos ver uma origem remota da nossa xilogravura em imagens flamengas e de modo particular no painel central do *Retábulo de Bladelin*, obra documentada começada a pintar por Rogier van der Weyden, a óleo sobre madeira, não muito depois de 1452³⁹, e que hoje se encontra na Gemäldegalerie, do Berlin-Dahlem Museum⁴⁰. Temos em Portugal uma pintura flamenga da *Natividade* (40,8x32,2 cm), não documentada, datável pelos especialistas dos anos subsequentes a 1440, mas com nítida afinidade com a do *Retábulo de Bladelin*, como o reconheceu Pedro Dias⁴¹. Esta tábua

³⁴ RÉAU, 1996: 237.

³⁵ ORLANDI & GROSSI, post. 1983: 9, fig. 4.

³⁶ Cf. KURZ, 1931: 123, cat. n.º 77, 43.

³⁷ Cf. KURZ, 1931: 55, cat. n.º 248, 7; TENA TENA, 2000: 231.

³⁸ KURZ, 1931: 55.

³⁹ PANOFSKY, [1998]: 273.

⁴⁰ LASSAIGNE, 1957: 93.

⁴¹ DIAS, 1992. Em 1967, Ignace Vandevivere, professor na Universidade Católica de Lovaina, atribuiu-lhe a data de finais do século XV (LIEVENS-DE WAEGH, 1991: 39; 44, n.º 6).

pintada pertenceu seguramente a uma instituição religiosa portuguesa, e conserva-se hoje no MNAA, com o inv. n.º 1243⁴². Terão estas duas pinturas flamengas um protótipo comum⁴³?

Neste campo, com traço muito simplificado, mas por isso mesmo muito legível, encontramos uma representação muito semelhante à destas pinturas, mas com o Menino colocado diretamente no chão (como na nossa ilustração), numa estampa da *Biblia Pauperum* em alemão, impressa em Bamberg, por Albrecht Pfister, por volta de 1462, no verso do fólio 1⁴⁴ e reestampada pelo mesmo impressor, pensa-se que no ano seguinte, na edição latina do mesmo livro⁴⁵. Nesta estampa vemos praticamente todos os elementos da nossa, menos a paisagem e a estrela. A Senhora tem as mãos postas voltadas para cima, ao contrário da nossa que, como nos quadros, as tem voltadas para baixo; e sobre os ombros tem um manto, ausente da nossa estampa, tal como no *Retábulo de Bladelin* de Van der Weyden⁴⁶.

2.3. Anúncio aos Pastores



Fig. 3. Anúncio aos Pastores. Fs 1513, f. 15 b

No fólio 15 b do nosso Fs 1513, uma estampa (88x58 mm) ilustra a perícope «Do euangelho *pastores loquebantur*» (Lc 2). Começa o texto assim:

⁴² PORTUGAL. Museu Nacional de Arte Antiga, 1992: I, [117]; DIAS, 1992.

⁴³ LIEVENS-DE WAEGH, 1991: 33, afirma que «Sans en copier la composition, cette *Nativité* reprend, en les inversant, des motifs iconographiques de celle du *retable Bladelin* de Van der Weyden».

⁴⁴ SCHRAMM, 1920-1943: I, n.º 170.

⁴⁵ STRAUSS, *ed. geral*, 1979-2001: vol. 80, 54.

⁴⁶ LASSAIGNE, 1957: 93.

[P]Astores loquebantur ad inuicem dicentes. Transeamus vsque ad bethleem & videamus hoc verbum quod factum est. &c. Diznos sam matheus[sic]⁴⁷ no euangelho que quando veo ho tempo que ouue de nasçer jhesu christo nosso senhor na çidade de bethleem. erã pastores naquella regiõ que guardauã gaados: & aa ora que nosso senhor jhesu christo nasçeo: logo estes pastores ouuirõ cantar os anjos que cantauam & louuuauã a deos aquella noyte em que elle nasçeo: & ho cantar era este. Gloria in excelsis deo: & in terra pax hominibus bone voluntatis. &c. que quer dizer. Gloria & louuor seja dada a deos poderoso nos altos çeeos & em a terra paz aos homens de boa voontade. A ty louuamos & a ty benzemos. a ty adoramos. a ty glorificamos. Graças te damos polla tua grande glo|ria. senhor deos rey çelestryal deos padre poderoso en todas as cousas. (Fs 1513, f. 15 b-c).

De notar que a tradução do hino angélico é a da Liturgia, não somente a do Evangelho (que coloquei em redondo). Na estampa, o Anjo sustenta uma filactéria, onde se lê: «Gloria in excelsis Deo».

São figurados dois pastores. O da direita, genuflectindo, toca uma gaita de foles com a mão esquerda, enquanto aponta para o Anjo com a direita. Por cima deste pastor, veem-se no monte umas ovelhas pastando. O companheiro, figurado de costas, segura na mão esquerda o cajado tradicional com ponta em forma de colher ou pá⁴⁸, enquanto protege com a direita os olhos, gesto iconográfico tradicional para denotar que o personagem em questão vê uma grande claridade⁴⁹. À sua esquerda, vemos casas espalhadas pelo monte, decerto querendo representar a cidadezinha de Belém. No primeiro plano vê-se, da esquerda para a direita, um cantil, feito de uma cabaça, pendurado num arbusto, um prato fundo e uma colher, e um pequeno odre de vinho (chamado em castelhano «bota»).

Não achei, nos *Flores Sanctorum* posteriores, nenhuma ilustração referente a este tema, habitual nos «Livros de Horas». Este é um indício de que muitas das imagens evangélicas presentes no nosso Fs 1513 devem ter sido criadas para ilustrarem «Livros de Horas».

⁴⁷ Aliás Lucas, como é referido no título.

⁴⁸ Veja-se a este propósito, embora posterior, a porta do sacrário da Capela da Via-Sacra, em Viseu (ALMEIDA, O. P., 1976-1977: 29; EUSÉBIO, 2003: 495-496).

⁴⁹ Veja-se, por exemplo, o caso da representação da Transfiguração, como referi noutro artigo: ALMEIDA, O. P., 1996.

2.4. Apresentação de Jesus no Templo



Fig. 4. Purificação da Virgem. Fs 1513, f. 21 d

A origem remota desta estampa do nosso Fs 1513 parece encontrar-se na pintura do volante direito do *Retábulo de Santa Columba* de Colónia, pintado por Rogier van der Weyden, a óleo sobre madeira, por volta dos anos 1460 e 1462, o qual se encontra atualmente em Munique, na Alte Pinakothek⁵⁰. Esta obra foi amplamente copiada, como o demonstram, por exemplo, duas tábuas que encontrei nas minhas pesquisas: uma (ca. 1463) exposta no Metropolitan Museum of Art de Nova Iorque, de um seguidor anónimo, chamado «Mestre da Adoração do Prado»⁵¹; e outra (ca. 1470-1472) no Museo del Prado, em Madrid, da autoria de Memling⁵².

O tipo de pedestal em que assenta o tampo da mesa aqui representado já aparece, na Península Ibérica, numa xilogravura impressa em Saragoça, na oficina de Paulo Hurus, primeiro no *Officium beatae Mariae Virginis*, em 1497⁵³, e depois no fólio 67 (k1) d da edição castelhana do livro de Bernardus de Breidenbach, deão de Mogúncia, *Viage dela Tierra Sancta* (traduzido por Martín Martínez de Ampié), acabado de imprimir em Saragoça, por Paulo Hurus, a 16 de janeiro de 1498⁵⁴.

⁵⁰ *Encyclopaedia Universalis*, 1978: 602-603, Pl. I//3.

⁵¹ Cf. ZUFFI, [2003]: 99.

⁵² SILVA MAROTO, 2001: 77//3.

⁵³ Cf. KURZ, 1931, cat. n.º 287, 6.

⁵⁴ Cf. KURZ, 1931: cat. n.º 77, 31.

À imagem da nossa estampa é uma tábua pintada⁵⁵ que faz parte de um conjunto de oito painéis (94x96 cm), datáveis de cerca de 1475, existente no Museu de Arouca, estudados por Pedro Dias⁵⁶.

A vela acesa, apresentada por São José no quadro de Van der Weyden e pela própria Virgem Maria na nossa entalhadura, significa, segundo Paul Cardile⁵⁷, através do pavio e da cera, a dupla natureza de Cristo.

A nossa xilogravura é estampada no *Fs* 1513 por duas vezes: no fólho 21 *d*, ilustrando a «legenda» «Da çircūçisam de nosso señor jhesu christo», festa celebrada a 1 de janeiro; e, no fólho 44 *d*, ilustrando «A festa de purificação de nossa senhora a virgem maria», celebrada a 2 de fevereiro, com o nome popular de Festa de Nossa Senhora das Candeias ou Candelária. A diferença entre as duas estampagens está nas tarjas laterais, que, essas, alternam.

As duas xilogravuras que analisarei de seguida podem ser comparadas com as suas congéneres da *Leyenda de los Santos*, [Burgos: Juan de Burgos, 1500?] (*Ls* BL)⁵⁸, bem como com outras suas irmãs.

2.5. Adoração dos Magos



Fig. 5. Adoração dos Magos. *Fs* 1513, f. 22 a

⁵⁵ DIAS, 1980: 188-189, fig. 1.

⁵⁶ DIAS, 1988: 53-84, *apud* BATORÉO, 2004: 139, nota 225. Quero agradecer ao meu colega Manuel Joaquim Moreira da Rocha, do DCTP da FLUP, ter-me indicado o facto de este texto ter sido publicado primeiramente na revista «Beira Alta», que se recebe na nossa família, em Viseu, desde o início, assinada pelo meu avô paterno Bernardino d'Almeida.

⁵⁷ CARDILE, 1984: 200 *c*.

⁵⁸ N. B.: o único exemplar existente é conservado na British Library, Londres.

No fólho 22 *a* do nosso *Fs* 1513, encontramos uma estampa (89x58 mm) representando a *Adoração dos Magos*, ilustrando a «legenda» intitulada «Da estrella que apareceo aos reys». Nela, grande relevo é dado à estrela, mais volumosa na congénere da *Ls* BL, fólho 27 *d*.

São semelhantes as duas estampas, mas a portuguesa é de qualidade superior à castelhana, pelo que lhe deve ser anterior. A cena insere-se dentro do tipo desenvolvido no século XIII⁵⁹. Tendo colocado no chão a coroa, o rei mais velho ajoelha diante do Menino Deus, sentado, nu, no regaço da Mãe. Atrás da Senhora está São José. Os outros dois reis estão de pé sustentando os presentes, apontando o da direita para a estrela situada no céu mesmo por cima do Menino, enquanto se vira para o seu companheiro africano, com plumas na cabeça. As plumas levaram-me, à primeira vista, a julgar que estávamos na presença de um ameríndio, como no célebre quadro do Museu Nacional de Grão Vasco, em Viseu. Trata-se, porém, de um negro — vejam-se os aspetos fisionómicos do rosto. Temos aliás em Portugal uma outra representação bem conhecida de um negro com a cabeça coberta por um turbante com plumas no quadro de Jorge Afonso, com a mesma temática, do Museu de Setúbal (ca. 1520-1530)⁶⁰.

O diálogo entre estes dois reis encontramos-lo já numa estampa (80x67 mm) impressa em Barcelona, por Joan de Rosenbach, no *Flos Sanctorum Romançat*, acabado de imprimir a 1 de fevereiro de 1494 (*FsR* 1494), no fólho 41 *d*, ilustrando «Com nostre senyor aparegue as tres reys dorient» (f. 41 *c*). A entalhadura aí utilizada será reimpressa no verso do fólho [24] (inumerado, com a assinatura tipográfica: c 8) da *Aurea Expositio Hymnorum una cum textu*, acabada de imprimir em Saragoça, por Jorge Coci, a 1 de janeiro de 1520 (*EhZ* 1520). Nela não é figurado São José. Encontrei o mesmo gesto, embora o rei mais novo tenha feições caucasianas e não negras, numa estampa impressa também em Saragoça, na oficina de Paulo Hurus, primeiro no *Officium beatae Mariae Virginis*, Paulo Hurus, 1497⁶¹, e, depois, no fólho 71 (k5) *b* da edição castelhana do livro de Bernardus de Breidenbach, deão de Mogúncia, *Viage dela Tierra Sancta* (traduzido por Martín Martínez de Ampié), acabado de imprimir em Saragoça, nessa oficina, a 16 de Janeiro de 1498⁶², sendo, pois, esta entalhadura, de acordo com as minhas pesquisas, anterior em Saragoça à precedente, com o mesmo tema, sendo essa proveniente de Barcelona. Uma pequena estampa com a mesma temática aparece no fólho 95 (M. vij.) das *Hore intemerate Virginis marie* [...], acabadas de imprimir em Paris, pelo impressor Thielman Kerver para o livreiro Gillet Remacle, a 10 de janeiro de 1503.

⁵⁹ DUCHET-SUCHAUX & PASTOUREAU, 1990: 211.

⁶⁰ MATTOSO, *dir.*, [1993-1994]: III, 282.

⁶¹ Cf. TENA TENA, 2000: 225, n.º 33 e 231; KURZ, 1931: cat. n.º 287, 5.

⁶² Cf. KURZ, 1931: cat. n.º 77, 44.

A tábua central do *Retábulo da Epifania*, que Jaume Huguet pintou para a Capela de Santa Àgata⁶³ de Barcelona, entre os anos de 1464 e 1465⁶⁴ repete a mesma temática. E numa edição xilográfica (*block book*) da *Biblia Pauperum* (ed. Schreiber I), com 40 páginas, entalhada por volta de 1465, nos Países Baixos do Norte, com toda a probabilidade em Utreque (*Utrecht*)⁶⁵, encontramos, na ilustração central da página com a assinatura c, uma imagem muito semelhante.

A origem remota destas imagens parece estar na tábua central do *Retábulo de Santa Columba* (ca. 1460-1462), pintado por Rogier van der Weyden⁶⁶, do qual já vimos o volante esquerdo, representando a *Anunciação*. A referida tábua central, representando a *Adoração dos Magos*, teve muita repercussão, na segunda metade do século XVI, tanto ao nível da sua terra, a Flandres, entre os seus discípulos — vejam-se as duas cópias exibidas no Museo del Prado⁶⁷ —, como na pintura alemã⁶⁸ — veja-se a pintura (ca. 1460) de Hans Pleydenwuff, existente na Igreja de São Lourenço de Nuremberga.

Assistimos, nalgumas das imagens atrás apresentadas, à introdução do rei negro, o que é uma característica de modernidade, já que é a partir da década de 1470 que são trazidos para a Europa, pelos portugueses, os primeiros africanos subsaarianos⁶⁹. Só no século XV é que assistimos à representação do terceiro rei sob os traços da raça negra, apesar de num texto do século XIII, de origem grega e atribuído a Beda o Venerável, já se dizer que um dos três era de tez morena, «fuscus»⁷⁰.

⁶³ Transcrevo o nome da capela em catalão, correspondendo em português a Águeda.

⁶⁴ *La pintura gótica hispanoflamenca* [...], 2003: 53; RUIZ i QUESADA, 2003: 55.

⁶⁵ WESTHEIM, 1981: 27; SNYDER, 1985: 269; HENRY, *ed.*, 1987: 83.

⁶⁶ *Encyclopaedia Universalis*, 1978: 602-603, Pl. I//1.

⁶⁷ Uma é a tábua (ca. 1463) do chamado Mestre da Anunciação do Prado, Cat. 1558; e a outra é o painel lateral da esquerda do Tríptico da Adoração dos Magos (ca. 1470-1472), de Hans Memling, Cat. 1557.

⁶⁸ MURRAY & MURRAY, 1995: 173.

⁶⁹ HUTCHINSON, 1996: 26 *a.*

⁷⁰ Ana Galilea Antón, in *La pintura gótica hispanoflamenca* [...], 2003: 90.

2.6. Matança dos Inocentes



Fig. 6. *Matança dos Inocentes. Fs 1513, f. 19 d*

Na estampa (87x57 mm) que, no fólho 19 *d* do nosso *Fs 1513*, ilustra «A leenda dos jnnosçe[n]tes», assistimos à sua matança ordenada por Herodes Magno na cidade de Belém, de acordo com o Evangelho segundo São Mateus (2, 13-18), celebrada como festa a 28 de dezembro. Herodes, coroadado, sentado no trono e segurando o ceptro real na mão direita, assiste ao massacre. Dois soldados trespassam com a espada duas crianças: uma, nua, está espetada na ponta da espada do soldado que está em frente do rei, enquanto a mãe do menino olha para este; em primeiro plano, vemos outro soldado tropeçando no corpo de outra mulher com o filho enfaixado, trespassando-o com a lâmina da espada contra o chão. No canto superior esquerdo da composição, abre-se uma janela, onde se avista uma paisagem; o mesmo sucedendo na xilogravura, mais simplificada, estampada no fólho 25 *a* da *Ls BL*.

A xilogravura do nosso *Fs 1513* copia, simplificando, uma entalhadura da primeira maneira de Philippe Pigouchet, estampada na oficina deste impressor parisiense em «Livros de Horas», já em 1492⁷¹. Isto confirma o indício encontrado atrás, a propósito

⁷¹ *Em Horae ad usum Romanum* [...]. Paris: Philippe Pigouchet para Simon Vostre, 5 jan. 1491(92) — BnF, NUMM-52990, Imag. 132; e em *Heures de Rouen*. Paris: Philippe Pigouchet para Pierre Regnault, 11 mar. 1492(93) — CLAUDIN, 1900-1914: II, 19 (texto) e 20//2 (imagem).

da estampa ilustrativa do *Anúncio aos Pastores*, de que outras das imagens evangélicas presentes no nosso *Fs 1513* devem ter sido criadas para ilustrarem «Livros de Horas». O futuro da investigação o dirá. Na entalhadura de Pigouchet, o soldado que, em frente do rei, espeta na ponta da espada, colocada na vertical, a criança nua, é criação do «Mestre do *Vespasiano*» em relação a Pigouchet. Em vez da paisagem que se vê na janela do *Fs 1513* e da *Ls BL* atrás referida, Pigouchet representa a *Fuga da Sagrada Família para o Egito*.

Na entalhadura com a *Matança dos Inocentes* estampada na I.^a Parte, fólhos 48 a e 233 c, da *História [...] dos Santos* de Fr. Diogo do Rosário, O. P., saída dos prelos de António de Mariz em 1567 (*Hs 1567*), a janela sem vidraça é substituída por uma outra com caixilhos em forma de uma cruz, por cima de um arco; sendo a cena cortada, em relação à do *Fs 1513*, na parte superior.

Na estampa da *Ls BL*, a cena é cortada a toda a volta, também em relação à do *Fs 1513*, e, logicamente, em baixo e dos lados em relação à da *Hs 1567*. Daqui se depreende que a xilogravura impressa no *Fs 1513* deve ser a primitiva no espaço ibérico, sendo aliás mais rica em pormenores em relação às outras duas: vejamos o caso do espaldar do trono do rei. O traço é também mais elegante, mais próximo da entalhadura de Pigouchet.

O entalhador da xilogravura da *Hs 1567* talvez se tenha inspirado desta vez na estampa do *Fs 1513*, como acontecerá com a cena do *Martírio das onze mil Virgens*⁷². Mas o entalhador da xilogravura da *Hs 1567* colocou o ceptro de Herodes inclinado para trás, a fim de deixar ver melhor o rosto da mulher colocada à sua direita. Esta, cujo filho é trespassado mesmo em frente do rei, fita o monarca.

Diz o texto no nosso *Fs 1513*:

*vyerõ os tres reys magos a jherusalem. preguntando aficadamente pollo nasçimento de nosso senhor jhesu christo: [...] E veento [sic⁷³] herodes que nõ tornauã a elle entendeo que o faziã por vergonça por que forõ enganados na visõ da estrella. & por ende nõ se trabalhou de buscar jhesu christo pera o matar. mas despoys que ouuyo dizer o que disserõ os pastores: & o que prophetizara symeõ [logo, a Matança vem depois da Apresentação de Jesus no Templo] ouue grande medo & teue que ho enganarõ os reys magos. E mandou matar quantos mininos auia em terra de judea de dous ãnos & meyo abayxo. cuydando que nelles matasse jhesu christo. & forõ mortos çento & quorenta & quatro mill mininos: por amor de jhesu christo mas nõ se cumpria a vontade de herodes: ca o anjo apareçeo a joseph em sonhos & disselhe toma ho minino & sua may & fuge com elles pera ho egypto que herodes manda buscar o minino pera o matar. & esteue la sete ãnos atee que morreo herodes que era de setenta ãnos. (*Fs 1513*, f. 20 a).*

⁷² Xilogravura de *Hs 1567*: II, f. 166 c inspirada (em espelho) na de *Fs 1513*: f. 151 c. Veja-se ALMEIDA, O. P., 2011: 136 (texto) e 153 (figuras), figs. 19 e 18 (respetivamente).

⁷³ Por «veendo».

Na primeira das duas edições da *História [...] dos Santos* de Fr. Diogo do Rosário que saíram dos prelos de António de Mariz, a mesma entalhadura ilustra tanto a «história» «Dos sanctos Innocentes» (*Hs* 1567, I, f. 48 *a*) como a «história» «Da destruyçam de Hierusalem» (*Hs* 1567, I, f. 233 *c*), num caso claro de adaptação. Na segunda edição, ela ilustra somente a dos Santos Inocentes (*Hs* 1577, I, f. 50 *c*), sendo a da *Destruição de Jerusalém* ilustrada por outra adaptação, a representação de *David entregando uma carta a Urias* (*Hs* 1577, I, f. 250 *d* – il. 97).

3. DESCIDA DO ESPÍRITO SANTO EM PENTECOSTES



Fig. 7. Pentecostes. *Fs* 1513, f. 89 *a*

O título desta «legenda» vem no fólio 89 *a* do nosso *Fs* 1513, e reza assim: «Da festa de sancto spiritus ou pynthicoste»; a estampa ilustrativa (Fig. 7), essa, aparece no início da coluna seguinte (f. 89 *b*). Sobre os 12 Apóstolos, com Maria ao centro, o Espírito Santo, figurado numa pomba, espalha chamas de fogo.

No que diz respeito à composição do espaço, vemos semelhanças com o painel com a mesma cena (inv. 2155) (130x78,5 cm) do antigo *Retábulo da capela-mor da Sé de Viseu* (1501-1506), cujas tábuas se conservam no Museu Nacional de Grão Vasco, em Viseu⁷⁴. Encontramos as mesmas semelhanças compositivas na estampa com o

⁷⁴ Veja-se v.g. CNCDP, 1992: cat. n.º 14, [113].

mesmo tema do *Livro & legenda* [...] dos *sãtos martires*, publicado em Lisboa, por João Pedro Bonhomini de Cremona, em 1513 (*LSM*), no mesmo ano, pois, em que sai o nosso *Fs 1513*, a qual será reestampada no verso do fólio 224 de um *Breviarium*, impresso no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por Germão Galharde, em 1531⁷⁵.

As semelhanças não são detetáveis à primeira vista. Não nos esqueçamos que os autores tinham liberdade de construção das suas imagens, muito embora se inspirassem em figurinos. No entanto, nem todas as imagens desta época se podem considerar semelhantes em termos compositivos. Dei-me ao cuidado de escolher aquelas em que realmente detetei semelhanças, abandonando o conceito simplista de «ar de época». Quem não vê a semelhança na atitude da Senhora, sentada com um livro aberto sobre o regaço, apesar da diferença no gesto das mãos ou na cobertura da cabeça? Claro está que a estampa do *LSM* é mais aproximada neste pormenor à pintura, mas há outros pormenores em que difere, como é o caso de São João imberbe, no canto inferior esquerdo da composição. Neste caso é a estampa do *Fs 1513* que mais se assemelha à pintura, apesar da diferença na atitude braçal. As atitudes dos apóstolos, olhando para cima, aproximam a estampa *Fs 1513* da pintura viseense.

CONCLUSÃO

As sete xilografuras estampadas no *Flos Sanctorum* de 1513 que analisámos dão-nos uma amostra da complexidade do estudo comparativo que comecei a realizar na minha tese de doutoramento. Revelo no presente artigo a origem francesa da estampa ilustrativa da legenda da *Matança dos Inocentes*, fruto de investigações que realizei a seguir. Aqui ficam algumas pistas para o prosseguimento desta investigação. Estudos posteriores poderão esclarecer os possíveis percursos dos modelos daquelas imagens ilustrativas do nosso *Fs 1513* que, até este momento, não consegui deslindar. Acresce o facto de poderem não ter chegado até nós as primeiras impressões das entalhaduras e de algumas das que chegaram não terem datas precisas de impressão.

FONTES

BIBLIA Pauperum. Bamberg: Albrecht Pfister, [ca. 1462]. *Biblia Pauperum* em alemão.

BIBLIA Pauperum. Países Baixos do Norte [Utrecht?]: [s.n.], [ca. 1465]. Edição xilográfica com 40 páginas.

BREIDENBACH, Bernardus de (1498) — *Viage de la Tierra Sancta*. Trad. cast. Martín Martínez de Ampiés. Zaragoza: Paulo Hurus.

BREVIARIUM. Coimbra: Germão Galharde, 1531.

HORAE *intemeratae Virginis Mariae secundum Usum Romanum cum pluribus orationibus tam in gallico quam in latino*. Paris: par Thielman Kerver pour Gillet Remacle, 1503.

LEIRIA. Diocese de (1549) — *Constituições do Bispado de Leiria* [no tempo do bispo D. Fr. Brás de Barros O. S. H.]. [Coimbra: Cónegos de Santa Cruz].

⁷⁵ ANSELMO, 1926: n.º 591.

- MARTÍNEZ DE AMPIÉS, Martín (1495) — *Triunfo de María. Amores de la Madre de Dios*. Zaragoza: Paulo Hurus.
- OFFICIUM *beatae Mariae Virginis*. Zaragoza: Paulo Hurus, 1497.
- VORÁGINE, Tiago de [Beato], O. P. (2004) — *Legenda Áurea*. Trad. portuguesa do original latino por António Maia da Rocha, a partir da ed. crítica de Giovanni Paolo Maggioni. Porto: Livraria Civilização Editora.

SIGLAS

- EhZ 1520 = *Aurea Expositio Hymnorum una cum textu*. Zaragoza: Jorge Coci, 1520.
- Fs 1513 = *Ho flos sanctorum em lingoajem portugues*. Lixboa: Herman de Campis & Roberte Rabelo, 1513. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal. RES. 157 A.
- FsR 1494 = *Flos sanctorum Romançat*. Barcelona: Joan Rosenbach, 1494.
- Fs Vg 1540 = VEGA, Fr. Pedro de la, O. S. H. (1540) — *Libro que es llamado Vida de Jesu Cristo y de sus Santos, según la ultima y postrimera copilación hecha por Fray Pedro de Vega de la Orden del glorioso señor San Jerónimo, después de la que hizo el muy venerable y religioso varón Fray Gonçalo Ocaña... de la mesma Orden*. Sevilla: Juan Cromberger.
- Hs 1567 = ROSÁRIO, Fr. Diogo do, O. P. (1567) — *História das vidas e feitos heróicos e obras insignes dos santos; com muitos sermões e práticas espirituais, que servem a muitas festas do ano*. Braga: António de Mariz. 2 partes em 1 tomo.
- Hs 1577 = ROSÁRIO, Fr. Diogo do, O. P. (1577) — *História das vidas e feitos heróicos e obras insignes dos santos; com muitos sermões e práticas espirituais, que servem a muitas festas do ano*. Coimbra: António de Mariz.
- Ls BL = *Leyenda de los Santos*. [Burgos: Juan de Burgos], [1500?]. Acessível na British Library, Londres, Reino Unido.
- LSM = *Este he o liuro & legenda que fala de todolos feytos & payxoões dos sãtos martires. em lingoagem portugues. cõ apaixonõ de nosso senhor. assy como ha escreuerõ os sanctos quatro euãgelistas*. Lisboa: João Pedro Bonhomini de Cremona, 1513.

BIBLIOGRAFIA

- AINSWORTH, Maryan W. (1994) — *Hans Memling as a draughtsman*. In DE VOS, Dirk, dir. — *Hans Memling. Essays*. [Ghent-Amsterdam]: Ludion, p. 78-87.
- ALMEIDA, Fr. António de São José (António-José) de, O. P. (1976-1977) — *Retábulos Maneirista e Barrocos em Viseu*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trabalho de Seminário de História da Arte.
- (1996) — *Metamorfose do olhar*. «Brotéria», vol. 142, n.º 4, p. 413-424.
- (2005a) — *Imagens de papel. O Flos Sanctorum em linguagem português, de 1513, e as edições quinhentistas de Fr. Diogo do Rosário O.P.: a problemática da sua ilustração xilográfica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- (2005b) — *Desencontros entre texto e imagem “ilustrativa”, no Flos Sanctorum de 1513*. «Cultura», n.º 21, p. 45-64.
- (2011) — *Santa Úrsula e as onze mil virgens segundo as traduções portuguesas quinhentistas da Legenda Áurea. Textos e ilustrações*. «Via Spiritus», n.º 18, p. 113-156.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1983) — *O Presépio na Arte Medieval*. Porto: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Separata de «Arqueologia», n.º 6, p. 137-151.
- ANSELMO, António Joaquim (1926) — *Bibliografia da obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional. Reedição anastática em 1977.

- BATORÉO, Manuel Luís Violante (2004) — *Moda, Modelo, Molde: a gravura na pintura portuguesa do renascimento (c. 1500-1540)*. Lisboa: Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- CARDILE, Paul Y. (1984) — *Mary as priest: Mary's Sacerdotal position in Visual Arts*. «Arte Cristiana», vol. LXXII, fasc. 703, p. 199-208.
- CASIMIRO, Luís Alberto Esteves dos Santos (2004) — *A Anunciação do Senhor na Pintura Quinhentista Portuguesa (1500-1510). Análise geométrica, iconográfica e significado iconológico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Tese de Doutoramento.
- CLAUDIN, Anatole (1900-1914) — *Histoire de l'Imprimerie en France au XV.^e et au XVI.^e siècle*. Paris: Imprimerie Nationale. 4 vols.
- COLOMER AMAT, Emilia (1999) — *El Flos Sanctorum de Loyola y las distintas ediciones de la Leyenda de los Santos. Contribución al Catálogo de Juan de Varela de Salamanca*. «Analecta Sacra Tarraconensia. Revista de Ciències Historicoeclesiàstiques», vol. 72, p. 109-142.
- CNCDP: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES (1992) — *Grão Vasco e a Pintura Europeia do Renascimento*. [Lisboa]: CNCDP.
- D. MANUEL II, rei de Portugal (1929-1935) — *Livros Antigos Portuguezes 1489-1600 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelíssima*. Londres: Maggs Bros. 3 vols. Reedição anastática: Braga: APPACDM, 1995.
- DE VOS, Dirk, dir. (1994) — *Hans Memling. Essays*. [Ghent-Amsterdam]: Ludion.
- DIAS, Pedro (1980) — *As Pinturas Quatrocentistas do Museu de Arouca*. «Beira Alta», vol. XXXIX, fascs. 1 e 2, p. 173-199.
- (1988) — *Pintura quatrocentista do Mosteiro de Arouca*. In DIAS, Pedro — *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 53-84.
- (1992) — *Natividade*. In PORTUGAL. Museu Nacional de Arte Antiga — *No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: MNAA, vol. I, cat. n.º 1, p. 116.
- DUCHET-SUCHAUX, Gaston; PASTOUREAU, Michel (1990) — *La Bible et les Saints: Guide iconographique*. 1.^a ed. Paris: Flammarion.
- (2001) — *Guía iconográfica de la Biblia y los santos*. 1.^a ed. Madrid: Alianza Editorial.
- ENCYCLOPAEDIA UNIVERSALIS. 6.ª publicação. Paris: Encyclopaedia Universalis France, 1978, vol. 16.
- EUSÉBIO, Maria de Fátima (2003) — *A iconografia do sacrário da Capela da Via-Sacra de Viseu*. In DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO DA FLUP — *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 491-499.
- FERNÁNDEZ ARENAS, José (1998) — *Elementos simbólicos de la peregrinación Jacobea*. León: Edileisa.
- FRAZÃO, Maria Luísa Mendes André Coelho (1998) — *Iluminura Renascentista do Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols. Dissertação de Mestrado.
- HENRY, Avril, ed. (1987) — *Biblia Pauperum*. Aldershot: Scolar Press. Edição facsimilada, com transcrição do texto latino, trad. inglesa e comentários.
- HUTCHINSON, Jane Campbell (1996) — *The Illustrated Bartsch*. New York: Abaris Books, vol. 8, Part 1.
- JACOB, Wenzel; PORFÍRIO, José Luís Gordo, dir. (1999) — *As Grandes Coleções. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa*. München: Hirmer Verlag.
- KOSLOW, Susan (1986) — *The Curtain-Sack: A Newly Discovered Incarnation Motif in Rogier van der Weyden's Columba Annunciation*. «Artibus et Historiae», vol. 13, p. 9-33.
- KOK, J. P. Filedt, compil. (1985) — *Livelier than Life: the Master of Amsterdam Cabinet or the Housebook Master, ca. 1570-1500*. Amsterdam: Rijksprenten-kabinet/Rijksmuseum; Maarssen: Gary Schwartz.
- KURZ, Martin (1931) — *Handbuch der iberischen Bildrucke des XV. Jahrhunderts*. Leipzig: Karl W. Hiersemann.
- LACOMBE, Paul (1915) — *Tables alphabétiques*. Paris: Imprimerie Nationale.

- LA PINTURA gótica hispanoflamenca. *Bartolomé Bermejo y su época*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya; Bilbao: Museo de Bellas Artes de Bilbao, 2003. Catálogo.
- LASSAIGNE, Jacques (1957) — *La Peinture Flamande. Le Siècle de Van Eyck*. [Genève]: Éditions d'Art Albert Skira.
- LEHRS, Max (1969) — *Geschichte und kritischer Katalog des deutschen, nieder-ländischen und französischen Kupfertichs im XV Jahrhundert*. Nendeln [Liechtenstein]: Kraus Reprint. Reprodução da ed. de Viena: Gesellschaft für Vervielfältigende Kunst, 1908-1934.
- LIEVENS-DE WAEGH, Marie-Léopoldine (1991) — *Les Primitifs Flamands – Lisbonne I: Le Musée National d'Art Ancien et le Musée National des Carreaux de Faïence de Lisbonne*. Bruxelles: [Soporcel, mecenas], vol. I.
- MACK, Charles R. (1989) — *Pienza: the creation of a renaissance city*. 2.nd Printing. Ithaca/London: Cornell University Press.
- MARTINS, Fausto Sanches, C. Ss. R. (2003) — *Aspectos polémicos dos painéis de S. Vicente: Ritual e iconografia*. «Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património, vol. II, p. 267-290.
- MARTINS, Mário, S. J. (1969) — *Estudos de Cultura Medieval*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. I.
- MATTOSO, José, dir. [1993-1994] — *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa. 8 vols.
- MURRAY, Peter; MURRAY, Linda (1995) — *The Art of the Renaissance*. London: Thames and Hudson.
- ORLANDI, Stefano; GROSSI, Isnardo P[io] [post. 1983] — *Santa Maria Novella e i suoi Chiostrì Monumentali*. Firenze: Edizioni S. Becocci.
- PANOFKY, Erwin [1998] — *Los Primitivos Flamencos*. Madrid: Cátedra.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arte Antiga (1992) — *No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: MNAA. 2 vols.
- RÉAU, Louis (1996) — *Iconografía del arte cristiano*. 1.^a ed. Barcelona: Ediciones del Serbal. Tomo 1, vol. 2: *Iconografía de la Biblia: Nuevo Testamento*.
- RUIZ i QUESADA, Francesc (2003) — *Damau, Huguet y Bermejo, tres grandes maestros que iluminan el último gótico catalán*. In *cat. La pintura gótica hispanoflamenca. Bartolomé Bermejo y su época*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya; Bilbao: Museo de Bellas Artes de Bilbao, p. 49-61.
- SANTOS, Luís Reis (1943) — *Estudos de Pintura Antiga*. Lisboa: [Edição de Autor].
- SANTOS OTERO, Aurelio de (2003) — *Los Evangelios Apócrifos*. 10.^a ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos. (col. B. A. C.; 148).
- SCHRAMM, Albert (1920-1943) — *Der Bilderschmuck der Frühdrucke. Begründet von Albert Schramm, fortgeführt von der Kommission für den Gesamtkatalog der Wiegendrucke*. Leipzig, 1920-1923; Stuttgart: Hiersemann, 1924-1943. 23 vols.
- SERRÃO, Vítor (2002) — *História da Arte em Portugal. O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*. Barcelona: Editorial Presença.
- SILVA MAROTO, [María] Pilar (2001) — *Pintura flamenca de los siglos XV y XVI. Guía*. [Madrid]: Museo del Prado.
- (2003) — *La Pintura hispanoflamenca en Castilla*. In *La pintura gótica hispanoflamenca. Bartolomé Bermejo y su época*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya; Bilbao: Museo de Bellas Artes de Bilbao, p. 77-85.
- SNYDER, James (1985) — *Northern Renaissance Art: Painting, Sculpture, the Graphic Arts from 1350 to 1575*. New York: Harry N. Abrams.
- SOBRAL, Cristina (2000) — *Adições Portuguesas no Flos Sanctorum de 1513 (estudo e edição crítica)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- SOBRAL, Luís de Moura (1995) — *A Anúnciação na pintura portuguesa da Contra-Reforma: doutrina, tradição e agudeza*. In *A Pintura Maneirista em Portugal. A Arte no Tempo de Camões*. Lisboa: CNCDP, p. 106-113.

- STRAUSS, Walter L., *ed. geral* (1979-2001) — *The Illustrated Bartsch*. [New York]: Abaris Books [abreviatura TIB]. Vários volumes.
- TENA TENA, Pedro (1995) — *Martin Schongauer y el «Viaje de la Tierra Santa» de Bernardo de Breidenbach (Zaragoza, 1498)*. «Archivo Español de Arte», tomo 68, n.º 272, p. 400-404.
- (2000) — *Los grabados del Viaje de la Tierra Santa (Zaragoza, 1498)*. «Boletín de Museo e Instituto Camón Aznar», n.º 81, p. 219-242.
- VINDEL, Francisco (1945-1951) — *El Arte Tipográfico en España durante el siglo XV*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales. 8 vols.
- WESTHEIM (1981) — *El grabado en madera*. 1.ª reimpr. México: Fondo de Cultura Económica. Título original: *Das Holzschnittbuch*, Potsdam: Gustav Kiepenheuer Verlag, 1921.
- ZUFFI, Stefano [2003] — *Episodios y personajes del Evangelio*. Barcelona: Electa.

ENTRE A INSEGURANÇA DOS TERRITÓRIOS PROTESTANTES E A SEGURANÇA DOS REINOS CATÓLICOS: MOBILIDADES À LUZ DE FONTES HAGIOGRÁFICAS E BIOGRÁFICAS DEVOTAS EM PORTUGAL (SÉCULOS XVII-XVIII)

PAULA ALMEIDA MENDES*

Resumo: O progressivo avanço da Reforma Protestante em vários territórios europeus, a partir de 1517, provocou uma fratura na Cristandade ocidental. Como é sabido, a Reforma, desencadeada por Lutero, impôs a abolição das ordens religiosas, obrigando os seus membros a optar por outras «soluções de sobrevivência»; neste enquadramento, muitos desses religiosos buscaram asilo e proteção em Portugal, a partir do século XVI, como nos relatam vários textos de natureza hagiográfica e biográfica devota produzidos e editados ao longo da Época Moderna. Tendo como pano de fundo esta problemática, este estudo procura chamar a atenção para os moldes em que se destacou e valorizou, nessas obras de pendor hagiográfico e biográfico devoto, não apenas os casos desses religiosos, mas também de leigos, oriundos de territórios reformados — Inglaterra, Norte da Europa —, que buscaram asilo em Portugal, os quais não podem ser dissociados da ofensiva contrarreformista e da tentativa de construção de uma história da santidade do reino de Portugal.

Palavras-chave: Reforma; Contrarreforma; Hagiografia; Portugal; Época Moderna.

Abstract: The progressive advance of the Protestant Reformation in several European territories, from 1517, provoked a fracture in western Christendom. As it is known, the Reformation imposed the abolition of the religious orders, obliging their members to opt for other «solutions of survival»; in this context, many of these religious sought asylum and protection in Portugal from the 16th century onwards, as several texts of a hagiographic and biographical devout nature edited throughout the Modern Age show. Against this background, this study seeks to draw attention to the ways in which these works of hagiographical and biographical nature were highlighted and valued, not only the cases of these religious but also of lay people from the Reformed territories — England, Northern Europe — who sought asylum in Portugal, which can not be dissociated from the counter-reformist offensive and the attempt to build a history of the sanctity of the kingdom of Portugal.

Keywords: Reform; Counter-Reformation; Hagiography; Portugal; Modern Age.

Um olhar sobre a dinâmica das mobilidades, nas suas múltiplas práticas e representações, durante a Época Moderna, implica, naturalmente, uma reflexão sobre as consequências da Reforma Protestante, no que diz respeito aos asilos e exílios de vários religiosos que se viram confrontados com um conjunto de fatores que, paulatinamente, foi inviabilizando a sua dedicação à vida consagrada em territórios galvanizados pelo alcance das doutrinas dos reformados.

* CITCEM/UP. Email: paula_almeida@sapo.pt.

O progressivo avanço da Reforma Protestante em vários territórios europeus, a partir de 1517, provocou uma fratura na Cristandade ocidental¹. Como é sabido, a Reforma, desencadeada por Lutero, causou profundas mudanças ao nível do culto litúrgico, da leitura da Bíblia, dos sacramentos e da devoção cultual aos santos e à Virgem Maria, assim como impôs a abolição das ordens religiosas, obrigando os seus membros a optar por outras «soluções de sobrevivência». Neste enquadramento, muitos desses religiosos buscaram asilo e proteção em Portugal, nomeadamente em Lisboa — «amparo de afflictos catholicos estrangeiros», nas palavras de Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*² —, a partir de finais do século XVI, como nos relatam vários textos de natureza hagiográfica e biográfica devota, sobretudo recolhas/antologias hagiográficas e crónicas religiosas — que, cada um a seu modo, destacaram e valorizaram, não apenas os casos desses religiosos, mas também de leigos, oriundos de territórios reformados — Inglaterra, Flandres —, que buscaram asilo em Portugal.

Atendendo a esta moldura, não será despidendo realçar o peso de que se revestiu a literatura de pendor hagiográfico e biográfico devoto no contexto religioso e cultural da Época Moderna, nomeadamente nos países de matriz católica. Com efeito, o panorama que enquadra a sua produção e difusão ao longo da Época Moderna é, efetivamente, muito mais amplo e complexo do que o dos tempos anteriores: porque resultava e se encontrava na confluência das encruzilhadas que marcaram a moldura das reformas, acentuadas nos finais da Idade Média, e da Reforma Protestante, que fraturando a Cristandade europeia, acentuou irremediavelmente o fosso e as clivagens entre as manifestações de práticas e de cultos; porque não poderá, naturalmente, ser dissociado do contexto da Contrarreforma, que, gizando uma estratégia que visava o disciplinamento de todas as esferas da sociedade³, estimulou a proliferação de «Vidas» de santos, beatos, veneráveis e varões e mulheres «ilustres em virtude», de pendor exemplar e normativo, propostos como pautas modelares para imitação dos fiéis e dos leitores, impondo-as como uma espécie de «literatura alternativa» sobretudo face à prosa de ficção, considerada lasciva e desonesta, e, como tal, desadequada para mulheres e jovens⁴; porque tentava responder às renovadas exigências da pastoral dos tempos pós-Trento, assim como relevava da centralidade que a «santidade», enquanto referente, adquire, em um

¹ DELUMEAU, 1973; DELUMEAU & COTTRET, 1996; CUNHA, 2002; COTTRET, 2010; KRUMENACKER, 2017.

² CARDOSO, 1666: 12.

³ CAFFIERO, 1994: 265-278; KNOX, 1994: 69-99; PROSPERI, 1994: 3-48.

⁴ Importa lembrar que esta condenação da leitura de obras profanas era, aliás, ancestral. Com efeito, já o imperador Juliano, em 363, dirigiu, enquanto pontífice máximo responsável pelas reformas do clero pagão, uma missiva ao primeiro sacerdote da Ásia Menor, na qual proíbe aos sacerdotes a leitura de novelas amorosas (*erotikai hypotheseis*), pois despertavam as paixões humanas. Cf. GARCÍA GUAL, 1988: 45. De uma vasta bibliografia sobre esta problemática, remetemos para: ANDRADE, 1955: 455-457; BATAILLON, 1995: 609-698; ALMEIDA, 1998; OSÓRIO, 2001: 9-34; BLASCO, 2005; SANTOS, 2012.

quadro que extravasa o domínio religioso para o político, inscrevendo-se em uma lógica de prestígio, no xadrez dos reinos católicos europeus⁵.

A leitura das fontes respigadas permite-nos afirmar que a revisitação dos exemplos modelares desses religiosos estrangeiros e exilados se inscreve em uma moldura que tende, no século XVII e na primeira metade do século XVIII, a exaltar a identidade católica do reino de Portugal, que, acentuando a sua excelência e o seu prestígio, o tornavam um reino eleito por Deus e, como tal, distinto dos demais. Neste sentido, importa não perder de vista que, na Europa, antes da eclosão do sentimento nacional e das concepções de nação que se impuseram, sobretudo, nos séculos XVII e XVIII, «existia, no topo, uma identidade de *respublica christiana*»⁶. As solidariedades e as distinções exigidas pela catolicidade cruzavam, assim, o interior das nações e dos reinos. No caso português, a identidade católica reforça-se com o tópico, de larga repercussão, «do carácter providencial da nação portuguesa». Com efeito, esta fora, desde sempre, favorecida com dons divinos e distinguida por sinais de eleição, que se traduziram na aparição de Cristo ao rei fundador da nacionalidade, na véspera da Batalha de Ourique, e na missão que lhe foi «divinamente» destinada, ou seja, a intensa evangelização concretizada em espaços que se estenderam desde África até ao Oriente e ao Brasil, presente em obras tão diferenciadas quanto as crónicas quatrocentistas ou o «profético» e «paradigmático» livro de cavalarias que João de Barros intitulou *Crónica do imperador Clarimundo donde os reis de Portugal descendem* (1522), que, na linha da fortuna do *Amadís de Gaula* (1508), de Garci Rodríguez de Montalvo, enaltecia e exaltava a monarquia portuguesa, muito especialmente a figura do rei D. Manuel I, enquanto paladino do ideal peninsular de alargamento da Fé e do Império⁷.

Por outro lado, assistiu-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, não apenas em Portugal, como também em outros reinos europeus, a um investimento no sentido da construção de uma História da «santidade territorial», para utilizarmos a expressão proposta por Henri Fros, enquanto complementar da História política e institucional e que, nesse sentido, permitiria a Portugal rivalizar com outros territórios europeus, que se vangloriavam de terem mais santos nos altares⁸. Deste modo, não nos deve causar estranheza que os autores portugueses utilizassem vários e diversos critérios de «patrialidade», como o declina, a título de exemplo, Jorge Cardoso no *Agiologio Lusitano*: a dignidade, o local de nascimento, o local da morte e a posse de relíquias, que, dado o seu carácter «movediço», permitiram e conduziram a várias usurpações e confusões no que respeita à nacionalidade dos santos. É nesse sentido que os casos dos

⁵ GAJANO & MICHETTI, *a cura di*, 2002.

⁶ SILVA & HESPANHA, 1993: 20. Cf. também: TALLON, 2007: IX-XVIII; BETHENCOURT & CURTO, *org.*, 1991; MATTOSO, 2008.

⁷ PAIXÃO, 1996.

⁸ FROS, 1982: 729-735; FERNANDES, 1996: 25-68; FERNANDES, 2002: 227-240; CALIÒ & RUSCONI, *a cura di*, 2011.

religiosos estrangeiros passam a ser incluídos nessas obras, tanto mais que, se recordarmos os argumentos utilizados pelos autores, só com a sua vinda para Portugal e com a segurança que se vivia neste reino eles conseguiram «corporizar» a sua santidade...

Por outro lado, a inclusão das «Vidas» destes religiosos estrangeiros nas crónicas das várias ordens religiosas mostra o quanto estas investiram na promoção dos «seus santos», materializando, assim, uma estratégia que visava a afirmação do seu prestígio — não raras vezes envolto em uma certa nostalgia das origens... — e de uma legitimidade específica. Como já acentuou Zulmira Santos⁹, a visibilidade — e, muitas vezes, a sobrevivência... — das várias ordens e congregações religiosas tendia a apoiar-se na «santidade» dos seus membros, como, de resto, nos dão conta as «Vidas» modelares que as suas crónicas, muito compreensivelmente, integram.

Deste modo, começaremos por centrar a nossa atenção nos casos de várias religiosas capuchas, oriundas dos Países Baixos, utilizando como fontes a *Relación de como se ha fundado en Alcántara de Portugal, junto a Lisboa, el muy devoto monasterio de N. Señora de la Quietación* (Lisboa, 1627) de soror Catarina do Espírito Santo e dedicada a soror Margarita de la Cruz (filha de Maximiliano II e de D. Maria de Áustria) e o *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso.

Os Países Baixos mostraram-se bastante permeáveis às correntes e doutrinas da Reforma, apesar das tentativas encetadas por Carlos V para refrear a sua expansão. No entanto, a Reforma continuou a evoluir nessa área, muito devendo à ação de Guy de Brès, que exerceu um papel significativo no domínio da divulgação das doutrinas calvinistas. Mas a história do protestantismo nos Países Baixos não poderá, naturalmente, ser dissociada da sua história política, em que se confrontaram, no período compreendido entre 1568-1648, a soberania de Espanha e os interesses da nobreza daqueles territórios. Com efeito, a Espanha tentou reconquistar para o catolicismo aquelas importantes regiões, galvanizando tensões e conflitos: é, de resto, neste enquadramento que Filipe II decide enviar para os Países Baixos o Duque de Alba, capitaneando um forte exército, para castigar os «rebeldes calvinistas». A ambiência repressiva, também por parte dos protestantes, foi-se agudizando: neste sentido, bastará lembrar que, entre julho de 1578 e outubro de 1582, os protestantes calvinistas destruíram todas as igrejas e conventos da cidade de Amsterdão. Um dos conventos que foi completamente destruído foi o de Alkmaar, na atual Holanda, onde haviam professado algumas das religiosas que buscarão asilo em Portugal, entre as quais se contam soror Joana de S. Miguel (f. 1599)¹⁰ e soror Isabel dos Santos (f. 1617)¹¹, ambas naturais de Bruxelas, soror Isabel Batista (f. 1623)¹² e soror Isabel

⁹ SANTOS, 2009: 249-261.

¹⁰ CARDOSO, 1652: 181-182.

¹¹ CARDOSO, 1652: 69-70.

¹² CARDOSO, 1652: 69-70.

de S. Bernardo (†1601)¹³, ambas naturais de Malines. Deste modo, torna-se compreensível que a situação se fosse agudizando para os religiosos católicos. Nas notícias de muitas destas religiosas, recolhidas no *Agiologio Lusitano*, vemos que algumas delas estiveram mesmo em risco «de perder a vida a fio de espada»: deste modo, viram-se obrigadas a abandonar os seus conventos e a encetar um percurso de vida pautado por uma mobilidade constante, buscando asilo e proteção em cidades como Malines, Antuérpia, Ruão, entre outras, até que viessem para Portugal. A título de exemplo, talvez valha a pena evocar o caso de soror Bárbara da Cruz¹⁴, natural de Lovaina e professa no Convento de Antuérpia, que, devido às perseguições dos «hereges», fugiu para Ruão; acabaria por se juntar a outras companheiras que andavam «desterradas por aquelas partes» com o seu confessor, Fr. Estêvão Fox¹⁵. Este religioso franciscano era natural de Londres e foi confessor em vários conventos de religiosas clarissas na «Alemanha baixa»: por isso foi «mui perseguido dos hereges, & desterrado juntamente com ellas para varias partes do Norte»¹⁶; chegou mesmo a estar escondido com as religiosas, durante dois anos, no Convento de Antuérpia, «em tempo» do príncipe Guilherme I de Orange-Nassau. O convento era visitado todos os meses pelos protestantes, para controlar a existência de frades e de clérigos: Fr. Estêvão Fox sempre conseguiu escapar, porque se escondia num «entreforro do Choro»¹⁷. Fugindo de Ruão, Fr. Estêvão Fox e as religiosas que o acompanhavam acabaram por ir para a Biscaia, onde residiram cinco meses, em uma moldura pautada por uma pobreza extrema; perante esta complexa situação, vêm para Lisboa.

De facto, foi tentando dar resposta a este problema, que era religioso, mas também, de certo modo, moral — pois era urgente encontrar um enquadramento válido para estas mulheres consagradas à vida religiosa — que Filipe II decide fundar o Convento de Nossa Senhora da Quietação, em Alcântara, em Lisboa, para acolher o primeiro grupo de religiosas capuchas, oriundas dos Países Baixos, que tinham chegado a Portugal, em 1582: daí esta casa religiosa ter ficado também conhecida pela designação «Convento das Flamengas». A sua construção iniciou-se em 1582 e terminou em 1586.

Nos três primeiros tomos do seu *Agiologio Lusitano*, Jorge Cardoso fixa, através do registo escrito, a memória, envolta em uma aura de «santidade», de algumas destas religiosas flamengas que buscaram asilo em Portugal. Mas, simultaneamente, declina, nesses relatos, várias notícias, de natureza histórica, que nos permitem perceber os moldes em que se inscreveu a vinda de muitas dessas mulheres para o reino português. Uma dessas religiosas foi soror Catarina do Espírito Santo (†1642). Nasceu em Espanha e, ainda muito jovem, professou no convento de religiosas capuchas em Ostrat, na região

¹³ CARDOSO, 1666: 11-12.

¹⁴ CARDOSO, 1666: 805.

¹⁵ CARDOSO, 1666: 553.

¹⁶ CARDOSO, 1666: 553.

¹⁷ CARDOSO, 1666: 553.

«onde padeceo terríveis persecuções dos hereges, guardandoa sempre Deos milagrosamente de muitos, & notaueis perigos, não menos d'ama, & vida, que da honra»¹⁸. Mas a sua condição social parece ter funcionado também como um fator que contribuiu para que soror Catarina do Espírito Santo conseguisse escapar desta ambiência pautada pela insegurança e pela perseguição: lembremos que esta religiosa era filha de D. Luís Carrilho, governador de Brabante, e será devido a este facto que Filipe II lhe dará ajuda de custo para a tirar do perigo, no Brabante, e a trazer a Lisboa, em 1582, sendo recolhida no Convento de Nossa Senhora da Quietação¹⁹. De resto, será esta religiosa a autora da história da fundação deste cenóbio feminino, editada em 1627.

Pesem embora os matizes que enquadram e configuram o contexto da produção de natureza hagiográfica, o modelo de «santidade» espelhado nestes textos — e que se manteve comum desde os finais do século XVI e durante o século XVII —, declinado, a título de exemplo, nos casos de soror Catarina do Espírito Santo²⁰, soror Isabel dos Santos (f. 1617)²¹, soror Isabel Batista (f. 1623)²², soror Joana de S. Miguel (f. 1599)²³ ou da madre Luísa da Vitória († 1635)²⁴ — é aquele que, não obstante alguns matizes, se manteve comum e predominante ao longo do século XVII português: um paradigma (que é tanto masculino, como feminino) calibrado pela prática de penitências e mortificações, escorado na capacidade de sofrimento e no rigor e crueza das disciplinas, na frequência e continuidade quase obsessivas da prática sobretudo da oração mental e das «virtudes heróicas» e na devoção à Paixão de Cristo²⁵.

Em todo o caso, parece-nos que também valerá a pena realçar o facto de, apesar de o género hagiográfico ter vindo a receber, desde o século XVI, «sopros de renovação», potenciados pela crescente preocupação filológica, arqueológica e historiográfica, direccionada para uma investigação rigorosa das fontes, no sentido de conferir aos relatos uma maior historicidade — lembremos, a título de exemplo, as críticas a muitos dos relatos divulgados pela *Legenda Aurea*, feitas sobretudo por Lutero e pelos reformados —, para a qual já havia chamado a atenção Erasmo (no sentido de uma maior crítica de fontes e rigor filológico)²⁶, e de que é claro exemplo o contributo dado, posteriormente, pelos bolandistas²⁷ e os beneditinos de Saint-Maur, num movimento de erudição eclesiástica²⁸, a maior parte dos autores não descurava elementos que se inscreviam na moldura do

¹⁸ CARDOSO, 1652: 34.

¹⁹ CARDOSO, 1652: 34-35, 42.

²⁰ CARDOSO, 1652: 34-35.

²¹ CARDOSO, 1652: 69-70.

²² CARDOSO, 1652: 69-70.

²³ CARDOSO, 1652: 181-182.

²⁴ CARDOSO, 1657: 543-544.

²⁵ CARVALHO, 1970: 47-70.

²⁶ CAVALLOTTO, 2009: 17-64.

²⁷ GORDINI, 1991: 49-73.

²⁸ NEVEU, 1994.

«maravilhoso», porque sabiam irem ao encontro do gosto e do entretenimento dos leitores... Disso é exemplo o caso da madre Maria de S. Jerónimo (†1616): «sendo secular, não lembrada do voto de castidade, que tinha consagrado ao diuino Sposo, apalaurada já, & contratado o casamento com pessoa de igual qualidade, lhe appareceo a Virgem Senhora, a qual olhando para ella, disse: *Basta Maria, que não cumpres o voto, que prometteste a meu Filho*»²⁹. Maria foi ter com o seu confessor e este aconselha-a a optar pelo estado religioso, apesar da oposição familiar e da oposição do pretendente³⁰.

Neste enquadramento, parece-nos que valerá a pena destacar o facto de algumas destas religiosas, apesar das perseguições que sofreram e dos exílios a que foram obrigadas, terem conseguido conservar, sem que sofresse qualquer tipo de acidente até à sua vinda para Portugal, uma imagem da Virgem Maria, sob a invocação de «Nossa Senhora de Monteagudo», que tinham trazido de Brabante, à qual se atribuíam vários milagres obrados sob sua intercessão. Disto nos dá conta a obra intitulada *Historia dos Milagres que Deos nosso Senhor foy servido obrar por meyo da Sagrada Imagem de Nossa Senhora do Monte Agudo* (Lisboa: por Miguel Manescal, 1694), que tinha como base a tradução castelhana que, por sua vez, era uma versão da obra de Philip Numan, intitulada *Histoire des miracles advenus á l'intercession de la glorieuse Vierge Marie au lieu dit Mont-Aigu vers la ville de Sichen au duché de Brabant* (Bruxelas, 1604), por Manuel de Coimbra, que retoma e reatualiza um *topos* recorrente na literatura religiosa e de devoção: o da imagem que é escondida para escapar à ameaça causada pelos «inféis»³¹. Conta-nos Manuel de Coimbra que algumas religiosas oriundas de Brabante, «por não encontrarem [asil]o em Zelanda, França, & Biscaya, confiadas na zelosa piedade, que o mundo todo reconhece, & experimenta da nação Portuguesa, dirigindo sua derrota a esta cidade de Lisboa, entrarão nella no anno de 1582»³². Estas religiosas foram, como já referimos, recolhidas no Convento de Nossa Senhora da Quietação, mandado construir por Filipe II, que confiou a Gonçalo Pires Carvalho as questões relacionadas com o local e as obras com vista à construção do edifício. Como ato de gratidão, as religiosas ofereceram a Gonçalo Pires Carvalho uma «devota Imagem de nossa Senhora, com o titulo de Monteagudo, que salvarão do furor Hollandez»: de acordo com Manuel de Coimbra, «tem muita probabilidade que seja a primeira, que floreceo em milagres no seu primeiro sitio de Monteagudo: porque faltando delle no anno de 1580 [...] & entrando nesta Cidade

²⁹ CARDOSO, 1657: 231.

³⁰ CARDOSO, 1657: 231-232.

³¹ São, de resto, abundantes os exemplos de imagens que foram escondidas, durante a época da dominação muçulmana, e que depois são achadas na Idade Média ou já nos séculos XVI e XVII, divulgados por muitos textos ao longo da Época Moderna.

³² COIMBRA, 1694: X.

dahi a dous annos, bem se pòde crer que era a desaparecida»³³. Segundo o mesmo autor, no ducado de Brabante, em um local chamado Montaigu (Scherpenheuvel, em flamengo), foi encontrada uma pequena imagem da Virgem Maria, pendurada em um carvalho. Um pastor, que levava o gado a apascentar nessa zona, encontrou a imagem no chão³⁴. No entanto, não deixa de causar estranheza o facto de as religiosas flamengas não terem oferecido a imagem ao rei Filipe II que era, como é sabido, um ávido colecionador de relíquias: bastará de resto lembrar que foi mandatário de uma viagem, levada a cabo por Ambrosio de Morales, tendo em vista o recenseamento das relíquias autênticas de santos antigos, conservadas no noroeste de Espanha, e a sua translação para o Mosteiro do Escorial³⁵.

Segundo Manuel de Coimbra, a imagem, desde a sua chegada a Portugal, «conseruou-se na casa do ditto Gonsalo Pires Carvalho com toda a veneração [...] até que no anno de 1692 Lourêço Pires Carvalho seu neto lhe fez hũa pequena ermida na sua quinta junto a Penha de França»³⁶, que, desde a sua fundação, começou a ser visitada por inúmeros peregrinos, atraídos pela fama dos milagres que a Virgem Maria obrava, por intermédio desta imagem.

Muito próximo de várias destas religiosas que aqui evocámos deverá ter sido o arrábido Fr. João das Chagas, por antonomásia «o Flamengo», que, de acordo com Fr. José de Jesus Maria, no seu *Espelho de Penitentes ou Crónica de Santa Maria da Arrábida* (1737) era várias vezes chamado pelas religiosas flamengas ao seu Convento de Alcântara «para as ouvir de confissão; e obrigadas da pontualidade com que as servia, não cabendo pequena parte ao motivo de serem todos naturaes, lhe mandavão vários mimos de doces»³⁷, que distribuía depois pelos pobres; de resto, ele seria o autor do «Prólogo» e do «Epílogo» que acompanham a *Relación* que narra a fundação do convento.

Fr. João das Chagas nasceu em Culemborg, na atual Holanda (mas, à época, pertencente aos estados de «Alemanha baixa»), filho de pais nobres e católicos, «almas isentas de heresias»³⁸. Ainda que os capítulos dedicados a Fr. João das Chagas apontem para a sua predestinação divina, desde a infância, a sua «santidade», ornada pelas suas «virtudes heroicas» e ortodoxia da fé, só se corporizará, porque este veio para a província da Arrábida, exaltando assim a sua excelência e o prestígio, que se escoravam, em larga medida, na estrita observância da regra do seráfico fundador da ordem: «e elle deve à

³³ COIMBRA, 1694: XI. A imagem que se encontrava em Scherpenheuvel-Zichem, na região de Brabante, desapareceu e só seria reencontrada em 1587. A partir do seu «achamento», começa a divulgar-se amplamente, em boa medida graças à acção de soldados espanhóis que se encontravam na região e dos seus confesores jesuítas, a fama de que, por sua intercessão, eram operados inúmeros milagres. Os arquiduques Alberto e Isabel, soberanos dos Países Baixos, serão devotos deste santuário e atribuirão a reconquista de Ostende à Virgem de Montaigu. Cf. DUERLOO, 2017: 309-311.

³⁴ COIMBRA, 1694: 2.

³⁵ ÉDOUARD, 2003: 33-59.

³⁶ COIMBRA, 1694: XI.

³⁷ JESUS MARIA, 1737: 88.

³⁸ JESUS MARIA, 1737: 76.

Provincia o darlhe os originaes para copiar em si as virtudes, de que se enriqueceo»³⁹. Foi através de uns «soldados Hespanhoes que militavão no exercito de que era general o Duque de Alba» que Fr. João das Chagas, professo no convento de religiosos franciscanos em Lovaina, ouviu falar do «grande rigor de vida que se observava nas províncias descalças de Hespanha»⁴⁰. Como nos conta o cronista, Fr. João das Chagas «continuava a idea em buscar meyo para conseguir fim tão desejado, e encontrando sempre com as mesmas difficuldades, desafogava o coração com suspiros, dizendo continuamente: *Arrabida Sancta, trahe me ad te, in odorem curremus unguentorum tuorum*»⁴¹. Nessa época, residia no Convento de Lovaina D. Fulgêncio de Bragança, filho de D. Jaime I, duque de Bragança e de sua segunda mulher, D. Joana de Mendonça, e prior da colegiada de Santa Maria de Guimarães, que, dada a debilidade física de Fr. João das Chagas, o tentou persuadir a optar pela província da Piedade...

O autor do *Espelho de Penitentes* constrói um retrato de Fr. João das Chagas pautado pela valorização das virtudes heroicas, das práticas espirituais e devotas, especialmente da oração mental. Fr. José de Jesus Maria revisita mesmo um episódio em que Fr. João das Chagas tentou converter uns marinheiros flamengos, mas estes chamaram-lhe «rebelde». Mas parece-nos que valerá a pena realçar alguns aspetos que nos mostram outras facetas: nas visitas aos conventos, castigava os coristas que não lhe davam notícia das suas doutrinas, dilatava-lhes o coristado, atrasando-lhes o tempo de tomarem ordens⁴².

A hostilidade dos calvinistas para com os religiosos dos Países Baixos declina-se também no caso de Fr. Rodrigo de Jesus, natural de Amsterdão e filho de pais católicos. De acordo com Fr. José de Jesus Maria, no *Espelho de Penitentes*, Fr. Rodrigo de Jesus viveria quase toda a sua vida (cerca de 70 anos) no Convento de Alferrara, perto de Setúbal (faleceu em novembro de 1718), pois os superiores da província consideraram que ele poderia, nessa zona, «zelar pelo bem espiritual dos seus naturaes», ou seja, confessar os católicos holandeses que vinham ao porto de Setúbal carregar «frotas de sal e outros frutos da terra, e nisto fazia grande, e continuado serviço, pois nelle achavão prompto o remedio das suas almas, servindo ainda aos mesmos hereges da equipagem dos navios de grande edificação pelo raro exemplo, que lhes dava com a modéstia da sua pessoa, e parcimónia no comer, e beber, virtude entre elles pouco usada; de cuja edificação resultava darem-lhe esses hereges algumas vezes esmolas mais copiosas, do que os mesmos Catholicos»⁴³.

Naturalmente, não foram apenas os religiosos capuchos oriundos da Flandres que buscaram asilo em Portugal: assim o testemunha a chegada a Lisboa de um grupo

³⁹ JESUS MARIA, 1737: 75.

⁴⁰ JESUS MARIA, 1737: 76.

⁴¹ JESUS MARIA, 1737: 77.

⁴² JESUS MARIA, 1737: 82-83.

⁴³ JESUS MARIA, 1737: 855.

de religiosas brigittinas inglesas em 1594. Mas o seu acolhimento não se processou nos mesmos moldes, sobretudo no que diz respeito às infraestruturas disponibilizadas para o seu acolhimento... E, nesse sentido, o facto de estas religiosas não serem oriundas de territórios que pertenciam à Coroa espanhola poderá funcionar como tentadora explicação... Fugindo às perseguições religiosas em Inglaterra, muitas religiosas partem para a Flandres onde, não encontrando segurança, se mudam sucessivamente para outros locais, chegando a Lisboa em maio de 1594⁴⁴. Depois de um período de cerca de meia década no Convento da Esperança, onde foram acolhidas, instalam-se no início de Seiscentos em umas «casinhas», «velhas, & pequenas, que mais pareciam refugio de Ermitães de hum ermo, que domicilio para accômodar tão grande numero de Religiosas desterradas»⁴⁵. De acordo com Fr. Agostinho de Santa Maria, estas religiosas viviam «com grande pobreza, & faltas do necessário. Tinhão para lho procurar pela Cidade, hũa Beata, que com charidade as servia. Para isto trazia hũa caixinha, & nella pintada hũa Imagem de S. Brizida, Mãe, & Fundadora desta Ordem»⁴⁶. Seria a partir dessas casinhas que lhes haviam sido cedidas, que começariam a construir o seu cenóbio, ou seja, o Convento de Santa Brígida do Mocambo, também conhecido como Convento das Inglesinhas, que será destruído por um incêndio em agosto de 1651. Devido a esta circunstância, será, mais tarde, construído um novo convento para albergar as brigittinas: mas os meandros em que se inscreve a sua fundação mostra-nos a dificuldade que muitas ordens religiosas encontravam quando pretendiam construir novas casas, situação que condicionava, sobremaneira, a sua própria sobrevivência. Disso nos dão conta alguns capítulos da *Historia da vida admiravel, e acçoens prodigiosas da veneravel Madre Sor Brizida de Santo Antonio* (Lisboa, 1701) de Fr. Agostinho de Santa Maria, uma brigittina portuguesa que se tornou uma espécie de «oráculo de corte», graças ao seu dom da profecia. D. João IV não queria conceder mais licenças para a fundação de novos conventos e mosteiros e só dará a permissão para a construção do convento, porque, entretanto, adoece gravemente, quando se encontrava em Salvaterra, e a rainha D. Luísa de Gusmão, que mantinha uma relação de grande proximidade com a madre Brígida, pede ao marido que este lhe dê a licença que lhe pediu, que logo por intermédio desta religiosa Deus dar-lhe-ia a saúde que todos desejavam. D. João IV dá, finalmente, a licença, recupera e vai pessoalmente levar o despacho a soror Brígida de Santo António⁴⁷.

⁴⁴ De resto, Jorge Cardoso relata-nos mesmo o caso de soror Isabel Arte, uma inglesa que andou desterrada durante 37 anos (CARDOSO, 1666: 819).

⁴⁵ SANTA MARIA, 1701: 15-16.

⁴⁶ SANTA MARIA, 1701: 16.

⁴⁷ SANTA MARIA, 1701: 214. Outras notícias podem ser conhecidas através das *Noticias fielmente relatadas dos custosos meyo por que veyo a estes a religião brigittana* (1745), de soror Madalena de São Pedro.

Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, recupera alguns casos de religiosas inglesas que, devido à ambiência de intolerância a que se assistiu nos reinados de Henrique VIII e de sua filha Isabel I, se viram obrigadas a procurar asilo em outros reinos: alguns casos estão mesmo eivados de um forte dramatismo, como o ilustra o exemplo de soror Joana (†1607)⁴⁸, que foi uma das primeiras religiosas inglesas que vieram para Portugal. Já viúva, «andando desterrada em Inglaterra (sua patria) por causa da persecução de Henrique VIII desejava de professar na Ordem de S. Brígida, vendo que suas religiosas eram já partidas para Flandres, se dispôs a ir buscallas com galharda resolução, porque dissuadida de seus parentes com urgentes razões, para que desistisse da empresa, até (depois de embarcada) trazerem-lhe á vista dous charos penhores, que parira de hum ventre, os quaes abrindo-se com choro, pelo leite, que em fio lhe corria dos peitos; ella (como outra S. Paulina) mandou dar à vela, sem se mover a compaixão, como se fora de bronze»⁴⁹.

As «Vidas» de religiosas inglesas incluídas nos vários tomos do *Agiologio Lusitano* declinam também o modelo de santidade, ou pelo menos, de vida cristã perfeita comum ao longo do século XVII e da primeira metade do século XVIII em Portugal. Evoquemos o caso de soror Ângela (†1625), em cujo relato biográfico pontificam a prática das virtudes heroicas e da devoção a Cristo e à Virgem Maria. Conversa, serviu, durante 50 anos como rodeira, primeiro em Inglaterra e depois em Lisboa, «pobre e caritativa», mostrando como o exercício da virtude da pobreza e a prática da esmola se configuram como vias de santificação por estes tempos. Conta-nos também Jorge Cardoso que «no tempo da peste grande viu, que hum Anjo, por mandado de Deos, lançaua quantidade de brazas accezas por toda a cidade, reservando este conuento, de que ficou mui consolada, obseruandose depois, que todas as religiosas della, desempararão os seus, & só as Inglesinhas ficarão»⁵⁰ e que «gastava logo os dias inteiros, escrevendo somente os dulcíssimos nomes de Iesu, & de Maria, & assi quando falleceo tinha resmas, & resmas de papel, ocupadas nesta matéria, já pelo numero dos açoutes, já pelo dos espinhos, já pelas horas, que viueo andando no mundo, já pelas lagrimas que a Virgem Senhora derramou nesta vida»⁵¹. Faleceu em 1625.

As práticas penitenciais e mortificatórias, envoltas em uma certa aura de espetacularidade⁵² que os tempos do Barroco tanto valorizaram, destacam-se na breve notícia biográfica da brigítina soror Joana. Chegada a Flandres, tomou o hábito na «Prouincia de Barbancia, & aquella que até então era nojentissima, pois para beber hum vaso de agoa, não se contentava, que as criadas o enxugassem», «na religião se trocou de modo que bebia por huma enfusa bolorenta, na qual lançaua cascas de laranja, mostarda, vinagre, & outras cirandages deste lote, para se mortificar, cõ que andaua contentíssima»⁵³.

⁴⁸ CARDOSO, 1657: 160.

⁴⁹ CARDOSO, 1657: 160-161.

⁵⁰ CARDOSO, 1657: 54.

⁵¹ CARDOSO, 1657: 54-55.

⁵² LE BRUN, 1989: 77-90.

⁵³ CARDOSO, 1657: 161.

Nesta moldura, parece-nos que não será despidiendo destacar o caso de Francis Tregian (1548-1608), um nobre inglês católico, por antonomásia «The Recusant», como o designa a historiografia anglo-saxónica⁵⁴. Francis Tregian destacou-se como acérrimo opositor ao anglicanismo, restaurado pela última monarca da dinastia Tudor, Isabel I. É bem sabido como os católicos ingleses foram alvo de perseguições, durante o reinado da filha mais nova de Henrique VIII: e por isso Francis Tregian «recolhia em sua casa (não obstante a proibição em contrario) os sacerdotes Catholicos, que andauão occultos em Inglaterra» e que «despendia largas esmolos, & fazia grandes gastos em continuas hospedages de peregrinos, & forasteiros, sustentando cõ abundancia das portas a dentro, mais de settenta pessoas»⁵⁵. Esta situação acabaria por ditar a sua prisão, que se prolongaria ao longo de 28 anos. Depois do perdão de Jaime I de Inglaterra, Tregian esteve em Madrid, onde desfrutou de uma pensão de Filipe III; recorrendo à benignidade do monarca castelhano, veio para Lisboa e esteve próximo dos jesuítas de São Roque, onde se confessava, comungava e tomava disciplina, onde veio a falecer, em 1608. Tendo sido sepultado na Igreja de S. Roque, em Lisboa, com o hábito de S. Francisco, o seu corpo seria, 17 anos mais tarde, exumado, para que nesse local sepultassem outra pessoa: encontraram-no «sem pagar tributo a corrupção, cõ cabellos ainda na cabeça, & barba, língua rubicunda, & bocca pouoada de dentes, vnhas nas mãos, & pés, braços, & sustinentes flexiueis, entranhas, & intestinos ilesos». Jorge Cardoso declarou «ser testemunha de muitas cousas» que referia, «em cujo sancto corpo se fizerão grandes experiencias, apalpandoo, & dobrandoo, atè se lhe ver o interior, com hum golpe, que se deu na carne, de que todos julgarão, & jurarão, que aquella incorruptibilidade, não podia ser por causas naturaes, senão por superiores»⁵⁶.

⁵⁴ Entre uma vasta bibliografia, veja-se: TRUDGIAN, 1998.

⁵⁵ CARDOSO, 1657: 712, 717.

⁵⁶ CARDOSO, 1657: 717. Valerá a pena evocar o testemunho de SOARES, no seu *Memorial*, 1953: 476-477, a propósito desta inusitada descoberta: «Estando tudo neste estado aconteceu o que se segue e é de saber que quando a Rainha de Inglaterra perseguia os cristãos prendeu um grande Sr. Inglês o qual era Sr. de vassalos por ser catolico e o teve prezo vinte e oito anos a cabo dos quais fugiu e se veio a esta cidade (Lisboa) e sabendo elRey como era Sr. de vassalos e muito catolico e a Rainha lhe tomara seu estado lhe mandava dar nesta cidade sessenta cruzados cada mês o qual fazia vida Santa e Religiosa continuando com os padres da companhia de São Roque onde se confessava e comungava e tomava sua disciplina como os padres a tomavam e havendo dezassete anos que era falecido e enterrado em São Roque abrindo a cova vespera de São Marcos do ano de 1625 — que foram 24 do mês de Abril da dita era acharão o corpo deste Ingles todo inteiro sem corrupção nenhuma com todos os cabelos da cabeça e barba e dos peitos orelhas boca nariz dentes pés e pernas unhas olhos sobranceiras tudo tão inteiro e tão são e tão composto como o era estando vivo e tinha os braços cruzados como se enterram os defuntos, o direito sobre o esquerdo e se lhe erguiam o braço direito ele mesmo se tornava abaixar e por como estava em crus — tinha mais todo o lençol e habito de São Francisco com que fora enterrado. Com isto como se nunca o tivera e somente nas suas partes vergonhosas lhe deixou Deos hum pedaço de habito que lhas cobria todas tão novo e tão são como se naquela ora o comprarão na logia. O qual Inglês se chamava Dom Francisco Turon e velo estar tão inteiro havendo 17 anos que era enterrado era o mor espectaculo de ver que ver se podia foi tão grande o numero de gente que da cidade e do termo acudiram a ver este homem que arrombavam portas e tudo e tocavam todos suas contas e lenços nele por muito grandes reliquias levando todos terra da sua cova por reliquias a qual cheirava muito bem e verificadamente da sua terra reliquias faziam milagres».

Por tudo isto, os casos evocados mostram-nos como a literatura de pendor hagiográfico e biográfico devoto editada em Portugal, ao longo dos séculos XVII e XVIII, soube «habilmente» aproveitar os casos de religiosos que se viram obrigados a abandonar os seus territórios de origem para concretizar uma estratégia — de resto, em sintonia com o contexto europeu — que visava aumentar o número de santos ou, pelo menos, de varões e mulheres «ilustres em virtude» — declinando o peso de que se reveste o registo escrito para a fixação da memória de *fama sanctitatis* —, que poderá ser tanto ou mais sintomático, se tivermos em conta que, no xadrez internacional, a santidade funcionou como um referente de prestígio, estimulando a emergência de uma moldura pautada por rivalidades várias, na medida em que os vários territórios católicos se vangloriavam de possuírem um grande número de santos, que muito glorificavam a Igreja Católica. Por outro lado, estes textos declinam a imagem de Portugal como um reino cuja identidade se escora na sua matriz católica. Além disso, importa também notar como as várias ordens religiosas promoveram a «santidade» destes religiosos estrangeiros, concretizando estratégias de afirmação e de comunicação interna...

Assim, tendo em conta este universo, pretendemos, na medida do possível, «destacar» alguns dos possíveis caminhos de investigação no domínio da literatura e da história da espiritualidade. Mas esta moldura permanece ainda bastante opaca e poderá, talvez, tornar-se mais clara, à medida que outra documentação e outras fontes ainda inéditas permitam a comparação de dados.

FONTES

- CARDOSO, Jorge (1652) — *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varões Ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Lisboa: na Oficina Craesbeeckiana, tomo I.
- (1657) — *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varões Ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Lisboa: por Henrique Valente de Oliveira, tomo II.
- (1666) — *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varões Ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, tomo III.
- COIMBRA, Manuel de (1694) — *Historia dos Milagres que Deos nosso Senhor foy servido obrar por meyo da Sagrada Imagem de Nossa Senhora do Monte Agudo*. Lisboa: por Miguel Manescal.
- ESPÍRITO SANTO, Soror Catarina do (1627) — *Relación de como se ha fundado en Alcántara de Portugal, junto a Lisboa, el muy devoto monasterio de N. Señora de la Quietación*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck.
- JESUS MARIA, Fr. José de (1737) — *Espelho de Penitentes e Chronica de Santa Maria da Arrabida em que se manifestam as Vidas de muitos Santos Varoens de abalizadas virtudes, e outros que pella verdade da Fé sacrificarão as Vidas destruidas por todos os dias do anno*. Lisboa: na Oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de (1701) — *Historia da vida admiravel, e acçoens prodigiosas da veneravel Madre Sor Brizida de Santo Antonio*. Lisboa: por Antonio Pedrozo Galrão.
- SÃO PEDRO, Soror Madalena de (1745) — *Noticias fielmente relatadas dos custosos meyo por que veyo a estes a religião brigítana*. Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal da Costa.
- SOARES, Pero Roiz (1953) — *Memorial*. Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida. Coimbra: Universidade de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Isabel (1998) — *Livros portugueses de cavalaria, do Renascimento ao Maneirismo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- ANDRADE, Maria Francisca de Oliveira (1955) — *Reacção quinhentista da Filosofia Moral contra os Romances de Cavalaria*. «Revista Portuguesa de Filosofia. Actas do I Congresso Nacional de Filosofia», tomo XI, vol. II, fascs. 3-4, p. 455-457.
- BATAILLON, Marcel (1995) — *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Trad. de Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica.
- BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, org. (1991) — *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- BLASCO, Javier (2005) — *Cervantes, raro inventor*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos.
- CAFFIERO, Marina (1994) — *Tra modelli di disciplinamento e autonomia suggestiva*. In BARONE, Giulia; CAFFIERO, Marina; BARCELLONA, Francesco Scorza, a cura di — *Modelli di santità e modelli di comportamento. Contrasti, intersezioni, complementarità*. Torino: Rosenberg & Sellier, p. 265-278.
- CALIÒ, Tommaso; RUSCONI, Roberto, a cura di (2011) — *San Francesco d'Italia. Santità e identità nazionale*. Roma. Viella. (Sacro/Santo; 17).
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (1970) — *Evolução na evocação de Cristo sofrente na Península Ibérica (1538-1630)*. In *Homenaje a Elías Serra Ráfols, II*. La Laguna: Universidad de La Laguna, p. 47-70.
- CAVALLOTTO, Stefano (2009) — *Santi nella Riforma. Da Erasmo a Lutero*. Roma: Viella. (Sacro/Santo; 12).
- COTTRET, Bernard (2010) — *Histoire de la Réforme protestante*. Éditions Perrin.
- CUNHA, Mafalda Ferin (2002) — *Reforma e Contra-Reforma*. Lisboa: Quimera.
- DELUMEAU, Jean (1973) — *Naissance et affirmation de la Réforme*. Paris: PUF.
- DELUMEAU, Jean; COTTRET, Monique (1996) — *Le catholicisme entre Luther et Voltaire*. Paris: PUF.
- DUERLOO, Luc (2017) — *Montaigu*. In HENRYOT, Fabienne; MARTIN, Philippe, dir. — *Dictionnaire historique de la Vierge Marie. Sanctuaires et dévotions, XV^e-XXI^e siècle*. Paris: Perrin, p. 309-311.
- ÉDOUARD, Sylvène (2003) — *Enquête hagiographique et mythification historique. Le «saint voyage» d'Ambrosio de Morales (1572)*. «Mélanges de la Casa de Velásquez. Le temps des saints. Hagiographie au Siècle d'Or/El tiempo de los santos. Hagiografía en el Siglo de Oro», tome 33-2, nouvelle Série, p. 33-59.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1996) — *História, santidade e identidade. O Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso e o seu contexto*. «Via Spiritus», vol. 3, p. 25-68.
- (2002) — *O Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso (†1669): hagiografia, memória, história e devoção na Época Moderna em Portugal*. In GAJANO, Sofia Boesch; MICHETTI, Raimondo, a cura di — *Europa Sacra. Raccolte agiografiche e identità politiche in Europa tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Carocci Editore, p. 227-240.
- FROS, Henry (1982) — *Culte des saints et sentiment national. Quelques aspects du problème*. «Analecta Bollandiana», vol. 100, p. 729-735.
- GAJANO, Sofia Boesch; MICHETTI, Raimondo, a cura di (2002) — *Europa Sacra. Raccolte agiografiche e identità politiche in Europa tra Medioevo ed Età Moderna*. Roma: Carocci Editore.
- GARCÍA GUAL, Carlos (1988) — *Los orígenes de la novela*. Madrid: Ediciones Istmo.
- GORDINI, Gian Domenico (1991) — *L'opera dei bollandisti e la loro metodologia*. In GORDINI, Gian Domenico, a cura di — *Santità e agiografia*. Genova: Casa Editrice Marietti, p. 49-73.
- KNOX, Dilwyn (1994) — *“Disciplina”: le origini monastiche e clerical del buon comportamento nell'Europa cattolica del Cinquecento e del primo Seicento*. In PRODI, Paolo, a cura di — *Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra medioevo ed età moderna*. Bologna: Società editrice Il Mulino, p. 69-99. (Annali dell'Istituto storico italo-germanico; Quaderno 40).

- KRUMENACKER, Yves (2017) — *Luther*. Paris: Ellipses.
- LE BRUN, Jacques (1989) — *Mutations de la notion de martyr au XVII.^e siècle d'après les biographies spirituelles féminines*. In MARX, Jacques, ed. — *Sainteté et martyr dans les religions du livre*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, p. 77-90. (Problèmes d'Histoire du Christianisme; 19).
- MATTOSO, José (2008) — *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva. (Cadernos Democráticos; 1).
- NEVEU, Bruno (1994) — *Erudition et religion aux XVII.^e et XVIII.^e siècles*. Paris: Albin-Michel.
- OSÓRIO, Jorge A. (2001) — *Um «género» menosprezado: a narrativa de cavalaria do séc. XVI*. «Máthesis», n.º 10, p. 9-34.
- PAIXÃO, Rosário Santana (1996) — *Aventura e identidade. História fingida das origens e fundação de Portugal*. Crónica do Imperador Clarimundo: *um livro de cavalarias do quinhentismo peninsular*. Lisboa: FCSH-UNL. Tese de Doutoramento.
- PROSPERI, Adriano (1994) — *Riforma cattolica, Controriforma, disciplinamento sociale*. In ROSA, G. de; GREGORY, T.; VAUCHEZ, A., *a cura di — Storia dell'Italia religiosa*. Roma/Bari: Editori Laterza, p. 3-48. Vol. 2: *L'Età Moderna*.
- SANTOS, Zulmira C. (2009) — *A produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na Época Moderna: questões e perspectivas*. «Lusitania Sacra», 2.^a série, n.º 21, p. 249-261.
- (2012) — *Sobre livros de cavalaria, leituras e leitores nos séculos XVI e XVII*. In MONGELLI, Lênia Márcia, org. — *De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e Américas*. São Paulo: Humanitas, p. 669-677. Disponível em <editora.fflch.usp.br/sites/editora.fflch.usp.br/files/669-677.pdf>.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel (1993) — *A identidade portuguesa*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 18-37. Vol. VI: *O Antigo Regime (1620-1807)*.
- TALLON, Alain (2007) — *Introduction*. In TALLON, Alain, dir. — *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVI.^e et XVIII.^e siècles (France, Espagne, Italie)*. Madrid: Casa de Velásquez, p. IX-XVIII.
- TRUDGIAN, Raymond Francis (1998) — *Francis Tregian, 1548-1608. Elizabethan Recusant, a truly Catholic Cornishman*. Brighton/Portland: Alpha Press.

V

MOBILIDADES
E PENSAMENTO
POLÍTICO: MIGRANTES,
ESTRANGEIROS,
EXILADOS E APÁTRIDAS

UMA BIOGRAFIA COSMOPOLITA DE JOSÉ RELVAS: UM «VIAJOR» ENTRE ARTE, COLECIONISMO E AÇÃO POLÍTICA

JOSÉ RAIMUNDO NORAS*

NUNO PRATES**

Resumo: José Relvas (1858-1929) revelou sempre entusiasmo pelas viagens as quais preparava pormenorizadamente. Do seu périplo a países como Espanha, França, Alemanha, Holanda e Bélgica legou-nos manuscritos inéditos, focados essencialmente na arte e na museologia da época. A escolha de Leipzig, para a educação do seu filho Carlos de Loureiro Relvas (1884-1919), a participação na Exposição do Século, em Paris, no verão de 1900, bem como as diversas idas a Madrid, evidenciam na sua amplitude formativa o impacte identitário desse cosmopolitismo. Através das viagens ganha consistência o seu lugar no país e no mundo, essencial para a afirmação da sua personalidade e sensibilidade culturais e para a definição da sua mundividência.

Enquanto líder republicano, Relvas compreendeu que uma República não sobreviveria isolada no contexto geopolítico da Europa, encetando com Alves da Veiga e Magalhães Lima uma «viagem diplomática» aos centros nevrálgicos de decisão política e económica da sua época: Paris e Londres. Enquanto embaixador em Madrid, a sua grande aspiração foi o incremento de laços entre os dois estados por intermédio de uma política de aproximação cultural e comercial.

As viagens realizadas por José Relvas ajudam a identificar uma personalidade que se afirma pela procura e construção do belo ideal, já não apenas o dos inícios da Idade Moderna, mas sim um novo conceito, do século XX, associado ao homem novo, ao cidadão da República.

Palavras-chave: José Relvas; Viagens; Colecionismo; Mercado de arte; Republicanismo.

Abstract: José Relvas (1858-1929) always showed enthusiasm for voyages which he prepared in detail. From his travels to countries such as Spain, France, Germany, Holland, and Belgium he left us unpublished manuscripts focused, essentially, on the fine arts and the museums of that time. The choice of Leipzig for the education of his son Carlos de Loureiro Relvas (1884-1919), the participation in the Exhibition of the Century in Paris in the summer of 1900, as well as the various trips to Madrid show us an impact of this cosmopolitanism in the formation of his identity. Throughout these voyages, his place in the world becomes consistent with a cultural persona, essential for the affirmation of his sensibility and the definition of his worldviews.

As a Republican leader, Relvas understood that the Portuguese Republic would not survive alone in the geopolitical context of Europe. Together with Alves da Veiga and Magalhães Lima he promoted a «diplomatic trip» of the Portuguese Republican Party to the political and economic decision-making centers of their time: Paris and London. As ambassador in Madrid, his great aspiration was the increase of ties between the two states through a policy of cultural and commercial approaches.

* Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa), doutorando do PIUDHist e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (SFFH/BD/132222/2017). Licenciado em História e mestre em História da Arte pela FLUC. Email: jmrnoras@gmail.com.

** Conservador da Casa dos Patudos — Museu de Alpiarça (CP-MA), desde 2011. Licenciado em História (variante de Arqueologia) e Ramo de Formação Educacional pela FLUC e pós-graduado em Museologia pela Universidade de Évora. Mestrando em Gestão e Valorização do Património Cultural — especialidade Património Artístico e História da Arte (Universidade de Évora), professor de História, investigador em História Local e Regional e museólogo. Emails: nuno.prates@cm-alpiarca; nunooliveiraprates@sapo.pt.

The travels made by José Relvas help to identify a personality connected to the search and construction of an ideal of beauty, not only like the one of the beginnings of the modern age but a new concept of the twentieth century, associated with the ideal new man: «the citizen of Republic».

Keywords: José Relvas; Travelling; Collecting; Art markets; Republicanism.

INTRODUÇÃO: BREVE SÍNTESE BIOGRÁFICA DE JOSÉ RELVAS (1858-1929)

Muito sucintamente apresentamos uma súmula biográfica de José Relvas. Estamos perante uma pessoa que nasceu no contexto social e político conotado com o liberalismo, em famílias com interesses agrários e comerciais, ligado por parte da mãe à Beira (Viseu e Condeixa) e por parte do pai ao Ribatejo (Golegã). O seu pai Carlos Relvas (1838-1894) foi um conhecido lavrador e *sportsman*. O seu avô materno, Jerónimo de Azevedo (1805-1885), foi médico e político liberal, tendo sido o 1.º Conde de Podentes. Relvas iniciou a sua formação em Coimbra, onde não terminou o curso de Direito, para depois concluir o Curso Superior de Letras, em Lisboa. Nestes meios iria contactar com várias gerações de republicanos. Ele próprio faria radicar a sua ideologia aos «tempos de faculdade»¹.

Logo após o fim dos estudos casou-se no contexto da família Silva Mendes, com a prima segunda Eugénia de Loureiro Mendes (1865-1951). No ano seguinte, passou a gerir a casa agrícola da família da qual se tornou administrador, após desentendimento com o detentor do cargo. Ao mesmo tempo, logo muito novo começa a investir e a dedicar-se à sua coleção de arte.

Nos dias de hoje, José Relvas é mais conhecido como líder republicano. No entanto, só veio formalmente a aderir ao Partido Republicano Português (PRP) em 1907, já com 50 anos de idade e com todo um percurso profissional consolidado como lavrador e como homem de negócios. Nesse tempo, também era reconhecido publicamente o seu talento como músico, como crítico de arte, bem como no papel social de mecenas, situação que lhe valeu uma comenda belga, ainda durante a juventude (grau de cavaleiro da Ordem de Leopoldo, em 1885)².

Na política, onde se envolveu ativamente após passagem pelas lutas agrárias e contra os governos de João Franco (1855-1929), veio a ser eleito em 1909 para o Diretório do PRP, com objetivo de instaurar a República por meios revolucionários, se necessário fosse. Assim aconteceu, em 5 de outubro de 1910, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, foi um dos homens que proclamaram a República. Depois, no novo regime, exerceu vários cargos políticos. Foi ministro das finanças entre 1910 e 1911.

¹ RELVAS, 1977: 70.

² AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 102. (BÉLGICA. Legação (1885) — [Carta] 1885 set. 22 [a] José Relvas, arqueólogo, enviando diploma do grau de cavaleiro da Ordem de Leopoldo).

Foi ministro plenipotenciário e enviado especial a Madrid entre 1911 e 1913, situação que acumulou com o mandato de senador, o qual exerceu ativamente até ao fim de 1914. Nessa altura, entrou em rutura com o sistema partidário republicano recusando quaisquer outras funções e fazendo voto de abandonar a política. Retornaria, porém, ao Governo em 1919³, como presidente do ministério e ministro do interior, num curto Governo de 62 dias, com a missão de «salvar a República» num contexto de guerra civil⁴.

DINÂMICAS DAS VIAGENS EM PORTUGAL E NA EUROPA: ENTRE A ARTE, OS NEGÓCIOS E A POLÍTICA

Recentrando o discurso na abordagem deste artigo, escolhemos a palavra «viajor» por se tratar de uma expressão da época documentada em quem encetava viagens e delas trocava cartas ou fazia publicar crónicas. Foram esses os casos de José Relvas. Para construirmos esta análise, seguimos em primeiro lugar a correspondência. Desde logo, esta possibilita conhecer melhor o percurso académico de José Relvas e acompanhar os seus lugares ao longo da vida. Este fez o exame de instrução primária em Coimbra, onde depois continuou os estudos no Seminário e na Faculdade de Direito. A correspondência permitiu mapear os percursos de Relvas entre 1868 e 1927, desde as primeiras letras aos últimos anos de vida⁵.

Deste modo, com base no epistolário e nas fontes impressas elaboramos dois mapas das viagens de José Relvas correlacionadas com tipo de vivências motivadoras dessas mobilidades nas localidades que frequentou. Assim, por exemplo, temos Golegã, Condeixa, Sertã e Viseu ligadas às vivências familiares e às rendas do património que a família aí obtinha. Para além da agricultura, as suas famílias materna e paterna eram grandes senhorios, quer de prédios rústicos quer de prédios urbanos. Associadas aos estudos estiveram Coimbra e Lisboa, embora esta última esteja correlacionada com todo um outro tipo de vivências: culturais, artísticas, políticas e comerciais. No fundo, como se abordará de seguida, não só a coleção se torna também num negócio, como o nosso «viajor», desde cedo, investiu na bolsa de valores, atividade que continuará a desenvolver ao longo da vida. Por fim, temos o que se pode chamar de tempo de lazer, sobretudo relacionados com o Minho e com o Norte. Da passagem por Caldas de Vizela escreveu uma descritiva carta à mãe e, pouco tempo depois, fez publicar, anonimamente, um texto semelhante na revista «A Volta ao Mundo»⁶, dirigida por Teófilo Braga (1843-1924). Em Espinho, a família toda reunia-se e passava os verões, enquanto José, a esparsu

³ Sobre estas últimas funções políticas veja-se BATISTA, 2015: 57-66.

⁴ Para biografias mais completas de José Relvas vejam-se os seguintes trabalhos: SERRA *coord.*, 2008; NORAS, 2009; BATISTA, 2016.

⁵ Referimo-nos em específico à correspondência recebida no AHCP, cx. 1 a cx. 57, bem como à expedida para familiares, mãe, filho e esposa (cx. 10, cx. 309 e cx. 315, respetivamente).

⁶ RELVAS, 1881: 246.

tempo, iria lá ter, sempre ocupado com a gestão agrícola. Aparece-nos também Salamanca demonstrando que as viagens as Espanha eram frequentes desde finais do século XIX, embora nem todas estejam documentadas: terá sido nesta cidade que se refugiou quando temia ser preso durante os governos de João Franco⁷.



Fig 1. Viagens de José Relvas em Portugal: dinâmicas das mobilidades (a partir de fontes do Arquivo Histórico da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça (AHCP-MA) e mapa original em branco da Wikimedia Foundation. Dinâmicas associadas a cores diferentes nos nomes das cidades)

Naturalmente, estas tipologias de vivências não são estanques, como se deslocou a Lisboa em negócios, também, certamente o fez em lazer. No contexto europeu, distinguimos as viagens mais dedicadas à fruição da arte e à instalação do filho que

⁷ RELVAS, 1977: I, 52.

estudou em Leipzig. As viagens a Madrid e a Paris para fruição cultural e compra de arte tornaram-se mais frequentes a partir de 1900⁸. Por outro lado, Madrid foi sede da sua missão diplomática, a qual poderá ter implicado outras deslocações em Espanha. Paris e Londres também estão associadas a uma viagem eminentemente política, feita com Alves da Veiga (1849-1924) e com Magalhães Lima (1858-1928)⁹, a qual serviu para auscultar os governos de França e do Reino Unido perante a possibilidade de uma revolução em Portugal, bem como os principais meios financeiros e noticiosos dessas capitais europeias. A cidade de Bordéus surge associada aos negócios vinícolas.

A correspondência com Bernardino Machado (1851-1944), publicada pelo historiador Norberto Cunha, incluiu uma hipotética viagem empreendida ao Niassa, em 1912¹⁰. A carta atribuída a José Relvas está datada de 1 de novembro de 1912, dando conta da partida nesse mesmo dia. Conseguimos, recentemente, ter acesso ao documento original¹¹. Não nos parece possível esta carta ser de José Relvas. A caligrafia é distinta e a assinatura parece-nos do militar, administrador colonial e político João Belo (1878-1928). Na realidade, alguém, não necessariamente Bernardino Machado, escreveu na margem «José Relvas» contribuindo para esta identificação. Como está documentado, José Relvas regressou a Madrid, a 10 de novembro de 1912, depois de um período de licença por doença em Portugal¹². Em nove dias não poderia ter empreendido uma viagem de ida e volta à colónia africana.

Na realidade, esta hipótese era bastante interessante e atrativa e não descartamos, totalmente, que uma viagem semelhante não possa ter ocorrido noutra ocasião. Hipótese que só nova documentação poderá esclarecer. Sabemos que a empresa vinícola da qual era sócio (Adega Regional do Ribatejo) teve interesses comerciais precisamente na colónia da «África Oriental»¹³, para onde exportava parte da produção. Anos depois, na bolsa de valores de Lisboa, José Relvas iria também investir em diversas «companhias coloniais».

⁸ AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 85. (*Notas de Arte e Recordações de Viagem*, [1900-1902], 10 ms); AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 232. (Diário de receita e despesas).

⁹ RELVAS, 1977: I, 77-93; AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 23, pasta 17. (Correspondência de Magalhães Lima com José Relvas, 1909-1910).

¹⁰ CUNHA, 2011: 485.

¹¹ AMBM-CMF — carta n.º 10 ([RELVAS, José] (1912) — [Carta] 1912 nov. 1 [a] Bernardino Machado).

¹² AHDMNE — Processo individual de José Relvas, Processo 300. (RELVAS, José (1912) — [Carta] 1912 nov. 10, Madrid [a] Ministro dos Negócios Estrangeiros). No documento José Relvas informa o ministro que reassumiu as funções após licença sem vencimento por motivo de saúde.

¹³ PAZ, 2013: 123.

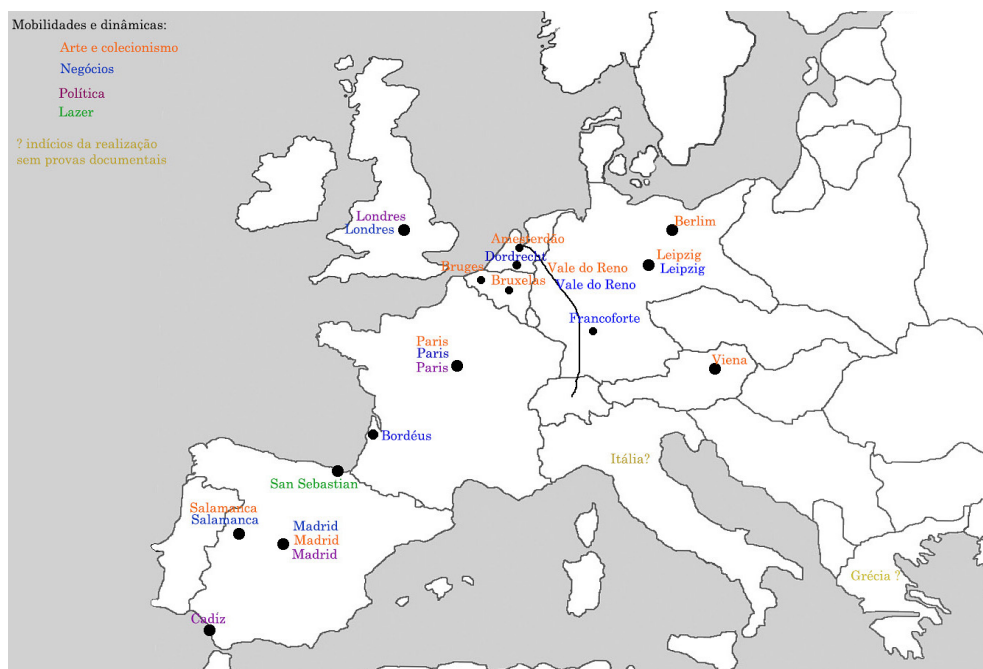


Fig. 2. Viagens de José Relvas na Europa: dinâmicas das mobilidades. (a partir de fontes do AHCP-MA, do Museu Bernardino Machado e de mapa original em branco da Wikimedia Foundation). As dinâmicas são identificadas com cores diferentes nos nomes das cidades

De todas estas viagens, para além do respaldo epistolar e das referências nas *Memórias Políticas*¹⁴, o viticultor deixou inédito um conjunto de manuscritos intitulado *Notas de Arte e Recordações de Viagem*¹⁵. Trata-se de um conjunto de dez manuscritos, com datas extremas entre 1900 e 1902, que aborda viagens e visitas a museus e a monumentos na França, Holanda, Bélgica e Alemanha. Relvas deteve-se em Paris, depois percorreu o vale do Reno, visitou Bruxelas, Antuérpia e Roterdão. Merecem-nos especial referência as passagens por Dordrecht, cidade conotada como importante entreposto vinícola da Europa do Norte; e Francoforte, já nesta época uma praça financeira e comercial de relevo. Os manuscritos incluem um índice remissivo de autores, por isso consideramos que em algum momento ponderou a publicação em livro. Parte destas notas deram origem a artigos publicados na revista «A Arte Musical», dirigida pelo seu amigo Michel'Angelo Lambertini (1862-1920)¹⁶. Nesse periódico cultural também publicou outros textos sobre música e arte, assim como notas de viagens posteriores a Leipzig¹⁷.

¹⁴ RELVAS, 1977.

¹⁵ AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 85. (*Notas de Arte e Recordações de Viagem*, [1900-1902], 10 ms).

¹⁶ RELVAS, 1902: 38-39; RELVAS, 1904: 5-8.

¹⁷ RELVAS, 1903: 99-103; RELVAS, 1909: 293-294.

VIVÊNCIAS E SOCIABILIDADES COSMOPOLITAS: ENTRE OS NEGÓCIOS VINÍCOLAS E OS PERCURSOS PARA A COLEÇÃO DE ARTE

Analisando a vasta documentação do acervo do Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP), tal como tem sido explanado, conseguimos perceber a vida cosmopolita de José Mascarenhas Relvas. Viajava desde jovem, com os pais, um pouco por todo o país, aspeto que se manteve ao longo da vida. Viria a conhecer uma boa parte da Europa, sobretudo as principais capitais da parte ocidental deste continente, como anteriormente documentamos. Em Portugal, trazemos à colação um exemplo de uma viagem à região vinícola de Colares, realizada em família e registada na fotografia de época à guarda do acervo do AHCP.



Fig. 3. «Viagem a Colares», fotografia, J. David Neves (Lisboa), 1910
 Fonte: AHCP-MA — Museu de Alpiarça

A sua vida e os conhecimentos artísticos e culturais que manteve, associados às viagens, vão inspirar o estilo de vida requintado de José Relvas e dos seus familiares diretos materializado no gosto pela boa moda, pelas idas ao teatro e à ópera. Entre outros, correspondeu-se com o dramaturgo Marcelino Mesquita (1856-1919), a quem procurou editar a tradução da peça *Envelhecer* na Espanha¹⁸. Porém, a principal atividade artística

¹⁸ AHCP — *Fundo Família Relvas*, cx. 31, pasta 15. (MESQUITA, Marcelino (1913) — [Carta] 1913 jun. 25, Pontével [a] José Relvas).

da família foi a música. José foi violinista, o filho Carlos desenvolveu estudos de piano em Portugal e na Alemanha, e a esposa Eugénia tocava harpa e cítara.

José de Mascarenhas Relvas veio viver para Alpiarça a partir de 1888, quando herdou a Quinta dos Patudos por morte de sua mãe. Em 1904, decidiu convidar o arquiteto Raul Lino (1879-1974) para realizar uma reformulação da casa que já aí existia, de modo a conferir-lhe novas dimensões. As várias campanhas de obras decorreram num período de 21 anos. A Casa dos Patudos, numa primeira fase, foi projetada e construída entre 1904 e 1906. Depois, em 1914, decorreu uma nova fase de construção. E, por último, em 1926, foi realizado um acrescento com o objetivo expresso de albergar a grande coleção de arte.

Apesar da sua formação em Letras, como vimos, nunca exerceu o magistério. Desde jovem participou diretamente na gestão da casa agrícola da família, aprendendo a trabalhar no mundo rural e nesse tipo de negócios agrários. Conseguiu manter um grau considerável de fortuna pessoal devido a uma meticulosa gestão, a qual numa dezena de anos lhe permitiu debelar o excessivo endividamento da casa dos seus pais. A sua avareza e seu «agudo faro» negocial foram ao longo da vida parodiados na imprensa¹⁹. Contudo, ao mesmo tempo, tal como a mãe, também era conhecido pelas obras de filantropia. A sua boa gestão e fortuna de base agrícola daí resultante permitiram-lhe um estilo de vida desafogado, associado à constante realização de viagens e aos investimentos numa multifacetada coleção de arte.

Em 1895, deslocou-se ao Norte, concretamente ao Peso da Régua, para convidar o enólogo José Bento Moura (?-?), bastante experiente no cultivo e nas técnicas vinícolas mais avançadas, para trabalhar no Ribatejo. Esse duriense nas herdades de José Relvas veio a ser o introdutor dos bacelos americanos, para combate à filoxera, no sul da lezíria do Tejo. A partir de 1907, houve um forte incremento da produção vinícola. Nesse ano, fundou com outros lavradores do distrito de Santarém a Adegas Regionais do Ribatejo. Tratava-se de uma sociedade por quotas da qual o «senhor José Relvas» era o sócio número 8 e foi o primeiro presidente do conselho de administração²⁰. A sede dessa instituição começou por ser na própria Quinta dos Patudos, para depois passar para a Rua do Crucifixo, em Lisboa, onde também se situou a loja. Com os lucros do primeiro ano de laboração foi possível adquirir um armazém em Xabregas, entreposto pioneiro na exportação de vinhos licorosos do Ribatejo para a Europa e para os mercados coloniais²¹. A Adegas seria encerrada em 1913, mas José Relvas manteve parte dos ativos, bem como a capacidade exportadora da mesma. Viria depois a desenvolver a empresa Barca de Portugal, mantendo a exportação durante a Primeira Guerra Mundial, para os grandes centros europeus. Hoje em dia, nos 240 hectares da Quinta dos Patudos continua a ser produzido vinho, conforme o legado à autarquia testamentado por este filantropo.

¹⁹ BELMIRO, 1919: 3.

²⁰ *Adegas Regionais do Ribatejo*. «O Século», 28.º ano, n.º 9671 (19 nov. 1908), p. 1.

²¹ PAZ, 2013: 123-126.



Fig. 4. *Adega Regional do Ribatejo*, Constantino Fernandes, óleo sobre tela, 1910
Fonte: CPMA 86.147



Figs. 5 e 5.1. «Rótulos de Vinho Patudos», Adega Regional do Ribatejo, c. 1908. Fonte: AHCP-MA

Em paralelo a toda essa atividade agrária e à carreira política, José Relvas foi um grande colecionador. A impressionante coleção da Casa dos Patudos-Museu de Alpiarça integra cerca de 8000 obras de arte, entre pintura, escultura, tapeçaria e outras artes decorativas. A abrangência cronológica deste acervo museológico vai desde os finais do século XV até aos inícios do século XX. Efetivamente, as viagens que o patrono realizou ajudaram muito na constituição da coleção. A permanência em Madrid e as visitas a esta capital, antes e depois das funções diplomáticas, foram essenciais para o desenvolvimento deste conjunto artístico, associado a um conhecimento aturado dos

mercados de arte europeus desse tempo. O então diplomata tinha adquirido o gosto pela pintura espanhola muito jovem. Ainda em Portugal, a primeira obra que comprou foi um quadro de Emílio Sala (1850-1910)²², uma obra pertencente à coleção do Conde de Daupias (1818-1900). Relvas instalou-se em Madrid como «enviado especial» em 1911, numa primeira fase procurou estabelecer relações com os grandes conhecedores da arte espanhola e do mercado artístico dessa capital. Só a partir de 1912 começaria a adquirir obras de arte na cidade e não adquiriu apenas arte espanhola. Exemplificamos as ligações com agentes artísticos locais com a proximidade desenvolvida em relação ao fotógrafo e marchand Emílio Velo Ruiz (1872-1937), um dos seus apoios na compra de obras de arte em Espanha, ao longo da vida. Velo comprou para José Relvas uma vasta coleção de obras do pintor belga Carlos de Haes (1828-1898), uma grande referência do naturalismo hispano-flamengo. Em Madrid, também se torna frequentador de Astério Mañanos (1861-c.1935), famoso pintor especializado em retrato a quem encomendou o quadro oficial enquanto «embaixador de Portugal».

Regressado a Portugal, manteria na capital espanhola essa rede de contactos que lhe permitiu continuar a comprar arte nesse mercado com relativa facilidade. Uma das obras que exemplifica isso foi a cópia de *O triunfo de Baco* (Los borrachos), produzida por Rafael Hidalgo de Caviedes (1864-1950). Reputadamente, trata-se da melhor cópia desta bem conhecida obra, cujo original José Relvas visitou várias vezes no Museu do Prado. Em Espanha, também adquiriu a obra mais importante da coleção dos Patudos, referimo-nos ao *Retrato de Domenico Scarlatti*. É o único retrato conhecido desse músico e compositor napolitano que esteve em Portugal no reinado de D. João V (1689-1750) e foi professor de Maria Bárbara de Bragança (1711-1758). Scarlatti (1685-1757) viajou para Espanha no séquito dessa princesa e aí terá sido pintado pelo italiano Domingo Antonio Velasco (c. 1745–c. 1780). Esta obra tem um valor patrimonial incalculável. Em 1913, foi adquirida por Relvas em Madrid e custou 3250 pesetas²³.

²² Emilio Sala y Francés nasceu em Alcoy (Alicante) em 1850 e faleceu em Madrid em 1910. Grande pintor, estudou com Plácido Francés, seu primo, na Escola de Belas Artes de São Carlos de Valência. Em 1871 viaja para Madrid onde realiza várias cópias dos grandes mestres representados no Museu do Prado, principalmente Velásquez. Nesse ano apresenta-se à Exposição Nacional de Belas Artes com a obra *A prisão do Príncipe de Viana*. Em 1878 conquista a sua primeira medalha na referida Exposição. Em 1885 viaja para a Itália (Roma) e aqui conhece a obra dos grandes mestres do Renascimento. Nesse mesmo ano conhece os pintores espanhóis: Francisco Pradilla, Federico de Madrazo e Joaquín Sorolla. Viaja ainda para Paris onde conclui uma das suas obras mais conhecidas: *Expulsão dos Judeus de Espanha (ano de 1492)*. Dedicou-se sobretudo à pintura histórica, de carácter literário, costumes e retratos.

²³ AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 153. (Recibo de Mariano Hernando relativo à aquisição que José Relvas fez para a sua coleção do *Retrato de Domenico Scarlatti*, 19 jan. 1913).



Fig. 6. Retrato de Domenico Scarlatti, atribuído a Domingo Antonio Velasco, óleo sobre tela, 1738/39. Fonte: CPMA 84.313

O acervo museológico da Casa dos Patudos constituiu uma das grandes e das mais versáteis coleções de arte do nosso país, como preponderância para os naturalismos e as artes decorativas de fim de século associados ao movimento internacional *Arts and Crafts*. Esse movimento estético esteve relacionado com o projeto Raul Lino, materializado numa casa com 101 divisões, albergando a coleção construída pelo patrono desde a juventude à velhice. A partir da morte do seu filho mais velho, Carlos de Loureiro Relvas, em 1919, o «lavrador artista» começou a construir a ideia de legar à comunidade a sua casa e todo esse recheio, já entendido como coleção visitável.

Deste modo, em 1928, redigiu um testamento no qual identificava a tipologia dos «bens artísticos integrados no acervo da Casa» e fazia reparos futuros para a organização do espaço, estipulando, por exemplo, a intervenção consultiva do Conselho de Arte de Arqueologia de Lisboa. Este legado foi composto ainda pelos 240 hectares da quinta e todo um pecúlio financeiro, bens destinados também à constituição de uma obra de assistência social. Conforme disposição testamentária, após a morte da esposa e posterior realização de adaptações, a Casa dos Patudos foi aberta ao público como Museu a 15 de maio de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVAS PERSPETIVAS NOS ESTUDOS SOBRE JOSÉ RELVAS

Desde muito novo José Relvas se afigurava como herdeiro por tradições familiares e referências pessoais de um imaginário romântico do liberalismo português. Não optou por uma carreira política durante a Monarquia Constitucional, caminho que lhe teria sido facilitado pelas ligações familiares e pessoais e pelo seu perfil intelectual. Veio a envolver-se, politicamente, depois de um percurso sólido no mundo dos negócios e da agricultura, associado ao reconhecimento público enquanto crítico de arte, como músico amador e como afamado colecionador. Esse envolvimento político, como se sabe, esteve primeiramente correlacionado como os movimentos agrários dos vicultores do Sul, e só depois se tornou, ativamente, republicano. Na sua primeira passagem pelo poder procurou implementar um programa de liberalização económica e de equidade fiscal, associado ao equilíbrio das contas do Estado. No entanto, quer como diplomata quer mais tarde como chefe de Governo seria a necessidade ineludível de defender o regime das ameaças externas e internas a ditar o seu compromisso idealista com a República.

Ao longo de toda a vida, foi conciliando um quotidiano profissional de negócios agrários e financeiros, com uma intensa atividade cultural. Ficou bem conhecido nos meios musicais onde desenvolveu efémera, mas sólida, carreira de violinista amador, cuja reputação extravasou uma rede mais íntima de sociabilidades, para ser conhecida do público em geral. No recato de pequenas publicações de arte, desenvolveu a sua crítica e deu a conhecer as suas viagens culturais pelos grandes centros europeus. Urge completar um inventário da sua colaboração com periódicos especializados, em Portugal e no estrangeiro. Permanecem inéditos, solicitando uma edição crítica, os seus *Apontamentos de viagem*, pela Europa no início do século XX, como vimos. Desafios que resultam da abordagem desenvolvida no presente artigo.

Entre Alpiarça e Paris, entre Lisboa e Leipzig, José Relvas foi desenvolvendo os eixos da sua multifacetada personalidade. Entre o mundo rural, o bulício urbano e o ócio cosmopolita, construiria mundividências numa sociedade em transformação, da qual também foi protagonista. Na arte, na agricultura, nos negócios e na política, o conhecimento de todos esses contextos, nacionais e internacionais, também contribuiria para a sua afirmação pública e para as suas concretizações.

A redação final deste texto coincidiu com a organização de um primeiro encontro de estudos sobre José Relvas, qual teve lugar em março de 2019²⁴. Neste Seminário Nacional os eixos temáticos centrais («Arte», «Cultura» e «República») foram materializados em comunicações sobre atuação política e diplomática de José Relvas, sobre a família Relvas,

²⁴ Programa do Seminário Nacional *José Relvas: Arte Cultura e República*, realizado em 12 e 13 de março de 2019. Alpiarça: CPMA, AHCP, [policopiado]. O evento foi integrado nas comemorações do Centenário do Governo presidido por José Relvas em 1919 e contou com a intervenção de Sua Excelência o Presidente da República, professor doutor Marcelo Rebelo de Sousa e reuniu comunicações de 20 investigadores.

a coleção de arte, a Casa dos Patudos e o seu projeto educativo. Está em preparação um volume de atas. Esperemos este encontro possa ter continuidade reunindo o interesse da comunidade científica e permitindo desenvolver múltiplas abordagens sobre o complexo legado e percurso de um «homem poliédrico»: José Mascarenhas Relvas.



Fig. 7. «Casa dos Patudos», fotografia, autor desconhecido, início do século XX. Fonte: AHCP-MA



Fig. 8. «Casa dos Patudos», fotografia, Serviços Técnico da Casa dos Patudos-Museu de Alpiarça, início do século XXI. Fonte: AHCP-MA

FONTES

Arquivo Histórico da Casa dos Patudos

- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 01 a cx. 57. PT/AHCP/FR/JMR. (Correspondência recebida por José Relvas).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 10, pasta 7. PT/AHCP/FR/JMR. (Correspondência de José Relvas com Margarida Relvas).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 23, pasta 17. PT/AHCP/FR/JMR/A/01/023/17. (Correspondência de Magalhães Lima com José Relvas, 1909-1910).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 31, pasta 15. PT/AHCP/FR/JMR/A/01/031/15. (MESQUITA, Marcelino (1913) — [Carta] 1913 jun. 25, Pontével [a] José Relvas).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 85. PT/AHCP/FR/JMR/A/11/085. (*Notas de Arte e Recordações de Viagem*, [1900-1902], 10 ms).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 102. PT/AHCP/FR/JMR/A/04/102. (BÉLGICA. Legação (1885) — [Carta] 1885 set. 22 [a] José Relvas, arqueólogo, enviando diploma do grau de cavaleiro da Ordem de Leopoldo).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 153. PT/AHCP/FR/JMR/B/04/153. (Recibo de Mariano Hernando relativo à aquisição que José Relvas fez para a sua coleção do *Retrato de Domenico Scarlatti*, 19 jan. 1913).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «José Mascarenhas Relvas», cx. 232. PT/AHCP/FR/JMR/B/26/232. (Diário de receita e despesas).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «Carlos Loureiro Relvas», cx. 309. PT/AHCP/FR/CLR. (Correspondência de José Relvas com Carlos Loureiro Relvas).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «Eugénia Loureiro Relvas», cx. 315. PT/AHCP/FR/ELR. (Correspondência de José Relvas com Eugénia Loureiro Relvas).
- AHCP — *Fundo Família Relvas*, «Casa dos Patudos». PT/AHCP/CP-MA.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

- AHDMNE — Processo individual de José Relvas, Processo 300. PT/AHDMNE/SE-SC/DGSA-RPAT/032/UI00084. (RELVAS, José (1912) — [Carta] 1912 nov. 10, Madrid [a] Ministro dos Negócios Estrangeiros).

Arquivo do Museu Bernardino Machado — Câmara Municipal de Famalicão

- AMBM-CMF — carta n.º 10. ([RELVAS, José] (1912) — [Carta] 1912 nov. 1 [a] Bernardino Machado).

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia ativa de José Relvas

- RELVAS, José (1881) — *Uma paisagem de Vizella*. «A Volta ao mundo: jornal de viagens e assumptos geográficos», vol. 1, p. 246.
- (1902) — *Puvis de Chavannes (Notas de viagem) (I e II)*. «A Arte Musical», anno IV, n.º 76 (28 fev. 1902), p. 30-31; n.º 77 (15 mar. 1902), p. 38-39.
- (1903) — *Notas de Viagem (I e conclusão)*. «A Arte Musical», anno V, n.º 104 (1 mai. 1903), p. 87-91; n.º 105 (15 mai. 1903), p. 99-103.
- (1904) — *Notas de Viagem – Alguns artistas modernos no Louvre*. «A Arte Musical», anno VI, n.º 121 (15 jan. 1904), p. 5-8.
- (1909) — *Max Klinger — Beethoven (Escultura existente no Museu de Leipzig)*. «A Arte Musical», anno XI, n.º 265 (31 dez. 1909), p. 293-294.

——— (1977) — *Memórias Políticas*. Prefácio João Medina; introdução e notas Carlos Ferrão. Lisboa: Terra Livre. 2 vols.

2. Bibliografia passiva de José Relvas

BATISTA, Vanessa (2015) — *O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios no pós-guerra (janeiro de 1919-março de 1919)*. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge; ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Conceição Meireles, coord. — *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM, p. 57-66.

——— (2016) — *Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)*. Lisboa: FLUL. Dissertação de Mestrado.

BELMIRO (1919) — *Em Foco – José Relvas*. «O Século Cómico», ano XIII, n.º 1104 (10 fev. 1919), p. 3 [Poema Satírico].

CUNHA, Norberto (2011) — *José Relvas e Bernardino Machado (Correspondência)*. «Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão», 2.ª série, n.º 6/7, p. 479-486.

NORAS, José Raimundo (2009) — *Fotobiografia de José Relvas*. Prefácio de Mário Soares; introdução de João Bonifácio Serra. Leiria: Imagens e Letras.

PAZ, Laurinda Santos da (2013) — *Arquivos de Casas-Museu. O Arquivo da Casa dos Patudos*. Évora: Universidade de Évora, vol. 1. Dissertação de Mestrado.

SERRA, João Bonifácio, coord. (2008) — *José Relvas: o conspirador contemplativo*. Lisboa: Assembleia da República.

3. Outras referências

ADEGA Regional do Ribatejo. «O Século», 28.º ano, n.º 9671 (19 nov. 1908), p. 1.

PRATES, Nuno (2015) — *Imagens de Salvaterra de Magos vistas pela lente de Carlos Relvas*. «Magos: Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos», n.º 2, p. 111-118.

——— (2016) — *Constantino Fernandes e o seu legado artístico e cultural*. «Magos: Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos», n.º 3, p. 255-262.

——— (2017) — *A Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça: o vinho, a vinha e a arte*. In GUERREIRO, Alberto; MADURO, António; CUSTÓDIO, Jorge; GONÇALVES, Eduardo, coord. — *Enomemórias, Museologia e Património do Vinho (Território, Sociedade e Desenvolvimento)*. Lisboa: edições ISMAI/ /CEDTURISMAI, p. 41-50.

ROCHA, Luzia; PRATES, Nuno (2015) — *A iconografia musical na colecção de leques da Casa dos Patudos: análise de aspectos temáticos e organológicos*. «Cuadernos de Iconografia Musical», vol. II, n.º 1, p. 9-38.

«O MEU PAÍS MORREU»: NARRATIVAS DE EXÍLIO À DIREITA (1974-1976)

BRUNO MADEIRA*

Resumo: A Revolução de 25 de Abril de 1974 significou, no plano político-ideológico, uma marginalização da Direita radical que suportara o regime deposto. Por vicissitudes várias, muitos direitistas viram-se obrigados a abandonar o país e a viver, temporariamente, no exterior. A Direita radical criou, nos seus órgãos de imprensa, uma narrativa que apresentava estes homens, independentemente da razão que os havia levado a abandonar ou a não regressar a Portugal, como exilados políticos. Elaborou um discurso em que acusou a Democracia de ter promovido actos de censura, prisões arbitrárias e perseguições que teriam sido até em maior número e gravidade do que aquelas que se registaram durante todo o Estado Novo. Neste texto, discutimos os aspectos essenciais deste discurso e os objectivos que com ele a Direita radical pretendeu atingir, a forma como ele traduziu a visão direitista acerca do colonialismo português e as diferenças entre os vários grupos e situações que pretendeu acobertar sob uma mesma designação. E, à luz da consideração de todos esses elementos, concluir acerca da validade da atribuição da condição de exilados políticos aos militantes da Direita radical.

Palavras-chave: Direita radical; Exílio; 25 de Abril; Discurso direitista.

Abstract: The Portuguese carnage revolution (1974) meant, on the political-ideological level, a marginalization of the Radical Right that had supported the deposed regime.

Due to various reasons, many rightists were forced to leave the country and to live, temporarily, abroad. The Radical Right created in its press organs a narrative that presented these men, regardless of the reason that had led them to abandon Portugal or not to return, as political exiles. Rightists presented a speech in which they accused Democracy of having promoted acts of censorship, arbitrary arrests and persecutions that would have been even in greater number and seriousness than those that occurred throughout the Estado Novo. We outline in this article a reflection about the essential aspects of this discourse and the purposes that the radical right aimed to achieve with it, how it translated the right-wing view of Portuguese colonialism, and the differences between the various groups and situations that it intended to cover under the same designation. And in the light of the consideration of all these elements, we conclude about the validity of the attribution of the condition of political exiles to the militants of the Radical Right.

Keywords: Radical right; Exile; Carnage Revolution; Right-wing speech.

INTRODUÇÃO

A Revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim a uma ditadura das Direitas de cunho fascizante. Superado um momento de indefinição político-ideológica relativamente ao rumo a seguir, o processo revolucionário tendente à construção de uma sociedade socialista em Portugal intensificou-se gradualmente a partir de três momentos: i) a demissão de Adelino da Palma Carlos da chefia do I Governo Provisório e respectiva dissolução

* CITCEM/FLUP. Professor convidado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

do mesmo (11 de Julho de 1974) e a entrada em funções do II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves (17 de Julho de 1974); ii) a derrota do golpe de Estado orquestrado pelas forças spinolistas e contra-revolucionárias em 28 de Setembro de 1974; iii) o falhanço de novo golpe da mesma coligação político-militar em 11 de Março de 1975.

Sobretudo a partir do 11 de Março e do aceleração do processo revolucionário, com a nacionalização da banca e dos seguros e com a colectivização dos latifúndios, os movimentos sociais e laborais tornam-se mais interventivos e a tensão social e política acentua-se, assim como se radicaliza a ofensiva das forças não-marxistas e antimarxistas contra essas medidas revolucionárias — um fenómeno de bipolarização política crescente¹. Simultaneamente, uma das consequências do golpe de 28 de Setembro foi a ilegalização dos partidos que as Direitas radicais haviam formado depois da Revolução e a ordem de prisão a muitos dos seus líderes e militantes. Assim, muitos foram os que, fugindo de um mandado de captura das autoridades militares e judiciais, se evadiram para o estrangeiro e que, a partir de aí, empreenderam uma reorganização, uma aproximação às forças não-marxistas que, legais, enfrentavam o ascendente comunista e esquerdista em Portugal, e uma preparação e execução de um plano de acção clandestina no país. Esta fuga e a consequente permanência no estrangeiro foram amiúde descritas pelos direitistas, sobretudo a partir de 1976, como os tempos das perseguições, das prisões infundadas, dos maus-tratos físicos e do exílio. No fundo, ungiendo-se dos mais esforçados lutadores contra o «terror gonçalvista» e os que enfrentaram as mais duras represálias em função do seu comprometimento com esse combate político que, em última análise e na sua narrativa, correspondia à luta pela salvação do Portugal independente e fiel às suas tradições e valores históricos, os militantes das Direitas radicais procuraram criar em seu torno uma aura de presos e de exilados políticos².

É justamente o conjunto das narrativas, das representações e dos objectivos que a Extrema-Direita deu à estampa que procuraremos discutir sinteticamente neste artigo. Embora as fontes apresentadas sejam maioritariamente posteriores ao 25 de Novembro de 1975 — que apeou as forças comunistas e esquerdistas da direcção das estruturas do poder executivo e militar e que se saldou numa vitória do bloco antimarxista —, referem-se, essencialmente, ao período que vai de 28 de Setembro de 1974 até ao início de 1976, quando a situação política permitiu o regresso paulatino dos direitistas a Portugal, assim como a sua reorganização e o lançamento de novas iniciativas editoriais desse campo político.

¹ CERQUEIRA, 2015; CHILCOTE, 2014; MAILER, 2018; PALACIOS CEREZALES, 2003; VARELA, 2014.

² MADEIRA, 2019: 201-301.

1. AS DIREITAS RADICAIS PORTUGUESAS

Em Portugal, o pensamento, o discurso e a organização político-associativa das Direitas radicais, sobretudo no período posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974, tem sido alvo de pouca atenção por parte da Historiografia. Nesse sentido, o estudo de Riccardo Marchi relativo às experiências partidárias e associativas das Direitas radicais reveste-se da maior importância para o estudo e para a compreensão dessa dimensão do direito português³. Não pretendendo aqui ser exaustivos sobre a bibliografia existente sobre o tema, remetemos para a nossa investigação⁴.

No caso das Direitas radicais portuguesas, a gênese da sua formação enquanto corrente ideológica estruturada encontra-se na reacção absolutista à Revolução Liberal de 1820. Por conseguinte, os autores direitistas deram provas permanentes de antiliberalismo, de oposição à Monarquia Constitucional, de adesão à causa legitimista e de uma visão essencialista da nacionalidade que, no caso vertente, os levava a concluir pela incompatibilidade entre a identidade e as tradições nacionais e o Liberalismo.

Se o Liberalismo e a Monarquia Constitucional foram alvo da mais dura condenação por parte dos direitistas portugueses, a República, instaurada em 5 de Outubro de 1910, foi-o ainda mais. A este propósito, destacamos a preferência maioritária pelo sistema monárquico, sobretudo o de índole tradicionalista e absolutista. Assim como a rejeição das ideias e das práticas associadas ao liberalismo político, à Democracia, ao parlamentarismo e ao pluralismo partidário e ideológico. Por outro lado, regista-se ainda a defesa de um modelo social marcado pela rigorosa observância das «hierarquias tradicionais», inspirado num municipalismo e num corporativismo de raiz medieval. No fundo, manifestaram uma profunda inclinação para o primado de uma chefia individual, onnipotente, unívoca, carismática, centrípeta e absoluta, idealmente encarnada por um rei, mas não excluindo ou rejeitando a hipótese de um ditador desempenhar essa função.

À Ditadura Militar, instaurada em 1926, valorizaram a capacidade de restituir a ordem nas ruas e nos campos, e, proibindo os partidos, de pôr cobro à constante instabilidade que resultaria, no seu entendimento, do pluralismo democrático. Contudo, por faltar capacidade técnica aos militares para sanear as finanças nacionais e por ser demasiado heterodoxo e conflituoso o bloco que suportava a Ditadura Militar, esta não conseguira construir uma efectiva e duradoura estabilidade político-financeira. Desse modo, não lhe desvalorizando os méritos, entenderam-na, sobretudo, como um preâmbulo ao Estado Novo. Com efeito, as Direitas radicais nunca deixaram de evocar e celebrar o exemplo e o legado de Salazar. A maioria dos autores direitistas do período estudado apresentam-no como um homem providencial e um guia moral e espiritual

³ MARCHI, 2017.

⁴ MADEIRA, 2019.

da nação, assim como lhe valorizam a sintonia entre a sua obra e os interesses e os desígnios nacionais. Procurando sublinhar a actualidade da sua obra e do seu exemplo, destacaram-lhe a capacidade de, através da censura, da proibição dos partidos políticos, da perseguição e silenciamento dos opositores políticos, ter conseguido uma estabilidade política e uma paz social duradouras.

No plano das ideias políticas, as Direitas radicais viram-se como sendo herdeiras da tradição contra-revolucionária francesa: defensoras da ordem, da hierarquia, do modelo de organização social e da tradição do Antigo Regime; nacionalistas; protectoras da família enquanto célula base do organismo nacional; reacção natural, orgânica, à inépcia, à corrupção e à desordem causadas pela Esquerda; o natural e o habitual na História; inerentemente diversas e plurais; eminentemente pragmáticas, a-ideológicas e suprapartidárias.

Igualmente estruturantes no pensamento direitista são o pessimismo antropológico, o anti-igualitarismo, o elitismo e a defesa das hierarquias e das leis «naturais». As Direitas radicais defenderam que os homens são inatamente maus e imperfeitos e desiguais nas suas capacidades e aptidões naturais. Por conseguinte, essa diferenciação deve ser reconhecida através de um sistema meritocrático — na formulação direitista, este assemelha-se a um sistema talhado para garantir, antes de mais, a reprodução contínua dos papéis e dos estatutos sociais que cada um herda à nascença. Entenderam igualmente que as políticas igualitaristas pervertem o livre e natural funcionamento do organismo social, impedindo os mais inteligentes de desenvolverem plenamente as suas capacidades e o seu potencial. Assim, a única igualdade universal que se deve reconhecer aos indivíduos é a da sua dignidade perante Deus e a Justiça.

2. AS DIREITAS NO CONTEXTO POLÍTICO DO BIÊNIO REVOLUCIONÁRIO DE 1974-1975

Depois do 25 de Abril de 1974, organizando-se rapidamente em partidos e organizações cívicas, a Direita repartiu-se entre, e para só referir os mais significativos, o Movimento Federalista Português-Partido do Progresso, o Partido Liberal, o Movimento Popular Português, o Partido Trabalhista Democrático Português, o Partido da Democracia Cristã e o Partido Nacionalista Português. Importa realçar a utilização de termos associados ao cristianismo, à democracia, ao trabalhismo e ao progresso nos nomes adoptados. Por essa via, procuravam captar uma base social de apoio que, sem conhecimentos políticos aprofundados, se pudesse rever, ao nível da nomenclatura escolhida, nos valores do cristianismo, do trabalhismo reformista ou do nacionalismo, por exemplo. Por outro lado, a utilização de termos como «democracia», «progresso», «liberal» ou «popular» procuraria, certamente, distanciar esses partidos de ligações ao Estado Novo e apresentar as novas propostas políticas e partidárias direitistas como adaptadas ao novo contexto

sociopolítico saído da Revolução. De resto, a larga maioria destes partidos recusou assumir-se abertamente como sendo afecta a qualquer família direitista.

Contudo, conhecendo os seus dirigentes e activistas, os seus percursos, quer antes, quer após o 25 de Abril e, sobretudo, as ideias que sustentaram ao longo das suas vidas faz com que facilmente se identifique a plasticidade discursiva com que procuraram moldar os programas políticos, os eufemismos que utilizaram para mascarar e suavizar o que eram realmente os objectivos e o corpo doutrinário que, de facto, perfilhavam os militantes destes agrupamentos partidários e as tentativas, mais cínicas e estratégicas do que sinceras, de inserir estes grupos num desejo e esforço colectivos de democratização do país. No fundo, um discurso marcado por um pragmatismo considerável que procurou tornar os partidos atraentes a um eleitorado que, previsivelmente, não queria voltar aos tempos do Estado Novo. Cederam, programática e pragmaticamente e em graus diversos, nas matérias que consideravam mais acessórias para salvaguardarem o essencial — a defesa da presença portuguesa em África e na Ásia e a luta contra o comunismo.

A experiência partidária iria durar pouco devido ao envolvimento da Direita radical na conspiração contra-revolucionária em torno da chamada manifestação da «maioria silenciosa» de 28 de Setembro de 1974 que, como vimos, na Introdução, sairia derrotada. A Direita fora, novamente, derrotada. A sua actuação nos primeiros meses de Democracia e o estado de espírito de que terá sido acometida depois do fracasso do 28 de Setembro fica bem patente nas palavras de Jaime Nogueira Pinto:

Éramos, nesse Verão de 1974, uns miúdos, no quadro do apocalipse numa terra de brandos costumes: entre Lisboa e Luanda, Coimbra e o Uíge, depois Joanesburgo e Madrid, protagonistas de uma série de episódios e sequências que nos ultrapassavam, em que procurávamos salvar valores e coisas que a mais ninguém interessavam, nem mesmo àqueles que iam ser os seus naufragos e os seus colateral damage, em Angola e Moçambique. E queríamos formar uma resistência da qual também ninguém via a necessidade, nessa ocasião. Entre generais do antigamente, maiores spinolistas, burgueses inquietos, aprendizes de conspiradores, militares politicamente correctos [...] fiz a minha última guerrilha de adolescente, vivi o meu último episódio da tal “cruzada adolescente” contra o mal e uma prova séria de que as ideias tinham consequências. Perdi — perdemos — e crescemos: nada convencidos⁵.

Na sequência do 28 de Setembro, muitos elementos afectos à Direita radical e ao grupo spinolista foram encarcerados por suspeitas de envolvimento activo na preparação da sublevação. Outros, avisados de antemão, conseguiram sair de suas casas a tempo de não serem detidos e de poderem fugir do país onde, sobre eles, impendiam

⁵ PINTO, 1996: 4.

mandatos de captura. Nas sedes do Partido Liberal e do Partido do Progresso foram encontrados documentos que atestavam a trama e os que nela estavam envolvidos, assim como material bélico cuja utilização deveria estar prevista para a manifestação da «maioria silenciosa», lançando, desse modo, o caos que permitiria a Spínola decretar o estado de sítio e assumir, pela força, plenos poderes⁶. Um golpe falhado que iria inaugurar o «período de exílio» dos direitistas portugueses.

3. NARRATIVAS DE EXÍLIO E TERRORISMO POLÍTICO

A Extrema-Direita, emulando o exemplo e o discurso e procurando encarnar a heroicidade, o prestígio e a aprovação que caracterizavam os militantes antifascistas durante o Estado Novo, criará, em relação a si própria, uma narrativa que a torna vítima, no pós-28 de Setembro e no pós-11 de Março, de perseguição e de censura sistemáticas e brutais e de prisões políticas arbitrárias — no fundo, a tese que pretendem ver aceite é a de que a intolerância revolucionária empurra a Direita para o exílio. Devemos, antes de mais, lembrar que no exílio se encontrava já uma primeira vaga de homens ligados à cúpula do Estado Novo, entre os quais se destacavam Américo Tomás e Marcelo Caetano. Com o desfecho do 28 de Setembro, uma segunda vaga, temendo ser detida, foge de Portugal e dos territórios das ex-colónias, onde actuavam no sentido de impedir as independências. Esta fuga à justiça far-se-á rumo à Espanha franquista, ao Brasil da ditadura militar e à África do Sul do *apartheid* — seriam os países com que, à época, os direitistas mais se identificariam e aqueles que, dadas as afinidades ideológicas, melhor acolhimento lhes poderiam dispensar.

Compreendendo-se os objectivos que pretendiam atingir com a adopção deste tipo de discurso, — e que se inserem numa narrativa mais ampla que os pretende transformar nos únicos que lutaram até ao fim por um Portugal pluricontinental, pelos interesses nacionais e contra o denominado «terror vermelho», assumindo, corajosamente, o preço da fidelidade aos seus ideais através das suas acções, cuja factura se teria traduzido na prisão, no exílio, na perseguição e nas dificuldades económicas — seria, ainda assim, um exercício de fraco rigor equiparar as experiências de «exílio» vividas pelos militantes direitistas e pelos financiadores da contra-revolução com as que enfrentaram os antifascistas. Do mesmo modo, não se podem enquadrar fugas à justiça de um Estado democrático e de direito no que se convencionou classificar como exílio.

Por conseguinte, a insistência na construção de um imaginário associado a uma realidade de prisões políticas arbitrárias, à permanência no cárcere sem culpa formada e sem serem respeitada a sua dignidade, à censura das suas ideias, às agruras do exílio, à perseverança necessária ao empreendimento da reorganização e do funcionamento clandestino da «resistência anticomunista» e à existência de um permanente clima de

⁶ CARVALHO, 2017: 55-56.

terror, parece servir mais para criar uma contra-imagem à aura heróica reconhecida aos militantes antifascistas, do que uma descrição factual das realidades vividas. Por outro lado, insere-se também na prática discursiva que caracterizou as Direitas iliberais nascidas no século XX: a hipervalorização das lutas por causas perdidas e o romantismo aplicado à camaradagem e aos combates históricos travados contra a revolução, contra os comunistas, contra os liberais ou contra as democracias — no fundo, trata-se daquilo que Franco Ferraresi classificou o «mito do legionário»⁷. Para além, é claro, de acreditarem tratar-se de um eficaz instrumento de propaganda e de captação de aderentes para a sua causa, sobretudo entre aqueles que constituíam o público-alvo da sua mensagem: os antigos combatentes das Guerras Coloniais, os retornados e a juventude. A exteriorização sistemática das dificuldades e do terror vividos, mas também do denodo, da determinação e da hombridade que demonstraram — superando temporariamente as suas divergências em prol da defesa de Portugal — colocava-os na condição de vítimas da Revolução e da Democracia.

Quanto aos homens que se conseguiram evadir do país e escapar ao cárcere, importa salientar a diversidade de situações vividas pelos, assim se consideraram, exilados. São distintos os casos de ex-dirigentes do Estado Novo ou de empresários, suspeitos de envolvimento nas tentativas de subversão contra-revolucionária, que se instalaram no Brasil — onde alguns também detinham interesses económicos, participações em empresas ou uma rede de contactos que lhes permitiria uma rápida inserção sociolaboral —, dos de colonos portugueses que procuraram, pela força, impedir o normal desenvolvimento dos processos independentistas ou a adopção de soluções de tipo rodesiano para as ex-colónias de Angola e de Moçambique e que, depois de derrotados, fugiram para a África do Sul e para o Brasil. Partiam das ex-colónias, muitas vezes, sem quaisquer meios de subsistência e dependentes da solidariedade dos círculos de emigrantes portugueses nesses países. Realidades que eram também díspares das que viveram os que abundaram Portugal e se instalaram, sobretudo, em Madrid, aí formando uma grande comunidade portuguesa — o jornalista Miguel Carvalho apontou que o número de portugueses no Estado espanhol terá «oscilado entre 80 mil e 100 mil entre meados de 1974 e o final de 1975»⁸. Esses portugueses haveriam de transformar a cidade no principal pólo de conspiração contra-revolucionária e no local onde, concomitantemente, nasceriam os grupos terroristas Exército de Libertação de Portugal e Movimento Democrático para a Libertação de Portugal.

Francisco Casal-Ribeiro, antigo deputado da União Nacional e um dos rostos mais proeminentes que encabeçaram a luta dos *ultras* do regime contra Marcelo Caetano, depois de ter sido preso, na sequência da Revolução, conseguiu fugir para o país vizinho

⁷ FERRARESI, 1996: 36-37.

⁸ CARVALHO, 2017: 59.

de onde só voltaria em 1983. Contudo, ao contrário do que veremos em algumas descrições dos percursos e das realidades experienciadas por parte de vários direitoistas, Cazal-Ribeiro não procurou acentuar as dificuldades nem transformar a sua fuga e vida no estrangeiro em acto heróico. Foi o próprio que o assumiu, em *Longos Dias*, que, «sem alma de herói, sem espírito de sacrifício que me tornasse em mártir, *juro*, eu preferia *ficar* em Lisboa, junto aos restos mortais do meu Filho, morto pela Pátria, na defesa da mesma causa, a estar ali em Sevilha, bem instalado, enquanto amigos e correligionários sofriam perseguições e sevícias»⁹. Preferisse ou não trocar as comodidades e a segurança de Sevilha pelo pretenso terror que assolaria Portugal, o facto é que nunca o fez, mesmo considerando que «nem com os Filipes a traição e as perseguições foram tantas, tão absurdas, tão anti-portuguesas»¹⁰.

Em 1976, Manuel Vinhas viu publicada uma obra sua — sob a forma de diário — em que narrou o seu primeiro ano fora do país, intitulando-a, de modo expressivo, *Profissão Exilado*. A primeira entrada do seu diário do exílio remete para 10 de Dezembro de 1974, encontrando-se o empresário em Madrid. Aí diz ter sido forçado a deixar o país e denuncia as «milícias do Partido Comunista [que] assaltaram nos últimos dias de Setembro» a sua casa do Estoril e que, fortemente armados e com um comportamento violento, terão interrogado os seus filhos «com ameaças, despejando garrafas de vinho, roubando as espingardas de caça»¹¹. O motivo das buscas prendia-se com a existência de suspeitas que apontavam Manuel Vinhas como estando envolvido na conspiração do 28 de Setembro, nomeadamente de manter estreita relação com o general António de Spínola e de ser um dos principais financiadores do movimento golpista.

O industrial fora avisado antecipadamente de que poderia impender sobre ele um mandado de captura e conseguiu sair do país, indo instalar-se, primeiro, em Paris e, pouco tempo depois, em Madrid. De acordo com Miguel Carvalho, ainda em Paris, Manuel Vinhas terá participado na reunião em que se decidiu a criação do Exército de Libertação de Portugal. Nesse encontro terão também participado, segundo a mesma fonte, Manuel Bulhosa, igualmente empresário, José João Zoio, ligado à tauromaquia e ao fabrico de armas, e Martins Soares, advogado e militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Ainda de acordo com o jornalista, a família e os amigos teriam feito chegar ao empresário «dois automóveis *Mercedes*, um *Jaguar* e somas bastantes de dinheiro para se governar»¹². Posto isto, o clamor de inocência e de não participação em conspirações contra-revolucionárias é posto em causa não só pela antecipação com que foi avisado de que seria alvo de um mandato de captura, pela prontidão com que se conseguiu evadir do país e por, rapidamente, ter instruído

⁹ CAZAL-RIBEIRO, 1978: 108.

¹⁰ CAZAL-RIBEIRO, 1978: 111.

¹¹ VINHAS, 1976: 23.

¹² CARVALHO, 2017: 63.

os seus familiares a proceder à transferência dos seus bens para o exterior, posto que aí haveriam de reorganizar as suas vidas, como também, e essencialmente, por ser associado à criação de um dos movimentos terroristas da Direita radical portuguesa. Por outro lado, e apesar de em *Profissão Exilado* se referir por diversas vezes à redução considerável da sua capacidade financeira, o industrial continuou a poder levar uma vida desafogada fora do país.

Em Janeiro de 1975 o empresário chegou ao Brasil, onde faleceria, em 1977. Justificou, em *Profissão Exilado*, a escolha do país sul-americano da seguinte forma: «as dificuldades financeiras que já referi, o agravamento da situação em Portugal e Angola, trazem-me até ao Brasil onde tenho amigos dedicados e alguns investimentos que podem dar o suficiente para sobreviver»¹³, concluindo que as participações e interesses que detinha em empresas brasileiras lhe permitiriam «viver, ainda que modestamente»¹⁴. Não seria, isso é certo, um começar do zero, nem uma situação que o obrigasse a deitar a mão a qualquer oportunidade de emprego que lhe assegurasse os meios de sobrevivência. Destarte, e apesar de reconhecer que tal lhe permitiria maior desafogo financeiro, afirmou ter recusado os diversos convites que lhe eram endossados para presidir e para dirigir empresas brasileiras.

Nessa nova fase da sua vida pretendia, declarou, «mais tempo para ler, para escrever, para passear, para meditar»¹⁵ — no fundo, sendo ou não estas declarações proferidas apenas para impressionar os seus leitores — Manuel Vinhas, sentindo-se ultrajado e injustiçado pelo Estado português, a quem entendia ter dado muito em virtude do seu empreendedorismo, e pelos trabalhadores, de quem argumentava ter sido sempre um defensor e um patrão justo, procuraria, no decurso do seu exílio, dedicar-se a actividades que, por vicissitudes da sua actividade empresarial, não tivera ainda ocasião de viver plenamente. O relativo desafogo em que vivia Vinhas é também atestado nas entradas do seu diário: desloca-se frequentemente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, assim como à Europa. Entre Abril e Novembro de 1975, por exemplo, desloca-se três vezes à Europa, passando, nomeadamente por Madrid, em Maio, e Paris, em Junho, e depois de ter já estado novamente no Brasil. Em Novembro regressa à Europa, passando por Espanha e pela Alemanha.

Manuel Vinhas narrou também a constante chegada de portugueses ao território brasileiro. Tinham fugido de Portugal e das ex-colónias de Angola e de Moçambique e chegavam, segundo descreveu, «tristes, sem recursos e — coisa impressionante — sem ódios»¹⁶. Procurando reforçar, numa outra entrada do diário, o carácter não

¹³ VINHAS, 1976: 26.

¹⁴ VINHAS, 1976: 28.

¹⁵ VINHAS, 1976: 28.

¹⁶ VINHAS, 1976: 120.

rancoroso, quase beatífico, dos exilados e as condições de miséria que muitos portugueses enfrentariam no Brasil, afirmou que eram

*tantos portugueses que perderam tudo em Portugal, em Angola e em Moçambique, e que contam amarguradamente o dinheiro que têm para sobreviver. [...] tantos portugueses que, sendo homens válidos, tiveram de recorrer à caridade, quando em alguns casos tinham sido capazes de juntar com trabalho e sacrifício considerável pecúlio, de que se vêem desapossados pelas irresponsáveis manobras de umas dezenas de fardados aprendizes que se julgam feiticeiros*¹⁷.

Vinhas via nestes colonos que fugiam de África as principais vítimas da Revolução de Abril. Dirigia as suas maiores esperanças para a resolução pacífica dos conflitos em Angola e para a crescente comunidade portuguesa recém-emigrada no Brasil que poderia, através da observação e da reflexão, demonstrar que, e de acordo com as suas palavras, «a maneira portuguesa é original, respeitável e experiência que, por sua validade, tem direito de futuridade»¹⁸. Os emigrantes portugueses e o Estado brasileiro poderiam, então, criar e fomentar, o que entendia ser, «o espírito de lusitanidade»¹⁹ e alargá-lo às novas nações africanas. Novamente, é a preocupação com a posição de Portugal no mundo, com a missão histórica e ecuménica do país e as formas possíveis da sua actualização e da sua aplicação na nova conjuntura política nacional e internacional o cerne das preocupações, dos projectos e da esperança da Direita portuguesa.

Joaquim Veríssimo Serrão dedicou-se, em *Marcello Caetano: Confidências no Exílio*, à descrição dos anos passados pelo último Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo no Brasil. Depois de uma curta permanência no Funchal, Américo Tomás e Marcelo Caetano chegaram a São Paulo a 20 de Maio de 1974. A 30 de Maio, já no Rio de Janeiro, Caetano foi convidado para ser professor numa universidade privada brasileira. Marcelo Caetano empenhava-se ainda na redacção de *Depoimento*, com o qual procuraria justificar a sua governação, a sua actuação no 25 de Abril e a sua posição face ao Império Colonial Português.

Contudo, e apesar da amizade e da lealdade que muitos lhe continuariam a manifestar, Veríssimo Serrão descreveu o estado psicológico de Marcelo Caetano como sendo de crescente amargura e tristeza em relação a quantos, tendo-o apoiado durante o seu consulado, o acusavam agora de ser o grande responsável pela queda do regime — Marcelo Caetano estaria deprimido. Como releva o autor, «Marcello Caetano sentia, no fundo, o estado de espírito do homem impotente para defender o bom nome ultrajado ou esquecido, quando muitos dos que tinham essa obrigação moral não erguiam a

¹⁷ VINHAS, 1976: 142.

¹⁸ VINHAS, 1976: 63.

¹⁹ VINHAS, 1976: 63.

voz em sua defesa e, até em muitos casos, lhe assacavam as culpas de não ter evitado a queda do regime»²⁰.

Ao contrário de muitos outros exilados, Caetano não terá passado os seus anos no Brasil a congeminar estratégias que lhe permitissem voltar a Portugal e retomar o poder, nem se terá juntado a conspirações contra-revolucionárias — sendo aqui de questionar se não o fez por entender que não valeria a pena ou que não seria a melhor forma de intervir no país ou se esteve ausente dessas conjurações por ser rejeitado pelos que as dirigiam. Dessarte, e dada a imagem com que a Direita ficou da sua governação, Marcelo Caetano dedicou os últimos anos da sua vida a fazer a defesa da sua honra e da validade dos seus actos políticos. Incapaz de granjear compreensão entre os seus adversários e impedido de regressar a Portugal, Marcelo sentiu-se profundamente injustiçado e cada vez mais frágil, quer física quer psicologicamente, acabando por falecer, a 26 de Outubro de 1980, no Rio de Janeiro.

Foi Carlos Tadeu quem, nas páginas de «A Rua», procurou traçar um quadro mais geral daquilo que considerou ser o «êxodo de portugueses para o estrangeiro, e muito especialmente para o Brasil» após a Revolução de Abril e «sobretudo ao longo do terrível pesadelo que foi a longa noite *gonçalvista*»²¹. Considerou, como os demais autores direitistas, que o radicalismo dos governos provisórios chefiados por Vasco Gonçalves produziu uma sangria dos melhores quadros técnicos e dos principais empresários e industriais do país. Admitiu, contudo, que apesar da sua importância económica para Portugal e do prejuízo causado pela fuga de muitos para o Brasil, «estes últimos [...] só muito escassamente chegaram a sentir o mal, a mordedura feroz do exílio»²². A maioria, que não pudera ou não tinha o que levar para o Brasil, dispunha apenas, nas palavras de Carlos Tadeu, do «seu desespero e [d]a sua revolta ante o espectáculo que Portugal oferecia ao mundo»²³.

Ou seja, é o próprio autor que confirma as profundas diferenças sociais e económicas entre aqueles que, abandonando o Império Colonial, escolheram o Brasil para prosseguir as suas vidas. Por outro lado, deve também ter-se em atenção, tal como já identificámos noutros discursos, que a Direita tendeu sempre a empolar a miséria desses migrantes para, desse modo, não só conseguir criar mais impacto junto do seu público-alvo, como também para produzir um mais arrebatador sentimento de comoção geral com a situação das pessoas que teriam sido afectadas pela descolonização.

Realçando a força e a coragem que todos tiveram que demonstrar para suportar e superar as vicissitudes do exílio e as dificuldades económicas experimentadas, Carlos Tadeu destacou, sobretudo, o papel das mulheres dos emigrantes portugueses, afirmando que

²⁰ SERRÃO, 1985: 133.

²¹ TADEU, 1978: 6.

²² TADEU, 1978: 6.

²³ TADEU, 1978: 6.

«será uma das páginas mais belas da história do grande êxodo o comportamento da mulher portuguesa no exílio. Sem lágrimas, sem recriminações, sem lamentos, cada uma delas procurou não ser um peso para o marido»²⁴.

Elogiando a tenacidade destas mulheres que se predispuseram a desempenhar qualquer trabalho que pudesse compensar o orçamento familiar, Carlos Tadeu não deixa, subrepticamente, de demonstrar que a elegia feita às mulheres é feita tendo por base uma concepção que as remete para a esfera do lar e da família, sendo em muitos casos degradante para a sua condição e aparência o exercício de determinados ofícios, como, por exemplo, a tapeçaria em que, segundo autor, «os dedos se lhes deformavam, as unhas enegreciam, as mãos perdiam a brancura»²⁵.

Gonçalo Mesquitela, antigo dirigente da União Nacional em Moçambique e elemento central da resistência oferecida pelos colonos europeus à descolonização, passou também largos anos no Brasil. A sua primeira série de crónicas publicada no jornal «A Rua» intitulou-se, justamente, *Cartas do Exílio*. Fruto do seu percurso, tende a reflectir, essencialmente, sobre as condições em que viviam os portugueses que, tal como ele, haviam fugido das colónias africanas rumo ao Brasil e a denunciar os crimes e actos lesivos dos interesses nacionais que entendia terem sido cometidos pelos políticos e pelos militares que assumiram as mais elevadas responsabilidades nas negociações tendentes à descolonização.

Por conseguinte, na sua primeira *Cartas do Exílio*, proclamou que se há voz que tinha de ser, então, ouvida pelos políticos portugueses era a dos que, «por amor a Portugal, estamos exilados no estrangeiro, sem podermos participar na génese da nova Pátria que tem de nascer dos escombros da antiga. Nós, os exilados; nós, os retornados (exilados em terra própria); nós os estrangeiros do Portugal novo, temos que ver reconhecido o direito de participar no Portugal Futuro»²⁶. No fundo, Gonçalo Mesquitela fez uso de um recurso discursivo comum à Direita nacionalista que, para além de apresentar os «retornados» e os «exilados» como as principais vítimas da Revolução de 25 de Abril de 1974, consiste na defesa de que o regime democrático não os soube nem quis acolher condignamente, não se tendo esforçado para integrá-los e para os colocar em condições de igualdade com a restante população portuguesa, transformando-os, desta forma, em cidadãos de segunda e permitindo que muitos vivessem nas mais graves condições de pobreza e de miséria.

Deste modo, Mesquitela postulou, numa outra *Cartas do Exílio*, que a emigração portuguesa que se seguiu ao 25 de Abril se revestiu de particularidades que a tornaram distinta de todas as outras vagas anteriores. O elemento que a tornava única era, nas palavras do autor, ter sido «alimentada por tantas fontes quantos os territórios

²⁴ TADEU, 1978: 6.

²⁵ TADEU, 1978: 6.

²⁶ MESQUITELA, 1976a: 10.

que constituem a Pátria despedaçada pela “exemplar descolonização”²⁷. Quanto aos «exilados» que chegavam da Europa, o autor declarou terem existido quatro vagas sucessivas: a primeira foi composta pelos homens que dirigiram ou que estavam profundamente ligados à chefia do Estado Novo; a segunda, teria sido a dos «refugiados do gonçalvismo; em seguida, os descrentes do “socialismo original”»; e, por fim, a quarta corresponderia ao conjunto de técnicos, empresários, industriais e professores universitários que teriam abandonado Portugal devido à instabilidade, à crise económica ou a outros factores de ordem política²⁸.

Apesar de defender que os emigrados vindos de Portugal haviam fugido do caos, da desordem, do «terror gonçalvista», das nacionalizações, das ocupações de terras e de empresas e das prisões arbitrárias, Mesquitela sublinhou que eram os fugidos de África quem carregava os maiores traumas e sofria as maiores angústias.

Estes últimos sentir-se-iam traídos, aviltados e roubados por um país que diziam ter servido da mais nobre forma — colonizando África ou, na sua concepção, desenvolvendo e enriquecendo a ex-colónias. Depois do 25 de Abril, estes homens e estas mulheres teriam sido «acusados por Lisboa de colonizadores, no mau sentido do termo, viram de súbito tudo o que tinham criado em fraternidade racial desfeito intencionalmente pelas manobras fulminantes de partidos e de pessoas da Europa»²⁹. Vitimizando os retornados, Gonçalo Mesquitela fez a defesa do papel desempenhado por Portugal nas ex-colónias africanas — vistas ainda como parcelas naturais e inseparáveis do território português —, frisou o pretensado espírito ecuménico, universalista e tolerante dos portugueses que, ao contrário de outros povos colonizadores, teriam vivido em «fraternidade racial» com os autóctones dos territórios ocupados.

Pretensamente rejeitados e humilhados pelo Governo português, esses homens e mulheres vindos de África teriam encontrado no Brasil uma nova

*Terra Prometida, onde é possível ainda ser-se português com dignidade e respeito, ser-se menos estrangeiros do que aqueles que, confiando em sentimentos renegados por Lisboa, ali tentaram acolher-se, enxameando hoje as ruas na triste sina de “retornados”, insultados, desprezados, vivendo em terra própria à custa de esmolas alheias, judeus do neo-nazismo socialista português*³⁰.

Assim, os que se «exilaram» no Brasil teriam sido tratados com maior dignidade e respeito, não obstante serem cidadãos estrangeiros, do que aqueles que escolheram voltar ao seu país de origem. A criticada ditadura militar brasileira trataria melhor,

²⁷ MESQUITELA, 1976b: 4.

²⁸ MESQUITELA, 1976b: 4.

²⁹ MESQUITELA, 1976b: 4.

³⁰ MESQUITELA, 1976b: 4.

na narrativa que se pretendeu cristalizar, os «refugiados» da descolonização portuguesa do que a Democracia cuidaria das suas vítimas. Demagógica e populisticamente, procurando acicatar os ânimos contra o regime democrático, Gonçalo Mesquitela compara o regime nazi com aquele que foi construído em Portugal depois da Revolução, tentando fazer equivaler o genocídio de milhões de judeus às dificuldades económicas que uma parte dos «retornados» sofreu durante os primeiros anos no país.

Jaime Nogueira Pinto partiu para Angola, como voluntário, em Julho de 1974 — fê-lo por entender que seria na defesa do Império Colonial Português que se travaria o combate decisivo em prol da sua concepção teleológica da nação portuguesa. Pretendia contribuir para retardar ou, se possível, impedir a independência angolana, garantir que os interesses e os bens dos colonos portugueses permaneceriam defendidos e em suas mãos e dinamizar o que classificou como «os sectores pró-portugueses e anticomunistas». Como? Criando em Angola «uma espécie de OAS [Organisation Armée Secrète] que mobilizasse os colonos, fizesse alianças com os “pretos bons”, neutralizasse os MFAs de lá e fosse um ponto de partida para uma reviravolta na metrópole»³¹. Nascia assim a Frente Revolucionária de Angola (FRA).

Nogueira Pinto descreve os objectivos da FRA como sendo, essencialmente, de «acção psicológica» e de «*agitprop*, criando um mito, uma lenda»³² que pudesse assustar os independentistas e os homens do Movimento das Forças Armadas. A organização conduziu também operações de tipo paramilitar, até porque, segundo o autor, «importava [...] não estar quieto, tentar coisas contra o apocalipse que se aproximava»³³ e, portanto, todo o tipo de acções, sobretudo as violentas, poderiam contribuir para, por um lado, frustrar os planos dos movimentos independentistas e, por outro, fazer uma demonstração de força face aos Governos provisórios da metrópole cuja inclinação era, manifestamente, no sentido da descolonização definitiva dos territórios africanos ainda sob domínio português.

O 28 de Setembro apanhou Nogueira Pinto na província angolana de Uíge, onde desenvolvia as actividades subversivas — ou de defesa do Portugal pluricontinental, de acordo com o seu entendimento. Segundo narrou, pôs-se de imediato em fuga em direcção à África do Sul. Iniciava-se, assim, um êxodo que o haveria de conduzir a Pretória, Joanesburgo, Rio de Janeiro, Madrid e Badajoz³⁴. Foram, segundo relata o autor, «as noites dos grandes planos para a Guerra, das esperanças frustradas, dos contactos, da expectativa numa grande Aventura redentora»³⁵.

Trinta e oito anos depois, em *Jogos Africanos*, Nogueira Pinto fez uma descrição menos romântica dos meses passados na África do Sul. Nesta obra, o autor relata a

³¹ PINTO, 2011: 21.

³² PINTO, 2011: 27.

³³ PINTO, 2011: 27.

³⁴ PINTO, 1980: 8.

³⁵ PINTO, 1980: 8.

«rotina calma e segura» que teve em Joanesburgo. Aí conseguiu arranjar emprego como tradutor, o que lhe permitia, segundo afirmou, «viver: pagávamos o hotel à cabeça e ficávamos com dinheiro à conta para a lavandaria, para cigarros e para trocar livros de *poche* num alfarrabista»³⁶. Para além do trabalho, das leituras e dos passeios nos parques com o filho, Jaime e Maria José Nogueira Pinto foram ainda «participando na vida dos exilados políticos, tentando fazer qualquer coisa»³⁷ e, desse modo, mantendo vivos os laços de solidariedade e de camaradagem entre os nacionalistas e contra-revolucionários portugueses que se encontravam na África do Sul.

Em nenhum dos vários textos consultados, Jaime Nogueira Pinto descreveu o ano passado no Rio de Janeiro, as razões que o levaram a partir para o Brasil com a família ou aquelas que os fizeram regressar à Europa. Com rigor e através de fontes escritas, sabe-se apenas que em Junho de 1976 partiu para Madrid. Na capital do Estado espanhol o autor participou, segundo afirmou, «na fase final dos movimentos anticomunistas, ELP e MDLP»³⁸. Ficaria em Madrid até 1978, participando, desde 1976, activamente na imprensa direitista, nomeadamente no semanário «A Rua» e aguardando, serenamente, que a situação política em Portugal se clarificasse e estabilizasse para que, então, pudesse regressar definitivamente ao país.

Em virtude das consequências políticas do 25 de Novembro de 1975 e do encerramento, pelo menos no plano governamental, do ciclo revolucionário, muitos dos «exilados» políticos da Direita radical foram, progressivamente, regressando a Portugal a partir de 1976, sendo uns paulatinamente reintegrados na vida pública e outros ressarcidos ou indemnizados pelas nacionalizações e pelas colectivizações agrícolas. Reverteram-se os saneamentos de 1974 e 1975, o mesmo destino coube à banca, às empresas e às terras nacionalizadas — encerrava-se o período revolucionário com o Partido Socialista a liderar o processo de reintegração dos ex-governantes do Estado Novo, de ex-pides e legionários, de empresários e de banqueiros que se haviam evadido e que tinham transferido, ilegalmente, para fora do país elevadas somas de divisas, dos militares colonialistas e dos que orquestraram os golpes contra-revolucionários juntamente com o general António de Spínola, dos financiadores, dos ideólogos, dos cabecilhas e dos operacionais dos movimentos bombistas — todos voltavam e, quando julgados em tribunal, absolvidos ou condenados a penas menores.

Jaime Nogueira Pinto declarou que também lhe foi oferecida uma reintegração rápida e que consistiria em entrar no país, apresentar-se ao serviço nas Forças Armadas, cumprir umas semanas de serviço e ser passado «pacificamente à disponibilidade»³⁹, readquirindo todos os direitos cívicos e resolvendo todas as questões pendentes com

³⁶ PINTO, 2011: 41.

³⁷ PINTO, 2011: 41.

³⁸ PINTO, 2011: 80.

³⁹ PINTO, 2011: 80.

a justiça portuguesa. O autor, contudo, não quis alinhar no que qualificou como sendo uma «fantochada»⁴⁰ e insistiu que queria ser levado a julgamento — com efeito, seria julgado e absolvido de todos os crimes de que era acusado em 1981.

Ao contrário de parte significativa do corpo de oficiais que compunha o círculo de António de Spínola, Alpoim Calvão não fugiu para o Brasil depois do 11 de Março. Instalou-se em Madrid, centro das actividades conspirativas e onde se encontravam os operacionais dos movimentos terroristas. Aí procurou «reunir elementos que, no país, se encontravam exilados»⁴¹ — o objectivo era o de montar um grupo clandestino de acção anticomunista e contra-revolucionária que pudesse agir em Portugal dirigido a partir do exterior. Dois meses bastaram para reunir as condições materiais e financeiras, os apoios e os homens necessários para fundar o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal que, durante cerca de um ano, perpetrou ataques terroristas em solo português contra os partidos revolucionários, sobretudo contra as sedes locais do Partido Comunista Português, e contra a Intersindical. Além do aspecto operacional, em que só estavam envolvidos os elementos que se encontravam em Espanha, Alpoim Calvão realçou ainda as consideráveis diferenças económicas entre os que viviam em Madrid e os que estavam no Brasil: «enquanto o grupo de oficiais no Brasil dispunha de generosas condições de vida proporcionadas por alguns brasileiros [...], a nossa situação em território espanhol era completamente diversa: não havia dinheiro, nem meios materiais»⁴².

Em Maio de 1975 chegaram a Madrid, prontos a colaborar com o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal, vários membros da direita radical que haviam estado ligados ao Movimento Federalista Português-Partido do Progresso, nomeadamente, de acordo com Alpoim Calvão, José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo, António Marques Bessa e Manuel Queirós Pereira⁴³. Como relatou Francisco Van Úden, outro grupo de exilados em Madrid dava corpo ao Exército de Libertação de Portugal⁴⁴.

Por conseguinte, foi do seio da comunidade dos «exilados» políticos da Revolução de Abril que nasceram os dois grupos terroristas que incendiaram e destruíram edifícios por todo o país e que cometeram atentados bombistas e assassinaram militantes de esquerda. A disponibilidade de recursos financeiros e humanos que estas operações clandestinas demonstram, os apoios de que certamente foram alvo, inclusive de personalidades ligadas à governação do país e à sua cúpula militar, e o amparo que lhes foi oferecido pelo regime franquista, colidem com a ideia que, como vimos expondo, a Direita procurou veicular acerca do «exílio» político no pós-25 de Abril.

⁴⁰ PINTO, 2011: 80.

⁴¹ CALVÃO, 1976: 45.

⁴² CALVÃO, 1976: 45.

⁴³ BERNARDO, 2004: 356.

⁴⁴ BERNARDO, 2004: 397-403.

NOTAS CONCLUSIVAS

Na curta exposição apresentada, cremos ter deixado claro que sob o rótulo do «exílio» foram colocados indivíduos e grupos de origem muito diversa, cujos motivos para não estarem em Portugal eram muito diferentes e cujas ambições políticas eram, objectivamente, díspares. De facto, não se podem comparar os ex-colonos de África que partiram para a África do Sul ou para o Brasil à procura de recuperar ou de melhorar as condições de vida que tinham nas antigas colónias, com a dos militares, políticos, intelectuais e empresários que em Madrid, com o apoio activo do regime franquista, se empenharam profundamente na conspiração contra-revolucionária e subversiva, que criaram movimentos terroristas e que delineararam estratégias várias de intervenção na vida política portuguesa.

Por conseguinte, cremos ter conseguido justificar as reservas colocadas quanto à aceitação da condição de exilados à larga maioria dos que com ela se procurou cobrir. Por outro lado, e embora os direitistas tenham procurado operar essa similitude entre foragidos à justiça e ex-colonos que se viram forçados a abandonar África, a verdade é que estamos perante grupos e percursos perfeitamente distintos e que, não obstante poderem coincidir na defesa do Império Colonial, nenhum dos dois se insere na noção comum de exílio.

Soma-se à adulteração terminológica para efeitos de propaganda e de conquista de apoios junto da sociedade portuguesa, nos textos mais recentes, um esforço de reescrita da história do período revolucionário, a denúncia do «terror vermelho» ou «gonçalvista», das prisões arbitrárias, das fugas para o estrangeiro sem meios de subsistência e a descrição da miséria vivida por muitos dos «exilados» quando, na verdade, a Direita radical, com o patrocínio de banqueiros, de empresários, de industriais, da alta hierarquia da Igreja, dos serviços secretos de vários países e até com ligações a partidos legais, criava e organizava dois movimentos terroristas que puseram Portugal em clima de guerra civil larvar no Verão de 1975.

Pelo que, na nossa reflexão, nem a condição de exilados nem a de vítimas da Revolução se pode aplicar aos direitistas portugueses, sendo os testemunhos apresentados nesse sentido, e não pondo em causa que pudessem sentir-se injustamente perseguidos e obrigados ao silêncio ou à fuga, interpretados, sobretudo, como parte de uma manobra de vitimização política e ideológica mais ampla.

Defensores de que o país fora traído a 25 de Abril de 1974, que as condições materiais e imateriais da existência independente de Portugal foram destruídas com o processo de descolonização, que o biénio revolucionário de 1974-1975 produziu mais arbitrariedades e mortes do que a ditadura estadonovista, de que se instaurara, a nível educacional e cultural, uma ditadura intelectual marxista e de que a Democracia estava a destruir, pela sua inerente fraqueza, ineficácia e corrupção o pouco que restava ainda do país, os direitistas procuraram, isso sim, através deste e de outros recursos narrativos,

fazer corresponder a sua sorte à de Portugal. Se os únicos que efectivamente o defendiam, estando disponíveis, inclusive, para sacrificar as suas próprias vidas foram derrotados, irremediavelmente o país também o fora.

Por fim, seria impossível realizar uma obra de restauração ou de refundação nacional sem, por um lado, recusar todo o legado político, social, económico e cultural revolucionário e, por outro, sem voltar a alancorar ao poder os nacionalistas. Pelo que, e procurando criar o mesmo impacto que haviam conseguido os antifascistas com as suas narrativas de censura, de perseguição, de prisões arbitrarias, de tortura, de exílio e até de assassinato às mãos do Estado Novo, a Direita radical emulou o discurso e os termos buscando a sua reabilitação política.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- BERNARDO, Manuel Amaro (2004) — *Memórias da Revolução (1974-1975)*. Lisboa: Prefácio.
- CALVÃO, Alpoim (1976) — *De Conacry ao MDLP*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- CARVALHO, Miguel (2017) — *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa: Oficina do Livro.
- CAZAL-RIBEIRO, Francisco (1978) — *Longos Dias*. Queluz: Literal.
- CERQUEIRA, Armando (2015) — *Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)*. Lisboa: Parsifal.
- CHILCOTE, Ronald H. (2014) — *A Revolução Portuguesa: Estado e Classes Sociais na Transição para a Democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERRARESI, Franco (1996) — *Threats to Democracy: The Radical Right in Italy After the War*. Nova Jérсия: Princeton University Press.
- MADEIRA, Bruno (2019) — «Homens em ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- MAILER, Phil (2018) — *Portugal: A Revolução Impossível?* Lisboa: Antígona.
- MARCHI, Riccardo (2017) — *A direita nunca existiu: as direitas extraparlamentares na institucionalização da democracia portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MESQUITELA, Gonçalo (1976a) — *Carta do Exílio*. «A Rua», n.º 13 (1 Jul. 1976), p. 10.
- (1976b) — *Carta do Exílio (V): o de profundis clamavi dos emigrados*. «A Rua», n.º 27 (7 Out. 1976), p. 4.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2003) — *O Poder Caiu na Rua: crise de Estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PINTO, Jaime Nogueira (1980) — *Noite de Outubro*. «O Diabo», n.º 198 (14 Out. 1980), p. 8.
- (1996) — *Alegações em Causa Própria*. Lisboa: [Edição de Autor].
- (2011) — *Jogos Africanos*. 4.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985) — *Marcello Caetano: Confidências no Exílio*. 6.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- TADEU, Carlos (1978) — *Felizmente limpos*. «A Rua», n.º 86 (2 Fev. 1978), p. 6.
- VARELA, Raquel (2014) — *História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora.
- VINHAS, Manuel (1976) — *Profissão Exilado*. Lisboa: Editora Meridiano.

O ESTRANGEIRO: APATRIDIA E *VIDA NUA* SOB UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA EM ARENDT E AGAMBEN

KELLY JANAÍNA SOUZA DA SILVA*

Resumo: *Em nossos dias, a questão das migrações e suas diversas consequências políticas e sociais retoma com força o cenário de debates devido às dramáticas cenas que envolvem refugiados. O caráter contemporâneo de tais discussões, porém, não deve encerrar a ideia de que se trata de evento novo: grandes fluxos migratórios são comuns há mais de um século, acentuados em períodos de grandes ações e crises políticas. Hannah Arendt foi uma das pensadoras políticas que expressou grande preocupação acerca do assunto, teorizando tais questões a partir do conceito de apátrida e de reflexões que abordam o problema de forma profunda. Giorgio Agamben, por sua vez, nos traz o conceito de vida nua, que dialoga com a apatridia em seu viés contemporâneo. Sendo assim, uma análise que retome ambos os conceitos discutidos pelos filósofos possui relevância política e moral imediata.*

É importante lembrar que as razões pelas quais as pessoas migram do seu país de origem não se restringem a situações-limite, como guerras ou catástrofes, mas também casos em que um país não possui mais autossuficiência para fornecer direitos mínimos ou a garantia de necessidades básicas, incluindo renda e emprego. A proposta desse trabalho é discutir tais questões à luz do pensamento arendtiano, uma vez que nenhum ser humano deveria ser marginalizado por uma condição de vida desprotegida.

Palavras-chave: *Estrangeiro; Apátrida; Migrações; Vida nua.*

Abstract: *Nowadays, the issue of migration and its several political and social consequences resumes the stage of debates due to the dramatic scenes involving refugees people. The contemporary nature of such discussions, however, should not contain the idea that this is a new event: large migratory flows have been common for more than a century, accentuated in periods of major political actions and crises. Hannah Arendt was one of the political thinkers who expressed great concern about the subject, theorizing such questions from the concept of statelessness and some reflections that approach the problem in depth. Giorgio Agamben, in turn, brings us the concept of bare life, which dialogues with statelessness in their contemporary bias. Thus, an analysis that takes up both concepts discussed by philosophers has immediate political and moral relevance.*

It is important to remember that the reasons why people migrate from their country of origin are not restricted to limiting situations, such as wars or catastrophes, but also in cases whose a country is no longer self-sufficient to provide the minimum rights or to guarantee basic needs, including income and employment. The purpose of this paper is to discuss such issues in the light of Arendtian thinking, because none human being should be marginalized by an unprotected condition of life.

Keywords: *Foreigner; Statelessness; Migrations; Bare life.*

* Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio concluído na Freie Universität Berlin (FU), e pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: kelly.janainassilva@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em nossos dias, a questão das migrações e suas diversas consequências políticas e sociais retoma com força o cenário de debates devido às dramáticas cenas que envolvem refugiados. O caráter contemporâneo de tais discussões, porém, não deve encerrar a ideia de que este se trata de um evento novo: grandes fluxos migratórios são comuns há mais de um século, acentuados em períodos de grandes ações e crises políticas, e se destacando nas obras de importantes pensadores. Hannah Arendt foi uma das pensadoras políticas que expressou grande preocupação acerca do assunto, teorizando tais questões a partir de reflexões que abordam o problema de forma profunda. As ramificações de sua análise se estendem a diversas áreas, como a Sociologia, o Direito, a Ciência Política e a Filosofia.

Hannah Arendt, pensadora judia alemã, precisou fugir da Alemanha aos 27 anos, em 1933, refugiando-se temporariamente em Paris, conseguindo evadir-se aos Estados Unidos da América somente em 1941. Sua experiência marcou fortemente os seus escritos políticos e filosóficos, imprimindo caráter especial às suas conceituações de *pária* e *apátrida*¹, entre outras implicações políticas sobre a questão de ter direitos.

Giorgio Agamben — filósofo italiano contemporâneo, conhecido especialmente por trabalhar questões sobre os atuais formatos do estado de exceção — nos traz, por sua vez, o conceito de *vida nua*, que pode ser resumido como a exclusão da proteção jurídica instituída daquelas vidas que não se submetam à ordem preestabelecida. Contemporaneamente, existem dois tipos de vida nua: o imigrante² ilegal e o refugiado. O status social e político o qual estes estrangeiros devem se adequar para simplesmente serem atendidos em suas necessidades básicas (identidade, habitação, saúde), e para ter direitos, traz à luz o conceito de *apátridas*, de Hannah Arendt, que significa a pessoa humana a qual nada resta, nem mesmo a dignidade de sua vida cujos direitos básicos atestam o valor e a utilidade. É nesse sentido que importa confrontar as semelhanças dos conceitos de apatridia e vida nua e as suas implicações morais e políticas nos eventos contemporâneos de migrações.

Em termos gerais, é possível colocar que o estado de apatridia abrange a condição da vida nua. O apátrida não dispõe do intercuro jurídico para velar por ele, e nem mesmo estâncias superiores que possam reconhecê-lo. O drama dos apátridas se estende para além da perda de suas casas e do tecido social que compõe seu lugar no mundo: trata-se da não-aceitação e do não-pertencimento a um Estado-nação, sem os quais

¹ Nestes prolegômenos, os conceitos de *apatridia*, de Hannah Arendt, e *vida nua*, de Giorgio Agamben, são apenas mencionados, concentrando abordagem mais profunda ao longo do texto.

² *Imigrante* — que se refere ao ator do evento da *imigração*, qual seja, entrar em outro país para estabelecimento de residência ou trabalho em caráter permanente ou temporário — é o termo mais em voga atualmente, e será utilizado nesse trabalho com o objetivo de promover amplamente o diálogo contemporâneo que enseja abranger os demais conceitos aqui abordados: *os refugiados*, a *apatridia* e a *vida nua*. De certo modo, o *imigrante* é, atualmente, o catalisador de todos os demais conceitos.

eles não podem readquirir importância na organização política. Logo, traz o questionamento sobre o aparato de sociedades desenvolvidas para receber sob sua legislação política aquelas pessoas consideradas «estrangeiras», ou diferentes. A legitimada dicotomia «nós-eles» promove um esvaziamento do teor de sensibilidade, afastando o caráter de empatia pela situação vivida por essas pessoas.

É importante lembrar que as razões pelas quais as pessoas migram do seu país de origem não se limitam a situações-limite, como guerras ou catástrofes, mas também casos em que um país não possui mais autossuficiência para fornecer direitos mínimos ou a garantia de necessidades básicas, incluindo renda e emprego. E mesmo neste caso, em que não houve um deslocamento forçado, não implica que o imigrante deva ser marginalizado por uma condição de vida desprotegida.

Conclui-se, então, que a ideia da soberania moderna não parece ter preparo para lidar com as diversas variáveis implicadas nas migrações. A proposta desse trabalho é discutir tais questões à luz do pensamento filosófico, no qual tanto Arendt quanto Agamben têm sua força afirmada, e que vêm se reafirmado em eventos atuais como este. O artigo, porém, não tem a intenção de esgotar o debate ou transgredir muito os assuntos políticos atuais, mas manter a discussão das questões acadêmicas de que trata, limitando o escopo de seu objetivo à breve análise e explanação dos eventos correntes, com o confronto e o diálogo dos conceitos e autores supracitados, sem, no entanto, tratar da relevância científica do tema, caso haja, ou propor soluções definitivas, uma vez que é um problema filosófico que engloba também aspectos sociológicos, econômicos e geopolíticos.

1. O ESTRANGEIRO: BREVE RETOMADA HISTÓRICA E A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A palavra refugiado é um termo inglês (*refugee*) que deriva do francês *refugié*. Utilizada na França desde 1573, em referência a pessoas que fugiam da perseguição religiosa, ele pode ter tido origem nas expulsões em massa que aconteceram na Europa entre os séculos XV e XVI, para mais tarde ser inserido no cenário político americano (devido à expulsão dos huguenotes da França em 1685), e se alastrar como uma «categoria» de pessoas a partir das duas grandes guerras e da Guerra Fria³. Já a palavra *estrangeiro*, que já contém em si mesma o sentido de «estranho», provém da palavra francesa *étranger*, cuja origem é *étrange* (*estrange* até o século XII), por sua vez do latim *extranĕus* (estranho, de fora). Como define Nevzat Soguk, (Professor de Ciência Política na Universidade do Havaí), o estrangeiro é aquele que não integra o Estado ou o grupo de Estados que aquele Estado pretende representar; ao contrário, são os cidadãos que pertencem⁴.

³ SOGUK, 1999: 57-59.

⁴ SOGUK, 1999: 88-89.

Nesse sentido, parece haver uma oposição entre o *estrangeiro* e o *cidadão*, quase de forma mutuamente excludente.

A definição atual que enquadra o refugiado no Direito Internacional, a partir da Convenção relativa aos refugiados de 1951, é a seguinte:

*A expressão refugiados se aplica a qualquer pessoa que, em virtude de fundado medo de sofrer perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou convicção política, se encontra fora do país da qual é nacional e está impossibilitada ou, em virtude, desse fundado medo, não deseja se entregar à proteção deste país*⁵.

Logo, o imigrante, embora não se insira exatamente no tipo mencionado, se insere na mesma forma de vida desprotegida em que ambos vivem. Hannah Arendt aborda sensivelmente o assunto em *As origens do Totalitarismo*, no qual também aborda conceitos como os *párias* e os *apátridas*. Os *párias* eram uma camada social que tinha a vida totalmente à disposição do arbítrio do sistema totalitário do Governo, a qual a autora trata em seus *Escritos Judaicos* pelo viés do judeu europeu. Já os *apátridas* eram indivíduos que, ao deixarem o seu Estado, eram desvinculados de sua nacionalidade, perdendo, conseqüentemente, todo e qualquer direito social e/ou político, passando a formar um grupo que não integrava nenhum país. Eles surgem por meio dos projetos de desnacionalização em massa e são uma parcela da população que não se considera pertencer a parte alguma, uma vez que a nacionalidade é um dos principais aspectos responsáveis pela formação da identidade. Nessa fase, a primazia era da soberania estatal perante qualquer outra fonte, logo, a essas pessoas é atribuído um status de «não pertencimento», podendo elas ser perseguidas livremente e dispostas pelos governantes como estes assim desejassem. O maior exemplo de *apátridas* foram os judeus no período da Segunda Guerra Mundial que, como classe, passavam à categoria de sub-humanos ao olhar geral, isto é, abaixo da condição da humanidade. Adiante, com o insucesso dos tratados com vistas aos direitos das minorias, os Estados passaram a criar políticas arbitrárias visando a exclusão desses povos sem Estado, considerando-os como sujeitos fora da lei. Arendt comenta que tal questão não se tratava de qualquer problema material de superpopulação, mas ao invés de um problema demográfico ou de espaço, tratava-se de uma questão de organização política.

Contemporaneamente, temos exemplos que não são encontrados na teoria de Arendt, mas que vão perfeitamente ao seu encontro, que são os imigrantes ilegais e os refugiados. Esses dois casos enquadram-se com exatidão no fenômeno da *apatridia*, a qual torna a situação dessas pessoas uma forma de «exclusão legal». A partir disso,

⁵ COSELLA, 2001: 19-20.

pode-se mencionar o filósofo contemporâneo Giorgio Agamben e o seu conceito de *vida nua*. Em seu livro *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, Agamben estabelece de forma precisa o status social dessas pessoas, que estão à parte da sociedade atual. O conceito de *vida nua*, ainda que pareça sugerir uma vida intocada pela captura socio-política, ao contrário, diz respeito ao espaço altamente artificial criado pelas estruturas de poder ao excluir da proteção jurídica qualquer forma de vida que não se submeta à sua ordem — e também das condições a que essa vida precisa se subordinar para estar sob o abrigo da legalidade. A *vida nua* é, então, a experiência de desproteção jurídica, política e social, e um estado de ilegalidade perene de quem é submetido a viver como que em um «estado de exceção» permanente. Ela pode se estender desde o *homo sacer* — que é a vida humana sacrificável, condenada à banição pelo direito romano, até o presídio norte-americano de Guantánamo, em Cuba⁶, passando ainda pelos campos de concentração e de extermínio nazistas, e às suas adaptações individuais contemporâneas.

As razões pelo fluxo de pessoas não se limitam a expulsões e desnacionalizações em massa, mas também ocorrem nos casos em que o país não pode mais tutelar e dar direitos mínimos à população; a população passa a não possuir uma renda suficiente, de modo a garantir suas necessidades básicas, ou em que não há ofertas de emprego suficientes para que os cidadãos possam atingir este fim. Nesses casos, ainda que o deslocamento não seja forçado por uma política ou lei, ele se torna necessário para garantir o bem-estar pessoal, aqui, a própria sobrevivência.

Como a migração depende de um visto para entrada legal no território de outro país, a não concessão deste, em grande parte dos casos, é o que leva essas pessoas a «invadir» esse outro território, vivendo à margem dele tanto legal quanto politicamente — ou seja, como parte excluída da sociedade.

Imigrantes ilegais e refugiados compartilham algumas características, na maioria das vezes, como uma consequência da sua forma excluída de vida. Em geral, levam vidas solitárias e economicamente pobres; não recebem apoio regular da sociedade onde vivem e podem ser olhados pelos nativos como concorrentes ou como não merecedores de serem vistos como as pessoas locais. Elas acabam contribuindo singularmente para a formação de uma identidade político-cultural do Estado no qual se encontram — e essa é uma característica fundamental, uma vez que estabelecer o que não compõe um local também é elementar para a ideia de identidade e pertencimento. Nesse sentido, o que é externo àquele grupo — o exterior, o estrangeiro — é parte componente importante, ainda que nem sempre bem-vindo.

⁶ A Prisão de Guantánamo (oficialmente, Guantánamo Bay Detention Camp), é uma prisão militar estadunidense que integra a Base Naval da Baía de Guantánamo, na província homônima, em Cuba, abrigando três campos de detenção: Camp Delta, Camp Iguana e Camp X-Ray. As condições dos presos mantidos no campo de Guantánamo já foram alvo de duras críticas, tanto por parte de governos como de organizações humanitárias internacionais. Segundo a Cruz Vermelha, estes prisioneiros são vítimas de tortura, em desrespeito aos direitos humanos e à Convenção de Genebra.

Outro fator a se destacar é que, se em outras épocas esse elemento estranho podia ser objeto de curiosidade, na contemporaneidade, ele pode ser tido como agente de instabilidade e anarquia, especialmente por representar uma ameaça explícita ou velada às possibilidades de amparo e recurso que, por lei, competiria apenas aos cidadãos natos de um local. Então, em parte, a não-aceitação plena de um estrangeiro em uma comunidade diz também respeito ao que ele representa em termos de macular a cultura local, ou ainda, de estar em posição de disputar os mesmos empregos, posições ou recursos outrora destinados somente aos cidadãos natos. A sua própria cultura ou aparência também podem «destoar» da local, sendo sentidas especialmente por meio do racismo. Contemporaneamente, tais entes carregam consigo a perturbação da paz interna de um país, além da desestabilização da vida pública da nação a qual se encontram. Existe em toda a parte certo «entranhamento cultural» que não deseja ser perturbado pelo elemento estranho, e que se reproduz e sobrevive também na forma de intolerância e preconceito. Aqui, não preconiza-se avaliar moralmente quem está certo ou errado, mas apenas demonstrar como o apego a tradições pode resultar em exclusão, ideias sociais e políticas preconcebidas, além, é claro, da não reflexão acerca da condição de alteridade que o diferente proporciona. Diz Arendt em seu ensaio *Nós, refugiados*:

Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida cotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos⁷.

Contudo, ainda que muitas variáveis e aspectos observados possam ser negativos na aceitação do estrangeiro, em se tratando de casos isolados, em geral, ele pode ser bem quisto e adaptado à nova sociedade. Essa realidade muda, porém, quando surge um grande contingente de povos sem Estado, graças à desnacionalização em massa ou outras razões políticas agravantes. Os Estados, em geral, não sabem como lidar com estes novos sujeitos, passando a tentar repatriá-los de qualquer forma — ou seja: a tentar deportá-los para o seu país de origem, ignorando as condições que os levaram a pedir abrigo. Tal fluxo incontrolável de refugiados, somado à falta de preparo dos governantes para lidar com a situação, levaram à abolição tácita do direito de asilo, que um dia fora marco dos Direitos Humanos. Hoje, o direito de asilo reside individualmente nas leis de cada nação, podendo ser negado, e confrontar o direito de ser asilado.

A dicotomia «nós-eles»/«nativos-estrangeiros» leva a tal distanciamento, que não somos mais capazes de ter sensibilidade, solidariedade ou empatia em relação à situação vivida por estas pessoas, vistas como «encargos sociais» — que são os refugiados e os

⁷ ARENDT, 2007: 8.

imigrantes ilegais. De maneira geral, ainda que muitos países trabalhem para ampliar suas políticas públicas no que tange ao recebimento de pessoas estrangeiras, seja pelas condições político-econômica de nações inteiras que se corrompem, seja pelo direito individual de pedir asilo, ainda há um déficit muito grande regendo a maior parte das legislações e constituições, resultando em que o refugiado permaneça com o estigma de um fardo social e um problema a ser resolvido pelo país de destino, além de, muitas vezes, por estas mesmas razões, tornar-se ele um imigrante ilegal, passando a integrar a apatridia discorrida por Arendt, e todas as consequências funestas dessa condição.

CONCLUSÃO: A REFLEXÃO PROPOSTA POR ARENDT

Arendt visa em sua análise o direito a ter direitos. Entretanto, não fica claro se ela está se referindo ao direito de manter seus direitos, no caso já existentes, ou daqueles que não possuem nenhum direito de adquirirem os que lhe são inerentes. Aliás, cabe também a reflexão sobre o que seria um direito inerente. Fica, então, o questionamento sobre um direito a ter direitos de cunho moral. Ou seja, se existe um atributo moral que dá a qualquer pessoa o direito a ter determinados direitos positivados, pelo simples ato de nascer (e, não necessariamente, nascer em dado território. O simples pertencimento à espécie humana ofertaria, então, certos resguardos, como propõem os Direitos Humanos?).

Neste caso, em resposta afirmativa, estas pessoas teriam o direito a esses direitos positivados mesmo em circunstâncias nas quais elas não possuem, em tese, nenhuma espécie de direito. Contudo, em um plano em que apenas o Estado possa dar tais direitos, dentro da proposição arendtiana é preciso pensá-los como direito material e fático — e não como se a validade desses direitos no âmbito moral dependessem da tutela e aprovação de qualquer motivo outro que não o próprio fato de pertencer à raça humana. Colocar esses direitos como dependentes do arbítrio e da vontade estatal é invalidar por completo a argumentação observada.

Humanidade, que para o século XVIII... nada mais significava do que uma ideia reguladora, hoje se tornou um fato do qual não se pode escapar. Essa nova situação, na qual [a] “humanidade” assumiu de fato o papel anteriormente prescrito à natureza ou história, significaria neste contexto que o direito a ter direitos ou o direito que cada indivíduo tem de pertencer à humanidade, deve ser garantido pela própria humanidade⁸.

Entretanto, o que temos hoje parece estar mais para os termos de Agamben, o *homo sacer*, que é a vida nua legitimada, uma vez que o valor da vida humana se dá prioritariamente pelo direito positivado, e não mais pelo valor sagrado que um dia a vida em si teve.

⁸ ARENDT, 1995: 14, *apud* MICHELMAN, 1995.

Agamben diz que: «Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida de quem é capturado nesta esfera»⁹.

Em conclusão, observa-se que cada vez mais nas sociedades contemporâneas os estados diferem seus cidadãos com base na vida nua, tomando os critérios de atribuição de cidadania e direitos segundo critérios próprios, cada vez mais distantes do que visava à vida na pólis política. Desse modo, parece não se estabelecer mais uma reflexão moral sobre «qual é a vida digna de ser vivida» e a que não o é; não há uma base ética nessa inflexão, mas sim, o crivo de uma decisão política — isto é, é o *soberano* (nesse caso, representado por instituições governamentais) que indica se dada vida tem este valor ou não. Logo, a ideia da biopolítica e da soberania moderna enfraquecem, senão destroem, os pilares do que de fato deveria ser o «direito a ter direitos» como este foi planejado: de forma igualitária a todos os seres, pelo simples fato destes consistirem em direitos morais, que devem ser apenas solidificados pelos Estados nos quais os sujeitos se encontram.

Como convida a refletir Agamben, será que existem vidas humanas que perderam a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, — tanto para o portador da vida como para a sociedade, — teria perdido totalmente o valor? Esta e outras questões de profundo cunho moral e grande monta filosófica são as que se desenham para reflexão ante o cenário contemporâneo vivido por refugiados e imigrantes ilegais. Nesse ínterim, importa manter o tema como ponto central de debates e discussões, até que soluções alternativas ou definitivas se determinem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio (2002) — *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- (2004) — *We Refugees*. Trad. Michael Rocke. «Symposium», vol. 49, n.º 2, p. 114-119.
- ARENDT, Hannah (2007) — *We Refugees. The Jewish Writings*. Edited by Jerome Kohn and Ron H. Feldman. New York: Schocken Books. Versão online em português disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1XPvrgD62A1hN32VV1CngKBogEv8Bw8wL/view>>. [Consulta realizada em 22/04/2019].
- (2012) — *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2013) — *Nós, os refugiados*. Trad. Ricardo Santos. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- BAUMAN, Zygmunt (1998) — *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BLANQUER CRIADO, David Vicente (1997) — *Asilo político en España. Garantías del extranjero y garantías del interés general*. Madrid: Civitas/Ministerio del Interior.
- COSELLA, Paulo Borba (2001) — *Refugiados: conceito e extensão*. In ARAUJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis de — *O Direito Internacional dos Refugiados: Uma Perspectiva Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

⁹ AGAMBEN, 2002: 91.

- ESTRANGEIRO*. In *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; São Paulo: Objetiva, 2001.
- LAFER, C. (1991) — *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MICHELMAN, Frank I. (1995) — *Draft: A right to have Rights*. «Jurisprudential and Logical Analysis», vol. 3, n.º 2.
- SANTOS, Rafael de Miranda; SILVA, Karine de Souza; PEREIRA, Maria Rausch, org. (2015) — *Refúgios e Migrações: práticas e narrativas*. Florianópolis: Nefipo. Disponível online em <<https://irene.ufsc.br/files/2016/04/refugios-migracoes.pdf>>. [Consulta realizada em 03/12/2019].
- SOGUK, Nevzat (1999) — *State and Strangers: Refugees and Displacement of Statecraft*. Minneapolis: University of Minnesota Press. (Borderlines Series; 11).
- YOUNG-BRUEHL, Elisabeth (1997) — *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dará.



MOBILIDADES

OLHARES TRANSDISCIPLINARES SOBRE UM CONCEITO GLOBAL

COORD.
AMÉLIA POLÓNIA
FRANCISCO MANGAS